



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO

MARIA ASENATE CONCEIÇÃO FRANCO

SERÁ O HOMEM A CUMEEIRA DA CASA? OU SOU DONA
DO MEU PRÓPRIO NARIZ? VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES
RURAIS NA BAHIA

SALVADOR-BA
2018

MARIA ASENATE CONCEIÇÃO FRANCO

**SERÁ O HOMEM A CUMEEIRA DA CASA? OU SOU DONA
DO MEU PRÓPRIO NARIZ? VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES
RURAS NA BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Santana Tavares

SALVADOR-BA
2018

MARIA ASENATE CONCEIÇÃO FRANCO

**SERÁ O HOMEM A CUMEEIRA DA CASA? OU SOU DONA
DO MEU PRÓPRIO NARIZ? VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES
RURAIS NA BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção de Qualificação do Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Márcia SantanaTavares – Orientadora

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia
Professora da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM)

Lourdes Maria Bandeira

Doutora em Antropologia – Université René Descartes - de Paris V
Professora da Universidade de Brasília

Zelinda dos Santos Barros

Doutora em Estudos Étnicos e Africanos – Centro de Estudos Afro-Orientais –
Universidade Federal da Bahia
Professora da Universidade Federal do Recôncavo

Josimara Aparecida Delgado

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professora da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM)

Rosângela Costa Araújo

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo
Professora Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM)

Valéria dos Santos Noronha

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professora da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM)



1

¹ Este desenho foi idealizado, especialmente, para o título desta tese, por meu amigo, o artista plástico João DitoSambu, africano de Guiné-Bissau, estudante do curso de Letras da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB - *Campus* dos Malês, São Francisco do Conde-BA. A arte representa, simbolicamente, o título da tese. A imagem da cabeça masculina no telhado [a cumeeira] é simbólica, pois, logo abaixo, em forma de sombra, ou mesmo, de uma cabeça feminina, tem-se o desenho de um seio feminino. Já a figura da mulher segurando a casa, inclusive o ‘homem simbólico’, traduz a carga de responsabilidade de nós mulheres, mas silenciadas e invisibilizadas pela sociedade machista representada, em certos contextos, como o da origem da frase ‘homem, cumeeira da casa’, advém de vozes femininas. O símbolo em forma de espiral é o problema, responsável pela assimetria de gênero, posso assim, chamá-lo de ‘patriarcado’. Na verdade, o desenho chama atenção de que a mulher é capaz de ser não somente a sustentação familiar, como também ser protagonista e conquistar sua emancipação sociopolítica.

DEDICATÓRIA

Às mulheres trabalhadoras rurais, vitimizadas pelo patriarcado, invisibilizadas e silenciadas pela sociedade machista.

AGRADECIMENTOS

Em meio século de vida aprendi que sempre é maravilhoso AGRADECER!

A bênção à minha ancestralidade, aos orixás, minha mãe Iansã e meu pai Oxóssi, caboclos e todo panteão africano. A mãe Xagui, pelo seu carinho e zelo à minha vida espiritual.

Neste instante as palavras se escondem em meio a numerosos pensamentos que vêm para listar a quem agradecer. Não obstante, existem ‘pessoas especiais’, a estas a minha memória está atenta.

Mainha e Painho (*in memoriam*), alicerces para hoje me apresentar como Maria Asenate Conceição Franco, Maria, símbolo da delicadeza, mas Asenate, nome de origem egípcia, representa a minha resistência a todas as opressões que encontro, cotidianamente, em decorrência dos meus marcadores de diferenciação, gênero, raça e classe. Meus pais me ensinaram a não desistir de meus sonhos e, hoje, estou aqui para agradecer a Aydir Franco e Semião Franco Filho por todos seus ensinamentos.

Agradeço imensamente a D. Angelina (*in memoriam*), Tonha, Sr. Lourival, D. Nieta, Ane do Sindicato, D. Dalvina, D. Lucivânia, Rejiane, D. Marizete, D. Ana, D. Joventina, D. Elizabete, Rosângela, D. Antonieta, D. Raimunda, D. Terezinha, Cleide, Claudeci, Jane, D. Maria José, D. Laurentina, Maria, Tonho, Damiana, Damásia, D. Antônia, Simone, D. Maria José, Sr. Raimundo, Tia Val, Tio Mundinho, Sr. Geraldo, Clodoaldo, D. Ana, todas as mulheres e homens dos sindicatos de Governador Mangabeira e de Muritiba, D. Dalva, Fau, Juninho, Marlene, Tia Teo, Joana, Tonha, Bianca, D. Antônia de Queimadas, Sr. Dadu, meus sentimentos de amor, gratidão e muito carinho por vocês, por todo o apoio durante a construção desta pesquisa.

Minhas filhas, Aydil Franco e Lays Franco, incentivadoras e amigas durante o processo de minha ascensão na pós-graduação. Agradeço minhas filhas-amigas pelas escutas, opiniões, carinho e compreensão. Amo-as.

A você, meu irmão José Márcio Franco, por acreditar sempre em meu potencial como mulher negra. Saiba que ‘o livro, que tanto me cobra, desta vez sairá’.

À Marina, minha sobrinha linda, pelo carinho. Demais parentes que acreditam na minha capacidade de ‘sair do quadrado’.

Agradeço ao amigo guineense João Dito Sambu (Dito Buanh-SD), por sua dedicação artística ao representar, simbolicamente, o título de minha tese.

À minha mãe-amiga Adalice e seu companheiro Rogério pelo acolhimento na cidade de Governador Mangabeira.

À amiga-irmã Idaiane Freitas por seu carinho, amizade e nossa luta por uma sociedade antissexista e antirracista.

Ao professor Borges e minha amiga e colega de profissão Vanilza Menezes, pela amizade e contribuições teóricas sobre a história de Governador Mangabeira-BA e Muritiba-BA.

Ao eterno amigo e professor Gey Espinheira (*in memoriam*), responsável pelo meu amor à pesquisa teórico-empírica.

Professora Janja Araújo, todo o respeito pela sua trajetória de militância, sou sua fã e agradeço por me ensinar o significado do autêntico Feminismo Negro brasileiro e me apresentar primeiro a Você, mestra **Janja**, e, posteriormente, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Jurema Werneck e outras pretas *de responsa*. Ensinou-me durante suas aulas no doutorado a ser NEGRA e também a ser mais uma ‘preta’ na luta antirracista e antissexista.

Professora Zelinda Barros, sou grata a você por fazer parte deste processo do meu crescimento intelectual, suas contribuições na minha qualificação. Grata por aceitar o convite de estar na minha banca. Professora Josimara Delgado, feliz pelo nosso vínculo profissional e ensinamentos acadêmicos. Admiro-a pelo posicionamento ético-político profissional; agradeço, carinhosamente, à Professora Valéria Noronha pela crença na minha vida acadêmica e o aceite para participação na avaliação de minha tese.

Grata por conhecê-la, professora Lourdes Bandeira, lembro-me que em agosto de 2014, há 4 anos, conversávamos em um dos auditórios da Federal Rural de Pernambuco, na REDOR, eu, ansiosa pelo resultado da seleção deste doutorado, e a senhora, com voz suave, me disse que eu ia passar e ia fazer o Pós-doc com a senhora na UNB; pois bem, estou aqui! Se depender de mim, o convite está aceito. Estou muito feliz por fazer parte deste momento ímpar da minha vida como pesquisadora.

Em 2009 conheci a professora Márcia Tavares, a mulher que me ensinou o significado de gênero e a enxergar a desigualdade entre homens e mulheres, mas associando à raiz patriarcal. Minha ‘eterna’ orientadora’, não sei como agradecer, principalmente à sua ‘tesoura’ que corta meus excessos. Saiba, professora, que a senhora será sempre ‘especial’ para mim, foi quem me ensinou a acreditar na minha capacidade de ir além das expectativas do imaginário social. Feliz por sua compreensão, pelo carinho. Todo amor e respeito pela sua pessoa.

Então, em minha trajetória de vida, somente foi possível chegar a esta etapa porque, em meio aos pedregulhos, encontrei amizades verdadeiras. Hoje, não sou a mesma, renasci com esta pesquisa!

“As pessoas castigadas injustamente, ficam revoltadas”.
Carolina M. de Jesus, Provérbios, 1965, p. 22

RESUMO

Nesta tese proponho (re)olhar à questão da violência de gênero contra mulheres trabalhadoras rurais. A simbologia semântica “homem – cumeeira da casa” e “mulher – dona do próprio nariz” emerge da trajetória de cinco anos dedicados ao estudo de mulheres trabalhadoras rurais das cidades de Governador Mangabeira e Muritiba, situadas no Recôncavo Baiano, sob uma perspectiva feminista e de gênero. As primeiras palavras desafiadoras traduzem este trajeto teórico-empírico ao desfiar a violência de gênero na historiografia da mulher brasileira, dei início à contextualização a partir do foco mulher, mulheres e suas histórias (bem ou mal) contadas. O patriarcado é reproduzido através das violências de gênero, ora traduzidas como violência simbólica, num *continuum* e, neste contexto, “eu vejo o futuro repetir o passado...”. Na contramão do sistema patriarcal, os movimentos feministas e os movimentos de mulheres respondem pela conquista do marco legal, a Lei Maria da Penha: lutas, resistências e conquistas. A base empírica desta pesquisa seguiu a trilha metodológica para (re) construção do objeto investigado, (re) conhecendo o espaço geográfico da pesquisa de campo: Quem é quem? As histórias de vida: heroínas e guerreiras, sujeitas da pesquisa de campo. Quantas histórias de vida foram coletadas, em cada município mencionado? Quem foram as mulheres que participaram dos relatos ou narrativas? Um breve ‘perfil’. Esboço para um autorretrato: elas por elas. Questões chaves que nortearam as suas narrativas relacionadas ao problema. Assim, foi construído um ‘roteiro’ de entrevista, com a indicação da técnica análise de conteúdo temática de Bardin para o tratamento de dados reunidos durante a pesquisa de campo. A sequência da escrita se preocupou com a temática sobre as mulheres, suas memórias, ruralidades e sujeitas políticas e destacou a personalidade de Margarida Alves, a partir de sua identidade enquanto mulher trabalhadora rural, a Marcha das Margaridas, símbolo do feminismo camponês e sua luta contra a violência de gênero no meio rural, na reivindicação por políticas públicas. O trabalho de campo resultou na construção de um mosaico da violência de gênero nas histórias de vida de 20 mulheres trabalhadoras rurais baianas. Ao rememorar e ressignificar as narrativas das suas histórias de vida em contextos rurais baianos, emergiram várias categorias: religiosidade, nas quais se ancoram para suportar as muitas dores; conjugalgidades feitas, desfeitas e refeitas; violências de gênero identificadas; violências intergeracionais, o cruzamento de eixos de subordinação – ser mulher; ser negra; trabalhadora rural [classe], a violência doméstica e ‘familiar’ e seu reflexo nas crianças; a violência de gênero contra mulheres ‘velhas’; ‘as mulheres da rua’ [relação extraconjugal] – “as *negas* dele”. Dentre os achados da pesquisa, as mulheres rurais que conseguem romper relações abusivas tornam-se responsáveis pelo sustento econômico do grupo familiar e, acima de tudo, “donas de seu próprio nariz”, mas aquelas que continuam convivendo com os autores de violência ainda percebem seu trabalho como “ajuda”, pois são mulheres, a quem cabe a reprodução social, enquanto reafirmam o papel masculino de provedor, como “cumeeira da casa”, sem o qual a família não consegue sobreviver.

Palavras-chave: Violência contra a mulher, trabalhadoras rurais, gênero, histórias de vida.

ABSTRACT

In this thesis I propose (re) look to the issue of gender violence against rural women workers. Semantic symbols "man-ridge of the House" and "woman-owned the nose" emerges from the trajectory of five years devoted to the study of women rural workers to the cities of Governor Mangabeira and Muritiba situated in the Recôncavo Baiano, under a feminist and gender perspective. The first challenging words translate this path to unravel the empirical-theoretical gender violence on women's brazilian historiography, I started the background from the focus woman, women and their stories (good or bad) counted. Patriarchy is played through the gender violence, sometimes translated as symbolic violence, a continuum and in this context "I see the future to repeat the past...". Against the patriarchal system, the feminist movements and the movements of women respond by winning the legal framework, the Maria da Penha Law: struggles, resistances and achievements. The empirical basis of this research followed the methodological track to (re) construction of the investigated object, (re) knowing the geographical space of the field research: who's who? Life stories: Heroes and warriors, subject of field research. How many life stories were collected in each municipality mentioned? Who were the women who participated in the stories or narratives? A brief 'profile'. Stub for a self-portrait: it. Key issues that guided their narratives related to the problem. Thus was built a 'roadmap' of interview, with indication of the thematic content analysis technique of Bardin to treat data gathered during field research. The string writing was concerned with the theme on women, their memories, country and policies and highlighted personality of Margarida Alves, from your identity while working woman, the March of Daisies, symbol of feminism peasant and your fight against gender violence in the countryside, in the claim by public policies. The field work has resulted in the construction of a mosaic of gender violence in the life stories of 20 rural bahian women workers. To recall and resign the narratives of their life stories in rural local contexts, emerged several categories: religion, in which anchor to withstand a lot of pain; connubial made, undone and redone; gender violence identified; intergenerational violence, the intersection of axes of subordination – being a woman; be black; rural worker [class], domestic violence and 'familiar' and your reflex in children; the gender violence against women 'old'; 'women of the street' [extramarital relationship] – "do you deny it." Among the findings of the survey, rural women who manage to break through abusive relationships become responsible for economic sustenance of the family group and, above all, "real housewives of your own nose", but those who continue living with the authors of violence still perceive your work as "help", because they are women, who is social reproduction, while reaffirming the male role of provider, such as "ridge of the House", without which the family cannot survive.

Keywords: Violence against women, rural workers, gender, life stories.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrada rural da cidade de Governador Mangabeira-BA.....	18
Figura 2: Espaço rural [Pau Ferro] da cidade de Muritiba-BA.....	18
Figura 3: Visitação da pesquisadora no espaço de labor de mulheres no cultivo da agricultura fumageira - localidade rural de Pau Ferro - Muritiba-BA.....	19
Figura 4: Visualização [atrás] do plantio de fumo localidade rural de Pau Ferro - Muritiba-BA	19
Figura 5: Jardim da casa de D. Maria José . Tabuleiro do Beija-Flor - Muritiba-BA	28
Figura 6: Roça de milho - Pau Ferro - Muritiba-BA.....	76
Figura 7: A terra fértil. Plantação de fumo - Pau Ferro - Muritiba-BA	77
Figura 8: Pés de laranja e de limão- Pau Ferro - Muritiba-BA	77
Figura 9: Mapa geográfico de Governador Mangabeira.....	78
Figura 10: Mapa do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia	79
Figura 11: Mapa geográfico de Muritiba	80
Figura 12: Panorama da casa de farinha comunitária de Pau Ferro - Muritiba-BA.....	106
Figura 13: Imagem de maquinário da casa de farinha (momento da secagem), Pau Ferro - Muritiba-BA	107
Figura 14: Prensa da massa da mandioca, Pau Ferro - Muritiba-BA.....	107
Figura 15: Fogão à lenha da casa de Esperança Garcia, Pau Ferro - Muritiba-BA	108
Figura 16: Colheita das raízes da mandioca para produção da farinha, Pau Ferro - Muritiba-BA	108
Figura 17: Plantação de fumo, Pau Ferro - Muritiba-BA	109
Figura 18: Penduração do fumo. As folhas do fumo na preparação para comercializar, Pau Ferro - Muritiba-BA.....	110
Figura 19: Estrada rural. Pau Ferro - Muritiba-BA.....	151
Figura 20: Pés de abóbora, Pau Ferro - Muritiba-BA	152
Figura 21: Plantio de mandioca, fumo, batata-doce e limão - Pau Ferro - Muritiba-BA.....	153
Figura 22: Trabalhadora rural no processo de adubação, Pau Ferro - Muritiba-BA.....	154
Figura 23: Foto representa a violência com marcas visíveis.....	188
Figura 24: Pés de fumo, limão e batata-doce - Pau Ferro - Muritiba-BA.....	208

Figura 25: Pés de mandioca Pau Ferro - Muritiba-BA.....	209
Figura 26: Mandioca raspada para feitura da farinha - Pau Ferro - Muritiba-BA	210
Figura 27: Folhas manocadas e penduradas para secagem, Pau Ferro - Muritiba-BA	239
Figura 28: Santuário da casa de uma das entrevistadas – zona rural Pau Ferro - Muritiba-BA.....	258
Figura 29: Folder do evento coordenado pela autora no IFBAIANO – <i>Campus</i> Governador Mangabeira.....	320
Figura 30: Paisagem rural da cidade de Muritiba-BA	323
Figura 31: Pés de andu na roça de D. Maria José. - Tabuleiro do Beija-Flo r- Muritiba-BA	324
Figura 32: Pé de caju - Pau Ferro – Muritiba-BA.....	324
Figura 33: Feijão para o bata-retirada dos grãos de sua vagem - Pau Ferro - Muritiba-BA	325
Figura 34: Femicídio em Pau Ferro - Muritiba-BA	325
Figura 35: Representações da violência contra mulheres trabalhadoras rurais de Governador Mangabeira-BA.....	326

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Contínuo da violência familiar	53
--	----

LISTA DE SIGLAS

AVC - Acidente vascular cerebral

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CEB - Comunidades Eclesiais de Bases

CF/1988 - Constituição Federal do Brasil de 1988

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CONNEPI - Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão da Pastoral da Terra

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CRAMS - Centro de Referência de Atendimento a Mulheres

CREAS - Centro de Referência Especial da Assistência Social

CRMMJ - Centro de Referência da Mulher Maria Joaquina

CRRMMJ - Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina

DDM - Delegacia de Defesa da Mulher

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FUNRURAL - Fundo de Apoio ao Trabalhador e Trabalhadora Rural

IBAIANO - Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MTR - Mulheres Trabalhadoras Rurais

MMTR-NE - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

P C do B - Partido Comunista do Brasil

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PPGNEIM-UBFA - Programa de Pós-Graduação em Estudos interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia

PR - Partido Republicano

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SPM - PR Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

SPM-BA - Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres

TAE - Técnico Administrativo em Educação

STR - Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais

TOPA - Todos Pela Alfabetização

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

VCM - Violência contra a mulher

Sumário

PRIMEIRAS PALAVRAS DESAFIADORAS	16
1 DESFIAR A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA HISTORIOGRAFIA DA MULHER BRASILEIRA.....	29
1.1 MULHER, MULHERES E SUAS HISTÓRIAS (BEM OU MAL) CONTADAS.....	31
1.1.1 Patriarcado – violências de gênero – violência simbólica: “eu vejo o futuro repetir o passado...”	37
1.2 MOVIMENTO FEMINISTA, MOVIMENTO DE MULHERES E LEI MARIA DA PENHA: LUTAS, RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS	43
1.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEI 11.340/2006.....	51
2 TRILHA METODOLÓGICA PARA (RE) CONSTRUÇÃO DO OBJETO INVESTIGADO	62
2.1 (RE) CONHECENDO O ESPAÇO GEOGRÁFICO DA PESQUISA DE CAMPO: QUEM É QUEM?	77
3 HISTÓRIAS DE VIDA DAS MULHERES SUJEITAS DA PESQUISA DE CAMPO	86
3.1 MULHERES: MEMÓRIAS, RURALIDADES E SUJEITAS POLÍTICAS	89
3.2 QUANTAS HISTÓRIAS DE VIDA FORAM COLETADAS EM CADA MUNICÍPIO MENCIONADO?	99
3.3 QUEM FORAM AS MULHERES QUE PARTICIPARAM DOS RELATOS OU NARRATIVAS? UM BREVE ‘PERFIL’	100
3.4 ESBOÇO DO AUTORRETRATO: ELAS POR ELAS	106
3.5.QUESTÕES CHAVES QUE NORTEARAM AS ENTREVISTAS/NARRATIVAS RELACIONADAS AO PROBLEMA	152
4 MOSAICO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO INTERGERACIONAL.....	155
4.1 MAS, AFINAL, QUEM É TEREZA DE BENGUELA?.....	156
4.2 BRICOLAGEM: PARA COLAR E PENSAR PEÇA POR PEÇA.....	165
5 REMEMORAR E RESSIGNIFICAR CATEGORIAS DAS HISTÓRIAS DE VIDA EM CONTEXTOS RURAIS BAIANOS: ANÁLISE TEMÁTICA DO CONTEÚDO	180
5.1 ANALISANDO CATEGORIAS APRIORÍSTICAS	183

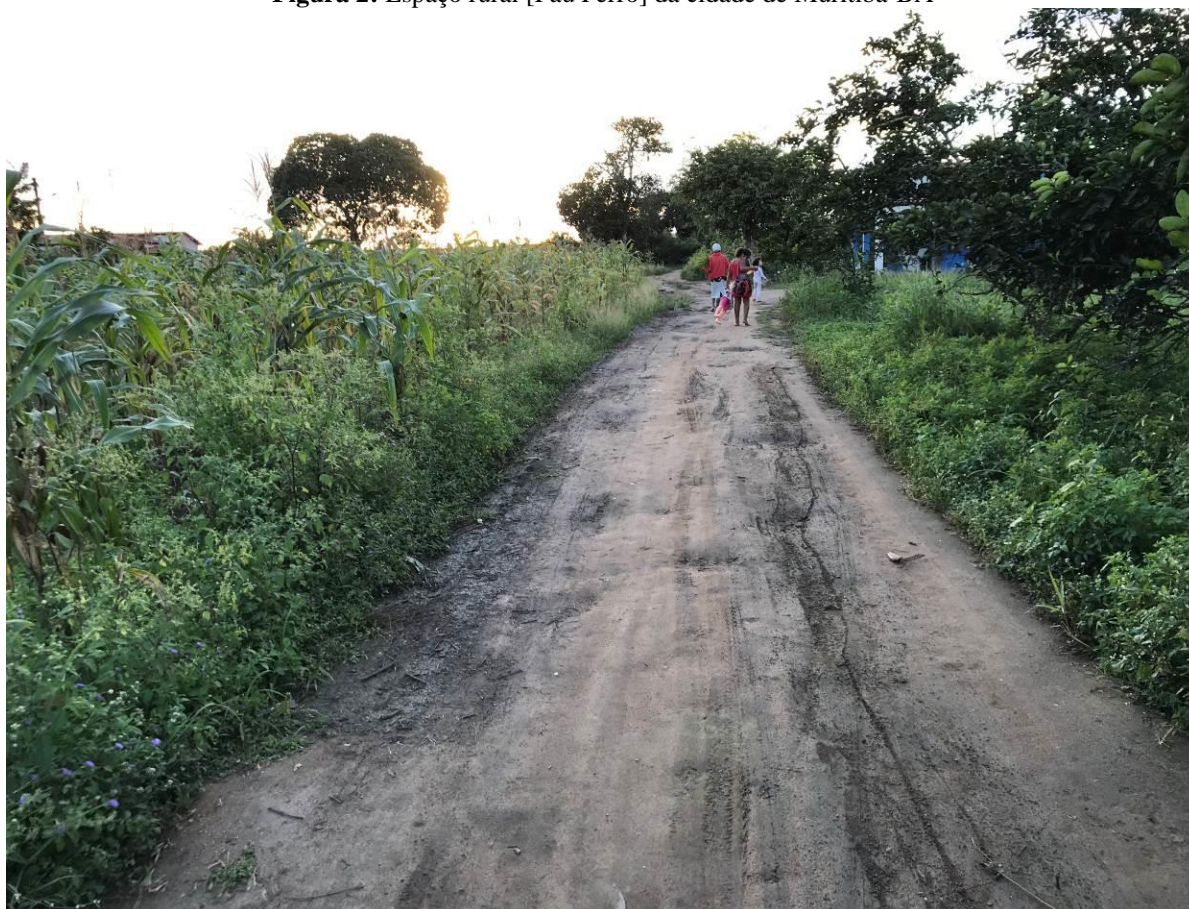
5.2 CONTEXTO SOCIOFAMILIAR.....	184
5.3 INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA/JUVENTUDE ESTUDOS, TRABALHO E DIVISÃO SEXUAL	210
6 CONJUGALIDADE E AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO IDENTIFICADAS.....	242
ÚLTIMAS PALAVRAS.....	295
REFERÊNCIAS	303
APÊNDICE	320
ANEXOS	323

Figura 1: Estrada rural da cidade de Governador Mangabeira-BA



FONTE: Arquivo da autora (2016)

Figura 2: Espaço rural [Pau Ferro] da cidade de Muritiba-BA



FONTE: Arquivo fotográfico da autora (2018)

Figura 3: Visitação da pesquisadora no espaço de labor de mulheres no cultivo da agricultura fumageira -
localidade rural de Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2017)

Figura 4: Visualização [atrás] do plantio de fumo localidade rural de Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2017)

PRIMEIRAS PALAVRAS DESAFIADORAS

Do que eu ouvi, colhi essas histórias. [...]. Acato as histórias que me contam. Do meu ouvir, deixo só a gratidão e evito a instalação de qualquer suspeita. Assim caminho por entre vozes. **Muitas vezes ouço falas de quem não vejo nem o corpo** [grifo meu]. Nada me surpreende do invisível que colho. Sei que a vida não pode ser vista só a o olho nu. **De muitas histórias já sei** [grifo meu], pois vieram das entranhas do meu povo. O que está guardado na minha gente, em mim dorme um leve sono. E basta apenas um breve estalar de dedos, para as incontidas águas da memória jorrarem os dias de ontem sobre os dias de hoje. [...]. Escrevo o que a vida me fala, o que capto de muitas vivências. Escrevivências. Ah, digo mais. Cada qual crê em seus próprios mistérios. Cuidado tenho. **Sei que a vida está para além do que pode ser visto, dito ou escrito** [grifo meu] (EVARISTO, CONCEIÇÃO, 2016, p. 15).

Unguiá unketa muki azan akodi, mukonda Zambi azan muki angomicê²!

Antes de adentrar nas razões que me levaram à escolha do tema faço um hiato para explicitar o quão é subjetiva e complexa a arte de escrever esta tese³. É angustiante, ao mesmo tempo incentivador, em outros momentos, desesperador. Momentos de solidão, monólogos [a vontade de dialogar sobre a experiência em pesquisar a temática sobre violência de gênero contra mulheres trabalhadoras rurais, cuja luta para sobreviver é ainda mais árdua, se considerarmos as sebes⁴ rurais, *locus* de moradia destas mulheres. Escrever e ‘assistir’ ao cenário do trabalho de campo, sem ação, justamente, filha de Bamburucema⁵, a dona do movimento, deixou-me inquieta.

Por vezes, isolei-me no meu quarto e espalhei rascunhos, pedaços de papel com escritas relevantes [daqueles momento de estalo, aí, corria e escrevia em papéis soltos para que a ideia não se perdesse em meio a outras vindouras], com meus materiais impressos [artigos acadêmicos e livros] pela cama, chão e escrivaninha me debruçava na arte de elaborar parágrafos, refazer sumário, ouvir as gravações das narrativas do trabalho de campo, reler as transcrições e reformular o pensamento. Em outros momentos, contava os dias e as horas para retornar à minha casa em Abrantes, ah, este sim, meu *habitat* inspirador, em meio ao mato, à

² A minha força é grande porque Deus é a força universal! Língua Bantu/Angola (COSTA, 1996).

³ Refiro-me ao início de sua escrita, antes de ingressar no doutorado. Desde 2013 vinha explorando a temática em dois projetos [pesquisa e extensão] realizados com apoio do sindicato rural das cidades baianas de Governador Mangabeira e Muritiba. São 5 anos de estudos [apresentação de trabalhos acadêmicos, falas em mesa temáticas, oficinas, minicursos, aulas ministradas, elaboração de curso de especialização, elaboração e woperacionalização de projeto social com mulheres baianas quilombolas, entrevistas, além de discussões informais].

⁴ Espécie de cerca viva para delimitar ou impedir entrada num terreno. Neste contexto, quero me referir a intempéries e ‘esquecimento’ de suas pautas reivindicatórias na agenda de políticas públicas governamentais, capazes de obstar visibilidade e melhoria de vida de mulheres rurais compulsoriamente vivendo em apartheid territorial.

⁵ *Inquice* ou *bacuro*, dona da tempestade, relacionado com o orixá *Iansã* (SILVA, 1998).

tranquilidade incapaz de conseguir em Salvador. Foi no meu paraíso, rodeado de mangueiras, goiabeira, coqueiros, amoreira, pitangueira, aceroleira, roseiras com suas flores vermelhas, palmeiras, aroeiras, cheiro das flores das espadas do Ogum e de Oxóssi, do pé de quarana, da murta. São todas plantas do meu jardim, algumas plantei, outras, ‘alguém’ plantou [quarana e aroeira, goiabeira] por mim; bananeiras, canto dos pássaros; meu velhão Hulk, cachorro pastor alemão que me acompanha há mais de 10 anos. Não posso esquecer de minha rede, capaz de devolver, ao contemplar a natureza ao meu redor, a paz interior, a leveza para me reenergizar.

Durante de minhas pugnas entre teoria e empiria senti, por incontáveis vezes, a vontade de contar para minhas filhas Lays, que mora comigo, ou Aydil as ‘descobertas’ inquietantes, o porquê de minha inércia quando ouvia as histórias de vida e me indignava com as atrocidades, as limitações familiares diante das violências, principalmente domésticas, na vida de determinadas mulheres quando evocaram suas histórias de vida. Aproveitava os momentos em contato com elas e as explorava nas minhas escutas e também sugestões e críticas sobre aquele momento de escrita. Às vezes, aproveitava o contato telefônico de pessoas próximas e perguntava: “tem tempo” para conversar sobre minha pesquisa? E dialogávamos sobre nosso ponto de vista.

Sempre explícito: Depois do início de minha tese não sou mais a mesma. Meu radar está sempre alerta. Há sempre críticas a serem feitas, por mim, nos quesitos violações aos direitos humanos da mulher ‘nova ou velha’, patriarcado, sexismo, racismo, historiografia da mulher, intolerância religiosa, lesbotransfobia. Discuto quando estou entre familiares e percebo o *continuum* do patriarcado/sexismo nas atitudes de meu irmão, sobrinho e até mesmo de suas companheiras. O feminismo faz parte do meu cotidiano.

Também quero rememorar momentos que vivi nos espaços familiares com as pessoas que me acolheram durante a pesquisa empírica. Tio Mundinho e tia Val, mesmo coordenando trabalhos na Igreja Católica, davam-me atenção. Tio Mundinho foi presidente da Associação de Moradores e Moradoras da Comunidade de Baixa Grande, por isso, nossa amizade. Ele convidava as mulheres para participarem das atividades do projeto de extensão, contudo o casal resistia em aprofundar a questão da violência contra a mulher, especialmente daquela localidade. Nos dias em que estive na companhia do casal também participei de eventos católicos da comunidade, interagi com a dinâmica familiar.

Sr. Raimundo e dona Maria José, pessoas super acolhedoras, ele também foi presidente da Associação de Moradores e Moradoras de Tabuleiro do Beija-Flor e as reuniões aconteceram em sua garagem, a sede da associação, ainda em construção. Nos dias em que

me abrigo lá cozinho à lenha, vou para a roça, cato andu, debulho, participo de festas católicas da comunidade, enfim, vivo a rotina familiar. Embora não fosse essa minha intenção, não tive como, no decurso dos dias⁶ em que estava naquela casa, observar a dinâmica familiar. Dona Maria José simboliza a matriarca, a filharada a chama de ‘mainha’, as netas e o neto estão sempre na sua casa, obedecem-na rigorosamente e esta impõe a figura de mulher que toma conta e dá conta das famílias que moram ao seu redor, suas noras já sabem que a palavra final é a dela. No outro extremo está Sr. Raimundo, aquele avô paciente que faz as vontades do neto e, principalmente, das netas. É chamado de Raimundo pelos filhos e a filha, não de pai. D. Maria José é quem decide a hora que ele vai comer, tomar café, ele esperava a esposa colocar na mesa e depois, chamá-lo.

Sr. Raimundo, que num determinado período de sua vida trabalhou em Salvador-BA como pedreiro e sua ida para casa era custosa, atualmente está aposentado. A referência, acredito, da figura paterna familiar ficou representada pela mãe e essas passagens da matriarca, que aqui registro, podem ser em decorrência dessa convivência de D. Maria José, mulher chefe de fogo, só, de marido ausente. Valho-me da releitura das discussões de Maria Odila Dias⁷ acerca das famílias chefiadas por mulheres, existentes, contudo invisibilizadas no período Brasil Colônia, sendo seu aparecimento censitário datado das últimas décadas do século XVIII.

A casa, construída em terreno de herança dos pais do Sr. Raimundo, tem nos arredores as casas da única filha e dos três filhos; são seis netas, duas adolescentes, quatro crianças e mais um neto, ainda criança, inclusive, durante a operacionalização das atividades do projeto, a filha de D. Maria José e Sr. Raimundo, juntamente com duas das noras, participaram ativamente e, certamente, as filhas dessas mulheres sempre se encontravam com outras crianças no espaço das discussões. Acredito que de tanto enfatizar o nome Maria da Penha uma das netas de Sr. Raimundo, filha de sua filha, na época ela tinha 2 aninhos, começou a me chamar de ‘Maria da Penha’. Sempre que chego para visitar as famílias, ela diz: “Oh, Maria da Penha chegou! Eu quero ir vê Maria da Penha, quero *durmi* lá na casa de vó, com ela”. Certa vez, ela me surpreendeu com o presente de uma flor, amei.

Ainda sobre esse contexto familiar formado pelo elo intergeracional, lembro-me das queixas de D. Maria José a respeito da relação de um dos filhos com a esposa, são perceptíveis conflitos intrafamiliares, entretanto o filho tem uma boa relação com seus pais, mas a sua esposa evidencia um não apreço pela sogra, inclusive essa nora não participou das

⁶ Geralmente, fico de três a cinco dias por lá.

⁷ Quotidiano e Poder: em São Paulo no século XIX (DIAS, 1995, p. 29-31).

atividades que eu desenvolvi na época do projeto de extensão, ela sempre se mantinha afastada. Lembro-me que seu filho, certa vez, enquanto eu conversava com suas irmãs e primas sobre violência, ele, com apenas 7 anos de idade, reproduziu o discurso machista de que ‘mulher tem que apanhar mesmo’. Fiquei pasma como aquela criança teve a capacidade de explicitar tamanho disparate!

E, por último, a outra família que me acolheu é a de D. Dalva, ela mora com Fau, sua filha, e Juninho, filho desta. Fau, na época do projeto, era vice-presidenta da Associação de Moradores e Moradoras de Pau Ferro, a presidenta⁸, por motivos de trabalho, sempre solicitava que Fau me desse apoio durante o desenvolvimento do projeto. Daí começou nossa amizade. A hospitalidade familiar é agradável, a extensão do terreno abriga as casas do irmão, irmã e do pai de D. Dalva. Nessa estadia, aproveito para ir com D. Dalva à roça, enquanto contemplo o verde das árvores com suas copas que dão um toque bucólico àquele pedacinho de chão; também a auxiliei na colheita, cozinhei à lenha, fizemos churrascos, assamos e partimos castanhas, enfim, dias inesquecíveis e não poderia deixar aqui essas marcas temporais de meu trabalho de campo.

As mulheres dessa comunidade guardam semelhanças com as mulheres de Baixa Grande, quiçá por terem proximidade geográfica elas ‘escondem’ as discussões sobre violência contra a mulher. Recordo que D. Dalva me falou sobre o sofrimento de sua irmã, as violências, principalmente com sangue, perpetradas pelo ex-marido. Embora também tenha construído laços de amizade com essa irmã dela, sem êxito, procurei-a para a entrevista e sua resposta foi negativa, disse-me que sua vida é tranquila.

Ao longo da pesquisa de campo, no decurso da estrada percorrida, valho-me do aprendizado da sábia mulher negra Carolina Maria de Jesus, que, na sua filosofia, ensinou-me que viver é a arte mais difícil. Esse **axioma** é assertivo na rotina das MTR silenciadas nas suas dores visíveis e invisíveis, vitimizadas por outrem, entretanto não à disposição do sofrimento⁹. Convivi e convivo com elas para investigação sobre as violências de gênero, categoria constituída por diversas motivações, além de marcada por dissimetria patriarcal entre homens e mulheres. Meu posicionamento como pesquisadora feminista da temática sobre as MTR teve como ingrediente a ‘crença’ de que fazer ciência é estreitar laços com a realidade “procurada” na pesquisa de campo.

⁸ O uso da categoria presidenta refere-se à reafirmação do lugar social da mulher, conquistador, contudo ainda reconhecido por discursos machistas, como marcado para homens e, se mulher o assumir, será então, presidente, não ‘presidenta’.

⁹ Lembrando a fala da professora Lourdes Bandeira no Evento Fazendo Gênero 2017, realizado na Universidade de Santa Catarina - *campus* de Florianópolis-SC.

Embora ‘fora do lugar’, nessas primeiras palavras considero pertinente explicitar minha vocação, ser assistente social/pesquisadora de problemas sociais. Para tanto, volto ao ano de 2010, precisamente em 7 de julho de 2010 assinei termo de posse em exercício, iniciando como assistente social do IFBAIANO, na cidade de Santa Inês¹⁰/BA, no *campus* Santa Inês, localizado no sudoeste baiano. Foi neste *lócus*, com mestrado em fase de pesquisa de campo, que despertei como pesquisadora de uma das expressões da questão social¹¹, com foco na população idosa. Na época, aos domingos, frequentava as missas e percebia um contingente significativo de pessoas idosas, durante a semana não era visível a presença de pessoas adultas em idade laboral transitando pelo centro desta cidade, acredito ser um fator motivador para o êxodo rural a falta de oportunidades para ingresso no mundo do trabalho, razão pela qual a população idosa, quiçá aposentada, ainda residia na localidade.

Essa minha observação serviu de impulso para elaborar meu primeiro projeto de extensão e concorrer com docentes do *campus*, em edital da PROEX do IFBAIANO. Meu projeto foi selecionado, contudo essa ocorrência se deu na minha transição/remoção do *campus* Santa Inês para o *campus* Governador Mangabeira e, por questões institucionais, não desenvolvi o projeto, tampouco pude transferi-lo para o meu novo local de trabalho.

Meu espírito de assistente social/pesquisadora, comprometida em garantir, legitimar e validar direitos humanos de categorias subalternizadas e invisibilizadas socialmente, continuou a produzir inquietações. Embora seja inerente à função de docente e não de TAE articular no processo ensino-aprendizagem o tripé indissociável de ensino, pesquisa e extensão¹², não obstante ser ‘proibida’ de tomar tal iniciativa, contudo torna-se desafiador atender às atribuições da Política da Assistência Estudantil e, a ainda ter olhares múltiplos para além de seu objeto de trabalho [estudantes e familiares], o entorno do *campus*. Muito bem, alarguei horizontes e mais três¹³ projetos foram aprovados e desenvolvidos, com

¹⁰ Com população estimada, segundo o Censo 2010, de 10.363 pessoas (IBGE, 2010).

¹¹ Utilizo o conceito de questão social de Carmelita Yazbek (2009, p. 127), para quem a questão social é uma “expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política”.

¹² CF/1988; LDB; PDI.

¹³ Total de quatro projetos: 1. **(RE) DESCOBRINDO A CIDADANIA DO IDOSO**: uma questão de direitos (Extensão, ano 2011). 2. **A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DE DIVERSIDADE E VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA**: a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 nas escolas das cidades de Governador Mangabeira-Ba e Muritiba-Ba. (Pesquisa, ano 2012). 3. **TRABALHADORAS RURAIS, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A LEI 11.340/2006 NO MEIO RURAL**: as expressões multifacetadas da violência doméstica e familiar contra a mulher trabalhadora rural. (Pesquisa, ano 2013). 4. **“MARIA DA PENHA” EM MOVIMENTO**: conversando e aprendendo sobre violência contra mulher em contextos rurais das cidades de Governador Mangabeira-BA e Muritiba-BA (Extensão, ano 2014).

bolsistas, pela FAPESB, com resumos¹⁴ e artigos apresentados em eventos destacados no meio acadêmico.

Quero compartilhar, ainda, a experiência **Anthropological Blues**¹⁵, conforme trabalhado por Da Matta (1978), durante meu convívio com as pesquisadas. Esse autor, ao distinguir as respectivas fases/etapas do ato de pesquisar, explica que a fase inicial consiste naquela em que o objeto de estudo ainda é desconhecido, denominada teórico-intelectual; em seguida, reside não mais em abstração, pois é o momento da praticidade, envolve preocupações com o cotidiano de quem se empenha na pesquisa e, por derradeiro (ápice),

[...], é a que chamo de pessoal ou existencial. Aqui não temos mais divisões nítidas entre as etapas da nossa formação científica ou acadêmica, [...] uma certa visão de conjunto que certamente há de coroar todo o nosso esforço e trabalho. [...] o plano existencial da pesquisa em Etnologia fala mais das lições que devo extrair do meu próprio caso. [...]: ela deve sintetizar a biografia com a teoria, e a prática do mundo com a do ofício. [...] É vivenciando esta fase que me dou conta [...] que estou entre dois fogos: a minha cultura e uma outra, o meu mundo e um outro (*Idem*, p. 25).

Apesar de Da Matta experienciar essa fase com realidades indígenas, sinto-me à vontade para esse compartilhamento nos contextos rurais baianos. Vivenciei momentos de ‘rara felicidade’, nostalgia ao caminhar pelas estradas vicinais, indo de uma casa a outra para realizar as entrevistas, laços afetivos que eram construídos, principalmente com as mulheres mais velhas, estas me trouxeram recordações de minha mãe (*in memoriam*) com seu carinho para comigo.

No percurso como pesquisadora, em minhas andanças rurais, lembro-me do encontro com Tereza de Benguela¹⁶, havia pouco menos de dois meses enlutada de uma das filhas, acometida por feminicídio. Meu objetivo era entrevistá-la sobre o acontecido, entretanto essa senhora rememorou sua história de vida intensamente, recordou desde os seus 5 anos até os 85, na época estava para completar 86 anos. No finalzinho, veio a história da filha, que sempre conviveu com ela, apesar de ter vivido dois relacionamentos que lhe deixaram dois casais de filhos. Sucederam-se outras visitas e percebi o sentimento maternal externado através de ciúmes, devido às vezes que não a visitava, embora estivesse na comunidade. A pobreza é presença constante na vida dessa senhora. Certa vez, olhou-me e, repentinamente, disse: “Eu não tenho nada para lhe dar, mas vou lhe dar uma pinta!” (galinha

¹⁴ SBPC; CONNEPI.

¹⁵ Ver O ofício do Etnólogo, ou como ter “Anthropolical Blues” (1978).

¹⁶ Os codinomes são utilizados para preservar o anonimato das entrevistadas, a partir de personalidades negras, que irei referenciar no capítulo metodológico.

com dias de nascida). Gesto tão humilde, mas marcante para mim, apesar de não haver essa necessidade de troca, para ela seria uma forma de retribuir a minha visita.

O perfil acadêmico de pesquisadora, na minha experiência de campo, vestiu-me de pré-julgamentos a respeito do campo, uma postura de pesquisadora sem considerar o que estava por vir. Lembro-me que numa dessas atividades extensionistas, antes de iniciar a pesquisa formal, fui surpreendida por uma das mulheres quando “imaginei” que o letramento fosse direito de todas elas, pedi então que as participantes realizassem atividades através da escrita. Nesse instante, senti tamanha vergonha ao ser confidenciada por uma delas ao meu ouvido a seguinte fala: “-Eu não sei escrever”. Escutar tal realidade educacional instalada na sociedade brasileira e baiana fez-me, melancolicamente, reportar à diáspora negra.

Lembrar-me dos 388 anos em que meus mais velhos e minhas mais velhas foram, compulsoriamente, submetidos e submetidas à condição de povo escravizado, logo, sendo-lhes negados direitos à vida humana digna. Sinto-me envergonhada como assistente social e mulher negra ao ignorar a desigualdade educacional do país e querer de MTR o letramento homogêneo. O campo de estudo empírico é ‘caixinha de surpresa’ e, por isso, “[...] é preciso escapar à alternativa da ‘ciência pura’, totalmente livre de qualquer necessidade social, e de ‘ciência escrava’, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social [...]” (BOURDIEU, 2004, p. 21).

Por que a figura masculina ser considerada a “peça” mais importante do telhado? Por que, na lógica patriarcal da divisão sexual do trabalho, desaparecida a presença do homem virtualmente central do seio familiar (AGIER, 1990), a casa desmorona? Indagações necessariamente não denotam respostas em curto prazo, mas podemos, no processo cotidiano, encontrar a razão de ser das perguntas. Deste modo, concepções relativas à categoria violência em seu sentido primário guardam similaridade com o fato de o homem ser a “peça” mais importante do telhado e instala-se a dissimetria entre o ‘marido’, patriarca, provedor e a ‘esposa’ submissa, esteio da cumeeira.

A despeito da simbologia patriarcal, ilustrada no comentário da entrevistada, como ressaltado acima, ousadamente e encorajada pelas escutas do universo de MTR, ao narrar como experienciaram as multifaces da violência de gênero, concebo esse fenômeno como manifestação de opressões originadas de discursos de homens machistas, para reafirmarem sua condição hierárquica na relação de gênero estabelecida como algo natural; um poder que lhes é conferido pelo simples fato de serem homens.

É, pois, de maneira esmiuçada, que esse fenômeno social pode assim ser traduzido:

A violência em seu sentido mais frequente, quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É o meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano (TELES; MELO, 2003, p. 15).

Como também, podemos conceber a violência como sendo a “[...] ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral [...]” (SAFFIOTI, 2004a, p. 17).

Analisamos as formas invisíveis ou “fora do palpável” (*Idem*, p. 18) pelas quais se manifesta o fenômeno social destacado, premissa elementar para responder à desigualdade de gênero materializada simbolicamente pela cumeieira. Por que dissimetria de gênero e protagonismo feminino?

Em primeiro lugar, a voz feminina é eivada pela concepção patriarcal que, irrefutavelmente, assume o lugar de oprimida, objeto e não sujeita nesse contexto sociofamiliar; objetificada e vilipendiada, reproduz o modelo familiar consolidado pela dissimetria de gênero ao elevar o homem à condição de principal ‘madeira’ que sustenta o telhado da casa, sem a qual esta casa¹⁷ (símbolo da mulher) desmorona!

Em outro polo, a mulher, a quem posso designar papel de sujeita política com sua história de vida (re) conhecida, a partir do **ser mulher**¹⁸ (embora traga nas suas narrativas momentos de sujeição, subalternidade, exploração, principalmente quando era obrigada a vender sua força de trabalho por valores ínfimos e lhe era negado o direito à educação por parte da figura paterna), ao fazer referência aos eventos fundantes de sua vida, em especial relacionamentos conjugais e vida financeira, não hesita em evocar sua liberdade como mulher nos seus 86 anos. Ressalto que as falas evocadas foram feitas em momentos distintos da pesquisa.

O homem, como a sustentação da casa, representa o símbolo da ordem patriarcal de gênero, sendo o contrato sexual a consolidação, ou seja, legítima a assimetria de gênero (SAFFIOTI, 2004a; PATEMAN, 1993), ele manda e eu obedeço, sem ele, a casa cai, não sou ‘mulher’; sem ele sou folha de papel em branco. Não obstante, a reafirmação da violência simbólica na sua suave sutileza e invisibilizada às oprimidas (BOURDIEU, 2014), inscreve a masculinização do discurso feminino, ao invés de visibilizar uma sujeita política, contrária à

¹⁷ [...] A casa identificada com a mulher e a família, com o homem. Casa e família, como o homem e a mulher, constituem um par complementar, mas hierárquico. A família compreende a casa, a casa está, portanto, contida na família (SARTI, 2007, p. 63).

¹⁸ Grifo nosso.

assimetria de gênero como “Sou dona do meu próprio nariz”, avilta a politização, evocada na narrativa de uma das entrevistadas, que entende como seu lugar social o espaço contrário à ideologia e dominação masculina (*Idem*), o que lhe confere, neste caso, postura respaldada na epistemologia feminista perspectivista¹⁹ (HARDING, 1998; 2012).

Como poder, então, analisá-las, ao menos interpretar narrativas de vida de mulheres extraídas das suas falas paradoxais: o homem é a cumeeira da casa, o que reafirma e reproduz o imaginário sexista; em outra perspectiva, percebe-se dona de seu próprio nariz, se não aceitar suas narrativas considerando-as como percursos políticos (crença de luta pela emancipação financeira, por exemplo), afetivos, sentimentos violados em suas almas; memórias; reelaboram seus caminhos e descaminhos, representações e imaginários, cotidianos baseados em seus lugares socialmente delimitados ou não-lugares, entretanto não silenciadas para contar suas histórias de vida na condição de sujeitas e/ou objetos. Histórias ressignificadas, preenchidas com suas evocações que roubam o vazio em torno das mulheres rurais, até então intransponível²⁰.

A violência sobre os corpos e almas das mulheres é uma violação secular. Como embasamento teórico capaz de descortinar mazelas, atos brutais visíveis ou ‘simbolicamente visíveis’, perpetrados majoritariamente por homens; se cometidos por mulheres, certamente tendem a estar imersas na ideologia machista, reproduzem atitudes capazes de oprimir sua categoria em favor da supremacia masculina. Contudo mulheres silenciadas atravessam fronteiras geográficas e, neste destaque, situo mulheres domiciliadas em contextos rurais, embora a militância como sujeitas políticas contribua para visibilizar suas lutas pela conquista de autonomia e liberdade para fazerem suas próprias escolhas.

O fenômeno da violência de gênero contra mulheres emerge como categoria feminista no sentido político, é uma violação baseada na ideologia patriarcal de gênero e no binarismo atribuído à dissimetria entre homens e mulheres. Não obstante, discussões sobre violações de direitos humanos femininos adentram nos espaços políticos feministas ou de mulheres, atos violentos incapazes de ‘marcar’ visivelmente corpos e almas femininos escapem como violência materializada, daí atribuímos à categoria violência simbólica desígnio nas ações aparentemente permissíveis às mulheres acometidas pela opressão de gênero, como, por exemplo, o uso de pronomes possessivos acompanhados do substantivo “mulher” e, engrossando a fileira, os xingamentos, proibições e controles sobre suas roupas,

¹⁹ A epistemologia feminista perspectivista tem como base epistemológica o ponto de vista das mulheres que constroem, a partir de suas vivências cotidianas, suas próprias histórias de vida.

²⁰ Cf. Debert (1986).

maquilagens, trabalho, estudos. Naturaliza-se, nas relações conjugais, a hierarquia opressora *versus* oprimida, à medida que o consentimento feminino firma essa dissimetria de gênero calcada na ordem patriarcal.

O uso da expressão “o estranho se torna familiar” é tomado do pensamento de Gilberto Velho (1997), quando, em seu texto *Observando o Familiar*, evidencia que embora o objeto sobre o qual nos debruçamos para pesquisar possa nos parecer familiar, é preciso sair de nossa zona de conforto, isto é, aprofundarmos o nosso olhar e atentarmos para aspectos pouco explorados ou despercebidos até então, devido a uma suposta familiaridade com o nosso objeto de estudo. Nesse sentido, o autor reforça que:

[...] O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto, conhecido. [...].

Da janela de meu apartamento vejo na rua um grupo de nordestinos, trabalhadores da construção civil, enquanto alguns metros adiante conversam com alguns surfistas. Na padaria há uma fila de empregadas domésticas, três senhoras de classe média conversam na porta do prédio em frente; dois militares atravessam a rua. Não há dúvida de que todos esses indivíduos e grupos fazem parte da paisagem, do cenário da rua, de modo geral estou habituado com sua presença, há uma familiaridade. Mas, por outro lado, o meu conhecimento a respeito de suas vidas, hábitos, crenças, valores é altamente diferenciado (*Idem*, p. 126).

Olhares ressignificados para o fenômeno violência de gênero nas vidas de trabalhadoras rurais miram para além do perceptível; implicam deixar de ocupar o lugar da ‘domesticidade’ simbólica e sutil. Saídas do ‘anonimato’, violências de gênero reconhecidas na sua materialidade como opressão baseada na ordem patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2004a). Maus-tratos (in)visíveis nos corpos femininos, não obstante conscientes ou não, inerentes à dissimetria **familiar**²¹ entre homens e mulheres. Certamente, o **estranho**²² decorre de ressignificar violências de gênero ao reconhecê-las como atitudes que fortalecem relações desiguais de gênero, a exemplo de reproduzir o discurso machista na sua fala ao afirmar ser o homem superior à mulher, assim como realimentar a divisão sexual do trabalho, ao reafirmar como destino das mulheres os afazeres domésticos, cuidados, ou seja, responsabilizar a mulher pela reprodução social e, por fim, oprimir e culpabilizar a mulher pelas intempéries originárias das relações de poder assimétricas entre homens e mulheres.

Certamente, reações machistas, sexistas, misóginas são decorrentes da supremacia do macho sobre a mulher com aquiescência e permissividade da sociedade. Logo, a

²¹ Grifo nosso.

²² Grifo nosso.

desigualdade entre homens e mulheres é um constructo baseado na “gramática sexual”²³. Assim, as violências de gênero são:

[...] extensamente toleradas pela sociedade simplesmente por se tratar de violências cometidas por homens.
 [...] isto equivale a dizer que o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não apenas por homens, mas também por mulheres (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 3).

As autoras reforçam que as condutas delituosas de violações de direitos humanos advindas tanto dos homens quanto das mulheres têm sido toleradas pela sociedade. Na ideologia machista são episódios licenciados no imaginário social moldado por uma matriz androcêntrica e patriarcal.

Nesta assertiva proponho como objetivo principal desta pesquisa analisar e interpretar as percepções sobre violência de gênero em contextos rurais das cidades de Governador Mangabeira-BA e Muritiba-BA a partir das histórias de vida contadas por MTR²⁴ que foram ou são submetidas à violência nas suas multifaces.

A partir do panorama com inquietações apresentadas, estruturei a tese em cinco capítulos, assim sumarizada. Começo minhas interlocuções teóricas, isto é, construo um estado da arte sobre o tema para desfiar os fios da teia de violências de gênero na historiografia da mulher brasileira. Reatualizo o patriarcado sob o olhar da opressão feminina interligada a seu *modus operandi*; sigo na discussão da categoria mulher, sujeita singular e plural e acompanho o debate da luta das mulheres e das feministas. Concluo o capítulo ao situar o fenômeno social pesquisado, ontem e hoje na sociedade brasileira.

A discussão acerca da violência de gênero e mecanismos do poder público via respostas institucionais com vistas ao enfrentamento às violações de direitos humanos das mulheres será contextualizada; não obstante a escassez na acessibilidade dessas mulheres aos equipamentos institucionais, a exemplo de Delegacias Especializadas, Centro de Referências da Mulher, mecanismos eficazes nas suas ações punitivas e preventivas para resguardar e

²³ Refiro-me à gramática sexual ou de gênero, que regula as relações entre homens e mulheres, as relações entre homens e as relações entre mulheres, especificando as condutas socialmente aceitáveis quanto ao sexo (SAFFIOTI, 1997, p. 41).

²⁴ A categoria mulher trabalhadora rural emerge do anonimato e da invisibilidade para conquistar espaço político, seu reconhecimento como sujeita produtora e inserida no mundo do trabalho rural; conquista essa que se inicia, pela via das mobilizações coletivas de mulheres rurais, a partir da Promulgação da CF/1988. São, então, reconhecidas como trabalhadoras e possuidoras de direitos previdenciários. Antes, porém, a denominação doméstica, por ocuparem, majoritariamente, também o espaço privado do cuidado, as descredenciava do direito à aposentadoria (DARON, 2009).

defender a não violação ou mesmo reincidência de atitudes violentas machistas e sexistas, revertidas em feridas visíveis, vozes denunciando a violência em seus corpos e feridas invisíveis, constituídas pelas dores que persistem em suas almas.

A desnaturalização das violências de gênero contra mulheres trabalhadoras rurais a partir do trocadilho semântico: o familiar virou estranho²⁵ para conclamar ações propositivas na prevenção e educação popular sob uma perspectiva feminista, eficazes e eficientes na preservação da vida dessas mulheres rurais e que abarquem aspectos geracionais. Aqui discuto a singularidade do ser mulher trabalhadora rural para reafirmar a luta política para além de ideais feministas universais, não hifenizados (GIULANI, 2008). Reafirmo meu lugar de fala feminista, mulher negra de classe popular e assistente social, ressalto a lacuna na rede socioassistencial, primordial na garantia de direitos de mulheres vitimizadas pela sociedade machista, sexista, racista, misógina e, sobretudo, pautada na ordem patriarcal de gênero.

O segundo capítulo, denominado de Trilha metodológica para (re) construção do objeto investigado, apresenta o *lócus* da pesquisa, as cidades onde as mulheres pesquisadas são domiciliadas. Nesse panorama, apresento brevemente aspectos considerados relevantes para esta pesquisa.

Para uma discussão mais localizada, no terceiro capítulo, na certeza de que ‘nossos passos’ na luta reivindicatória do movimento de mulheres trabalhadoras rurais vem de longe, discorro a respeito das Histórias de vida: heroínas e guerreiras, sujeitas da pesquisa de campo, continuo a discussão e discorro sobre Mulheres: memórias, ruralidades e sujeitas políticas; relembro brevemente a história de Margarida Alves, sinônimo de resistência feminina na luta a favor de mulheres trabalhadoras rurais e, certamente, sua pauta primeira reivindicava a igualdade de gênero no meio rural e ampliação do conceito de mulher-cidadã trabalhadora rural, para além da ‘ajuda’ com seu labor nas roças. Em seguida, discorro sobre como foi planejado o desenrolar do trabalho de campo, roteiro, número de mulheres entrevistadas; delineamento das técnicas e instrumentos utilizados para obter materiais empíricos, etapa da análise e interpretação das Histórias de Vida, utilizadas como método da valorização de mulheres, sujeitas singulares e coletivas ao reconstruírem seus passados e capturarem suas memórias, fenômeno vivo em seu movimento dialético e evolutivo (NORA, 1993).

O quarto capítulo descortina o mosaico da violência a que as entrevistadas foram submetidas, e destaco a história de vida de Tereza de Benguela, mulher capaz de romper com

25 Cf. Velho (1997).

as amarras da desigualdade de gênero e assumir o lugar de cumeeira de sua casa. E, por derradeiro, apresento, nos dois últimos capítulos, a análise de conteúdo semântico-temática. As categorias destacadas nas narrativas pessoais formam o mosaico da violência de gênero nas histórias de vida de mulheres trabalhadoras rurais destacadas neste trabalho teórico-empírico, as quais ainda carecem de reconhecimento ampliado nos estudos e pesquisas acadêmicas brasileiras. Momento reflexivo para tratamento, análise, interpretações e inferências, a partir da culminância entre ‘achados’ empíricos e aportes teóricos da literatura específica sobre violência de gênero contra mulheres trabalhadoras rurais [Bahia/Recôncavo, universo recheado de vozes denunciando o modelo patriarcal ainda vigente em relações conjugais abusivas e, certamente, contribuir para melhor compreensão da opressão vivenciada por mulheres “presas” em sebes rurais]. E, na certeza de não exaurir o debate feminista sobre o tripé violência de gênero, mulheres rurais e direitos humanos, tecerei minhas considerações finais para esta pesquisa acadêmica.

Figura 5: Jardim da casa de D. Maria José . Tabuleiro do Beija-Flor - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2018)

1 DESFIAR A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA HISTORIOGRAFIA DA MULHER BRASILEIRA

A noite não adormece nos olhos das mulheres

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.
[...]

A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.
(Conceição Evaristo).

Memórias femininas não adormecem, mas são *continuum* no seu lembrar e desvelar as Histórias vividas. E são essas Histórias costuradas a cada amanhecer, a cada despertar da noite, embora sua ‘escuridão’ não seja capaz de encobrir nossas lutas e resistência feminista, capazes de fomentar Escritos como os de Conceição Evaristo, poeta negra, que reafirmam a nossa condição como mulheres e denotam a resistência para dar visibilidade e mudar o modo como a história foi escrita por mãos masculinas. As histórias de mulheres não foram silenciadas, mas ressignificadas pelo pensamento feminista. Na historiografia da mulher brasileira em sua pluralidade, destaco meu objeto de pesquisa: mulheres trabalhadoras rurais que, no sentido político, experienciam o silenciamento compulsório de suas narrativas de vida. Invisibilizadas como sujeitas e objetificadas, suas vidas são marcadas, como ressalta a literatura, por episódios de submissão/opressão, negação de direitos, isolamento intelectual e outros aspectos favoráveis ao androcentrismo, sexismo e, sumalizando, assimetria de gênero.

Este capítulo é construído a partir da revisão de alguns dos principais estudos sobre a violência de gênero, em que tento reconstituir as histórias das mulheres, imersa no paradoxo entre o estranho e o familiar.

De modo geral, a tendência das pesquisas no meio acadêmico que dizem respeito à violação de direitos humanos das mulheres, com destaque para a violência de gênero, dão ênfase ao debate sobre questões relacionadas às mulheres urbanas. Há uma timidez na

produção de referenciais que possam subsidiar trabalhos que trilhem a problemática que envolve a mulher em situação de violência no campo. Necessário se faz esse destaque, haja vista a preocupação inicial em trazer para o debate elementos empíricos de violência recorrentes na historiografia de mulheres que deram um basta à submissão/opressão/dominação masculina.

A partir da análise baseada na epistemologia feminista, evoca-se a defesa dos direitos humanos de mulheres rurais, da desnaturalização da condição de “não sujeita” e da não aceitação da condição secundária da mulher em relação ao homem opressor e dominador. Com efeito, a subordinação feminina cristalizada manifesta-se mundialmente como a forma primária de opressão na história da humanidade (SARDENBERG; COSTA, 1994). Nesta perspectiva, torna-se premente discutir o fenômeno da violência contra a mulher nas múltiplas expressões visibilizadas na história feminina, como, por exemplo, as violências de gênero na modalidade simbólica.

O processo de resistência de movimentos de mulheres e movimentos feministas, imerso no contexto social do Brasil, traduz adversão à sub-representatividade das mulheres na sociedade modelada pelo patriarcado. Na emergência dos anos 1970 vozes femininas ecoaram para contar suas Histórias. Já nas décadas mais recentes, mulheres se sobressaem na condição de sujeitas e objetos de estudos não mais em condições periféricas; evocam suas histórias atravessadas pelo *continuum* fenômeno da violência de gênero. Análises empíricas provenientes de trabalhos de campo desenvolvidas por mim, com enfoque na violência contra a mulher em contextos rurais baianos, desencadearam reflexões críticas na perspectiva de gênero e feminista a respeito da violência e violação de seus direitos. As mulheres na historiografia foram invisibilizadas e, silenciadas, reduzidas a objetos, submetidas às multífaces da opressão masculina alicerçada pelo patriarcado, ocuparam (ainda ocupam) um lugar secundarizado socialmente.

O levantamento nos acervos bibliográficos de trabalhos que discorrem sobre o fenômeno da violência contra as mulheres revela que os textos tendem a visibilizar as mulheres urbanas. Contudo são mulheres que, quando em situações de violência, têm mais probabilidade de acessar políticas públicas e sociais de caráter protetivo e preventivo. Não obstante, mulheres “escondidas” em suas sebes rurais ecoam seus gritos e, sem serem ouvidas, escapam das estatísticas e da rede de proteção socioassistencial.

Com este preâmbulo, reafirmo minha posição de mulher com um cotidiano permeado por violências de gênero, mas que me arvorei com uma lufada de atitude e determinação para transpor o silenciamento destinado às mulheres, objeto desta pesquisa no

‘mundo’ historiográfico feminino, cujos olhos a noite não adormecerá, assim como não adormecerão suas memórias, estas desfiam o mosaico das violências de gênero bordadas em seus corpos e suas almas delineadas por símbolos representados pela ordem patriarcal, conforme a gramática sexual. Não obstante, quero enfatizar que esta pesquisa é uma reafirmação do silêncio rompido em torno da representação e do imaginário feminino escrito por mãos masculinas. Mulheres não apenas têm histórias, mas fazem suas histórias.

1.1 MULHER, MULHERES E SUAS HISTÓRIAS (BEM OU MAL) CONTADAS

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que queremos (FREIRE, 2014, p. 42).

Minha trilha como pesquisadora não me fez indagar (somente no momento de escrever sobre a trilogia *Mulher, Mulheres e suas histórias (bem ou mal) contadas*) qual escala hierárquica seguir: a violência contra as mulheres ou a história das mulheres? Mas, neste momento de pesquisa, quero me debruçar sobre inquietações baseadas nas histórias indizíveis de mulheres trabalhadoras rurais. Meu interesse nessa lógica sequencial é originário das leituras e apreensão dos ensinamentos de autoras²⁶ que, tão sabiamente, não só denunciam a afonia, silenciamento e opacidade compulsória a que as mulheres são compelidas nas suas narrativas cotidianas, mas também e, conseqüentemente, enfatizam sua objetificação escrita por mãos masculinas. Perrot (2017), ao desocultar o silenciamento das mulheres, auxilia no entendimento de suas ausências no espaço público, reservado aos homens. Sobre esse aspecto, explica:

[...]. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silenciamento das mulheres fazem parte da ordem das coisas. [...].
Por que são pouco vistas, pouco se fala delas [...]. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. [...]. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. [...]. Quanto aos observadores, ou aos cronistas, em sua grande maioria masculinos, a atenção que dispensam às mulheres é reduzida ou ditada por estereótipos. [...]. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. Eis aí a razão para o silêncio [...] (*Idem*, p. 17).

²⁶ Ver, por exemplo, Perrot (1995), Soihet (1997), Dias (1995), Carneiro (2002), Gonzalez (1984), Hooks (2015) e Del Priore (1998).

O cenário misógino constatado de esquecimento e negação fez insurgir com vigor, mundialmente, nos anos de 1970, a história das mulheres. Definida como campo promissor nas pesquisas acadêmicas feministas (SCOTT, 1992; DEL PRIORE, 1998; SOIHET, 2001), essa conquista permitiu descortinar suas histórias ora como sujeitas, ora como objetos, desta feita escritas por elas, retirando-as do isolamento intelectual a que foram confinadas ao longo dos anos.

Pesquisas enfatizam ser a ruptura da integridade psicológica, física, moral, patrimonial, sexual contra nós mulheres, de modo geral, naturalizada e, em sua versão simbólica, um *continuum* caminhar na direção do homem para a mulher. Neste sentido, a violência de gênero contra mulheres pode ser entendida também como fenômeno social absoluto, soberano, não escolhe, tampouco faz acepção à figura feminina. Esse homem é revestido de sua couraça machista, sexista e, compelido a materializar a relação patriarcal de gênero, usa de sua liberdade e avilta corpos e almas de mulheres que, devido à sua força física inferior, cedem, não admitem os atos brutais de seu opressor em estado de impotência (SAFFIOTI, 2014). Não obstante, sua materialização atemporal atravessa categorias de gênero, raça/etnia, credo religioso, território, classe social, capital cultural, orientação sexual, idade/geração, casta, laços consanguíneos e afetivos. Destaca-se aqui, porém, a violência racial velada pela decantada democracia racial e pela ambígua visibilidade da categoria racismo, pois enquanto se afirma é negado²⁷ (CARNEIRO, 2002; GOMES, 2005). De forma explícita, Lélia Gonzalez (1984), em seu texto sobre racismo e sexismo na cultura brasileira, traz como exemplo do paradoxo/antítese afirmar e negar a seguinte provocação:

Racismo? no Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com feições finas... Nem parece preto (*Idem*, p. 226).

Não obstante, indispensável para superar os anos de intensa escravidão é esforçar-se para parecer ser ou se igualar à classe superior, somente ela pode ter profissionais médicos, serem educados, finos, eruditos, e nessa negação é refutado o mito da democracia racial; diferenças se traduzem em respostas a essa falácia.

²⁷ Lino (2005) nos convida à reflexão no tocante às relações de gênero estereotipadas nos números oficiais, estes apontam realidades assimétricas no quesito raça (classe)/gênero (principalmente) ao se referirem a direitos sociais como educação, trabalho. Caminhando na questão da violência, o Mapa da Violência (2015) registra a expressiva ocorrência do feminicídio que atinge as mulheres negras nas regiões brasileiras.

Ressalto, ainda, que esse guarda-chuva acomoda tais violências, que, na maioria das situações, se materializam simbolicamente (BOURDIEU, 2014; SOIHET, 1998). Trata-se, sobretudo, de mulheres que, na caminhada de vida, foram invisibilizadas, silenciadas e transformadas pela dominação masculina em esteio do homem.

A subordinação da mulher, no contexto social brasileiro, advém de períodos históricos denunciados pelas literaturas sobre a condição da mulher não sujeita (PERROT; 1995; DIAS, 1995; DEL PRIORE, 1998; SOIHET, 1997, 2008). O acervo bibliográfico registra momentos do Brasil Colônia em que a mulher foi coisificada. Na qualidade de mercadoria e objeto, mulheres sobreviviam precariamente, em condições subumanas, escravizadas, oprimidas e susceptíveis a violências múltiplas. Essas mulheres de origem africana, ‘da senzala’, permaneceram resilientes às formas brutais de tratamentos hostis e inventaram saídas.

De acordo com Dias, “[...] sobreviver já era uma vitória. [...] No Brasil, vistas mais como mercadorias do que como seres humanos, essas mulheres foram obrigadas a trabalhar e a sobreviver em condições extremamente precárias, [...] não morrer, não adoecer, e não enlouquecer [...]” (DIAS, 2012, p. 360) na Casa Grande, enquanto serviçais dos colonizadores e de suas senhoras.

No livro *Quotidiano e Poder: em São Paulo no século XIX* (1995), da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, precursora na historiografia das mulheres brasileiras, encontra-se uma releitura da vida de mulheres no tocante às suas singularidades e pluralidades, a partir de suas adjetivações, seus múltiplos estratos sociais: negra, trabalhadora, índia, mestiça, forra, escrava, pobre, ativista, improdutivo, ‘cabeças de fogo’²⁸. Ela evidencia elementos relevantes, fatos e episódios ocorridos nos séculos analisados, bem como a importante contribuição das mulheres no contexto social, econômico, político e histórico do Brasil.

Para tanto, Dias (1995), ao ressignificar a imagem das mulheres nos fatores multideterminados que as posicionam na condição de labor para garantir meios de sobrevivência, reforça que:

O espaço de sobrevivência das mulheres pobres, brancas, escravas e forras na cidade de São Paulo coincidia com a margem tolerada de relativa autonomia dos desclassificados sociais; difícil, se não impossível, de ser devidamente policiada, cresceu com a urbanização, multiplicando oportunidades de improvisações de papéis informais; na cidade, as

²⁸ Segundo a autora, essa expressão se refere às mulheres que atuavam como principais provedoras de seus domicílios.

mulheres pobres circulavam pelo espaço social – fontes, lavadouros, ruas e praças –, onde se alternavam e sobrepunham o convívio das vizinhanças e dos forasteiros, do fisco municipal e do pequeno comércio clandestino, as fímbrias da escravidão e do comércio livre. [...] mulheres pobres, em sua faina por um ganha-pão precário. Anônimas viveram antes o tempo dos pequenos e a luta de sobrevivência dos oprimidos [...] (*Idem*, p. 19; 27).

Ao contrário dos estereótipos de uma figura feminina ‘frágil’, ‘sem serventia’, ‘submissa’, que desempenha um ‘papel secundário’, tanto na época da análise da autora mencionada quanto na atualidade, ressalta-se que, com menos frequência, são as mulheres, sujeitas sociais, que, nas suas vidas, experienciaram, e experienciam, árduas lutas para a manutenção das despesas, através da ocupação compulsória de espaços públicos e privados, principalmente, conforme afirma a autora, as mulheres ‘cabeças de fogo’, pertencentes à classe popular. As ‘cabeças de fogo’ contemporâneas, em certos casos, estão inseridas no mundo do trabalho informal, subempregos, desprotegidas dos direitos trabalhistas e, na maioria das vezes, cumpridoras das condicionalidades de programas de transferências de renda, fatores que acarretam as suas atribuições, em meio a uma diversidade de papéis que assumem socialmente.

Rachel Soihet (1997), em sua produção *Violência Simbólica: Saberes Masculinos e Representações Femininas*, analisa as representações da violência simbólica na vida de mulheres no século XIX. A autora alerta que no final do século XIX e início do século XX a compreensão feminina se pautava em atitudes de submissão e comportamento nos moldes das convenções, regras e leis da época. A disciplina e o controle na vida dessas mulheres evidenciavam o fenômeno da violência cotidianamente. Destarte, as mulheres mais pobres enfrentavam a violência multiforme, estigmatizada pela categoria classe social, o que poderia se intensificar quando de linhagem africana. “[...] não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua condição de gênero; [...]” (SOIHET, 2008, p. 363).

A autora destaca a influência da Igreja Católica em manter a submissão feminina no contexto da época. Entre os ensinamentos religiosos, tornava-se irrelevante a discussão sobre igualdade entre homens e mulheres, assim como, resultava na sua dispensa compulsória face ao direito à participação na vida social e política do país. As formas simbólicas representadas pela assimetria de gênero, que percorria desde questões religiosas até a educação formal, eram partes integrantes do cotidiano das mulheres da época.

A violência simbólica, enquanto fenômeno “naturalizado” e intrínseco às relações de gênero, haja vista a incorporação dos instrumentos de dominação pelo ser dominado,

contribuiu para o fortalecimento dos mecanismos da submissão/opressão predominantes. Decerto, quando a mulher se torna alheia à vida social e política, tem comprometida a sua autonomia enquanto sujeita política.

Soihet (1997, p. 4-5) esclarece que:

[...] a violência não se resume a atos de agressão física, decorrendo, igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e submissão feminina. [...] definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal.

Essa mulher representava a família, enquanto o homem, racional, detentor das faculdades mentais, pertencia aos ‘mundos’ social e familiar. No que se refere à educação, somente os homens acessavam a educação superior, bem como as profissões da área de exatas. Na sociedade da época, a mulher permanecia com papéis previamente definidos: submissas e oprimidas. Suas funções laborais estavam em consonância com o cuidado materno e a administração do lar.

Embora o trabalho de Soihet (*Idem*) reflita a submissão feminina e o poder masculino, a autora faz um paradoxo com as lutas feministas, com vistas à cidadania plena das mulheres, o que contrariava o ideal preconizado na época do Iluminismo (A verdade das luzes). Mulheres mártires, como Olympe de Gouges, em sua luta pela defesa dos Direitos da Mulher, foi condenada à morte; Nísia Floresta, por sua vez, pela via da imprensa escrita, publicou algumas das insatisfações femininas, a exemplo do direito à educação, ao divórcio, à independência econômica, aos direitos civis e políticos; Bertha Lutz, importante ativista do movimento em defesa da cidadania plena da mulher, lutou em favor do direito ao voto feminino.

Nas primeiras décadas do século XX, atendendo aos interesses da nova ordem econômica que se instaurava no Brasil, os papéis de mãe e esposa exercidos pela mulher serão exaltados e, ainda nos anos 1950, o apostolado do ser mulher demarca como principal papel da mulher o de esposa-mãe, tido como inerente à “natureza” feminina, o que envolvia praticar a renúncia, a dedicação e a submissão, em oposição à participação no mercado de trabalho, à força e ao espírito aventureiro associados como marcas de masculinidade (TAVARES, 2002).

Os anos 1970 foram importantes para a história dos movimentos feministas nacionais e internacionais, haja vista a visibilidade que tais movimentos alcançaram a partir de suas mobilizações em defesa da mulher. Nesse período, constatada a negação e o

esquecimento da história das mulheres, as feministas antecedem aos historiadores/as e emergem, com todo vigor, para promover discussões relevantes sobre a historiografia das mulheres (DEL PRIORE, 1998; SOIHET, 2001).

A destituição de poderes e a participação de mulheres na vida política e social, em espaços educacionais que extrapolem a administração de “cuidados”, atribuem-lhes lugares socialmente demarcados pelo poder masculino, a exemplo do espaço de reprodução social, logo, símbolos que colaboram para a violência simbólica instalada e, em certas ocasiões, naturalizadas pela mulher. Sendo assim, a partir de uma visão Católica, a ideologia de igualdade entre homens e mulheres tornava-se um discurso vazio, desnecessário no cotidiano feminino.

Embora a trajetória histórica das mulheres registre aspectos significativos no tocante às conquistas e resistências referentes ao processo emancipatório dessa categoria, podemos analisar que, nos anos 1970, as autoras Soihet (2001) e Del Priore (1998) destacam contornos sinuosos durante o percurso desse processo, caracterizado por negação e esquecimento. As autoras apontam dois acontecimentos na década de 1970: primeiro, a emergência do feminismo e sua interligação com a antropologia e a história das mentalidades; segundo, período relevante na produção intelectual com a descoberta da história social e das novas pesquisas apoiadas pela memória popular, em que “[...] as militantes dos movimentos feministas fazem a história das mulheres antes mesmo que as próprias historiadoras a façam” (SOIHET, 2001, p. 8).

Os registros historiográficos sobre as mulheres assinalam que a sociedade androcêntrica se responsabilizou por narrar suas histórias, fato que as levou a se tornarem herdeiras de “um presente sem passado, de um passado decomposto, disperso, confuso” (DEL PRIORE, 1998, p. 217). A memória que visibilizava o importante papel da mulher na sociedade brasileira emergia sem passado. Afinal, as mulheres, segmentos sociais, por um longo período foram invisíveis à História (AMORIN, 2003).

Perrot (1995) contribui para essa reflexão ao salientar que:

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos (*Idem*, p. 11).

Resistir e persistir contra a desigualdade de gênero é marco referencial do campo político dos movimentos de mulheres e das feministas²⁹. No Brasil, há mais de quatro décadas mulheres se articulam e se mobilizam para desarraigar a violência de gênero. Motivada pelas expressões da assimetria de gênero, em muitos episódios o domicílio familiar é o cenário mais comum onde se materializa a desigualdade de gênero pela condição feminina sob a dominação masculina a partir da relação patriarcal de gênero. Por ser mulher está condicionada à opressão do homem, com quem, geralmente, possui vínculo afetivo. Matrizes de exclusão social como gênero, geração, raça, classe, entre outros, contribuem para intensificar o processo de opressão da mulher e subjugar-la na condição de “sexo frágil”, subalterna, dominada.

1.1.1 Patriarcado – violências de gênero – violência simbólica: “eu vejo o futuro repetir o passado...”

[...]. É o sistema patriarcal que nos coloca como ‘diferentes’ para justificar nossa exploração, mascarará-la. É ele que nos impõe a ideia de uma ‘natureza, de uma ‘essência feminina’ (RIAL *apud* FERRAND, 2005, p. 681).

As marcas do Brasil Colônia em nossas vidas, na condição de mulheres negras, na atualidade, trazem representações erigidas a partir da desigualdade de gênero, na definição do que é ser mulher com base na inferioridade/submissão feminina perante o homem opressor. Neste breve espaço, sem pretensão de ampliar querelas feministas acerca da polissemia, e consequentemente da semântica diante do patriarcado, não ontológico, contudo real, histórico, de modo justificável à minha temática, faz-se necessário problematizá-lo enquanto sistema desumano e opressor na vida de mulheres quando se materializa pela violência secular. Dessa forma, justifica ser o direito patriarcal naturalizado na vida humana. “[...] um problema privado e familiar que pode ser resolvido se as leis e as políticas públicas tratarem as mulheres como sendo exatamente iguais aos homens [...]” (PATEMAN, 1993, p. 35). Neste ponto de discussão, a base sustentável para descortinar publicamente o patriarcado reservado e legitimado ao espaço familiar é, então, analisá-lo como poder político.

De forma mais didática, Delphy (2009) considera o patriarcado um ‘velho conhecido’. Não obstante, no final do século XIX, assim como no século XX, mudanças na sua acepção acompanham o contexto histórico. Na emergência da segunda onda feminista,

²⁹ Para melhor análise consultar Carmem Silva e Sílvia Camurça, na obra *Feminismo e Movimentos de Mulheres* (2013).

datada do final dos anos 1960 (PATEMAN, 1993), e na década de 1970, como enfatizado pela autora, o patriarcado é entendido como uma “[...] formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. [...], quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres [...]” (*Idem*, p. 173).

Como propõem Teles & Melo (2003), os *locus* socialmente atribuídos à mulher, nos moldes patriarcais, guardam semelhança com as telhas que se enfileiram no telhado, bem como escamas sobre a epiderme do peixe. A partir de um viés feminista, as autoras suscitam uma reflexão e ação quanto às armadilhas sutis e ambíguas da violência de gênero, uma violação de direitos das mulheres como sujeitar-se à opressão, submissão, dominação, conforme preconiza o sistema patriarcal. “Enfim, a sociedade humana, na qual ainda prevalece a ideologia patriarcal que estabelece a supremacia masculina e impede o pleno desenvolvimento das mulheres, discriminando-as de diferentes maneiras” (*Idem*, p. 17).

O entendimento dissimétrico entre o homem e a mulher fundamentado na relação patriarcal de gênero é premissa para explicar a perpetuação da violência contra mulheres em esfera mundial. Tem como justificativa a questão de gênero, o ser mulher. De forma desmedida atinge crianças, jovens e mulheres adultas e independe dos marcadores de diferenciação como gênero, raça, sociais, econômicos, geracionais a quem irá vitimizar. Contudo números oficiais³⁰ apontam para o vetor gênero e raça como principais impulsionadores dessa expressiva estatística de opressão feminina. A violação de direitos, neste caso, tem um perfil distinto: mulheres negras e, preferencialmente, oriundas de classe popular.

Mulheres na diversidade dos espaços geográficos que ocupam determinada posição social, assim como seus traços físicos, orientação afetivo-sexual, estão susceptíveis a essa teia da violência de gênero. Sua condição de ser mulher é *sine qua non* à ideologia machista de submissão/opressão feminina e, conseqüentemente, retroalimentação do sistema patriarcal. Com isso, historicamente, as mulheres têm experienciado diferentes tipos de violência, tais como a simbólica³¹, a psicológica, a física, a moral, a patrimonial ou a sexual, construídas e consolidadas pelas relações desiguais entre mulheres e homens, articuladas com suas bases materiais aos eixos de exclusão de gênero, raça/etnia e classe social. Essas experiências impulsionaram mulheres a lutar, coletivamente, por justiça social, pelo fim da desnaturalização de problemas determinados pelas relações sociais, que indignam esse coletivo, quando seus direitos são violados em favor de uma sociedade modelada pelo

³⁰ Mapa da Violência 2015 e Atlas da Violência 2018 (WAISELFISZ, 2015; IPEA, 2018).

³¹ Ver, por exemplo, Soihet (1997).

patriarcado e estereótipos da figura feminina, submetendo-a a padrões e normas estabelecidos pelo domínio e poder do homem sobre a mulher no contexto conjugal brasileiro.

Por se tratar de violência simbólica, invisível, naturalizada, configura-se propulsora do conjunto das violências de gênero contra mulheres, sendo, em determinadas ocasiões, tão sutil que passa despercebida tanto para quem agride como para quem é agredida. Por seu intermédio podemos compreender a relação entre quem domina e quem é dominado no bojo do processo construído pelos aspectos histórico, cultural e linguístico (CHARTIER, 1995). Arraigada pela ideologia patriarcal, a violência simbólica é consolidada como prática radical, natural, irreduzível e universal, além de recorrente, principalmente na vida de mulheres aviltadas que concebem a figura masculina como a “cumeieira da casa”³².

Certamente, a violência simbólica não se vê, todavia, mas deixa marcas na alma. Neste sentido, Bourdieu (2014, p. 12), em seus escritos, convida a uma reflexão sobre a lógica da dominação masculina, ao dizer que esta pode ser “[...] exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante como pelo dominado, de uma língua [...] de um estilo de vida [...] e, geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma [...]”. Em outra passagem desse mesmo livro o autor enfatiza a violência simbólica como um fenômeno permitido por quem é acometido por ela, e segue em suas considerações dizendo que:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante [...] quando ele não dispõe, para pensá-la para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural (BOURDIEU, 2014, p. 56).

A violência de gênero contra a mulher se apresenta na vida social como fenômeno polissêmico, multicausal e multiforme (BANDEIRA, 2014). É comum haver uma relação assimétrica de gênero, esta, conseqüentemente, posiciona a mulher como oprimida, submissa, isolada, medrosa, intimidada (*Idem*). Ainda nas palavras da autora, a violência de gênero “[...] É considerada como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica por parte de alguém, com a finalidade de submeter o corpo e a mente à vontade e liberdade de outrem” (*Ibidem*, p. 460).

³² Refiro-me à fala de uma das mulheres que, ao ser perguntada sobre igualdade de gênero, explicou: “A mulher não é igual ao homem, ele é a *cumieira* da casa”.

Lisboa (2014), ao ampliar discussões referentes à violência de gênero, políticas públicas e serviço social, chama atenção quanto à visibilidade do fenômeno social da violência de gênero nas intervenções de assistentes sociais. Ressalta, também, que a diversidade da violência de gênero abarca múltiplas e heterogêneas problemáticas e ultrapassa atos brutais visíveis, cujas manifestações se corporificam silenciosamente, podendo ser denominada “violência sem sangue”, tornando-se oportuno trazer a fala de uma das mulheres rurais³³, ao se referir à violência moral (psicológica/emocional³⁴), que assim evocou: “[...] tem certas palavras que é pior que um tapa”, ao se manifestar sobre o aspecto simbólico, a sutileza com que esse fenômeno de violação afeta a integridade psicológica da mulher, geralmente confinada entre as ‘quatro paredes do domicílio’, que, na visão de Velázquez (2006, p. 143), é

[...] definido por várias formas: violência doméstica, mulheres maltratadas, violência familiar ou intrafamiliar, violência conjugal, violência sexual (dentro da família e em diferentes domínios da comunidade). Ele também propõe problemas mais específicos, como o abuso sexual de crianças, abuso infantil e incesto (violência por ser uma mulher). [...] faz referência ao contexto em que os fatos são gerados, desenvolvidos e manifestados, violência, o tipo de danos que causam, os vínculos entre os assuntos envolvidos e seus efeitos psicológicos e sociais. Todos eles compartilham alguns elementos básicos que caracterizam a violência de gênero: coerção, intimidação, ameaça, coerção, abuso, força, controle e poder.

Essa violência sem sangue ou mesmo invisível atinge a alma da mulher. Ela é abordada por Saffioti (2002) em seu trabalho sobre *As contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Para a autora, esse machucado invade o subconsciente das mulheres, em virtude da estrutura hierárquica que rege as relações conjugais.

Trata-se de um fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso violência para realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres (*Idem*, p. 3).

³³ Depoimento que antecedeu a pesquisa de campo, dado durante a implementação do Projeto extensionista *A “Maria da Penha” em movimento: conversando e aprendendo sobre violência contra a mulher em contextos rurais das cidades baianas de Governador Mangabeira e Muritiba*, desenvolvido em 6 comunidades rurais, de outubro/2015 a maio/2016, que objetivou promover e contextualizar ações político-educativas inspiradas na pedagogia feminista transformadora que visibilizassem multifaces das violências de gênero contra mulheres inseridas no labor rural das cidades do Recôncavo Baiano: Governador Mangabeira e Muritiba, capazes de avivar lutas e resistências feministas contra o patriarcado, fundante da opressão, dominação, exploração, discriminação e desigualdade entre homens e mulheres.

³⁴ Sobre o olhar hierárquico das violências, Saffioti (2014a) reforça que se faz presente na materialização das multifaces do fenômeno social consolidado pelo patriarcado. (Sujeição das mulheres aos ditames masculinos), a violência emocional. Todavia, embora as marcas sejam invisíveis, as cicatrizes se instalam nas almas femininas.

A percepção da igualdade/desigualdade de gênero e a relação binária: homem dominador – mulher dominada se dá na dimensão simbólica, essa manifestação tende a camuflar a opressão e submissão de gênero, a dominação masculina está arraigada na sociedade brasileira que herdou normas e “estereótipos vigentes acerca da relação homem/mulher que previa a subordinação feminina e a aceitação passiva dos percalços provenientes da vida comum” (SOIHET, 2008, p. 377).

As lutas sociais desencadeadas por mulheres, coletivamente, atuam como instrumento para visibilizar a condição de opressão/subordinação/dominação da mulher e, concomitantemente, compreender a formação histórica e cultural na sociedade brasileira que cristaliza a desigualdade de gênero. As lutas sociais constituem os movimentos sociais que, para Silva e Camurça (2013, p. 9), são:

[...] um processo contínuo de ações coletivas com algumas características que lhes são próprias [...]. A força dos movimentos sociais está na sua capacidade de explicar o problema ou situação que se quer enfrentar. [...]. A ação dos movimentos sociais se faz frente ao Estado.

A ação dos movimentos sociais frente à esfera estatal, incontestavelmente, fomenta respostas às demandas e pressões de grupos sociais alijados de direitos e em situação de opressão/subordinação, a exemplo de mulheres em situação de violação de direitos humanos.

Destarte, as mulheres mais pobres enfrentam a violência multiforme, estigmatizada pela categoria classe social, o que poderia se intensificar quando de linhagem africana. “[...] não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua condição de gênero [...]” (SOIHET, 2008, p. 363).

Nessa caminhada histórica das mulheres, revanches às multifaces da violência perpetradas pela figura masculina revelam que há circunstâncias em que a submissão dá lugar à cólera feminina, conforme registrado na literatura, na análise que segue:

[...] muitas populares vítimas rebelaram-se contra os maus-tratos de seus companheiros numa violência proporcional, precipitando soluções extremas; mais uma vez desmentindo os estereótipos correntes acerca de atitudes submissas das mulheres (*Idem*, p. 370).

Nessa assertiva, a autora ilustra, com narrativas, episódios que foram vivenciados por famílias do Rio de Janeiro e que podem ser exemplificados no caso relativo à vida ceifada

de “Marcolino Ferreira da Costa”, por sua esposa, “Arminda Marques de Oliveira”, lavradora, com quem constituiu matrimônio por quase duas décadas. O desaparecimento da harmonia familiar causada pela embriaguez do companheiro consta nos relatos de Arminda, a seguir:

Muitas vezes apanhava de pau; que Marcolino não tinha mais o menor respeito à família, quer dizendo em frente de seus filhos palavras obscenas, quer praticando com a depoente atos sexuais em sua presença; que a isso era forçada pois que Marcolino tinha um gênio irascível (SOIHET, 2008, p. 371).

Poder-se-ia fazer a releitura de tantos outros acontecimentos discorridos pela autora, entretanto, quando na implementação do projeto de pesquisa realizado com mulheres trabalhadoras rurais, registramos, também, ocorrências de atos violentos cometidos por mulheres cansadas de apanhar e serem ameaçadas de morte por homens com quem constituíram laços matrimoniais. Em um contexto onde a violência precisa de um basta, mulheres reagem à dominação masculina como forma de findar com as sessões de maus-tratos, divergindo com a categoria “vítima”, com a qual, também, não concordo, conforme ressaltado por Saffioti (2002, p. 4), ao dizer que:

[...] as mulheres sempre reagem contra o agressor, das mais diferentes maneiras. Suas reações podem não ser adequadas para pôr fim à violência de seus parceiros [...]. Por que, então, continuar denominando as mulheres que sofrem violência de gênero, [...] doméstica e intrafamiliar de vítimas?

Com a aplicação da técnica de grupo focal, reunimos relatos de mulheres trabalhadoras rurais, protagonistas do projeto sobre as representações sociais da violência contra a mulher em contextos rurais baianos, as quais discorreram sobre situações de violência que insistiam em continuar nos seus cotidianos. Tais mulheres, apesar de todo o labor na lavoura, desempenhando papel complementar e subalterno (SOIHET, 2001), vivenciam as dificuldades para acesso às políticas públicas, a exemplo de equipamentos das áreas de educação, creche, saúde, lazer, sistema de proteção social, quando, em situação de violência doméstica ou familiar, deram suas contribuições à nossa pesquisa, relatando a trajetória conjugal, momentos de assimetria de gênero.

Nesse contexto, vale enfatizar que a história das mulheres, público-alvo desta pesquisa, não pode ser universalizada nas vidas femininas, pois a violência doméstica e ou familiar não está, necessariamente, imbricada com a reciprocidade de momentos violentos ou

revanches que potencializam a desigualdade de gênero, além da falta de respeito à pessoa humana, seja feminina ou masculina.

A análise de falas de mulheres que cotidianamente conviveram com a violência nas suas multifaces mostra como encontram formas próprias de defesa dessa violação de direitos humanos, em especial na condição de esposa, companheira de homens violentos que impuseram domínio sobre suas companheiras pela violência física e psicológica, conforme pode ser visto no relato de duas mulheres trabalhadoras rurais, quando dão um ‘basta’ à situação de violência doméstica, que, materializada em agressões físicas, resultava em outras formas de violência, como a psicológica, a patrimonial e a simbólica, que a condição de esposa, mãe, cuidadora, administradora da casa lhe confere ao ‘naturalizar’ papéis femininos’ como intrínsecos à mulher, o que colabora, não somente com a assimetria de gênero, mas, também, com a invisibilidade da mulher, sujeita política, portanto, em busca da igualdade de gênero.

Decerto, o fenômeno da violência contra a mulher, enquanto fator multideterminado, multicausal e multifacetado, faz parte das releituras historiográficas das mulheres (BANDEIRA, 2014). Desde o Brasil Colônia a imagem da mulher traz, implicitamente, a violação de direitos humanos naturalizada nas relações de poder masculino que é materializada nas vidas de mulheres trabalhadoras rurais.

1.2 MOVIMENTO FEMINISTA, MOVIMENTO DE MULHERES E LEI MARIA DA PENHA: LUTAS, RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS

Mulheres permanecem expostas a violações de seus direitos humanos numa escala global em etapas históricas e culturas distintas. Soares (1999, p. 127), todavia, ao referir-se a essa mulher castigada, vitimizada pelo controle masculino, enfatiza que a agredida é associada à figura feminina definida pelo feminismo tradicional, sem problematizar identidades de gênero.

Sociedades de cunho androcêntrico, sexista, racista, patriarcal, classista, lebo/trans/fóbico, etarista, como no caso da brasileira, culpabilizam as mulheres pelas agressões visíveis ou invisíveis acometidas, geralmente, por homens com ou mesmo sem vínculos afetivos. Imersas numa ordem social injusta e discriminatória – em que a luta pela sobrevivência pode se constituir em aspecto desencadeador da subordinação feminina que, na maioria dos casos, reforça o seu duplo papel na produção e reprodução da força de trabalho – as mulheres são impelidas, em menor ou maior grau de sujeição, a conviver oprimidas,

subalternizadas, exploradas tanto nos espaços públicos como domésticos. Contudo a incidência da violência, no âmbito da conjugalidade, é mais recorrente. Para tanto, Bandeira (2009, p. 404), ao referir-se às expressões cunhadas para designar atos brutais contra mulheres, complementa:

[...] a violência é dirigida contra a mulher, não simplesmente na condição de ser vítima, mas, sobretudo, por causar uma ruptura com a condição de humanidade da pessoa, atingindo sua integridade plena, causando dor, sofrimento e medo. Ancora-se, necessariamente, na existência de relações de poder assimétricas, de hierarquias, visíveis ou não, pois se trata, concomitantemente, de uma violência derivada de relações sociais de gênero produzidas historicamente.

A autora também chama atenção sobre a dimensão relacional de gênero, capaz de transcender a zona de vínculos afetivos e alcançar a vida pública através da materialização da violência manifestada na hierarquia construída socialmente para dar poder ao macho sobre as mulheres.

Essa forma de dominação masculina, traduzida em violência doméstica, é concebida por Bandeira (2013, p. 77) como um “[...] ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra as mulheres (alguém) e se caracteriza por relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, pela intimidação, pelo medo e pela insegurança”. Na atualidade, este fenômeno social continua a invadir a vida de mulheres, alastra-se em todas as classes sociais e independe de raça/etnia, cor, casta, religião, geração, condição sexual, espaços geográficos e tem por base a ideologia de gênero acirrada pela questão racial em função do racismo, gerador de múltiplas violências na trajetória de mulheres negras (TAVARES; SARDENBERG; GOMES, 2011; CARNEIRO, 2003). Consequentemente, atos brutais, visíveis ou não, com ou sem sangue, marcam corpos e almas de mulheres numa complexidade desmesurada, ao ponto de desencadearem estados de dor e sofrimento, logo, tendem a viver à sombra da incerteza de serem felizes (BANDEIRA, 2014).

O feminismo como movimento social e político propõe ações de enfrentamento da dominação e exploração da mulher pelo homem nos moldes patriarcais. Para Silva e Camurça (2013), esse movimento feminista que emerge a partir dos anos 1960 até os dias atuais:

[...] é um dos movimentos que se enquadram na ideia de ‘novos movimentos sociais. O feminismo, [...] é aquele que tem o foco permanente de atenção no enfrentamento da dominação e exploração das mulheres pelos homens e pelas instituições sociais, [...] instituições patriarcais (*Idem*, p. 22).

Segundo Costa (2005), o feminismo emerge das ideias iluministas e ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana, neste sentido, é caracterizado como movimento moderno liderado por mulheres que lutavam (e lutam) por direitos universais:

[...] o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas, tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com política. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política (COSTA, 2005, p. 10).

A desnaturalização da violência contra a mulher, a partir dos anos 1970, ganhou visibilidade com as lutas sociais dos movimentos feministas e de mulheres. Nesse processo, inicia-se a luta política para fazer valer a igualdade de gênero, ampliar a discussão no espaço político da afirmação que “o pessoal é político” (COSTA, 2005), o que deu ênfase para que, na agenda política, a questão dos direitos da mulher fosse incluída, principalmente a responsabilização do poder público na implantação de políticas públicas que garantissem direitos à mulher, melhoria de vida, a exemplo de construção de equipamentos como creche para suporte na criação de seus filhos/as; qualificação profissional; fim das diferenças entre os papéis sociais e econômicos de homens e mulheres.

Costa (2005) ressalta ainda que esse slogan não deve ser interpretado apenas na ótica de luta mobilizadora, e sim levantar questões nos parâmetros conceituais da categoria do ser político, o que contribuiu para a criação de documentos regulatórios, punições dos agressores e, conseqüentemente, um conjunto de serviços para proteção e prevenção, logo, assistência às mulheres violentadas e criação de mecanismos que ampliem a discussão sobre a necessidade de o Estado assegurar a proteção em casos de violência doméstica e familiar e consolidação de direitos às mulheres.

Pasinato (2006) aponta que devido às lutas feministas pela igualdade de gênero, após a década de 1970, o fenômeno da violência contra a mulher se constituiu em lema principal dos movimentos de mulheres. A autora ressalta que a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher no estado de São Paulo contribuiu para promover um atendimento especializado³⁵ e enriquecer o acervo bibliográfico, cujas discussões se estruturaram nas

³⁵ As Delegacias da Mulher são consideradas a primeira política pública especializada para o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar (GREGORI, 2006).

temáticas da institucionalização, do combate e prevenção da violência nos seus aspectos judiciais.

No Brasil, o movimento feminista³⁶ protagoniza a luta pela eliminação de toda forma de violência contra a mulher e levanta a bandeira contra a absolvição dos autores de homicídios de mulheres. Registra-se neste recorte temporal, precisamente em 1975, o Ano Internacional da Mulher, assim declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1979 esse organismo aprovou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher. Na década posterior, grupos feministas SOS-Mulheres foram criados com o objetivo de amparar as mulheres vítimas de violência nos aspectos jurídico, psicológico e social. Nos anos 1980 materializa-se a política institucional pública, a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher³⁷; vários eventos nesta década enfatizaram as lutas em defesa da mulher e garantia como sujeita de direitos.

Pela via do reconhecimento dos direitos das mulheres, o Brasil teve participação e é signatário das Conferências³⁸ da ONU realizadas na década 1990. As autoras Tavares, Sardenberg e Gomes (2012) reforçam que a emergência do feminismo³⁹ foi fundamental para publicizar e politizar a violência baseada nas ideologias de gênero. A visibilidade da violência doméstica e familiar, elevada à condição de problema social, ocorreu nos anos 1960 e 1970.

O processo de redemocratização na década de 1980 proporcionou uma conjuntura favorável à discussão dos movimentos feministas⁴⁰, dos conselhos de direitos das mulheres, do movimento organizado de mulheres e do Estado acerca da violência contra as mulheres, muito embora com pouca visibilidade e espaço na agenda política. Particularmente, em 1987, mudanças na legislação brasileira, oriundas das articulações dos grupos sociais, com o reforço do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, enfatizaram a presença das mulheres no espaço das discussões da Assembleia Constituinte, cujas propostas da sociedade civil foram disseminadas entre os membros do movimento da constituinte através da Carta das Mulheres à Constituinte (TAVARES; SARDENBERG; GOMES, 2012), favorecendo a inserção no texto constitucional da temática da igualdade entre homens e mulheres.

³⁶ Cf. Sardenberg, C. M. B.; Gomes, M. Q. de C.; Tavares, M. S.: A aplicação da Lei Maria da Penha em foco. NEIM/UFBA, 2010 (Cadernos do OBSERVE, 1).

³⁷ Em 1985 foi inaugurada “A primeira Delegacia em defesa das mulheres no Brasil e no mundo [...]” (OLIVEIRA, 2012, p. 176).

³⁸ Em 1993, Viena (Conferência Mundial de Direitos Humanos); 1994, Cairo; 1995, Beijing. (TAVARES, 2010).

³⁹ Ver, por exemplo, Cynthia Andersen Sarti, *O Feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória* (2004, p. 40).

⁴⁰ Ver, por exemplo, Costa (2005).

Marco regulatório estabelecido pela ONU, a Declaração pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres concebe a questão da mulher como problema social (SARTI, 2004) e a violência contra a mulher uma violação de direitos humanos e discriminação social baseada em gênero. Entretanto a luta pela igualdade entre homens e mulheres não se restringe a uma questão de direitos humanos (MORIÉRE, 2010; SCOTT, RODRIGUES, SARAIVA, 2010), os espaços no mercado de trabalho e a questão salarial, a divisão sexual do trabalho e a orientação sexual são questões intrínsecas na agenda política em defesa da igualdade de gênero.

Ao fazer uma releitura acerca da história dos mecanismos que definiram a formatação de políticas públicas⁴¹ com recorte de gênero no Brasil, Pasinato (2006) pontua que⁴² a criação da Primeira Delegacia de Defesa da Mulher e os Conselhos de Direitos foram instrumentos significativos para as mulheres. A visibilidade da violação de direitos humanos contra as mulheres, ou seja, a expressão “violência de gênero”, é compreendida enquanto relação de poder de dominação masculina e submissão feminina, o que somente reforça a ideologia patriarcal construída socialmente e explícita na desigualdade de gênero, opressão e exploração das mulheres.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, realizada no ano de 1994 e popularizada como Convenção de Belém do Pará, no seu Capítulo I, art. 1, concebe esse fenômeno como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na privada”.

Em 2000⁴³ aconteceu a primeira Marcha das Margaridas⁴⁴, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, tendo como protagonistas mulheres do campo e da floresta, a qual atualmente faz parte da agenda permanente do Movimento

⁴¹ Ver, Tavares Sardenberg e Gomes Tavares (2011, p. 3), que destacam três momentos que marcaram a institucionalização de mecanismos no combate à violência contra a mulher e, mais uma vez, são eles os movimentos feministas e de mulheres, que conquistam direitos a mulheres oprimidas e submissas ao poder do macho sobre a fêmea. Assim, podem ser cronologicamente elencados: primeiro, a criação de Delegacias da Mulher, em meados dos anos 1980; em segundo lugar, a implantação dos Juizados Especiais Criminais, em meados dos anos 1990; por último, a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, [...].

⁴² [...] o recurso à vitimização feminina esteve presente nas campanhas contra a impunidade nos crimes passionais promovidos pelo movimento de mulheres; foi um importante instrumento na definição de políticas públicas – sendo as mais importantes a criação das Delegacias de Defesa da Mulher e dos Conselhos Estaduais e Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher (PASINATO, 2006, p. 132).

⁴³ A segunda em 2003, terceira em 2007 e quarta em 2011.

⁴⁴ Para maior aprofundamento visitar a página da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Sindical de Trabalhadoras/res Rurais⁴⁵, de movimentos feministas e de mulheres que visam ampliar a cidadania feminina. Como bem enfatizam Scott, Rodrigues e Saraiva (2010, p. 78): “Com estudos, movimentos, organizações não governamentais e governamentais a situação da mulher rural tem se tornado visível”. Integra a sua agenda de reivindicação o fenômeno social da violência sexista. Já em 2008, como resposta à Marcha das Margaridas, o governo federal lança a Campanha Nacional Mulheres, donas da própria vida – Viver sem violência, direito das mulheres do campo e da floresta, pautada no respeito e dignidade de uma vida sem violência.

No início do século XXI a mulher é amparada pelo Programa de Prevenção, Assistência e combate à Violência contra a Mulher enquanto responsabilização de todos sobre as formas de violência na concepção de “relações patriarcais de gênero” (SAFFIOTI, 2004a). Ao ajustar o olhar na agenda sociopolítica, ampliar a visibilidade da categoria gênero diante da hierarquização patriarcal, historicamente construída entre homem x mulher, no ano de 2006, é sancionada a Lei 11.340, na qual

[...] foi dada uma segunda visibilidade a esse fenômeno, trazendo novamente à trama social a violência contra a mulher como algo a ser repudiado pela sociedade civil e uma questão social a ser prevenida e combatida pelo Estado, mediante políticas públicas que garantam proteção da violência contra a mulher e seus familiares [...] (LIMA, 2012, p. 83).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2009 e 2011 o Brasil registrou 16,9 mil feminicídios⁴⁶ por conflito de gênero, em que a Bahia ocupa o 2º lugar com maior número de taxa de assassinatos de mulheres. Apesar dos avanços legais e da implantação de Delegacias Especiais, os dados revelam que o problema é assustador e urge a necessidade de expandir as políticas públicas para o enfrentamento desta realidade nos estados e municípios brasileiros.

O Mapa da Violência 2015 revela que em 10 anos (2003-2013) mulheres negras foram vitimizadas pelo feminicídio em 54%. Os dados ainda chamam atenção para a diminuição de assassinatos de mulheres brancas e, conseqüentemente, reafirmam que os marcadores sociais de diferenciação – gênero e raça – têm relação direta com as mortes de

⁴⁵ Para melhor explanação ver Scott, Rodrigues e Saraiva (2010).

⁴⁶ O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante (BRASIL, 2013, p. 1003).

mulheres negras. Estatísticas divulgadas no primeiro semestre de 2017⁴⁷ denunciam a permanência desse fenômeno social, feminicídio, expressão final de múltiplas violências sobre os corpos das mulheres.

A Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência constitui-se em um dos principais instrumentos de prevenção, combate e assistência às mulheres, considerando o fenômeno como expressão multifacetada. O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, concebido como instrumento que materializa a Política Nacional, propõe uma intervenção pública de caráter multissetorial, responsável por atender de forma humanitária e qualificada as mulheres em situação de violência via Rede de atendimento⁴⁸, através das seguintes medidas:

[...] da formação continuada de agentes públicos e comunitários; da criação, re-aparelhamento ou reforma de serviços especializados (Casa Abrigo, Centros de Referências, Centros de Reabilitação e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher); da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento a partir da articulação dos governos – federal, estadual e municipal – e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento (II PNPM, 2008, p. 98-99).

A implementação desses serviços de forma efetiva possibilitará às mulheres um fortalecimento para suas tomadas de decisão em (re) construir novos caminhos pautados no protagonismo e na condição de sujeitos de direitos.

A partir das propostas contidas no II Plano de Políticas para as Mulheres na Política e no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher⁴⁹, além das reivindicações dos movimentos de mulheres⁵⁰, em 2007 foi criado o Fórum de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta na perspectiva de dar maior visibilidade à violência de gênero, efetivação e reconhecimento da Lei Maria da Penha no meio rural. Já em 10 de agosto de 2010, através da Portaria 85/10, consolida-se a conquista de direitos às

⁴⁷ Disponível em: <www.compromissoeatitude.org.br>.

⁴⁸ [...] atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção (II PNPM, 2008, p. 99).

⁴⁹ O Pacto consiste em um acordo federativo firmado entre União, Estados, DF e Municípios, que discutirei mas adiante.

⁵⁰ A Marcha das Margaridas é um movimento organizado pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura para o enfrentamento da violência sexista e punição do agressor (BRASIL, 2011). A diversidade de temas presentes na agenda política das mulheres rurais pode ser exemplificada com A Marcha das Margaridas. Em 2011 a Marcha teve como lema o desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade (SCOTT; CORDEIRO, 2013, p. 138).

mulheres do campo e da floresta, por meio das Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta, marco que possibilitará o avanço da elaboração e implementação de políticas públicas para as mulheres do meio rural, tendo a Política Nacional para as Mulheres e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher como referências para suas propostas e ações, a exemplo das Unidades Móveis Rurais de Atendimento às Mulheres.

Uma das contribuições teóricas na contemporaneidade referentes aos serviços de proteção e assistência à mulher em situação de violência no campo é analisada por Scott e Cordeiro (2013), ao estabelecerem contrapontos entre mulheres da cidade e do campo. Para eles, essas mulheres, independentemente dos espaços geográficos onde residem, já foram submetidas às várias tipologias da violência em algum momento de suas vidas. Scott e Cordeiro (2013) apresentam dados relevantes oriundos da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2010. No quesito Lei Maria da Penha, as mulheres residentes na cidade conhecem um pouco mais a Lei (84%) do que as do meio rural (81%). Quanto às denúncias das agressões sofridas, são as mulheres rurais que menos denunciam aos órgãos competentes/segurança pública. Scott e Cordeiro (2013) reforçam que a ausência de rede de proteção à mulher em situação de violência, a exemplo da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), nas cidades de menor porte e em áreas rurais obsta a materialização da Lei 11.340/2006 para as mulheres domiciliadas nestes locais.

Com o advento da Lei 11.340/2006 tornou-se obrigatória a implantação de delegacias para o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, entretanto são constantes os registros de ocorrências de agressão contra a mulher ainda em delegacias comuns, a exemplo da cidade de Governador Mangabeira⁵¹, que não dispõe de DEAM para registro de ocorrências relativas às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Por essa razão, as mulheres recorrem, na condição de agredidas, à delegacia comum da cidade, o que nem sempre é rotina de mulheres rurais, haja vista a diversidade de obstáculos para deslocamento até o Centro, a ausência de recursos financeiros e até mesmo a inexistência de transporte público local, sendo o táxi (carro particular) o principal meio de locomoção para locais distantes de suas residências. Nesta perspectiva, as dificuldades, a saber: residências afastadas do Centro, localidades sem infraestrutura, precarização de transporte coletivo, a ausência de serviços são alguns dos empecilhos enfrentados pelas mulheres acometidas por violências de gênero.

⁵¹ Durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa no sindicato rural dessa cidade as falas das participantes narram essa situação.

As diversas tipologias da violência perpetradas contra a mulher no meio rural pelo homem são configuradas a partir da concepção de violência de gênero numa situação de inferioridade e submissão da mulher modelada pelo contexto social da “ordem patriarcal de gênero” (SAFFIOTI, 2004a, p. 138), que tende a ser reforçada por eixos estruturantes que desencadeiam padrões de desigualdade, quais sejam, as intersecções não hierárquicas, contudo sobrepostas e capazes de oprimir mulheres pela sua condição de gênero, classe, raça/etnia, geração, etarismo dentre outros marcadores sociais, que contribuem para acirrar a negação da igualdade de gênero, logo, vilipendiar o direito das mulheres a viverem dignamente.

Baseada na constituição da realidade rural, a violência simbólica é permanente, mas invisível, pelo fato de fazer parte do cotidiano das mulheres pesquisadas em que as violências psicológicas, a exemplo de xingamentos, depreciação, passam despercebidas por serem recorrentes no seu dia a dia, uma vez que não deixam marcas “aparentes”. Saffioti (2004a) ressalta que a violência psicológica está presente nas diversas tipologias da violência de gênero. Com efeito, a complexidade que envolve este ato brutal e suas mais variadas formas não pode ser analisada isoladamente, é preciso considerar o lugar e o contexto em que está inserido este fenômeno na rede mais ampla da violência estrutural (BANDEIRA, 2013).

1.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEI 11.340/2006

A violência contra a mulher como problema social a ser politizado data do final dos anos 1970. É importante salientar que nesta década mulheres, embora não se identificassem feministas, erguiam bandeiras reivindicatórias contra carestia, na época do ‘milagre econômico’, responsável pelo arrocho salarial; e política pública, a exemplo de creches, na certeza de contribuir para melhoria de vidas, principalmente de mulheres trabalhadoras com sobrecarga em função de trabalhos extradomiciliar mal pagos (HEILBORN, 2000). Não obstante a relevância desses grupos femininos, destaque, neste contexto, grupos de mulheres preocupadas com a invisibilidade da violência em seus corpos e almas, restrita apenas no âmbito privado. E, de acordo com Barros (1997, p. 198),

O fenômeno da violência contra a mulher tornou-se mais visível com o passar dos anos. Para essa maior visibilidade foi decisiva a ação dos grupos preocupados com a questão feminina, que, com suas denúncias, chamaram atenção dos meios de comunicação e contribuíram significativamente para conquistas relevantes nessa área - o que veio a proporcionar uma percepção mais significativa da dominação sofrida pela mulher na sociedade.

Conforme Blay (2009), transcorreram-se, no cenário histórico do Brasil e de outros países, quinhentos anos para que a mulher fosse reconhecida pessoa humana, antes, porém, as expressões ‘homens’ e seres humanos contemplavam a mulheres e homens e invisibilizava a categoria mulher que, na perspectiva androcêntrica do imaginário social, essa questão da flexão em gênero masculino e feminino, a utilização do artigo, por exemplo, a/o, é questão gramatical, então, quando se diz: boa noite a todos, as mulheres devem se sentir contempladas. Em 1993 ocorreu a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos. Neste evento a violência contra a mulher foi criminalizada; daí em diante, a violência contra a mulher foi reconhecida e ganhou legitimidade a expressão Direitos Humanos das Mulheres (BLAY, 2009; SCOOT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010).

Lutas históricas no interior de movimentos feministas e de mulheres⁵², no campo das reivindicações, protestaram, formularam proposições dialógicas com o Estado brasileiro para visibilização e inclusão na agenda política governamental do fenômeno da violência de gênero contra a mulher. Sabe-se que o espaço privado familiar é *locus* da manifestação recorrente de violações de direitos de mulheres. Sua configuração se dá nas relações privadas e familiares. Circunscrito ao espaço doméstico e regulado por relações de poder assimétricas, logo, naturalizado pela via da opressão/subordinação feminina, é tolerado socialmente, inclusive, no caso de feminicídio, ainda há quem tente justificar a materialização da violência em nome da legítima defesa da honra ou sob fortes emoções que acometeram o autor da violência.

Blay (2003), destaca que feministas e promotoras já lutavam nas primeiras décadas do século XX para coibir e punir os crimes passionais, mas foi na década de 1970 que esse movimento ganhou impulso, principalmente após o assassinato de Ângela Diniz por Doca Street, de quem ela pretendia se separar. A morte de Ângela e a libertação de seu assassino culminaram numa forte pressão popular e luta feminista em defesa dos direitos humanos das mulheres, que se organizaram em torno do slogan “quem ama não mata”. Ressalto que o assassinato de inúmeras “Ângelas”, moradoras em bairros periféricos/comunidades desassistidas socialmente pelo Estado, no Rio de Janeiro e na Bahia, por exemplo, invisibilizadas pelo movimento feminista da época, foram assassinadas em nome da ordem patriarcal de gênero. Cabe lembrar que essas mulheres, com vidas ceifadas, tiveram suas histórias invisibilizadas simplesmente por serem da classe popular, e não

⁵² “Os movimentos feministas devem ser distinguidos dos movimentos populares de mulheres [...]” (SCHWEBEL, 2009, p. 144). Para maiores esclarecimentos, consultar Schwebel (2009).

exclusivamente a socialite Ângela Diniz, que representa a pauta da agenda política contra o sexismo.

Essas reivindicações assumiram proporções significativas que culminaram, na década de 1980, na criação de políticas públicas, serviços e mecanismos com a perspectiva de assegurar à mulher uma vida com direito à proteção e cuidados, a exemplo do SOS Mulher, da implantação, em São Paulo, da primeira DDM, além da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina (São Paulo) e do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, e a recomendação na Constituição Federal da criação de mecanismos para coibir a violência na esfera das relações. Os anos 1990 foram marcados por importantes conferências e convenções e, finalmente, em 2006, foi sancionada a Lei 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, com o intuito de prevenir e reprimir a violência doméstica e familiar contra as mulheres (TAVARES, 2010).

Em geral, a violência que vitimiza a mulher é baseada no gênero e tem como justificativa sua condição de ser mulher, imputando-lhe uma posição social subalterna ao poder e controle da violência masculina, histórica e culturalmente avalizada pelo imaginário social (SOARES, 1999). A autora referenciada, após estudos nos Estados Unidos e Brasil, sobre o fenômeno da violência nos convida a refletir: “No Brasil ou nos Estados Unidos não cabem no discurso da vitimização feminina atalhos, ruas sem saídas, cruzamentos, desvios, bifurcações. [...]. Todos os caminhos levam para o mesmo mar de sangue” (p. 174). Para didaticamente entendermos o que Soares chama de ciclo evolutivo, ‘tijolos’ em dimensões crescentes, que sinalizam o progresso da violência, reproduzo a ilustração explicativa:



Sem algum tipo de ajuda, a violência geralmente se torna pior. O resultado final pode ser a morte.
FONTE: Soares (1999, p. 174). Extraída do manual de treinamento de voluntárias do abrigo de Carlottesville

Há mais de quatro décadas os movimentos feministas brasileiros e internacionais se articulam e se mobilizam para erradicar a violência de gênero contra as mulheres. Motivada pelas expressões de desigualdade de gênero, em muitos episódios o domicílio familiar é o cenário mais comum onde se materializa a assimetria de gênero alimentada pela dominação masculina fruto da ordem patriarcal de gênero. Logo, por ser mulher, esta é condicionada à opressão do homem com, geralmente, possui ou possuiu vínculo afetivo (FRANCO; TAVARES, 2016).

As mulheres, na sua historiografia, têm experienciado a violência de gênero, nas manifestações visíveis ou invisíveis, como no caso da violência simbólica (BOURDIEU, 2014; SAFFIOTI, 2002; SHOIET, 1995; CHARTIER, 1995); essa violação, comumente, resulta da submissão compulsória das mulheres à dominação masculina e culpabilização da ‘vítima’ por ser conivente e aceitar ser agredida. Não obstante, esse fenômeno materializado na relação assimétrica entre homens e mulheres, logo, na divisão social/sexual de papéis reproduzidos, principalmente, no espaço doméstico, é, como enfatiza Saffioti (*Ibidem*, p. 3) “[...] aquém da consciência [...]”. Neste contexto, a violência simbólica imersa na relação histórica, cultural e tolerada socialmente não é naturalizada conscientemente pelas mulheres vitimizadas, que, apenas, são alheias em decorrência do modelo de sociedade existente baseado, ainda, na ordem patriarcal, basicamente por serem as diferenças de gênero definidas e cristalizadas (SOARES, 1999) nesse modelo de relação conjugal.

Também, a violência psicológica não sangra e suas feridas se instalam na alma feminina; sentimento emocional, geralmente, acompanha as demais manifestações violentas contra mulheres; de forma invisível, sutilmente traz consequências danosas para quem a ela está/foi submetida. Manifesta-se na vida das mulheres através de

[...] qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006, Art. 7º).

Geralmente, a violência física vai além do sentimento de posse mantido pelo agressor junto à figura feminina; ocorre também a materialização de seu “projeto de dominação- exploração das mulheres” (SAFFIOTI, 2002, p. 5), demonstrado pelo poder e força corpórea masculina através de atos brutais com sangue perpetrados nos corpos de

mulheres. Certamente esses homens autores de violência são conscientes da hierarquia na relação conjugal, dotados de autonomia absoluta, liberdade para agir agressivamente (SOARES, 1999).

Outra manifestação de ruptura de integridade sem marcas visíveis, mas marcas na alma, logo, sem sangue, é a violência moral, entendida a partir da violação de direitos manifestados verbalmente na intenção de caluniar, difamar e cometer injustiças (BRASIL, 2006). E, na intenção de causar danos materiais, algozes insensíveis praticam a violência patrimonial contra mulheres ao se apossarem ou mesmo destruírem instrumentos de trabalho, documentação da vitimizada. Além disso, temos o estupro, denominado ato violento, naturalizado desde o Brasil Colônia⁵³; também inerente na relação conjugal, o homem, mesmo quando o desejo sexual é unilateral, exerce controle sobre a vida sexual da mulher, sendo comum o uso de violência sexual para demarcá-la como sua propriedade e/ou objetificá-la, o que pode se materializar através de comportamento masculino.

[...] que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006, Art. 7º).

Construída pelas relações desiguais entre mulheres e homens articuladas com as bases materiais dos eixos estruturantes de opressão baseados nas categorias gênero, raça/etnia e classe social, essas experiências impulsionaram mulheres a lutar coletivamente por justiça social, pelo fim da desnaturalização de problemas determinados pelas relações sociais assimétricas que contribuía para a violação de seus direitos, em favor de uma sociedade modelada pelo patriarcado que legitimava estereótipos de assujeitamento da figura feminina a padrões e normas estabelecidos pelo domínio e poder do homem sobre a mulher no contexto conjugal brasileiro.

As lutas sociais desencadeadas por mulheres coletivamente constituem-se enquanto instrumento para visibilizar a condição de opressão/subordinação/dominação da mulher e, concomitantemente, compreender o anacronismo histórico e cultural na sociedade brasileira que cristaliza a desigualdade de gênero. Destarte, as lutas sociais constituem os movimentos sociais que, para Silva e Camurça (2013, p. 9)

⁵³ Sobre estupro colonial no Brasil, praticado pelos invasores brancos contra mulheres escravizadas, consultar Carneiro (2002).

[...] são um processo contínuo de ações coletivas com algumas características que lhes são próprias [...]. A força dos movimentos sociais está na sua capacidade de explicar o problema ou situação que se quer enfrentar. [...] A ação dos movimentos sociais se faz frente ao Estado.

Vale ressaltar que a ação dos movimentos sociais frente à esfera estatal, incontestavelmente, fomenta respostas às demandas e pressões de grupos sociais alijados de direitos e em situação de opressão/subordinação, a exemplo de mulheres em situação de violação de direitos humanos. Podemos definir políticas públicas a partir da concepção de desígnios, decisões e as diretrizes elencadas pelo poder público que norteiam os programas por ele implantados (SILVA; CAMURÇA, 2013). Nesse sentido, as políticas públicas, além de serem norteadas por objetivos que refletem ou revelam um jogo de interesses (FARAH, 2004), são mediações entre a sociedade civil organizada e o poder público em benefício da efetivação de direitos e consolidação da cidadania plena.

A onda dos movimentos sociais que emergiu a partir dos anos 1970, em âmbito internacional e nacional, materializou as ações e forças políticas que não admitiam a cristalização de ideias padronizadas, comportamentos preestabelecidos socialmente e paradigmas de cunho discriminatório e preconceituoso. Destacaram-se movimentos anticoloniais, étnicos, raciais, de homossexuais, ecológicos e de mulheres (SILVA, 2000).

Uma das contribuições fundamentais que merece destaque na ampliação de arenas e debates sobre a temática de mulheres, relações de gênero e políticas públicas foram, sem dúvida, os estudos acadêmicos sobre mulher nos anos 1970, desenvolvidos a partir da situação do cotidiano das mulheres na luta por vida digna, com a intenção de enfatizar e denunciar a exploração/subordinação e opressão (HEILBORN; SORJ, 1999), lugares socialmente construídos pelo poder masculino para submeter a figura feminina na sociedade sexista, androcêntrica, racista e de herança patriarcal. A emergência dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas, neste contexto, teve relevância⁵⁴ na forma de atuarem e se inserirem socialmente. E, como observaram as pesquisadoras Heilborn e Sorj (1999), é nos anos 1980 que se iniciam os estudos sobre gênero, o gênero tomado como categoria de análise em substituição ao termo mulher. Neste sentido, as pesquisadoras reforçam que:

Em termos cognitivos, esta mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou

⁵⁴ Não ignoramos que, no Brasil, nos anos 1830, a escritora brasileira Nísia Floresta já manifestava insatisfações femininas através de seus escritos; também destacamos a luta pelo sufrágio universal no início do século XX. O incansável esforço de Berta Lutz, bióloga e ativista feminista, que, durante 12 anos (1920-1932) promoveu mobilizações em prol da cidadania plena das mulheres. Consultar Soihet (1997).

os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminismo e do masculino. [...]. Gênero, como categoria de análise, também foi usado pelas acadêmicas feministas para criticar os pressupostos que informaram os principais paradigmas da teoria social (p. 4).

Bandeira (2005), ao refletir sobre transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas, reforça essa concepção e ressalta que gênero é uma forma de distinguir diferenças biológicas construídas e enraizadas nas barreiras culturais que modelam comportamentos e padrões assimétricos. No entanto é Joan Scott (1995), na sua obra clássica: “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, que concebe a categoria gênero como não somente um elemento constitutivo de relações sociais construídas sob as bases das diferenças percebidas entre os sexos, como, também, a forma inicial de significar as relações de poder, ou seja, o cerne para desnaturalizar a desigualdade construída histórica e socialmente. Além desses esclarecimentos, fazem-se relevantes as contribuições de Tavares e Delgado (2012, p. 83) sobre gênero, ao reforçarem que:

[...] o gênero, ao extrapolar a diferença anatômica e biológica entre os sexos, agrega outras diferenças - no âmbito econômico, político, social, cultural ou étnico -, que engendram formas de pensar e agir, escolhas, interesses, espaços posicionais e ocupacionais, trajetórias e vivências distintas para homens e mulheres, em cada sociedade ou época. Em outras palavras, o gênero é um produto social, que se constrói na temporalidade. Seu caráter relacional concebe identidades e subjetividades sexuadas [...].

Vale ressaltar que, ainda na década de 1970, com a realização da I Conferência Mundial sobre a Mulher⁵⁵ (México, 1975) e o decreto da Organização das Nações Unidas (ONU), que declarou esse mesmo ano como sendo o “Ano Internacional da Mulher”, além da instituição da “Década da Mulher” (1975-1985) (TAVARES; SARDENBERG; GOMES, 2011), a discussão acerca do fenômeno da violência contra a mulher é intensificada na sociedade. Neste sentido, vale registrar os eventos e instrumentos internacionais de proteção aos Direitos Humanos das Mulheres, dos quais o Brasil⁵⁶ participou e foi signatário, a exemplo da:

Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW de 1979); [...] o Protocolo Opcional à Convenção, na

⁵⁵ Nesse marco coletivo foram elaboradas proposições e recomendações para melhores condições de vida das mulheres do mundo e materializar a igualdade de gênero (BANDEIRA, 2005).

⁵⁶ Apesar das sucessivas ações coletivas, políticas e mobilizadoras e do compromisso que os governos nacionais assumiram e se comprometeram a cumprir, a efetivação não se consolidou plenamente, haja vista as tímidas melhoras na vida das mulheres, com destaque, das brasileiras (BANDEIRA, 2005).

Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher em 1993 e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994 (Carta de Belém do Pará).

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing/1995) [...] marco importante para que se consolidassem mecanismos legais em favor das mulheres (BANDEIRA, 2005, p. 14).

Conforme pondera Silva (2010), ao referir-se à teoria feminista, a epistemologia feminista, pedagogicamente, analisa a situação da mulher e suas desigualdades multifacetadas na perspectiva de construir elucidações para compreender a dominação e a exploração que nós mulheres vivemos, mas também atitudes políticas e propositivas na coletividade que impulsionem o enfrentamento dessa condição. Destarte, cabe mencionar a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994 (Carta de Belém do Pará) e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher⁵⁷ (Beijing/1995), marcos políticos em defesa das mulheres que se constituíram referências, em virtude das decisões e diretrizes na arena das políticas públicas, com destaque para as políticas na perspectiva de gênero e contra a assimetria entre homens e mulheres (FARAH, 2004).

No Brasil as demandas feministas de combate à violência contra a mulher se desdobram desde os anos 1970 e enfrentam morosidade e retrocessos para institucionalizar-se. Em 1985 foi criada a primeira Delegacia de Proteção à Mulher; em 1995, é sancionada a Lei 9.099/95, que institui os Juizados Especiais Criminais (JECRIM), e, finalmente, em 2006, ocorre a sanção da Lei 11.340/ 2006, conhecida como “Maria da Penha⁵⁸”, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (SARDENBERG; TAVARES; GOMES, 2012).

A Lei 11.340/2006, sancionada no Brasil, representa uma marco jurídico e um eficaz mecanismo institucional de coibição e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher; promove mudanças educativas nos valores sociais do contexto brasileiro. Em razão dessa análise, podemos conceber a violência de gênero, fenômeno social recorrente nas sociedades contemporâneas (TAVARES, 2015), materializado na relação de poder e controle masculino sobre a figura feminina, acompanhado, geralmente, de conflitos conjugais instalados no *lôcus* familiar, com base nas ideologias de dominação masculina sobre o “sexo frágil”. Esse fenômeno, conhecido oficialmente como violação dos direitos humanos⁵⁹, é um problema social que pode emergir da relação patriarcal de gênero nas suas múltiplas expressões. Na perspectiva feminista, a violência de gênero não respeita fronteiras e

⁵⁷ Marco que referencia estratégias de defesa das mulheres junto aos estados da *gender mainstreaming* (Transversalidade de gênero nas políticas públicas). Consultar Delgado e Tavares (2012); BANDEIRA (2005).

⁵⁸ Em homenagem à biofarmacêutica que lutou por vinte anos para ver seu agressor (marido) preso.

⁵⁹ Prá (2010) chama atenção que esse reconhecimento foi avalizado na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, realizada em Viena (1993).

independe de geração, raça/etnia, classe social, orientação sexual, casta, religião, escolarização e acontece em esfera mundial.

Nesse sentido, violência de gênero pode ser concebida pelas pesquisadoras Sardenberg, Tavares e Gomes (2012, p. 3) como sendo um fenômeno social baseado em:

[...] qualquer tipo de violência (física, social, moral, sexual, patrimonial, psicológica ou simbólica) que se baseie na organização social dos sexos, e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude da sua condição de sexo ou opção/orientação sexual. [...] pode atingir tanto homens quanto mulheres, [...]. Entretanto, histórica e numericamente, é a violência masculina contra mulheres que tem se constituído como fenômeno de maior destaque, [...].

Por certo, conceber a violência de gênero parametrada na ordem binária, significa implantar políticas públicas capazes de possibilitar o reconhecimento da mulher na condição histórica de opressão masculina e ressignificar ações emancipatórias para sua cidadania. Torna-se primordial revisar a implantação dessas políticas focalizadas no papel tradicional e culturalmente destinado à mulher e criar condições favoráveis para ressignificar a categoria mulher sob um olhar na perspectiva feminista. E, para melhor elucidar a relação entre cidadania, políticas públicas e a transversalidade de gênero, a pesquisadora Jussara dos Reis Prá (2010, p. 18-19) observa que:

[...] o Estado e suas políticas públicas refletem e reproduzem valores, normas e posturas sociais, incluindo percepções do feminino e masculino, é correto afirmar que o tratamento dado às questões da mulher ou à equidade de gênero é condicionado por tendências globais e regionais, por modelos de crescimento econômico e pelos projetos sociais e políticos seguidos por cada país. Já o aporte das mulheres a esse modelo, o avanços nos direitos e a difusão dos estudos feministas vêm contribuindo na redefinição do relacionamento entre o Estado e a sociedade.

Bandeira (2005) salienta que nem sempre a implantação de políticas públicas brasileiras considera a perspectiva de gênero e dissocia políticas públicas com recorte de gênero daquelas com o foco nas mulheres, muito embora para a pesquisadora, as políticas para as mulheres, conseqüentemente, devem se transformar em política de gênero. Para reforçar o seu ponto de vista, Bandeira (2005) estabelece a diferença entre as políticas públicas para mulheres e aquelas sob a perspectiva de gênero:

Estas consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas conseqüências se fazem

presentes, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva. [...]. Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social (BANDEIRA, 2005, p. 8).

Na base dos argumentos aqui discutidos a partir do elo entre a história das mulheres marcadas pelas violências de gênero e a longa caminhada até os anos de 2003, com a implantação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – e, mais adiante, a legislação sancionada em 2006, resultado das reivindicações feministas para punir quem agride⁶⁰ pessoas pela questão de gênero, proteger e prevenir agredidas vitimizadas pelo sexismo. O Estado da Bahia tem 417 cidades, contudo tem, atualmente, apenas 14 (catorze) cidades⁶¹ com DEAMs, sendo, na capital, duas unidades, em Brotas, mais centralizada, e em Periperi, região da periferia de Salvador.

As mulheres das zonas rurais com as quais mantive contato durante o período dos projetos têm confiança na Lei 11.340/2006, apesar da ausência de políticas públicas relacionadas com a legislação para acessarem nas ocorrências violentas. Lembro-me da fala de uma delas a respeito do avanço que a Lei trouxe às mulheres em situação de violência:

Hoje eu acho que minimizou mais um pouco através da Lei Maria da Penha, porque assim, tipo, antes o povo levava como o tipo de violência assim a mais hoje, [...] já ouvi através de vizinho a que mulher tá devido assim, quer falar alto devido e tal por causa da Lei Maria da Penha [...] se não fosse essa Lei que talvez assim não tinha medo e aí diz assim: hoje a mulher tá com tanto poder por causa da Lei Maria da Penha [...] dizer assim acabou totalmente com a violência não, eu tava falando que minimizou um pouco [...] a mulher fala alto por causa da Lei Maria da Penha [...] hoje a mulher tá com tanto poder, se não fosse essa Lei [...] acabou totalmente a violência, não [...].

Outra fala significativa veio da entrevistada Zacimba Gaba, que acredita na ascensão da visibilidade à violação dos direitos das mulheres e compara seu tempo com o de hoje. E, sendo a Lei punitiva também, tende a prevenir que homens como seus filhos e seu genro agridam mulheres, inclusive sua filha.

[...] sobre Maria da Penha que tá hoje os homi parou até de bater ni mulé, sabia? Porque no meu tempo que eu casei eu via muitas coisa, porque não tinha a lei Maria da Penha, mai hoje que a lei Maria da Penha foi uma coisa que eu gostei, sabe porque eu tenho uns filho que serve de exemplo

⁶⁰ Também desenvolver trabalho de acompanhamento com equipe multiprofissional capaz de evitar reincidências baseado na assimetria de gênero.

⁶¹ Camaçari, Candeias, Salvador, Vitória da Conquista, Paulo Afonso, Itabuna, Ilhéus, Barreiras, Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Jequié, Alagoinhas, Juazeiro e Feira de Santana.

para os meus filho e do zoto e serve de exemplo para o meu genro que casou com minha filha.

Como se pode analisar, as mulheres de contextos rurais acreditam na possibilidade de viverem suas vidas apartadas de ações sexistas opressoras.

2 TRILHA METODOLÓGICA PARA (RE) CONSTRUÇÃO DO OBJETO INVESTIGADO

Este capítulo desenha o caminho metodológico percorrido para alcançar o objetivo a que me proponho nesta investigação. Comumente, é o momento de explicar como os dados empíricos foram encontrados e analisados. Opto por trabalhar com um material empírico composto por narrativas, evocadas por mulheres vitimizadas por agressões masculinas baseadas numa ordem patriarcal de gênero e se encontram em um “não lugar”, marcado pela submissão, opressão e com papéis sociais centrados na reprodução social, capazes de invisibilizar seu protagonismo como sujeito. As manifestações de atitudes machistas independem dos espaços nos quais elas possam estar, tanto em contexto sociofamiliar quanto socioinstitucional.

A crítica de Feyerabend (2011) converge com a epistemologia feminista e com minha proposta, cuja base metodológica encontra eco na ciência livre, inexistência de método científico universal e não unicidade nos seus procedimentos, ou seja, resulta em um ‘anarquismo’ epistemológico e defesa do pluralismo metodológico, conforme aponta o autor:

[...]. A ideia de um método universal e estável que seja uma medida imutável de adequação e até a ideia de uma racionalidade universal e estável é tão irreal quanto a ideia de um instrumento de medida universal e estável que meça qualquer magnitude. [...] hoje temos de fazer Ciência sem sermos capazes de depender de qualquer ‘método científico’ (*Idem*, p. 122-123).

Nesse entendimento, pesquisas feministas têm contribuído para lançar olhares epistemológicos diante dos objetos de estudo. A epistemologia feminista, enquanto teoria do conhecimento, se ocupa não somente do pesquisar, mas do como conhecer seu objeto de estudo e dar respostas para a invisibilidade das mulheres no mundo androcêntrico. A epistemologia feminista propõe buscar alternativas para essa resolutividade. E dentre as abordagens teórico-metodológicas para dar voz aos sujeitos da pesquisa. Destarte, a Teoria do Ponto de Vista (HARDING, 2012) tem como base olhares múltiplos diante das experiências de vida de mulheres submetidas a opressões diversas, contudo essas mulheres têm suas visões de mundo a partir de seus lugares de fala, situados no seu conhecimento, de sua visão de mundo referenciada pelo cotidiano. Para tanto, Harding argumenta que a Teoria do Ponto de Vista, dado o seu movimento plural, produz um reconhecimento situado do mundo particular de cada mulher, na medida em que, epistemologicamente,

[...] identifica uma situação social particular como epistemologicamente privilegiada; [...]. Sustenta que o mundo se representa desde uma perspectiva particular situada socialmente, que se baseia em uma posição epistêmica privilegiada. Questiona as suposições do método científico, seu corolário de objetividade e neutralidade, assim como suas implicações; põe em dúvida algumas mensurações quantitativas e questiona os métodos que colocam distância entre quem conhece e o que se conhece, destacando o conhecimento situado baseado nas experiências das mulheres que lhes permitem um Ponto de vista do mundo distinto. [...], a objetividade põe em marcha o conhecer a responsabilidade, porque implica que o conhecer não é um ato neutro, de mera representação, ao contrário, é uma forma de tomar partido por uma visão de mundo ou outra, com os valores e as consequências que isso implica (2012, p. 29; 37).

Privilegiar as vozes das mulheres, seus pontos de vista, que são situados, ao invés de falar em seu lugar, implica no reconhecimento dessas mulheres como detentoras de saberes, logo, de contemplar suas histórias de vida narradas por elas mesmas. E, nesta perspectiva, a escolha da pesquisa qualitativa para esta investigação privilegia a “compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas” (GOLDENBERG, 1998, p. 20), por serem as mulheres as próprias intérpretes de seus cotidianos e, conseqüentemente, fundamenta o reconhecimento singular e plural dessas mulheres e a forma como a experiência, o contexto social em que estão inseridas, sua relação com o outro e consigo, os momentos cotidianos, sua participação como membro de determinado espaço geográfico, em suma, permite ouvir e dar materialidade a suas histórias individuais e coletivas. Neste aspecto, como nos diz Feyerabend (2011, p. 121), “[...] a última palavra não será a dos (das) especialistas, mas das pessoas diretamente envolvidas”.

A pesquisa concebida como uma atividade artesanal⁶² (GONDIM; LIMA, 2006) é, senão, uma ação histórica que estabelece conhecimentos não ortodoxos (SETÚBAL, 2002). Para tanto, sua fase preliminar exige que o/a pesquisador/a, além de registrar sua marca, *modus operandi* (BOURDIEU, 2007), busque apreender teórica e metodologicamente a realidade concreta do objeto estudado, ao invés da sujeita passiva, isto é, vislumbrar seu objeto a partir da “imagem no espelho” (SETÚBAL, 2002).

A ação dialética, neste contexto, contrária à rigidez do olhar para o seu objeto, permitirá a sistematização da realidade sobre a qual me debruçarei para apreender a interface entre as categoriais do meu objeto pesquisado, sua real substância, certamente, aquilo não focalizado pelo espelho, isto é, investigar o real a partir de suas relações sociais (LENOIR, 1998; BOURDIEU, 2007).

⁶² Os autores fazem referência a Pierre Bourdieu (1989) e C. W. Mills (1975), nas suas concepções da pesquisa como “ofício” ou “artesanato”.

Esse entendimento contrário à rigidez não significa abandonar o rigor da pesquisa, pois,

[...] uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, como rigor, [...].

[...], a construção do objeto - [...] - não é uma coisa que se produza de uma assentada [...] não é um plano que se desenhe antecipadamente, [...]: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas. [...] – e até insignificantes – [...] (BOURDIEU, 2007, p. 26-27).

Isto posto, o processo de investigar o objeto escolhido, logo, a construção de conhecimentos e a compreensão da realidade na qual as mulheres se encontram enredadas, converge com novos significados atribuídos a esse objeto, a apreensão da realidade na sua manifestação real a partir das experiências dos sujeitos. O autor vai ainda mais longe e continua:

Ela funciona como um sinal que lembra o que há de se fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista [...]. Os objetos comuns da pesquisa são realidades que atraem a atenção do investigador por serem ‘realidades que se tornaram notadas’ (*Idem*, p. 27-28).

Pesquisar violência de gênero em contextos rurais baianos, como trabalho social do objeto ‘pré-construído’, logo, de forma relacional⁶³ (BOURDIEU, 2007), revela um fenômeno persistente na historiografia⁶⁴ das mulheres, de modo secular, na sociedade brasileira, presente nos debates políticos contrários à violação dos direitos humanos das mulheres, constituídos em espaços acadêmicos, nos movimentos sociais, com destaque, os movimentos feministas, alvo das políticas públicas, de reportagens na mídia, dentre outros espaços. E, na certeza de desenvolver a lógica pedagógica para a busca do objeto de pesquisa, baseio-me nas explicações da Harding (1998) quanto às abordagens metodológicas. Segundo ela explica:

⁶³ Ao especificar o meio em que a pesquisa será desenvolvida, o rural, não o urbano, suas implicações se acentuam a partir das relações com o contexto, suas impressões, a cultura, costumes, ‘o conhecimento situado’ das mulheres a serem investigadas. (Grifo da autora).

⁶⁴ Para estudo mais detalhado, consultar Dias (1995), Del Priore (1998) e Soihet (2001; 1997).

Um método de investigação é uma técnica para coletar informações [...]. É válido afirmar que todas as técnicas de compilação de informação podem classificar-se em qualquer uma das seguintes categorias: escutar os informantes (o interrogado), observar o comportamento, e examinar vestígios e registros históricos [...].

Uma metodologia é uma teoria sobre os procedimentos que segue ou deveria seguir na investigação e uma maneira de analisá-los. Uma metodologia elabora proposições a respeito ‘da estrutura geral da teoria a disciplinas científicas particulares’. [...]

Uma epistemologia é uma teoria do conhecimento. Responde a pergunta de quem pode ser o ‘sujeito do conhecimento’ (*Idem*, p. 11-13).

Harding (*Ibidem*) introduz a abordagem sobre o problema da soma ou agregação de mulheres nas pesquisas feministas. Sua preocupação ressalta a relação promissora do espaço acadêmico com pesquisadoras do pensamento feminista sobre a questão de gênero, antes ignorada em favor do androcentrismo e do sexismo; em seguida, destaca a conquista do espaço público pelas mulheres. Por último, Harding (1998) chama atenção, quando se aproxima de meu objeto de pesquisa, para o estudo de mulheres vitimizadas pela relação patriarcal de gênero, ou seja, a dominação masculina que, no entender da autora:

[...] assume formas diversas. Muitas investigadoras nos têm proporcionado estudos inovadores sobre os crimes que se cometem ‘contra as mulheres’ – particularmente sobre violação, o incesto, a pornografia e a violência física no lar [...] (*Idem*, p. 17).

A autora reflete também sobre a ideologia de submissão e consentimento das “vítimas” de homens violentos; contudo salienta que as pesquisadoras da temática trazem como resultados de suas análises a oposição e resistência de mulheres vitimizadas que não estão dispostas ao *continuum* da violação em seus corpos e almas. São mulheres que podem até ceder, embora isso não implique consentirem com tais atos brutais (SAFFIOTI, 2004a).

Minha proposta de investigação traz como objeto as violências de gênero contra mulheres rurais, ou seja, pretendo ‘conhecer’ vidas femininas perpassadas por práticas machistas, sexistas, racistas, misóginas, fundamentada na epistemologia feminista do ponto de vista ou perspectivista. Postulada pelo viés marxista, essa teoria objetiva investigar experiências de segmentos sociais oprimidos. Destaco, neste estudo, mulheres trabalhadoras rurais que têm nas suas trajetórias de vida experienciado efeitos acumulativos de opressão produzidos por marcadores sociais como gênero, raça, classe, território, categorias de análise que adoto para entender as bases estruturais de dominação e subordinação instaladas no ‘mundo rural dessas mulheres’.

Mais uma vez, Harding (1993), ao analisar o processo de construção de estratégias epistemológicas feministas, reforça a necessidade das teorias serem isentas de esquemas patriarcais, todavia capazes de abarcar o não aparente, silenciado e invisibilizado, contido no objeto de pesquisa constituído pela vida social. Para ela, torna-se necessário atentar para a não linearidade e adverte que: “[...] As categorias analíticas feministas **devem** ser instáveis” (*Idem*, p. 11; grifo da autora).

Não obstante sua crítica a respeito da não linearidade quanto ao uso das epistemologias feministas, a exemplo da empirista e pós-moderna, demonstra simpatia pela teoria perspectivista (SARDENBERG, 2002). No entender da autora, o movimento feminista carecia de conhecimento a partir do lugar em que as mulheres se situavam, suas próprias histórias e, concomitantemente, posicioná-las como objetos e sujeitas de conhecimentos produzidos por elas. No passado, apenas eram objetos de conhecimento de outros, personagens passivas, com histórias narradas na segunda pessoa.

Por outro lado, Haraway (1995), na defesa do conhecimento situado, saberes localizados e parciais, além de enfatizar que “[...] a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular [...]”, considera que:

[...] apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais. A perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos. [...]. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (*Idem*, p. 21).

Com esse entendimento e, na minha posição de mulher negra do meio popular urbano, posso compartilhar que também experiencio efeitos negativos das múltiplas violências de gênero; por vezes distintas, contudo imbricadas, que não se somam, tampouco hierarquizam-se. Assim, compreendo que: “As pessoas não podem mais ir inocentes para o campo, achando que não faz diferença quem eu sou, de onde eu venho, o que eu digo e o que eu penso”⁶⁵ (CORRÊA, 2003 *apud* ABREU, 2003, p. 110). Reforço que para a epistemologia perspectivista do conhecimento situado (HARAWAY, 1995), o lugar de onde se vê e se fala determina a visão de mundo e localiza quem está produzindo o conhecimento, de onde e para

⁶⁵ "Entrevista com Mariza Côrrea", em *Cadernos de Campo: Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP*, v. 11, p. 103-122.

quem é produzido. Essa teoria é contrária às teorias convencionais de conhecimento etnocêntrico.

A leitura e análise do texto de Maria Mies (1998) possibilitou-me argumentar sobre a questão da violência de gênero que invade fronteiras, territórios, como no caso das comunidades rurais, e sua contribuição para minha análise advém dos resultados da pesquisa de campo desta autora, quando, ao comparar as diferenças culturais entre as mulheres do Terceiro e do Primeiro Mundo, conclui que há desigualdade nesse aspecto.

Entretanto quando o assunto é opressão, sexualidade e relações entre homens e mulheres é visível a semelhança das situações de desigualdade de gênero entre as mulheres entrevistadas. Apoio-me neste aspecto para contextualizar que as mulheres rurais, embora com padrões de vida diferentes de mulheres urbanas, também estão expostas a situações de violência nas suas multifaces. Ressalto, entretanto, que mecanismos e instrumentos de proteção à mulher estão mais acessíveis nos centros urbanos, o que faz diferença quando se analisa as condições precárias e a ausência de políticas governamentais direcionadas à mulher rural.

Decerto, ações dos movimentos feministas para o enfrentamento da violência são mecanismos que têm contribuído para mudanças nesse cenário de diversidade em que a violência originada pela desigualdade de gênero tem se instalado, baseada na relação de poder do homem, da submissão da mulher historicamente construída e culturalmente internalizada nos discursos misóginos, sexistas das relações patriarcais de gênero ao longo de décadas.

Adentrar no mundo compreendido pela dialética entre pesquisadora e objeto⁶⁶ de pesquisa (mulheres trabalhadoras rurais) é comprometer-se, como nos alerta Bourdieu (2007, p. 34), para

[...] construir um objeto científico e, antes de mais e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares – comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente escritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré-construído está em toda a parte. [...]. O sociólogo tem um objeto a conhecer, o mundo social, de que ele próprio é produto [...].

Como produto desse mundo social, minha fala de mulher negra, de origem pobre, ecoa a partir dos saberes localizados (HARAWAY, 1995), logo, tal qual ‘peixe na água’ (BOURDIEU, 2007), imersa no espaço social, ao invés de impregnar-me pelo fenômeno do

⁶⁶ Para saber construir o objeto e conhecer o objeto que é construído, é necessário ter consciência de que todo objeto propriamente científico é consciente e metodicamente construído (BOURDIEU, 1999, p. 64).

hiperempirismo positivista rígido e da “falsa filosofia da objetividade” (BOURDIEU, 1999), ressalto que meu posicionamento político é construído por vivências com a opressão de gênero, raça, classe e, em determinados espaços, por fazer parte das estatísticas das famílias que têm a mulher como única responsável pelo sustento econômico do grupo familiar. Essa análise recai nas sobreposições de marcadores sociais de diferenciação, principalmente ao lembrar Audre Lorde (2009), quando milita em favor da desconstrução da categoria hierarquia de opressão. No entender da autora, e eu concordo, a depender dos espaços sociais a sua opressão irá eleger uma categoria para lhe oprimir, como, por exemplo, na minha família, eu sou mulher, em espaços institucionais (academia e no local onde trabalho) sou negra, já nos espaços de lazer, sou mulher ‘sem homem/marido’. É, certamente, uma sobreposição de marcadores sociais que se manifestam a depender do público, colegas de curso, colegas de trabalho, dentre outras pessoas.

Quanto à natureza do meu objeto de estudo, há um hiato a ser preenchido entre experiência empírica e teoria (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2014, p. 132; BOURDIEU, 1999, p. 75). Devo ressaltar que a intersecção de gênero e cor/raça em seu enredamento à violência de gênero constitui a premissa do trabalho desenvolvido *in loco* nas cidades do Recôncavo Baiano, conforme explicitado na justificativa, enquanto que as dimensões classe, território, geração, orientação sexual serão bases secundárias do processo teórico e empírico.

Ao proceder o delineamento da proposta do objeto de estudo, a trilha metodológica, ou seja, o plano de pesquisa para investigar e abordar dados empíricos da pesquisa de campo, recorro à escolha dos procedimentos metodológicos. Para tanto, observo, indago, escuto, anoto (LANGNESS, 1973) ações baseadas no enfoque da etnometodologia, concebida como estudo e análise das atividades cotidianas de determinada comunidade com vistas à construção da realidade social (HAGUETTE, 2007).

A realidade pode ser investigada a partir de olhares múltiplos (MOREIRA; CALEFFE, 2008), entretanto opto pelo paradigma interpretativo, por ser mais inclusivo, não essencialista e direcionar características comuns às diversas abordagens. A postura de pesquisadora, antipositivista, não engessada a padrões previamente estabelecidos, permite olhar o campo de pesquisa de forma maleável, assim como construir a relação pesquisadora e pesquisa baseada na Teoria do Ponto de vista. De acordo com os autores:

[...] o pesquisador interpretativista acredita que é capaz de interpretar e articular as experiências em relação ao mundo para si próprio e para os outros. Ele não está à parte da sociedade como um observador, mas constrói ativamente o mundo em que vive. Não vê seus atributos e comportamentos

como ontologicamente externos a si mesmo; só pode conhecer a realidade social por meio de seu entendimento subjetivo (*Idem*, p. 62).

Assim, desenvolvo a pesquisa a partir do Polo Epistemológico (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1997), base instrumental de questionamento dos princípios da ciência, defendida pela Teoria do Ponto de Vista Feminista (HARDING, 2012).

Quanto ao Polo Teórico (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1997), a interlocução será pautada em pesquisadoras/es feministas cujo discurso se baseie na questão de gênero e seja contrário ao sistema opressor (patriarcal, misógino, sexista), que inviabiliza a sujeita política mulheres. O Polo Morfológico, com destaque à categoria opressão, categoria “guarda-chuva” que abarca outras categorias imersas no fenômeno a ser pesquisado. Por fim, o Polo Técnico (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1997), que se refere aos procedimentos metodológicos que auxiliarão na busca das informações do campo.

Ao proceder o Polo Técnico, a análise e estudo das atividades cotidianas das comunidades rurais serão organizados a partir da etnometodologia, construção da realidade social, unindo teoria e prática através de observação e investigação minuciosa dos fatos, no lugar em que eles ocorrem (HAGUETTE, 2007; MINAYO, 2005).

Já o método História de Vida⁶⁷ ressurgiu entre 1940 e 1950 nos trabalhos dos sociólogos W. I. Thomas e F. Znaniecki (QUEIROZ, 1988). Sua abordagem registra narrativas e, conseqüentemente, dá voz a pessoas ‘esquecidas’ cujas histórias não foram registradas em documentos oficiais; é comum nesse método a preocupação no que se refere ao vínculo confiável na relação entre quem pesquisa e quem é pesquisado. Não obstante, sua escolha neste trabalho resulta da possibilidade de transcender o ‘real’ evocado pelas mulheres rurais, que (re) constroem realidades subjetivas também, (re) experimentam e (re) significam o contexto em que se materializa o objeto, isto é, o fenômeno das violências de gênero em contextos rurais baianos.

A História de Vida como técnica de abordagem qualitativa se propõe a compreender a relação de mutualidade existente na mudança social, histórias e atuação do ser singular e plural (GILL; GOODSON, 2015), assim como é capaz de permitir a obtenção de informações subjetivas a respeito das vidas de sujeitos; são constituídas por narrativas sobre determinado fenômeno (nesta pesquisa, a violência de gênero), expressão de dados da vida de pessoas pela via de seus relatos ou de outrem; instrumento de pesquisa que reúne/condensa ou

⁶⁷ A história de vida encontra-se no universo da história oral e, embora semelhanças com entrevistas, depoimentos pessoais, autobiografias e as biografias, são peculiares suas definições e características (QUEIROZ, 1988).

mesmo captura histórias da vida de pessoas, suas experiências e interpretações. Pode ainda ser uma técnica capaz de dar sentido à noção de processo em movimento; compreensão reservada da vida (de pesquisadas); o tema e suas ramificações emergem do ponto de vista de quem os vivencia, suas suposições, seus mundos, suas pressões e sentimentos (subjetividade) (LANGNESS, 1973; HAGUETTE, 2007; CHIZZOTTI, 2009). Neste sentido, a história oral

[...] torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realística e mais imparcial do passado, uma contestação do relato tido como verdadeiro. [...], a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo (THOMPSON, 1992, p. 26).

Esse “passar para o mundo dos pobres” aproxima a investigação das fontes primárias de quem sabe e experiencia o objeto que se deseja conhecer, contudo é preciso compreensão dos aspectos humanos entre quem se interessa pela história oral e quem atua na posição de protagonista. Com isso, desencadeia-se nesse movimento uma relação dialética, mulheres donas dos saberes selecionam suas lembranças, de forma não sequencial ao roteiro previamente elaborado por quem as entrevista. No sentido mais abrangente, a dinâmica ‘seletiva’ da memória, entendida como fragmento do pensar, possibilita a compreensão metodológica de como são lembradas e narradas, em detrimento do que se diz (SALVATICI, 2005). “A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de atuação. [...] Traz a história para dentro da comunidade” (THOMPSON, 199, p. 44).

Mais especificamente, para Queiroz (1988, p. 20) a história de vida é definida:

[...] como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros do seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar [...].

Desvendar o inenarrável, o indizível, o não explícito constituído pelo “[...] conjunto de vivências, emoções e experiências das pessoas que não está nos documentos e que tem um conteúdo e valor inestimável na transmissão, conservação e difusão do conhecimento [...]” (ROJAS, 1999, p. 87). De maneira a transformar em dizível a oralidade

imersa nas histórias individuais e coletivas através da captura das memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) que descortinam histórias não conservadas oficialmente.

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. [...] A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos. [...], de uma memória coletiva [...] (*Ibidem* p. 8).

Outrossim, a confluência das reflexões, tanto de Queiroz como de Pollak, contribui para compreensão, quiçá pioneira, sobre marcas, com ou sem sangue, das violações acometidas na maioria por homens, nos corpos e almas de mulheres trabalhadoras rurais em posições periféricas, sobre quem me debruço nesta pesquisa para encontrar pistas capazes de transpor o silenciamento e a ‘cortina de fumaça’ perdurados por muito tempo em seus passados como mulher e suas histórias intimamente relacionadas num “movimento dialético” (SOIHET, 1998, p. 82).

Movimento esse revestido de falas e gestos criativos ou sensíveis ou mesmo imaginações, para falar de si e de outrem, ou seja, interpretações individuais, contudo experiências sociais. Ao mesmo tempo, a história de vida como técnica “[...] capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social” (QUEIROZ, 1988, p. 36). É certo que as histórias de vida são “[...] excelentes técnicas para se efetuar um primeiro levantamento de questões, pois ainda faltam dados a respeito destas; revelam o cotidiano, o tipo de relacionamento entre os indivíduos, opiniões e valores e, através dos dados assim obtidos, [...]” (*Idem*, p. 34-35). A arte de contar-se constitui-se tarefa individual, neste caso, de cada mulher trabalhadora rural e trazem consigo subjetividades, em certos casos, visibilizados nas simbologias corporais enquanto se narra biograficamente. De forma contundente,

[...] a memória é processual e situada, ela vai construindo-se e desenhando sentidos (sempre parcelares) na relação que estabelece entre experiência passada, presente e projeção de futuro e, igualmente, com a subjetividade daquela que escuta num processo dialético entre subjetividade do ouvinte e do narrador⁶⁸ (SILVA; BARROS, 2010, p. 70).

⁶⁸ Da ouvinte e da narradora. (Grifo nosso).

É pois na narrativa de sua existência que as mulheres escolhem como suas histórias podem ser narradas e assemelhando-se ao pensamento da mexicana Ana Lau Jaiven (1998), feminista e historiadora, ao escrever *Cuando hablan las mujeres*, a autora também compreende a história oral como técnica de “[...] coleção de vivências e percepções daqueles/daquelas que tiveram experiências significativas [...]” (*Idem*, p. 191) capazes de rememorar historicamente aspectos objetivos, bem como adentrar suas subjetividades. Nesse entendimento:

O uso de técnicas qualitativas, que se enfocam para as experiências subjetivas e as formas de conhecimento dos sujeitos investigados, se adequam mais ao tipo de conhecimento que as investigadoras feministas desejam recuperar. Nesse sentido, as entrevistas de história de vida são as que mais se apegam a essa postura (JAIVEN, 1998, p. 186).

Decerto a História de Vida, documento elaborado com história de mulheres, preenche lacunas históricas no universo feminino (DEBERT, 1986). E, para preencher esse vazio, opto pela análise do conteúdo: constitui-se em técnicas de análise das comunicações com conteúdo sobre o comportamento humano; utiliza procedimentos investigativos, sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens. Objetiva compreender criticamente o sentido das comunicações, seus significados nítidos ou subjetivados; é uma técnica de investigação que segue polos cronológicos: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e a interpretação (CHIZZOTTI, 2009; BARDIN, 2016).

O não acaso da técnica História de Vida nesta pesquisa guarda proximidades com o cuidado, através do instrumento de entrevistas narrativas, de separar o “joio do trigo” e identificar a materialização de violências de gênero nas distintas fases de vida das trabalhadoras rurais, embora a construção do mosaico das violências perpetradas pela questão de gênero, por serem mulheres, fosse desenhada ao gosto de cada protagonista nas suas histórias de vida. Contudo o emprego da entrevista narrativa visa não apenas identificar, mas compreender o universo vivido por mulheres rurais, neste caso específico.

No sentido mais geral, a modalidade de entrevista narrativa auxilia na reconstrução da dinâmica dos processos biográficos de cada pessoa entrevistada na sua interação com o mecanismo coletivo e, conseqüentemente, traz no registro da realidade revelações estruturais do processo, tanto na esfera pessoal quanto social, em que a pessoa responsável pelas narrativas se encontra. Apesar das críticas sobre a credibilidade dessas fontes orais por rememorarem subjetividades individuais, há também argumentos favoráveis, no sentido de que “[...], muito do que é nos dito é profundamente subjetivo, pois trata-se do

modo como aquela sujeita observa, vivencia e analisa seu tempo histórico, seu momento, seu meio social etc.; [...]” (DUARTE, 2004, p. 219). Não obstante, fontes orais possibilitam a compreensão das relações sociais estabelecidas a partir do processo analítico da subjetividade individual na sua interação coletiva. Sua credibilidade também envolve o conjunto de estratégias selecionadas para a realização do trabalho de campo além do arcabouço teórico reconhecido academicamente. De fato, o uso de entrevistas nas pesquisas envolve os seguintes elementos:

a) As razões pelas quais optou-se pelo uso daquele instrumento; b) os critérios utilizados para a seleção dos entrevistados⁶⁹; c) número de informantes; d) quadro descritivo dos⁷⁰ informantes – sexo, idade, profissão, escolaridade, posição social no universo investigado etc.; e) como se deram as situações de contato [...]; f) roteiro da entrevista [...]; e g) procedimento de análise [...] (DUARTE, 2004, p. 219).

No entender de Langness (1973, p. 31), “As histórias de vida são utilizadas frequentemente para relatar aspectos, quer culturais, quer antropológicos, ou ambos, os que de outra forma seriam negligenciados”. E acrescenta: “[...]. Foi por essa razão que as histórias de vida femininas aumentaram durante os últimos vinte anos”. Neste entendimento, o familiar, embora estranho, como defino a violência de gênero, constitui-se fenômeno particular, contudo é experienciado por mulheres sem acolhimento, embora a percepção de atos brutais, com ou mesmo sem sangue, é passível de ser despercebida tanto por quem é agredida, quanto por quem comete a agressão, o que pode ser classificado como violência simbólica⁷¹.

Os escritos que aqui apresento sobre pessoas outras, como bem diz Bourdieu (2007, p. 19), “[...]. Terão ocasião de ver no estado que se chama nascente, [...], em estado confuso, embrionário, [...]”. Sequenciando, à medida em que reconhecemos no aparente uma matiz do real, a exigência para sua compreensão requer aprofundamento e olhares à pluralidade contida na relação pesquisadora e objeto da pesquisa e, ao mesmo tempo, a percepção do meu momento singular e particular (SETÚBAL, 2002); consoante o pensamento de Moscovici (2011), durante o desenvolvimento da pesquisa ficamos meio-raposa, meio-ouriço; raposa quando temos muitos conhecimentos, sabemos muitas coisas (olhares), e ouriço quando a convicção é que sabemos apenas uma coisa de muita importância (olhar).

Neste contexto entre saber coletivo [olhares] e saber individual [olhar] as entrevistas narrativas dialógicas com as informantes contribuem para volumosos registros

⁶⁹ E entrevistadas (grifo nosso).

⁷⁰ E das informantes (grifo nosso).

⁷¹ Cf. mencionado no início da pesquisa.

sobre aspectos significativos de suas vivências, dos quais meu olhar pormenorizado, ‘ouriçado’, dissecar os não-ditos, registrados nas memórias subterrâneas (POLLAK, 1989). (Re) compor o colorido mosaico vivencial construído a partir das expressões que descortinam manifestações da violência de gênero é tal qual Becker ressalta:

[...]. Cada peça acrescida num mosaico contribuiu um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo. Quando muitas peças já foram colocadas, podemos ver, [...] os objetos e as pessoas que estão no quadro, e sua relação uns com os outros. Diferentes fragmentos contribuem diferentemente para nossa compreensão [...] (1999, p. 104).

Com efeito, a ênfase no objeto de pesquisa traz consigo a objetividade no sentido de produzir conhecimentos a partir de critérios metodológicos de que a pesquisa, ao pautar-se no fenômeno social, é isenta de neutralidade de quem o pesquisa. Não obstante, Bourdieu (1999) salienta que as perguntas não são alheias a quem as faz, na medida em que não submete o objeto de pesquisa às suas indagações, pois, como afirma o autor: “[...] Sempre que o sociólogo for inconsciente à problemática implicada em suas perguntas, privar-se-á de compreender a problemática que os sujeitos implicam em suas respostas” (*Idem*, p. 56-57).

De acordo com o caráter desta pesquisa, cujo conteúdo para análise advém da técnica história de vida, em que me detenho nas narrativas de MTR, escolho a análise de conteúdo para tratamento do material narrativo e o que o envolve⁷², assim conceituada por Bardin (2016):

Um conjunto de técnica das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdos das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (p. 48).

A análise de conteúdo, concebida como um conjunto de técnicas que trabalha a fala de emitente identificável e investiga para além das palavras, o indizível sobre o que se empenha, ao buscar ‘novas’ realidades mediante mensagens, neste caso oriundas das evocações individuais das sujeitas pesquisadas, permiti-me escolher, de modo pertinente à minha base empírica, a técnica análise de conteúdo semântica por categoria temática, destaco ser o procedimento adequado à técnica de entrevista narrativa realizada no campo.

⁷² Refiro-me ao indizível, bem como às minhas anotações no caderno de campo e rascunhos, relativas a observações, outras formas de linguagem, a exemplo de gestos, silêncios e omissões percebidas, bem como circunstâncias de cada entrevista.

Geralmente a análise de temas como unidade de registro nos estudos de opiniões, crenças, valores, como no caso da violência de gênero contra MTR, é oportuna sua escolha metodológica.

Convém salientar que, no contexto da análise de conteúdo proposta, é pertinente explicar signos alusivos a questões metodológicas. Sendo, então, o ato de desmembrar as transcrições, as unidades de registros, recortes semânticos⁷³, de signos em códigos para posterior categorização, inferências e interpretações dos temas, unidades significantes contidas em textos explorados para análise de conteúdo temática a partir de critérios estabelecidos. Tanto que “[...], enquanto unidade de registro, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida” (*Ibidem*, p. 135).

Neste ínterim, a pesquisa, consoante o esquema operacional da análise de conteúdo aplicada por Bardin (2016), utilizar-se-á para exame da base empírica das histórias de vida das MTR a seguinte organização: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação.

1. A pré-análise ou pré-exploração, compreende a seleção dos documentos a serem trabalhados analiticamente, é o primeiro contato com as transcrições das entrevistas narrativas, é a etapa da leitura generalizada do *corpus*⁷⁴ dos materiais empíricos submetidos à análise. É chegado o momento de destacar palavras-chaves, frases e/ou fragmentos textuais transcritos, tornar tais fragmentos analisados em operacional, e seu desenvolvimento requer:

- a) leitura flutuante que objetiva exaurir as análises das narrativas e familiarizar-me com as falas transcritas das entrevistadas;
- b) escolha do que “recortar” nas transcrições para trabalho analítico, é a organização do material para constituição do *corpus*;

2. A exploração do material [análise sistemática]. É o passo metodológico para evidenciar o percurso de ordenação da realidade examinada com a finalidade de conceituar as categorias para análise, através do sistema de codificação concebido como processo em que conceitos brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades que permitam atingir representação do conteúdo [a palavra, o tema, recorte do texto em unidades de registro para identificação] e, certamente, possibilitar as interpretações e inferências.

3. Tratamento dos resultados, interpretação e inferência baseada nos fatos a serem analisados. Etapa da significação e validação dos resultados. Quando se faz a análise reflexiva

⁷³ Geralmente, o critério adotado para análises das significações é sempre na ordem semântica (BARDIN, 2016).

⁷⁴ Bardin (2016, p. 126) concebe *corpus* o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos.

e crítica dos materiais selecionados no ato de esmerilhar os conteúdos transcritos. Baseada nas falas originais das entrevistadas, é chegado o momento de, articulada com o acervo bibliográfico selecionado e minhas impressões inferenciais, elaborar textos argumentativos, crítico-analíticos e propositivos no desejo de responder, satisfatoriamente, ao meu objeto de estudo.

Abordo, nas linhas vindouras, o contexto de minha pesquisa de campo. Inicialmente, esboço os espaços geográficos, localização, estruturação sociodemográfica; serviços alusivos à questão da proteção social, as figuras dos mapas das duas cidades, assim como ressaltos sobre a divisão do estado da Bahia em Territórios de Identidades e destaque Governador Mangabeira e Muritiba pertencentes ao Território de Identidade do Recôncavo Baiano. A foto abaixo ilustra a terra favorável ao plantio agrícola.

Figura 6: Roça de milho - Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2018)

Figura 7: A terra fértil. Plantação de fumo - Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2017)

Figura 8: Pés de laranja e de limão- Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2018)

2.1 (RE) CONHECENDO O ESPAÇO GEOGRÁFICO DA PESQUISA DE CAMPO: QUEM É QUEM?

Metodologicamente, o escopo do momento teórico delinear a trilha percorrida no processo do trabalho de campo, antes, porém, cabe apresentar historicamente as cidades de

Governador Mangabeira e Muritiba e contextos rurais explorados. Em seguida, situo o estudo a partir de referências bibliográficas relevantes para alcance do objetivo proposto pela tese.

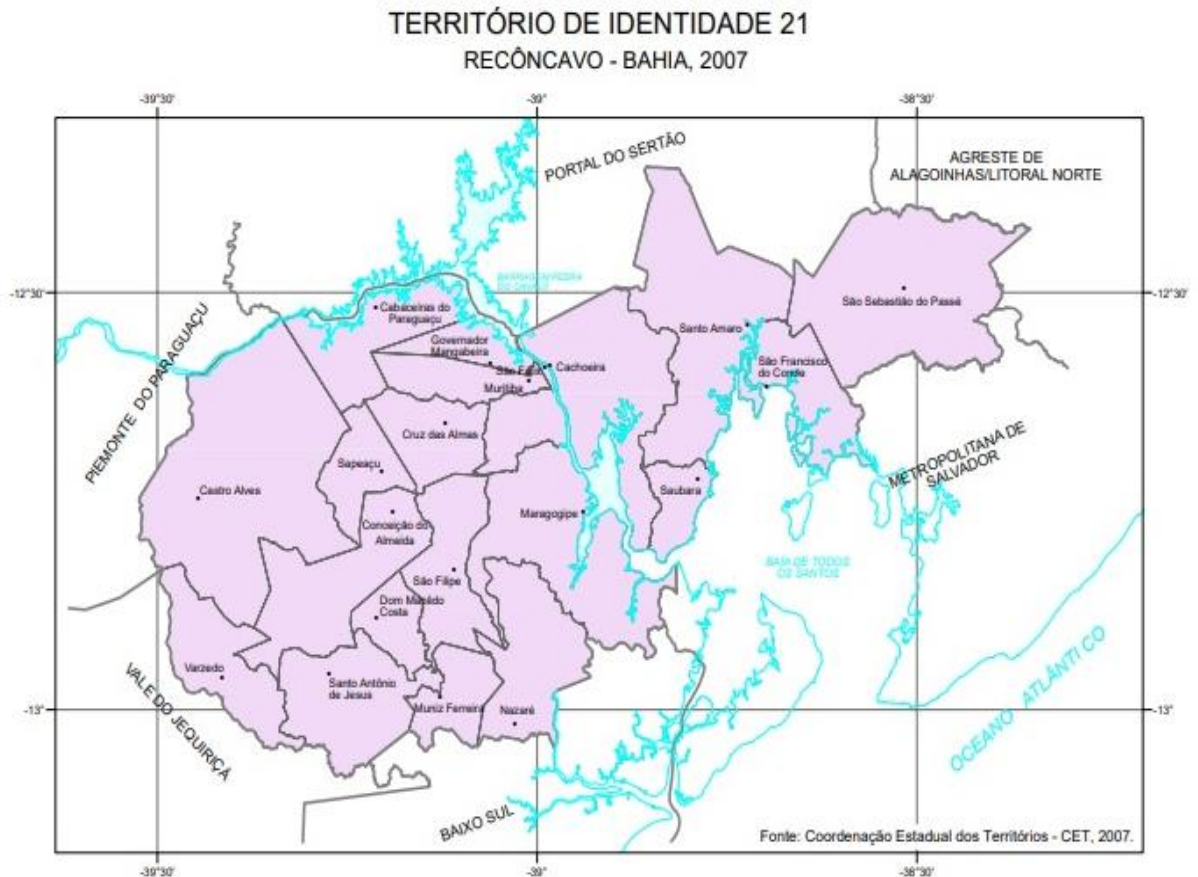
Figura 9: Mapa geográfico de Governador Mangabeira



FONTE: Mapas Google (2018)

A pesquisa de campo teve como *lôcus* geográfico comunidades rurais das cidades de Governador Mangabeira e Muritiba, localizadas no Território de Identidade⁷⁵ do Recôncavo Baiano. Ressalto a intencionalidade das escolhas interioranas como ato político de visibilizar o fenômeno da violência de gênero contra mulheres rurais, porque somente estatísticas, imagino, não conseguem construir o discurso de cunho feminista capaz de publicizar as manobras patriarcais das relações de gênero resultantes da opressão masculina contra mulheres e, conseqüentemente, danos que afetam seus corpos e almas. Neste sentido, compartilho dados e informações sobre as cidades de Governador Mangabeira e Muritiba, relevantes para a contextualização dos estudos desenvolvidos sobre a temática em foco.

⁷⁵ A Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) em 2007 fragmentou o estado da Bahia em 27 Territórios de Identidade, concebidos como espaço físico e geográfico definido, sua caracterização atende a critérios ambientais, econômicos sociais, culturais, políticos, assim como institucionais. A população que os compõe é distinta, relaciona-se interna e externamente por meio de processos específicos, distingue-se em caracteres identitários, como coesão social, cultural e territorial (SEPLAN-BA).

Figura 10: Mapa do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia

FONTE: www.sei.ba.gov.br

Governador Mangabeira compõe o Território de Identidade do Recôncavo Baiano, juntamente com as cidades de Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo, com as quais guarda proximidade geográfica e formação socioeconômica semelhante. Sua história atravessa séculos. Por seu solo fértil e propício à agricultura fumageira, a cidade exportou para o mundo seu produto. Ajustando as lentes à historiografia desse espaço geográfico, Vila das Cabeças, como era alcunhada, era subordinada à Paróquia São Pedro de Muritiba. Adiante, entre 1920 a 1950, a Vila atinge desenvolvimento econômico. Já na década seguinte, pessoas influentes no cenário político iniciam um movimento para emancipação da Vila das Cabeças⁷⁶. Em 14 de março de 1962 o governador da Bahia cria o município de Governador Mangabeira, homenagem ao ex-governador da Bahia Otávio Mangabeira (SILVA, 2012).

⁷⁶ A origem do nome Cabeças traz estreitos laços com o imaginário social popular. Narrativas de munícipes atribuem à morte de três homens que tiveram suas cabeças decepadas e fincadas em estacas nas terras dessa Vila (SILVA, 2012).

Segundo dados oficiais⁷⁷, a cidade de Governador Mangabeira, até 2010, contava com uma população de 19.818 habitantes, deste total residiam na zona urbana 3.449 homens e 3.968 mulheres; já nos contextos rurais, eram 6.048 homens e 6.353 mulheres.

Ainda situando a cidade, tive oportunidade de realizar a pesquisa empírica no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. As ações planejadas na metodologia do projeto foram desenvolvidas quinzenalmente durante sete meses. A escolha institucional para desenvolver o projeto está relacionada ao contingente de mulheres filiadas ao sindicato, mas também devido à quantidade de mulheres que procuram o sindicato diariamente⁷⁸. Outro motivo diz respeito à necessidade de ampliação do debate no meio rural. Reforço, ainda, a aprovação e receptividade da presidenta do sindicato para com o projeto, para quem a violência contra mulheres necessita de espaços para discutir sobre esse fenômeno social recorrente na vida das mulheres.

Figura 11: Mapa geográfico de Muritiba



FONTE: www.sei.ba.gov.br

Já o município de Muritiba tem seu reconhecimento como cidade no ano de 1922. Devido à proximidade com o município de Governador Mangabeira tem cidades similares no seu entorno. Sua população, segundo o IBGE/2010, é estimada em 28.899 moradores; foram contabilizados 13.726 homens residentes na área urbana e 8.408 nas comunidades rurais; quanto às mulheres, os dados oficiais contabilizaram 15.173 vivendo no Centro da cidade e

⁷⁷ IBGE (2010).

⁷⁸ A sede do sindicato está localizada em uma das ruas do Centro, por onde passo em direção ao *campus*, local de meu trabalho.

9.632 nas zonas rurais. A base econômica do município é a agricultura, principalmente o cultivo do limão, mandioca e fumo.

No tocante à violência contra as mulheres, cabe ressaltar que, decerto, a Lei Maria da Penha trouxe importantes avanços no campo jurídico e político, mas sua efetiva aplicação está condicionada à estruturação de uma rede de proteção às mulheres em situação de violência que, se na capital baiana apresenta serviços precários e insatisfatórios, sem infraestrutura, com atendimento moroso e pouco qualificado no tocante às questões de gênero e violência contra as mulheres (SARDENBERG, TAVARES, 2016; TAVARES, 2015), no interior, e em especial em contextos rurais, esta rede se mostra inexistente, algumas cidades sequer têm delegacias especializadas de atendimento à mulher, o que dificulta a denúncia e o cumprimento do que prescreve a legislação, tornando as trabalhadoras rurais ainda mais susceptíveis à situação de violência doméstica e familiar. Além disso, cabe lembrar que as/os operadoras/es da lei, muitas vezes, naturalizam a estrutura desigual das relações de gênero e ainda atuam de forma a promover a reconciliação entre o casal.

Em 2015 participei de trabalho de campo cuja finalidade foi realizar visitas institucionais e, concomitantemente, entrevistar gestoras e gestores de políticas públicas para enfrentamento à violência contra a mulher. Fui orientada a desenvolver as atividades nas cidades de Camaçari, Governador Mangabeira e Cruz das Almas. Neste contexto, cabe destacar as duas últimas.

Os dois municípios, *locus* do trabalho empírico desta pesquisa, disponibilizam, de modo incipiente, uma rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Não obstante, em 2015, na condição de estudante do PPGNEIM-UFBA, participei como entrevistadora da construção do diagnóstico para elaboração e implementação do Planejamento Integrado Básico do Estado da Bahia. Nessa ocasião entrevistei gestores e gestoras de políticas públicas para enfrentamento da violência contra a mulher das cidades de Governador Mangabeira e Cruz das Almas, pertencentes ao Território de Identidade do Recôncavo Baiano, e Camaçari, Território de Identidade da Região Metropolitana de Salvador. O roteiro da entrevista foi composto por informes sobre políticas gerais, equipamentos de enfrentamento, CRAM, Rede de Enfrentamento e Saúde.

Quanto às cidades do Recôncavo Baiano, tive a oportunidade de entrevistar a pessoa que responde pela coordenação do Centro de Referência da Mulher da cidade de Cruz das Almas-BA e instalada na Secretaria de Políticas Especiais. Em 2007 o Centro de Referência atendia à população local. Não obstante a necessidade de ampliar serviços regionais de proteção e prevenção à violência contra mulheres, entre 2009 a 2011

(DAMASCENO, 2013) as gestões municipais, estadual e federal celebraram o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres⁷⁹ (BRASIL, 2011) para ofertarem serviços socioassistenciais às mulheres em situação de violência residentes em cidades pertencentes ao Território de Identidade do Recôncavo Baiano, são elas: São Francisco do Conde, Saubara, Maragogipe, Santo Amaro, Cruz das Almas, Governador Mangabeira e Muritiba.

A materialização deste Pacto Nacional não se concretizou, haja vista o descumprimento das condicionalidades, principalmente o quesito equipe multiprofissional, que seria designado pela pessoa responsável na assinatura do Pacto para operacionalização dos atendimentos às vitimizadas pelo fenômeno da violência de gênero e, conseqüentemente, a concretude de ações específicas para atender aos eixos estruturantes do Pacto Nacional para o Enfretamento da Violência contra a Mulher, com vistas a:

- 1) Garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha. 2) Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência.
- 3) Garantia da segurança cidadã e acesso à Justiça. 4) Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres. 5) Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos (BRASIL, 2011, p. 12).

Assim como, seus objetivos não foram alcançados, quais sejam:

Geral: Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma visão integral deste fenômeno.

Específicos: Reduzir os índices de violência contra as mulheres. Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz. Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional (*Idem*, p. 26).

Embora a celebração de contrato institucional buscasse atender tanto aos eixos estruturantes quanto aos objetivos mencionados, ações⁸⁰ protetivas e preventivas

⁷⁹ O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi lançado em agosto de 2007, como parte da Agenda Social do Governo Federal. Consiste em um acordo federativo entre o governo federal, os CRAS, governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que consolidassem a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional (BRASIL, 2011).

⁸⁰ O conjunto de respostas da coordenadora municipal, na então entrevista, possibilitou-me essa conclusão. O trabalho de extrema importância de profissionais do Serviço Social e Psicologia era desenvolvido precariamente por estudantes de Serviço Social sem supervisão acadêmica, tampouco institucional/de campo; já os

desenvolvidas pelo CRRMMJ tenderiam à não efetivação, já que o trabalho psicossocial⁸¹ era desenvolvido por estagiárias de Serviço Social e profissionais de psicologia da equipe do CRAS.

Em Governador Mangabeira entrevistei o gestor da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e a coordenadora da Mulher. Convém destacar ser a Secretaria responsável pelas ações na área de prevenção e proteção à mulher com seus direitos humanos violados. Na ocasião indaguei sobre o CRRMMJ e o convênio municipal para sua efetivação, o secretário disse ter ciência da parceria, entretanto as ações desenvolvidas são independentes e não há articulação. Na sua fala, denotou desinteresse político para cumprir o Pacto Nacional para o Enfrentamento da Violência contra a Mulher na cidade de Governador Mangabeira. Realiza atividades intersetoriais com as Secretarias de Educação e Saúde, principalmente nas campanhas sobre mulher. O 8 de Março é marcado com o Prêmio⁸² Carolina Maria de Jesus, destinado às mulheres que desenvolvem, na cidade de Governador Mangabeira, serviços relevantes para fortalecer e visibilizar a figura feminina. Entrevistei, além das pessoas mencionadas, a gestora e o assistente social do CREAS, profissionais da Secretaria da Assistência Social. Estão cientes do pacto, contudo não há vinculação do trabalho multiprofissional com o CRRMMJ. À época da entrevista, relataram que as ações são pontuais; o município não dispõe de Casa Abrigo e fazem contato com a SPM-BA para resolução de tal demanda.

Ainda sobre políticas públicas para enfrentamento à VCM, a coordenação do PPGNEIM-UFBA, solicitada por mim, emitiu ofícios (anexos) para delegacias comuns das duas cidades pesquisadas e, também, às Secretarias de Assistência Social. A delegacia de Governador Mangabeira, naquele momento, estava sob a responsabilidade do delegado do município de Cruz das Almas-BA, foi, então, entregue à escritã, que se mostrou simpática, contudo me pediu um tempo para atender ao ofício e alegou a situação acima e ausência de profissionais para distribuir demandas. Ressalto que no momento de minha visita estavam apenas ela e mais um policial. Já na delegacia de Muritiba o delegado estava em trabalho externo e havia o escrivão e mais um policial. Dessa vez, havia titular, mas equipe mínima para atendimento ao público, inclusive o escrivão frustrou-me, afirmando da impossibilidade

encaminhamentos das demandas psicológicas eram acumulados com os atendimentos psicológicos específicos do CRAS.

⁸¹ Informações oriundas da coordenadora do CRRMMJ.

⁸² No ano de 2015 recebi o Troféu Carolina Maria de Jesus, da então Secretaria. Desde 2013 iniciei trabalho socioeducativo no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais [projetos de pesquisa e extensão com mulheres trabalhadoras rurais] cujo foco recaiu sobre violação de direitos humanos das trabalhadoras rurais, especificamente violência de gênero, baseada na Lei 11.340/2006.

de reunir os dados solicitados, haja vista, na ocasião, não dispor de ferramenta para agregar informações distintas na área de informática.

O delegado recebeu o ofício e reforçou a fala do escrivão. Não deram prazo para entrega, inclusive o escrivão me falou que devido à relevância da minha pesquisa para o município iria, nas horas que as demandas fossem mínimas, realizar busca, todavia foi enfático em ressaltar que registros sobre VCM somente iriam contabilizar quando fizessem alusão à Lei 11.340/2006, já que o registro da lesão corporal, de menor poder ofensivo, é pelo Código Penal, a Lei Maria da Penha é atenuante, apenas aumenta a pena de quem agride a mulher.

Art. 44. O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 129. [...]

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos (BRASIL, 2006).

Na área da Assistência Social, entreguei os ofícios, contudo as gestões das duas cidades estavam, devido às eleições municipais de 2016, com 7 meses assumindo as secretarias, o que dificultou a entrega das informações solicitadas. Contudo técnicas das duas secretarias, me informaram, por telefone, a existência, apenas, de CREAS para atender às demandas específicas da mulher.

Há ainda escolas públicas, postos de saúde, praças, mercadinhos, Centro de Referência da Assistência Social, contudo a inexistência de equipamentos públicos, como creches e escolas em tempo integral, certamente dificulta a vida de mulheres provedoras e/ou coprovedoras de seus grupos familiares.

Cidades como Governador Mangabeira e Muritiba têm, nos seus contextos rurais, instituições educacionais e de saúde precarizadas, contingente de jovens que migram para centros urbanos na perspectiva de continuarem seus estudos, mulheres se deslocam para a capital a fim de receberem atendimento de saúde mais adequado, como, por exemplo, exames de rotina, mamografia, ultrassonografias – geralmente seus partos são realizados nas cidades circunvizinhas de São Félix ou Santo Antônio de Jesus ou Cruz das Almas. Já a produção agrícola é escoada para mercadinhos e feiras livres de Governador Mangabeira e cidades dos arredores do Território de Identidade a que pertencem.

É oportuno destacar que as cidades pesquisadas possuem, além de CREAS, delegacias comuns para atender mulheres em situação de violência. A DEAM mais próxima de Governador Mangabeira-BA e Muritiba-BA fica no município de Feira de Santana, situado no Território de Identidade Portal do Sertão. Contudo a mobilidade urbana para as mulheres agredidas acessarem essa política pública torna-se dificultosa devido ao deslocamento de suas zonas rurais até a cidade vizinha, o transporte urbano é escasso, além das distâncias, e a comunidade não é servida de transporte coletivo.

3 HISTÓRIAS DE VIDA DAS MULHERES SUJEITAS DA PESQUISA DE CAMPO

Durante as entrevistas, observo que a maioria das mulheres inicia sua ‘contação’⁸³ de histórias de vida, resultado dos dissabores, a partir de fases cotidianas, embora nem sempre fossem do momento atual, mas a questão é que elas não iniciavam pela fase da infância. Relembro suas falas, enfáticas: Que infância que tive? Não tive infância nenhuma? Na minha observação crítica de pesquisadora percebi que o ‘silenciamento’, a lacuna geracional foram respostas à negação do viver a infância, isto é, essa fase lhes foi subtraída e substituída pela dureza da miserabilidade, da luta pela sobrevivência, assim como reflexo da pobreza rural e retardo de políticas públicas específicas às famílias de homens e mulheres, responsáveis pela agricultura brasileira, baiana.

Mulheres conviveram e convivem, secularmente, com violação de seus direitos humanos, entretanto marcadores sociais de diferenciação (LORDE, 1997; SARDENBERG, 2015, como raça/etnia, classe social, etarismo ou mesmo e espaço geográfico, contribuem para tornar a opressão feminina mais contundente. Neste sentido, as mulheres trabalhadoras rurais nordestinas tendem a ser mais expostas à violência de gênero, “erva daninha” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 3) que cresce e se reproduz nas relações de parentesco, conjugalidade ou no convívio social com indivíduos estranhos. Geralmente, essas marcas visíveis e/ou invisíveis, oriundas das relações entre homens e mulheres, ao longo da história, são construídas nos contextos sociais a partir das figuras identitárias do ser masculino e feminino (BANDEIRA; ALMEIDA, 2012), e sentidas por quem é vitimizada, geralmente, a mulher, assim como por membros da família, a exemplo de filhos e filhas, e também pessoas do ciclo de amizades dessas mulheres. Quando manifestada pela via do feminicídio, concebido enquanto ato mais brutal materializado, “[...] expressão perversa de um tipo de dominação masculina ainda fortemente cravada na cultura brasileira” (BANDEIRA, 2013, p. 1), ceifa vidas de mulheres engajadas nas lutas por uma sociedade igualitária, logo, por direitos iguais na relação de gênero entre mulheres e homens.

Em relação às histórias de vida bem/mal contadas⁸⁴ as narrativas foram analisadas como instrumentos de reconstrução (POLLAK, 1986), ao invés de serem tomadas como relatos factuais. Mulheres marcadas por rupturas e traumas sucessivas vezes, certamente encontraram dificuldades para exercitarem o ato de contar-se, por isso, enveredaram por

⁸³ Refiro-me ao ato de contar suas histórias de vida.

⁸⁴ Aqui, a antítese bem/mal faz alusão às lacunas deixadas ao longo do ato de rememorar. Portanto, não faz uma crítica às histórias de vida ou as classifica, ao contrário, considera-as relevantes para meu trabalho acadêmico.

‘descaminhos’ do roteiro prévio estabelecido para rememorarem suas histórias de vida. O ‘vazio’, o esquecimento provocado por censura subjetiva, concebida como bloqueios conscientes ou não capazes de evitar ‘reviver’ situações, cujas feridas podem se abrir, nem sempre me permitia seguir a linearidade do roteiro, elas eram donas das palavras e eu me sentia, em certos momentos, constrangida de interromper seus pensamentos, lembranças. Neste raciocínio, as entrevistadas foram livres para falar/iniciar suas narrativas de onde quisessem, iam e voltavam no rememorar, aquele momento pertencia a elas, que davam o compasso, contavam-se conforme conseguiam e se sentiam à vontade para falar.

Para situar sistematicamente o percurso metodológico tanto da pesquisa empírica como o tratamento das narrativas evocadas pelas entrevistadas, convém ressaltar que o trabalho de campo consistiu primeiramente das técnicas, responsáveis por materializarem a prática constituída no campo das ideias (MINAYO, 2000). Observações assistemáticas, visitas às comunidades, entrevistas narrativas gravadas com consentimento⁸⁵ das mulheres e, naquele momento, foi-lhes explicada a intenção de escutá-las, assim como o meu interesse nas suas histórias de vida. As narrativas gravadas, e posteriormente transcritas, constituem-se materiais para a análise em profundidade de seus conteúdos, conforme esmiúço no último capítulo.

Quero, neste espaço teórico, compartilhar da experiência que tenho ao desenvolver a revisão bibliográfica de pesquisa sobre violências de gênero e mulheres trabalhadoras rurais. As dificuldades se avolumam quando ajusto as ‘lentes’ sobre meu objeto: violências de gênero contra mulheres trabalhadoras rurais do Recôncavo Baiano. Na Região Nordeste o acervo de pesquisas acadêmicas da UFPE⁸⁶ visibiliza o quão é importante a discussão na temática de gênero destacar o fenômeno social da violência contra as mulheres trabalhadoras em contextos rurais⁸⁷. Não obstante, no olhar acadêmico abaixo do mapa brasileiro, no estado do Rio Grande do Sul, encontro material de pesquisa sobre a violência contra a mulher do campo e da floresta⁸⁸, da professora e educadora popular Vanderleia Laodete Pulga Daron (2009).

O ensaio apresentado por Daron (2009), *Um Grito Lilás: Cartografia da Violência às Mulheres do Campo e da Floresta*, resulta de proposições advindas de movimentos feministas contemporâneos da sociedade civil organizada, cujo compromisso em

⁸⁵ Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), todos assinados pelas entrevistadas, estão sob minha responsabilidade.

⁸⁶ As pesquisas têm como líderes de grupo o professor Dr. Parry Scott e a professora Dra. Rosineide Cordeiro.

⁸⁷ Ver Scott & Cordeiro (2013).

⁸⁸ Daron, Vanderleia L. P. *Um Grito Lilás: Cartografia da Violência às Mulheres do Campo e da Floresta*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009. Mimeografado.

efetivá-las foi assumido pela SPM/PR (*Idem*). Neste trabalho, a primeira crítica da autora recai sobre o silenciamento e invisibilidade na produção acadêmica e de bases empíricas acerca da violência, destaco a doméstica contra mulheres do campo e da floresta as mulheres que pesquisei. Contudo a observação destacada não significa que mulheres não urbanas têm suas vidas imunes à violência de gênero, mas sim retrato a omissão e cegueira social a essa face da violação de direitos femininos. Daron faz uma reflexão-crítica a respeito de suas inquietações e identifica que

Ao nos preocupamos com o desafio de conhecer, a partir de dados ou informação científico-tecnológica, a presença da violência contra a mulher no campo e na floresta, deparamo-nos com um grande silêncio. Não encontramos dados de pesquisa social, investigação epidemiológica ou produção científica com densidade analítica, evidência estatística ou de descrição na cultura relativos à violência perpetrada contra as mulheres que, em contrapartida, não está ausente. Encontramos evidência de sua presença ao buscar dados informais, relatos de vida, confidências, biografias e documentários focais, denúncias e reivindicações feitas pelos movimentos de mulheres e organizações sociais populares do campo e da floresta. O silenciamento dos dados e da informação compartilha o silenciamento da dor sofrida em situações de abuso e violação de direitos pelas mulheres que vivem e trabalham nos campos e florestas do Brasil. [...] Interessante observar que este silenciamento e invisibilidade também se encontra nas reflexões sobre as correntes teóricas ou as linhas de orientação teórico metodológicas feministas orientadoras dos estudos sobre a violência de gênero e/ou sobre a violência contra as mulheres, violência doméstica e intrafamiliar (p.1; 65).

Durante o trajeto da pesquisa percorro enigmas pessoais sobre a representação social da violência de gênero, percebida pela categoria mulher trabalhadora rural; o aprendizado na perspectiva feminista sobre a violência contra mulheres após a Lei 11.340/06; tenho os primeiros contatos com as comunidades rurais na intencionalidade de encontrar meu objeto de pesquisa acadêmica. Minhas aproximações (espontâneas) com mulheres rurais são sempre sustentadas no meu perfil profissional de assistente social comprometida com princípios éticos e com as relações sociais baseadas na empatia, criatividade e experiência em trabalhar com população em situação de direitos violados. Além do embasamento teórico e das técnicas utilizadas na pesquisa, o perfil criativo e as experiências de quem se propõe a investigar um fenômeno social constitui elemento relevante para descobertas (MINAYO, 2000).

A partir da perspectiva dialética, o quadro metodológico de minha pesquisa é organizado através da investigação exploratória da violência de gênero contra MTR evocada nas histórias de vida e narradas na primeira pessoa. Neste aspecto, indago: Em que medida a

violência de gênero é percebida como fenômeno social visível e/ou invisível nas histórias de vida das mulheres trabalhadoras rurais?

Destarte, entender a violência de gênero como fenômeno resultante da organização social de gênero, baseado na autoridade e poder masculino a partir da relação patriarcal e assimétrica forjada nas relações sociais (SAFFIOTI, 2004a; BANDEIRA, 2014; LISBOA, 2014), conduz-me ao exercício dialético como pesquisadora e feminista, para contextualizar manifestações visíveis e invisíveis dessas violências vivenciadas por mulheres, objeto desta pesquisa.

Nesta assertiva, proponho como objetivo principal desta pesquisa analisar e interpretar as percepções sobre violência de gênero em contextos rurais das cidades de Governador Mangabeira-BA e Muritiba-BA a partir das histórias de vida contadas por MTR⁸⁹ que foram ou são submetidas à violência nas suas multifaces.

3.1 MULHERES: MEMÓRIAS, RURALIDADES E SUJEITAS POLÍTICAS

Para mulheres trabalhadoras rurais, destaco, sujeitas e objetos desta pesquisa, enfrentar as adversidades rememoradas nas suas narrativas eleva-as à condição de sujeitas políticas resilientes. Inúmeras formas de resistir às mazelas materializadas pelo problema social denominado violência de gênero em espaços rurais na sua singularidade quando, marcada, individualmente, em cada história de vida e, na sua complexidade, quando esse fenômeno é envolto de subjetividades, a exemplo da violência simbólica, capaz de potencializar violações de direitos humanos ao moldar-se no ambiente sociofamiliar, tal qual animais como camaleão e determinada espécie de sapo, que se transmutam na cor da árvore ou tronco, a depender das circunstâncias ambientais e conseguem driblar seus predadores. De forma análoga a esses animais, a resiliência da violência simbólica garante sua ‘sobrevivência’ na relação assimétrica de gênero.

Com tudo isso, além da morosidade no acesso a direitos sancionados em marcos legais, essas mulheres, como trabalhadoras rurais, despontam como protagonistas e seguem na luta por mais ‘Margaridas’ em suas vidas nas ‘sebes rurais’. Como exemplo ilustrativo, temos

⁸⁹ A categoria mulher trabalhadora rural emerge do anonimato e da invisibilidade para conquistar espaço político e seu reconhecimento como sujeita produtora inserida no mundo do trabalho rural; conquista essa que se inicia, pela via das mobilizações coletivas de mulheres rurais, a partir da Promulgação da CF/1988. São, então, reconhecidas como trabalhadoras e possuidoras de direitos previdenciários. Antes, porém, a denominação doméstica, por ocuparem, majoritariamente, também o espaço privado do cuidado, as descredenciava do direito à aposentadoria (DARON, 2009).

como sujeita política uma das entrevistadas, que presidiu o sindicato rural de sua cidade por uma década, e, ainda na presidência institucional, tem-se outra mulher, sindicalista.

Não obstante a crítica feminista introdutória e, na da questão violência contra mulheres rurais baianas, este capítulo segue contextualizando acontecimentos históricos na historiografia feminista rural: a resiliência da trabalhadora rural, sindicalista e ativista Margarida Alves e sua militância no movimento autônomo de mulheres rurais. Margarida Alves, além do aprendizado nas CEB, vinculadas à Igreja Católica, nas décadas 1960 e 1970, integrou o movimento articulado em 1980 para surgimento do novo sindicalismo⁹⁰ (DEERE, 2004). Um sindicato engajado na luta pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e de direitos trabalhistas iguais para homens e mulheres, conquista efetivada na CF/1988.

O capítulo acompanha discussões sobre violência de gênero na vida de mulheres trabalhadoras rurais e o movimento feminista rural, a Marcha das Margaridas como ‘megafone’ das mulheres trabalhadoras rurais pelo reconhecimento das reivindicações pelo fim da violência de gênero nas suas dimensões de raça, classe, gênero, geração/etarismo, por direito à previdência social, 13º salário, férias, salário maternidade, acesso à terra, valorização da agroecologia, direito à educação, saúde, dentre outras questões correlatas à dignidade humana dessas mulheres.

Embora a tese tenha como foco MTR das cidades mencionadas para refletir sobre a VCMTR, não há como ignorar Margarida Alves, pois a história dela é emblemática das várias formas de violência que as mulheres são submetidas no campo. Neste sentido, destaco MARGARIDA ALVES: identidade de mulher trabalhadora rural e a Marcha das Margaridas, símbolo do feminismo camponês.

[...], o ser menos leva os **oprimidos**⁹¹, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, [...], não se sentem idealistamente opressores, [...], opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. [...] - libertar-se a si e aos opressores (FREIRE, 2015, p. 41).

‘Apagar’ bruscamente a sindicalista nordestina Margarida Alves não significa que sua identidade, construída no processo político de sua militância sindical em tempos de repressão militar, se esvaiu, ou seja, anular essa construção histórica ao longo do processo, de

⁹⁰ Esta expressão, no entender de Favereto (2006, p. 29), serviu para nomear o vigoroso movimento de retomada das lutas e da mobilização social em pleno contexto de ditadura, a emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior e, ainda, a explosão no número de trabalhadores filiados.

⁹¹ Assumo aqui o entendimento semântico de oprimidos como ‘sujeitos’ (mulheres e homens), de modo a evitar a masculinização da palavra. (Grifo nosso).

agricultora a sindicalista comprometida com a melhoria de vida de mulheres e homens inseridos na labuta rural. Há necessidade de (re) criar as identidades humanas, evidenciar que elas “[...] estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. [...], as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, [...]” (HALL, 2009, p. 108-112). Nessa obrigatoriedade em assumir para si lutas coletivas, vimos que

Intensas disputas marcam a luta pela terra no Brasil, as mulheres sempre estiveram à frente destes processos de luta e resistência e sobre elas condições específicas de existência marcam o trabalho, a maternidade, a sexualidade, o uso da liderança, o exercício da segurança e a produção de imagens femininas. Quanto ao campo e a floresta, em meio aos silenciamentos, permanece a imagem de mulheres e homens que foram assassinados justamente pela defesa do direito de viver coletivo. É o caso de Chico Mendes, Margarida Alves e Roseli Nunes, [...]. As marcas da violência no campo e na floresta brasileiros evidenciam as contradições de um projeto de sociedade com hegemonia capitalista liberal, em uma democracia jovem e uma cidadania de ascensão recente (DARON, 2009, p. 8).

Para a releitura a respeito, sem pretensão de esmiuçar a história de Margarida Alves, militante do sindicato rural alagoano. Sua memória como mulher, mãe, companheira conjugal, nordestina, trabalhadora rural e, principalmente, liderança sindical em tempos de regime militar e sua luta por direitos humanos de mulheres do campo, além de ‘ocupar’ espaço machista, são premissas para lembrá-la.

Retomando a proposta desta tese, desenho neste espaço teórico a correlação entre meu objeto de pesquisa e a sujeita política Margarida Alves. Minha premissa central: VCMTR nas suas manifestações visíveis e/ou invisíveis; a representação identitária da sindicalista Margarida Alves, vitimizada pelo patriarcado [incomodou sua liderança política sindical]. Foi Margarida Alves referência e precursora na luta contra a violação de direitos humanos de mulheres de MTR, principalmente direitos trabalhistas e sociais. Ela lutou pela resignificação da mulher nordestina/rural, política, protagonista, ‘dona de seu próprio nariz’ e de sua história de vida, não obstante a covardia do algoz que a vitimizou.

Daron (2012), no seu protagonismo como pesquisadora, educadora popular e militante das causas feministas na defesa das mulheres trabalhadoras rurais – destaque aquelas que vivem no campo e na floresta –, reconhece, na conquista da Lei 11.340/2006, um avanço na luta em defesa da não violência contra a mulher, fenômeno social vigente na vida de mulheres independentemente se residentes nos centros urbanos ou campo e florestas. Não

obstante, “No caso das mulheres do campo e da floresta, esses equipamentos [em defesa da mulher violentada] praticamente não existem e as dificuldades de deslocamento e acesso são alguns dos entraves para a efetivação desta lei” (*Idem*, s/p). Contudo essas dificuldades não incapacitam as violentadas ou pessoas cientes dos atos brutais masculinos de acessarem o DISQUE 180 - Central de Atendimento à Mulher, criado em 2005 pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, e denunciarem os maus-tratos à mulher. Este serviço integra a rede nacional de enfrentamento à violência contra a mulher e tem como base legal a Lei 11.340/2006.

Margarida Alves conquistou um lugar antes ocupado exclusivamente por homens no espaço institucional do sindicato e, certamente, contrariou a ordem patriarcal de gênero, saiu do quadrado, da esfera reprodutiva, do cuidado, do privado/doméstico, do esteio do homem. Por fim, do lugar determinado pelo imaginário social: a invisibilidade como mulher cidadã. Sua emergência neste cenário de emancipação feminina ocorre, exatamente, no momento de transição de regime governamental, nos anos 1980, quando a mobilização de movimentos sociais clama pelo fim da ditadura militar e busca a redemocratização do Brasil. Margarida surge de um lugar longínquo, do ‘pedaço de chão’ do nordeste brasileiro, esquecido pelo poder governamental e (re) floresce a Margarida na história sindical em defesa de tantas outras Margaridas.

Sendo minha pesquisa voltada para a temática de direitos humanos, mulheres trabalhadoras rurais nordestinas/baianas e que trazem na bagagem da luta diária a representação de vários papéis sociais: mãe, avó, ‘esposa’, provedora principal da família, trabalhadora rural, mulher de agricultor, ajudante/auxiliar do marido, em síntese, a categoria mulher invisibilizada na condição de sujeita política e ‘dona de seu próprio nariz’, tecer brevemente comentários sobre Margarida Alves simboliza destacar a historiografia da mulher a partir de seus desafios e protagonismo contrários à sociedade patriarcal-machista-sexista-misógina⁹².

Margarida Alves, assim como as mulheres que compõem minha pesquisa, por ter nascido mulher e não aceitar as opressões machistas e se engajar na defesa dos direitos de mulheres trabalhadoras rurais, foi assassinada em nome da cultura patriarcal articulada aos interesses capitalistas.

⁹² A aglutinação: patriarcal-machista-sexista-misógina refere-se, neste campo lógico semântico, ao conjunto de respostas para a violação de direitos das mulheres trabalhadoras rurais [desta pesquisa] para manutenção do *status quo* da fração de homens autores da opressão feminina quando ameaçados de perder o controle sobre sua subalterna, e impotentes diante da autonomia e visibilidade da mulher ao conquistar seus espaços sociais [Margarida Alves representa essa mulher ao assumir a liderança sindical].

Outro enfoque a destacar recai sobre a escolha da categoria mulher trabalhadora rural, adotada para identificar, politicamente, meu objeto analítico de estudo. No entendimento polissêmico atribuído, socialmente, à figura feminina que desenvolve atividades laborais sob o jugo de ‘ajuda’, trabalho improdutivo, ignorado [por não ser expresso em valores monetários] e/ou remunerado, geralmente conhecidas pelas alcunhas de mulher/esposa de lavrador ou de agricultor. Sem embargo, o uso da expressão mulher trabalhadora rural guarda afinidade com o começo de minhas inquietações sobre o fenômeno da violência contra mulheres trabalhadoras rurais em contextos rurais do Recôncavo Baiano e, conseqüentemente, os trabalhos desenvolvidos nos sindicatos da respectiva categoria.

Na luta pelo reconhecimento profissional e visibilidade identitária no processo de produção de bens [no mundo do trabalho rural] são as MTR ativistas sociais que caminham para conquistarem direitos quando constroem suas identidades de MTR, antes, porém, conhecidas apenas como do lar, aquelas que cuidam da casa, do marido, da prole, ou seja, cujo papel social de reprodução sobrepunha suas outras atividades, consideradas como não trabalho. Ser MTR como categoria indentitária construída, historicamente pela luta, por um lado, por direitos trabalhistas/previdenciários, por outro, direitos sociais capazes de usufruir bens legitimados por contribuição paga, compulsória, ao Estado, por exemplo, impostos. Outro aspecto refere-se à reivindicação de políticas públicas, junto ao governo, específicas da área rural.

Durante a década de 1980, ampliaram-se as organizações políticas das mulheres, e, devido à grande extensão territorial brasileira, pôde-se observar a formação de vários grupos de mulheres provenientes da área rural que atuaram de formas distintas, de acordo com necessidades específicas de cada região. [...] A principal demanda das mulheres desses movimentos, nesse período, foi o seu reconhecimento político como trabalhadoras rurais, [...]. Quanto aos direitos sociais, mais particularmente, direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, que marcaram profundamente a trajetória política das mulheres trabalhadoras rurais, esses foram conquistados com a expressiva participação das mulheres trabalhadoras rurais no processo de construção da Constituição de 1988. O engajamento dos seus respectivos movimentos nas mobilizações para a participação popular na Assembleia Constituinte [...] (AGUIAR, 2016, p. 166; 168).

No meu entendimento a respeito da vinculação dessas mulheres ao processo emancipatório alicerçado na luta sindical das cidades da pesquisa, assim como nacionalmente, seu engajamento está centrado na efetivação de seus direitos [trabalhistas, direito à terra e

políticas públicas específicas] legitimados⁹³ e validados⁹⁴ e conquistas alcançadas por lutas e militância política de movimentos sociais singulares, próprios de trabalhadoras rurais e aqueles vinculados à Igreja Católica popular⁹⁵. Essa base de mobilização das MTR não emerge da militância nos sindicatos (CAPPELLIN, 2009), contudo advém da ideologia da Teologia da Libertação, como ressalta Deere (2004, p. 177):

As origens do movimento estão nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que proliferaram nas áreas rurais e nas favelas, começando na década de 1960 junto com a teologia da libertação. As invasões de terra, que cresceram a partir desses processos de conscientização, foram apoiadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizada pelo Conselho Nacional de Bispos Católicos, em 1975, e que divulgou crescentemente e deu coerência a essas lutas pela terra. A CPT também desempenhou um importante papel em reunir trabalhadores sem-terra de diferentes estados.

Schaaf (2003, p. 414), em seu trabalho sobre o processo emancipatório da mulher trabalhadora rural rio-grandense, faz a releitura dessa mobilização feminina a partir das contribuições advindas de meio católico. Para ela:

As bases do movimento foram fundadas no período da abertura política, quando o conjunto das organizações de mulheres no Brasil reivindicou vez e voz nas decisões políticas. As feministas tiveram um papel de liderança na articulação política das demandas femininas, [...]. A Igreja Popular, incentivada pelos altos escalões da Igreja, ofereceu a inspiração religiosa e estrutura física para entender e interpretar a turbulência das mudanças sociais, econômicas e políticas (por que passava o país). No campo, o feminismo não encontrou ressonância, ao passo que, com as premissas da Teologia de Libertação, a Igreja Popular mobilizou um grande contingente de pequenos agricultores no contexto de maiores transformações no campo, e as mulheres inseriram-se nessas mobilizações.

A partir dessa escolha categorial, é oportuno refletir o ponto crucial entre as categorias mulheres camponesas e mulheres trabalhadoras rurais; a primeira mais genérica em seu entendimento, já a segunda, mais restrita. Enquanto o movimento de mulheres trabalhadoras rurais nasce a partir de lutas fragmentadas por estados e regiões, por exemplo, Nordeste (MMTR-NE), a região Sul concentra o movimento de mulheres camponesas (SALVARO *et al.*, 2013; PAULILO, 2010). Para tanto, a unificação do MMTR com o MMC

⁹³ CF/1998, Art. 7º.

⁹⁴ CLT/1943.

⁹⁵ Concebo movimentos católicos, neste contexto, como sendo agrupamentos de pessoas católicas, cuja ideologia cristã era pautada na Teologia da Libertação, esta faz emergir a igreja popular em favor de segmentos sociais da classe popular, a exemplo da população pobre do meio rural. As representações desses movimentos se materializaram a partir dos anos 1960 nas Comunidades Eclesiais de Base - CEBS, Comissão Pastoral da Terra - CPT (AGUIAR, 2015).

significa uma mudança política no interior desses movimentos na busca por fortalecer suas lutas a partir de 1980.

Assim, mulher camponesa é trabalhadora plural, coletiva, sujeita política no *continuum* ressignificar e reafirmar a luta histórica feminista [rural] de gênero e classe, é identificada como uma categoria de trabalhadoras comprometidas com a luta pela igualdade de gênero e nova ordem societária, produtora de alimentos para garantir a subsistência familiar. Essas mulheres são identificadas como pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas (SALVARO *et al.*, 2013; MMC). Sumarizando, são elas sujeitas de direitos sociais e reivindicam sua efetivação.

Ao longo da trajetória política da mulher trabalhadora a dissimetria hierárquica dos sexos na estrutura familiar obsta sua relação de poder na representação sindical. É sabido, portanto, que a emergência do modelo capitalista de produção marca a ilegitimidade de direitos civis e políticos da mulher, caberia a esta, socialmente, apenas construir a riqueza, e não o progresso (SAFFIOTI, 2013). Assim sendo, a análise do tópico enunciado esboça a presença, em contextos rurais nordestinos, de ideais feministas, embora na emergência do feminismo, nos anos 1970, na sua efervescência, a visibilidade de mulheres militantes e participativas tenha se concentrado no meio urbano, o vetor das lutas sindicais da precursora Margarida Alves aponta para a consolidação da trabalhadora rural a ser respeitada nos espaços privado e público como sujeita social, civil e política.

A partir do olhar na perspectiva feminista, de gênero, histórica e cultural, o fenômeno da violência contra a mulher está relacionado com a forma desigual com que os homens agem, desrespeitosamente com nós, mulheres, impõem o poder do macho sobre a fêmea em diferentes momentos de nossas vidas, sendo sua manifestação presente na sociedade brasileira, datada desde o período colonial (CARNEIRO, 2002; BANDEIRA, 2013). E, ao considerar a história das mulheres imersas na permanente violação de seus direitos humanos, o cenário brasileiro nos contextos rurais, na década de 1980, trouxe para essa história a (re) significação da imagem social da feminilidade da mulher trabalhadora rural (GIULANI, 2008) para além da reprodução social, materializada nos espaços demarcados socialmente para o homem prover, com sua força de trabalho, recursos financeiros para manter a família, e, para a mulher, cuidar da casa e dos membros do grupo familiar. Em suma, identifica-se a presença da tradicional norma cultural conhecida como realização vicária:

Esses movimentos de mulheres trabalhadoras rurais ampliaram a agenda política de lutas. Suas reivindicações para além de direitos previdenciários e sociais, junto ao Estado,

gestor de políticas públicas, pautaram-se também no modelo de desenvolvimento rural baseado no agronegócio, olhar sobre a agricultura familiar e, certamente, reivindicaram o lugar social da mulher como categoria rural (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015). Nesse cenário emergente da mulher trabalhadora rural, sujeita política, destacamos a aguerrida Margarida Alves, alagoana da cidade de Alagoa Grande, a nordestina e trabalhadora rural, primeira mulher a presidir o Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais naquele estado.

A vida de Margarida Alves foi marcada pela ruralidade⁹⁶. Nascida em 5 de agosto de 1933 no município de Alagoa Grande/Paraíba, viveu e cresceu numa família composta por seu pai, mãe e 9 (nove) irmãos/ãs, sendo ela a última a nascer dessa prole. Sua infância guarda similitude com as histórias narradas pelas entrevistadas desta pesquisa. Margarida, como as mulheres que destaco, nessa fase geracional, teve seu direito à educação violado, estudou até a 4ª série⁹⁷ e, compulsoriamente, experienciou aos 8 anos de idade o trabalho precoce ao auxiliar seus pais nas tarefas da lavoura (FERREIRA, 2010).

Sua história no movimento sindical em contextos rurais teve como expressão política frases emblemáticas: “Da luta eu não fujo” e “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Expressões que definem a coragem de Margarida Alves, que por quase duas décadas e meia (FERREIRA, 2010) esteve à frente do sindicato rural da cidade de Alagoa Grande/Paraíba, na defesa e garantia de direitos de mulheres e homens que da atividade do campo dependiam para seu sustento e de familiares.

Essa sindicalista defendeu a organização sindical como ferramenta para consolidar direitos trabalhistas negados pela categoria de latifundiários e usineiros da região. Suas pautas reivindicatórias versavam sobre a formalização nos contratos de trabalho, salário justo, compra e venda de mão de obra no campo; direito ao repouso de 30 dias após 12 (doze) meses de trabalho; pagamento do 13º salário tal como demais trabalhadores e trabalhadoras formais; descanso semanal remunerado, reconhecimento e visibilidade da categoria mulher nos espaços de poder político de decisões e proposições (*idem*). Foi reconhecida por lutar e ter materializado o Centro de Educação do Trabalhador Rural (CENTRU); acreditava ser a educação o ponto de partida para a luta política em favor de direitos coletivos.

A adjetivação trabalhadora rural ressignifica a identidade política da mulher do campo. É a partir dessa consciência como sujeita de direitos que, na efervescência do

⁹⁶ Apoiada na concepção de Carneiro (2008, p. 35), entendo “[...] ruralidade como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas.”

⁹⁷ Hoje, 5º ano do ensino fundamental I.

movimento democrático brasileiro antimilitarista, emerge nos anos 1980⁹⁸ o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com destaque na Região Nordeste, que potencializava a luta pelo reconhecimento na área dos direitos humanos, de sua condição de trabalhadora produtiva, e desmistificação da coparticipação no cultivo com a terra. Não obstante sua participação ter sido evidenciada na emergência da redemocratização do País, quando movimentos sociais se articulam para reformular a Constituição Federal na perspectiva de inclusão de pautas políticas e consolidar direitos sociais, civis, políticos e, certamente, respeito aos direitos humanos de todos e todas brasileiros e brasileiras, em especial os segmentos sociais subalternizados e excluídos de direitos universais. Reafirma, então, a condição de trabalhadora, não obstante a historiografia das mulheres de camadas populares, diretamente inseridas na produção de bens e serviços, sempre contribuiu para a criação da riqueza social (SAFFIOTI, 2013).

A luta de Margarida Alves, mulher nordestina, na defesa da categoria trabalhadora rural, extrapola a divisão sexual injusta do trabalho com o cultivo e manejo terrestre. Seu reconhecimento como liderança rural integrante de movimentos sociais da Igreja Católica⁹⁹ fomentou, enquanto à frente do movimento contra-hegemônico, as sindicalistas e mulheres trabalhadoras rurais a terem como principal reivindicação serem reconhecidas social e politicamente para gozarem de direitos previdenciários, a exemplo de aposentadorias, salário férias, salário maternidade, entre outros. Destemida e corajosa, enfrentou latifundiários, usineiros e personalidades políticas contrárias à sua luta. Sua religiosidade a identificava como mulher de muita fé, contudo não se furtou de criticar a Igreja Católica ao perceber sua omissão quando não estava do lado da classe trabalhadora rural, e predileção pela classe dos opressores [patrões e políticos da região]. Margarida Alves, em 12 de agosto de 1983, foi covardemente assassinada a mando dos opressores da classe trabalhadora rural (*idem*). Violência de gênero contra mulher, por ser mulher, ocupar cargo de poder político na sociedade arraigada pelo patriarcado, responsável pela manutenção de sistema familiar, capaz de justificar a exclusão da mulher de determinadas tarefas e perpetuá-la no exercício de seus papéis tradicionais e ocupações reconhecidas pelo imaginário social, como femininas. Margarida Alves, nos dias atuais, esse crime machista que a vitimou certamente seria classificado como feminicídio¹⁰⁰.

⁹⁸ Giuliani (2008) amplia a discussão para destacar as mulheres cidadinas, cujas ações políticas reivindicatórias iniciaram-se no final dos anos 1960.

⁹⁹ Destaco Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculadas à Teologia da Libertação.

¹⁰⁰ Lei 13.104, de 09 de março de 2015.

A agenda política de reivindicações é extensa, por direitos trabalhistas, previdenciários, igualdade de gênero e potencializar as proposições de estratégias com demandas específicas do ‘mundo de mulheres trabalhadoras rurais; para além de pautas reivindicatórias de cunho trabalhista, previdenciário, direito à terra, contra as desigualdades sociais marcadas pelas discrepâncias regionais do Brasil e, nesse cenário, a pobreza, considerada extrema, que se instala em contextos rurais, principalmente no norte e nordeste. Contudo a desigualdade de gênero corporifica, através das dimensões concretas e simbólicas (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015), sendo a primeira reproduzida no imaginário social, ao ser a força de trabalho feminina, do meio rural, classificada como mera ‘ajuda’, não se configura como trabalho a ser remunerado; já a segunda compreende a reprodução social como inerente à mulher, logo, invisibilizada enquanto contribuição na economia familiar. A divisão sexual do trabalho, tomada pela categoria sexo, é balizada através das funções sociais do labor de homens, produtor, e mulheres, reprodutoras da força de trabalho, e, nessa lógica, a partir dos constructos sociais do binarismo, o trabalho feminino estruturado dessa forma invisibiliza o papel sociopolítico da mulher na construção da riqueza social.

Mulheres trabalhadoras rurais, nas organizações sindicais, enfrentaram e continuam no enfrentamento pela igualdade de gênero, conquista de espaços de poder e reconhecimento do protagonismo social. Reflexões críticas da dissimetria de gênero marcada por eixos estruturantes como sexismo, que se manifestam na sociedade patriarcal. Trabalhadoras brasileiras de atividades rurais diversificadas do campo, da floresta e das águas, numa ação coletiva, e, impulsionadas pelo movimento feminista internacional Marcha Mundial, inspirada pela manifestação ocorrida em Quebec, Canadá, em 1995, organizaram durante meses mobilizações por todo o país e realizaram, pela primeira vez, um ato político de maior visibilidade e repercussão nacional, realizado em agosto de 2000, em Brasília, conhecido como Marcha das Margaridas¹⁰¹, coordenado pela CONTAG aliada ao MMTR-NE; a marcha trouxe como pauta da agenda política a questão da fome, pobreza e violência sexista. Em virtude de sua dimensão política, esse processo de mobilização e organização, denúncia, mais efetivação de diálogo com o Estado, consolidou-se na agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadoras/res Rurais na pauta de reivindicação, sendo incluído o fenômeno social da violência sexista. Com o espírito de *continuum* movimento político rural, a Marcha das Margaridas, periodicamente, acontece a cada quatro anos, realizada em 2003, 2007, 2011 e 2015. As marchas visibilizam problemas enfrentados por essas trabalhadoras,

¹⁰¹ Nome homenagem a sindicalista Margarida Alves.

também, proposições estratégicas para garantir e consolidar direitos às militantes rurais. Neste sentido, os objetivos desse movimento sociopolítico são para:

- Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais;
- Reafirmar o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas na construção de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente;
- Apresentar, através de proposições, nossa crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de uma perspectiva feminista;
- Contribuir para a democratização das relações sociais no MSTTR e nos demais espaços políticos, visando a superação das desigualdades de gênero e étnicorraciais;
- Protestar contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional que precisam ser enfrentados para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar.
- Denunciar e lutar contra todas as formas de violência, exploração e discriminação contra as mulheres, no sentido da construção da igualdade;
- Atualizar e qualificar a pauta de negociações, propondo e negociando políticas públicas para as mulheres do campo, da floresta e das águas, considerando as suas especificidades.
- Lutar pelo aperfeiçoamento e consolidação das políticas públicas voltadas às mulheres do campo, da floresta e das águas desde a esfera municipal, estadual e federal, contribuindo para que elas incidam no cotidiano das mulheres rurais (LUNAS, 2015, p. 4/5).

No ano seguinte à Marcha das Margaridas, 2007, o governo federal lançou a Campanha Nacional: “Mulheres, donas da própria vida - Viver sem violência, direito das mulheres do campo e da floresta”, pautada no respeito e dignidade de uma vida sem violência, que ensejava a inclusão na agenda política da violência contra mulheres rurais, tema do próximo tópico.

Feitas estas considerações, no próximo capítulo me debruço sobre as narrativas das sujeitas desta pesquisa, com o intuito de compor um mosaico das violências de gênero que perpassam suas histórias de vida.

3.2 QUANTAS HISTÓRIAS DE VIDA FORAM COLETADAS EM CADA MUNICÍPIO MENCIONADO?

Com relação ao trabalho de campo, apesar da ambição em entrevistar expressivo número de mulheres trabalhadoras rurais do Recôncavo Baiano, inclusive demandas espontâneas emergidas durante esta etapa do processo de pesquisa realizado com 20 (vinte) protagonistas que, nas suas autobiografias, rememoraram histórias de vida fascinantes, bem

e/ou mal contadas; entrelaçadas na vida individual e nos seus contextos coletivos. Oportunizaram-me interpretar, a partir de ‘seus mundos, o ‘indizível’ contido nas falas sobre violências de gênero presentes em seus relatos de vida.

Na cidade de Governador Mangabeira entrevistei 4 (quatro) mulheres, enquanto na cidade de Muritiba, 16 (dezesesseis) mulheres. Ressalto ser o acolhimento ao projeto de extensão, anterior às entrevistadas, responsável pelo maior número de entrevistadas na cidade de Muritiba-BA. As mulheres participaram ativamente e, acredito, aceitaram fazer parte de minha pesquisa, enquanto em Governador Mangabeira a frequência nas atividades socioeducativas do projeto era mínima. As comunidades rurais em que as entrevistadas moram têm em comum a religiosidade, adotam como dogma a fé cristã. A religião católica predomina entre as famílias dessas mulheres, que em suas narrativas relataram as funções que desempenham como católicas nas igrejas de suas comunidades. De fato, as entrevistadas que assumem liderança dentro da religiosidade enfatizam o compromisso e a satisfação em ser ‘essa mulher escolhida para consolidar a fé cristã’.

É relevante enfatizar que no modelo de sociedade como a nossa, em que o sistema patriarcal permanece arraigado, é, comumente, nos espaços institucionais, a exemplo da família, escola, igreja, a produção e reprodução de *modus operandis* para engrossar a musculatura da assimetria de gênero e, conseqüentemente, simbolizar a violência de gênero contra as mulheres. Destaco aqui mulheres de contextos rurais comprometidas com dogmas católicos, a exemplo: o que Deus uniu o homem não separa; o que implica aguentar as violências contra si em nome do matrimônio¹⁰².

3.3 QUEM FORAM AS MULHERES QUE PARTICIPARAM DOS RELATOS OU NARRATIVAS? UM BREVE ‘PERFIL’

Para além dos escritos sobre as entrevistas, este tópico potencializa não somente a complexidade e a diversidades das experiências, bem como realizações vivenciadas por elas; seus comportamentos¹⁰³ na vida diária, as múltiplas formas de violência de que foram vitimizadas e os sutis mecanismos para driblar opressões, principalmente advindas de homens.

¹⁰² Faço referência à história de vida de Maria Crioula, que mesmo o marido mantendo outro vínculo conjugal há muitos anos ainda o espera.

¹⁰³ Serão mais detalhados no último capítulo.

E, na intenção de (re) construir histórias de vida das entrevistadas, assim como contextualizar o dizível e o “indizível”, foi elaborado o seguinte roteiro para a entrevista narrativa, não obstante labirintos e enigmas no momento de responder às minhas indagações, foram recorrentes durante as conversas entre pesquisadora e pesquisada, o que, certamente, foi escolhido por elas por conferir grau de importância à resposta formulada sem seguir roteiro definido. Busquei respostas a partir do seguinte roteiro: Nome, idade, identidade de gênero, estado civil, filhas/os, fale de sua infância, adolescência, juventude. Sobre sua família (pais, irmã/ãos), estudos e vida laboral. Sua vida adulta. Relacionamentos amorosos, quando iniciou. Vida conjugal, a relação com o companheiro (a). O que é ser mulher para você. O que você define como violência contra a mulher. Percebe na sua vida alguma forma de violência?

Ser trabalhadora rural e residir em contextos rurais constituiu-se em condição principal para as mulheres participarem de minha pesquisa de campo. As entrevistas foram realizadas entre janeiro e março de 2017¹⁰⁴, com duração entre 1 e 2 horas, os depoimentos foram gravados e transcritos de modo a preservar a autenticidade das informações.

Convém salientar que o vínculo com as mulheres entrevistadas se deu a partir dos projetos¹⁰⁵ desenvolvidos nas duas cidades, com o apoio dos sindicatos rurais locais e, a partir desta aproximação, pude ter acesso a outras histórias de vida, indicadas por elas. É importante também salientar que ao convidar as mulheres para fazerem parte do meu trabalho de campo surpreendi-me com uma delas¹⁰⁶ ao me chamar afastado e me confidenciar: “Eu quero que você vá na minha casa. Meu marido quando bebe me esculhamba toda, bate, só tu *veno*”. A surpresa maior foi que eu não a conhecia e não participou de nossos encontros durante os 7 meses de duração do projeto. Mas sei que havia divulgação de meu trabalho nas comunidades onde realizava as atividades sobre a temática da violência, em especial sobre a Lei 11.340/2006.

Destaco, neste espaço sobre ‘quem são elas’, a dinâmica dos sindicatos rurais das duas cidades, bem como a participação das entrevistadas nas atividades desenvolvidas. São reuniões, encontros com discussões alusivas à condição de trabalhadoras e trabalhadores rurais, inclusive tive a oportunidade de presenciar reunião com lideranças rurais e poder público municipal. Há agendas para atendimento oftalmológico, jurídico, atividades físicas, reuniões com técnicos e técnicas agrícolas para discussões sobre o meio rural, como

¹⁰⁴ Durante as entrevistas minha estadia nas comunidades variava entre 3 e 7 dias.

¹⁰⁵ Entre os anos de 2013 e 2015.

¹⁰⁶ Destacarei a entrevista posteriormente.

distribuição de mudas de plantas, sementes, adubos, maquinários – a exemplo de tratores para atender à comunidade.

As histórias de vida evocadas para esta tese foram narradas a partir de contextos, ao meu ver, relevantes na vida de cada uma das mulheres. Antes de iniciarem suas falas, sempre explicava a finalidade daquela entrevista e como deveriam proceder durante a mesma, iniciar a narrativa a partir da infância e continuar com as fases seguintes.

Cabe ressaltar um aspecto relevante durante o trabalho de campo, especificamente no momento das entrevistas. Percebi no início das suas narrativas evocações a partir da fase adulta, enquanto sobre a infância, conforme já mencionei, foi necessário, em determinados momentos, despertá-las para rememorem, voltarem suas reminiscências e lembrarem dessa ou daquela etapa de suas vidas. Suas histórias percorrem labirintos, idas e voltas que fugiam aos objetivos da pesquisadora, e ensaiavam um movimento de lembrar e esquecer¹⁰⁷ frustrações, sentimentos dolorosos [mágoas, feridas ainda abertas, rancores, raivas, perdas...] na vida de cada uma dessas mulheres. Por vezes, solicitava que falassem sobre questões ‘esquecidas’, a exemplo da infância e relacionamentos, sem deixar de lhes dar a oportunidade de ‘colocarem’ para fora suas histórias individuais. Todas as entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2017.

Para descrever o perfil das mulheres entrevistadas peço licença às minhas ancestrais, mulheres negras, personalidades importantes que fizeram história na sociedade brasileira, embora não valorizadas e esquecidas, mas vivas na memória de ativistas antissexistas e antirracistas. Antes, porém, resalto aspectos significativos para entendimento do propósito da pesquisa.

Ao me permitirem escutar suas narrativas, essas mulheres separam de suas histórias de vida lembranças que as identifiquem, ou seja, retocam as ‘fotografias’ que quiseram me apresentar. Assim, omitem tanto eventos desimportantes como também causadores de incômodos individuais, que consideram ‘indizíveis’, entretanto relevantes para minha pesquisa. Embora as entrevistadas tenham sido convidadas para meu trabalho de campo e este fosse pautado em um roteiro, não lhes pareceu interessante contar suas histórias na cronologia determinada e elaboraram seu próprio itinerário, mesmo diante de minhas interrupções quando a ‘viagem’ se distanciava do objetivo da pesquisa.

Quanto ao conjunto de características similares, essas mulheres tiveram suas infâncias interrompidas pelo trabalho precoce nas roças familiares ou sob a forma de trabalho remunerado, em roças alheias. Para elas foi negado direito à educação por motivos como:

¹⁰⁷ Ver, por exemplo, Nora (1993).

ausência dessa política pública na localidade onde residem, mas também por serem marcadas pelo fenômeno da pobreza e forçadas a abandonar os estudos para complementarem os ganhos de seus pais. Assim, quanto à escolarização, há mulheres não alfabetizadas, que não assinam nem o nome, ou sem o ensino fundamental I completo [estudaram até a 3ª série], enquanto um número reduzido de mulheres tem o ensino médio e outras não chegaram a concluí-lo. Outro fator que as afasta da escola é o fato de assumirem responsabilidades ao experienciarem a adultez/maternagem¹⁰⁸, junto aos afazeres domésticos e cuidados com irmãos e irmãs em tenra idade; a maioria constituiu relacionamentos conjugais ainda na adolescência, em decorrência de uma gravidez não planejada.

Foram realizadas 20 (vinte) entrevistas narrativas com mulheres trabalhadoras rurais, contudo enfatizo a não linearidade, ou seja, considere de forma heterogênea a categoria etarismo, cuja idade variou entre 22 a 87 anos, e raça, uma vez que se declararam negras, morenas, pardas, embora, se levarmos em conta o quesito cor, a maioria das entrevistadas tem a melanina acentuada e, de acordo com a forma classificatória adotada pelo IBGE, pode-se defini-las como mulheres pretas. Contudo cabe destacar que “reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência” (GOMES, 2005, p. 42).

A renda familiar origina-se de aposentadorias, pensão por morte, 3 delas são viúvas, porém não recebem esse benefício¹⁰⁹; Bolsa-Família, emprego formal e informal/doméstico, cujos valores alternam entre menos de 1 a 2 salários mínimos. Com relação à questão laboral, uma delas é ex-vereadora e hoje servidora municipal, há aquelas que trabalharam ou trabalham na agricultura familiar e/ou patronal [modalidade de trabalho sazonal em empresas exploradoras de terras do Recôncavo que contratam pessoas para trabalho temporário na lavoura do fumo]. Seus rendimentos originam-se de aposentadorias/FUNRURAL, pensão por morte, salário mínimo ou inferior a este valor, mas há também quem dependa financeiramente do marido ou ainda aquelas que realizam afazeres domésticos e trabalham em pequenas roças familiares. Há mulheres que são provedoras principais de suas despesas domésticas e sustento familiar.

¹⁰⁸ Geralmente, famílias pobres, para sobreviverem incubem a filhas e filhos responsabilidades dos afazeres domésticos, a exemplo do cuidado com irmãos/ãos de menor idade (DUQUE-ARRAZOLA, 1997).

¹⁰⁹ Na sua fala, Luiza Mahín narrou que o marido se aposentou ainda solteiro e, então, ela não recebe; Tereza de Benguela considera-se viúva, mas não havia convivência estável; e Maria Felipa o marido recebia BPC.

Quanto ao estado civil, são mulheres viúvas ou viúvas de marido vivo¹¹⁰, 1 delas, apesar de casada, está há mais de 20 anos sem conviver com o marido¹¹¹; outra é solteira, mas há também mulheres divorciadas, em união estável informal ou relação de namoro; encontro nas narrativas relações desfeitas, refeitas¹¹², mulheres com histórico de sucessivas uniões conjugais. Com relação à prole, 2 entrevistadas não são mães, as demais têm entre 2 a 12 filhos/filhas, e somente uma mora sozinha.

As condições socioeconômicas das pesquisadas são similares, haja vista suas fontes de renda. Na sua maioria, são mulheres-mães com histórico de apenas um relacionamento conjugal, uma delas teve dois relacionamentos, advindo daí duas gestações, as demais tiveram até 10 gestações; somente uma delas é solteira, mora sozinha e não é mãe. Residem geralmente em companhia de filhos e filhas que ainda não constituíram família, netos e netas, mas há aquela que mora com a mãe e um filho ou quem resida com a filha, a neta e o genro. Suas residências são, especificamente, em terrenos extensos onde filhos e filhas moram com suas famílias. Todas são da religião católica e, geralmente, assumem cargos de liderança nas respectivas igrejas de suas comunidades.

Durante as narrativas, as entrevistadas rememoraram suas histórias de modo factual, iniciaram suas falas a partir de fases em descompasso com o roteiro estabelecido. Driblaram criativamente a temática dolorosa da pesquisa, ao evocarem, por exemplo, o momento atual, ou ‘apagavam’ lembranças cujas feridas ainda se encontravam em cicatrização. Assim, o ato de narrarem, lidarem com a temporalidade, não significa que a memória trouxesse na íntegra a vida dessas mulheres. Afinal, a memória é caprichosa e seletiva¹¹³ (TAVARES, 2008).

¹¹⁰ Segundo AB’SÁBER (1999), em períodos de seca prolongada a falta de emprego permanente resulta na migração de homens adultos para os centros urbano-industriais e dá origem ao fenômeno das viúvas de marido vivo. “Com uma frequência maldita surge a figura sofredora das viúvas de marido vivo. No começo, os que migraram, enviam uma pequena ajuda em dinheiro, pelo correio, para suas distantes famílias, dentro de suas limitadas possibilidades. Logo, porém, por diversas razões, cessa essa generosidade; fato que se deve à gradual integração no ritmo alucinante das grandes metrópoles, ou ao orçamento apertado do trabalho braçal em fazendas, indústrias ou serviços: nichos de trabalho, todos administrados com pragmatismo e grande insensibilidade humana...” (AB’SÁBER, 1999, p. 32). Ver, também, Silva e Menezes, 2010.

¹¹¹ A entrevistada, embora saiba que o marido convive com outra mulher em São Paulo, tem esperança de ele retornar para continuar a vida matrimonial.

¹¹² Famílias compostas, descompostas e recompostas ou [feitas] desfeitas e refeitas (SARTI, 2007) atuam na trama conjugal metamorfoseada e contrariam o imaginário social da não ruptura nos ciclos de desenvolvimento sociofamiliar.

¹¹³ De acordo com Tavares (2008, p. 35), “as lembranças pessoais são reconstituídas sob as bases de um presente que é social, ou seja, são submetidas a uma seleção; esquece-se de determinados aspectos, amplia-se outros a embelezar a narrativa, em consonância com o momento presente e com as circunstâncias, lugares e pessoas com quem a memória será reavivada. As lembranças ganham novas formas no presente, ainda que falem do passado, isto é, a narrativa consiste em recriação de uma história que, vivificada com outros matizes, desata as tramas da memória”.

Não obstante as memórias individuais e coletivas, narradas, gravadas, transcritas e seus conteúdos trabalhados criticamente para elaboração de minha pesquisa, essas histórias de vida femininas têm, sob a perspectiva feminista, explicitado de modo contundente similitudes na reprodução binária baseada no imaginário social. Mulheres foram ‘domesticadas’ desde pequenas para o cuidado com irmãos e irmãs menores de idade, assim como desenvolver afazeres domésticos, geralmente auxiliadas pelas filhas e filhos, dificilmente havia participação dos maridos. Já na roça, eram elas ajudantes sem remuneração dos pais e maridos, desenvolviam atividade econômica rural de agricultura familiar¹¹⁴ e produção de gêneros para comercialização.

No exercício de rememorem, reconstruírem suas histórias singulares, a divisão sexual do trabalho é indiscutível uma releitura feminina relacionada ao ‘mundo próprio às mulheres’ (BRITO, 1994), que envolve uma memória familiar, afetiva e maternal, e, a partir dessa confluência, “[...] as lembranças das mulheres preservam temas integrados num domínio no qual o afetivo e o individual são fundamentais, [...]” (PISCITELLI, 1992, p. 160). Neste sentido, circunscritas ao lugar social que lhes foi demarcado nesses espaços rurais, suas lembranças se expressam em releituras, sem atender à estrita ordem do calendário cotidiano. Sem pretenderem ser exaustivas, suas narrativas se propõem

[...] a explicar sua vida para nós, se comprometendo, assim, com a manutenção da estreita conexão entre a história que conta e aquilo que uma investigação objetiva poderia descobrir. [...] quando lemos uma autobiografia, estamos sempre conscientes de que o autor só nos está contando uma parte da história, que selecionou seu material de modo a apresentá-lo com o retrato de si que preferiria que tivéssemos e que pode ter ignorado o que poderia ser trivial ou desagradável para ele, embora de grande interesse para nós (BECKER, 1999, p. 102).

Nesse sentido, para compor a descrição das entrevistadas adotei como critério a categoria intergeracional, isto é, realizei entrevistas, em momentos distintos, com mães e filhas oprimidas pela violência de gênero. E, para tanto, indago: Quem são as guerreiras e heroínas ontem e hoje¹¹⁵?

Apresento, simbolicamente e na escrita, breve perfil dessas mulheres.

¹¹⁴ A Lei 11.326/2006 concebe agricultor familiar aquele trabalhador rural que desenvolver suas atividades laborais e atende aos critérios de utilizar, especialmente, mão de obra de membros da família, possuir áreas de terra como preconize essa lei e usufruir com a comercialização de gênero, proveniente dessa trabalho, o mínimo de renda familiar. A produção de alimentos, primeiramente, para subsistência familiar.

¹¹⁵ Refiro-me à temporalidade do passado e do presente na história da mulher, oprimida pelo sexismo brasileiro.

3.4 ESBOÇO DO AUTORRETRATO: ELAS POR ELAS

Figura 12: Panorama da casa de farinha comunitária de Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2018)

Figura 13: Imagem de maquinário da casa de farinha (momento da secagem), Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2018)

Figura 14: Prensa da massa da mandioca, Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo fotográfico da autora (2018)

Figura 15: Fogão à lenha da casa de Esperança Garcia, Pau Ferro - Muritiba-BA



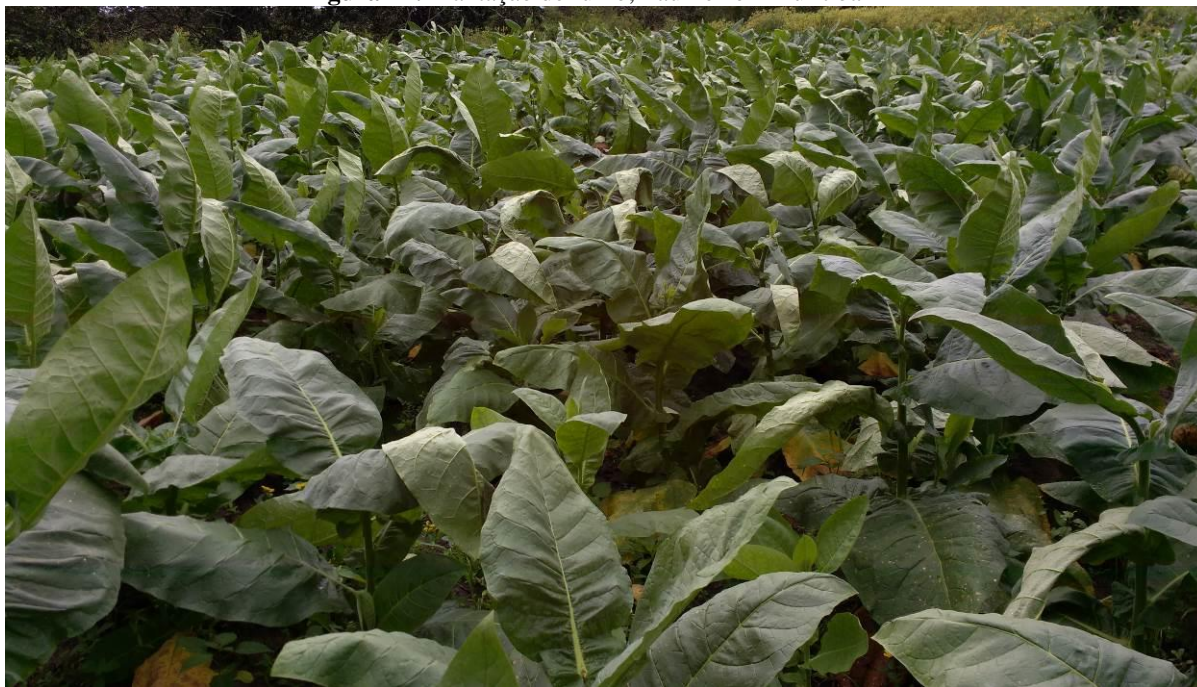
FONTE: Arquivo da autora (2017)

Figura 16: Colheita das raízes da mandioca para produção da farinha, Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2017)

Figura 17: Plantação de fumo, Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2017)

Figura 18: Penduração do fumo. As folhas do fumo na preparação para comercializar, Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2017)

Para que servem as (auto)biografias? Neste contexto, qual a importância dos autorretratos de mulheres trabalhadoras rurais baianas? Por que preciso oportunizar estas atrizes, protagonistas que representam magnificamente seus papéis cotidianos? Por suas histórias de vida, aqui nesta pesquisa ganham corpos e almas e nos convidam a conhecê-las na primeira pessoa? É como, sabiamente, Mãe Beata de Yemanjá ensina a nós, mulheres negras:

"Quem não conhece sua raiz, não chega ao topo" (Mãe Beata de Yemanjá).

Este tópico traz, sumariamente, a história de vida das 20 mulheres, autoras das narrativas autobiográficas e, intencionalmente, para este contexto, adoto identidades de Mulheres negras, antirracistas, por vezes, também, encontram-se no ‘mundo’ incógnito por carregarem consigo o duplo ferrete: gênero e raça. Eu, mulher negra e minhas entrevistadas, perpetuamos com as marcas. Bem nos ensina Carneiro (2003, p. 13) que “[...] desprezar a variável racial da temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil [...]”.

Trilogia intergeracional da violência de gênero

As descrições a seguir dizem respeito a 3 (três) mulheres, residentes na comunidade de Tabuleiro do Beija-Flor - Muritiba: mãe e filhas. Conviveram em épocas distintas com a violência doméstica e familiar¹¹⁶, racial e simbólica. Mulheres de origem pobre que, sem acesso à educação formal, foram induzidas ao trabalho infantil para complementar o orçamento familiar, resultando na adulez precoce, no cuidado com a casa e com as crianças. Suas casas foram construídas no mesmo terreno e certamente a violência acometida no espaço privado era um problema público-familiar, ou seja, seus pais, irmãos e irmã, são sua vizinhança mais próxima, têm suas casas construídas no mesmo terreno, deveriam, sim, estarem a par da situação de violência doméstica, pois, embora cada família residisse em sua própria casa, envolviam-se nas situações de violência, com o intuito de socorrer e amparar a mulher agredida. O trabalho rural foi o único meio laboral que essas mulheres encontraram para garantir a sobrevivência familiar. As filhas ainda exercem tais atividades.

ADELINA CHARUTEIRA

Escrava nascida no Maranhão, participou ativamente na campanha abolicionista da capital maranhense. Filha de uma escrava com um senhor, sabia ler e escrever, porém seu pai não cumpriu a promessa de libertá-la aos 17 anos.

Consciente de sua causa, Adelina passou a utilizar o seu trabalho para colaborar com os abolicionistas. Vendia charutos que seu pai fabricava e tinha, por esse motivo, fácil acesso a todas as casas da cidade de São Luís. Passava a seus companheiros os planos secretos de perseguição aos escravos

¹¹⁶ Conforme Dispositivo Legal de Nº 11.340/2006; Art. 5º, Incisos: I, II, III. Art. 7º, Incisos: I, II, IV, V.

e informações sobre ataques da Corte nos Quilombos [...] (JOMALINIS, 2014, p. 11).

Adelina¹¹⁷ Charuteira – 62 anos, casada, católica, aposentada por invalidez. Aos 10 anos de idade conheceu o trabalho na roça. A entrevista foi realizada ao final da tarde, nos fundos de sua casa, sentadas em um tamborete¹¹⁸. Sua família vivia em condições de extrema pobreza e as crianças foram submetidas ao trabalho precoce para auxiliar nas despesas domésticas. A pobreza foi, por muito tempo, ‘companheira’ de Adelina e de sua família. Na sua narrativa ressalta que não teve infância, afirmação comprovada com o trabalho infantil, o não acesso à escola e, certamente, não usufruiu do direito de brincar.

Adelina experienciou a violação de seus direitos humanos desde tenra idade e persistiram os maus-tratos na sua trajetória de vida. Casou¹¹⁹ aos 16 anos [igreja e civilmente] em decorrência da gravidez na adolescência, teve 8 filhos, 5 homens [1 falecido na infância] e 3 mulheres. Seus partos foram, na maioria, realizados por parteiras e apenas os dois últimos na maternidade. Seu marido sempre manteve relacionamentos extraconjugais, apoiado pela mãe, que não simpatizava com Adelina por esta ser negra e com cabelo crespo, embora sua sogra fosse negra, mas trazia traços indígenas.

Conheci Adelina durante reuniões quando coordenei o projeto A Maria da Penha em Movimento, entre os anos 2014 e 2015, nas cidades *lócus* de meu trabalho de campo. Na oportunidade em que convidei as mulheres para participarem das entrevistas individuais com vistas à elaboração da tese, ela se mostrou receptiva para contribuir com minha pesquisa. Durante o encontro para a escuta de suas narrativas, percebi sua voz ligeira e trêmula, assim como percebi suas lágrimas quando evocou lembranças da figura paterna e das violências a que foi submetida.

MARIA FIRMINA DOS REIS

[...] considerada a primeira escritora brasileira, pioneira na crítica antiescravista da nossa literatura. Negra, filha de mãe branca e pai negro, registrada sob o nome de um pai ilegítimo e nascida na Ilha de São Luis, no Maranhão, Maria Firmina dos Reis (1822-1917) fez de seu primeiro romance, *Úrsula* (1859), algo até então impensável: um instrumento de crítica à escravidão por meio da humanização de personagens escravizados (GELEDÉS, 2017).

¹¹⁷ Entrevistada realizada em 23/02/17, com um total de 8 páginas transcritas.

¹¹⁸ Pequeno banco de assento.

¹¹⁹ “Ao reconstruírem suas histórias singulares, as mulheres fazem uma verdadeira viagem de volta a situações distantes da sua memória” (SILVA, 2010, p. 23).

Maria Firmina¹²⁰ – A mãe, Adelina Charuteira, indicou-a para ser entrevistada. Firmina tem 32 anos, duas filhas adolescentes com 15 e 13 anos; é católica; está no seu segundo relacionamento e convive, na sua casa própria, com o companheiro; autodeclara-se de cor morena. A entrevista foi realizada um dia após o contato com sua mãe e irmã. Conversamos na sala de visitas e na presença de sua filha mais nova. Também na sua história de vida há lacunas na fase da infância. Experienciou a maternagem e não usufruiu desse momento, o cuidado com afazeres domésticos e com irmãos e irmãs lhe roubou a infância. Estudou até a 4^a¹²¹ série do ensino fundamental; engravidou aos 17 anos e passou a conviver com seu agressor, pai de suas duas filhas¹²². As violências a que foi submetida tiveram início desde sua primeira gravidez.

Maria Firmina começou a ‘paquerar’ aos 12 anos, sua mãe não aceitava e, como solução, mandou-a para Salvador/BA, para morar com um dos irmãos. Nesse tempo, conheceu o pai de suas duas filhas e começaram a namorar, ela com 15 anos, ele com 17 anos, logo engravidou e, precocemente, iniciou a vida conjugal. Morou na cidade de Salvador, retornou com o marido para o interior e construiu uma casa no terreno de seus pais. Ela, por longo período, foi a provedora principal das despesas domésticas. O pai das filhas, além de não exercer atividade laboral, a agredia continuamente [não apanhou de seus pais, mas dele].

Com frequência Maria Firmina era agredida pelo seu marido e, por vezes, denunciou-o em delegacia não especializada, localizada na cidade onde mora, mas o resultado não era eficaz, já que ele permanecia em liberdade e perpetuando a violação de seu direito a uma vida livre da violência de gênero.

Como sua mãe, Maria, ainda jovem, engravidou. Sua sogra não simpatizava com ela, sempre foi conivente com as agressões perpetradas pelo filho. A sogra pedia paciência a Maria Firmina diante da situação de violência de gênero, como alento, contava partes de sua história de vida em que foi submetida a atos violentos cometidos pelo pai de seu filho. Neste contexto vivenciado pela sogra, o fenômeno da violência é materializado na sua modalidade simbólica, isto é, naturalizada e avalizada pela sociedade. No seu entendimento de ordem patriarcal, o homem passa a ter direitos sobre a mulher, quando é assinado pelo casal o contrato sexual, por ser o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres reflexo da natureza humana (PATEMAN, 1993). No entender da autora, “[...] o marido detinha a propriedade da pessoa de sua esposa, e o homem era um proprietário e um senhor absoluto, somente ele

¹²⁰ Entrevista realizada em 24/02/17, com um total de 6 páginas transcritas.

¹²¹ Atualmente, 5º ano fundamental 1.

¹²² A idade das filhas dela: 15 e 13 anos.

pudesse fazer o que quisesse com o seu bem” (p. 184). Neste sentido, o discurso da sogra de Maria Firmina reforça ser a organização social de gênero formada por homens e mulheres, responde negativamente pela naturalização da violência doméstica esperada, socialmente.¹²³

Tantas foram as recorrências de violência que Maria Firmina abandonou a casa, mas terminou retornando, pois temia perder a guarda das filhas.

ACOTIRENE

Uma das primeiras mulheres a habitar os povoados quilombolas da Serra da Barriga em Alagoas. Matriarca do Quilombo do Palmares, exercia a função de mãe e conselheira dos/as primeiros/as negros/as refugiados na Cerca Real do Macacos. Era consultada para todos os assuntos, desde questões familiares até questões político-militares (JOMALINIS, 2014, p. 5).

Acotirene – A mãe a indicou para ser entrevistada. Tem 42 anos, é solteira e se autodeclara negra¹²⁴, é filha de Adelina e irmã de Maria Firmina. A entrevista foi realizada logo após a de sua mãe e no mesmo local. Seus pais presenciaram a nossa conversa. Ao contrário de sua irmã, a fase infantil foi vivida, embora se responsabilizasse por cuidar¹²⁵ de irmãos e irmãs. Aos 13 anos, entre estudar e a maternagem, foi impelida a, compulsoriamente, escolher a segunda opção. Sua mãe trabalhava e as responsabilidades da casa eram atribuídas para filhos e filhas. Na família, há histórico desse fenômeno, à medida que filhos e filhas começam a trabalhar ainda na adolescência, quem tem mais idade toma conta de quem é menor. A entrevistada narrou que não teve adolescência, aos 14 anos começou a trabalhar na empresa de agricultura fumageira para ajudar em casa; engravidou aos 16 anos. Continuou morando com seus pais e assumiu a responsabilidade de criar sozinha seu filho¹²⁶ com apoio da família. O namorado apenas registrou a criança.

A relação com o pai de seu filho foi conturbada e sofrida, pois, além dela, namorava também com uma de suas primas, motivo pelo qual rompeu a relação amorosa. Trabalhou em Salvador e começou a segunda relação. A convivência familiar era cordial, o namorado de Acotirene considerava-se pai biológico de seu filho. Ela engravidou e ficou desempregada, retornou para junto da família, o namorado ficou em Salvador, depois a

¹²³ Ver, por exemplo, Saffioti & Almeida, 1995.

¹²⁴ Autodeclaração.

¹²⁵ Ver, por exemplo, Tavares (2010), para quem a socialização de meninas das classes populares envolve ajudar nos serviços domésticos e cuidar dos irmãos mais novos: A autora explica que: “A dinâmica familiar, desde muito cedo, é estruturada em papéis e responsabilidades distintas, que dão contorno à imagem de virilidade, associada a liberdade e autonomia, enquanto a imagem de feminilidade é vinculada à maternagem, ao dever, reprodução do grupo doméstico...” (2010, p. 127-128).

¹²⁶ Na época da entrevista seu filho estava com 22 anos.

procurou e retomaram a convivência. Após 2 anos que a filha¹²⁷ nasceu houve o rompimento do convívio, que durou 8 anos; ela não percebia um forte vínculo conjugal, ao contrário da relação entre o ex-companheiro e a filha, marcada por afeto.

Acotirene voltou a trabalhar no plantio e colheita do fumo e, com 24 anos, novamente se matriculou para estudar à noite. As responsabilidades com o trabalho no espaço privado e público a fizeram desistir. Todavia alerta à filha e ao filho sobre a importância dos estudos na vida do ser humano e se vê frustrada por não ter usufruído desse direito. Construiu sua casa junto à residência dos pais, onde mora com a filha e o filho. Tem a expectativa de encontrar um companheiro: “Tudo que eu peço a Deus é uma pessoa boa, *né?*”.

Nesse percurso de sua vida Acotirene constituiu relações efêmeras. Afirma que ser mulher é não depender financeiramente de homem e sua fala, quando afirma que o homem quer ser dono da mulher, é carregada de aversão ao sexismo. Na visão dela, a classe é superior à raça. No seu cotidiano rural acredita que se a pessoa tem dinheiro independe a sua pertença a este ou aquele grupo racial.

Tal sogro, tal genro: as *negas* dele e as portas derrubadas!

As entrevistadas residem na comunidade rural Tabuleiro do Beija-Flor/Muritiba, guardam características de mulheres ‘não negras’, ou seja não possuem cabelos crespos e sua cor de pele não é vista pela sociedade como negra. A mãe e a filha se autodeclaram morenas, a filha morena clara, a mãe, apenas, morena, contudo não escaparam das múltiplas rupturas de suas integridades, tampouco de ‘pegarem na enxada de sete libras¹²⁸’; a mãe narra a época de criança sem interrupção, já a filha conheceu aos 5 anos de idade a dureza de ‘puxar enxada’ e ter calosidades em suas mãos, pois o pai a obrigava e às irmãs, desde crianças, ao trabalho precoce. Quanto aos estudos, mãe e filha foram obrigadas a interromper ou mesmo sacrificá-los para trabalharem na roça. A mãe, aos 12 anos de idade, começou a ajudar os pais e, aos 14 anos, relata dois fatores como responsáveis pela evasão escolar: a lida no trabalho rural e início de namoro.

Na educação doméstica não experienciaram violência física; diferentemente ocorreu na vida conjugal; mãe e filha¹²⁹, vitimizadas pela opressão masculina, trazem nas suas

¹²⁷ Na época da entrevista a filha estava com 14 anos de idade.

¹²⁸ Na fala da entrevistada (mãe) trata-se de enxada pesada, logo, incompatível com a estrutura corpórea das filhas.

¹²⁹ Seu corpo e alma, ainda susceptíveis aos atos brutais do companheiro.

falas a materialização do fenômeno da violência doméstica e familiar¹³⁰ duplamente vivenciada: presenciou o pai que agredia a mãe e as filhas e, depois de casada, a agressão do marido dirigida a ela e aos filhos, ou seja, o processo da violência perpassa o seu papel de mulher, esposa, a violência doméstica atinge filhas e filho, a submissão à violência familiar é acometida pela figura do pai, marido de Luíza e, posteriormente, o filho e a filha de Anastácia, ela, que também, na infância, passou pelo processo violento em casa, apresentaram consequências de atos violentos de seu pai. A menina, problemas relacionados à cognição, o menino, sentimento de revolta pelo pai diante dos maltratos com a família¹³¹. Em outros momentos, assumiam lugares de sujeitas passivas ao presenciarem violações advindas do marido/pai na vida da mãe, sendo a filha, naquele momento, tomada pela impotência; mais recentemente, atos brutais cometidos pelo marido/genro na vida de sua filha; a mãe, cansada pelo longo sofrimento durante os anos em que foi casada com seu agressor, não conseguia impedir o sofrimento de sua filha. Acredito ser a razão que a fez indicar a filha para ser entrevistada. Assim como o sogro, o genro costuma também abrir a porta com pontapés.

Mãe e filha trazem as marcas do trabalho rural compulsório, mas, apesar de continuarem a exercer atividade na roça, esta não se configura como principal fonte de renda para a sobrevivência familiar. A filha, por encontrar-se desempregada, depende financeiramente de seu agressor.

LUÍZA MAHÍN

Nascida em Costa Mina, na África, no início do século XIX, Luísa Mahin foi trazida para o Brasil como escrava. [...], Luísa esteve envolvida na articulação de todas as revoltas e levantes de escravos que sacudiram a então Província da Bahia nas primeiras décadas do século XIX. Quituteira de profissão, de seu tabuleiro eram distribuídas as mensagens em árabe, [...], esteve envolvida na Revolta dos Malês (1835) e na Sabinada (1837-1838). [...]. Como negra africana, sempre recusou o batismo e a doutrina cristã, e um de seus filhos naturais, Luís Gama (1830-1882), tornou-se poeta e um dos maiores abolicionistas do Brasil. Descoberta, Luísa foi perseguida, até fugir para o Rio de Janeiro, onde foi encontrada, detida [...] (PALMARES, 2013, s/p).

Luíza Mahín¹³² – Participou do projeto de extensão já mencionado e aceitou participar de minha pesquisa, tem 54 anos, está viúva há 16 anos, possui 4 filhas, das quais 2

¹³⁰ Familiar, principalmente, a violência psicológica perpetrada, nos dois momentos vividos por elas no ambiente familiar, contra suas crianças.

¹³¹ Conforme pormenorizo quando faço referência à Anastácia na sua história singular.

¹³² Entrevista realizada em 24/02/17, com um total de 9 páginas transcritas.

moram com ela, além de 1 neto e 1 neta. A entrevista foi realizada em dois momentos e dias distintos. A primeira parte foi na área externa da Associação Comunitária, quando a entrevistada retornava da atividade física promovida pelo sindicato rural local, mas o barulho nos arredores impossibilitou que déssemos continuidade. No dia seguinte, retornamos a conversa em sua casa, à tarde, na sala de visitas. A filha¹³³ participou ativamente da entrevista. Sua infância transcorreu sem trabalho precoce. Aos 12 anos passou a auxiliar os pais no plantio, colheita e cuidado da lavoura. Iniciou com 14 anos um relacionamento amoroso e, aos 18 anos, casou grávida. Nas suas narrativas recorda o desgosto de seus pais, bem como de pessoas conhecidas quanto à sua escolha conjugal.

Evoca na sua narrativa¹³⁴ não somente perdas que teve, como também rememora os piores momentos vividos após se casar. Sua concepção de violência contra a mulher é ser xingada, agredida fisicamente, brigas conjugais. Enquanto ser mulher é viver alegre. Rememora que sua vida foi permeada de tristeza, mas afirma que hoje se sente alegre, embora, durante a entrevista, sua fisionomia a contradissesse, olhar baixo, cabisbaixa e sorriso melancólico. A filha auxiliou nas lembranças de episódios esquecidos ou não, embora vividos, como a surra que levou do marido. Era proibida de sair, até mesmo de ir ao médico. Já viúva, consultou-se e foi diagnosticada com depressão.

As expressões da violência de gênero, doméstica, familiar, física e simbólica fizeram parte de seu cotidiano. As ameaças de morte do marido, revólver embaixo do travesseiro para constrangê-la, violência patrimonial, moral, psicológica, ameaçava tocar fogo no colchão onde dormia, sofria opressões, submissões; era forçada a dividir alimentos e mandar uma das filhas entregar à mulher com quem ele mantinha relação extraconjugal. Mazelas, desprezo, dizia que ela era “fedida”, alegava que o alimento comprado era para a família da amante, pois não queria ter gastos com ela, apesar de esta trabalhar na roça lado a lado com ele. Para filhos e filhas da “outra” as melhores compras, alimentos, vestuário, enquanto as migalhas, vestuários e alimentos inferiores para ela e suas filhas.

Luíza rememora que seu marido sustentava a ‘mulher da rua, do mundo’, juntamente com seus filhos e filhas. Sua agressividade era tamanha que o fez rasgar com o facão, em duas bandas, uma saia que ela vestia, sob a alegação de que estava transparente. A porta da casa era arrombada com frequência por ele, tamanha era sua bravura ao chegar à residência. Seu desejo era que Luíza morresse antes dele, contudo foi ele quem morreu

¹³³ Ela também foi entrevistada.

¹³⁴ Ver, por exemplo, Pollak (1989), que, ao estudar a forma como a memória é preservada, chama atenção para uma memória subterrânea, que se esconde entre o “esquecido” e o “não dito”.

primeiro. Ao chegar de moto na entrada da casa da mulher com quem se relacionava, passou mal e antes de receber cuidados médicos faleceu. Ele foi diagnosticado com doença de Chagas. A filha lembrou que ele sempre dizia que ia fazer, em breve, uma viagem.

ANASTÁCIA

A princesa Anastácia, como era chamada, viveu algum tempo na Bahia, mas foi em Minas Gerais que ela passou a maior parte da sua vida, na fazenda de seu pai.

Ajudando os escravos quando eram castigados, ou facilitando-lhes a fuga, de Anastácia ficou a imagem de uma mulher de grande beleza, personalidade forte, que tinha consciência da injustiça e crueldade da escravidão. Ao se negar à violência física e sexual de um homem branco e para não mais pregar contra escravidão, recebeu o castigo de usar uma mordaça de folha de flandres e uma gargantilha de ferro, [...].

Extremamente doente, foi levada para o Rio de Janeiro onde se tornou famosa por lhe serem atribuídos vários milagres. Foi enterrada na Igreja do Rosário, [...] (JOMALINIS, 2014, p. 12).

Anastácia¹³⁵ – A mãe a indicou para ser entrevistada, tem 35 anos, é casada, mora com sua genitora e com seu filho e filha. A entrevista foi interrompida, sequencialmente, por silêncios (POLLAK, 1989), choros, fala entrecortada, olhares tristes e melancólicos, em que as palavras deram lugar ao indizível¹³⁶. Sua mãe também participou desse momento. O local escolhido para seu lembrar¹³⁷ foi a antessala da casa materna. Aos 4 anos começou a estudar, não obstante, com 5 anos de idade os brinquedos e dedicação aos estudos foram substituídos pelo trabalho rural na casa de farinha e o manuseio da enxada, incompatível com sua estrutura corpórea. Todo o trabalho exercido era considerado ajuda, portanto, não remunerado. Assim como ela, suas irmãs também eram obrigadas pelo pai a exercerem atividades rurais. Na adolescência ainda não sabia sobre a vida, sua mãe era “fechada”, sem predisposição a diálogos alusivos ao adolecer. Na sua releitura, ressalta a participação da escola na aprendizagem dessa etapa de sua vida.

Conviveu em ambiente doméstico conflituoso e violento, suas irmãs tinham medo do pai, ela, cansada de assistir sua mãe sendo brutalmente agredida por ele, certa vez tentou

¹³⁵ Entrevista realizada em 24/02/17, com um total de 4 páginas transcritas.

¹³⁶ Para Queiroz (1988), captar o indizível significa desembrulhar o conjunto de subjetividades latentes nas narrativas, quer sejam verbalizadas ou expressas, através de valores, emoções/sentimentos não publicizados em dados estatísticos.

¹³⁷ Quer dizer, lembrar episódios vividos no ambiente familiar, embora seu conteúdo seja recheado de tristezas capazes de sentir vergonha, perceptível em seu semblante e olhar distante e cabisbaixo, que denunciam a sua memória envergonhada (POLLAK, 1989).

defendê-la, todavia a violência do agressor extrapolou e, ao arrombar a porta interna, acertou no nariz de Anastácia, mas, conforme lembra, ao ver o sangue de imediato o pai se acalmou.

Ainda estudando, entre 19 e 20 anos, concluiu o curso de Magistério, teve seu primeiro namorado, depois de quase 3 anos casou-se com ele, seu agressor, e tiveram um casal de filhos. Durante a primeira gravidez Anastácia ainda trabalhou, ficou desempregada e, até então, depende dos ganhos do marido. Morou por um tempo em Salvador, atualmente na zona rural. A vida conjugal, carregada de violências, provocou sua saída de casa, mora na casa da mãe, mas costuma dormir com o agressor na casa da cunhada. As violências se materializam em espaço alheio, atingem novos alvos sob o olhar de outros espectadores/as¹³⁸.

As lutas corporais eram cotidianas. Anastácia atribui o excesso de brutalidade do marido ao efeito do álcool¹³⁹. É comum seus efeitos serem facilitadores para atos violentos. Violência com sangue (marcas e feridas visíveis), sem sangue (feridas invisíveis, na alma), patrimonial. Embora agregado, o marido assumia o papel de dominador na relação patriarcal de gênero, até a sogra era alvo de suas agressões morais e psicológicas. São 13 anos de relação conjugal e há 12 anos sofre agressões múltiplas.

Anastácia narrou que seu marido também cresceu em ambiente violento. O pai agredia a esposa e sua prole. O extremo culminou com a surra de facão na mãe de seu marido, que estava se restabelecendo de processo cirúrgico e faleceu em decorrência da gravidade das agressões sofridas.

Seu conceito de mulher¹⁴⁰ é associado à concepção do ser ‘mãe¹⁴¹’, mulher educada socialmente para o cuidado, na reprodução exclusiva do espaço doméstico, em conformidade com os papéis de gênero tradicionais ainda presentes no imaginário social por atribuírem à mulher-mãe obrigatoriedades, como, por exemplo, realizar-se no seu papel de cuidadora ao ter filhas e filhos alfabetizados/as, exercendo profissões, com vínculo matrimonial; o marido, trabalhando, ela, vivendo a vida dessas pessoas e não buscando a realização de seus sonhos, se é que tem tempo para sonhar. A entrevista demonstra tristeza pelo desafeto do pai com seu filho e filha. As lembranças da segunda gravidez são regadas a numerosas sessões das violências de gênero e os desmaios frequentes devido à dor física.

¹³⁸ A exemplo da filha com dificuldades cognitivas e a emergência de sentimento negativo do filho contra o pai.

¹³⁹ “[...]. A violência, todavia, está contida nos homens em virtude das relações que construíram com as mulheres, graças à assimetria contida na estruturação da sociedade em gênero (SAFFIOTI, 1994, p. 449).

¹⁴⁰ A entrevistada fez uma pausa antes de responder.

¹⁴¹ A realização *vicária se dá em função da mulher-mãe-esposa sentir-se realizada com o sucesso e progresso da família, especial de filhas/os e marido. Importa a felicidade alheia, a sua é consequência desse processo* (CAPPELLIN, 2005, p. 243.) Zelar da prole, cuidadosamente, para suprir suas necessidades de alimentação, proteção maternal, cuidados com a educação e saúde, configura-se processo de maternar, pois “*Maternar é cuidar com afeto*” (SAFFIOTI, 2004b, p. 57).

Anastácia também sofreu com os relacionamentos extraconjugais do marido, ele retrucava que o pai de Anastácia também ‘tinha *nega* na rua’.

Violência patriarcal de gênero tridimensional

Como diz o ditado popular: atirei no que vi e acertei no que não vi. Sem pretensões alusivas a adivinhações lúdicas, faço, aqui, referências às três histórias de vida narradas por Tereza de Benguela, não obstante a tenha procurado com o intuito de torná-la sujeita de minha pesquisa em consequência do feminicídio ocorrido com a filha que residia com Tereza, Durante suas narrativas deixou ‘escapar’ ocorrências de violência de gênero nas modalidades doméstica, psicológica, moral, física e patrimonial experimentadas por sua mãe, filha [falecida] e por ela. Por assim entender o fenômeno da violência intergeracional, tipifico-a em tridimensional.

Tereza de Benguela reside na comunidade rural de Baixa Grande/Muritiba e tem, na sua narrativa, a releitura da violência multigeracional: presenciou em casa os choros de sua mãe devido aos maus-tratos do pai contra ela. Tereza pedia a Deus para não passar por opressão e submissão masculina. Ela, na segunda gestação, foi preterida pelo companheiro e criou sozinha sua criança; na velhice, passou por violência patrimonial, psicológica e moral, todas acometidas pelo ex-genro. E, por último, rememorou a diversidade de agressões que ele, ex-marido de sua filha, foi capaz de cometer, desde atirar para longe, com brutalidade, os alimentos que ela, na condição de esposa, preparava; as frequentes surras, pedradas e, finalmente, o último grau da violência, o feminicídio.

TEREZA DE BENGUELA

Quilombola que viveu no século XVIII, era uma liderança do Quilombo do Quariterê ou do Piolho, nos arredores de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso. Quando seu marido morreu, Tereza assumiu o comando daquela comunidade quilombola, revelando-se uma líder ainda mais implacável e obstinada. O Quilombo do Quariterê cresceu tanto sob seu comando que chegou a agregar índios bolivianos e brasileiros. Isso incomodou muito as autoridades das Coroas, espanhola e portuguesa.

A Coroa Portuguesa, junto à elite local agiu rápido e enviou uma bandeira de alto poder de fogo para eliminar os quilombolas. Tereza de Benguela foi presa. Não se submetendo à situação de escravizada, suicidou-se. O dia de 25 de julho é instituído no Brasil, pela Lei número 12.987, como o Dia Nacional de Teresa de Benguela e da Mulher Negra (JOMALINIS, 2014, p. 14).

Tereza de Benguela¹⁴² – A entrevistada¹⁴³ foi procurada por mim para que narrasse sobre sua filha assassinada. Com 88 anos é aposentada e viúva. É a filha mais velha de uma prole de 3 filhos. Mora com 2 netas e 2 netos, 2 jovens e 2 crianças, prole de sua filha assassinada. Essa foi a primeira vez que mantive contato com a entrevistada, não a conhecia. Sua entrevista foi na sala da própria casa e na presença de netos, netas e uma filha que mora vizinha a ela. Considero uma das entrevistas mais demoradas, até porque foram 2 histórias de vida rememoradas, a dela e a da filha vitimada¹⁴⁴ pelo feminicídio, razão do meu contato com Tereza. Ocorre que sua história de vida, apesar de não ter planejado entrevistá-la, teve relevância no meu trabalho de pesquisa, haja vista a complexidade das narrativas factuais e reconstrução identitária da entrevistada¹⁴⁵.

Da infância Tereza rememora com detalhes, principalmente, o período escolar e o trabalho precoce na roça. Com 6 anos, o direito à educação foi frustrado, no seu primeiro e único dia na sala de aula não conseguiu ‘dar a lição’: “Eu tinha furado o *zóio* (da letra)”¹⁴⁶, e acrescenta: “Como ia chegar e saber, sem saber o que estava fazendo”? O castigo consistiu em 12 bolos de palmatória, aprender o ofício de trabalhadora rural precocemente e ser excluída da educação formal.

Aos 8 anos começou a trabalhar com o pai nas roças alheias, suas atividades laborais eram ‘ajuda’, sem remuneração. O direito à alimentação era condicionado ao término das tarefas determinadas pelo pai, a mãe “olhava onde ele *tava* e vinha com uma coisinha na mão e botava na mão da gente”. Apesar da severidade paterna, a entrevistada agradece seus ensinamentos no manuseio com a enxada e orgulha-se de não depender de outrem para prover a família, pois sabe trabalhar, seu pai lhe ensinou.

Assim como outras mulheres trabalhadoras rurais, a entrevistada experienciou a maternagem, embora sua mãe a resguardasse de perigos com o fogão a lenha. Com 12 anos auxiliava a avó materna, já idosa, preparando sua alimentação.

Com 18 anos teve seu primeiro namorado e, dos 6 relacionamentos que manteve, pariu de 5 dos parceiros, ao todo foram 9 mulheres e 3 homens, dos quais morreram 3, 1

¹⁴² O não letramento, a idade avançada e o *continuum* de mazelas materializadas no seu cotidiano não motivaram o ‘esquecer’, o detalhamento das diferentes etapas vividas, principalmente infância, idades e data de nascimento de sua prole, a profissão de parteira, as violências sofridas pelo ex-genro, a ida à delegacia e, infelizmente, as violências que levaram sua filha a ser assassinada.

¹⁴³ A entrevista foi realizada em 04/03/17, com um total de 17,5 páginas.

¹⁴⁴ Em 22 de janeiro 2017, à noite, em frente à casa da mãe, onde ela também morava. A entrevista foi realizada dia 04/03/17.

¹⁴⁵ Pollak (1989).

¹⁴⁶ Acredito que a expressão “furar os olhos da letra” significa que não dá para enxergar, logo, não pode dizer qual letra é corretamente.

menina e 1 menino, ainda criança, e outra adulta¹⁴⁷. Das sucessivas relações conjugais, a entrevistada fez questão de enfatizar o sentimento de perda pelo último companheiro com quem conviveu e teve 6 filhos. Segundo enfatiza, após a sua morte “o mundo *pra* mim terminou”. É evangélica e na igreja perguntaram se ainda queria casar, ao que respondeu: “Já fui casada e já sei o que é marido, não quero mais”. Rememora as decepções ao longo das sucessivas relações conjugais.

Tereza contou que todos os seus partos foram em casa com parteira e aprendeu o ofício de parteira espontaneamente, depois fez curso com um médico. Rememorou com detalhes e alegria o trabalho comunitário como parteira e, segundo suas contas, realizou mais de 100 partos; contudo, com a criança, fazia questão de desempenhar os cuidados.

Seu passado foi ‘colorido’ com as lembranças das festas, sambas, rezas, dos presépios de Natal, cantorias, danças de que participou. Contou que não aprendeu a roubar, tampouco a se envolver com marido alheio.

As releituras tristes e melancólicas da violência contra si e sua filha foram acompanhadas por gestos de baixar a cabeça e diminuir o tom de voz. Contou que a filha havia se relacionado com o pai do filho e da filha ainda jovem (16 e 20 anos), tiveram uma convivência saudável; o segundo marido, o agressor, é pai das crianças; relembra que os conflitos conjugais se tornaram constantes. Embora separados, as brigas não cessaram, eram vizinhos. Tereza, na condição de mulher idosa, não foi poupada das agressões sem sangue cometidas pelo ex-genro; ela não aceitava a relação conflituosa e envolvia-se diante do sofrimento da filha. Teve o galinheiro destruído por ele, além de sofrer violências morais e psicológicas.

Violência de gênero para além do espaço privado

Gênero e raça são marcadores de opressão da mulher negra e, como nos lembra Luiza Bairros: “trazemos a marca”. São essas marcas, contidas nas narrativas da entrevistada e vividas fora do espaço doméstico e familiar, que a levaram a experienciar a violência de gênero nos espaços institucionais quando presidiu o sindicato rural e durante o mandato de vereadora de sua cidade.

¹⁴⁷ A filha adulta é aquela vitimada por feminicídio cometido pelo ex-companheiro.

NA AGONTIMÉ

“Era rainha do Benim e foi vendida como escrava para o Maranhão, até ganhou um novo nome, Maria Jesuína. Ela fundou a Casa das Minas e reconstruiu o culto aos ancestrais” (GELEDÉS, 2017, sp).

Na Agontimé¹⁴⁸ – A entrevistada reside na comunidade rural de Carpina/Governador Mangabeira e foi escolhida por mim por sua trajetória de militância política na sociedade civil. Com 42 anos, de origem pobre, o pai, a mãe e a prole (7 filhos/as) se dedicavam ao trabalho rural voltado para a agricultura familiar e, aos 7 anos, já exercia atividades laborais alusivas a tal modalidade, típica de contextos rurais, que mesclava com deveres escolares; é solteira e não tem filhos/as; aos 16 anos formou-se em Magistério. Exerceu durante 10 anos a presidência do sindicato rural e foi vereadora¹⁴⁹ pelo PR da cidade de Governador Mangabeira. Na ocasião da entrevista assumia cargo de confiança na Prefeitura local. Atualmente é filiada ao PC do B.

Na adolescência assumiu cargos de liderança comunitária na Igreja Católica e associações locais. Sua desenvoltura chamou atenção de políticos da região que lhe deram um cargo de confiança municipal; ela aceitou na perspectiva de contribuir para melhoria das pessoas que estavam sob sua liderança, principalmente a população jovem e as crianças. Sua militância política era alimentada pela vontade de lutar por direitos universais na contramão da pobreza. Ainda sem pretensão política partidária, queria ser polícia¹⁵⁰ para ter poder de decisão.

Teve seu primeiro namorado aos 18 anos, a família tradicional não permitia namoro em idade inferior a essa. Recorda que, durante o namoro, não se tocavam, logo, terminaram; foram poucas experiências com homens. Iniciou a construção de sua casa com um desses, mas também romperam e ela concluiu sozinha.

Conhecedora dos problemas que afligiam trabalhadores e trabalhadoras rurais, Na Agontimé foi eleita presidenta do sindicato rural de sua cidade, assumiu 2 mandatos ao longo de 10 anos. Ao assumir um papel tido como masculino e, por ser solteira, numerosas vezes passou pela violência de gênero, opressão masculina [assédio moral, sexual]: “[...] acha que é um objeto e nós não somos objetos.”

¹⁴⁸ Entrevista realizada em 06/03/17, com um total de 20 páginas.

¹⁴⁹ Seu mandato foi exercido no período 2012-2016.

¹⁵⁰ Na época 2 primos da entrevistada morreram intoxicados por merenda escolar, mas autoridades culpabilizaram a água contaminada. Para ela, a polícia poderia desvendar a *causa mortis*.

E, por trazer as ‘marcas’, a entrevistada percebe a violência contra a mulher no seu município como sendo um fenômeno presente no cotidiano feminino. Concorde que a relação patriarcal de gênero é alicerce determinante para silenciar vitimizadas e, conseqüentemente, não denunciar atos brutais masculinos, e independe do lugar social, se mulheres, sujeitas políticas ou não, todas são oprimidas por essa ‘erva daninha’¹⁵¹. Rememorou opressões quando vereadora e também na campanha à reeleição, entende que sua imagem de controle¹⁵² formada a partir das categorias gênero, raça, classe e pertencimento geográfico rural, potencializa a violência contra as mulheres. Por trazer marcas, eixos de subordinação, a entrevistada é desvalorizada e, conseqüentemente, desumanizada por atitudes racistas que delimitam o poder de consumo, o padrão de beleza e lugares sociais das pessoas pertencentes à raça negra. Com efeito, ao analisar o entrecruzamento dos quesitos gênero e raça, a mulher negra para o imaginário social da branquitude é, geralmente “[...] cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (GONZALEZ, 1984, p. 226). Então, como pode Na Agontimé ter poder de compra? Ser vereadora?

Em certa ocasião foi negado à entrevistada o direito de realizar compras devido ao valor ser superior a R\$ 8.000,00. Seu padrão estético¹⁵³ responde pelo preconceito e discriminação¹⁵⁴ e, conforme afirma Costa (2006, p. 195):

[...], a sociedade [...] funciona como uma sociedade de castas que limita sistematicamente as chances de ascensão social dos grupos demográficos, conforme se distanciam do conjunto de características físicas que são associadas, imaginariamente, à origem europeia.

A entrevistada reside sozinha na zona rural e faz questão de pertencer a esse espaço geográfico. Desenvolve atividades no sindicato rural e continua contribuindo para melhoria de pessoas, com destaque àquelas moradoras nas comunidades alijadas de políticas públicas capazes de lhes garantir direitos sociais e emancipatórios. Participou do último pleito eleitoral de seu município, mas não foi eleita. Almeja retornar à presidência do sindicato rural.

¹⁵¹ Saffioti & Almeida, 1995.

¹⁵² A imagem de controle, neste contexto, determina lugares sociais à mulher negra por não ter o padrão estético socialmente aceitável (LÉLIA GONZALEZ, 1984).

¹⁵³ Mulher negra, vestuário sem adereços, acompanhada de sua mãe, também humilde e da roça.

¹⁵⁴ Ver Bandeira & Batista, 2002.

Violências masculinas distintas: meu pai, sim, marido, não!

A entrevistada, ao rememorar sua infância, traz nessa ‘bagagem’ os castigos da figura paterna, materializados nos ‘bolos’ com palmatória, surras. Ela e um dos irmãos foram presos por correntes pelo pai para não saírem de casa. Na adultez, não permitiu que seu corpo fosse violentado pelo sexismo do marido e revidou às agressões cometidas por ele. A violência paterna era aceitável, contudo é contrária à submissão da mulher à opressão masculina quando advém do laço conjugal.

MARIA ARANHA

Foi líder do Quilombo de Mola, no Tocantins. Venceu todos os ataques escravistas e organizou toda a sociedade do local (GELEDÉS, 2017, sp).

Maria Aranha¹⁵⁵ – reside na comunidade de Tabuleiro do Beija-Flor/Muritiba, foi indicada por uma pessoa¹⁵⁶ da comunidade para participar das entrevistas. Aos 35 anos, é solteira, tem 2 filhos, com 15 e 13 anos, 1 filha de 6 anos de idade e está grávida há 5 meses. Autodeclara-se parda, é católica e, esporadicamente, frequenta a igreja evangélica. Beneficiária do Programa Bolsa Família, recebe pensão dos ex-maridos. Filha mais velha do total de 4 irmãos, de sua infância rememora as repetidas vezes em que ela e um dos irmãos foram espancados pelo pai. Família pobre, seus pais trabalhavam para sustento da casa; estudou até a 2ª série do fundamental, a escola era distante; com melancolia, arrepende-se por não ter continuado os estudos. Aprendeu apenas a escrever seu nome. Não usufruiu da socialização infantil com outras crianças, pois o pai não permitia que ocupasse o espaço público.

Na juventude trabalhou como doméstica em Salvador. Aos 18 anos começou a namorar, trabalhava para ter suas roupas e andar arrumada. Seu primeiro filho nasceu quando completou 19 anos; depois de alguns anos pariu outro filho, essa relação durou 5 anos e, quando a criança estava com 1 ano e 6 meses, houve a ruptura do vínculo conjugal. A entrevistada atribui como causa desse desfecho o álcool, as violências, mas sempre enfrentou o marido e, por último, a inércia dele no tocante ao trabalho. Morava na casa dos pais dele e apenas Maria Aranha e a sogra trabalhavam para sustentar a casa. Sua mãe auxiliava nas

¹⁵⁵ Entrevista realizada em 24/02/17, com um total de 12 páginas transcritas.

¹⁵⁶ Senhora que me acolheu quando realizei trabalho de campo.

despesas das crianças, mas o pai não gostava de trabalhar. A relação foi marcada por rompimentos e reconciliações. Quando seu filho mais novo completou 7 anos, conheceu o pai de sua filha, mas também se separou dele. Está grávida com 5 meses do último relacionamento.

Quem tem sangue no olho vence com tudo! Que eu tenho sangue no olho!

Dona de coragem para vencer as intempéries que a vida lhe impõe. Sua resiliência, combustível para olhar além da trajetória de episódios violentos a que seu corpo e alma foram submetidos. Costuma acreditar em dias melhores, por isso não desamina na primeira queda.

ZACIMBA GABA

Era princesa angolana e acabou no Espírito Santo. Provocou uma revolta das pessoas escravizadas contra a Casa Grande e liderou um quilombo onde foi rainha. Comandou durante anos ataques aos navios, surgindo no meio da noite em canoas precárias para resgatar os negros escravos, a referência à sua morte seja em um desses enfrentamentos (GELEDÉS, 2017, sp).

Zacimba Gaba¹⁵⁷ – 51 anos, residente na comunidade rural de Baixa Grande/Muritiba, traz na sua personalidade a resiliência como antídoto diante das dores vividas há mais de meio século. Desesperança não lhe atinge. “Ter sangue no olho no dizer dos mais velhos”¹⁵⁸ significa lutar para vencer, não desanimar quando está convicta do que acredita. Embora visíveis, suas cicatrizes deixadas pelos 17 anos em que conviveu, lado a lado, com atitudes machistas durante o casamento, não se traduzem em apatia diante das dificuldades encontradas na sua caminhada cotidiana. Ao contrário, faz com que reafirme o ‘sangue no olho’, sinal de dias dignos em meio à pobreza material entrelaçada com a ausência do convívio materno, violência racial, doméstica e familiar, como propaga a Lei 11.340/2006 em artigos específicos.

Carrega a tristeza por não ter aprendido a fazer seu nome, impulsionada pelo tripé racismo individual e institucional, preconceito e discriminação racial¹⁵⁹ e pobreza. E ter sangue no olho significa, para a entrevistada, além de resistir às opressões de cunho

¹⁵⁷ Entrevista realizada em 04/03/17, com total de 18 páginas transcritas.

¹⁵⁸ Ditado popular lembrado pela entrevistada [ouvia das pessoas mais velhas de sua época] ao reafirmar que não foge da luta quando sabe que suas crenças são coerentes.

¹⁵⁹ Ver, por exemplo, Gomes (2005).

machista/misógino, enfrentar e defender a filha para não ser ‘mais uma’ mulher oprimida e submetida a maus-tratos e dominação masculina, pelo poder patriarcal na vida conjugal.

A entrevista de **Zacimba Gaba** foi concedida à tarde, na área de serviço de sua casa, ela havia chegado do trabalho. É divorciada, de religião católica, trabalhadora rural, beneficiária do Programa Bolsa Família; para ajudar nas despesas domésticas comercializa lanches preparados por ela e a filha, sai de bicicleta para oferecer às pessoas. Atualmente está no segundo relacionamento conjugal, mas não quer casar.

Mãe de 1 filha de 29 anos com lúpus e 3 filhos, com idades de 27, 25 e 23 anos. Devido a complicações na gestação, seu primeiro parto foi na maternidade, os demais, em casa com parteiras. Sua infância “complicada e sofrida”, análoga à das mulheres rurais entrevistadas, foi vilipendiada; foi à escola, todavia a violência racial e institucional¹⁶⁰ não lhe permitiu aprender a assinar seu nome. Foi acusada de furtar um objeto de uma colega de sala, sendo inverdade, percebia a discriminação da professora e o privilégio conferido às pessoas não negras e de melhor condição socioeconômica. Aos 7 anos a escola não era um espaço para ela, negra e pobre. Conheceu o trabalho precoce aos 10 anos. Sua filha e seus filhos, na fase infantil, trabalharam na roça desde os 5 anos, como bem diz a mãe: “Esses *menino* meu tudo aí, *nasceu* os dentes de leite na roça, *pra* ajudar”. Estudaram, mas trabalharam também. A entrevistada disse que já está no MOBRAL e pretende se matricular no TOPA.

É oportuno reforçar, com indignação, como a discriminação racial ao praticar o racismo e, conseqüentemente, efetivar o preconceito de cor e condição social (GOMES, 2005) invade a vida, no caso da entrevistada, e lhe rouba sonhos e a faz, por ser ‘diferente’, ser culpabilizada por pertencer à raça negra [quem mandou nascer preta e pobre? É também ladra]¹⁶¹.

Eu entre foi de 4 a 5 ano, não de 6 a 7 ano, que naquele tempo as mães só botavam os filho 7 ano na escola. Mai não aprendi nem fazer meu nome, não aprendi porque naquele tempo o rico tinha preconceito aos nego. Entrava os nego na sala, quem tinha valor era quem tinha condição, que entrava com um brinco banhado a ouro no oreia, uma volta no pescoço, mai os fraco que anda com um chinelinho torado, uma roupinha de chita, não tinha valor. Se tivesse um defeito na sala foi aquele fraco que fez. [...], os fraco não, os fraco podia tá certo do jeito que tivesse não era punido, era sempre humilhado. E aí eu não sei se era meu jeito mesmo, quando ele falava que foi a gente de fez as coisa e que dizia que não, a professora dizia que foi a gente que fez. Eu mesmo tenho um trauma de a menina que tinha mais futuro guardou uma volta na carteira, que antigamente a carteira era aquela que tinha uma gaveta, aí botava as coisa tudo dentro da gaveta e

¹⁶⁰ Por ser mulher negra e pobre, a discriminação racial poderia imputá-la de ladra.

¹⁶¹ Grifo meu.

ficava, quando eu sair primeiro da sala ela ficou por último e percorreu a volta e não achou, aí juntaram tudo pra dizer que foi eu que panhei. Aí foram correr atrás de mim as pessoa de condição, tem gente daqui mesmo que mora nesse local e que naquele tempo da infância ajudou a correr atrás de mim também dizendo que eu tinha robado a volta da menina, aí correu atrás de mim sem eu saber o que era, lá vai correndo até que chegou na casa do filho do patrão da gente, minha tia da bunecando fumo, aí eu entrei, aí ela saiu fora e perguntou o que era, eu disse que era os menino que tava correndo atrás de mim, quando ele chegou de junto ele disse não foi ela que roubou, foi ela que roubou a vorta de fulana de tal. Aí minha tia perguntou: oh T. foi tu mermo? Eu disse: não tia, não foi eu não, tenho nada aqui dentro não. Por de trás dela achou a volta dentro da carteira. Aí vieram, vieram dizer que achou a volta, a minha tia ficou revoltada por isso. Pra falar a verdade a gente era bem fraquinho naquele tempo, não tinha nem o comer, mais mexer com nada do zoto a gente não mexia que minha avó criou, a gente passava fome, mais bulir no que é do zoto não. Eu tinha faixa de uns 9 ano, de 8 a 9 ano, eu tinha uns 2 anos que tinha entrado na escola, [...].

Criada pela avó paterna, não usufruiu do afeto materno biológico. Seu encontro com a mãe, que morava em Salvador, foi aos 12 anos de idade, a família a apresentou a ela; na morte de seu pai, aos 19 anos, teve o segundo encontro com a mãe, posteriormente, quando se afastava do marido devido a conflitos familiares. A questão da intolerância religiosa esgarçou os laços afetivos entre as duas; ela, católica, a mãe, evangélica.

Começou a namorar aos 18 anos e, durante o período da juventude, manteve apenas 3 relacionamentos efêmeros. Casou-se, no civil e na Igreja Católica, aos 22 anos, e, durante 17 anos, suportou a opressão masculina, violências de gênero, patrimonial, psicológica, física, moral; também sofreu exploração, trabalho análogo à escravidão, trabalhava, mas não recebia remuneração. Ouvia do marido que a comida comprada por ele, decerto com o dinheiro recebido da comercialização de mercadorias advindas da lavoura, era suficiente para ela e as crianças, portanto, demais necessidades elementares à sobrevivência eram negligenciadas, por exemplo, vestuário. Para suprir a carência da prole e de si mesma, a entrevistada realizava atividades laborais em roças alheias. Recebia ajuda de parentes, através de roupas usadas.

Em sua releitura sofrida, rememora numerosos conflitos conjugais e o suporte afetivo familiar que recebia da avó paterna, que a consolava, contudo seus conselhos legitimavam a violência simbólica¹⁶², fenômeno social, por vezes invisível, naturalizado e

¹⁶² Ver, por exemplo, Bourdieu (2014, p.11-12), para quem a violência simbólica é resultante da dominação masculina. Nas palavras do autor, “[...] sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, [...]. Ver, também, Sohiet (1997, p. 4-5), que, para entender esse fenômeno social na vida das mulheres, viaja, teoricamente, para o século XIX e argumenta que

aceitável pela reprodução social do patriarcado e, certamente, alimentado nas relações entre homens e mulheres, ao incorporar instrumentos de dominação/submissão na vida de quem é dominado. Decerto, a violência simbólica, longe de ser percebida como violação de direitos da mulher, até mesmo pela vitimizada, compromete sua autonomia política na perspectiva feminista (FRANCO, 2015). Deste modo, sua avó a consolava, já que, para sua geração, a mulher devia suportar sua sina. Em outras palavras, a avó naturalizava e reproduzia a própria violência simbólica sofrida. “E acolhia e ainda me dava conselho, oh minha *fia*, o que é que tu vai fazer? Só tu *vortando*, é o jeito, tu não tem *pra* onde ir”. Embora respeitasse sua mãe de criação, a entrevistada não se conformava com a vida de opressão à qual era submetida durante o tempo de convivência conjugal e, na fé da religião católica, buscava refúgio para libertar-se dessa vida sem paz. Seu marido mantinha relações extraconjugais.

Depois de separados ela construiu sua casa e passou a conviver com sua filha e filhos. O ex-marido a procurou e reataram, mas não deu certo e, novamente, permaneceram separados. Um (1) ano após esse reencontro a entrevistada iniciou um novo relacionamento e convivem há mais de 10 anos. Ela afirma estar satisfeita com a união; ele é viúvo, entretanto foi “rapariguero e mulherengo”.

As intempéries da vida conjugal orientam sua percepção do ser mulher, apesar de imaginar que não se expressa corretamente, faz uma analogia a si mesma, em que reúne velhos e novos atributos e papéis de gênero: Mulher é batalhadora, vencedora na vida, tem compromisso, ser mulher do princípio ao fim, ser mãe, cuidadora da prole.

Após se separar formalmente foi à Justiça para formalizar a pensão alimentícia, contudo o ex-marido negligenciou o mandado judicial e, por sua interferência, ele não foi detido. Ela não aceitou os valores determinados pela Justiça, alegou que já havia passado a fase de escassez na criação da prole e preferiu que o valor estipulado fosse para sua filha que está prestes a se casar. A entrevistada ainda rememorou que dividiu sua herança familiar com o ex-marido na condição de casados.

Em sua análise sobre a violência contra a mulher, embora não explicitamente, identifica a violência simbólica ao entender que corpos/almas femininos consentem atitudes brutais machistas, capazes de violar seus direitos humanos: “A *violença* contra a *mulé* é porque tem umas que têm a *violença* em casa, os *marido gride*, as *vez* tem umas até que *apanha*, toma

“[...] definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação - que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída - é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal”.

empurrão e ali ela fica com medo, ela não descobre [...]”. Para ela, a Lei Maria da Penha é uma conquista das mulheres e deveria existir desde o tempo de sua vida sofrida para punir seu agressor. Essa fala a fez rememorar as violências a que a filha foi submetida pelo marido, este já foi casado e é mais velho que a esposa. Na sua visão, a filha deveria ser mais corajosa, como a mãe, e enfrentar o companheiro.

Vê que não sei de nada, não tenho noção nenhuma!

Transcrita de suas falas, a expressão acima traduz sua narrativa, elaborada em meio ao ‘esquecimento’ de fases e situações que viveu. Da infância trouxe as dificuldades para ter acesso à educação e, conseqüentemente, o não letramento; nas lembranças, o início do trabalho precoce foi confuso, sem precisar a idade em que seus pais a ensinaram o manejo com a terra e a enxada. Sua caminhada como mulher, mãe, pobre e trabalhadora rural guarda similitude com a trajetória de mulheres dessa pesquisa. Não aprendeu sequer a escrever seu nome; dificuldades para acesso à educação, o estado de miserabilidade e, certamente, o trabalho infantil nas roças respondem por esse não letramento.

Suas narrativas evidenciaram ser a violência contra a mulher aquela que deixa marcas, enquanto a violência simbólica é considerada inerente à relação homem-mulher, e não sinônimo de violação de direitos humanos. Em outras palavras, a relação conjugal, para ela, é sinônimo de sofrimento: “Se quiser um marido só *pra* você, faça de barro”! Outro aspecto bem característico neste contexto familiar diz respeito à estruturação da divisão sexual do trabalho alicerçado pelas relações hierárquicas, como exemplifica a entrevistada ao referir-se [não se dá conta da desigualdade de gênero construída na sua relação conjugal, no seu espaço doméstico] ao seu trabalho braçal na roça, percebido e reproduzido como mera ‘ajuda’, trabalho sem significância na esfera produtiva masculina. Seu salário era pago da seguinte forma: “Contribuía comia o feijão, comia farinha, é isso *né*, comia batata, comia aipim, comia tudo, é isso, eu *tava* ajudando ele, certo!”.

Do ponto de vista do sistema capitalista, a agricultura familiar representa extração da mais valia, neste caso, do marido/pai pela via da opressão contra filhos, filhas e esposa que, compulsoriamente, veem sua força de trabalho como mera ajuda ao pai e marido, ou seja, é inerente às obrigações ‘escritas’ no contrato familiar e, por isso, torna-se comum e natural que as horas trabalhadas na roça sejam compensadas com alimentação e alheias ao mundo do trabalho. É comum nos contextos rurais a invisibilidade do trabalho feminino, em qualquer faixa etária. Resulta na imaterialidade da força de trabalho das mulheres como sujeitas de

produção e reprodução da agricultura familiar, condição *sine qua non* para intensificar a assimetria de gênero. Mas, apesar de serem invisibilizadas por olhos alheios, as mulheres são, sim, parte do processo de produção na organização da agricultura familiar e é legítimo serem remuneradas pelo trabalho desenvolvido. Em outras palavras, o fato de as atividades laborais dessas mulheres estarem centradas na agricultura familiar impede o seu não reconhecimento como trabalho e sua classificação como mera “ajuda” ao homem.

Diretamente identificado às atribuições domésticas ou percebido mais como ‘ajuda’ do que propriamente como trabalho, as atividades realizadas pelas mulheres na agricultura familiar são parte de um sistema mais amplo de valores e representações sociais que expressam as desigualdades de gênero. [...], esse sistema aloca [...] o que é atributo de mulheres e de homens, marcando distintamente os mundos feminino e masculino. O trabalho agrícola das mulheres é percebido como ‘ajuda’ porque é considerado fora de sua atribuição própria, que são as atividades domésticas, mas, por se realizar com frequência diária, associa-se e quase se confunde com estas (SILVA; PORTELLA, 2006, p. 134).

TIA SIMOA

“Liderou a luta contra a escravidão no Ceará. Foi do Grupo de Mulheres Negras do Cariri, o Pretas Simoa” (GELEDÉS, 2017, sp).

Tia Simoa¹⁶³ – 59 anos, participou do projeto de extensão já mencionado; conversamos na sala de visita de sua casa, uma das filhas presenciou toda a entrevista. Nas minhas anotações destaquei que a entrevistada demonstrou insegurança e se mostrou sucinta ao narrar sua autobiografia, dando respostas rápidas e sem intenção de aprofundá-las, parecendo desconfortável. A fala aligeirada, algumas vezes, deixava incompreensíveis suas colocações. Seu comportamento no ato da entrevista sugeria alienação quanto à sua condição de trabalhadora e sobre o que acontece à sua volta.

Moradora da comunidade rural Tabuleiro do Beija-Flor, Simoa estudou, contudo não conseguiu ser alfabetizada, o difícil acesso até a escola, localizada na zona rural de cidade vizinha, e a dificuldade na aprendizagem, que lhe provocava crises de choros, culminou com a evasão escolar e dedicação exclusiva para o trabalho precoce em terras alheias, os pais eram rendeiros¹⁶⁴; sua infância foi acompanhada por preceitos católicos, lembra que não teve vida social, somente ia para a igreja com os pais, na época não tinha energia onde moravam. Com 16 anos teve seu primeiro e único namorado e, após 1 e 8 meses de convívio, casaram-se. São

¹⁶³ Entrevista realizada em 23/02/17, com um total de 08 páginas transcritas.

¹⁶⁴ Trabalhavam em propriedades alheias, cuidavam e cultivavam plantações em terras que não lhes pertenciam.

mais de 40 anos de convivência matrimonial sem conflitos conjugais: “Eu e meu marido, graças a Deus, nós nunca *brigou*, nós não *briga*”; pariu 12 filhos/filhas, sendo 3 na maternidade e 9 em casa, com parteira; desse total, 2 faleceram ainda crianças, um casal. É aposentada pelo Funrural, o marido continua trabalhador rural e aguarda completar 65 anos para usufruir do direito à aposentadoria.

O trabalho rural continuou após seu casamento; a força de trabalho, enquanto exploração, era ‘recompensada’ pela via dos gêneros alimentícios, comprados pelo marido para sustentar a família. Simoa não reconhecia o valor de seu trabalho e, por isso, conformava-se com o ‘pagamento’ simbólico. Suas filhas, na menor idade, foram submetidas aos afazeres domésticos e trabalho precoce na lavoura, assim como os filhos, que também carregavam água da fonte e varriam o terreiro.

A violência de gênero lhe é familiar, mas, também, estranha. Na sua fala sobre esse fenômeno sinalizou que os maridos de três de suas filhas mantiveram relações extraconjugais. Neste caso, foram submetidas à violência psicológica, logo, **estranha** aos olhares da entrevistada por ser a violência sem sangue, e **familiar**, quando entendida como “judiação”, isto é, desrespeito. A entrevistada é contundente ao rememorar as agressões veladas perpetradas pelos genros, embora não classifique como tal. Dessa forma, ao não identificar a violência física no corpo de sua filha, é também invisível a violência simbólica, assim como a violência racial, ao adotar a expressão pejorativa ‘nega’ para se referir à amante.

A esperança não fenece!

A entrevistada, firme em sua religiosidade, ancora-se na fé como certeza de que esta lhe trará momentos felizes na vida conjugal, embora esteja há mais de 30 anos separada, de fato, do marido, e este conviva com outra mulher. Ele, sem intenção de formalizar o rompimento matrimonial, e ela, convicta de que ele retornará, ao menos para cuidarem um do outro.

MARIANA CRIOLA

Viveu em Paty do Alferes, distrito da Vila de Vassouras – Rio de Janeiro. Era Mucama e costureira de Francisca Xavier. Embora fosse casada com o negro José, escravo que trabalhava na lavoura, vivia na casa-grande. Em 5 de novembro de 1838 se deu a maior fuga de escravos da história fluminense, e

o foco principal estava na fazenda Maravilha. [...], juntou-se, então, aos fugitivos tomando a direção do grupo, no qual ficou conhecida como a rainha do quilombo, fazendo par com Manuel Congo, o rei. [...] a negra Mariana, de 30 anos estava a frente dos revoltosos, resistindo ao cerco da polícia sob os gritos de “Morrer sim, entregar não!” No dia 12 de novembro, Mariana Crioula e Manuel Congo foram feitos prisioneiros. [...]. Mariana, que havia demonstrado valentia na mata, quando interrogada, procurou dissimular seu verdadeiro papel nos acontecimentos e alegou que havia sido induzida à fuga. [...] (JOMALINIS, 2014, p.18).

Mariana Crioula¹⁶⁵ – moradora da comunidade rural Tocos III/Governador Mangabeira. Filha caçula do primeiro relacionamento de seus pais. Após a morte do genitor, a mãe reconstituiu a família e teve mais filhos/as. Na data da entrevista estava com 61 anos; aposentada pelo FUNRURAL, católica assídua e praticante, casada há mais de 40 anos. Gestou 7 vezes, mas somente 5 procriou, estão vivos, 2 morreram, a adolescente, de anemia falciforme, e o menino, de meningite, também teve um aborto devido a um susto que passou com um dos filhos que esteve prestes a cair em uma cisterna. Mariana Crioula se autodeclara negra, tem consciência da violência racial e relatou episódios em que foi submetida a atitudes racistas no convívio social.

Sua entrevista foi realizada na sede do sindicato rural. Ela participou do primeiro projeto [pesquisa¹⁶⁶] coordenado por mim, cujo *lócus* foi o sindicato rural de Governador Mangabeira. Da infância guarda consigo o estado de miserabilidade imposta à sua família, os pais fabricavam carvão para manter as despesas domésticas, conciliava o trabalho precoce com seus estudos aos 7 anos, contudo, devido à falta de política educacional, à não oferta do ensino básico completo, interrompeu sua trajetória como discente na 4ª série do fundamental I. Na adultez, retornou à escola e frequentou o EJA.

Rememorou que o pai fazia uso de álcool, principalmente quando retornava da feira, após vender os sacos de carvão. Ela foi obrigada a aprender, ainda criança, com 10 anos, a manusear enxada, cavar covas para plantio de mandioca, amendoim, milho, feijão, carregar tocos para seu pai, além de arrancar os seus próprios tocos, queimar e transformar em carvão, único meio de conseguir dinheiro. Seu pai, então, vendia e sua mãe comprava vestuários e supria as necessidades de Mariana Crioula, haja vista a extrema pobreza familiar e que permanece na sua vida. Sobrevive da aposentadoria e vendas de cosméticos. Trabalhou por

¹⁶⁵ A entrevista foi realizada em 06/03/17, com um total de 14 páginas transcritas.

¹⁶⁶ As atividades desenvolvidas pautaram-se nas representações sociais da violência doméstica e familiar contra mulheres trabalhadoras rurais. Essa entrevistada narrou uma situação de violência de gênero na qual sua vizinha foi vitimizada pelo marido e encorajou-se para também socializar que seu marido praticou a violência física sobre seu corpo. Durante o projeto sua participação foi relevante. Rememorou manifestações de racismo social e institucional.

muitos anos em empresas de exploração da lavoura fumageira, embora a modalidade do vínculo empregatício fosse sazonal, mas, a fim de sustentar sua prole, submetia-se ao trabalho disponível na sua região. Concomitantemente, na informalidade, trabalhava em suas terras para legitimá-la como trabalhadora rural e garantir o direito à aposentadoria.

Apesar de afirmar ser casada, o marido, após o filho mais novo completar 10 anos, rompeu o vínculo familiar e foi morar em São Paulo, atualmente convive com outra companheira, contudo a entrevistada apegou-se à fé cristã na certeza do retorno do cônjuge à convivência familiar. Na juventude Mariana teve poucas amizades e apenas dois namorados. Durante suas narrativas não conseguia conter as lágrimas, o olhar cabisbaixo diante das lembranças cotidianas. Teve sua liberdade cerceada quando morava com o marido, que a impedia de ir até mesmo à igreja.

A insônia é sua companheira durante as noites, quando reflete sobre sentimentos que ferem sua alma, como as mortes de sua filha e filho [o pai não compareceu ao enterro], a de seus pais e o abandono do marido. Foi violentada desde criança ao não ter direito à escolarização, já na adultez o homem com quem se casou a agrediu física e psicologicamente. Uma de suas filhas também esteve em situação de violência doméstica. Viajou a São Paulo na expectativa de reatar os vínculos conjugais, mas sem êxito, o sofrimento foi acirrado com a decisão do marido de continuar naquela cidade e optar pela segunda companheira.

Sua narrativa com relação à independência feminina enfatiza que a luta da mulher deve ser contínua para sua autonomia financeira. Salienta que a doença [dos nervos] de muitas mulheres tem como causa a violência atroz, inerente às relações conjugais conflituosas manifestadas através das feridas invisíveis (SAFFIOTI, 2004; MILLER, 1999). Em suma, Carolina tem nitidez sobre sua história de vida inconclusa, suas evocações trazem fragmentos não cronológicos (BOURDIEU, 2006), pois a memória pode se abster de lembranças incômodas e/ou indizíveis.

“Não tive infância *niua*”!

A partir dos 5 anos de idade, e sob os cuidados da avó materna, a entrevistada conheceu a violência familiar. As surras constantes perpetradas pela avó deixaram-lhe marcas no corpo e nas lembranças do período em que os estudos e a brincadeira foram negligenciados em função do trabalho precoce e gravidez aos 13 anos. Não recebeu castigos violentos de seus pais. As violências de gênero contra Dandara dos Palmares se originaram na vida familiar e se estenderam à vida conjugal quando adulta. Ela se autodeclara negra.

DANDARA DE PALMARES

Dandara foi uma grande guerreira na luta pela liberdade do povo negro. Ainda no século XVII, participou das lutas palmarinas, conquistando um espaço de liderança. De forma intransigente, entendia que a liberdade era inegociável, enfrentando todas as batalhas que sucederam em Palmares. Era a companheira de Zumbi dos Palmares. Opôs-se, juntamente com ele, a proposta da Coroa Portuguesa em condicionar e limitar reivindicações dos palmarinos em troca de liberdade controlada. Dandara morreu em 1694 na frente de batalha, para defender o Quilombo dos Macacos, mocambo pertencente ao Quilombo dos Palmares (JOMALINIS, 2014, p. 4).

Dandara de Palmares¹⁶⁷ – 59 anos¹⁶⁸, reside na comunidade rural de Tabuleiro do Beija-Flor/Muritiba, solteira, trabalhadora rural, católica praticante e assídua, criada pela avó materna desde tenra idade até os 13 anos. Sua infância guarda semelhanças com a de outras entrevistadas; frequentou a escola, mas não concluiu os estudos. O avô materno era mesquinho e lhe negava o alimento, um dos motivos de trabalhar precocemente. Aos 10 anos conheceu o trabalho de roça e doméstico. Com 13 anos foi trabalhar na empresa fumageira, contudo obrigada a aumentar a idade na carteira de trabalho, a fim de permanecer nesse espaço laboral¹⁶⁹; após anos, trabalhou em pedreira, como doméstica e, atualmente, em sua própria roça, aguardando a idade para se aposentar-se pelo FUNRURAL. Frequentou o MOBREAL para continuar seus estudos. Recebeu três diplomas, mas o cuidado com suas crianças a impossibilitou de permanecer nos estudos. É beneficiária do Programa Bolsa Família¹⁷⁰.

Apreendeu a ser mãe em sua primeira gravidez, pois marcou o início da adolescência, 13 anos de idade, não deu certo a relação conjugal, o pai não assumiu a criança, cada qual ficou em sua casa. Com 14 anos estava no segundo relacionamento e engravidou 15 vezes, morreram 13, 8 nasceram, depois faleceram, e teve 5 abortos. Somente 1 filho e 1 filha sobreviveram, têm suas próprias famílias. Há 11 anos convive harmoniosamente no terceiro relacionamento.

Dandara de Palmares iniciou sua narrativa evocando suas lembranças relevantes, e, embora eu tenha solicitado que rememorasse a partir de sua infância, falou da convivência com seu atual companheiro, de sua prole, depois discorreu sobre episódios de violência a que

¹⁶⁷ Entrevista realizada em 24/02/17, com um total de 15 páginas.

¹⁶⁸ À época da entrevista, feita em 2017, sua idade era essa.

¹⁶⁹ Ver, por exemplo, Paixão e Tavares (2017), que, ao reconstituírem a trajetória de vida de D. Dalva Damiana, identificam o abandono dos estudos e a inserção precoce de meninas na indústria fumageira para assegurar o sustento familiar.

¹⁷⁰ Recebe R\$ 85,00 (esse valor tem relevante significado para o orçamento familiar da entrevistada).

foi submetida. A facada na barriga desferida pelo segundo marido, quando grávida de 8 meses de um dos filhos, atingiu o bebê no braço e, em razão do parto prematuro, com 1 ano e 6 meses ele veio a óbito. Porém não atribuiu o ocorrido ao ato do marido, isentou-o da culpa¹⁷¹. Ela foi acidentada quando trabalhava na pedreira, uma das pedras acertou-lhe a cabeça, devido ao corte foi realizado procedimento médico, uma sutura com 55 pontos. Em outra ocasião a faca caiu do telhado e cortou-lhe o dedo, também realizando afazeres na roça a estrovinga cortou-lhe uma das pernas, caiu da bicicleta e foi levada ao hospital desacordada, mas afirma que o importante é estar viva.

As violências contra a entrevistada continuaram. Esse segundo marido, em outro momento, motivado por ciúmes, deu-lhe uma surra que a deixou acamada durante três dias. Alcoolizado, o marido manifestava sua violência contra Dandara e suas crianças. No geral, os homens “[...] em virtude das relações que construíram com as mulheres, graças à assimetria contida na estruturação da sociedade de gênero [...]” (SAFFIOTI, 1994, p. 449), são mais propensos a cometerem violência. O álcool é um gerador dessa violência cotidiana, constituiu-se como fator precipitante¹⁷², pois sua censura é menor e, conseqüentemente, seu uso facilita o desencadear de atos brutais de cunho machista.

Na sua trajetória a entrevistada rememorou o suicídio de uma das irmãs com intenção de culpabilizá-la devido a um conflito amoroso [envenenou-se na casa de Dandara] ocasionado pelo envolvimento dessa irmã com o marido de Dandara. Apesar das sucessivas violações de direitos humanos, Dandara se considera uma mulher feliz.

Agradeço muito pela família que tive¹⁷³

A educação doméstica transmitida pelos pais de Aqualtune tem possibilitado, na sua trajetória de vida, uma reflexão crítica para a tomada de decisões. A educação formal tem, para ela, um peso significativo na construção emancipatória da mulher. Seus relatos não evidenciam violência de gênero contra seu corpo e alma, contudo trazem a narrativa de episódio violento do feminicídio de sua sogra por caminhar na perspectiva da autonomia e independência da mulher, enquanto detentora do direito a trabalhar e ter família.

¹⁷¹ Naquela noite havia um homem fazendo uso de substância psicoativa no seu estabelecimento comercial [bar]. Na visão da entrevistada, o cheiro da maconha fez com que seu marido a violentasse.

¹⁷² Ver, por exemplo, Goldberg (1985).

¹⁷³ Expressão da entrevistada na íntegra.

Suas narrativas foram evocadas a partir de memórias espontâneas, embora tenha explicado o objetivo da entrevista e sua condução. Enfatizou o episódio de violência a que fora submetida sua ex-sogra, feminicídio, perpetrado pelo então marido da vitimizada.

AQUALTUNE EZGONDIDU MAHAMUD DA SILVA SANTOS

Filha do Rei do Congo, a princesa foi vendida como escrava para o Brasil, [...]. Grávida, foi vendida para um engenho de porto Calvo, onde pela primeira vez teve notícias de Palmares. Já nos últimos meses de gravidez organizou sua fuga e a de alguns escravos. Começa, então, ao lado de Ganga Zumba, a organização de um Estado negro, que abrangia povoados distintos confederados sob a direção suprema de um chefe. Aqaltune instalou-se, posteriormente, num desses mocambos, povoados fortificados, [...]. Uma de suas filhas deu-lhe um neto, que foi o grande Zumbi dos Palmares. [...]. Morreu queimada, quando já era idosa (JOMALINIS, 2014, p. 3).

Aqaltune¹⁷⁴ – 24 anos, católica praticante, moradora da comunidade rural Jacarezinho/Governador Mangabeira, trabalhadora rural solteira, tem o ensino médio completo, reside com seu companheiro há quase 2 anos. Da infância guarda o trabalho precoce na roça entre 3 e 4 anos de idade. A vida familiar era harmoniosa. Seus pais, contrários a relacionamentos amorosos para não atrapalhar os estudos. As brincadeiras infantis, após os 4 anos, eram separadas para meninas e para meninos, pois, para seus pais, tenderiam a estimular a vida sexual das crianças. Sua mãe, figura presente nos espaços e ensinamentos da vida. Conversamos no espaço público da cidade.

Na adolescência, estudou, trabalhou na roça e participou de ações religiosas. Com relação ao namoro, rememorou apenas dois relacionamentos amorosos. A violência psicológica e moral, relação extraconjugal advinda dele, além do álcool e outras drogas, favoreceram o término do namoro. Esse rapaz traz consigo as marcas da violência doméstica que culminou no feminicídio de sua genitora. Seu segundo relacionamento denota controle no tocante à sua liberdade. A entrevistada não passa por situação de violência física, mas conta que seu marido se autoagride e diz que irá se matar ao saber que ela esteve na rua. No seu imaginário, Aqaltune vê seu corpo e sua alma serem vitimizadas por essas agressões, uma vez que, dessa forma, o marido cerceia sua liberdade e a mantém sob controle.

Suas memórias foram contundentes ao se lembrar das atrocidades que sua ex-sogra sofreu, o que a faz evocar as sutilezas da violência sem sangue e danos à saúde da

¹⁷⁴ Entrevista realizada em 03/03/17, com um total de 10 páginas transcritas.

mulher¹⁷⁵. Sua indignação recai sobre o cercear da liberdade feminina, a mulher que trabalha é uma ameaça para o homem, ou melhor, para seu poder de macho: “*Hoje, porque de tudo que ele fez comigo, eu não vou dizer que tenho ódio do meu pai, eu amo meu pai. [...] Gosto dele, eu amo ele, ave maria, gosto do meu marido, eu amo meu marido!*”¹⁷⁶

A entrevistada, embora não tenha participado do Projeto de extensão¹⁷⁷, procurou-me para narrar suas experiências com a violência de gênero. Apesar de pouca idade, traz consigo marcas dessa ruptura de integridade desde sua infância, experienciou a fome fisiológica, violência familiar e, depois, a doméstica. Compulsoriamente, realizou trabalho precoce, principalmente para sua sobrevivência. Ela, sua mãe enferma, irmãs e irmãos conviveram por longo tempo sob a dominação masculina de seu pai violento. E, no convívio com seu primeiro namorado e atual marido, seu corpo e alma continuam submetidos a violências visíveis e invisíveis. Certamente, as marcas com ou sem sangue não ofuscam os sentimentos pela figura paterna, tampouco pelo pai de suas duas filhas. Por vezes, planejou suicídio, tamanho sofrimento vivido quando sob o jugo paterno.

ZEFERINA¹⁷⁸

Viveu essa valente negra em lugar denominado Matas do Urubu, na periferia de Salvador, Bahia, hoje região do Parque São Bartolomeu.

Zeferina lutou contra os portugueses e participou ativamente do movimento para a libertação da Bahia, que teve como ápice o dia 02 de julho de 1823.

Entre os rebeldes era conhecida por “rainha”. Possuía grande eloquência e era estrategista de guerra. Os componentes de seu grupo devotavam a Zeferina da Bahia uma obediência leal e consideravam-se súditos da “rainha”. Seu grupo era composto por negras e negros nagôs e escravos libertos.

Zeferina também é referência no combate à violência doméstica e na redução de abusos contra crianças. A rainha era taxativa em punir os homens que batiam em suas esposas, e os infantes, em geral, eram seus protegidos. A negra Zeferina devotava, ainda, especial atenção aos anciãos de sua comunidade Urubu.

Por sua valentia, ousadia e determinação, grandes espaços foram abertos para a atuação da mulher em campos sociais, políticos e culturais. Zeferina empoderou o feminino em seu tempo. Zeferina da Bahia representa a presença e determinação feminina do subúrbio.

Ela foi protagonista e agente ativa de mobilizações em prol dos direitos fundamentais das comunidades da periferia de Salvador. Foi a mais inclusiva das “rainhas” negras (VILAS BOAS, 2016, s/p).

¹⁷⁵ Abuso não-físico se manifesta nas violências sutis capazes de destruir a saúde emocional de mulheres; sua autoestima, seu autorrespeito, e fazê-las conviver com o medo no seu dia a dia (MILLER, 1999).

¹⁷⁶ Evocações da entrevistada ao explicitar seus sentimentos por seu pai e, depois, seu marido.

¹⁷⁷ Mencionado anteriormente.

¹⁷⁸ A extensividade biográfica, não irrelevando as demais, é em função de sua luta pela libertação da Bahia e, principalmente, a luta contra o patriarcado e o sexismo, em favor da não violência contra a mulher [doméstica].

Zeferina¹⁷⁹ – 22 anos, solteira, autodeclara-se negra e passou por situação de racismo por parte de um dos cunhados; mãe de gêmeas com 1 de idade¹⁸⁰, convive há 3 anos com seu companheiro e primeiro namorado. Moradora da comunidade Tabuleiro do Beija-Flor/Muritiba. Recebe Bolsa família. Atualmente sem exercer atividade laboral em função dos cuidados maternos dedicados às filhas. Mas sempre trabalhou na roça, pescava no rio, no plantio, a colheita de inhame, batata, mandioca, no processo para fazer farinha, capinagem, dentre outros afazeres correlatos. Iniciou com 4 anos a exercer tais atividades até mesmo para sua manutenção.

Guarda ressentimentos por seu pai abandonar a família quando sua mãe esteve doente durante 15 anos e faleceu aos 37 anos. São 5 filhas e 2 filhos, eles passaram muita fome, além de necessidades como material de higiene feminino. A família vivia em estado de pobreza extrema. O pai construiu uma casa nos fundos de onde morava com a mãe da entrevistada e passou a conviver com outra mulher. Negligenciou a enfermidade da primeira esposa e também da prole, embora ele receba a pensão por morte da ex-mulher.

A entrevista foi realizada na sala da casa de Zeferina. Ficamos sobressaltadas devido à atenção da vizinhança à nossa conversa. Ela temia que o marido soubesse de minha visita e lhe indagasse sobre a nossa conversa.

Zeferina almejava concluir o ensino médio, o pai proibia seus filhos e filhas de frequentarem escola. Não obstante a negligência paterna, Zeferina frequentava a escola às escondidas. Ela, devido à pobreza e incapacidade da mãe para criá-la, aos 5 anos foi morar com a madrinha, contudo retornou à casa materna ao se sensibilizar com o estado de saúde da mãe. Sua adolescência foi vivida em meio a proibições e muita pobreza. Aos 19 anos, seu pai a mandou embora e passou a conviver com seu namorado, que presenciava as violências psicológicas e morais cometidas pelo pai. Frustrou-se porque seu marido também a proibiu de continuar seus estudos. Sonhava em concluí-los e depois casar.

Na convivência conjugal conheceu a violência nas modalidades física, psicológica e moral. Suas filhas também foram submetidas à violência psicológica, choraram ao assistir seu pai esmurrar a mãe contra a geladeira. Conta também que o marido conviveu com sua primeira mulher que lhe jogou álcool e ateou fogo.

Com apenas 22 anos, no ato da entrevista, Zeferina sofreu agressões do pai e, posteriormente, do marido, mas seus sentimentos por ele permanecem. É grata ao marido porque a livrou do sofrimento paterno e o vê como um genitor, pois ensina o que não

¹⁷⁹ Entrevista realizada em 22/02/17, com um total de 15 páginas transcritas.

¹⁸⁰ Entrevista realizada em janeiro de 2017.

aprendeu do pai. Sua gratidão pelo marido vai além, na sua narrativa atribui a ele o não uso de substâncias psicoativas. Apesar de esse homem não aceitar que ela cuide de sua estética, não a reconhecer pelos cuidados domésticos e, por isso, agredi-la fisicamente.

Como é perceptível nessa trajetória de vida, a violência é categoria ‘desnaturalizada’, ou seja, não é universal, seu entendimento varia de acordo com as concepções femininas, como no caso da entrevistada, que a considera como um “mal menor” (GREGORI, 1994). Apesar das violências sofridas, ela afirma que ama o marido, conseqüentemente, os maus-tratos são relevados, uma vez que a acolheu em tempos difíceis da adolescência, quando sua vida familiar conturbada lhe infligia sofrimento ainda maior, acometido pela figura paterna.

A entrevistada vê o fenômeno da violência contra a mulher como natural, inerente à vida feminina, mas não a admite e alerta para a contínua luta na defesa de nós mulheres. Tem consciência da força masculina, superior à dela e, por isso, como diz Saffioti (2004), cede, mas não consente. Seu marido, para machucá-la, rememora seu sofrimento quando submissa ao pai. Atribui o *continuum* processo de submissão à dominação masculina, ser humilhada [pelo marido] por causa do amor às filhas, sente-se incapaz de cuidar delas sozinha, sem trabalho remunerado para manter as despesas familiares: “[...] *Mesmo ele vivo ainda tinha algum medo de algum dia ele aparecer, com aquela expressão de me assustar, ainda sentia aquela emoção. mas, depois que ele morreu, me tranquilizou. eu sei que morreu, acabou!*”.

A narrativa foi carregada de emoção e expressiu um sentimento de alívio ao saber que seu agressor não mais tinha forças para maltratá-la. A entrevistada rememorou a infância, apesar de trabalhar na roça nesse período e na adolescência ser criticada pela vizinhança por estar com 12 anos e ainda continuar os estudos, ao invés de auxiliar seus pais por mais tempo no manejo das roças, traz consigo recordações felizes. O pai contava estórias para ela e demais irmãos e irmãs.

Carrega nas lembranças momentos tristes e depressivos por ter enfrentado situações de violência de gênero na relação conjugal. A morte do seu agressor lhe trouxe alívio, inclusive fazendo com que se sentisse à vontade em se revelar para mim, detalhando minuciosamente a manifestação de atos brutais machistas contra ela. Visitei-a em uma das

comemorações juninas da comunidade¹⁸¹ e procurei saber se conhecia mulheres que foram submetidas a violações de seus direitos humanos, então, ela exclamou: “Oh eu aqui!”

Passaram-se 6 meses para minha segunda visita e a entrevistada ainda chamou minha atenção ao cobrar que eu havia combinado de ir lhe entrevistar, mas que retardei a ida. Certamente, a necessidade de falar na primeira pessoa, conduzir a narrativa de sua história de vida, fez com que aguardasse ansiosa, para não somente resgatar suas lembranças, boas ou ruins, também, encenar, com detalhes, o momento em que seu marido/agressor, se não fosse sua fé, cometeria o feminicídio. O álcool (SAFFIOTI, 1999; AZEVEDO, 1985), mais uma vez, foi o vilão dos conflitos conjugais, embora sua censura seja quase inexistente, já que o uso de substâncias psicoativas serve de justificativa, por isso, qualquer manifestação das violências de gênero contra mulheres, quando o homem está ébrio, é aceita socialmente. Suas lembranças iniciais trouxeram à tona a convivência conjugal conflituosa e, principalmente, referiu-se à doença do marido, acometido por AVC e desproteção previdenciária, recebia LOAS/BPC, então, a entrevistada não teve garantida a pensão por morte.

A entrevista foi realizada na sala de visita e na presença de um de seus irmãos que, ao ser consultado por ela, ratificava passagens vividas pela entrevistada. Um dos momentos que me chamou atenção foi quando Felipa encenou as tentativas¹⁸² de seu agressor para cometer o feminicídio.

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA

[...], é uma heroína baiana esquecida por um grande número de historiadores. Não se sabe qual a data do seu nascimento. Nasceu escrava. Depois foi libertada e como liberta trabalhou coletando mariscos e jogando capoeira, nas horas vagas. Aprendeu a luta da capoeira para vadiar e se defender. Queria que o Brasil se libertasse da dominação portuguesa, que para ela era a única responsável pela escravidão dos seus avós e descendentes. Para cumprir seu destino, começou se escondendo no outeiros da Fazenda 27, em Gameleira (Itaparica), para acompanhar, durante a noite, a movimentação das caravelas lusitanas. Em seguida, tomava uma jangada e ia para Salvador, passar as informações para o Comando do Movimento de Libertação (JOMALINIS, 2014, p. 22).

¹⁸¹ A tradição das comunidades rurais da cidade de Muritiba, de que todas as pessoas cujo nome seja Antonio ou Antonia, a vizinhança sai para visitar suas fogueiras, independentemente de terem nascido no dia 13 de junho. São oferecidos alimentos e bebidas.

¹⁸² Mais adiante serão detalhadas.

Maria Felipa de Oliveira¹⁸³ – 64 anos¹⁸⁴, autodeclara-se negra, viúva há quase 2 anos, embora estivesse separada do marido, informalmente, há 16 anos; é aposentada pelo FUNRURAL, tem 3 filhos e 1 filha. Mora sozinha, mas filhos e irmã são vizinhos mais próximos. Sua mãe pariu 23 filhos/as, contudo apenas 12 sobreviveram. De sua infância recorda a divisão sexual do trabalho na roça. Enquanto os filhos com o pai abriam a terra [covas], as filhas junto com a mãe iam plantando [jogando as sementes]. Seu pai as poupava dos trabalhos pesados, também era contrário que filhas e filhos ficassem muito tempo expostos ao sol. Seus olhos brilharam ao reviver as lembranças de idas com os pais às festas religiosas, assim como as histórias contadas pelo pai, que escutava sentada com irmãs e irmãos. Os estudos eram conciliados com a enxada¹⁸⁵.

No início da adolescência, por ser incomum na comunidade, as pessoas vizinhas começaram a criticá-la por ainda continuar os estudos aos 12 anos, embora seu pai fosse a favor, contudo foi obrigada a evadir-se da escola. Para a comunidade, nessa idade, o certo era estar na roça ajudando os pais. Foi nesse período que começou o namoro com o futuro marido, casou-se aos 24 anos e teve 3 filhos e 1 filha. Desde o início a mãe era contrária ao namoro. Rememora que até o noivado a harmonia se manteve, contudo, embora morasse com seus pais, os conflitos e as violências de gênero foram constantes na vida conjugal. O marido “era *neguero*”¹⁸⁶, mantinha relações extraconjugais e uso de bebidas alcólicas. A primeira manifestação da violência em sua vida foi a psicológica e ameaça, ele, sem poder “*estorar* todas as balas na minha cabeça”, descarregou todos os projéteis “no pé da sucupira, porque não podia ser na minha cabeça” [narrativa da entrevistada]. Procurou a delegacia duas vezes, na segunda ele evadiu para São Paulo.

Durante 17 anos as violências perpetradas por seu marido atingiram também sua prole. Houve duas rupturas conjugais, sendo a última definitiva e, embora separados informalmente, seu agressor a procurou para cuidar dele quando foi acometido por AVC. Ela negou a convivência, mas preparou os alimentos para ele.

Maria Felipa, na sua releitura de vida, evocou o sentimento de medo do ex-marido, somente com seu falecimento ela se sentiu segura: “depois que ele morreu, me tranquilizou”.

¹⁸³ Entrevista realizada em 29/01/17, com um total de 12 páginas transcritas.

¹⁸⁴ Entrevista realizada janeiro 2017.

¹⁸⁵ Refiro-me às atividades desenvolvidas no cultivo da terra.

¹⁸⁶ Sobre a categoria “*neguero*” discutirei mais adiante.

“[...] Com o pai de meus filhos nunca foi mares de rosas, sempre foi decepção [...]”

Brandina registra as marcas das decepções vividas ao longo da vida conjugal. Violência de gênero manifestada pelo neologismo gordofobia, por sua desconformidade com o padrão estético aceitável socialmente, contribuíram para a baixa autoestima da entrevistada, sua expressão facial, tom de voz e inércia corporal, durante a entrevista, denunciaram as feridas da violência de gênero que a acompanham. Brandina preside a associação comunitária, desempenha com proatividade esse exercício, contudo evocar sua vida pessoal/conjugal a perturba.

As ‘rosas’ também não se fizeram presentes quando criança e parte de sua adolescência. A fome e a pobreza castigaram sua família e, compulsoriamente, experienciou trabalho doméstico aos 14 anos. Foi submetida a trabalho análogo à escravidão e vilipendiada no seu direito à educação formal. Sua patroa prometeu matriculá-la, contudo explorou-a com salário injusto. Além de afazeres domésticos, era obrigada a dar alimento para 9.000 frangos.

BRANDINA

Atuante no movimento abolicionista, [...] Brandina era proprietária de uma pensão na antiga rua setentrional, hoje Praça da República.

Embora de origem humilde, usava o ganho do seu trabalho para dar comida, fumo e remédio aos negros que se refugiavam na Baixada Santista, colaborando ativamente com os cabos abolicionistas e com Santos Garrafão, que organizou um dos grandes quilombos de Santos: o Quilombo de Santos Garrafão.

A personalidade forte e destemida, além da qualidade de protetora tornou Brandina uma das figuras mais queridas entre os negros quilombolas da Baixada Santista (JOMALINIS, 2014, p. 20).

Brandina¹⁸⁷ – 41 anos¹⁸⁸, solteira, autodeclara-se negra, com ensino médio completo, mãe de 1 filho e 1 filha, tem 1 neta. Foi morar na casa da sogra por engravidar precocemente. Na ocasião da entrevista Brandina residia com o filho e a genitora na comunidade de Jacarezinho, zona rural de Governador Mangabeira. É trabalhadora rural e, embora exerça a função de serviços gerais numa escola [empresa terceirizada], realiza atividades rurais em sua terra. Almeja estudar gastronomia e sabe da relevância do capital cultural no mundo do trabalho.

¹⁸⁷ Entrevista realizada em 21/02/17, com um total de 10 páginas transcritas.

¹⁸⁸ Entrevista realizada em 2017.

Rememora a infância, momentos bons, a convivência familiar, e momentos ruins, situação de bullying na escola devido ao fenótipo da população negra. O penteado do seu cabelo, feito pela mãe, deixava as duas tranças no formato de chifre, uma subia, outra, descia, então, chamavam-lhe de vaca murcha. O choro era a forma encontrada para extravasar o sentimento de impotência diante do racismo estruturante socialmente. Já na adolescência, enfrentou com agressividade as ofensas que lhe eram direcionadas por ser negra. “[...] partia pra cima, na porrada mesmo [...]”.

Geralmente, as mulheres rurais aprendem, compulsoriamente, a maternagem, assim como a conciliar estudos com tarefas da roça. Com Brandina não foi diferente. No processo de educação socializatória, sua mãe à frente, ensinava-lhe as prendas do lar, enquanto os filhos brincavam com bola. Ainda na sua adolescência, conheceu o homem com quem viveu 15 anos sob a opressão machista, comandada pela ordem patriarcal de gênero. Os primórdios da violação de direitos ocorreram quando, no período da gravidez, aos 20 anos, o desinteresse e indiferença do marido com sua gestação a fizeram sofrer. Depois disso, ele se envolveu com numerosas relações extraconjugais, ele usava alcunhas para menosprezá-la e rechaçar seu padrão de beleza. Sua memória evocou momentos de violência física advinda do marido e sua reação: “[...] cavei a unha no pescoço dele [...]”. Romperam a relação, se reconciliaram e, depois, separaram definitivamente.

Brandina interpreta a violência de gênero contra a mulher além dos castigos físicos, principalmente pelas experiências, desde criança, com a violência psicológica, violência racial, esta ainda secundarizada, e sua discussão, situada perifericamente (CARNEIRO, 2003). Ainda esta autora nos alerta a respeito da luta que

[...] as mulheres negras vêm há anos buscando alargar o conceito de violência contra a mulher, para além da agressão e do abuso sexual, pela introdução do conceito de violência racial entre as práticas que produzem dano físico, psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação, [...] provocando nas mulheres negras uma autoestima desvalorizada, que mesmo homens negros contribuem para agravar. Com esta questão entramos no outro aspecto da violência racial na temática de gênero e da violência contra a mulher, que é a violência psicológica (p. 12; 14).

A entrevistada experienciou essa ruptura de integridade¹⁸⁹ psicológica e racial na instituição educacional, quando trabalhou como doméstica, na vida conjugal, assim como na presidência da associação comunitária.

¹⁸⁹ No capítulo IV iremos desenvolver, detalhadamente, essas marcas da violência de gênero.

Minha vida é só isso aí

Embora simplifique a sua história de vida com a expressão acima, a lembrança de Esperança Garcia foi marcada por experiências cotidianas ao longo de seus 83 anos. Apesar da violência doméstica e familiar não vitimizar seu corpo e alma, foi oprimida pela madrinha quando desempenhava papel de empregada doméstica, mesmo com tenra idade; não lhe era permitido ocupar espaço de “brancos” quando fazia as refeições, comia na cozinha, pratinho separado.

Nas suas narrativas a entrevistada enfatiza que precisou tomar conta e dar conta, ou seja, as responsabilidades familiares a ela designadas foram cumpridas. Mulher matriarca e de muita sabedoria, principalmente para lembrar, desde os 7 anos, a labuta na roça, as idas às rezas com seu pai que era rezador, e impressionaram-me suas lembranças das datas de nascimento de filhos e filhas, assim como as idades, no total pariu 18, mas 16 vivem. Também se lembrou da quantidade de netos/as e bisnetos/as. Desde seus 60 anos assume todas as responsabilidades familiares, inclusive ainda convive com ela 2 filhos e 1 filha. Ela arca com todas as despesas. Suas responsabilidades avolumam porque “É mãe, pai, avó, bisavó, eu vivo tranquila, graças a Deus. É, só vivo, mas porque preocupa né, me preocupa bastante”.

ESPERANÇA GARCIA¹⁹⁰

Ousou escrever uma carta para o presidente da Província de São José do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, denunciando os maus-tratos físicos de que era vítima, ela e seu filho, por parte do feitor da Fazenda Algodões (GELEDÉS, 2017, sp).

Esperança Garcia¹⁹¹ – eu a conheci quando participou do projeto de extensão¹⁹² desenvolvido na comunidade onde mora, foi entrevistada na sala de visitas de sua casa. Ela tem 83 anos, trabalhadora rural, moradora da comunidade Pau Ferro-Muritiba, aposentada e pensionista, autodeclara-se negra, católica, viúva há 23 anos. Pariu 18 vezes, entre filhos e filhas, somente 16 vivem. Sua infância foi atravessada pelos afazeres do lar; aos 7 anos

¹⁹⁰ Em 2017 Esperança Garcia foi condecorada pela Ordem dos Advogados do Brasil-PI, ganhou título simbólico de primeira advogada do Piauí. A lembrança da OAB-PI se deve à carta, semelhante à redação de Petição elaborada por ela, em que denunciava o feitor da fazenda onde morava pelos maus-tratos sofridos por ela e seu filho.

¹⁹¹ Entrevista realizada em 05/03/17, com um total de 12 páginas transcritas.

¹⁹² Já mencionado.

começou a estudar, mas não completou o ensino fundamental I, parou na 3ª série e, com 10 anos, os trabalhos na roça se iniciaram. Desde 1980 não está ativamente no cultivo da terra, contudo ainda planta. Também na sua comunidade é comum substituir a escola pela roça quando se atinge determinada idade na infância e adolescência. Todos os seus partos foram realizados por parteiras locais, inclusive uma delas era deficiente visual.

Com 12 anos, teve seu primeiro namoradinho. Depois, quando completou 15 anos, iniciou namoro com o pai de sua prole, após 5 anos casaram e já estava grávida. Na sua releitura recorda a boa convivência com ele, todavia ela evocou não ser “‘peca’, eu era um pouco brabinha”. Sua labuta para dar conta da prole extensa, pentear cabelo, colocar comida, dar banho, arrumar para a escola, essas responsabilidades a deixavam esgotada, então, foi ensinado às filhas o processo de maternagem.

Esperança, ainda na infância, além de auxiliar seus pais, trabalhava na casa “do fazendeiro *que a esposa era minha madrinha*”. O tratamento era escravizado: recebia como ‘pagamento’ dois tostões ou alimento como ovos de galinha. Embora a situação de exploração não fosse percebida na época, atualmente a entrevistada tem consciência da discriminação contra si, realizava suas refeições na cozinha, ao invés de na sala, onde as demais pessoas se sentavam para se alimentar. Sua narrativa sobre os afazeres domésticos se assemelha ao período escravocrata¹⁹³ em que as crianças da senzala serviam de empregadas para as crianças da Casa Grande. “Aí esse menino era criado junto comigo era vadiagem, ia lá pegar o cavalo pra vadiar e tudo. [...] Era o cavalo de pau pra vadiar. Não tem valor o trabalho de menino. [...] Era branca. Era tudo branco¹⁹⁴. [...] Não. Na mesa com eles não. Era separado. Meu pratinho era separado. Eu comia na cozinha ali. [...] Era como uma empregada”. São passagens de sua narrativa que evidenciam o tratamento de inferioridade da madrinha para com sua afilhada.

A vida conjugal transcorreu em harmonia, contudo às vezes em que o marido falava alto ela zangava, depois a situação era contornada. Sente a falta dele. Durante a narrativa, ressaltou que uma das filhas, esporadicamente, tem conflitos com o marido, depois se reconciliam.

¹⁹³ Ver, por exemplo, Freyre (2005), em *Casa Grande & Senzala*.

¹⁹⁴ Refere-se às pessoas da família da madrinha.

“Não toque a mão em minhas filhas, não, por favor [...] se não eu viro bicho!”

Eva Maria do Bonsucesso, mulher que abomina a violência que maltrata os corpos de suas filhas. Para ela, a ruptura do vínculo é necessária quando o sexismo se materializa pela violência contra as mulheres. Sua entrevista foi realizada na presença de parentes, inclusive do marido, entretanto ela preferiu aquele local. Como pesquisadora, percebi que a entrevistada ‘alinhou’ nossa conversa e deixou ‘lacunas’ deliberadas. Ela respondeu com delimitações.

Suas evocações não trouxeram memórias de violência doméstica e familiar, apenas contou um episódio na maternidade, o descaso para com ela ao buscar atendimento obstétrico, e materializa a violência obstétrica. Sua acompanhante clamava pelo seu atendimento sem sucesso e, na atitude de pertencimento do direito à saúde pública, abriu um dos quartos da maternidade e a deitou para aguardar atendimento médico.

EVA MARIA DO BONSUCESSO

“Era uma escrava alforriada que vendia frutas e verduras no Rio de Janeiro. Foi agredida por um homem branco e conseguiu que ele fosse preso, e condenado pela agressão” (GELEDÉS, 2017, sp).

Eva Maria do Bonsucesso¹⁹⁵ – 64 anos, casada, católica, aposentada, pariu 3 homens e 4 mulheres. Atualmente reside com o companheiro e 1 neto. Como a maioria das entrevistadas, conheceu o trabalho da roça aos 5 anos, idade em que começou a frequentar a escola. Somente aos 7 foi devidamente matriculada e permaneceu até a 3ª série, haja vista a falta de séries avançadas na localidade. Auxiliava a mãe nos afazeres domésticos. Guarda momentos alegres de sua infância e adolescência. Aos 17 anos teve seu primeiro namorado, atual esposo. Casou com 22 anos. Seus partos foram realizados com parteira, apenas 1 ocorreu na maternidade e, na sua fala, é perceptível o descaso institucional no atendimento da parturiente, o que indica violência obstétrica.

A entrevistada não se mostrou à vontade ao realizar suas narrativas, talvez a presença de pessoas a tenha inibido, não obstante, concordou que nossa conversa fosse realizada nos fundos de sua casa.

¹⁹⁵ Entrevista realizada em 23/02/17, com um total de 8 páginas transcritas.

Às vezes tem muito aí que a gente vê o passarinho assobiar, mas a gente ‘ô’ ..., porque o dono não fala, o outro é que vai falar?

LAUDELINA CAMPOS

Nasceu em 12 de outubro de 1904, em Poços de Caldas, MG. Seus pais eram negros alforriados pela Lei do Ventre Livre, em 1871. Em 1961, fundou a associação de empregadas domésticas de Campinas. Cerca de 1200 trabalhadoras domésticas compareceram ao ato de inauguração da associação, em 18 de maio daquele ano. Com o golpe militar de 1964, a associação deveria ser fechada, para que isso não acontecesse, Laudelina aceitou abrigá-la na União Democrática Nacional – UDN. Em 1968 adoeceu durante o processo de sucessão da entidade, o qual levou a dissolução da entidade, levando-a a se desvincular do movimento de empregadas domésticas.

Retomou a direção da entidade em 1982, procurada por suas antigas companheiras. Em 1988 a associação transformou-se no sindicato das empregadas domésticas e continuou a lutar em favor do direito das empregadas domésticas. Morreu em 22 de maio de 1991. (JOMALINIS, 2014, p. 23).

O silenciamento de mulheres da comunidade rural Baixa Grande/Muritiba não foi apenas de **Laudelina Campos**. Durante o desenvolvimento do projeto de extensão saliente que Laudelina participou ativamente, as falas femininas não expuseram situações de violência contra mulheres. Ensaíram narrativas sobre aborto provocado pela violência doméstica, não obstante, detalhes foram omitidos. A expressão acima significa, no entendimento da entrevistada, que “o dono não fala, o outro é que vai falar?” Nesse sentido, silenciar é mais sensato.

A entrevista foi realizada na sala de visitas e na presença do marido de Laudelina. Ele, no transcorrer das narrativas, interveio continuamente, quer seja na confirmação das evocações da esposa, quer seja para complementar quando o esquecimento não permitia a narrativa robusta. Na vida conjugal sua representatividade vai além do papel de marido, comporta-se, percebi em nossos contatos¹⁹⁶, como pai, sempre disposto a proteger sua filha, tamanho o cuidado e zelo por ela.

Assim como as mulheres mais velhas de minha pesquisa, Laudelina também rememorou com lucidez idades e nomes de filhas e filhos, netas, netos, bisnetos e bisnetas.

Laudelina Campos¹⁹⁷ – 79¹⁹⁸ anos, casou-se aos 18 e completou 60 anos de matrimônio. Teve 13 filhos/as, hoje vivem apenas 6, 4 homens e 2 mulheres. Somente 1 filho

¹⁹⁶ Estive numerosas vezes na casa do casal e nos encontramos em lugares públicos também.

¹⁹⁷ Entrevista realizada em 04/03/17, com um total de 10 páginas transcritas.

convive com ela. Seus partos foram realizados por parteiras. Sua mãe faleceu quando a entrevistada completou 3 dias de nascida. Ela foi criada pelas tias e, depois, pela madrasta. Rememora a infância e adolescência com alegria, apesar de, com 10 anos, realizar atividades de cultivo da terra igualmente aos irmãos, não havia divisão sexual de trabalho. Estudou até a 2ª série, disse que “na cabeça não entrava mais as coisas [...] não passava de ano, eu peguei e desisti”. O marido enfatizou as dificuldades enfrentadas pela esposa no deslocamento até a escola, caminhava muitos quilômetros sob sol e chuva.

Suas lembranças evocaram as diversões durante as idas às festas religiosas, como rememora: “E São João, a gente dançava até o sol sair!” E os sambas: “A gente tava numa festa era para dançar, era pra fazer roda. Só não cantava samba. O samba era dos homens. É, naquele tempo tinha divisão. As mulheres cantavam roda e homens no pandeiro à noite toda, aquele samba de quadra, nossa!”

Laudelina recebe do marido proteção, amor e carinho. Durante sua fala, sempre recorria a ele para certificar suas narrativas. Ela, embora explicita que a mulher é mais guerreira que o marido por desempenhar as funções na roça e no espaço doméstico, aceita confortavelmente o papel do cuidado imposto pela sociedade à figura feminina. No quesito violência de gênero contra a mulher, evidenciou não ter se submetido a essa violação, embora violência sem sangue, a exemplo de sujeitar-se aos afazeres domésticos como dever, elenca o rol de violência de gênero manifestada simbolicamente. Sua crítica ao sexismo recai sobre a opressão de gênero manifestada pela dominação masculina: “*Nego* casa e quer colocar a mulher debaixo do pé. [...]. No meu tempo *pra* trás, [...] o marido botava mulher na linha”.

“[...] Criar assim um livro... a minha estória, eu tenho certeza, eu gostaria de contar [...]”.

TIA CIATA

Hilária Batista de Almeida, a Tia Ciata, nasceu em Santo Amaro da Purificação, Salvador, em 1854. Filha de Oxum, no Candomblé, foi iniciada nos preceitos do santo casa de Bambochê, na nação Ketu.

Aos 22 anos e com uma filha, mudou-se para o Rio de Janeiro. Tia Ciata era muito respeitada pelos seus conhecimentos de religião e não deixava de comemorar, em sua casa, as festas dos Orixás quando, depois da cerimônia, armava pagode. Essas festas chegavam a durar por volta de três dias. Muito boa doceira, punha barraca de comidas na festa da Penha e em volta se formavam rodas de samba, com a participação de Donga, Heitor dos

¹⁹⁸ Entrevistada em fevereiro de 2017. Em abril do mesmo ano completou 80 anos.

Prazeres, Sinhô e Pixinguinha, alguns deles ainda desconhecidos como artistas.

Sua casa foi reduto de diversos sambistas e tornou-se a capital da Pequena África, no Rio de Janeiro. Tia Ciata morreu em 1924 (JOMALINIS, 2014, p. 14).

Tia Ciata¹⁹⁹ – Pode contar guerreira! Nossos caminhos não se cruzaram por acaso, assim como as suas narrativas serem a minha última análise neste capítulo. Conheci Tia Ciata em uma das reuniões realizadas para desenvolver o projeto de extensão. Ela chegou pedindo ajuda para reparos na casa de sua vizinha e, ao saber da atividade desenvolvida, começou a contar suas experiências com a violência de gênero em sua vida. Sua releitura deixou-me inquieta e, quando iniciei as entrevistas para minha pesquisa de doutoramento, fiz uma busca para que fizesse parte de meu trabalho de campo. Encontrei-a e ela aceitou ser entrevistada. Novamente rememorou, minuciosamente, dessa vez na sua casa e com a escuta da filha que estava em seu quarto, todavia, quando perguntada, auxiliou a mãe nas respostas às lembranças familiares, acontecimentos violentos sofridos desde criança e na vida adulta, com experiências sórdidas ao longo de seus 41²⁰⁰ anos. Seu nascimento, para sua mãe, foi um erro por complicações no parto. Carregou ao longo da infância, principalmente, essa consequência e, por isso, tornou-se desimportante para a genitora que a fazia sofrer continuamente. Entre as entrevistadas, Tia Ciata traz, na sua história de vida, um ‘guarda-chuva’ que abriga desde violência familiar a violência sexual na pré-adolescência.

Compulsoriamente, a mãe perambulava pelas ruas e a levava junto para pedir esmolas, comprar bebida alcóolica [a mãe era alcoolista] e, nas suas andanças, Ciata presenciava as constantes violências física, moral e sexual a que sua mãe era submetida. E, em meio a numerosas violações de direitos, a exemplo da negligência de seus pais para com seus estudos, a entrevistada foi, com 8 anos, ‘morar’, quer dizer, trabalhar como doméstica sem remuneração, contudo o *continuum* da violência permaneceu. Ela, aos 10 anos, foi estuprada, primeiro pelo marido da senhora que a levou para Salvador e prometeu-lhe estudos e alimentação; posteriormente, na segunda casa como babá, dos 11 aos 16 anos, novamente violentada pelo marido de sua madrinha. Da vida conjugal traz marcas de violência psicológica, racial.

Tia Ciata autodeclara-se negra, católica, solteira, reside com sua filha adulta e 1 filho adolescente. Teve 1 filha que morreu com pneumonia. Foram 8 gestações, destas, 5 abortos. Trabalhadora rural e empregada doméstica. O trabalho rural é sazonal, por isso,

¹⁹⁹ Entrevista realizada em 24/03/17 e teve o total de 15 páginas transcritas.

²⁰⁰ A entrevista foi realizada em 2017.

desempenha trabalho doméstico e recebe R\$ 400,00; do Bolsa Família, R\$ 160,00. Sua casa é própria. A entrevista foi agendada e realizada na sala de visitas de Ciata. A filha, do quarto, era consultada pela mãe em certos momentos do ato de rememorar.

A pobreza insiste na sua vida e, certamente, motivou o pai a não lhe matricular na escola, dizia que estudar era para pessoa rica. Na idade de 6 anos, às 4 da manhã acordava e, com suas irmãs, iam trabalhar na roça para a sobrevivência. Seu corpo foi numerosas vezes violentado por sua mãe, esta repetia que seu nascimento quase a matou e, por isso, a rejeição pela filha. Seu pai mantinha relação extraconjugal, a mãe não aceitava e acirrava a miserabilidade familiar em função da não provisão paterna. Rememora que somente ela recebia castigos maternos. O pai não a maltratava fisicamente.

Entre 8 e 16 anos morou em Salvador e experienciou a violência sexual, psicológica e física, explorada como trabalhadora doméstica precocemente; recebia maus-tratos, como dormir no chão na área de serviço, quando chovia acordava toda molhada. Nesse período, estudou até a 4ª série e deu continuidade quando retornou à sua comunidade rural.

Teve duas experiências conjugais. Na primeira, durante 10 anos, e teve a filha, já a segunda, 11 e nasceu o filho. Não rememora violência física, contudo passou por violência racial por parte da primeira sogra; dos dois ex-companheiros, a violência psicológica manteve-se durante a vida afetiva. O pai da filha mantinha relação extraconjugal e a fazia sofrer, o último companheiro, rompeu o vínculo amoroso por telefone. Embora sua história de vida tenha marcas agressivas das violências, Ciata é uma mulher otimista, confiante e solidária, disposta a ajudar quem a procura.

Figura 19: Estrada rural. Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2018)

3.5. QUESTÕES CHAVES QUE NORTEARAM AS ENTREVISTAS/NARRATIVAS RELACIONADAS AO PROBLEMA

As escolhas sobre o que pesquisar sobre a vida de mulheres, principalmente mulheres cujas memórias são subterrâneas, conduziram-me a selecionar determinadas questões por motivo operacional, contudo a partir do trabalho de campo. Enquanto construções emergidas dos conteúdos adquiridos através de segmentos sociais, por exemplo, mulheres trabalhadoras rurais, para darem corpo à pesquisa empírica, fornecem base para apreender tanto as determinações quanto as especificidades expressadas na realidade do conhecimento empírico (MINAYO, 2000).

A proposta para debruçar-me no trabalho de campo teve as seguintes questões chaves: descortinar a violência de gênero contra mulheres trabalhadoras rurais nas cidades destacadas, escuta cuidadosa de suas narrativas e a escuta²⁰¹ de gestões/manifestações corporais/sentimentais de mulheres, histórias narradas na primeira pessoa e, certamente, identificação a partir das rememórias, da violência simbólica (BOURDIEU, 2014) inerente ao patriarcado, por compreender que sua sutileza contribui para o agravamento das feridas invisíveis, além do quadro de saúde neurológica de mulheres, acometidas por “[...] doença de nervos como fruto de tensão conjugal [...]” (GROSSI, 1994, p. 477), como bem enfatiza Carolina Maria [entrevistada]: *Se botá na separação e porguntá as mulé qual é a doença delas? É a doença, é o sofrimento de marido! Traidor! É de, de acho quê, de cada 100 mulé duas é traída! 2 que não é traída! Os homes apronta, viu?*

Figura 20: Pés de abóbora, Pau Ferro - Muritiba-BA



²⁰¹ Refiro-me às minhas observações assistemáticas desencadeadas pelo comportamento das mulheres no ato de contar suas histórias de vida.



FONTE: Arquivo da autora (2018)

Figura 21: Plantio de mandioca, fumo, batata-doce e limão - Pau Ferro - Muritiba-BA





FONTE: Arquivo da autora (2018)

Figura 22: Trabalhadora rural no processo de adubação, Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2017)

Mas, afinal, quem são estas mulheres – na condição de “vítimas” e “personagens da violência”? São mães, avós, filhas, ‘companheiras’ por serem capazes de aguentar opressões masculinas e continuarem ao lado de seus agressores, tanto no cuidado doméstico quanto desenvolvendo atividades relacionadas ao cultivo da terra para garantia da sobrevivência familiar e, embora usem sua força de trabalho, esta não é remunerada.

As violências contra estas mulheres se materializam de numerosas formas, quer sejam na invisibilidade quanto ao seu direito a não ser oprimida, violentada, quer seja como produtora e reprodutora de bens e serviços na dinâmica sociofamiliar.

4 MOSAICO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO INTERGERACIONAL

[...] Vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. [...]. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d'água. Águas de Mamãe Oxum! **Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície.** Sim, águas de Mamãe Oxum (CONCEIÇÃO EVARISTO, 2016, p. 18-19).

Este capítulo desenha o mosaico da violência manifestada na vida de Tereza de Benguela. Sua escrita aconteceu no momento em que eu era tomada pelo sentimento de perda/luto de uma das mulheres, mãe de mais de cem pessoas, suas mãos possibilitaram a chegada de crianças para comporem suas famílias. A parteira **Tereza de Benguela**²⁰² recebeu esse pseudônimo devido ao seu ofício, faleceu aos 89 anos. Essa mulher muito contribuiu com sua narrativa e, inclusive, é de sua autoria a frase “Sou dona do meu próprio nariz”. Era uma das convidadas para assistir minha defesa, o convite já havia sido feito. Não estará, materialmente, mas me lembrarei de sua humildade, simplicidade e lucidez no ato de evocar sua história de vida. Tereza trouxe consigo o amor maternal de Mamãe Caiala²⁰³, símbolo da fertilidade e de maternidade acolhedora, espécie de mãe/avó da vida, cujo ofício de partejar imprime reconhecimento e respeito na comunidade²⁰⁴.

Por outro lado, tenho mania de **não** acreditar em acaso. Isto posto, refiro-me à busca²⁰⁵ de um *insight*, estalo para escrever este capítulo, que busquei na obra da romancista, poetisa e contista Conceição Evaristo²⁰⁶, escritora negra, referência na literatura, que aborda experiências cotidianas de mulheres negras, fonte empírica e acadêmica à minha escrita. Dentre os livros de sua autoria, deparei-me com *Olhos d'água* (2016) e *Histórias de leves enganos e parecenças* (2016).

²⁰² A autobiografia de Tereza de Benguela [foi parteira] consta no capítulo 2.

²⁰³ *Inquice* correspondente à Iemanjá dos Nagôs. *Inquice* ou *bacuro* ou *calundu* dos negros do Congo correspondente a Iemanjá (SILVA, 1998). Conhecida como Iemanjá, é a dona das águas do mar, mãe de todos os filhos-peixe. Tem seios fartos e simboliza a maternidade acolhedora. [...] (WERNEK, 2010).

²⁰⁴ “Na maioria das vezes, elas adquirem suas aptidões realizando partos por conta própria ou após aprender o ofício com outras parteiras. O aprendizado, portanto, ocorre na prática, num contexto de falta de assistência às mulheres da comunidade em que a parteira atua. Em sua maioria, as parteiras são movidas por um desejo de servir, por um sentimento de solidariedade, pela necessidade de trabalhar...” (NASCIMENTO *et al.*, 2009, p. 322).

²⁰⁵ A leitura do material em destaque aconteceu um dia antes do falecimento da entrevistada.

²⁰⁶ Mineira, mestra em Literatura Brasileira - PUC-Rio, Doutora em Literatura Comparada pela Federal Fluminense; nascida em uma favela da zona sul de Belo Horizonte. Em 1990 inicia sua trajetória literária tendo como foco inspirador para sua escrivência cotidianos de afro-brasileiros e afro-brasileiras, contudo é a condição de étnica e de gênero o sal de suas narrativas.

Na primeira obra a autora narra contos-personagens evocados pelas falas das protagonistas no exercício de rememorar a materialização de seu dia a dia, na tarefa de desfiar experiências inerentes ao *continuum* histórico escravagista brasileiro, a objetificação/coisificação de homens e mulheres, compulsoriamente, nos seus quartos de despejo²⁰⁷, lugares socioespaciais demarcados pelo capital, geralmente, à população afro-brasileira. Em seus conteúdos, vimos autorretratos símiles aos das mulheres que compõem o mosaico sobre violência de gênero aqui pesquisada.

Seu prefácio é desenhado graficamente: “Minha mãe sempre costurou a vida com fios de ferro²⁰⁸”. E, nas primeiras palavras do prefácio, mais um fragmento: “A gente *combinamos* de não morrer”. Recortes frasais, exatamente, de um dos contos que escolhi para o tal *insight*. A narrativa do conto: A gente *combinamos* de não morrer²⁰⁹ esboça a violência cotidiana de bairros populares, adolescentes desassistidos pelo Estado, mães que choram ao lado dos corpos caídos de seus filhos e filhas. Estudos pela metade, atrativos efêmeros, necessidade de consumo do mundo irreal respondem pelo descompromisso com a educação formal e, resumizando, os escritos guardam relação estreita com o imaginário social reservado a jovens afro-brasileiros/as.

4.1 MAS, AFINAL, QUEM É TEREZA DE BENGUELA?

Tereza de Benguela, feminista e dona do mote: Sou dona do meu próprio nariz!, uma das entrevistadas; faleceu durante a escrita desta tese. Não obstante sua morte física, continuará presente. A expressão acima reafirma seu feminismo sem teoria. Ao ver-se dona de si, dá visibilidade à mulher, sujeita política.

Ser mulher negra e trabalhadora rural, para Tereza, é ser “guerreira”, pois, conforme reforça, “porque habilitei tudo na vida e venci, sou guerreira. Que eu disser é pau e nunca mentir”. O trabalho na enxada, que aprendeu com o pai, confere a ela autonomia e independência, conforme explica:

²⁰⁷ Faço aqui referência à escritora negra Carolina Maria de Jesus, na sua analogia socioespacial/territorial, *locus* compulsoriamente reservado a quem traz a marca da escravidão.

²⁰⁸ A mãe, personagem do conto, conhece dois mundos: o da novela, ficção, e mundo real, que sangra, dói, violento, de pobreza simbólica e estrutural, de desamor. Por isso, sua vida é costurada com fios de ferro, fios resistentes, resilientes, fortes para aguentar as intempéries, os sonhos inalcançáveis, por exemplo, a morte prematura do filho com 13 anos; sua filha se envolveu com rapaz, embora o conhecesse, mas não era o companheiro que queria para ela.

²⁰⁹ Faz alusão ao pacto entre jovens na cumplicidade selada pela amizade e proteção mútua.

*[...] trabalhei 13 anos no secador. [...] Mas foi bom, sabe, porque me ensinou a trabalhar de enxada. Sim. **Eu nunca botei um pano na cabeça pra ir para casa dos outros.** Eu trabalhava, tinha minha roça, quando dei pra ganhar na roça dos outros eu sabia o que estava fazendo.*

Tereza não aceita amarras, recusa-se a seguir a trajetória de muitas mulheres que, sem estudos e qualificação, têm como uma das alternativas de sobrevivência pôr “um pano na cabeça pra ir para a casa dos outros”, isto é, o emprego doméstico, mas que se apresenta como uma possibilidade concreta quando decide abandonar o companheiro com os filhos. Nesse sentido, Tereza também traz consigo a marca de Mamãe Bamburucema²¹⁰, a intemperividade, e “quando avexa na cabeça dá vontade da gente sair”. Em meio à sua trajetória de vida, houve um momento em que ela deixou sua prole com parentes e foi ganhar a vida: Um dia me aborreci aqui, larguei ele mesmo [...] **fui para Salvador caçar emprego**²¹¹. Lá me empreguei. [...]. Ana²¹², toma conta dos meninos que vou sair. Fui procurar emprego, achei [...]. Que eu cansei (riso). É quando avexa na cabeça dá vontade da gente sair. [...]. Levei três meses e vim embora, comecei a chorar por causa dos meninos. [...] **Sou dona do meu próprio nariz**”.²¹³

O não acaso da história de vida de Tereza para a contextualização que segue está relacionado com as multifaces da violência de gênero a que foi submetida por mais de oito décadas. O ciclo vital de Tereza, este nome também não foi acaso, permanece carregado por sentimentos de tristezas e dores. Sua narrativa para esta pesquisa era, a princípio, para me contar a respeito da morte de uma das filhas, mais especificamente a ocorrência do feminicídio. Todavia Tereza, embalada pela emoção, e na certeza de ecoar suas feridas invisíveis, narrou por quase três horas violências multigeracionais experienciadas em seu meio familiar.

Assim como **Tereza de Benguela**²¹⁴, a sujeita-objeto deste trabalho tem uma personalidade ativa. Assumiu, praticamente sozinha, a provisão familiar e o cuidado com filhas e filhos, netos e netas. Conciliou espaços de produção e reprodução e driblou as mazelas sociais para sobreviver.

²¹⁰ Mais popularizada Iansã: é a senhora dos ventos e dos raios. Uma força guerreira, perigosa, insubordinada. [...], é aquela que, apropriando-se dos poderes destinados ao rei-Xangô, seu marido, adquiriu o poder de cuspir raios e soltar fogo pela boca. Iansã é também a mãe que abandona os filhos, que serão criados por Iemanjá (WERNEK, 2010).

²¹¹ Vai à luta, ao invés de ficar em casa. Guerreira, destemida.

²¹² Nome fictício para manter o anonimato da pessoa.

²¹³ Não admite amarras, gosta da liberdade.

²¹⁴ O nome **Rainha Tereza** guarda proximidade com a entrevistada, elas foram parteiras e referência para mulheres que almejam se libertar das amarras do sexismo.

Casou com outra e deixou. Aí eu disse a ele: tu vai casar? E ele: não lhe quero mais não, porque tenho outra e vou casar. Eu disse: pode casar, de hoje em diante você um homem, é uma mulher e eu, sou um homem pra você. [...] Vim pra cá viver minha vida criando meus filhos, criei tudo, não aborreci ninguém. [...] eu criei tudo, não dei lugar para o povo falar de mim, todo mundo, não deixei bulir o que é dos outros.

Tereza colore, em seu mosaico, suas lembranças imersas na sua matéria-prima: a memória, reconstruídas no tempo presente. Lembranças que a fazem sorrir ou chorar, contudo são narrativas proeminentes, experienciadas e ressignificam, nas suas relações, sentimentos de ontem e hoje. Sua história de vida ainda não se pode encontrar na literatura oficial, contudo a encontrei na sua oralidade, porque, conforme nos ensina Conceição Evaristo (REVISTA PROSAVERSOEARTE, 2008, s/p.):

[...] O que os livros escondem,
as palavras ditas libertam.
E não há quem ponha
um ponto final na história
Infinitas são as personagens...

Nesses versos, escritos por Conceição Evaristo e extraídos do poema “**Do Velho ao Jovem**”, a poetisa traz uma reflexão acerca da oralidade na contramão das histórias com H maiúsculo, aquelas registradas oficialmente. No entender da escritora, a categoria geracional é ressignificada quando a questão é o saber. E **Tereza**, com 86 anos, na sua cosmovisão evocou suas histórias infinitas que, ao serem transcritas, se transformarão em histórias escritas, todavia ainda conservadas em sua memória latente. Esmiuçar para além dos versos e elencar historiadoras é, analogicamente, entender que a história oral e a história das mulheres, no seu movimento dialético, assemelham-se na sua razão existencial.

A história de vida de **Tereza de Benguela** espelhou-se no costurar a árdua vida com fios de ferro²¹⁵; simbolicamente, combinamos de não morrer, mas esperar a defesa de minha tese, convidei-a e iria, sim, trazê-la para alegrar-se comigo dos escritos de que foi uma das personagens-narradoras. **Tereza de Benguela**, mulher subalternizada, vitimizada, entretanto sujeita política consciente de sua condição²¹⁶ de gênero [neta e filha: maternagem;

²¹⁵ Especialmente, escrevi o artigo intitulado: Minha vida não é folha de papel em branco: recordar e ressignificar História de mulher trabalhadora rural, para reafirmar que sutilezas cotidianas, marcas de sua trajetória com arranjos-rearranjos; organização-desorganização e reorganização conjugais, a solidão da mulher negra, a labuta e maternagem desde criança na roça e no espaço doméstico, o furar o olho da letra por não saber ler e escrever, por fim, ser dona de seu próprio nariz traduz sua liberdade, seu feminismo rural sem mesmo conhecer a literatura beauvoiriana.

²¹⁶ No decorrer deste capítulo transcreverei, categoricamente, falas da entrevistada sobre tais vigas temáticas.

mãe e avó, feminicídio da filha, já que cuidou de 4 netos/as], cuidados domésticos e provisão familiar, [ocupou-se da produção e reprodução social]; parteira: “Quem disse que se entrega a São Miguel, não se levanta a hora que quer! Tenho que levantar a hora que São Miguel quer”! Estava sempre a postos na função de partejar; classe social - ganhar a vida, trabalhar arduamente; cumeeira da casa - não esperar pelos pais de filhos e filhas, trabalhar para manter a família. Sua fala é contundente ao descrever a realidade de mulher rural e disposta a contrariar o imaginário social, lembrou da empatia de pessoas, assim como o cuidado com a sua aparência.

As pessoas, quando eu cheguei em São Paulo, todo mundo até o patrão dela gostou de mim. E disse: ela é sua mãe. Uma coroa decente. Eu disse assim: mas tô acabada já. Ele; que nada, sendo da roça deixe eu vê seu pé aí. Passou a mão no meu pé e disse: a senhora não é da roça não. Por quê? Porque o povo da roça tem espinho e seu pé não tem. Porque a gente areia o pé (risos). A gente escova o pé com caco de telha (risos), quando não tem escova a gente mete o caco de telha no pé. Ele disse: é bem arrumadinha e tal.

Tereza contraria a representação caricatural ainda presente no imaginário social urbano sobre o “povo da roça”, isto é, ela não parece simplória, humilde, mal vestida, com pés grossos e rachados, ao contrário, sua aparência é “decente” e “bem arrumadinha”. De fato, conforme depoimento de Vanete Andrade, no documentário *A coragem de ser* (1998):

A sociedade como um todo discrimina muito os pobres e principalmente as trabalhadoras rurais. Há uma discriminação porque você mora no campo, porque você fala de outra forma, porque você vive de outra forma. Existe um preconceito em cima disso. Então, as trabalhadoras precisam se fortalecer, juntas, coletivamente, para enfrentar essas dificuldades e dar o seu recado e dizer que também são gente, que também são importante, que também têm uma parcela importante de contribuição a dar (VANETE ALMEIDA, em depoimento).

Aqui, rememora a vida de parteira, lugar inquietante e desafiador para a mulher de roça, ela não aprendeu apenas a ser escravizada pelo trabalho mal remunerado da agricultura, mas o ofício de partejar, sem o curso de medicina, seu aprendizado deu-se pela história oral e prática manual aprendida com as mais velhas:

*Era bom, na mesma da hora não era, porque eu ia de noite, debaixo de chuva. Se tivesse chovendo eu tinha que ir, se tivesse com sol eu tinha de ir, quando viesse alguém de carro que me levava tudo bem e quando ia de bicicleta se tivesse chovendo. **Chegava de madrugada, não tinha hora. Não***

tinha hora pra ir, depois de trabalhar no secador eu chegava cansada, tinha de ir.

A vida laboral de Tereza estava para além dos cuidados domésticos, apesar de, geralmente, não contabilizar as atividades desenvolvidas em casa, que não são remuneradas. O “trabalho” é pensado enquanto atividade remunerada que realiza no espaço público e garante o sustento econômico da família, mas sua jornada de trabalho continua com o ofício de parteira. Tereza era chamada, independentemente de horário, para partejar, atividade que exerceu por anos, aprendida com os mais velhos.

Seguindo o rastro da inspiração de Conceição Evaristo, um dos trechos lidos, em que a poeta afirma que “Muitas vezes ouço falas de quem não vejo nem o corpo. [...] De muitas histórias já sei [...]. Sei que a vida está para além do que pode ser visto, dito ou escrito” (2016, p. 15) ²¹⁷, fizeram-me lembrar do dia em que ouvi, por 2 horas (duas), de forma inédita, a história de vida de Tereza de Benguela. Lembro-me que já passava do meio-dia, eu e ela, sentadas num sofá, sala minúscula, aquela pessoa de mais ou menos um metro e 20 cm de altura, rememorava seus 5 anos de idade, o tempo de escola interrompido pelas dificuldades do aprendizado formal; seus companheiros, o dia em que foi abandonada pelo pai da criança que ainda se encontrava na sua barriga, porque ele preferiu a dona do mercado para casar. Lembrou datas de nascimento e idade de filhos/as, seu tempo de parteira, das festas religiosas que participou, sua vinda a Salvador para trabalhar, posteriormente, a saudade da prole que a fez retornar e continuar sua vida laboral na roça; a viagem a São Paulo e sua ida, mesmo sem saber ler, à Rua 25 de Março, como rememorou:

Eu me arrependo hoje de ter furado o ABC (risos). Me arrependi por hoje eu não sei onde estou. Eu sei andar eu indo mais você um dia, em qualquer lugar, pode me deixar que outro dia eu já vou. Acho que eu tenho um dom. Se você me levar hoje, fia, pra Salvador não que é muito embaraçado, eu achei, lá onde eu fiquei, achei muito, mas em São Paulo, eu fui. Minha fia ia trabalhar e dizia não sai daí não: mas eu ia ficar presa dentro de casa? Mas eu sei a hora, eu vou pelo caminho certo, volto e vou lá na feira que ela vende, na 25 de Março. Eu sei, eu vou com o sacolão, desço e vou. Aí quando chegou em casa e não me achou ficou doida, procurando, eu já tinha ido. Eu estava na casa de uma amiga dela. Que ela tinha me levado lá umas duas vezes. Quando ela saía reclamava: não vai sair não, pra você não se perder! Eu digo: não vou me perder não, Iara mora lá em cima, olha a casa dela.

²¹⁷ Refiro-me ao livro “Histórias de leves enganos e parencas” (2016), consultado em 04/06/18 às 07:00, conforme rabisquei na lateral da p. 9.

Não obstante, a motivação para procurar Tereza de Benguela foi conversarmos sobre o fim do ciclo da violência de gênero contra sua filha. Lembrou, com tristeza, as atrocidades cometidas pelo ex-genro contra a filha, acometida pelo feminicídio perpetrado por esse agressor na condição de ‘dono’ da ex-mulher.

Contudo ouvi três histórias de vida, duas, escutei, apenas, as vozes, seus corpos, em outra dimensão mundana. Evocações [**Muitas vezes ouço falas de quem não vejo nem o corpo**] traziam a violência de gênero nas suas múltiplas manifestações, inclusive simbólica. Eram narrativas de sua mãe e de sua filha, contadas por Tereza. [**De muitas histórias já sei**], minha escolha geográfica, certamente, não foi acaso.

A violência contra mulheres é fenômeno social, advém do modelo patriarcal de sociedade que, ao invés das relações pessoais afetivas estarem fundadas nos sentimentos e afeto, estão ancoradas no princípio de que a mulher é propriedade privada do homem, controlada e dominada por ele. Alcança as fronteiras geográficas dos contextos rurais baianos, certamente ainda é pouco propagada nos meios acadêmicos (DARON, 2009) e a materialização de políticas públicas destinadas à proteção e prevenção dos direitos humanos femininos violados, principalmente pelo atraso cultural, comportamentos moldados e baseados na hierarquia patriarcal, faz com que as mudanças sejam morosas. Na perspectiva feminista, a dissimetria de gênero carece de (re) resignificação quanto aos direitos femininos.

Nas palavras de Paulo Freire (2015, p. 48), a libertação de homens **oprimidos** e, no meu entendimento, a adjetivação oprimidos remete ao homem incapaz de romper com ditames sociais que o ‘ensinam’ a ser o macho, o dono da mulher, a cumeeira da casa e, por isso, oprime e submete a mulher a atos brutais visíveis e invisíveis. E, neste sentido, libertar-se dessas amarras significa parir um ‘novo’ ser homem. “A libertação, por isto, é um parto. É um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos [as], que é a libertação de todos [as]”.

Mulheres têm experienciado em seus corpos e almas as consequências da relação patriarcal de gênero intensificada pelo sexismo, violência racial e misoginia. E [**Sei que a vida está para além do que pode ser visto, dito ou escrito**] Tereza de Benguela, filha, mãe, companheira, parteira, avó, amiga, mulher de identidade feminina, singular e plural, seu corpo já não mais está entre nós, contudo o legado de quem foi dona de seu próprio nariz será infinito. Sua morte não representa o fim, mas início de nova etapa, sem visto, dito e escrito, lembranças invisíveis, indizíveis, irredigíveis apenas *continuum* de sua história de vida registrada ao vento.

Acima, as palavras introdutórias deste capítulo têm a responsabilidade de visibilizar quão gratificante foi para mim conhecer **Tereza de Benguela**. Sua narrativa é parte do mosaico, em seus fragmentos, capaz de desenhar lindas histórias femininas, embora episódios advindos da relação assimétrica de gênero deixem sem cor a figura construída por pedaços recortados de momentos, ora alegres, ora carregados de sentimentos de opressão materializados pelas múltiplas formas de violência com ou sem sangue praticadas por homens pela ‘sorte’ da vitimizada nascer mulher.

No percurso da história das mulheres caminharam de mãos dadas o silenciamento e a invisibilidade (ainda perduram²¹⁸) nas escritas, assim como nas suas fontes orais. Certamente, mulheres como Tereza fizeram e fazem histórias singulares e plurais, constituídas e ressignificadas socialmente através do passado reavivado no hoje com expectativas no amanhã (TEDESCHI, 2015). E, na busca por reconstruir e ressignificar memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), a história de vida como método qualitativo de análise oportuniza confluência entre história individual e história coletiva para emergência dessas escritas, neste caso a narrativa de Tereza de Benguela, mulher negra, pobre e trabalhadora rural, que conseguiu, com suas evocações, transpor o vazio e sair do anonimato para a historiografia oficial, porque

As memórias se constroem e se organizam a fim de incursionar o sentido das vivências do passado e, para tanto, é necessário expô-las seletivamente, publicamente e coerentemente para dar conta da trajetória de vida pessoal em sociedade. Por isso, conceber a memória como algo por construir, mais que mostrar uma lembrança, é um giro heurístico importante que beneficia a reflexão e traz à luz uma história silenciada.

A construção de lembranças envolve a utilização de códigos culturais compartilhados.

Apesar de as memórias pessoais serem únicas e irrepetíveis, uma pessoa nunca recorda sozinha, sempre está imersa em uma ordem coletiva que a contém. Dizemos que as pessoas falam – cada vez – como sujeito individual e coletivo, então, quando criam e transmitem suas lembranças, o fazem a partir dessa dupla condição. A lembrança coletiva pressupõe e se expressa somente a partir da recordação individual. Sem a presença de ambos fica impensável a formação da consciência [...] (TEDESCHI, 2015, p. 335).

Suas impressões, identidade, sentimentos, dores, alegrias foram materializados, quer seja pela narrativa oral ou mesmo narrativa corporal (gestos, choros, abraços), as lembranças estão sempre marcadas socialmente. Possibilitarmos à narradora/ao narrador emergir do não lugar de fala, de objeto, alçar voos e protagonizar suas narrativas implica

²¹⁸ Mulheres silenciadas e invisibilizadas por marcadores sociais de diferenciação geralmente têm suas histórias ofuscadas, obscurecidas pela opressão de gênero.

[...] darmos condições aos informantes de nos levar a ver outras dimensões e a pensar de maneira mais criativa a problemática que, através deles, nos propomos a analisar. [...] Histórias de vida e relatos orais fazem convites irrecusáveis para rever interpretações, desenvolver novas hipóteses e encaminhar novas pesquisas [...] (DEBERT, 1986, p. 2; 156).

Por sua vez, Thompson (1993) nos lembra que:

Por meio da história, as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e as mudanças por que passam em suas próprias vidas [...], as pessoas idosas. Muito frequentemente ignoradas, e fragilizadas economicamente, podem adquirir dignidade e sentido de finalidade ao rememorem a própria vida e fornecerem informações valiosas a uma geração mais jovem (p. 21-33).

Ao ressignificarem suas histórias individuais imbricadas com memória coletiva, mulheres velhas, a exemplo de Tereza, trilham no seu pretérito e trazem releituras a partir de suas experiências, contudo atualizadas pelo momento atual. Conforme já mencionado, é comum as narrativas não obedecerem uma sequência temporal, ou seja, há uma despreocupação cronológica no ato de contar sobre fenômenos sociais, como, por exemplo, as violências de gênero. Em alguns momentos privilegiam certos acontecimentos, a periodização temporal, em outros são marcadas por hiatos e silêncios deliberados.

Em especial, as entrevistas gravadas e transcritas, além da observação participante e anotações no caderno de campo, deram-me a permissão de adentrar o “mundo empírico” (FLICK, 2009, p. 164), escolhido como cenário da pesquisa, e que, por sua base didática e dialógica, aproxima quem pesquisa de quem narra suas experiências de vida. “É o momento em que os imponderáveis da cultura anunciam sua existência, dando-lhe carne e sangue ao relato. [...], a entrevista é processo de construção de dados sobre experiências diversas dos sujeitos e expressa pela linguagem, [...]” (ROMANELLI, 1998, p. 128-129). A intimidade com sua memória, seus detalhes, expressões corporais em situações especiais de quem rememora sua história de vida vai ganhando vida na relação com a pesquisadora ou pesquisador. A desimportância social se esvai ao posicionar-se como sujeito-objeto. Por outro lado, Romanelli salienta que:

Mesmo a relativa semelhança nas condições sociais e culturais de ambos não exclui a relação de poder de que está investido o pesquisador que indaga e extrai informações. Se o entrevistador e entrevistado reconhecem o poder do primeiro, este último também dispõe de possibilidade de exercer seu poder, que os dois sabem existir (p. 126).

Então, é preciso ter cuidado, mesmo considerando a entrevista narrativa a técnica mais adequada para aprofundar a temática em destaque nesta pesquisa. Essa modalidade de entrevista responde pelo acervo de informações, a releitura da história de vida de mulheres velhas como Tereza, ‘esquecidas’ e lúcidas ao rememorem, nessa prática social, dores e delícias experienciadas desde a infância até à idade adulta. Possui características peculiares, não estruturadas, de profundidade e, portanto, é um instrumento metodológico capaz de motivar a pessoa entrevistada a rememorar espontaneamente sua história de vida. Exige a participação mínima de quem entrevista (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2008). A abordagem inicial do/a entrevistador/a à pessoa informante se dá através da fala.

É de conhecimento de estudiosas feministas, como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, que as mulheres, no seu processo histórico acentuado pelo racismo e sexismo, foram silenciadas, objetificadas. Mas é importante lembrar que a reescrita de suas histórias perpassa por transformações interpretativas, as quais fogem à lógica trivial. Contudo há um diferencial em

[...] reescrever a história sob uma perspectiva feminina, interpretar de maneiras diferentes, reformular a análise histórica e revisar conceitos e métodos existentes com o objetivo de converter as mulheres em sujeitos da história, reconstruir suas vidas em toda uma diversidade e complexidade (TEDESCHI, 2015, p. 334).

Tedeschi evidencia que aí reside a contribuição da epistemologia feminista, cessar o processo do apagamento da memória feminina, cuja metamorfose tem se acentuado com as análises sobre gênero.

Ao questionar a história pelo viés de gênero, a história das mulheres põe em cena um conjunto de problemas em que se incluem categorias importantes para a historiografia: o tempo, o trabalho, o valor, o sofrimento, a violência, o amor, a sedução, o poder, as representações, as imagens, o real, o político, a criação e o pensamento simbólico. [...]. Quando falamos de história das mulheres, referimo-nos a um processo de consciência de si mesmo. [...] quando abordamos a história na perspectiva de gênero, vamos descobrindo que os valores aceitos pela historiografia estão sempre nas mãos do sujeito que constrói a narrativa e lhe atribui significados (p. 334).

No sentido mais abrangente, a dinâmica ‘seletiva’ da memória entendida como fragmento do pensar, compreensão metodológica de como são lembradas e narradas, em detrimento ao que se diz (SALVATICI, 2005). “A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de atuação. [...]. Traz a história para dentro da comunidade” (*Ibidem*, p. 44).

Desvendar o inarrável, o indizível, o não explícito constituído pelo “[...] conjunto de vivências, emoções e experiências das pessoas que não está nos documentos e que tem um conteúdo e valor inestimável na transmissão, conservação e difusão do conhecimento [...]” (ROJAS, 1999, p. 87), de maneira a transformar em dizível a oralidade imersa nas histórias individuais e coletivas através das memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) que, ao serem compartilhadas, descortinam histórias nunca antes reveladas.

Outrossim, a confluência das reflexões, tanto de Queiroz quanto de Pollak, contribuem para compreensão, quiçá, pioneira, sobre marcas com ou sem sangue das violações cometidas, pela maioria homens, nos corpos e almas de mulheres trabalhadoras rurais em posições periféricas, sobre quem me debruço nesta pesquisa para encontrar pistas capazes de transpor o silenciamento e a ‘cortina de fumaça’ perdurados por muito tempo em seus passados como mulher e suas histórias intimamente relacionadas num “movimento dialético” (SOIHET, 1998, p. 82).

Esse movimento é revestido de falas, gestos criativos e sensíveis ou mesmo imaginações para falar de si e de outrem, ou seja, interpretações individuais, mas, também, experiências sociais que nos são reveladas por meio de suas histórias de vida. Ao mesmo tempo, permite-nos captar o tipo de relacionamento entre os indivíduos, seus pontos de vista e opiniões, os valores que abraça e apreender a sua realidade cotidiana (QUEIROZ, 1988, p. 36).

4.2 BRICOLAGEM: PARA COLAR E PENSAR PEÇA POR PEÇA

Tereza de Benguela²¹⁹, 86 anos, mulher negra aposentada pelo FUNRURAL, moradora na comunidade rural Preciosa, cidade de Alegria²²⁰. Filha mais velha de seus pais, disse-me que sua mãe pariu muitos filhos/as, contudo apenas três sobreviveram. Sua infância foi sortida de violações, a começar pelos estudos, que foram interrompidos por questões passíveis de reparações. Assumiu maternagem ao auxiliar sua mãe e sua avó materna. Trabalhou na roça desde os 8 anos e seu pai a fazia, precocemente, desempenhar atividades laborais. Como castigo, caso não atendesse as suas exigências, ficava com fome até concluir os serviços que lhe foram impostos.

Teve sucessivas uniões afetivas, entretanto sempre assumiu a provisão familiar. Enfrentou situações de violência intergeracional na família (sua mãe, ela e a filha, acometida

²¹⁹ Nome fictício da entrevistada.

²²⁰ Nome fictício.

pelo feminicídio). Sua casa é humilde por não dispor de recursos financeiros para melhorias habitacionais, sua saúde é fragilizada, sendo mais grave sua pouca visão. Mesmo assim, é responsável pela criação e manutenção de 2 netas e 2 netos deixados por sua filha falecida, como ocorre com muitas idosas, conforme aponta Britto da Motta (2011, p. 18): “Em realidade, as idosas são arrimos de família também como cuidadoras de casa e de netos, [...]”.

No início da entrevista, Tereza começou a narrar sobre seu ofício de parteira, em seguida, seu primeiro relacionamento e, depois, o trabalho nas roças alheias. Posteriormente, se identificou e elencou momentos sequenciais, todavia seus discursos nem sempre correspondiam à lógica cronológica, como explica Bourdieu:

[...]. O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que ‘se entrega’ a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis... (2006, p. 184).

Sua narrativa percorre “[...] uma verdadeira viagem de volta a situações distantes da memória [...]” (SILVA, 2010, p. 23); por vezes, as recordações sobre sua vida conjugal eram mescladas por encontros e desencontros, união desfeita e refeita e, no processo de rememorar, a memória “apagava” lembranças do companheiro com que conviveu nos últimos anos. Posteriormente à entrevista, Tereza teceu comentários a respeito desse homem, mas sem ‘mergulhar’ nas lembranças, preferindo preservar as zonas de sombra, silêncios e ‘não-ditos’, optando por enfatizar outras circunstâncias e aspectos (POLLAK, 1989).

A entrevista de Tereza de Benguela foi extensa. Sentindo-se sujeita política pelo ato de contar-se, a entrevistada desobedeceu até mesmo o seu horário de almoço, haja vista a extensão de sua fala para além das 13 horas. E, neste sentido, dar voz a quem tem história de vida eivada pela recorrência de dissimetria de gênero, à qual Tereza experienciou em seus mundos privado e público.

Ouvir as histórias e acompanhar as idas e vindas no tempo cronológico determinado por Tereza certamente demandou cuidado para montar, peça por peça, tal qual um quebra-cabeça, que pouco a pouco foi me revelando a sua história. Sua infância, a partir dos 6 anos de idade, foi marcada por episódios de violação de direitos humanos, quando seu direito a ser alfabetizada foi cerceado, diante de uma lição que não soube dar (o ‘furo no olho do ABC’) e de um bilhete da professora para seu pai castigá-la. Em momentos simultâneos ela recordou o instrumento ‘castigador’, a palmatória, para quando mexesse na panela, mas,

também, o direito de se alimentar negado pela figura paterna como sanção quando não dava conta das tarefas na lavoura no tempo determinado. No entanto afirma releva a postura paterna, já que a ensinou a trabalhar com a enxada.

Só fui um dia pra escola. Nesse dia que foi. E não dei a lição toda, ele chegou em casa bateu numa mão e na outra e agora você vai me pagar na enxada, ia pra roça. [...] Eu me arrependo hoje de ter furado o ABC (risos). Me arrependi por hoje eu não sei onde estou.

Ele mandou eu ir para escola com um bocado de menino, quando cheguei lá eu não dei a lição toda à professora. [...] Acho que era 6 anos [...]. Ela queria que desse a lição toda, mas eu não dei, ela chegou me pegou e me chamou assim: – Tereza. Eu disse: – Senhora. – Venha cá. Eu tinha furado os olhos (risos) (da “letra”²²¹). [...] É a letra. A professora disse assim: – Você vai ficar de castigo quando chegar em casa, botou no papel: ficar de castigo. Eu disse: – Castigo. – Sim, porque você não deu a lição. Eu disse: – Como iria chegar e saber, sem saber o que estava fazendo? Quando dei o ABC pequenininho, aí ele olhou e o ABC estava furado. Ele disse: – Venha cá, e me pegou, deu 6 bolos nessa e aqui. Tinha uma palmatoriazinha que era pra dar na mão. Que era para a gente não bulir com nada, naquele tempo, não pegar nada nem dos outros e nem a panela que tivesse no girau de baixo, do girau que botava as carnes no tacho. Era pra gente não bulir se não apanhava, tinha aquela palmatoriazinha e a gente apanhou, eu apanhei. Ele deu 6 aqui e aqui (mostrou as mãos) [...]. Me deu uma surra. Porque derramei um sustão de saco. Eu vim da venda correndo, com sustão se saco na cuia, não tinha saco antigamente não, foi numa cuia. Vim correndo que não era pra demorar. Quando cheguei no batente da porta eu caí, ela me pegou deu uma surra, mas também não me bateu mais não. [...] Na roça, quando não terminava o trabalho, o castigo era não comer, só comia depois. [...] mas minha mãe fazia isso, olhava onde ele estava e vinha com uma coisinha na mão e botava na mão da gente. Ia pra casa da minha vó, ajudar minha vó, fazer comida para ela. Fazer mingau; só era ela e outra irmã, eu já estava grandinha e dava para fazer mingau e eu fazia. [...] uns 10 ou 12 anos, nessa base.

Ao contrário das lembranças paternas, associadas à dor e à fome, Tereza guarda consigo o amor materno, sua proteção, principalmente quando transgredia a determinação do pai, e, comovida pela forma brutal como ele agia, dava sempre uma “coisinha” escondida para a filha comer. Essa narrativa sucedeu sua fala quando lembrou de seus filhos e filhas. Quiçá, pode estar inter-relacionada com a diferença de criação geracional. Enquanto Tereza foi criada por seus pais, suas filhas e filhos experienciaram o processo de organização-desorganização-reorganização familiar (CARVALHO, 2007), ou seja, oscilações entre ausência e presença de figura paterna.

As releituras evocadas por Tereza, vividas na infância e rememoradas no presente, traduzem a história dentro da outra, como pontua Bosi (2003, p. 23): “Existe, dentro da

²²¹ Grifo da autora.

história cronológica, outra história mais densa de substância memorativa no fluxo do tempo”. Nora (1993) nomeia-a de memória evolutiva por estar viva em seu pleno movimento dialético, bem como na sintonia entre lembrança e esquecimento, ela é alheia à sucessiva descontinuidade de lembranças, além de ser também contemporânea. É esse perfil da memória responsável pelas narrativas da entrevistada em tempo real.

Ao analisar as narrativas evocadas por Tereza verifiquei que elas expressam gritos guardados das experiências iniciadas na infância, quando lhe roubam o direito aos estudos, assim como impuseram a adulez precoce e a sobrecarga no cuidado e manutenção familiar. E mesmo sendo o nosso primeiro contato abriu as portas de sua vida e se pôs a rememorar acontecimentos, neste caso, a memória familiar, ao lembrar da convivência com seus pais, avó e seus irmãos, individual ao contar-se, e memória social quando recordou os partos que realizou nas comunidades quando solicitada para esse ofício. Outra memória social refere-se à sua vinda a Salvador para trabalhar como empregada doméstica. O re-viver e o re-significar dessas lembranças contribuem para que Tereza, assim como outras mulheres pesquisadas, “[...] se percebam como sujeitos da história [...]” (PARENTE, 2007). Como reforçam suas narrativas: infância roubada, trabalho precoce, maternagem e adulez precoces (direitos vilipendiados).

A minha infância trabalhei tanto nas roças dos outros [...]. Eu ia trabalhar com meu pai. Meu pai ia trabalhar de ganho, eu aí com enxada. Com os 8 anos que eu ia arrancar lâmina e capinar na roça dos outros e quando trabalhava na roça dele mesmo que deixava uma tarefinha, dez caminho de margulho, não sabia cavar cova, [...]. O castigo era não comer, só comia depois²²².

No ciclo da maternagem:

[...] quando eu ficasse com o menino se ela saísse, ficava com 2 meninos ou 3 aí. Brincava com menino no meio da casa até ela chegar. Ia carregar água na fonte com pote na cabeça e acendendo o fogo na panela pó feijão cozinhar. Eu ajudava a acender o fogo, mas não destampava a panela, ela botava água e não deixava a gente destampar porque podia virar, era um fogão enfiado os paus, era um pau lá e outro cá e um no meio. Era pra brincar aqui enquanto ela fosse e quando ela chegasse a gente ia fazer o que tava fazendo. Agora ela ia ficar olhando os filhos, fazendo comida quando ela chegar dar eles e a gente comer também. [...] Ia pra casa da minha vó, ajudar minha vó. Fazer comida para ela, fazer mingau, só era ela e outra irmã, eu já estava grandinha e dava para fazer mingau e eu fazia. Acho que uns 10 ou 12 anos, nessa base.

²²² Refere-se ao trabalho na lavoura ordenado pelo pai: caso não terminasse, ficava com fome.

As meninas, geralmente pobres, aprendem desde idade precoce as prendas domésticas e são elas auxiliares de suas mães e/ou avós. Esse processo da maternagem, como ressalta Tavares (2010) em sua pesquisa sobre tramas e enredos eróticos de mulheres pertencentes a classes populares de Aracaju-SE. A autora, na sua reflexão, descortina a colossal miséria no ‘mundo’ dessas mulheres no percurso de suas vidas. Sua análise também revela a questão de gênero, estruturante na divisão sexual do trabalho doméstico. Neste sentido,

A ausência de infância encontra-se marcada por um curto espaço de tempo na escola, por falta de ‘orientação’, ‘cabeça fraca para o estudo’ ou porque, desde meninas, seu ‘objetivo’ era ajudar nas tarefas domésticas. [...] A dinâmica familiar, desde muito cedo, é estruturada em papéis e responsabilidades distintas, que dão contorno à imagem de virilidade, associada à liberdade e autonomia, enquanto a imagem de feminilidade é vinculada à maternagem, ao dever, reprodução do grupo doméstico. Para o menino, há um universo a ser explorado fora de casa, para a menina, o mundo se encerra no espaço privado e qualquer inversão de valores produz uma feminização ou virilização, indicativas de desordem, desvio no processo de construção de suas identidades sociais (TAVARES, 2010, p. 127-128).

Decerto, eventos como doenças peculiares à infância, festas tradicionais foram vividos por Tereza, entretanto a memória é seletiva e dá voz às escolhas no tempo e no espaço, que se traduzem em suas narrativas.

Sobre a permanência na escola, esta se mostra um ambiente hostil e excludente, embora expresse o arrependimento por não ter persistido e por ser analfabeta, e mais uma vez prefira relevar, pois sua memória a salva de apuros, já que consegue ir e vir sem dificuldades aos lugares, do mesmo modo que faz ao mencionar o trabalho precoce, que a ensinou a lidar com a enxada, preferindo destacar momentos prazerosos, as danças, cantigas e o samba:

Eu não fiquei mais não, menina. Botou de castigo e todo dia ia pra roça com enxada. Só fui um dia pra escola. Nesse dia que foi. E não dei a lição toda, ele chegou em casa bateu numa mão e na outra e agora você vai me pagar na enxada, ia pra roça. Ia trabalhar. Eu me arrependo hoje de ter furado o ABC (risos). Me arrependi porque hoje eu não sei onde estou. Eu sei andar, eu indo mais você um dia, em qualquer lugar pode me deixar que outro dia eu já vou. Acho que eu tenho um dom.

[...] se ela saísse, ficava com 2 meninos ou 3; [...] Ia carregar água na fonte com pote na cabeça e acendendo o fogo na panela pó feijão cozinhar. Eu ajudava a acender o fogo, mas não destampava a panela. Mas foi bom, sabe, porque me ensinou a trabalhar de enxada.

Eu fui criada em muitas coisas boas também, tinha presépio naquele tempo, que hoje não tem mais, a gente cantava, hoje não sei nem mais um pé da cantiga do presépio mais. Tudo isso. A única coisa que não fiz, me desculpe

a palavra, foi roubar. Mas tudo isso eu fiz: cantar roda, sambar, dançar, tudo fiz, só não roubar.

Observa-se que o processo de significação e ressignificação vivo na memória de Tereza de Benguela redescobre momentos doces em meio aos momentos difíceis. Os ônus e os bônus por ser mulher, pobre e morar na roça. Outro aspecto relevante na história de vida da entrevistada correlaciona-se com sua trajetória de conjugalidade, caracterizada por sucessivos encontros e desencontros, descontentamentos, frustrações e decepções.

O primeiro namoro estava trabalhando. Tava com 18 anos, já tava namorando. Levei um bocado de tempo. Mas naquele tempo a gente não tinha juízo, larguei ele lá e vim embora pra roça. Isso é uma coisa que foi passado (refere-se ao primeiro namorado). A menina morreu.

Não fui casada, mas fiquei viúva. Eu trabalhava pela roça dos outros e depois eu conheci esse homem, tive esses filhos todos, 6 filhos. Então quando ele morreu, bem, o mundo pra mim terminou. Sobre essas coisas terminou.

Na casa dele e eu na minha. Na minha só foi pai dela aí que ficou mais eu. Ele foi embora. Ele deixou e essa menina, ele arrumou outra namorada e casou, deixou eu pra ter menino. [...].

E nem descontrolar a vida de uma mulher casada [...], isso eu pedi a Deus e venci. Porque via minha mãe sofrer eu pedia a Deus encarecidamente eu via. Eu dizia assim: mas Deus, eu quero que o Senhor me deixe de verdade. Uma coisa que tava falando com ele. Aconteça o que acontecer comigo, mas eu tomar um bolo de pirão de um homem casado pra eu comer e a mulher ficar lá chorando eu disse não, Deus não vai me mostrar isso nunca, não fiz e estou aqui com essa idade.

Durante essa fala da entrevistada observei, atentamente, sua fisionomia, contudo manteve-se distante, melancólica, com o olhar cabisbaixo. O homem com quem se relacionou e ficou grávida rompeu a relação alegando compromisso com outra mulher. Ela encorajou-se naquele momento, mas certamente sofreu, afinal, já havia experienciado, em outras relações conjugais, a permanência efêmera de homens, pais de filhos e filhas. As traições sofridas tanto pela mãe como por ela fazem com que seja enfática ao afirmar que não é capaz de se relacionar com homens comprometidos, não aceita que mulheres sejam submetidas pela opressão/humilhação como ela teve que conviver. Sofrimentos não faltaram em sua vida, a começar por sua mãe, ela e, posteriormente, a filha assassinada.

Dar voz a Tereza de Benguela para narrar a violência na vida de sua filha foi como se esta estivesse presente durante a entrevista, dada a riqueza de detalhes lembrados, contrariando certas representações no imaginário social acerca do envelhecimento, que incapacitam a pessoa idosa do ato de contar. Conforme ela veementemente ressaltou: “O

corpo tá moído, o corpo tá velho, desmanchado, aí o povo diz: “É, fulana já tá véia, não pode conversar [...] deixa eu falar, disse que não sei falar porque eu era velha pra conversar”.

Com efeito, Debert (1986, p. 151), ao mencionar sua pesquisa sobre a velhice, ressalta: “Relatar determinados fatos e situações era, para as mulheres velhas que entrevistamos, [...], uma forma de desarticular certas visões sobre a velhice que elas supunham que nós tínhamos”.

Ao evocar seu lugar de fala a entrevistada agencia-se e garante esse lugar de fala, e não de sujeito-suposto-saber ou infante (GONZALEZ, 1988). Seu discurso se aproxima das epistemologias feministas do ponto de vista (standpoint) ou Perspectivistas que, pautadas nos ideais marxistas, sustentam a ideia singular de conceber o mundo diferente de seus próprios problemas e soluções (HARDING, 2011).

Tereza – embora com sua trajetória de vida marcada por matrizes macroestruturais de opressão, como gênero, raça, classe social, família monoparental, etarismo etc. – fez suas escolhas ao invés de permanecer no *continuum* ciclo de subordinação/submissão e, conseqüentemente, da opressão de gênero perpetrada pelo macho, seguiu, na sua condição de mulher negra solitária (CARNEIRO, 2002). Ao ingressar na religião evangélica foi questionada sobre a possibilidade de reconstituir ‘laços matrimoniais’ e, taxativa, responde: “Aí passei *pra* igreja de crente. Lá o crente me perguntou: Irmã, prefere casar? Eu disse não, já fui casada e já sei o que é marido e não quero mais”.

Ser a dona de seu nariz representa para Tereza tomar decisões sobre seu destino ao retornar para o cuidado da prole, pois deixou o trabalho de doméstica em Salvador devido a ser explorada em sua mão de obra. As intempéries cotidianas não encontravam em Tereza inabilidade para enfrentá-las e driblá-las. Por ser destemida, Tereza estava sempre disposta a vencer, reinventar o ser mulher na sociedade que a oprimia na sua condição social. Persistiu e coloriu sua caminhada encorajada por uma fé ‘invisível’, como narra a seguir:

Sim. Por que, eu nunca botei um pano na cabeça pra ir para casa dos outros. Eu trabalhava, eu tinha minha roça... quando eu dei pra ir ganhar pá roça dos outros quer dizer que eu sabia o que estava fazendo! Trabalhei muito, criei meus filhos todos, 12, o pai trabalhava, era pouco, mas trabalhei e criei todo mundo. E nunca eles foram pedir um punhado de farinha, que tinha minha roça, minha mandioca. Um dia de sexta-feira ou quinta arrancava mandioca, fazia farinha e domingo ia à feira vender, quando fiquei tomando conta do menino. Um dia me aborreci aqui, larguei ele mesmo, fui para Salvador caçar emprego. Lá me empreguei. Bem, trabalhei com D. C., era gringa aborrecida, mas depois que ela não quis pagar o meu dinheiro que achei ruim. Eu trabalhava, fazia tudo certo, ela falou quando botou eu fazer, lavar os pratos e ajudar seu H. que era um trabalhador. Tinha galinha, eu abanava o fogo, ajudava ele a acender, que

era de carvão na época. Eu lavava 60 pratos de manhã. Levei três meses e vim embora, comecei a chorar por causa dos meninos. Com saudades das crianças. Não queria pagar todo, eu disse não, a senhora tem que pagar todo, trabalhei os dias todos.

Na vinda para Salvador trazia na ‘mala’ o desejo de uma vida melhor para sua família, principalmente filhos e filhas. Mas, desapontada com a precarização e exploração de seu trabalho, mal remunerado e com atrasos de pagamento, desiludiu-se, teve seu sonho de melhoria de vida frustrado, que, aliado ao amor materno e saudade dos filhos, a fez retornar para o seu ‘lugar’.

Na casa de Tereza o ciclo da maternagem familiar era aprendido, primeiro ela, que aprendeu com a própria mãe e depois transmitiu para suas filhas: “Eu saía de manhã para trabalhar e quem ficava em casa era a mais velha, quase que tomava conta deles. A velha era Lindaura, mas quem tomava conta era Neném, chamada Maura, a do meio; que sempre dava surra nos meninos”.

A maternagem, porém, não se restringe aos familiares, se estende ao ofício de parteira, conforme explica: “[...] dei à luz, vida pra mais de cem crianças [...]. Tomei curso em Santo Antônio de Jesus, com Dr. Darso [...]”. Essa profissão de parteira, aprendida pela necessidade de auxiliar no nascimento de crianças, fez de Tereza de Benguela a parteira das comunidades vizinhas, principalmente pelo não acesso dessas mulheres às políticas pública de saúde.

O parto e nascimento domiciliar, assistidos por parteiras tradicionais, ainda é muito comum, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, sobretudo nas áreas rurais, ribeirinhas, de floresta, de difícil acesso e em populações tradicionais quilombolas e indígenas. No Brasil, no qual parcela significativa das mulheres ainda não tem assegurado o direito à assistência ao parto, há que se reconhecer o papel das parteiras para a Saúde Pública como alternativa de assistência à saúde das mulheres e ao parto, tendo em vista que o conhecimento dessas mulheres associado ao saber biomédico pode contribuir para a redução da mortalidade materna no país (SANTOS, 2016, s/p).

E, com orgulho na voz e brilho nos olhos (emocionada), rememorava o ofício de parteira, colorindo seu passado e embelezando os tropeços, dificuldades enfrentadas na sua trajetória de vida. Tereza revive esse momento e o faz tal qual denunciam os versos de Mário Quintana (1997): "O passado é uma invenção do presente. Por isso é tão bonito sempre, ainda quando foi uma lástima. A memória tem uma bela caixa de lápis de cor”.

A vida de parteira:

Era bom e na mesma da hora não era, porque eu ia de noite, debaixo de chuva. Se tivesse chovendo eu tinha que ir, se tivesse com sol eu tinha de ir, quando viesse alguém de carro que me levava tudo bem e quando ia de bicicleta se tivesse chovendo. Não tinha hora pra ir, depois de trabalhar no secador eu chegava cansada, tinha de ir. Quem disse que se entrega a São Miguel não se levanta a hora que quer. Tenho que levantar a hora que São Miguel quer.

[Refere-se à primeira vez que foi parteira]. *Era uma mulher, chamava Iaiá e a gente trabalhava junta e ela tava de barriga. Oh Chinha quando eu pari você vai cortar o umbigo. Corto não, corto não. Quando ela deu a dor de noite a filha chegou aqui com um pano na cabeça. Oi, mãe disse que é pra você ir lá. Fazer? O que ela quer? Tá com dor, é pra tu ir lá. Ai botei o pano na cabeça, levantei por debaixo da coberta e fui. Aí desci, chegou lá tu vai buscar a comadre Martila. A gente foi debaixo de chuva. Chegou lá Martila disse que não iria porque tava doente a velha e não vinha. Eu não disse que não vinha, mas agora tu corta. Eu nunca cortei umbigo de ninguém. Já tinha saído a criança? Não, eu não vou não. Agora vai buscar quem? Ela disse não vai chamar ninguém não. Já está perto de nascer, corta o umbigo. Eu disse nascer, fazer o quê? Cortar o umbigo. Que já tá nascendo, pega, pega, aí eu peguei. Peguei a menina. Trouxe a menina, encharquei aqui. Então a senhora já sabia? Não, nunca tinha pegado ninguém.*

Eu tinha uma malinha, a tisoura, o avental. E uma malinha né, que era eu pá eu botava o material dentro do avental, era pá vesti e aqui era pá botá e sentá e botá a criança por cima do avental. Ai fui cortando, cortando, cortando e aprendi direitin. E seu chegasse agora de junto daquela paciente que eu dissesse e pra fazer o teste se encontrasse logo, eu sabia que iria ter logo. Não sei quem é que me ensinava não, mas já sabia que ia nascer. Se eu encontrasse menos disso aqui [apontou com o dedo a medida], eu dizia assim: não vai ter. É esse dois dedos. A mesma coisa que o doutor faz. Chama de toque esse teste aqui. Se eu encontrasse, logo sabia que iria nascer logo, e seu demorasse de encontrar, eu fazia duas vez. [...]. E não tinha esse negócio de dizer que era mentira ou não.

As parteiras são mulheres detentoras de conhecimentos tradicionais, de técnicas e do respeito dado por outras mulheres e suas comunidades.

[...] as parteiras são também mães, muitas delas de diversos filhos e filhas, e exercem outras atividades na vida diária. São donas de casa, cozinheiras, agricultoras, lavadeiras, aposentadas, mulheres de luta, que acumulam saberes e sabedoria, práticas e experiências necessárias à manutenção e continuidade histórica e das tradições de uma comunidade.

De acordo com Santos (2016), geralmente as parteiras são mães de diversos filhos e realizam outras atividades no dia a dia, são donas de casa, cozinheiras, agricultoras, aposentadas e lutadoras como Tereza, mas, principalmente, detêm saberes, técnicas e sabedoria, suas práticas e experiências as qualificam para mantenedoras da continuidade histórica e das tradições da comunidade, dado o reconhecimento e respeito que lhes são destinados por outras mulheres e pela própria comunidade.

Comumente, fazemos recortes nas narrativas para extrair o que faz diferença para nossos estudos, como bem podemos analisar:

[...] sou eu que fiz as perguntas, eu que li as transcrições, eu que seleciono o material para o texto [...]. [As] suas palavras, pensamentos e emoções são filtrados através das seleções que faço, com as minhas próprias posturas políticas, minhas próprias (e cambiantes) convicções e contradições (GIFFIN, 2006, 648 *apud* GORELICK 1996, p. 38).

O exercício de ‘selecionar as falas’ de nossas informantes, filtrar o que interessa para nossas pesquisas a partir de suas releituras quando desempenham papéis sociais mesclados por tons coloridos, como descrito acima por Tereza quando era parteira, distintamente nas dimensões da vida, quer sejam “[...] com futuros passados, futuros perdidos e passados que não passam [...]” (SOUZA, 2013, p. 62), requer atenção redobrada quanto à tonalidade das releituras, que, em outros momentos, esboçam esses passados que não passam e descolorem sua aquarela de lembranças, a exemplo das rupturas de integridade no seu corpo e na sua alma.

Violências de gênero contra mulheres são, decerto, na vida de Tereza, vividas nas sequências cotidianas. Esse fenômeno multifacetado, polissêmico, multicausal (BANDEIRA, 2014) materializou-se na vida de Tereza de Benguela desde sua infância aos dias atuais; experienciou na modalidade multigeracional (sua mãe, ela e depois a filha mais nova), na sua diversidade de formas, mas Tereza vivenciou a expressão máxima dessa manifestação patriarcal/opressora/misógina: feminicídio de sua filha, 39 anos, pelo ex-companheiro, em janeiro de 2017. Restaram-lhe as lembranças e a continuidade na criação dos dois netos adolescentes e duas crianças, estas últimas originadas da relação da falecida com o agressor. Antes, porém, sucessivos episódios de violência, moral e psicológica contra essa filha vinham ocorrendo.

O fenômeno denominado violência de gênero que tem o espaço familiar como *locus* privilegiado para desencadear a assimetria de poder que envolve o cotidiano das relações sociais; fenômeno resultante da organização social de gênero; poder masculino a partir da relação patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2004; BANDEIRA, 2014; LISBOA, 2014) foi triplamente experimentado por Tereza de Benguela na sua trajetória de vida; primeiro com a mãe, “[...] Porque meu pai batia nela, dizia que era doido. Era meio maluco, bebia muita cachaça e ficava maluco”; em seguida consigo e, depois, presenciou a reincidência de atos brutais perpetrados por seu ex-genro, que, embora não estivesse mais convivendo com a sua

filha, desferia-lhe no corpo e na alma marcas do espectro que compõe o ‘guarda-chuva’ das múltiplas faces da violência.

Na sua própria pele experienciou, durante uma de suas gestações, a violência psicológica quando ‘preterida e oprimida’ pelo companheiro, conforme narra:

Ele foi embora. Ele arrumou outra namorada e casou, deixou eu pra ter menino. Casou com outra e deixou. Aí eu disse a ele: tu vai casar, e ele: ‘não lhe quero mais não, porque tenho outra e vou casar’. Casou com outra e deixou. Aí eu disse a ele: - tu vai casar? E ele: - não lhe quero mais não porque tenho outra e vou casar. Eu disse: - pode casar, de hoje em diante você é um homem e uma mulher e eu sou um homem pra você. Aí eu tive a menina, tava com um barrigão, aí deixei que iria casar, não servia pra ele, então, deixei.

Em outra ocasião, já idosa e de saúde fragilizada, Tereza de Benguela foi humilhada e xingada pelo genro, pai das crianças sob sua responsabilidade. Essa violação é uma forma de violência moral e psicológica, segundo a Lei nº 11.340/2006.

Aí ele deu tudo quanto foi nome, puta, cachorra, puta veia, cuviteira. - Sou cuviteira porque te cuvitei aqui dentro de minha casa pra você ficar aqui, por isso você hoje me chama de safada. Ora sua assim, assim. [...] sua safada. Quando ele me chamou de safada, parece que a terra subiu assim e disse vai ficar por debaixo, parece um negócio que disse assim vai ficar por debaixo, não sou safada. A safada é a palavra de quem tá me ouvindo. Eu disse: eu sou safada porque você é um safado, seu cachorro. Sinhá burra veia, sem-vergonha. Eu disse: sem-vergonha é tua mãe. É o quê? Ele disse eu vou te prender agora.

E, na vida de sua filha, as agressões cometidas pelo parceiro foram recorrentes, num crescendo, até a violência mais extrema e fatal, o feminicídio:

[...] tinham o relacionamento, ele ficava lá e ela ficava aqui. Ela morou lá na casa velha, tipo aqui é casa do pai, mas o pai não morava com ele, mora com Nanda. Ela vivia lá. Ela dormia e voltava. Tipo assim, dormia e voltava para casa pra comer. Comia e bebia e ia pra casa pra dormir. A hora que viesse minha filha, às vezes ela fazia comida aqui e dava a ele. Eu não vi mais, jogava pelo meio da cara, porque se demorasse mesmo a marmita, o dia que ele tava endiabrado jogava na estrada mesmo. Essa porqueira aí oh! A senhora via. Ele trouxe uma carne, mandou que era pra temperar amanhã, ele foi não sei onde, quando voltou queria carne. Quando ela disse: - você disse que era pra temperar amanhã. Com licença da palavra: me dê minha desgraça. Ela pegou a carne e deu a ele. Prá do pé de manga, ele açoitou que era pegar nela pra ela cair, mas Deus não quis e a carne pegou na parede. Acho que eram 2 quilos de carnes. Aí lavai, lavai, lavai, esse homem de noite já tinha indo embora e veio a noite. Cadê a cachorra da sua mãe? Qual filho que vai vê xingar a sua que goste? Ele puxou um punhal

desse tamanho pra matar a mim. A valência é que tinha um bando de gente aqui nesse dia. Aí que ela bafou um pedaço de pau e ainda deu uma cacetada nele. Saiu correndo e foi dá uma queixa da gente e casa da galinha no chão. Que a queixuda era eu lá, ele deu queixa assim. Mas quando no outro dia eu não aguentei eu fui a pulso mesmo porque tinha que ir lá em Muritiba, eu fui com uma dor no coração, aquela dor que queria matar, quando o carro andava parece que o coração ir sair pela boca e quando eu voltei de lá pra cá perdi ela, o carro tornou a voltar pra ver se achava ela. (Vizinha aconselhou Tereza) - Olha, acho bom a senhora passar no médico primeiro. - Eu quero chegar logo em Muritiba, tornei descer, o menino veio correndo buscar ela aqui que Zé tava em casa e veio buscar ela aqui. Botou ela no carro, mais eu fui segura pra Muritiba. Eu não sei como cheguei e não morri naquele dia, não sei mesmo, acho que é Deus, né. Não sei como vou aguentar chegar em Muritiba, quando o carro balançava, parece que batia em cima e segurava. Quando cheguei lá, que parou o carro na porta da delegacia, o polícia levantou de lá e me pegou pelo braço e botou sentada. O outro foi lá e pegou água, ele disse: - Oh D. Tereza, a senhora está bem mal, mal mesmo. Ele disse: - respire forte, botou as mãos no meu ombro. Respire forte, ele vai lhe dá força. Depois ele mandou conversar, eu conversei. Ai chegou ele, que era pra mim prender, aí o rapaz dos polícias, não sei como é que chama, chegou lá e disse é fulano você era a, tipo assim a vítima. Era a vítima e ela é o quê? Eu já fui lá e já vi, ele trouxe a polícia pra trás da casa aqui. Pra prender eu e ela. Naquele dia o policial veio e disse, mas é briga de casal. Como ela vivia lá na casa e ela como sabe tudo a filha ia dormi e voltar. A gente mesmo não via, mas diziam que sempre eles brigavam. Teve uma vez que logo antes deu queixa (bateu filha), foi fazer corpo de delito. Bateu, jogou no chão em Santo Amaro. Eu tava dentro da igreja no primeiro dia que ele bateu nela, eu dentro da igreja senti aquela dor no coração, aquela dor mesmo, foi a dor que ela passou. Aí as irmãs perguntou assim: oh irmã é o quê? Veio e me segurou. Aí, espancou ela, quando ela tava grávida dessa menina aí. Bateu, ficou machucada, escondeu a cara com o cabelo pra não deixar os outros vê. Ela escondia. Depois não tinha jeito, os maus vizinhos viam e falavam. Um dia ele deu uma pedrada nela. Ele deu uma pedrada nela, ela plantando fumo, ela caiu no meio da roça, bafou com tudo, colocou na cama e deu banho de água. Mesmo assim, depois que deu queixa, ela voltou de novo. [...] Porque tu foi em Muritiba, agora vai ser ruim pra tu. Por que tu foi e ficou incubado aí. Mas ela tinha ido. Pra retirar a queixa. Ela foi retirar queixa. Quando agora, olha o que ele fez com ela, tá escondido dizendo que não foi.

De acordo com Rosa, Haack e Falcke (2015), há uma tendência na literatura em atribuir a transmissão transgeracional da violência, pois os indivíduos costumam reproduzir os padrões de comportamento, os estilos e as práticas parentais aprendidos na família de origem. Outro fator associado à violência é o uso abusivo de álcool, entre outros. Para as autoras, entretanto, há fatores que podem favorecer o rompimento do ciclo de violência, a exemplo da existência de modelos relacionais que sirvam de referência na rede de apoio social; o exercício da maternagem, que pode proporcionar a experiência de cuidar de outrem, adquirir responsabilidades e trocas afetivas; características individuais como flexibilidade, desejo de mudança e força de vontade, entre outros.

Em outro momento, Sant’Anna e Penso (2017), com base em Falcke, Rosa e Madalena (2012), pontuam que a transmissão multigeracional da violência conjugal está vinculada às questões de gênero, pois estas estabelecem a forma como as dinâmicas das relações se estruturam e como são vivenciadas pelos membros do grupo familiar. Para as autoras, os valores socioculturais influenciam o sistema familiar e os relacionamentos de seus membros através da formação que é dada ao indivíduo e aos aprendizados que lhe são repassados quanto aos papéis atribuídos ao homem e à mulher e seus respectivos significados.

Na narrativa de Tereza de Benguela sobre o feminicídio, a sucessão dos acontecimentos violentos registrados na memória:

Quando agora, olha o que ele fez com ela! Tá escondido dizendo que não foi. Mas em toda terra! [...], eu deitada aí, na cama de Deus, no meu cantinho, umas sete horas da noite, jogou uma pedra em cima dessa casa aí, mas, no tombo que a gente tá deitada, pensa que é em cima da gente. Aí aqui foi Pôo! Aí aqui fiz assim, Ave Maria, levantei, jogou pra matar a gente dentro de casa, mas não caiu porque Deus é bom. Já aqui quietou, fui deitar, mas já eu tava com sono, depois deitei uns 40 minutos, não levou quarenta não, era sete e lasca fogo (noite). Eu só vi aquilo fazer assim: papôo! Aqui na frente, na frente, aí saí de dentro nas carreiras e pra lá porque eles três estavam dentro de casa. Aí perguntei, mas já estava do lado de fora, eu disse assim: vocês viram alguma coisa aí? Um disse não, outro não. Tá fazendo o quê? Ah, conversando mais ti. Eu vortei de novo e cheguei aqui, aí quando vi vem um menino, um rapazinho vem correndo, bafou ela pelo meio assim, segurou. (A neta, eu por trás da porta, no que ela abriu a boca, ele debaixo do pé de manga ela ficou em pé, eu ouvi falar assim: é tua mãe (encenou a fala do rapazinho falando baixinho ao ouvido da neta), no ar da boca dele e na minha, aí eu dei aquele grito, que só Deus sabe, então dessa hora que sentei saí daí umas sete horas da noite de outro dia.

Britto da Motta (2010) considera que a emergência nas pesquisas sobre a pessoa idosa data entre os anos 1980 e 1990, entretanto a categoria longevidade é entendida como “problema social” (p. 223). Analisando o aspecto da vida social dessa população, a crítica da autora recai sobre a timidez nas discussões de fenômeno, tanto na vida cotidiana quanto na implantação de políticas públicas e no meio acadêmico. E, quanto à desimportância social acerca da violência contra a mulher velha, ressalta:

[...] a violência contra as mulheres não se restringe à vitimização daquelas em idade mais jovem, [...], como retrata a maioria dos trabalhos e assumem as instituições sociais. Ao contrário, essa violência continua a ganhar novas formas velhice adentro.

Mais adiante, a autora, baseada em pesquisas, salienta serem pessoas mais jovens responsáveis por atos brutais contra mulheres idosas, no geral, membros da família e, no caso de Tereza, o genro. Outro aspecto contido nas evocações da entrevista diz respeito ao cuidado familiar com a prole da filha falecida. O que acarreta, segundo informações de um dos genros, conflitos geracionais.

Silenciada na sua trajetória, encontrou, no momento da entrevista, campo fértil para evocar livremente narrativas redesenhadas e reatualizadas de etapas vividas ao longo de seu caminho cotidiano, permitindo-me “[...] inserir as vozes que faltavam, a dos desfavorecidos/as, a fim de criar nova ‘história vinda de baixo’” (SALVATICI, 2005, p. 29).

No decurso da entrevista, Tereza declarou: “Sou guerreira mesmo! [...] Bom, porque habilitei tudo na vida e venci; sou guerreira!”. De direito, é guerreira! As sinuosas estradas trilhadas por quase nove décadas a fizeram mulher transgressora de estereótipos e normas sociais que a posicionam na condição de submissão, exploração e opressão de gênero a partir dos marcadores sociais de diferenciação, os quais Tereza experiencia. Tereza transgrediu delimitações do sujeito-suposto-saber ao fazer uso de sua narrativa na primeira pessoa (é seu o saber, não de outrem, ela quem viveu, ela quem sabe contar, é ela a protagonista).

As histórias de vida marcadas por violências na modalidade intergeracional foram rememoradas por Tereza. Feridas em seu corpo e alma, a bem dizer, as violências com ou sem sangue (BANDEIRA, 2013), foram desencadeadas por homens quando investidos de poder que, na visão de Saffioti (2004, p. 51), tem “[...] duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres estão familiarizadas com esta última, mas este não é o caso dos homens, acreditando-se que quando eles perpetram violência, estão sob o efeito de impotência”.

A autora também chama atenção sobre o fato de as mulheres se passarem por coniventes quando agredidas, no entanto é próprio da natureza humana a força física masculina ser transmitida de modo desigual à força física da mulher. No caso das entrevistadas, a ausência de políticas públicas, moradias afastadas dos centros urbanos, dificuldades de locomoção inviabilizam reagirem contra seus agressores. Essas mulheres, no entender de Saffioti (2004), cedem aos atos brutais com ou sem sangue, mas não consentem com a violação de seus corpos e almas.

Tereza, por ter vivenciado sucessivas rupturas de sua integridade física, moral, psicológica e patrimonial na família, não se calou diante dos atos brutais perpetrados contra sua filha. Incentivou-a a ir à delegacia depois de um dos episódios de violência cometida pelo companheiro, mas, por motivos desconhecidos, a queixa foi retirada pela agredida. Posteriormente Tereza passou por situação de violências múltiplas (patrimonial, moral,

psicológica) e denunciou seu agressor (o mesmo que agrediu sua filha), e, embora a Lei 11.340/2006 não tenha sido aplicada, não houve silenciamento por parte da vitimizada, apenas não foi ouvida e, portanto, não teve acesso à Justiça, assim como outras tantas mulheres.

As vozes de Tereza, aqui narradas, reconstroem o sofrimento vivenciado por sua mãe, por ela e sua filha. Tereza rememorou dores femininas causadas pela violência de gênero. Tereza, por ser mulher negra, pobre, trabalhadora rural, sem domínio da leitura e da escrita, conjugalidade marcada por sucessivos relacionamentos, prole numerosa e provedora principal da família, carrega consigo marcas sociais de diferenciação capazes de pintar seu mosaico com matizes ofuscadas e, conseqüentemente, acarretar em seu corpo enfermidades oriundas dos sofrimentos e dores na sua alma.

5 REMEMORAR E RESSIGNIFICAR CATEGORIAS DAS HISTÓRIAS DE VIDA EM CONTEXTOS RURAIS BAIANOS: ANÁLISE TEMÁTICA DO CONTEÚDO

Iniciei o capítulo anterior contemplando versos de Conceição Evaristo, os quais, não por acaso, ressignificam, neste contexto, o que se tem por trás de cada história de vida contada pelas MTR e, no comparativo simbólico, os rios calmos, mas profundos e enganosos, para quem contempla a vida apenas pela superfície, esta espelha a produção das narrativas, corporificadas e relatadas pelas MTR entrevistadas, objeto empírico de minha pesquisa. São mulheres nem sempre visibilizadas socialmente, mas capazes de ‘matar até dois leões por dia’, contudo suas histórias permaneciam desconhecidas, eu as (re) descobri e possibilitei que se autocontassem, fazendo-as se sentirem donas de história de vida, sujeitas e objetos de narrativas sobre suas memórias subterrâneas. Os ‘não-ditos’, encontrei-os representados em ‘falas’ expressadas através de simbologias. Neste sentido, as trajetórias nas histórias “[...] das mulheres trabalhadoras rurais pressupõem uma vida modelada sobre uma rede, cheia de buracos, que são as zonas de silêncio” (SILVA, 2010).

Certamente, o imaginário social as vê, simplesmente, como a filha de fulano de tal, a mulher de sicrano, a mãe de beltrano; a ajudante do marido na roça, a que faz farinha e beiju, a plantadora de tempero verde, aquela que ajuda o padre, a coordenadora da Pastoral da Criança, do encontro de casais com Cristo. Mas a mulher resiliente, que trabalha e não apenas ajuda na roça [capina, plantio, adubação, comida dos bichos, a colheita, vendagem na feira etc. não remunerada], essa permanece invisível. Do mesmo modo, a cuidadora, tanto nos espaços públicos como privado, sem direito a férias, que é oprimida e violentada, permanece escondida.

Como autoras/narradoras de suas (auto)biografias, ‘abriram as portas de suas vidas’ e me deixaram entrever, até mesmo, o indizível, e, como atrizes, encenaram no teatro da vida, pela via da manifestação corporal, sentimentos, o que a fala não conseguia evocar, cenas de atos violentos, expressões fisionômicas para narrarem momentos de opressão/submissão perpetrados por homens ‘cegos’ pelo sexismo.

Seus mosaicos trouxeram cores distintas e, a cada fragmento de suas histórias, enxerguei tons suaves e intensos na fase da infância e da adolescência/juventude, recordaram, mesmo com o trabalho precoce, tempos bons, já na adultez, vislumbrei cores desbotadas, que representaram momentos vividos que, embora nítidos nas lembranças, contudo eram difíceis de aceitar e verbalizar. Parfraseando Elisa Lucinda, percebi que a esperança das entrevistadas é imortal. Reafirmaram, ao se debruçarem no ato de rememorar suas histórias de

vida, o presente, o hoje, outras mulheres evocavam o passado violento, sofrido. Certamente, o começo de suas histórias de vida está posto, imutável, mas o devir, se quiserem, pode ser diferente.

Enquanto pesquisadora, absorvo de suas narrativas uma visão polissêmica dos conteúdos das mensagens, ora encontradas no campo objetivo, tangível, ora no campo simbólico, não aparentes nas evocações, não transmitidas verbalmente, mas por manifestações latentes, como o desejo de contar-se, disposição para serem entrevistadas, a procura espontânea para serem ouvidas, gestos com as mãos, cabisbaixas, olhares, lágrimas, silêncios, aligeiramento nas evocações, risos [espontâneos ou nervosos], dentre outros comportamentos.

Para tanto, não delimito minha atenção apenas aos conteúdos manifestos, evocados durante as narrativas, conquanto aprofundo-me analiticamente e estendi-me para o 'mundo' dos conteúdos latentes: observações sistemáticas e/ou assistemáticas, comportamentos e circunstâncias das entrevistadas, ambiente *in loco*, cujos rabiscos no caderno de campo me permitem uma análise inferencial de seus significados, pois

Cada uma, a seu modo, foi, artesanal e artisticamente, modelando os contornos de suas vidas, definindo as margens, trabalhando o tamanho do que queria dizer, a forma e o colorido - algo em preto e branco, algo bem forte e atraente. Foi bom documentar como essas pessoas podem e sabem falar bonito, dar lições de vida e tirar lições da vida (FERNANDES; GERMANO; GUEDES, 2012, p. 21).

Ao utilizarem lápis para colorir o mosaico de suas histórias de vida as vinte artistas entrevistadas trazem a antítese ao posicionaram suas falas. São singulares quando, peculiarmente, individualizam suas trajetórias cotidianas, e plurais, por fazerem parte do 'mundo' feminino cujos sonhos foram interrompidos, assim como o fardo que carregam das experiências com violência de gênero, embora, em certos casos, manifestada simbolicamente. Sem desconsiderar suas lições de vida, guardo em mim o sabor do trabalho de campo, da matéria-prima, fruto colhido nos encontros entre [eu] pesquisadora e [mulheres] pesquisadas; no primeiro momento, 'estranheza'; não obstante, de lagartas advimos borboletas^{ou} seja, no processo da metamorfose em que estranhas passam a ser parceiras a partir da troca de conhecimentos mútuos (ROMANELLI, 1998).

Destarte, os mosaicos desenhados, como explicado acima, me possibilitam elencar categorias priorísticas, dispostas abaixo, estas previamente estabelecidas quando na elaboração do objetivo geral e roteiro de entrevistas para a pesquisa teórico-empírica. São categorias contidas nas mensagens narradas pelas entrevistadas, esperadas por mim,

pesquisadora. Por um lado, o universo dos conteúdos se traduza em manifestos, explícitos, loquazes, haja vista interpretações dos conteúdos dizíveis e, no outro extremo, tais conteúdos podem ser ‘mudos’, isto é, latentes. Sua materialização se dá por enigmas, símbolos, ‘a boca’ fala, mas gestos, expressões indizíveis são (re) interpretados. Neste sentido, a comunicação através do indizível expressa com fidedignidade outros campos da comunicação [necessariamente, a comunicação não se dá apenas pela fala], capaz de transcender o aparente, imediato e, conseqüentemente, interpretar mensagens ‘não falantes’; a boca não expressa, mas os olhos, o choro, as mãos, elementos dissonantes, são interpretados por quem se dispõe a analisá-los categoricamente.

É preciso, como salienta abaixo Bardin (2016, p. 35), a busca por legitimidade científica e do rigor, ultrapassar hipóteses, incertezas e, com vistas a ampliar a visão, é relevante compreender o aparente e questionável das mensagens transmitidas, oriundas das múltiplas formas de comunicação através da empiria. Neste contexto, a utilização, neste trabalho, da análise de conteúdo temática, como uma das técnicas dentre outras que cabem no guarda-chuva da Análise de Conteúdo, esta, sutilmente, propõe:

A superação da incerteza: o que eu julgo ver na mensagem estará lá efetivamente contido, podendo esta ‘visão’ muito pessoal ser partilhada por outros? Por outras palavras, será a minha leitura válida e generalizável?
E o enriquecimento da leitura: se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que a priori não possuímos a compreensão.

Neste universo, mensagens expressas no discurso das narrativas, logo, representantes de uma linguagem escondida sob o aparente da realidade; afirmações superficiais durante as narrativas que direcionam às inferências. Outro aspecto merecedor de destaque se refere ao percurso para encontrar categorias ‘falantes’ e, para o contexto desta pesquisa, no procedimento de ressignificação do material empírico, utilizo a ferramenta denominada técnica análise de conteúdo temática.

O tópico seguinte se encarrega de organizar e analisar as narrativas das mulheres escolhidas para compor o universo empírico desta pesquisa. Neste momento, inicio a organização analítica de meus ‘achados’ do campo, contudo, de forma distinta e cronológica, elenco os três polos sequencialmente (BARDIN, 2016): primeiro, o exame do material empírico transcrito, esse passo objetiva “[...] tornar operacionais e sistematizar as ideias

iniciais, [...] (Idem, p. 126). Como forma de conhecer as entrevistas narrativas pós-gravadas, realizo a leitura flutuante das 20 (vinte) transcrições.

Nessa tarefa de organizar para análise dos *corpus*, além das leituras sinalizadas, explorei, também, os materiais contidos nas minhas anotações no caderno de campo, como exemplos: expressões corporais [a fala do corpo], locais das entrevistas, as pessoas presentes no momento, assim como as formas como responderam às questões, os ‘não ditos’, silenciamentos, memórias seletivas e seus apagamentos

Ainda na fase pré-exploratória, organização no sentido nato. Defini, inicialmente, quais excertos das narrativas a considerar, em seguida, constituo categorias e destaco o material a ser analisado de modo exaustivo, conforme roteiro da entrevista, por isso considerei relevante e, exaustivamente, reuni os materiais definidos de antemão por mim, no caso as transcrições das entrevistas, ou seja, os *corpus* ‘falantes’; sem a necessidade de regra de amostra representativa; fui persistente na adequação dos materiais pré-analisados para com o meu objeto e objetivo de estudo. Posterior a esta etapa, exploro o universo das entrevistas

5.1 ANALISANDO CATEGORIAS APRIORÍSTICAS

As categorias para análise apriorística foram designadas, previamente, quando da elaboração do roteiro da entrevista, e são categorias esperadas pelas respostas narradas. As análises a seguir emergem do meu olhar de observadora participante, pois, à noite, sempre depois de cada encontro e entrevista, fotografo na minha mente, registro em caderno de campo anotações que faço em rascunhos no ônibus, nas aulas etc., a fim de não perder detalhes que poderiam contribuir com minha pesquisa. A sede de conhecer detalhes da vida dessas entrevistadas dá impulso para viver o trabalho de campo. Foram dias, horas, minutos, telefonemas, visitas para aproveitar os conteúdos vivos do meu estudo. Destarte, sobre a memória da pesquisa, Langnes (1973 p. 78) nos lembra que:

Vale também a pena tomar notas de suas próprias impressões sobre o que está ocorrendo, como as pessoas parecem para você naquele momento, etc... Qualquer detalhe adicional pode ser valioso mais tarde, quando você retomar suas notas e tentar lembrar o que aconteceu no momento e o significado de tudo.
Pode ser de maior utilidade manter um diário ou registro diário no qual você anote seus próprios sentimentos [...].

Os trechos das narrativas, a seguir, seleciono-os no intento da fase inferencial/interpretativa da análise de conteúdo temática. Saliento que os excertos da história

de vida da entrevistada Tereza de Benguela analiso no tópico 4.1 desta pesquisa. Portanto, serão suprimidos das observações em destaque.

5.2 CONTEXTO SOCIOFAMILIAR

A paisagem bucólica que envolve o *lócus* da pesquisa mostra o espaço rural a olho nu, árvores frondosas, plantios de fumo, mandioca, feijão, batata, aipim, milho, amendoim, laranja, limão e outros gêneros para comercialização e/ou agricultura familiar. Estradas de chão batido, sinuosas, suas crateras materializam o descaso governamental para com municípios das comunidades rurais. No entanto a beleza do verde e a dança das folhas produzidas pelo vento agradável são incapazes de denunciar mazelas imersas nas histórias aqui compartilhadas. Para melhor entendimento, o espaço rural é imaginado “[...] uma construção social, desloca-se da imagem bucólica, idílica de um rural como um paraíso idealizado, não se associa à imagem do lugar distante, rústico, sinônimo de atraso [...]” (MACIAZEKI, CONCEIÇÃO & FILGUEIRAS, 2016, p. 116).

O contexto sociofamiliar se refere a momentos vividos no ambiente familiar, no espaço privado que abriga grupos primários, constituídos por relação consanguínea ou por laços afetivos (família, amigos, vizinhos etc.), responsáveis pelo suporte das necessidades básicas e formação socioeducacional da prole na perspectiva do convívio social, geralmente rememorado por cada entrevistada mediante lembranças memoráveis. A seguir, mulheres rurais esboçam multifaces da violência de gênero na modalidade simbólica. Alheias às violações da educação formal, direito de brincar, além de não consciência do ciclo da maternagem.

Adelina Charuteira esteve comigo durante a operacionalização do projeto de extensão. Ela guarda na sua aparência sofrimentos, com olhar cabisbaixo, semblante triste, alheio e fala rápida.

No decorrer da entrevista, seu marido chegou, mas não interferiu na nossa conversa.

Meu pai... eu sinto saudade [...]. Era um bom pai: oh Deus. Até ontem tava falando com Acotirene. O que a gente fosse falar o que a gente já sofreu naquele tempo [...] meu pai já veio sem ter muita coisa, só com o dia de ganho, ele quando via a gente sentia fome, em vez de a gente chorar, quem chorava era ele. Eu falei ontem à noite, eu não chorava de fome e quem chorava era meu pai, porque não tinha nada pra dá a gente, a gente sofreu. Adepois que meu pai posentou, poucos tempos. Eu parei mais de passar fome sabe, [...], quando eu peguei trabaiair na firma.

Mas de sofrimento só foi isso mermo, depois perdi minha irmã, perdi minha mãe, outra coisa que aconteceu eu fiquei muito doente também, perdi a família quase toda, minha mãe, meu outro irmão que caiu na água, outro irmão, aconteceu tanta coisa morte que eu fiquei doente a mais veia é B, que tá aí, bebe e tá de boa e eu aqui. [...] eu fiquei assim, qualquer coisa eu choro, não posso ouvir falar de morte, fulana morreu, oh Deus, lembro logo de minha irmã, mais nova do que eu. (Emocionou-se - chorou quando falou de seu pai). Meu pai chorava de fome, oh Deus! Uma pena de meu pai! É isso, e ele sem condições de ter nada pra dá, meu pai chorava mais do que nós, quando criança, passou muito sofrimento na vida, mas é isso mermo, Deus é bom, né. Agora, mas o que me acabou mais não foi sofrimento, mas depois que perdi minhas irmãs, até minha caçula, tem 2 ano que morreu, novinha, problema de coração, não quero lembrar (Adelina Charuteira).

A violência de gênero, a partir de seus marcadores sociais de diferenças, ser mulher, negra e pobre, manifestou-se na vida de Adelina desde sua infância. A pobreza enfrentada por sua família é, decerto, a materialização da ausência de bens para satisfação de necessidades indispensáveis a vida mais digna. A comoção paterna diante de sua impotência por não conseguir garantir o papel de provedor familiar invadia os sentimentos de Adelina. Mesmo com pouca idade na época, ainda rememora tempos difíceis na convivência doméstica. O luto, embora seja inerente ao ciclo vital, a entrevistada esboçou no choro e na maneira de expressar tais perdas, o vazio é, na maioria das vezes, impreenchível.

Maria Firmina é filha de Adelina, inclusive foi sua a indicação para entrevistá-la, no momento em que ela chegava do trabalho e não hesitou em conversarmos, sentadas no sofá da sala da casa materna. Na sua vida familiar também exercitou a maternagem, não obstante, destaque, para esta reflexão, a situação narrada sobre o ex-marido, negligenciador da pensão alimentícia.

Quando quer ele manda, quando quer né. Não, eu não botei pela justiça não, eu ia depois eu deixei pra lá. [...]. Porque ele manda \$200,00 eu já procurei saber, as menina, cada uma é \$150,00 no caso era \$300,00, mas ele manda \$200,00 quando quer e de vez em quando e eu não liguei não.

Luíza Mahín foi uma das entrevistadas que participou ativamente das atividades do projeto de extensão. No dia em que ela, espontaneamente, relatou em quais condições seu marido faleceu, despertou-me curiosidade de entrevistá-la. “Ele morreu no passadiço da casa da *repariga* dele, da *mulé* [...]”. Ela ainda narrou que: “Nunca fui no *sumitério*, as *menina vai*”. Embruteceu-se diante das violências conjugais e da traição, magoada, recusa-se a lastimar a morte do marido. Da convivência com os pais ela ressaltou a não violência familiar,

representada com gestos que expressavam que “nunca fez assim” [mostrou o jeito como se dá um beliscão para dizer que nunca levou um beliscão dos pais].

O início da entrevista foi ao ar livre, depois continuamos na sala de sua casa. Lembro-me que ela estava arrumada, aguardando minha chegada, e sempre cabisbaixa, sorrindo, com a cabeça inclinada para um lado, mexendo no vestido, ‘debulhou’ suas lembranças tristes. A filha, que também entrevistei, fez parte daquele momento e auxiliou a mãe quando a memória deixava de lado fatos relevantes, a exemplo das agressões físicas perpetradas pelo falecido. Acredito serem as violências sem sangue, evocadas por Luíza, lembranças mais dolorosas, cujas feridas, ainda abertas, a fizeram secundarizar e ‘esquecer’ a violência com sangue, cujas marcas o tempo se incumbiu de apagar. As cicatrizes internas, da alma, no entanto, relutam em sarar.

A vida da entrevistada, no período em que morava com seus pais, transcorria harmoniosamente: “Tudo gente boa, *pá* mim, meu pai, minha mãe, era bom *pá* mim. [...]”. Então, conheceu as flores, contudo, após seu casamento, passou a conhecer os espinhos; sucessivos episódios de violência fizeram parte de seu cotidiano, assim como de sua prole. Na visão dela, a emergência de tais conflitos se deu quando seu cunhado incentivou o irmão a manter ralações extraconjugais, expectativa de comportamento que atestaria sua masculinidade e virilidade, que, dentre outras coisas, se materializa através da conquista de outras mulheres.

PAI ERA "PAI"²²³: Mas, tudo porque o irmão chegou de SP. Que encheu a cabeça dele que, antes, ele, não era assim, não. Mãe, depois... que virou tudo! Porque o irmão era assim cheio de Nê..., de mulé, né? Aí foi encheno.... Ah, rapaz você fica muito caseiro dende de casa²²⁴. Ele pega que as minina estuda, ensina as minina de noite. Anastácia (filha): ele fazia tudo dende de casa - [...], fazia bulacha, fazia pão, lavava roupa, fazia comida - (mãe): tudo, merenda pás fia Anastácia: levava a gente pá escola e buscava; (mãe): era, depois..., virou! Aí o irmão falava: Ah, que nada Carlos²²⁵! Você fica caseiro, mui dende de casa, não sei o quê! Sai tombém! Com isso que ele saiu, virou a cabeça dele, ele ficou assim!

Regras de convivência construídas socialmente contribuem para a assimetria de gênero. A masculinidade e a feminilidade vividas por homens e mulheres contribuem para aligeirar o processo de opressão masculina e submissão feminina imposta pelo patriarcado. A atitude do irmão de Carlos é simbólica na representação da masculinidade. Para ele ficar em

²²³ Narrativa diz respeito à fala da filha sobre o pai, ela participou da entrevista.

²²⁴ Luíza rememorou a fala do cunhado sobre comportamento ‘caseiro’ do irmão.

²²⁵ Nome fictício do marido de Luíza Mahín.

casa não é comportamento de homem, então pergunto: De quem é? Certamente, para ele, é da mulher. Foi ela quem nasceu para esse espaço doméstico, quem é responsável pelo cuidado, sua feminilidade se traduz na reprodução social, enquanto o homem tem que estar fora de casa e ser o macho, ter mulheres, e não apenas uma mulher.

Vidas conjugais permeadas de desamor, histórias repetidas, foi desse jeito que as narrativas de Luíza e da filha Anastácia se cruzaram. Mãe e filha foram entrevistadas e suas narrativas, em momentos distintos, se encontram ao rememorarem o sofrimento conjugal. A filha mora com o marido, filho e a filha, o espaço doméstico é restrito a um vão da casa, o quarto. Neste, ocorrem, frequentemente, conflitos entre o casal, contudo as ofensas extrapolam o *lócus* e chegam até Luíza Mahín, ela é violentada moralmente pelo genro. Durante nossa conversa, ela me disse que sua filha também tinha história para me contar: *Tem muito ela, tombém, ela conversa tombém*. Falou para a filha contar tudo do passado ao presente. Anastácia, então, afirmava que não esconde os acontecimentos de seu cotidiano para sua mãe: *“Eu vou esconder o que de tu, Mainha, Se tudo eu conto!”*.

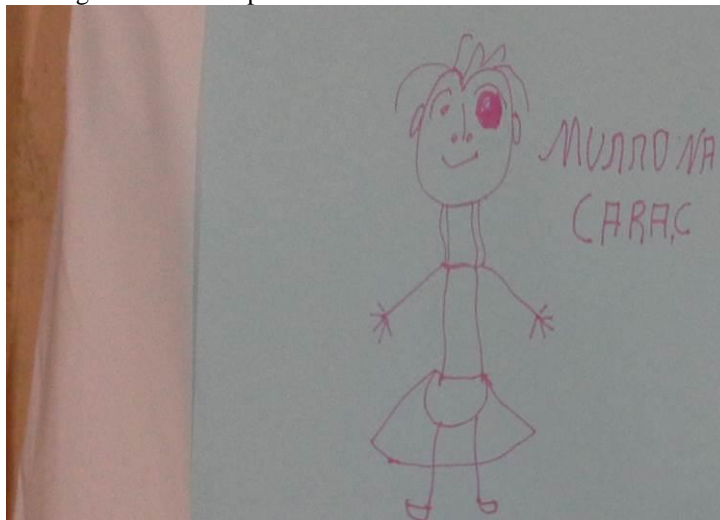
A casa em que moram continua sendo ‘palco’ para a representação da desigualdade de gênero regada pelo patriarcado e sexismo. É comum esse *lócus* ser considerado espaço de acolhimento, proteção, amor, bem-estar para a família, independentemente de sua composição. A desconstrução desse imaginário social é constatada a partir da premissa defendida por Daron (2009, p. 14), segundo a qual

O espaço familiar, visto como aquele em que as pessoas buscam a segurança, o afeto, o carinho, entretanto, tem sido, para muitas mulheres, recanto da violência física e psicológica. À violência doméstica se agrega a sobrecarga de trabalho e de responsabilidades não valorizadas pela sociedade, bem como duras formas de preconceito, discriminação e tabus que cercam o cotidiano da mulher que vive e mora na roça.

Já Mariana conheci em 2013, ela participou do primeiro projeto [de pesquisa] em que foram discutidas as representações sociais da violência contra as MTR, realizado no sindicato rural da cidade de Governador Mangabeira-BA. Lembro-me da história contada por ela quando desenvolvia a técnica do grupo focal. As mulheres resistiram, no primeiro momento, em publicizar suas opiniões, ou seja, o significado da violência em suas vidas e na de outras mulheres com as quais convivem. Ao invés de relatos, solicitei que representassem

em forma de desenhos suas impressões, e Mariana transpôs para o papel, com lápis na cor rosa²²⁶, a figura de uma mulher, pintou um dos olhos dela e ainda escreveu: “Murro na cara”.

Figura 23: Foto representa a violência com marcas visíveis



FONTE: Arquivo da autora (2013)

Posteriormente, contou que a vizinha aparecera com um dos olhos roxo e, ao indagar, ela lhe respondeu que bateu no beliche, mas insistiu e ouviu da agredida que seu marido lhe dera um murro, por isso estava com a marca visível da violência doméstica. E, nessa coragem de narrar sobre a vizinha, Mariana, encorajou-se e explodiu: “Eu também já levei um tapa de meu marido, mas só foi um tapa²²⁷”. Durante as atividades desse projeto Mariana ainda discorreu sobre a categoria racismo, preconceito e discriminação racial²²⁸.

O marido a deixou há anos, mas a entrevistada mantém a esperança de retomar o convívio conjugal e afirma ser casada. O abandono do cônjuge, para ela, é passageiro, embora assuma sozinha as responsabilidades e encargos familiares.

Ela, por questões pessoais, combinou de nos encontrarmos no sindicato rural, numa manhã em que eu retornava de outras entrevistas. Embora em espaço público, Mariana Crioula emocionou-se numerosas vezes, suas lágrimas denunciaram o quanto ainda dói ser viúva de marido vivo, saber que ele constituiu outro vínculo afetivo, a ausência do marido no

²²⁶ Sem apologia ao binarismo, na construção social de gênero, no imaginário social, a cor rosa representa feminino e azul, masculino. Mariana, naquele momento, desenhou a representação da violência do homem contra a mulher. A cor escolhida, proposital ou não, demarca a desigualdade de gênero imposta socialmente. É a sociedade quem determina essas cores e estas, simbolicamente, expressam que a diferença entre sexos é basicamente a assimetria de gênero. As diferenças fazem parte desse mundo patriarcal/machista.

²²⁷ Durante nossa entrevista, no item específico, analisarei, quando, novamente, fala sobre a violência mencionada e a motivação para ser agredida.

²²⁸ Na categoria 4.3.7. Cruzamento de eixos, detalharei sobre a questão iniciada.

falecimento de seus pais, principalmente na morte do filho e da filha, embora afirme desculpá-lo por não se encontrar presente no momento fúnebre.

Mariana Crioula fez questão de detalhar sua convivência com o marido e iniciou, embora esboçasse gestos cautelosos ao contar que é casada, já que seu marido a abandonou e há anos convive com outra mulher. Entretanto, na fala da entrevistada, é considerado, ainda, como seu marido.

Sou casada (fez uma pausa breve e hesitante), e continuou:

Meu marido andava muito trabalhando que, a gente era, como era, classe média pobe né, desna que a gente casou, ele já saía pra trabalhar fora, aí foi trabalhando, trabalhando, sempre ele vinha pra casa, enquanto eu tava com os meninos pequeno ele sempre vinha pra casa. Aí, nesse correr, eu levei dente 10 anos eu tive 7 filhos, 3 menina e 4 menino, [...] 2 morreram, o menino atacou meningite e a menina tinha anemia falciforme. A minha vida é uma história bem longa, se for contar dá um livro, sozinha (risos). Minha vida foi muito dura, sem falar...; aí ele foi e não voltou mais. Até hoje ficou lá, arranjou outra mulé... e hoje eu tô sozinha, mas tô com meus filhos [...]. Aí quando o mais novo tinha 10 anos meu marido saiu e disse: “É, agora vou e não vou voltar tão cedo”. E lá se foi. Agora, depois que o menino cresceu e ficou com 10 anos, o çáculo, ele não mandou mais nada, foi embora, sempre fala que vem, mas não vem.

Essa história, realmente longa, desenrola o passado opaco, sem brilho, como ela mesma enfatiza: “Minha vida foi muito dura”. O pai de sua filharada, de forma premeditada, disse para ela: “É, agora vou e não vou voltar tão cedo” e, com essa decisão, a abandona e segue em frente. Esquece o passado e reinventa sua vida conjugal com outra mulher em São Paulo.

Mariana, com ar de desesperança, encontra âncora em meio às tristezas e recomeça a labuta, assume a provisão familiar e (re) significa a vida de casada-solteira, enquanto seu marido, porque ainda o considera assim, passou anos sem participar ativamente da vida conjugal-familiar, como bem ressalta a entrevistada:

[...] E eu fiquei em casa, com meus filhos, trabalhano, tirava carrera de limão de \$ 2,00, daqui lá longe, pra poder comprar comida. Ganhava \$ 2,00, por dia todo não, eu tinha que tirar 5 ou 6 eitava por dia junto com eles, pá poder dá o dinheiro, pá no dia de sábado comprar a comida. Dois reais só de uma carrera tinha no caso tirar 5 carrera para ganhar \$ 10 por dia... era pra capinar os pés limão! De 30 a 50 pé, a eitada, era capinar.

Sua criação familiar ensinou que a mentira é maléfica à convivência social, por isso tem orgulho em evocar que nunca mentiu para o marido, já ele, não esboçou fidelidade ao

seu casamento e, deliberadamente, avisou-a que, quando a criança caçula completasse 6 anos, ele iria para São Paulo e não retornaria para o convívio familiar.

Eu nunca menti pá meu marido! Ele nunca me pegou na mentira porque eu só falava a verdade. [...] Então é muito importante a educação dos pais. [...] Na minha época, a gente não mentia porque minha mãe dizia é isso, era isso mermo. Meu pai era pobizinho, não saía pá trai ahn, só deve ser isso (risos). Não tinha esse negócio de traição; aí a gente não via essas coisa. Na verdade, era pobre, mas eu sentia muito feliz! Porque era só alegria lá. No dia de domingo, no dia de domingo, a gente comia carne fresca domingo, de domingo em domingo; e arroz, essas coisa. Que era no dia de domingo que tinha que fazer esse almoço, essa comida boa. No meio da semana era quorquer comidinha, vai levano [...].

Seu jeito simples de lembrar o contexto familiar ao tempo em que compara ‘aquele tempo’ com o momento em que vive sua conjugalidade, embora, compulsoriamente, tornou-se provedora principal de sua família. Sua mãe, resiliente, seu pai, trabalhava, era honesto com sua mãe, mas, ainda assim, seus ganhos eram insuficientes e, por isso, as privações no ambiente familiar não faltavam. Não obstante o cenário de pobreza vivido por seu grupo familiar, a entrevistada afirma: “Na verdade, era pobre, mas eu sentia muito feliz! Porque era só alegria lá”. Certamente, para ser feliz, importa o significado do ser família, estarem compartilhando momentos infelizes, como a pobreza, mas, também, felizes, quando, reunida no domingo, comia carne fresca, motivo de alegria. Sabia que as dificuldades no seio familiar não duravam para sempre. Mariana Crioula ‘pintou’ com lápis coloridos o quadro que poderia ser modelo para sua família, constituída com o homem com quem casou, todavia, com relação à fidelidade e responsabilidade com a provisão doméstica, este se mostrava o avesso do sogro.

Mariana, como narrou, pariu 8 vezes em 10 anos, teve aborto espontâneo devido a um susto. Suas gestações tiveram intervalo de 5 meses cada: “Com 5 mês não passava! Já tava grávida de novo. Quando completou 10 anos eu tive o caçula. [...]”. As duas mortes, provocadas por doenças e, quiçá, foram rememoradas pela entrevistada tristemente. É importante destacar, na área da saúde ofertada nas cidades baianas, a ineficácia no atendimento à gestante, pois em determinados casos torna-se mais fácil submeter as mulheres à cirurgia, esterilizando-as, ou seja, as ações têm “o número de filhos como principal meta do planejamento, modelo biológico, desconsideração dos aspectos socioculturais” (SANTOS; FREITAS, 2011, p. 1813), o mesmo ocorrendo com doenças como meningite e anemia falciforme. As ofertas de serviços de saúde são limitadas, o que leva as pessoas a se deslocarem para Salvador/BA em busca de atendimento especializado.

A esperança que não fenece, mesclada com sentimentos nostálgicos, companheiros noturnos de sua solidão, medo, vazio, a desesperança efêmera, ou seja, confia que um dia a reconciliação conjugal se instalará. Reforça essa análise a contribuição de Silva e Menezes (2010, p. 295), ao afirmarem ser “Este medo de serem abandonadas e de terem que assumir a responsabilidade da casa [...] definitivamente é reforçado pela presença das viúvas de maridos vivos, [...] mulheres que se viram obrigadas a assumir o lugar de chefe de famílias dado que seus esposos não mais retornaram”.

Talvez, por isso, passe noites insones pensando nas muitas responsabilidades, na luta diária pela sobrevivência do grupo familiar. Conforme explica: “Tudo bem de dia, o dia todo, mas na hora que eu deito...! Aí começa... é um movimento de noite, aquilo que eu passei durante o dia, eu começo a rever”.

Se não bastasse a viuvez simbólica, o luto de pessoas queridas acirra ainda mais seu ciclo de dores na alma: o infarto que levou a mãe, três anos depois a morte do pai, pouco mais de um ano depois o seu filho e no ano seguinte a filha, sem que pudesse contar com o apoio do marido, sempre ausente. Conforme ressalta:

Quando ele chegou po enterro do menino, já tinha enterrado, da menina ele já tava em São Paulo, não veio, tava com poucos dias que foi, não pode vim. Eu segurei essa barra toda com Jesus na minha mão, sozinha. [...]. Quando minha mãe morreu, quando meu pai morreu, essas pessoa que me ajudava, eu fiquei com 7 filhos, e o marido foragido! Foragido, porque sumiu po lá, não trazia nada. [...] E eu não tinha aposentadoria, não tinha emprego... aí, me disabatei ápo secador, trabaivava lá no secador, lá no fumo. Eu sofri minha fia [...].

Para Tia Ciata, as memórias são melancólicas, principalmente devido à ausência de afeto materno, que marcou sua narrativa, “deixava na casa de qualquer pessoa e, a gente é assim, uma pessoa que nunca teve carinho de mãe, a gente nunca teve”. Enquanto da figura paterna, que perdeu aos 11 anos, guarda outra lembrança: “Meu pai era mais amoroso”. O fato de tanto ela como as irmãs não serem casadas é motivo de desaprovação da mãe: “Seu soubesse que você ia ser tudo pra puta eu tinha pisado na cabeça de vocês (ainda fez assim com o pé) ...”.

O forte sentimento de rejeição gera revolta: “Levei um bocado de tempo sem falar com ela”, mas não diminui a necessidade de aprovação materna, motivo pelo qual, mesmo afirmando para a mãe que “casamento não quer dizer nada”, em seguida confesse: “Tenho um sonho de me casar um dia, mas um dia ainda Deus vai mandar pra mim”. O amor que não recebeu da mãe procura transmitir para os filhos:

Hoje eu sei dar carinho a meus filhos, pelo vê o que os outro fazia com os filhos que eu criei filhos do outro. Sempre via as mães falar: ah, meu filho é isso, dando carinho, dando amor, beijando, então aprendi a fazer isso com os outro dando carinho a meu filho.

Com efeito, o amor materno não é um sentimento inato, não é algo instintivo nem tampouco incondicional, a maternidade/maternagem são construções sócio-históricas-culturais (BADINTER, 1985), como a própria narrativa de Tia Ciata demonstra. Ao observar a forma como outras mães agiam com seus filhos, ela aprende a “ser uma mãe amorosa”. Do mesmo modo, a família tanto pode ser aquela com que mantemos laços de parentesco como, também, aquela construída por vínculos de afeto e solidariedade, conforme descobre Tia Ciata:

Então, minha família, mas são os meus vizinhos, que todo ano a gente faz uma festinha na virada do ano... é meus vizinhos aqui que vêm. [...]. Eu sou muito apegada aos meu filho, apesar que não fui apegada com mãe, mas eu sou muito apegada a meus filho. Sou por meus filho, acho que mato qualquer um pelos meus filhos.

Brandina, mulher proativa, líder da associação de moradores e moradoras na zona rural de Governador Mangabeira. Nessa associação realizei as atividades do projeto de extensão e, assim, começou minha aproximação com Brandina, mulher valente, destemida, aberta para alargar conhecimentos. Tem vontade de aprender a profissão de eletricitista, pois admira ver homens realizando atividades nessa área, inclusive já exerceu o ofício de carpintaria, fez curso pelo SENAR e aprendeu a fazer pizza e sorvete de macaxeira, eu experimentei e aprovei sua culinária.

No dia de minha visita para entrevistá-las ela estava auxiliando o cadastramento, em sua comunidade, do PBF. Na sua casa ofereceu-me beiju com queijo. Dormiu no quarto do filho para que eu me alojasse no seu quarto. Conseguiu transporte para que no dia posterior eu pudesse vir embora.

Quando rememora o ambiente familiar na casa dos pais deixa escapar leveza, contudo a pobreza a fez se submeter ao mundo do trabalho, foi explorada nas cozinhas alheias como trabalhadora doméstica. A vida conjugal, apesar do sofrimento, do mar sem rosas, a prole que gerou, significa ganho em meio ao desprezo do homem com quem constituiu família. Embora sofrendo, pariu duas vezes do mesmo homem porque não queria ser rotulada por engravidar de mais de um homem.

Onde tenho 2 filhos, sempre fui mãe e pai, mãe solteira. Hoje tenho 41 anos, com o pai de meus filhos nunca foi mares de rosas, sempre foi decepção. É o que várias pessoas perguntava e se ele não prestava e por que teve 2 filhos? Se eu tiver um filho de um pai e outro de outro, eu via sempre mãe ter filho de pai separado e sempre a discussão que era. Eu falei não, eu tenho 2 do mesmo pai e logo faço uma laqueadura, e assim isso aconteceu, porque logo eu fiz a laqueadura, eu tinha o quê? 23 anos quando fiz a laqueadura.

Traz consigo a marca, em sua vida amorosa, da solidão da mulher negra. Segundo Pacheco (2008, p. 2), “O discurso sobre a solidão da mulher negra, devido à ausência de parceiros fixos, passou a ser recorrente em vários fóruns do movimento negro e de mulheres negras, e se ampliou para outros espaços sociais, nas reuniões informais e nas redes de amizade.” Brandina, na sua vida afetiva, experienciou, assim como numerosas mulheres afrodescendentes, a solidão e a desvantagem nas relações de conjugalidade, seus sentimentos afetivos são afetados por ser negra e, certamente, não atender ao padrão socialmente aceitável de mulher ‘bonita’.

Mulheres como imagens de controle²²⁹, coisificadas, objetificadas e mesmo simbolizadas como fusca e monza, são desvalorizadas por serem mulheres, isto é, o gênero é o sinalizador. Faço aqui analogia à crítica que a feminista negra Sueli Carneiro (1995; 2002) faz ao texto de Joel Rufino (1994), ao discorrer sobre a preferência masculina pelas mulheres loiras ao invés das mulheres negras. O autor compara a loura ao Monza, carro de luxo à época, enquanto a negra ele compara ao Fusca, um veículo popular, monetariamente inferior ao Monza. Embora as mulheres no quesito raça sejam distintas, contudo são, na simbologia, objetificadas. A categoria gênero, neste contexto, as iguala no imaginário social machista: a mulher objeto masculino. No entanto concordo com Pacheco (2008, p. 4), quando afirma que essa solidão das mulheres negras pode ser interpretada “como um signo de libertação e não de submissão”, como parece ser o caso de Brandina.

A relação paterna de amor, companheirismo, referência de homem e marido um “amigão” e de quem até hoje sente falta, não encontrou na figura do homem com quem morou por 5 anos, uma convivência antagônica, frustrou-se ao assumir compromisso com homem que a oprimiu, principalmente por suas raízes pertencerem à ancestralidade africana.

²²⁹ Interessante a contribuição da Patrícia Hill Collins (2016, p. 103) no tocante à mulher negra, categoria imagens de controle. Minha mãe costumava dizer que a mulher negra é a mula do homem branco e que a mulher branca é o seu cachorro. Agora, ela disse isso para dizer o seguinte: nós fazemos o trabalho pesado e apanhamos, quer façamos um bom trabalho ou não. Mas a mulher branca está mais próxima do patrão, e ele faz um carinho em sua cabeça e a deixa dormir dentro de casa, mas não vai tratar nenhuma das duas como se estivesse lidando com uma pessoa (GWALTNEY, 1980, p. 148).

Quero destacar, para esta análise pai versus marido, que durante toda a entrevista Brandina permaneceu com seu olhar fixo em um determinado ponto, retardou o início da entrevista, realizando atividades domésticas e alguns contatos telefônicos. Quando chegamos à localidade rural em que mora ela me levou para conhecer e me apresentou algumas amizades dela. Caminhamos pelas ruas e contemplamos o verde das plantações.

Na nossa conversa mostrou-se tensa, contudo reafirmo que a entrevista foi consentida por ela e não houve, de minha parte, coerção. Minha impressão foi que rememorar sofrimentos, principalmente da vida conjugal, a tenha deixado em estado melancólico.

Ai nunca dei sorte na verdade no amor, então hoje estou solteira agradecendo ao Senhor Jesus pelos lindos filho maravilhoso que tenho, hoje já tenho uma neta de 4 anos que é a minha felicidade, minha neta graças a Deus. A relação de pai, mãe e irmão é sempre ótima, é sempre um procurando ajudar o outro do jeito que pode, é sempre assim, um procurando ajudar o outro do jeito que pode. E pai tem o que, tem 14 anos que ele fez a viagem, que ele deixou muita saudade, muita saudade mesmo, e mãe é meu tesouro que é um pedaço de mim, que não sei o que seria de mim se não fosse ela. A minha relação com meu pai era ótima, era meu amigão. [...]. Uma perrenhazinha, mas graças a Deus todos se dá super bem, graças a Deus, se dá bem com o outro, é sempre um procurando ajudar o outro do jeito que pode.

Dandara dos Palmares foi uma das mulheres que aceitaram participar desta pesquisa, apesar de não ter frequentado assiduamente o projeto de extensão, como Luíza Mahin, por exemplo, mas me pediu para entrevistá-la. Lembro-me de nosso encontro para essa entrevista. Retornava de algumas entrevistas realizadas na casa de outras mulheres quando Dandara voltava de uma reza, era por volta de 18h:30 horas. Foi uma alegria nosso encontro, e me cobrou a visita. Eu, cheia de entusiasmo, não relutei em ir entrevistá-la. Inclusive ela fez almoço para mim, disse que me aguardou para almoçarmos e, por isso, deu-me ensopado de frango para comer posteriormente.

Casa simples, com extensão de terreno, mora apenas ela e seu companheiro, não têm filhos/as. Dandara ofereceu-me castanhas de caju e seu marido, balas. Aceitei para não fazer desfeita, como se diz nas roças. Minha ida foi com o Sr. Pedro, ^{pessoa} que, juntamente com sua família, me acolheu, além de outras famílias, em sua casa. Ele me levou na garupa de sua bicicleta. Enquanto ele, na área externa da casa, conversava com o marido de Dandara, eu realizava a entrevista com ela na sala. Tivemos, inclusive, interrupções por parte do marido, ele demonstrou curiosidade, queria saber de nossa conversa e se prontificou, também, a ser entrevistado, ela respondeu que era somente para mulher. Ele afirmou que também tinha

história para me contar e ela legitimou sua fala, contou-me que ele sofreu com a ex-mulher, o que não me interessava naquele momento.

Meu pai... minha mãe... minha mãe trabalhava, eu fui criada, mas com minha vó. Minha vó... acompanhei com minha vó com 5 anos com 6, com 4 anos que acompanhei minha vó. Vó, parte de mãe. Aí quando eu vou saí da companhia de minha vó tava com 14 ano. Já saí pá pari! E, trabaiano e lutano... daí pra cá venho lutano, lutano, depois que eu tive a minina fui eu risolvi, fiquei lutano; fui trabaiano, a merma coisa, fiquei trabaiano...; agora, de 10, 11 anos pá cá que eu parei de trabaiaá.

A jovem Zeferina, 21 anos²³⁰, teve na vida dupla referência familiar, dos pais biológicos e da madrinha. A falta de amor paterno, a violência doméstica e familiar e a pobreza compõem o mosaico de sua vida. Na infância, a pobreza extrema da família a fez trabalhar precocemente, passar muita fome e frustra-se diante das carências de itens básicos de higiene, por exemplo, absorvente. O pai era severo, hostil, negligenciava seu papel de provedor, mesmo sua esposa se encontrando enferma e filhos e filhas, em idade escolar que, portanto, deveriam ser poupados de atividades laborais. Zeferina relatou que trabalhou para sobreviver, pois o pai, insensível ao estado de saúde da mulher, constituiu outra família e passou a residir nos fundos da casa onde se encontra sua primeira família. Acredito serem dois os motivos para continuar morando no local: aproveitar o terreno, não ter despesas e controlar filhos e filhas, mas também não romper oficialmente os vínculos conjugais, já que ficou recebendo a pensão por morte da ‘esposa’, mesmo tendo constituído outra família. Conforme Zeferina conta:

[...] A partir do momento que minha mãe ficou doente, uns 15 anos que minha mãe ficou doente, ele abandonou minha mãe, arrumou outra casa e fez outra casa no fundo da casa da gente. [...] Se ele desse comida a gente comia, quando não desse a gente pedia, ele gritava a gente [...]. A gente saía pra pescar no rio, raspava mandioca na roça do zoto e agradeceno quando tinha mandioca. Passei muita fome [...]. O problema de saúde de minha mãe era aquele verme quistosoma, que tinha a barriga grandona, que dava água na barriga, que 8 em 8 dia tinha que tirar aquele líquido, minha mãe era mordida de barbeiro também. Aí morreu com 37 anos ela [...]. A gente são 7 irmãos, 5 meninas e 2 meninos.

O cenário familiar é composto pela saúde debilitada da mãe, pobreza material e de afeto da figura paterna. Sua desresponsabilização como pai é visível nas narrativas da entrevistada. Outro aspecto a ser destacado diz respeito às dificuldades para pessoas

²³⁰ Em 2017, quando da entrevista, era essa a sua idade.

residentes em comunidades rurais acessarem a rede de serviços públicos de saúde e a questão do saneamento básico e política habitacional, embora a doença de Chagas (transmitida pelo inseto barbeiro, que se hospeda, geralmente, em casas de taipa, comuns nas localidades afastadas dos centros urbanos) e a esquistossomose (os ovos são eliminados pelas fezes humanas que contaminam a água doce).

Na sua fala, depois que constituiu família, ela culpa seu pai pelo casamento precoce: “E hoje também a última vez que eu brigo com meu marido eu falei com ele: [pai] isso tudo foi por causa do senhor, que o senhor não *esperou eu* o conhecer o homem *pra* logo me mandar embora, nem esperou a gente conhecer. Eu tinha 19 anos já”. Outro destaque é a mágoa paterna pela evasão escolar, que contrariou seus planos para dar continuidade aos estudos. Suas palavras são reveladoras dessa crítica:

Já tava estudano, meus 14, 15 anos, que mainha morreu ele não deixa mais eu estudar, eu fugia pro colégio, foi tanto que no meio de 5 lá em casa de 7 irmãos só eu que tava estudano e eu sempre queria concluir meus estudos, que queria me casar. Concluir meus estudos certinho, mas meu pai não me ajudou.

Em seu mosaico da vida faltaram-lhe as matizes para colorir o espaço dos estudos e do matrimônio formal. Mas os ressentimentos e mágoas não foram capazes de esconder as cores que simbolizam o amor de Zeferina pela figura paterna:

Todo mundo fala que ele sabia que a gente via ele como pai, mas hoje eu amo meu pai, eu sempre amei, não tenho rancor de meu pai, meu pai não vale nada, não vale dez centavos; [...] eu não sei o que é passar pelo meu pai e virar as costas, eu não sei passar pelo meu pai e não dá bênção, eu não. Na hora que ele passar eu abraço, beijo dô a bênção e pergunto como tá e se precisar de mim hoje eu tô aqui. [...], mas é ruim hoje porque de tudo que ele fez comigo eu não vou dizer que tenho ódio do meu pai, eu amo meu pai [...].

“Minha mãe foi uma guerreira que foi o pai e a mãe da gente”. Reafirma o amor paterno como algo “natural”, pois a colocou no mundo, ao mesmo tempo em que reconhece a importância da mãe, a guerreira, que desempenhou, de fato, os papéis de mãe e pai. E, nas suas lembranças melancólicas, rememorou a última vez que viu sua mãe, sua imagem permanece ainda viva na vida da entrevistada:

Aí sim, debaixo da jaqueira ela passou dentro do carro indo pro médico, ela falou: Se cuide, minhas filhas, e foi, levou mais de mês internada. Pra mim

até agora ela não morreu, pra mim ela tá no hospital, porque já era de costume de passar tantos meses fora.

Seu pai, a “cumeeira da casa”, negou a proteção social enquanto provedor e ignorou o quadro de saúde da esposa, desempenhando apenas seu papel de patriarca, repressor, ‘dono’ das filhas.

[...] Tinha uma que tava namorando, ele morava na outra casa como eu tô te falano, ele vinha de noite olhar pelo buraco da porta pra vê se a menina tava fazendo alguma coisa, pra ir botar a menina pra fora. Mas tudo isso porque pai não deixou a gente conhecer as pessoas, eu não levei 1 ano namorando com meu marido pra vim embora, que era pra vê um motivo, pra a gente que ele não queria dá comida a gente, quem sabe lá o que era.

A entrevistada evidenciou estar disposta a enfrentar as adversidades da vida para não criar suas filhas sozinha. Ser estatística no quesito família monoparental feminina²³¹ está distante de seus planos. Como destaca Franco (2011, p. 87), “[...] mulheres chefes de família, que são as principais provedoras econômicas e, associada a esse ônus, a referência para os cuidados com o domicílio e com os filhos e filhas”. Quiçá Zeferina entenda que assumir sozinha a responsabilidade de provedora está além das despesas domésticas e, certamente, sem casa, a ausência da rede sociofamiliar, falta de políticas públicas destinadas à criança, com creche, escola em tempo integral, sem terra para plantar, as dificuldades ao mundo do trabalho formal associado à criação de duas crianças e sem escolarização, sejam condicionantes para a entrevistada ser resiliente com as mazelas cotidianas, submeter à opressão masculina tanto do pai quanto do marido.

Maria Felipa foi a primeira mulher entrevistada por mim. Ela é irmã de uma das senhoras que me acolheu durante a pesquisa de campo. Nos conhecemos e a empatia foi recíproca. Após 6 meses retornei, e Felipa me contou sua história de vida. As lembranças que guarda da vida familiar são de alegria, apesar de trabalhar na infância e ter interrompido seus estudos, a vida foi vivida plenamente ao lado de seus pais, irmão e irmã. A figura paterna, carinhosa, referência de homem, protetor, atencioso.

Meus pais eram muitos importantes para os filhos, criou nós com muito amor e carinho, nós tudo saímos na companhia dele. Depois de cada um casado, casou todos eles. Minha vida de infância graças a Deus não sofreu aquela coisa assim de revolta dentro de casa com meus pais, com meus irmãos até hoje somos todos unidos... Era uma família muito unida, muito

²³¹ São grupos familiares composto por um dos genitores, pai ou mãe, com a presença de filhos/filhas.

unida, graças a Deus. Ele teve 23 filhos. Só com minha mãe. [...] Os pais da gente não eram de bater em filho. Não era desse pai que espancava não.

A entrevistada não conheceu castigos paternos. Guarda lembranças do jeito como seu pai a chamava para ir trabalhar na roça.

Nós trabalhava na roça, já de manhã ele chegava na porta do quarto, não era aquele pai de abrir a porta do quarto pra invadi pra vê os filhos lá. De cá ele batia na porta: acorda, acorda o sol já vem brilhando aí, vumbora pra roça antes do sol esquentar. Todo mundo obedecia, pegava enxada e ia pra roça, quando era 10h, 10:30h a gente tava dentro de casa, não tomava muito sol.

Ele também era cuidadoso na divisão de atividades laborais, embora todo mundo participasse da capinação, contudo eles com os filhos cavavam, e sua mãe, com as filhas, semeavam. A justificativa da divisão sexual do trabalho era explicada pelo pai como cuidado para evitar que as mulheres despendessem menos esforços na lavoura. É preciso não esquecer, entretanto, que essa divisão é que permite a realização do trabalho no campo, cuja “ajuda” de mulheres e crianças é imprescindível.

Já deixava um lance de mandioca, de fumo ou de feijão capinado, que era muita gente. Todo mundo capinava, era. Tinha sim, a escolha de cavação de cova. A cavação de cova ele botava para os filhos homem e as mulheres iam plantando. Porque se fosse pra cavar cova pra plantar manaíba os filhos homem ia mais ele cavando e nós mulher ia plantando a semente. Agora na capina era todo mundo junto. Todo mundo junto. [...] Porque se fosse todo mundo pra voltar e plantar atrasava a plantação, aí tinha uma quantidade cavando e os plantando. Então, por causa disso, ele separava os filhos homem pra cavar os caminhos de cova junto com ele e minha mãe junto com as filhas fêmea ia plantando. [...] para evitar da filha fêmea se esforçar para não pegar trabalho bruto pesado. Exatamente. E homem, ele dizia: homem nasceu pra dar duro (riso). Aí os filhos homens pegava o serviço mais pesado e as filhas fêmea sempre, mais todo mundo ajudando.

A entrevista deixou aflorar as lembranças familiares resignificarem naquela sua fase de vida. Refiro-me às memórias divergentes; enquanto viveu com sua família momentos inesquecíveis, com seu marido, apesar de registrado na sua história de vida, sente tristeza da vida conjugal. O sexismo, atenuante das violências domésticas e familiares, nas suas manifestações se incumbiu de descolorir seu mosaico do ser família [alegria, união, amor, cuidado, convivência harmoniosa, respeito]; as tintas perderam matizes e seus brilhos para dar vida ao seu mosaico desenhado na trajetórias de vida conjugal e vida pós-casamento, ainda bem que não lhe faltaram motivos para sorrir, como evidencia ao narrar.

Nessa fase aí a vida era normal, hoje eu tenho até saudade daquele tempo, se eu pudesse voltava de novo (riso). Era muito mais gostoso que hoje (riso). Eu convivia dentro de casa com meus pais, meus irmãos, com minha família o tempo era melhor, era mais tranquilo. Tinha muita festa, nós íamos, amanhecia o dia contando roda, não tinha violência, às noites meu pai sentava com gente no varandado, botava esteira no chão na noite de lua cheia contar estória, quando a gente ia dormir era 11 horas da noite, aquele candeeirinho de querosene (riso).

Laudelina Campos ficou órfã de mãe após seu nascimento. Criada por tias e, depois, madrasta, demonstrou, durante a entrevista, a necessidade de alguém para se amparar, no caso da entrevista, aguardou o marido chegar para rememorar episódios de sua vida. Iniciou sua fala, mas com apoio do marido, ele, na maioria das vezes a corrigia ou, então, respondia por ela. Foi perceptível a necessidade da entrevistada ser respaldada por seu marido. Ele sempre disposto para assumir esse papel de responsável por ela.

Ela participou ativamente do projeto de extensão e certa vez me relatou que não sofria desse fenômeno, contudo aprender é sempre bom e contou que, certa vez, uma idosa estava debilitada e antes de morrer pediu à neta fogo, esta colocou um pouco de cinza nas mãos da avó, que, de imediato, disse: É morrendo e aprendendo. A cinza representava o fogo que foi queimado, já que não poderia colocá-lo aceso em suas mãos. Nossa entrevista foi realizada na sala de visitas. Destaco que, diferente da comunidade rural, Tabuleiro do Beija-Flor, onde mora Luíza Mahín, Baixa Grande, *lócus* de moradia da Laudelina, as mulheres, evitaram relatos sobre violência contra a mulher, o que me causou frustração, já que a hospitalidade foi muito boa e, por ser reconhecida recentemente como comunidade Quilombola, almejei deslanchar minha pesquisa por lá. Fiquei sabendo que houve um aborto em decorrência das violências sofridas pela grávida, o médico percebeu, mas o agressor negou a ocorrência. Busquei aprofundar sobre esse episódio, contudo a resistência em falar sobre esse ocorrido foi geral.

De acordo com a ONU Mulheres (2017), o país possui cerca de 2.500 comunidades certificadas, conforme dados da Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura. Os dados estatísticos não contemplam a desagregação necessária para identificar quem é quilombola nos números totais de comunidades rurais brasileiras, o que torna invisíveis milhares de mulheres e homens no processo de formulação e execução de políticas públicas específicas. A falta de acesso a direitos básicos como saúde, educação, transporte público de qualidade, bem como a instabilidade jurídica quanto ao direito ao próprio território, denunciam como o racismo institucional compromete a sobrevivência digna dessa população.

As mulheres se encontram ainda mais vulneráveis, pois os homens migram para as cidades mais próximas em busca de trabalho, enquanto elas permanecem. O sustento do grupo familiar é garantido através do manejo dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que se responsabilizam pela organização social e transmissão dos saberes ancestrais. As quilombolas estão expostas às múltiplas formas de violência, são as principais afetadas pelos conflitos territoriais, pelos empreendimentos desenvolvimentistas e pela negação de direitos, o que afeta sobremaneira o desenvolvimento social e econômico dessas mulheres. Mesmo nesse cenário tão adverso, as comunidades quilombolas resistem, devido ao protagonismo feminino e negro.

Laudelina, insegura, afirmava que João, seu marido, teria mais convicção para dar minhas respostas. Embora respondesse, ressaltava que era ele a pessoa correta para falar com propriedade.

João²³² sabe mais que eu. Então, quando João chegar ela vai dizer a idade dos filhos. [...] João é quem sabe (risos). Ele guarda as coisas mais que eu [partos em casa ou na maternidade] (risos). Que maternidade achei? Nunca. Tudo em casa.

A necessidade de apoio marital foi evidente durante nossa conversa. Embora, acredito, seja imperceptível para a entrevistada no que se refere à narrativa de sua história de vida, seu marido sempre avalizava suas falas. Percebi, durante a entrevista, que ela sempre se reportava a ele, dizendo que ‘ele é quem sabe’, revelando sua dependência e necessidade de ter suas colocações referendadas por ele ou mesmo deixar seu marido falar por ela.

Não chegou a 8 dias. Não sei se foi dias, foi o negócio desse assim. Minha tia me criou, começou a me criar. Depois, passado muito anos, meu pai casou com outra, já estava com 10 anos. João: 10 anos não você estava com 9 anos. Mas de 9 chegando aos 10 (risos). Aí ela me adotou. Acho que sim, morreu de parto, aí ela me criou e me casou. Tinha muita amizade comigo, não tinha filho e tinha muita amizade comigo.

O comportamento da entrevistada me faz recorrer aos escritos de Gonzalez (1988), quando, na discussão acerca das categorias feminismo e racismo, a autora utiliza a categoria infante, oriunda da teoria lacanianiana. E, das vezes em que a entrevistada se referia ao marido para ratificar suas narrativas, assemelha-se à pessoa que não é dona de seu próprio discurso, é o outro que fala por ela. Imagina-se a criança sendo representada por pessoas adultas.

²³² Para manter sigilo do nome do marido da entrevistada substituí por João.

A entrevista de Maria Aranha rememorou o lado ‘bom’, mas, também, o lado hostil, ‘brabo’ de seu pai. Os castigos foram exagerados, conforme relatou nos episódios de sua infância. “Tinha lado bom, tinha dia que ele brincava com a gente, não batia, às vezes carregava a gente, *mais* tinha dia *mermo* que ninguém entendia aquilo ali. Sua mãe estava na sala, local de nossa entrevista. Ela, acometida por AVC e, por isso, com dificuldade na fala, relatou que pediu para sair do trabalho por não concordar com a educação agressiva de seu marido com as crianças: *Eu pedi pra sair uma vez*. Sua evocação evidencia ser contrária às violências familiares a que sua prole era submetida pelo pai. Entretanto é bom lembrar que na hierarquia de gênero que rege as relações familiares cabe ao homem assumir um papel de “cumeeira da casa”, sendo severo e rígido no tocante à transmissão dos valores morais às crianças, inclusive a obrigatoriedade dos mais jovens respeitarem as determinações dos mais velhos (SARTI, 2007).

A entrevistada assume sozinha as responsabilidades familiares. Faz parte do PBF e recebe, esporadicamente, pensão alimentícia, embora os homens com quem manteve relacionamentos amorosos negligenciem a paternidade, o que sobrecarrega a entrevistada na criação de sua prole. A exemplo de quando narra sobre o envolvimento de um dos filhos com substâncias psicoativas e lhe coube assumir os problemas e solucioná-los perante a família e a sociedade.

Recebo \$ 334 de bolsa família e o pai de meu menino mais velho coloquei ele na Justiça pra dar a pensão dos meninos, é \$ 320, mas ele nunca dá \$ 320, às vezes dá \$ 200, às vezes dá \$ 180, às vezes dá \$ 170. [...] Quando os menino cai doente se precisar de algum remédio eu ligo, mando a receita, ele manda. Mas o dinheiro certo dos menino ele não manda. O outro eu botei na Justiça, tem um tempão, uns 2 anos sem dá um centavo pra menina.

Responsabilizar-se pelo cuidado e manutenção familiar resulta em sobrecarga de trabalho à mulher e inserção em espaços laborais precários. No caso de mulheres trabalhadoras rurais, quando não contratadas para atividades temporárias em empresa fumageira, trabalham nas roças alheias e recebem diária de R\$ 50,00. Ocupam, quase sempre, trabalhos informais, parca remuneração, e é comum a baixa escolarização da chefia familiar feminina. A autora Novellino (2004, p. 3), quando faz referência à participação da mulher no mercado de trabalho, destaca os seguintes aspectos:

[...] (a) há uma prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b) discriminação salarial; (c) concentração em ocupações que exigem menor qualificação e para as quais

os salários são baixos; e (d) participação nos mais baixos níveis da economia informal.

Ocupar o papel de mulher pobre e responsável pela provisão familiar é dar conta do espaço privado e público e sobreviver com dificuldades, submeter-se à vida de labor e aceitar receber, por sua mão de obra, valores precários, pois seus requisitos como trabalhadora são mínimos e suas condições de sobrevivência são miseráveis e a impedem de reivindicar direitos trabalhistas. Neste entendimento, Franco (2011, p. 30) ressalta:

Mudanças de papéis familiares e mulheres sendo as principais provedoras de domicílios são um fenômeno social em expansão que pode ser atribuído a estas transformações, na medida em que a luta por assegurar a manutenção material se mostra mais intensa nas famílias de classes populares. Essas famílias possuem condições de sobrevivência precárias, ainda mais quando se trata de domicílios pobres chefiados por mulheres, nos quais a situação é mais grave, uma vez que essa mulher, geralmente, ocupa espaços laborais informais e acaba recebendo remunerações que não lhes garantem satisfação das necessidades básicas, a saber, moradia e alimentação dignas.

Além disso, cabe enfatizar que a implementação da política de transferência de renda, embora importante para a subsistência do grupo familiar, não é suficiente para a superação da pobreza, sua execução deve ser associada a outras ações e programas baseados na perspectiva do desenvolvimento territorial rural (SILVA *et al.*, 2017).

[...] Aí minha madrinha fez a cirurgia, aí ela me chamou pra me pagar \$ 200 pra eu tomar conta dela, aí meu menino estudava de manhã, arrumava eles, arrumava o menino e menina pra botar no ponto de ônibus, ele pegava o transporte ali e ia pra escola. Aí 12 horas eu vinha pra casa, aí o almoço tava pronto, eu dava almoço pra ele e levava a menina mais eu, e ele ficava, só que o menino quando junta assim com zoto menino é danado.

A labuta de ter que dar conta dos espaços públicos, para sobrevivência, e privado, o cuidado e reprodução do grupo familiar, a entrevistada ocupa o papel, geralmente de mulheres pobres, qual seja, única responsável pelo ‘mundo familiar’. Ela procurou alertar o filho sobre perigos, lugares e companhias indesejáveis, contudo seu filho adolescente preferiu desconsiderar seus conselhos e seguir sua ‘cabeça’, o que o levou a experimentar o uso de substância psicoativa.

Aí tem um rio aí pra baixo, que ele gostava de tomar banho nesse rio, só que eu reclamava, eu não quero você nesse rio, pode morrer afogado, e aí? Ele, um afilhado meu, tudo de menor, mas outro também de menor, duas de maior, levaram pro rio, chegaram lá e acenderam um cigarro de maconha,

aí fumaram esse cigarro, fiquei com tanta raiva que eu peguei ele pra bater e bati com o guarda-chuva, que o forro do guarda-chuva soltou todo e só ficou as perninha do guarda-chuva assim na minha mão. Mas ele não sai do lugar, ele tava tão coisa que eu batia nele ele dizia assim: Quer me matar, me mata [...].

A adolescência é a faixa etária em que há maior vulnerabilidade quanto à experimentação e uso abusivo de drogas, devido a vários fatores, dentre eles o fato de essa fase da vida vir acompanhada da sensação de onipotência, a necessidade de desafiar a estrutura familiar e social, a busca de novas experiências, mas, também, é uma fase em que se dá grande importância aos grupos de pertencimento e o adolescente fica mais vulnerável à influência dos outros no que se refere à aquisição de comportamentos de risco. Os valores e as atitudes tomadas pelos pais servem de parâmetro para a conduta dos filhos, oferecendo proteção ou risco para esses jovens, inclusive quanto ao consumo de álcool e/ou drogas ilícitas (ELICKER *et al.*, 2015), ainda que nem sempre sejam consideradas por eles, como é típico da fase de adolescência, quando se sentem intrépidos e invencíveis

A entrevista de Na Agontimé foi uma das mais longas, embora, durante nossa conversa, tenha recebido telefonemas. Foram 20 páginas de transcrições. Ela é liderança no município, assumiu vereança e continua apostando em retornar à câmara municipal, pois seus trabalhos sociais permanecem. Enquanto conversava comigo, em um dos telefonemas, estava resolvendo a viagem para buscar alguém de alta hospitalar em outra cidade. Na ocasião relatou que viaja com frequência, sempre participa de atividades relativas à ruralidade e à Igreja Católica.

A entrevistada evidenciou nas suas narrativas a origem como mulher negra e pobre, mas disposta a contrariar o imaginário social e ser mulher, sujeita política, por isso, está em busca de espaços sociais e aprendizados para conquistas feministas.

Sou filha de agricultores, tenho 7 irmãos comigo, meus pais nunca executou nenhum cargo público, sempre viveu e educou a gente através da agricultura familiar. É, eu venho assim de uma família humilde, família negra, passamos por muitos desafios e muitas dificuldades na vida, mas desna de pequena eu sempre vinha com aquela, aquele desejo, aquela vontade de fazer uma luta diferente [...] eles me apoiam, me compreende. Às vezes eu nem tenho um pouco de tempo pra família e às vezes eles reclama com referência a isso, mas eu tenho 3 datas na minha família que eu não largo nada e nem viajo, ninguém.

O grupo familiar tem relevância na sua vida, embora agitada, procura conciliar as inúmeras atividades e reservar momentos para estar em companhia dos pais. A família

representa o grupo social importante na sua formação como pessoa humana; é alicerce na construção de seu protagonismo social. Essa vontade de fazer uma luta diferente é perceptível na vida de Na Agontimé, seu cargo legislativo, as reivindicações como sindicalista rural materializam seu sonho.

Que é o tempo que a gente se reuni mesmo é 1º do ano, 6ª feira da Paixão e 25 Natal. Essas 3 datas eu não tenho compromisso com ninguém. O compromisso, como estava dizendo, com a minha família nessas 3 datas é essencial, é família mesmo. Mas minha família, graças a Deus, somos unidas, temos união, temos nossa dificuldade, nossos desafios, mas, graças a Deus, todos se dão uns com outros.

Já Tia Simoa, na sua fala ligeira, demonstrou pouco interesse em responder às perguntas, embora não tenha sido obrigada a participar da entrevista. Ela, assim como outras, participou do projeto e relatou o sofrimento que uma das filhas passava devido à relação extraconjugal de seu companheiro. É frustrada por não ter sua CTPS assinada, como as irmãs. Narrou ser a maternidade um dos problemas para não conseguir trabalho formal.

É comum as crianças pobres trabalharem precocemente nas roças, e não foi diferente com Tia Simoa. Suas narrativas são marcadas pela vida laboral antes e pós-casamento. A maioria de seus partos foi feita em casa, pariu 12 [filhos e filhas].

[...] com meu pai e minha mãe numa roda de fumo, meu pai cortano fumo do patrão dele e a gente carregano, raspano mandioca, eu lavano saco de boi dele, ele matava boi do patrão do meu pai, trabalhei nisso. [...] Olha, eu fui criada na roça, aqui com muito orgulho, graças a Deus, passei difíci aquele tempo, quando casei, logo tive um bocado de filho, aí trabalhava, eu queria ter filho, tive 12 filho, meu marido sozinho trabalhava. [Partos] Tudo em casa, a maioria, só tive 3 na maternidade. [...]. O resto tudo em casa com a parteira. [...] Quando eu casei vim pra aqui, todo ano um filho, todo ano um filho, aí foi difícil, sabe, eu nunca trabalhei, só o marido pra trabalhar pra isso tudo, é brincadeira. Eu nunca trabalhei, nunca pude ter carteira, por isso hoje em dia me aposentei logo ligeiro porque eu posentei com 55 ano. É isso mermo, aí eu posentei logo com 55 ano, eu nunca contei carteira, tenho carteira, mas nunca pude contar.

Apesar da pobreza que se instala em sua família, a vida na roça lhe traz alegria. Seu marido não se aposentou na idade devida, como é comum nos contextos rurais, o aumento ou diminuição das idades por questões de trabalho, a ausência de assinatura da carteira de trabalho, essa situação o prejudicou, pois, em sua documentação pessoal, há divergência de idades.

Agora não é posentado [marido], não se posentou ainda, por causa da idade, e ele é mais velho que eu. Agora em fevereiro, dia 15, ele fez 63. Mas idade já tava pra posentar ele, entendeu. Teve problema no documento, porque na realidade já tava pra posentar ele, tá entendendo? Tem menos de idade, é isso, porque se juntasse carteira de trabalho com coincidência também onde ele trabalhava deixava [...].

A vida de casada confiou a Simoa a responsabilidade de dividir com o marido, enquanto ele saía mundo afora para trabalhar, o peso da cumeeira. Encontrou solidariedade familiar quando sua casa caiu, morou com o irmão. Conforme lembra Tavares (2010, p. 123), as famílias pobres se caracterizam por um modelo de organização que se sustenta na formação de redes de solidariedade, não necessariamente atreladas à ideia de parentesco, o que, embora dilua o processo de individualização, garante a sobrevivência do grupo doméstico.

Zacimba Gaba participou das atividades do projeto. Lembro-me de seu relato a respeito das opressões perpetradas pelo ex-marido. Ele, atroz, terminava de alimentar e, depois, jogava fora o que sobrava na panela para que a mulher, os filhos e a filha não se alimentassem. Os sofrimentos iniciaram-se na infância, pais separados, precisou trabalhar para ajudar nas despesas da avó, que a criou: “Meus pais se separam, minha mãe foi pra Salvador e meu ficou aí. *Mai* ele depois entrou na bebida, morreu. Quando ele morreu, eu tava com 22 ano e quem me criou foi minha avó *mai* minha tia”.

Criada pela avó paterna, a entrevistada somente foi apresentada à mãe biológica no dia de seu casamento e, posteriormente, quando seu pai faleceu novamente esteve com sua mãe.

[...] Aí, depois que eu casei, foi que eu vim para o município de Muritiba. Não teve mais contrado com ela, quando veio ter contrado com ela, ela já tava com 12 ano, nessa faxa aí, aí ela veio, aí meus povo me mostrou que ela era minha mãe. Quando ela veio ter contrado de novo comigo foi quando meu pai morreu, eu tava na faxa de, eu tava com 22 ano quando casei, meu pai, eu tava na faxa assim de 18 a 19 ano quando meu pai morreu [...].

Reconhecer a importância do ser mãe, ser pai, fez Zacimba, apesar da vida conjugal conflituosa, incentivar seus filhos e sua única filha à convivência com a figura paterna, embora negligenciasse a sua condição de pai. No entanto reivindicou de Zacimba, ex-mulher, sua parte da herança, ela havia vendido o terreno e, justificado pela comunhão de bens, sem separação formal, ele recorreu à Justiça e teve direito a valores monetários oriundos da venda do terreno.

Porque os meus menino, se eu fosse dessas mãe, e disse assim: afaste de seu pai, ele afastava eu digo não, mai não deixei ele afastar não, é seu pai. Que o pai bom dos joto ninguém acha não, ou bom ou ruim, é o seu. Não deu pensão, depois me botou na Justiça pra tomar a parte da herança, aqui que era três talho de terra, que mai fez esforço pra trabaiar foi eu, mai como eu era casada nos dói, ele teve direito [...] aí ele pegou a ele vendeu me botou na Justiça, e vendeu e a Justiça botou ele pra dar pensão aos menino. Que os menino naquele tempo tava de menor que tava de maió só era mai véia, o mai véio e mai véia tava de maior já, mai os joto dói R. e M. tava de menor.

Seu ex-marido, ao descumprir ordem judicial por deixar de pagar pensão alimentícia, foi chamado pelo órgão competente para se redimir, contudo a entrevistada preferiu não garantir o direito da prole, na visão dela seu agressor não teria condições de arcar com tais despesas.

Ele deu uns diazinho, depois tapiou e não deu mai, depois eu fui na Justiça de novo de Muritiba, recorri, ele pra ele dá \$ 60.00 por mês dos dói menino, que era 30 de cada, ele tapiou os dói mês, não deu mai. [...] mentiu, falou o que ele quis falar e ficou lá por debaixo do pano.

O ex-marido descumpriu a ordem judicial e não contribuiu com a pensão alimentícia. Foi intimado para explicar à Justiça sua negligência. O servidor da Justiça indagou à entrevistada pelo fato de não ter recebido o valor da pensão, contudo a situação teve outra versão:

[...] oh moço, me desculpa, eu não assinei porque ele não mandou o dinheiro. Só mandou o papel. Ele mandou o papel, eu não ia assinar se tava escrito ali um tanto de dinheiro que era pra mandar, ele mandou o papel e não mandou o dinheiro, aí eu não assinei. [...] Ele vai ser preso, modo da pensão que ele não cumpriu. Aí eu fui, olhei pra ele assim, não precisa prender não, moço, os meus filho, graças a Deus, tá tudo maior. [...] Pra ele sair aqui ele vai ter que pagar um salário, se a senhora não assinar, ele vai ter que pagar um salário. Aí eu vi que ele não tinha, eu disse não, eu assino, eu sei que ele não tem, ele mente tanto mai ele não tem nada

A entrevistada, embora alegasse a maioria dos filhos e da filha, não aceitou os valores em atrasos, além de pedir para que ele não tivesse a prisão decretada. Entretanto, para a Justiça, sua atitude benevolente não mudou a decisão e os valores foram, sim, pagos.

Zacimba, no seu contínuo labor desde quando morava com sua avó, ensinou à sua prole desde criança a manusear a enxada, como bem reforça, desde que “nasceram os dentes na roça”; enfileirados, ela, atrás, ia ensinando o ofício de semear, plantar, ela orientava na divisão sexual do trabalho na roça e na solidariedade familiar, contribuía com o processo do

cultivo da terra até a colheita. O tempo era dividido entre a roça e a escola; a vida de pobreza a perseguiu. Sua prole, assim como ela, trabalhou na roça. Segue sua memória:

[...] *Trabaiou* nasceu *os dente* na roça. *Esses menino* meu tudo aí *nasceu os dentes* de leite na roça, pra ajudar. Ele começou a *trabaiar* na roça, foi com *faxa* assim de 5 ou 6 *ano*, tudo pequenininho, tudo miudinho. Eu levava e aí tudo ficava *brincano* na roça, *trabaiando*, aí *eles ia* na frente e eu ia atrás matando *aqueles mato* que ele deixava, meus *meninos* começou a *trabaiar* tudo novinho, tudo. Ela capinava mandioca, capinava fumo quando era tempo de *semiar* planta, *semiava* planta, quando chegou a data que ela aprendeu a planta *os menino ia semiando* e ela plantando *mais eu*. Todo eles aí foram criados no serviço do dia a dia. Iam *pra* escola. Todo mundo estudou, todo mundo estudo até o 3º ano, quem ficou sem terminar o 3º ano, que chegou no 3º ano e parou, foi *mai véio*. *Mai* todo mundo aí *estudô* o 3º ano. *Trabaiano* na roça de casa e no ganho, e *estudano*.

As narrativas e reflexões sequenciais condensam entre a infância e adolescência o trabalho precoce e estudos das mulheres por mim entrevistadas. Antes, são apresentadas fotografias que simbolizam o cenário de quem vive nas roças. Plantações que decoram o mosaico da vidas das MTR, mesmo com a aposentadoria, muitas delas permanecem ‘se distraindo’ com o verde.

Figura 24: Pés de fumo, limão e batata-doce - Pau Ferro - Muritiba-BA





FONTE: Arquivo da autora (2017)

Figura 25: Pés de mandioca Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2018)

Figura 26: Mandioca raspada para feitura da farinha - Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2017)

5.3 INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA/JUVENTUDE ESTUDOS, TRABALHO E DIVISÃO SEXUAL

Categorias analíticas susceptíveis de violação de direitos humanos, corpos capazes de "abrigar" a violência simbólica/velada/naturalizada. Também, a adolescência, etapa da vida das entrevistadas, concebida neste estudo, para identificar a fase de namoro, escolaridade e gravidez precoce. A vida de labor, tanto na infância quanto na fase adulta, aqui também será analisada.

As mulheres encorajadas debruçaram-se na arte de contarvivência²³³ e, durante a infância, enquanto umas foram felizes por não sofrerem castigos familiares, a exemplo de

²³³ A aglutinação: contar mais vivência, nasce, contarvivência. Faço alusão à escrevivência da escritora negra Conceição Evaristo.

Maria Felipa, Na Agontimé, Aqaltune, Eva Bonsucesso, entre outras, experienciaram a dor e tristeza devido aos maus-tratos cometidos pela figura paterna, avó materna, o trabalho infantil análogo à escravidão, no caso de Brandina, que trabalhou como empregada doméstica e recebia tratamento subumano e quase sem salário. Adelina Charuteira sofria por causa da pobreza extrema a que sua família foi submetida; Tereza de Benguela, também muito pobre, era forçada pelo pai a trabalhar além de sua força física e a obrigava a terminar as tarefas, caso contrário, ficaria sem alimentação; Mariana Crioula precisou arrancar tocos para fabricar carvão a fim de poder comprar vestuários e calçados, tamanha era a pobreza familiar. Esperança Garcia, com 7 anos de idade, ‘ajudava’ sua madrinha e, em troca, recebia tostões ou mesmo ovos como pagamento de seus trabalhos desempenhados como doméstica. O valor da pessoa, neste exemplo, da criança, era insignificante, assim como o que recebia em dinheiro, mirréis, tostões.

*Agora no trabalho o que ela mim desse tava valendo 2 tostões, um ovo de galinha, era assim, um ovo de galinha. Tinha vez que ela me dava o ovo de galinha. Ia pra casa, quando fosse no outro dia, ou se amanhã não tivesse trabalho eu já ia, passava tarde e dia bonecando²³⁴ o fumo, era 5 quilos de fumo bonecando. Quando era no outro dia que ela chamava assim era 5 mireis. [...] E a gente, menina assim, eles pega né, já viu que é menino [...] trabalho de menino não se paga como o valor do adulto. Não tem valor o trabalho de menino. Naquele tempo era tostões, 2 real, 2 real não. **Era tostões e mirreis, depois passou pra cruzeiro, era isso [...].** Eu chegava dia de domingo, eu já tinha aquele realzinho, panhava meu caminho, ia lá pra Jordão comprar minha roupa (risos). Após, comprava um pedaço de pano, pano bonitinho pra fazer roupa [...].*

Esperança Garcia era obrigada a fazer suas refeições na cozinha, ao invés de sentar-se à mesa como as pessoas que moravam na casa. “Não. Na mesa com eles não. Era separado. Meu pratinho era separado. Eu comia na cozinha ali”. Esse tratamento de inferioridade para com uma criança é desumano. Ela realizava atividades domésticas e servia como companhia para o filho de sua madrinha: “Aí esse menino era criado junto comigo, era vadiagem, ia lá pegar o cavalo pra vadiar e tudo. Era o cavalo de pau pra vadiar, aí minha madrinha gostava muito de mim”.

Esse “gostava muito de mim” pode estar associado à serventia da afilhada, ela era a menina de ‘recado’, quem trabalhava como adulto e recebia até ovos em forma de pagamento. Todavia, mascarada por esse gostar, escondia-se a exploração do trabalho infantil, tão como se ouve dizer quando mulheres são escravizadas, realizam trabalhos domésticos em

²³⁴ A grafia correta é manocar; formar manocar de tabaco; mas, costumeiramente, as mulheres pronunciam bonecar.

troca de comida e roupas usadas, em casas de pessoas que, simplesmente, dizem: Ela é como se fosse da família, para não formalizar o vínculo empregatício.

Zacimba Gaba, desde pequena, foi criada pela avó paterna, não recebeu carinho, principalmente materno. Trabalhava na roça do patrão de sua avó, moravam nesse terreno e, como pagamento, trabalhava com a avó ‘de graça’ para continuar ali, havia uma espécie de vínculo de meeiro, contudo exploração de sua mão de obra. Zacimba, na escola, foi acusada de ladra, mas provou o contrário. Zeferina também não cresceu ao lado de sua mãe, doente, esta morreu aos 37 anos. A madrinha a criou. Posteriormente, devido ao sofrimento materno, retornou ao convívio sociofamiliar, todavia seu pai era agressivo com a esposa e com filhos e filhas. Suas narrativas exprimem dor, sofrimento, ausência de amor paterno, pobreza... Trabalhou para não morrer de fome. Os estudos, interrompidos pela falta de sensibilidade e de responsabilidade de seu pai, e depois, morando com o marido, também foi proibida de estudar.

Minha infância foi isso aí, que foi quando eu tava novinha passei um pouco de dificuldade porque minha mãe ficava mais internada no hospital e a gente convivia mais sozinha, ia pro colégio, eu e meu irmão, que levava a gente pro colégio. Passava fome, bastante fome, que meu pai tinha outra família quando minha mãe tava doente e foi como tô falano [...]. Trabalhava, uh meu Deus. Trabalhava de dia na roça do zoto, trabalhava mais meu padrinho, meu tio me dava um pedaço de terra só pra eu plantar mermo meu iame, minha mandioca, até depois que vim pra aqui ainda fui lá arrancar minha mandioca e tudo, ah minha fia, minhas coisinhas eu plantava amendoinzinho e comprava minhas roupinha. Desde pequena os povo chamava a gente pra ir raspar mandioca, a gente ia sentidinha, a gente sentava e lá raspano mandioca. 5 anos, anos oh. E quando eu morava na casa de minha madrinha, porque desde 5, 6 anos também eu morava na casa de minha madrinha [...] pai não dava nada a gente, [...] eu ia ter que me virar. Tinha uma padaria, a gente ia de manhã, raspava mandioca de tarde quando desse 11:30 largava ia pro colégio debaixo de frio e de sol de manhã cedo raspano mandioca pro zoto e hoje não tenho vergonha de dizer. Fazia tudo, minha filha, beiju, tudo isso ia marcar, batata, lavar pra vender, oia, hum. [...]. [...] Minha adolescência [...], estudava com muita dificuldade pra estudar também quando minha mãe morreu meu pai não deixava a gente estudar, quando minha mãe morreu eu tinha 14 anos, eu fugia para ir pro colégio, mais eu não desistia. Desisti do estudo agora. Depois que comecei a namorar, que aí meu marido disse que não queria mais que fosse estudasse, então eu engravidei.

Todas experienciaram o trabalho precoce na agricultura familiar e até em roças alheias, a exemplo de Tereza de Benguela, para ajudar os pais a ganharem a vida. Essas mulheres também aprenderam a maternar, serem ‘donas’ de casa na tenra idade, auxiliavam dentro de casa e nas roças rurais.

Falar da infância é encontrar o vazio, é ‘pular’ a etapa da vida das brincadeiras e, principalmente, de aprender na escola, fazer amiguinhos e amiguinhas, comer a merenda escolar ou trazida de casa, é também ter, geralmente, a mãe para levar até o prédio escolar, é vestir a fardinha, ter seu caderno, livro, aprender o ‘abc’. Mas nas histórias de suas vidas Adelina e Dandara não encontraram matizes para pintar, em seu mosaico, representações do ser criança. Adelina concebe infância quando se estuda, aprende a ler e escrever, quando não constitui laço matrimonial na adolescência. Esse mosaico de sua vida foi pintado com cores invisíveis, passou a fase de criança e não percebeu.

A respeito dessa lacuna infantil, valho-me das contribuições de Tavares (2010, p. 127) para reforçar possíveis motivações para se reafirmar não conhecer a fase infantil. Na sua crítica a autora salienta que: “A ausência de infância encontra-se marcada por um curto espaço de tempo na escola, por falta de ‘orientação’, ‘cabeça fraca para o estudo’ ou porque, desde meninas, seu ‘objetivo’ era ajudar nas tarefas domésticas”. Seguem as narrativas reflexivas da entrevistada:

Eu não tive infância, que infância eu tive, minha véia? Minha infância comecei a namorar novinha, um namoro besta, tudo vizinho. Eu não estudei, meu pai, eu alembro que a gente achava tão bonito o estudo, porque as menina de Dona Cecé²³⁵ e seu Renato ali né, tem, Marianinha passava tudo pro colégio e eu ficava, a gente achando bonito tudo, ia com uma roupinha, falava com as menina, uma sainha toda pinçada com a camisa branca. Mas, nesse tempo, porque minha família era muito pobre, eu achava a minha assim. Porque a família de Joazito estudava, a família de Dona Cecé estudava. Somente a família de seu Gilson e a de meu pai Antero que não estudava? As menina aprendeu a estudar tudo depois, muito até aprendeu fazer o nome tudo em casa, assim pagano. Eu não estudei não. Aí quando foi um dia que eu tava assim foi com 12 ano, eu disse: Oh Januário, como é que eu vou ficar assim sem aprender ler? Sem saber nada, aí tem uma moça ali, que tá dando escola particular, eu fui e me matriculei eu mermo, por mim mermo. Mas quando eu peguei a estudar que eu estudei só 2 mês.

Zeferina, com cicatrizes da violência paterna, rememorou²³⁶, contudo, a maneira como foi ‘deseducada’ pelo pai, não obstante procure relevar esse comportamento paterno e declare o que sente por ele: “Eu amo meu pai, eu sempre amei, não tenho rancor de meu pai, meu pai não vele nada, não vale \$ 0,10 [...]. ‘Não vale nada’, mas o amo”. Em suma, o pai pode ter todos os defeitos, mas foi quem a gerou e, portanto, deve-lhe amor e respeito. Desse modo, redobra os cuidados para com as filhas e sempre se refere às duas gêmeas de forma

²³⁵ Todos os nomes foram substituídos por fictícios.

²³⁶ Tópico 4.3.2. Infância, adolescência/juventude, estudos, trabalho e divisão sexual.

carinhosa e amorosa. Mas o pai das crianças, quando investido do poder de macho, a agride e, indiretamente, atinge as pequenas, como rememora a seguir:

Chorano desesperada minhas filhas. Presenciaram. Tanto que eu pensei muito nas minhas filhas que nesse dia da briga elas choraram, as meninas choraram, gritava depois dessa briga, 3, 4 dias ela não podia ver ele me abraçar que ela começava a chorar a gritar com medo, aí eu pensei muito nelas. As duas. Não podia vê ele de junto de mim que ela começava a puxar assim, não podia vê brincano, conversano aqui no sofá deitado que elas começava a puxar assim, tipo que ela já tava veno brigar. Faltou quanto pra essa menina ter problema de cabeça hoje? Depois que ele soube se comportar, porque nunca mais, graças a Deus. Porque elas não tinham nem 1 ano ainda. Nem 1 ano. Foi no mês de novembro essa briga, por aí. No mês de novembro mermo, porque no mês de outubro foi o aniversário dele, que ainda cheguei fazer um bolo pra ele, isso mermo, foi no final de outubro.

As crianças que convivem com a violência intrafamiliar podem se sentir ressentidas, amedrontadas, inseguras, têm dificuldade de concentração e se tornam, por vezes, agressivas, além de se tornarem mais vulneráveis e susceptíveis a situações de risco. Conforme Rodrigues e Chalbud (2014, p. 78), aquelas que “tiveram a violência como padrão interacional e modelo de educação, podem reproduzir o contexto familiar violento quando da formação das suas famílias”.

Já Dandara dos Palmares contou-me os seguintes excertos contidos nessa lacuna infantil:

Mas a minha... não tive infância niuha. (Suspirou) EU NÃO TIVE INFÂNCIA NIUA! (riso boca fechada) Que' u fui criada com minha avó... [...] não tive infância niuha. Porque, seu falar a verdade: surra que o cavalo tamava, toma morre, eu tumava e não murria! Minha vó, ela entrava com o cipó! Trancava o quarto e tome-li surra! Uma vez ela me deu uma surra! que precisou o vizinho rombá, rombá porta pati pudê me tomá da mão dela, de uma surra que ela me deu. Mai minha vó me pegou, me deu uma surra que até hoje eu me lembro dessa surra. Eu quei toda marcada! Tinha uma, a rente ia pó pé de nicuri, tirava o cacho do nicuri, chegava cá, tirava o licuri todo e deixava o chapéu do nicuri pá, vortá pá apanhá! Quela mandava tirá, tinha que tirá pá, vortá pá apanhá! Já sabia! “Tire quele cacho de nicuri ali! Agora, vá distalá e deixe o chapéu, viu? Sabia que era pá apanhá! Mai na hora ela não dizia só, dizia assim: Vá ali fazer qorquer coisinha ali no quarto? Quano chegava deno quarto ela já tava lá no quarto, esperano! Ou sen, deixava a gente entrá e dipôs entrava com a cangaço e pegava. [...].

Minha infância era trabalho! Eu fui trabalhar com 10 ano de idade. Comecei a trabalha na firma; daí eu fui lutá quando eu fiz 13 ano; a firma disse que não podia trabalhá, tinha que tirá a carteira pra tabalhá! Eu fui tirá a carteira. Não podia tirar aqui porque não tinha... disse que eu não tinha idade, eu tive que tirá no Sapé. Minha vó foi, chegou lá aumentou 2 ano a mais pá puder tirá a carteira, eu fui, tirei, eu rilutou, eu fiquei tão

ingostiada que quano fiz 13 ano eu pari! ... Com 13 ano eu pari. Porque, minha vó tamém não deixava eu saí pá lugar niun, só saía mais ela, quando as vez ia, punha reza uma coisa, quando tava o maior do gosto ela “vambora que eu vou rezar outa, aí deixava a festa que tava; ia pá outa, ia pá outo canto (riso) rezá.

De tarde mi botava na escola mai ia, a cabeça não dava pá escola não. Eu ia pá escola os minino brigava, ficava me abusano, os minino me abusava na escola, ficame bateno, me brigano mais eu. Picava a peda nos minino no caminho. Eu saía da escola na frente pá ficá no mato escondia, quando os minino passava picava le a peda! Aí a professora fazia o bilhete, mandava pá minha vó. Eu dizia assim: Se minha vó batê amanhã, desconto. Quando era assim eu, pegava os minino e tomava os bilete e lascava. [...] Quando os minino não achava chance toma, os minino pegava e levava e entregava ela me batia. No outo dia, eu pegava e me escondia, saía mai premero do que todo mundo da escola, dizia: Professora, eu já vô! Tu já vai? Eu já! Dava minha lição, fazia meu devê, me picava! Chegava e ficava escondida quando os minino passava, picava le a peda! Aí os minino via a zô! Só via a pedada; não sabia que era eu, só via a pedada. Aí eu fui ganhar nenén, aí, ponto, não fiquei mais tempo pá estuda, já ia cuidá da minina. Tinha vontade (de estudar), mas não tinha mais tempo que di dia, de noite eu cuidava da minina, de dia ia trabaiá, de noite, ia cuidá da minina; aí pronto, aí não tinha como estuda. Aí depoi de tempo pá cá essa... estudei... 3 ano com a minina ali... aí depoi ela parou de ensiná de noite, aí parei. (Teve criança com 13 anos; aprender a ser mãe precoce) (aprender) a fazer as coisas, a já ser mãe de família, já trabaiava! Estudei de noite, bastante no MOBREAL. Tive 3 diploma do MOBREAL. Aí pouco tempo foi que eu vim aprender. Estudei até... a prim..., 3ª (adulta) foi po Mobral, estudei, o quê... estudei 3 ano.

Quando era assim (teve criança com 13 anos; aprender a ser mãe precoce) aprender a fazer as coisas, a já ser mãe de família, já trabaiava! Ni fun ni roça, trabaiava tirano... juntano raiz de fumo. Como a firma abriu logo, aí, aí pronto, o pessoal eles ia arrando e a gente ia juntano, eles pagava pá gente juntá as rumas de lenha de, de toco, de raiz (morava na casa da vó com a filha), tava morando (com a vó), o marido, eu não quis não, só foi pai pá fazer. Aí ponto, aí fui viver minha vida. Aí depoi tirei a carteira aí continuei trabalhano na merma firma. Trabalhei 8 anos, aí depoi continuei trabalhano de novo, depoi eu saí daqui, fui trabaiá na pedeira; fui trabaiá em casa de família, em Cruz.

Trabaei em casa de família, um baim ban tempo. Trabaei cuidano de pranta, tomano conta de pranta. Aí, depoi, trabaei em casa de família, aí, depoi de casa de família, fui trabaiá na pedeira. Tabaiei um bando de tempo, 13 ano na pedeira, quebrano peda. [...] Vez ela chamava i ponto. (Depois da 1ª filha). Daí, depoi, eu tive outa; (se mesmo pai da 1ª) não, quando eu tive tava com 14 ano; foi, já foi com 14 ano (fala ligeira); fui, aí, quer dizê, não fui morar porquê... não fiquei, não quis, eu fui trabaiá. (Teve criança com 13 anos; aprender a ser mãe precoce) (aprender) a fazer as coisas, a já ser mãe de família, já trabaiava!

Juntano madeira (10 anos); raiz de pau. Na roça, trabaei e muito, na roça! Quela prantava fumo, prantava mandioca, aí a rente ia rancá mandioca, capinar. Mais pequena ainda porque ela saía, ia pá roça e me deixava tomano conta da casa. Ali, ela deixava uma tarefa na roça pá capinar, deixava a casa pá arrumá, água pá i busca na fonte pá enchê a casa de água, e a comida pá fazê. Eu tinha na faixa de uns 8 ano. Já fazia isso tudo. E, se não fizesse, chegava inda apanhava e não cumia. Apanhava inda. Que, se ela chegasse e a casa não tivesse arrumada, não tivesse a casa cheia,

água e a comida feita e, ainda a tarefa que ela deixava na roça tirá [1], apanhava ainda, apanhava e ficava com fome. Às vez deixava 5, 6 caminho pá capinar, de mandioca. Ela que me ensinou. E agradeço... (pausa), agradeço a ela por ter aprendido muita coisa... que, se não fosse ela, eu não aprendia nada.

Marcas da violência na vida de Dandara não faltam. Desde criança foi lhe furtado o direito de ser criada por seus pais e foi morar com uma das avós, conheceu os castigos violentos e precisou exercer atividades laborais precocemente para seu sustento. Na tentativa, quiçá, de libertar-se de sofrimentos, foi mãe aos 13 anos e, a partir dessa idade, as violências perpetradas não mais pela avó, mas por seus parceiros. Seus filhos, como consequência das atrocidades a que ela era submetida, também foram violentados, inclusive um deles, antes de nascer, seu pai o feriu com faca, ainda na barriga da mãe. Dandara rememora²³⁷ minuciosamente esse episódio triste. Esse fenômeno social tão recorrente na vida, principalmente de mulheres.

(Suspiro) Marcou! Marcou e foi muito! Não só a minha como a de meu filho! Meu filho, um dia, chegou um dia e disse pá ele: É, meu pai, eu tô piqueno, o sinhô me bate e bate na minha mãe! Eu vou crescer pá quando eu crescer, quando eu tiver home pá o sinhô bater em minha mãe e batê ni mim. Mas só que ele não esperou, Deus, nem esperou ele crescer porque, quando ele morreu, ele tava com oito ano, quando ele morreu, aí ele não esperou ele crescer.

Dandara contou para seu filho sobre a violência que sofreu quando estava grávida. Seu filho, assim como o filho de Anastácia, cultivava sentimentos de rancor pelo pai quando pensa em revidar as atrocidades sofridas por sua mãe e ele.

Soube... eu falei pá ele. Ele já tava coisa, ele já intendia; ele tava piquinho mai ele intendia e eles intede que, às vez pergunta, quando o povo pergunta a ele: W., o que foi isso na tua cabeça? Aqui foi meu pai quando eu era piqueno. W., o que foi isso em tua perna? Foi u pai quando eu era piqueno. Aí ele lembra. Ele sempre dizia: É, minha mãe, meu pai morreu, me deixou muito marcado! Morreu, deixou a senhora toda marcada! Que se ele tivesse vivo hoje em dia que ele fosse fazer isso com a senhora, eu não sabia nem o que seria de mim mais, ele. Eu dizia: É, meu filho, é teu pai? Tu ia fazer o quê? Tu não podia batê nele! Tu não podia entrá em luta corporal com ele, que era teu pai!

Sua narrativa, a seguir, lembra o fragmento da história de vida de Tia Ciata, a qual, apesar de ser marcada por múltiplas violências, a iniciar pela violência familiar a que

²³⁷ Tópico 4.3.4. Conjugalidades feitas e desfeitas.

sua mãe a submetia, e posteriormente violências advindas de mãos masculinas, ficou impermeável a sentimentos agressivos que pudessem alcançar a vida de sua filha e de seu filho. Assim também Dandara, sua fala, a seguir, exprime amor materno e zelo pela saúde psicológica de seu filho. Diferentemente da narrativa de Anastácia, ela rememora o quanto seu marido, marcado na infância por violência paterna, tem, direta e indiretamente, violentado seu filho e a filha. Mas Dandara ressalta: “Ele tomou uma surra, nem foi por casa de mim, nem foi por mim. Quem, o pai que bateu nele bastante... eu sempre tirava, que eu não deixava, e o *outo padasto* que bateu nele, que deu uma surra nele, *mai* eu *mermo* nunca toquei a mão nele. Nem nele nem na *minina*”.

E Dandara evoca:

É... HISTÓRIA CUMPRIDA. Sempre eu digo a ele aê: a minha vida, se for contá, dá pá fazer um livro! Ele diz: É, Dandara, a minha também! É por isso que a gente dá certo! Porque o mermo que eu sofri, tu só sofreu a maijina pederá e ni coisa de pancada, mai a gente sofreu quias tudo, o mermo tempo quase o mermo tanto.

As duas mulheres, ainda em idade menor, precisaram trabalhar para suprir carências deixadas pela pobreza rural. Pontos relevantes nas suas histórias de vidas as uniram: moram na mesma comunidade, não tiveram infância e trabalharam na adolescência para deixar de passar fome²³⁸. Dandara, apesar dos sofrimentos, as surras recebidas da avó, agradece a ela por ter lhe ensinado o ofício de capinar.

As histórias se repetem quando o assunto é trabalho infantil nas roças e o sonho frustrado por não continuar os estudos formais. Assim também contou-me Eva Bonsucesso, sua vontade de estudar era tamanha que a mãe pediu à professora para “encostar”, isto é, deixá-la frequentar a escola mesmo sem ter idade para ser matriculada. Seu pai ainda tinha o ditado de que o “trabalho de menino é pouco, mas quem perde é louco”. O pouco que as crianças faziam já não faziam os adultos.

Minha infância era normal, mais desde 5 ano de idade a gente já tava capinano de enxada, capinava de manhã cedo depois ia pra escola, os outros entrou tudo com 7 anos na escola, eu entrei com 5, que eu era muito levada, chorava pra ir atrás. Aí minha mãe pediu pra professora me colocar, me encostar, aí eu fui com 5 anos, porque os outros foi tudo com 7. Depois a gente começou a estudar mermo, numa escola, aqui ou acolá, que não tinha escola direito, a gente estudava particular, estudava na prefeitura. [...]. Trabalhava, a gente levantava de manhã, tirava uma tarefinha e quando 7h da manhã ia pra escola, tinha dia [...] tinha vez que ia debaixo

²³⁸ Além da fome fisiológica, a fome de vestir, calçar, suprir necessidades porque suas famílias eram pobres.

de chuva toda molhada correno por debaixo de chuva. 5 anos que comecei a trabalhar, meu pai dizia assim: trabalho de menina é pouco, quem perde é louco (risos). Ele dizia assim: trabalho de menina é pouco quem perde é louco (risos). [...] Na roça trabalhava todo mundo trabalhava, todo mundo raspava mandioca numa casa de farinha de 12, 13 anos raspava mandioca todo mundo se virava um pouco, porque é só chamar pra tirar laranja, limão, melancia tirava.

Com 5 anos eu não fui matriculada, mais fui encostada, por que os zoto ia, ficava sozinha, chorava, chorava, chorava até minha mãe ter compaixão e pedir a professora pra mim colocar, pra mim encostar. [...] parece que teve um MOBREAL procurar a gente entrou na MOBREAL. [...] Estudei até a 3ª série [...]. Agora estudar, estudar, eu sei ler bastante, agora outas coisa eu não sei não, né [...].

Sua adolescência também foi marcada pelo trabalho na roça. Nessa fase, namorava sob os olhos da mãe:

A adolescência foi a merma coisa, era correria trabalhano, brincano, ia pra casa dos vizinhos brincar, fazeno gangorra. Depois que fiquei mocinha, só saía com a mãe de uma mãe de família, não saía sozinha de jeito nenhum, só com a mãe de família pra gente ir numa reza ou com a mãe ou outa pessoa que tivesse responsabilidade, aí quando fosse mãe de família a gente ia. Quando eu comecei a namorar, meu namorado vinha, minha mãe ficava aí. 17 anos. Minha mãe sai pra outro lado, tinha que ficar na sala com a gente.

Maria Aranha, na sua adolescência e início de namoro, preocupava em se arrumar, sua mãe sem ganhos para mantê-la, o jeito foi trabalhar para se manter e andar bonita.

O negócio assim na adolescência quando a gente começar a se envolver com namorado, querer curtir festa, comprar roupa, ver novidade, a gente, a mãe não tem condição de dar, a gente começa a trabalhar, né, eu mesma fui assim [...].

Maria Felipa foi também vitimizada pelo não direito à educação formal, contudo, na sua narrativa, traz como motivação as críticas da vizinhança, já que se tornou recorrente, na localidade, seus filhos e filhas, ao completarem 12 anos, os pais não deixarem continuar seus estudos. Seus pais contrariavam essa regra, mas a entrevistada sentia-se envergonhada pelas falações e evadiu da comunidade escolar. Guarda essa recordação melancólica de sua infância, embora, na sua convivência familiar, alegrias não lhe faltassem nessa fase.

Meu estudo foi bem, eu que não aprendi muito por causa do interesse que foi pouco (riso). Logo cedo eu inventei em sair da escola, meu pai queria que eu estudasse mais. Mas eu sentia vergonha que quando eu ia pra escola o pessoal ficava fazendo arredia de mim. Dizia: o que seu Hugo tá fazendo que está com essa filha moça na escola estudando. Bota na roça pra

trabalhar. E aí eu me sentia revoltada e dizia para o meu pai que não queria estudar mais não, que a pessoal tava dizendo que eu tava muito grande na escola. Os pais não deixava, muitos pais, quando a filha ia ficando mocinha, tirava e botava pra trabalhar. Já enquanto meu pai fazia vontade a gente estudava até enquanto queria. Eu que logo sair, estudei, fiz até a 3ª série, aí também não estudei mais. [...] Eu ia desenvolvendo bem nos meus estudos, minha professora gostava muito, inclusive eu falei com ela que não iria mais estudar. Ela mandou chamar meu pai para saber por que. Ele disse: eu não sei, ela tá passando alguma coisa na cabeça, que chega em casa me dizendo que quando vem pra escola. Nós estudava longe, a escola era longe não nós ia a pé, caminhando. Não tinha escola do governo na época. [...] É particular, o pai da gente pagava por cabeça. [...].

Tia Simoa rememorou sua infância, mesclada com a adolescência. Seus pais, assim como a família de Zacimba e de Maria Crioula, também viviam na condição de arrendatários. A vida escolar foi rememorada com tristeza, ela contou que não conseguiu avançar nos seus estudos, chorava, e o difícil acesso ao ambiente escolar, além da pobreza e a necessidade de trabalhar com seus pais na roça, configuraram obstáculos para sua permanência escolar. Ela *comia letra naquela brincadeira*, isto é, suas leituras incompletas porque não conhecia as letras do alfabeto e, por isso, não as pronunciava.

[...] Sei lá (risos). Meu Deus, nem de 14 anos eu não lembro mas de nada. Trabalhava na minha roça. Trabalhava na roça pra ajudar meu pai e minha mãe. Com 15 anos. Comecei de 10 pra 11 ano. De 10 pra 11 anos aqui na roça. Eu fui criada na roça, aqui mermo, meu pai era rendeiro, meu pai e minha mãe tudo era rendeiro que foi que me criou. [...] ajudava meu pai e minha mãe na roça, no fundo da roça do patrão do meu pai. Nunca estudei. Porque uma vez meu pai me botou no colégio aí eu fui estudar, quando cheguei lá eu era nova, chorava na escola, aí a professora mostrano, mostrano e não estudava nada, mandava levar o caderno comia letra, comia letra naquela brincadeira, não levei não foi nem 1 ano que eu levei nesse colégio, aí eu saí do colégio e comecei a trabalhar com meu pai e minha mãe e não estudei mais, aí pronto, não estudo não. Meu pai não tinha condições de botar no colégio não, foi muito filho, muitos. Eu tive 12 e faltei 2 pra pegar minha mãe. E eu tive 12. Ficava chorano com medo, era mais novinha, bestinha, era com quantos anos naquela época que ia pra escola? Acho que com 7 anos. Naquele tempo não tinha isso não, não tinha idade não, naquele tempo não tinha isso, eu tava nova, chorava. Eu por de pé, por dentro do mato, passava um trilho por dentro pra ir lá pra cima estudar, oh minha fia, é difíci aqui. Não tinha condições de ir pra lá estudar não, a gente morava aqui. A outa que sabe, saída daqui que horas 12h e chegava lá que hora, por dentro do rio, por dentro da água, oh Jesus, não gosto nem de mim lembrar, o quê? Aí, depois eu não fui mais; minha mãe tirou a gente, agora pronto, eu e minha irmãs, minha irmãs ainda estudou um pouco por aí e eu não estudei mais, sei lá. Eu nunca estudei nada, nada, nada eu não estudei nada, nem o nome eu sei fazer.

Laudelina Campos não teve muito o que contar sobre sua vida laboral precoce. Evocou que, por ter dificuldade no processo ensino-aprendizagem, desistiu de frequentar a escola.

De 10 anos em diante fazia qualquer coisinha, qualquer coisinha eu fazia na roça, aí foi crescendo [...]. Eu só estudei até o 2º ano. Porque eu não quis mais estudar, na cabeça não entrava mais as coisas. Quando fazia prova a mente não dava, não passava de ano, eu peguei e desisti.

Maria Aranha foi poupada de trabalhar na infância, porém os castigos foram recorrentes. Lembro que na entrevista fez o gesto com as mãos para esboçar como a pele [a luva] da mão saiu depois de levar inúmeros bolos de palmatória, desferidos pelo genitor.

Minha infância, eu nem me lembro da minha infância porque eu não gostava de brincar de boneca, com esses negócios de brincadeira que meu pai também não deixava a gente brincar, não deixava a gente sair pra lugar nenhum, a infância da gente foi essa, dentro de casa, criado igual a cachorro, que a gente era muito traquino. Então ele marrava a gente, eu e meu irmão, a gente ficava mais o tempo marrado na corrente e minha mãe saía pra trabalhar, minha avó trabalhava, ele trabalhava. É, a gente ficava marrado, porque eu mermo mais meu irmão era 2 menino sapeca, danado, então ele não queria que a gente fosse pra casa de ninguém, ele não queria que vizinho brincasse com a gente, então a infância da gente foi essa aí, a gente não teve infância. Eu não tive essa infância não, uma criança que gostava de brincar, ter as coisas assim, também não tinha condições, minha mãe trabalhava, minha avó trabalhava, ele trabalhava. Então meu pai não foi aquela infância assim, que a gente teve infância de criança, que eu me lembre mermo não. Ele deixava um vizinho e deixava uma irmã que eu tenho, ela pegava o piniquinho e dava a gente depois, pegava e jogava no mato. Ele não tava em casa, mas como a gente era muito danado, a gente nunca ficava amarrado, a gente se desamarrava, chamava o vizinho que tinha, que morava perto, que também já faleceu, aí a gente dizia assim: se tu soltar a gente, gente dá a carne que tem na panela, aí ele ia e soltava a gente, mas tu não conta pra seu pai que foi eu que soltei não, se não ele briga mais eu. Aí quando dava 17h, que tava quase na hora dele chegar, a gente corria e se amarrava de novo, só que a gente nunca acertava amarrar do jeito que ele deixou. Aí quando ele chegava o pau comia de novo, ele batia na gente de cipó, batia de cinto, batia de palmatória, cada um na mão da gente era 24 bolo na mão e 24 no pé, depois dava um banho de sal grosso na gente ou se não álcool dentro da água que era pra poder não inflamar. [...] batia mermo, não era pra dizer que era uma palmada ou sandalhada não, batia mermo de ficar toda marcada, teve uma vez que ele me bateu tanto de palmatória que meu 5 dedo soltou a luva certinha das mãos do dedo, ficou assim aquela pele parecido a pele de cobra certinha assim na mão, nas duas mão, que ele batia na gente. Mas era mais eu e meu outro irmão, porque minha irmã ele batia, mais não batia igual como batia em mim e no outro. A pele saiu dos 5 dedos assim certinho, como se fosse a pele de uma luva, a luva que a gente coloca na mão. Era assim a infância da gente. [...] Ele não queria de jeito nenhum, não queria menino nenhum,

vizinho nenhum, ninguém ia lá em casa, ninguém. Comecei a estudar [...] Terminei meus estudos.

Já Esperança Garcia, até seus 83 anos, desenvolveu atividades na roça, embora seu trabalho não fosse diretamente para matar a fome, como Dandara e Adelina, mas suas ‘ajudas’ contribuíam para produção de bens a serem comercializados e para consumo familiar. A entrevistada também, como outras tantas mulheres das zonas rurais, parou seus estudos.

Quando comecei a estudar foi com 7 anos até 3ª série. Roça eu desde menina, 10 anos assim, até em 83 pegava em enxada, trabalhando na roça. Até 83. Tem mais de 20 anos que deixou. Tem mais de 20 anos. O rojão mesmo foi até 83, minha filha caçula tem 33 anos. Às vezes não foi todos que gostava de trabalho. Às vezes iam na roça e voltavam. Sempre trabalhei na roça. E também em casa de farinha. Trabalhei muito em casa de farinha com meu pai, fazia farinha, arrancava mandioca pra 15 quartos, 12 quartos, e eu ali junto. [...] Serrava mandioca para 10 quartos de farinha.

Na contramão das narrativas de Dandara e Adelina Charuteira, obrigadas a trabalhar precocemente, Na Agotimé rememora, de sua infância, o trabalho na roça e sente-se grata a seus pais por ensiná-la atividades da roça. Suas tarefas escolares eram realizadas em meio às tarefas da roça:

Na Agotimé

[...] O pessoal fala que é produção infantil (risos), não foi não, eu agradeço aos meus pais por ter me colocado pra trabalhar viu. Aos 7 anos de idade minha mãe me levava. A gente catava muito fumo, então ali já juntava fumo no meio da roça, feijão já sabia plantar, que mainha me ensinava eu já ia plantando, manaíba eu ia semeando desde de 7 anos de idade, mainha já me levava pra roça. Eu estudava, eu ia pra roça, que era um pouco distante da casa, e eu levava meu caderno, estudava e fazia as atividades. Copinava tudo na folha de papel, botava aqui na roupa, ia capinado, parava um pouquinho que era muita decoração naquela época [...].

A chegada da firma fumageira foi alegria para Adelina, poderia trabalhar e contribuir nas despesas domésticas. Seu pai, com idade avançada, sozinho não dava conta de todas as despesas da casa. Mesmo antes da chegada do trabalho formal a entrevistada trabalhava avulso, ganhando dia na enxada nas fazendas alheias, plantando milho. Foi quando começou a trabalhar que ela pagou seus estudos, mas não conseguiu dar continuidade. Sua pobreza engolia a fome de aprender a ler, escrever e contar. A firma empregava pessoa idosa e criança também e, então, foi nesse momento que ela se empregou, sem carteira assinada,

mas ganhava seu dinheiro e a desobrigava de trabalhar vendendo dia, aqui e acolá, como narra a seguir.

Chegou essa firma de secador, eu largava de, porque eu andava sempre pobre, tudo pobre, vivia aqui e aquilá pra comprar comida. Meu pai tava mais véio, mas muderno, ele trabalhou, mas as caçulas já tá mais fraca, mas tinha mais ganho do que ele. Eu trabalhei tanto na fazenda [...], prantando milho pra dá de comer e ajudar meu pai. [...] Aí eu vivia ganhando o dia na enxada, aí eu fui estudar na vizinha ali. Eu tinha assim uns 12 anos. Aí eu só estudei 3 mês, chegou essa firma botano criança. E gente pra trabaiair sem carteira, foi firma de secador, quando começou não quis assinar carteira não. Criança, gente véia, que a avó do meu marido, veinha, ia que não tinha documento. Então nós que andava vendeno os dias, e uma firma que era pra ganhar mais e toda semana eu ia largar de estudar pra trabaiair, larguei de estudar pra trabaiair. E também não ia ter dinheiro pra pagar, que a escola era particular, e eu não ia trabaiair e estudar, só se fosse de noite, de noite ela não ensina, só de dia. Mai tumbém se eu levasse 1 ano estudando com aquela moça, que ela era particular, em casa, ela sabia ensinar bem. Ensinou minha madrinha, minha madrinha era moça boa. Tinha vontade, Ave-Maria, até hoje ainda tenho! Achava bunito quando a menina passava pra estudar, mai estudei não. [...] E de qualquer nominho assim fácil, eu digo, essa moça que me ensinou. Uns 2 pra 3 mês. Eu não tinha dinheiro pra pagar, aí chegou essa firma do secador, alegria, e todo mundo foi trabaiair. [...]. A gente só fazia brincar, mas passava uma fome (risos), passava uma fome, mai quando fiz 10 ano comecei a trabaiair. Com 10 ano comecei a trabaiair [...], eu lembro que a gente ia prantar amendoim no seu Agnaldo ali. [...], arrancar amendoim sem cascas. Recebia que era pra comprar a roupa de São João. Eu fazia 2 vestido pra São João (risos), eu recebia dinheiro sim pra comprar comida, pra comprar roupa. Minha infância comecei a namorar novinha, um namoro besta, tudo vizinho (Adelina).

O trabalho precoce aos 10 anos, e posteriormente aos 12, foi como avulsa numa firma. Com o tempo, trabalhadores e trabalhadoras ainda menores de idade tiveram que aumentar a idade para ingresso formal e ter sua carteira de trabalho assinada. Adelina não entrou dessa vez, com 12 anos, precisaria aumentar mais 6 anos para conseguir ser contratada. Retornou depois de casada e com dois filhos.

Que eu fui trabaiair com 12 ano. Daí que eu parei de passar de fome depois da firma porque meu pai não tinha para mim dá. Já no meu tempo de criança a gente trabalhava avulso. É, chamava avulso. Trabaiaava véio, criança, se chamava avulso. Quando registrou a firma que todo mundo tirou a carteira, o refeitor diz, oh quem tiver 17 ano e quer aumentar a idade tira a carteira pra voltar, se não tiver, todo mundo sai. Eu sair, eu tinha muito nova. Tinha aumentar a idade pra fazer carteira pra trabaiair, pra fazer a carteira. Porque pra assinar carteira só com 18 ano, né. Quando eu voltei a trabaiair já voltei casada, já tinha 2 filhos já, já fiz o documento e comecei a trabalhar com carteira assinada. Aí até hoje tô viveno do meu trabaio ainda, graças a Deus.

Interrupções de fases etárias para assumir responsabilidades, como trabalhar com 10 anos de idade, e casamento e gravidez ainda na adolescência, marcaram a história da entrevistada. E, nessa roda viva:

A menina se transforma em mulher guiada pelo modelo hierarquizado de submissão feminina assimilado no convívio familiar, no qual sua virgindade simboliza honra, moral a ser preservada e, caso ‘perdida’, somente é redimida através de um homem, com o qual forma uma família e a quem deve obediência e respeito (TAVARES, 2010, p. 131).

Entre 12 e 16 anos a metamorfose de menina a mulher foi vivida pela entrevistada. Antes de completar 16 anos e grávida da primeira gestação, Adelina aprendeu a ser mãe- mulher e iniciar sua vida conjugal

Meu marido quem criou foi minha irmã. [...] ele com 14 ano e com o tempo eu já tava com 12 ano, começando a namorar; mas meu pai e minha mãe gostava dele, que era queto, não fumava nem bebia, não era de festa, e eu novinha. Ninguém queria no início porque eu era nova demais, mas não teve jeito, né? Aí conheci, me perdi, a gente se perdeu, tinha que casar, porque naquele tempo era assim, a gente se perdeu tem que casar. Eu já casei já grávida, ia fazer 16 ano. Com 2 mês 1 ano de casado assim, começo a vida dele, casou novo também, ele novinho, a primeira namorada dele foi eu, um novo e outro novo, primeiro namorado de um, primeira namorada do outro.

Enquanto Adelina se frustrou por não poder estudar, tendo a pobreza como determinante, Maria Firmina Acotirene, suas filhas, tiveram o direito à educação formal, contudo precisavam cobrir as ausências de sua mãe que trabalhava para contribuir com as despesas da casa, por isso, responsabilizava as filhas pelos afazeres domésticos, cuidados com irmãos e irmãs. As duas, na tenra idade, experienciaram a maternagem e, compulsoriamente, interromperam seus estudos para maternar. Firmina rememora a ausência de fase infantil e sua narrativa ressalta que:

[...] Eu só estudava e ficava dentro de casa cuidando da menina e limpando casa. Eu não tive muita infância não. Porque eu não brinquei muito, a minha infância foi mais pra cuidar da casa e não dá tempo brincar, só limpar casa, varrer casa, lavar, fazer as coisas pros meninos, então eu achei que não tive infância pra brincar, pra se divertir e sair muito. Minha mãe que trabalhava tanto que eu saí do colégio cedo. Eu comecei a estudar com 5 ou 6 anos. Isso aí, eu comecei com uns 6 anos, com 11 anos eu sair. Até que série? 3ª e 4ª, não terminei a 5ª, sair. Não tive estudo, estudei só até a 5ª série e sair. Porque era eu que cuidava da casa, lavava roupa, cuidava, porque mainha não tinha tempo e sempre chamava no colégio, eu perdia muito e mainha não ia. Ela não ia sair pra cuidar da casa.

Embora antes mesmo que Firmina, Acotirene, a filha mais velha, maternou, contudo evoca de modo contrário ao de sua irmã. Ela se lembrou da infância com alegria, brincou de “pompeu” e aproveitou os momentos infantis. As duas foram impostas a desistir dos estudos para ‘tomar conta’ da casa. Apesar de Acotirene querer estudar à noite, o município não oferecia essa oportunidade para quem trabalhava durante o diurno. Era recorrente na família deixar de estudar para ficar em casa e assumir o cuidado, a reprodução social.

A minha infância até que foi boa, eu tive infância assim. Quando eu tava com 13 anos, tive que sair pra tomar conta de minhas irmã. É, a mais velha das moças sou eu, então tive que sair pra tomar conta. Eu tinha uns 12 ano mais ou menos. Foi, tive que sair do estudo por causa, através disso aí. Na época aqui não tinha estudo à noite, também, nem que tivesse, né, com 12 ano não tinha como estudar de noite. Então eu estudei e sair na 2ª série na época, aí não concluir através disso aí, minha mãe trabalhava, meu pai e a mais velha sou eu, aí tive de fazer isso, sair pra tomar conta de minha irmã. 8 filho, porque sempre um saía pra tomar conta do mais novo, através disso aí. Aqui toda vida foi assim, tanto homem quanto mulher, a nossa criação, a criação de minha mãe sempre foi assim o que um fazia, prato, casa pra varrer...

Ao contrário de como é mais comum acontecer nas famílias, como aconteceu com Maria Crioula, seu irmão foi poupado de certas tarefas domésticas, na casa da entrevistada, a responsabilidade para suprir a ausência da mãe trabalhadora, nas tarefas domésticas, o critério é ter mais idade, ser mais velho, nesse caso, o irmão deveria assumir, tomou conta das crianças, mas, quando passou a trabalhar para ganhar dinheiro, ela então assumiu esse papel:

Então ele fazia tudo, minha mãe saía pra trabalhar ele que fazia, acordava de manhã, limpava terreiro, puxava água, na época não tinha água encanada, aí puxava água e fazia tudo pra depois ainda ir pra roça. Eu, como era a menorzinha, às vezes ficava em casa, tomando conta dos outros irmão também. Aí quando ele foi fazendo 13 pra 14 ano, aí foi pra trabalhar fora, lá pro Sul, trabalhar, que um tio meu [...], aí foi através disso aí, que tive que sair do colégio pra ficar com minha irmã que era mais nova, a caçula, pra minha mãe poder trabalhar. Naquela época, tipo assim, as condições da gente foi boa. A gente ficava aqui, brincano, fazeno casinha, aquele negócio de pompeu a gente fazia um pompeu, saía por aqui pelas casa que todo mundo era parente, brincano. Então, graças Deus, na minha infância eu brinquei muito, tomando conta de meus irmão, a gente levava pequeno enganchava assim e carregava. Era assim, então era muito bom, né, não foi melhor porque não tinha estudo, porque eu não tive estudo através disso aí, mas a minha infância, falar a verdade, eu hoje tenho lembrança de coisa boa.

O irmão, exemplo de como é visível a divisão sexual do trabalho doméstico, quem faz e quem não faz:

Ele sempre a brincar, né? Mais novo! Era mais dengoso (risos), [...] tinha mais dengo, e a mulé sempre era pá fazer tudo, né? As menina sempre é mais castigada, vai varrer a casa! Vai lavar os pratos! Ele era só pra condoinha trabalhar agora, dende de casa, só eu!

A ausência de estudos em séries mais elevadas motivou Mariana Crioula a limitar sua vida escolar até a 4ª série. Depois, continuou no EJA.

Até a 4ª série. Não continuei porque naquele tempo, [...] porque, não tinha um estudo maior, adequado. [Continuar estudos] Queria... Aí depois eu fiquei... aí, depois de agora idosa foi que eu terminei de completar a 4ª série. Eu saí, agora foi que eu concluí mesmo. Eu tava estudando ainda no ano passado (risos) de noite no EJA.

Maria Aranha não demonstrou, na sua fala, o desejo de frequentar as aulas. As brincadeiras infantis, na época, foram vividas por ela.

Que fui pra escola. Andava uma légua, ia por dento, subia uma ladeira e descia outa, lá no cantinho onde tem o colégio abandonado agora, a gente ia estudar, estudava pela manhã, mas eu não terminei os estudos não. Estudei até a 2ª série, depois ia pra escola brincar, tinha um campo de bola, a gente brincava, bagunçava, depois vinha embora, merendava e vinha embora naquela turma de menino de adolescente que ficava brincano, na hora das aulas a gente não prestava muito atenção na escola, mas eu me arrependo muito. Aprendi fazer meu nome, sei ler pouca coisa, mas não me interessei muito pelo meu estudo não. Eu comecei a trabalhar em casa de família, fiquei um período em Salvador, aí depois com 18 anos eu vim me embora. [...] Brincadeira na escola mermo e não levei adiante, mas eu me arrependo muito, eu tenho vontade de voltar a estudar, mas os meninos que eu tenho não dá pra eu sair e dizer que vou sair pra estudar e deixar os menino.

Parar de estudar, na vida das entrevistadas, foi recorrente. A família de Acotirene, quando o assunto é ‘escola’, ela, sua mãe e Firmina, irmã, assim como as entrevistadas, explicitaram valoração aos estudos. Ela lembra sua mãe, frustrada por não ter aprendido a educação formal. Mas, na adultez, Acotirene continuou a estudar.

Sim, hoje em dia sinto muito, que hoje em dia acima de tudo a pessoa tem que ter o estudo e aqui como as coisas toda vida são mais paradas aí eu não estudei, depois com o tempo que eu voltei, já depois quando tinha uns 23

anos pra 24 anos, já tinha filho e tudo, que começou a ter as aula, aí a ensinar pela noite, aí eu passei ir.

Enquanto Firmina teve vontade de continuar seus estudos, mas o namoro na adolescência, iniciou com 12 anos, também respondeu pela evasão escolar, como narra: “Até que eu queria, mas eu não pude, aí *sair*, depois eu comecei a namorar, a namorar (risos), aí mainha. [...] comecei a paquerar aqui e mainha veio e mandou *pra* Salvador. Me prendi muito cedo a namoro e a casa”.

Na sua fala “A gente não *trabaiou* na roça não, era *mas* em casa”, mesmo a família sendo numerosa seus pais trabalhavam para manutenção doméstica, por isso, a criançada se limitava aos afazeres da casa e estudos. As matizes desse mosaico familiar não foram pintadas na família de Adelina, sua mãe; Dandara, acima analisados, assim como na família de Zacimba, Tereza de Benguela²³⁹, Tia Ciata, Anastácia, Brandina, Maria Felipa, Zeferina, como seguem suas narrativas no desenvolvimento do tópico.

Sua mãe não aceitava seu namoro tão jovem e, por isso, Maria Firmina foi morar com seu irmão em Salvador, também maternou com sua sobrinha. Por lá engravidou, ainda na adolescência, e retornou para junto dos pais para construir casa e família:

Fui embora pra Salvador, levei 2 anos lá, fiquei lá com meu irmão cuidando da minha sobrinha, depois comecei a paquerar. Mais ou menos com 12 anos; aí comecei a paquerar, fiquei lá com ele. Mainha me tirou daqui por causa de um namorado, [...] não queria o namorado lá, ah vai ter que sair pra Salvador, cheguei lá comecei com outro; aí me perdi e da lá a gente continuou, fiquei lá, depois a gente veio chegando aqui, engravidei, construir, aí depois tive minha primeira filha.

Os momentos infantis de Luíza Mahín, assim como de Anastácia, acompanham o ritmo da infância de Acotirene. A vida não deixou o vazio sentido por Adelina e Firmina. O namoro na adolescência e a descontinuidade dos estudos foram vividos, fazem parte da história de vida de Luíza, mas ela rememorou a infância com satisfação. Com 12 anos de idade começou a trabalhar na roça, auxiliava seus pais. Sua carteira de trabalho nunca foi assinada, contudo ressaltou que aos 18 anos casou, foi então que a vida lhe mostrou o lado ruim de se viver.

A infância foi boa agora, mas depois que eu casei piorou tudo pra mim. (Risos) a infância, de nova, [começou a trabalhara na roça] com 12 ano

²³⁹ Suas narrativas foram analisadas no subtópico 4.1.

com meu pai e com minha mãe. Eu estudei até 4ª [parou]. Comecei a namorar (risos) Parei tudo [...].

Esse parei tudo significa deixar seus estudos e viver sua vida de casada. A filha Anastácia participou de nossa conversa, foi ela quem continuou respondendo a causa do ‘parei tudo’: “Casou. É, casou, teve filho. Eu ia completar 18 anos”.

Como justificativa de ter parado os estudos, Luíza ressalta: “Naquele tempo, quase não aprendia nada, naquele tempo tudo atrasado, *né?* Sempre parado, mas [...]”.

Afazeres domésticos fizeram parte do seu mosaico, aprendeu, com a mãe, assim como as outras mulheres, a maternar: limpar casa, lavar pratos, varrer. Como ensina o imaginário social, é trabalho de mulher, e Luíza ratifica: “Não, só eu que ajudava, os *minino trabaiava*, ajudava o pai e a mãe. [...] A infância era bom, a gente tinha tempo para brincar, brincava de casinha, de boneca”.

Enquanto menorzinha a infância existia, contudo, ao ficar maiorzinha, a responsabilidade de trabalhar na roça, certamente, emergiu. Traz recordações, como ‘a enxada pesada e os calos nas mãos’ proveniente do trabalho incompatível com sua força física e idade.

Mas aí depois quando fui ficando maiorzinha, quando chegou a roça, a gente não tinha tempo para muita brincadeira. Com 5 anos a gente já ia com a enxada atrás de meu pai. [Escola] com 4 ano. A gente ia para a escola. Tinha o tempo de ir para a roça e o tempo de ir para a escola. Meu Pai que botava neh, tipo a tarefa de cada um. [...], porque era de enxada neh. Enxada pesa. A gente ficava com a mão cheia de calo. A gente vestia capote, chapéu, plantava laranja, mandioca, feijão, fazia farinha. [...] tem hora que ele - seu filho - tah do lado do pai. Aí tem hora que quando ele ver brigando ele não quer mais conta com pai. Fala: quando ele tiver grande ele vai ver o dele. [...]; aí as meninas falam: “oh meu filho, não faz isso não, que é teu pai. Tua mãe pode xingar, pode falar, o que ela quiser. Mas tu não, você é filho dele. É pai! [...] ele faz, ele não escolhe o lugar de falar ou de me xingar. [...] Mainha e minha irmã que foi tirar, senão eu matava ele dentro desse quarto. [...]. Ela acordou gritando. [...]. Ela começa a gritar. [...]. Ele não sai. Ele fica pirraçando e continua xingando. A filha estuda e está com dificuldade na leitura. Foi tanto que coloquei ela na particular de novo, só para reforçar na leitura. Agora que ela tah pegando um pouquinho. É tanto que a menina não aguenta ver ele falar assim comigo. Que ela já começa a chorar. Aí ela começando.

No contexto cultural considerado, o baixo desempenho escolar da filha, assim como a revolta e rejeição do filho ao pai, revelam as repercussões familiares dos conflitos conjugais e ganham relevo nas narrativas femininas que convergem com os resultados dos

estudos desenvolvidos por Brandão (2006): a reprodução doméstica é ameaçada, os filhos ficam “traumatizados”, “revoltados” ou apresentam dificuldades no desempenho escolar,

As marcas das violências acometidas por homens investidos do poder impotente (SAFFIOTI, 2004) não escolhem a quem atingir. E, no cenário apresentado pela entrevistada, o marido trabalhou como motorista, todavia não informou o tipo de vínculo, mas recordo que ela me contou sobre sua história de vida na infância, soube por ‘outras bocas’, conforme sequência na sua narrativa, a seguir. Antes, porém, destaca a violência contra ela, consequência preocupante na cognição de sua filha, resultou no desencadeamento de retardo no processo ensino-aprendizagem.

Tanto que a pequena está com dificuldade na leitura. Acho que devido o problema, acho que afetou neh. A gente já conversou com um bucado de médico, o médico pergunta o que aconteceu com a família. Aí a gente conta tudo o que aconteceu. Aí ele disse que devido a isso, o problema dela [...] (durante as gravidezes se brigavam) não. [...], da menina eu desmaiava neh, quase que direto (ele presenciou alguma vez seu pai com sua mãe ou você relatou?) não, é que a gente nem sonhava em namorar ainda (e como ele ficou sabendo?) a gente conta neh. Porque ele que pegou o meu pai lá na casa da nega quando morreu. Ele que pegou lá, só que a gente nem se conhecia ainda (unhum) ele que tirou de cima da moto quando caiu.

Analogia com a violência sofrida por sua mãe.

Acho que a diferença só era a bebida, que meu pai não bebia. E ele bebe muito. Uma vez ele bateu o carro ali embaixo. Quase morre, derrubou 5 postes, o poste do transformador foi o que ele bateu o carro. A sorte dele foi que o poste caiu de lado, não em cima do carro. Esses meninos ficou doido quando o irmão deu a notícia; tem bem uns 4 anos já. A gente veio de Salvador para cá, era um tempo de festa. Chamou ele, deu conselho, mas ele não escuta não. Não escuta ninguém não.

A sobrinha dele falou, ele vai acabar igual ao pai dele, sozinho. Sem ninguém querer conta.

A mãe de Anastácia relatou a violência intergeracional na família de seu genro: “O pai matou a mulher. A mulher de resguardo. Deu uma surra de facão!”

E, Anastácia, continuou:

A mãe dele vivia de baixo dos pé de pau com os filho tudo embaixo. Que o pai dava surra de rebengue, de cavalo! A cunhada do meu marido que me conta. Que ela que foi a primeira da família a entrar. Que ela que criou os irmãos dele tudo, inclusive ele. Ele ficou com 4 anos quando a mãe morreu.

Ele nem conheceu a mãe. Causa morte foi das brigas, que a mãe fez cirurgia e ele deu uma surra. Subiu para a cabeça, matou na hora. Cirurgia, ela teve criança, foi. Ela ligou [estrangulamento de trompas], que o último foi ele, o caçula, ele tinha 4 anos. Então quando ele tinha 4 anos, ela foi fazer ligação para não ter mais filho. Aí ela, de resguardo, acho que queria pegar ela a força. Aí pegou e deu uma surra de rebengue. Ele também maltratava muito ele. Disse que batia por causa de nega, que ele saiu de casa com 12 anos. Que a nega fazia fuxico dele. Aí o pai pegava para bater. Ele era muito agressivo com os filhos.

Nesse contexto vivido por Anastácia com o marido, busco as contribuições de Gregori (1992, p 196), para quem a mulher que vive situações cotidianas de violência utiliza como motivo para explicá-las, por exemplo, o histórico de violência na família do marido, que reproduz em sua própria família e com a esposa a forma violenta como ele foi educado.

A mãe de Anastácia reforça, identificando o *continuum* da violência paterna: “É a mesma coisa com os filhos dele. Ele não tinha aquele carinho...”. E Anastácia ratifica: “Não. Eu estava contando a ela. Ele grita. Aquele nervoso com os meninos, os meninos não pode falar nada que ele *se poca!* Essa agressividade, segundo ela, independe de estar alcoolizado ou não. Sempre nervoso”. Anastácia rememora a opinião de parentes de seu marido no tocante ao tratamento dele para com sua prole. “Que ainda os parentes dele lá em cima fala: ‘Ave Maria J., não é assim que se cria filho não. Não é desse jeito que você faz com seu filho. Como se fosse um bicho’”.

Opressão feminina, patriarcado, humilhação - filhas, na obediência ao pai, eram forçadas a realizarem atividades laborais para a mulher com quem ele mantinha relação extraconjugal.

E a rente ainda era obrigada a ir pá raspar mandioca dos filhos dela, [mãe - era...] se a rente não fosse, a rente apanhava. Aí as ali, que tem a venda de T., minina passava tudo suja de mandioca, de dia de sábado, a venda cheia assim de gente, as minina tudo suja. Anastácia - de manhã ele já acordava: levanta logo, desgraça, cabrunco, estopô, era o nome das gente três porque a outra já tava em São Paulo. Mãe - Que a gente não xinga esses nome aqui. Que era pra ir trabaiar! Cedo! A rente levantava tudo assombrada. Mãe - rastano a inchada, aqueles inchadão, deste tamanho! Tá pensano que é brincadeira? Anastácia - meio-dia, ninguém podia sentar pra descansar, tinha que voltar logo pra roça. Mãe - era...

As crianças e mulheres são as principais vítimas da violência intrafamiliar, que se manifesta de diferentes formas, física, verbal, emocional, entre outras. Conforme Rodrigues e Chalhub (2014), referendados em Martins e Bucher-Maluschke (2005), educar de forma autoritária envolve moldar, exercer controle e julgar o comportamento e as atitudes dos filhos

conforme o padrão de conduta estabelecido pelos pais. Eles conferem demasiado valor à obediência e à autoridade como uma virtude que deve ser preservada mesmo ao custo de medidas punitivas, e até mesmo abusivas, para ‘quebrar a vontade do filho’, quando sua autoridade é ameaçada.

As crianças no cultivo da terra.

Mãe Oh! Deus! Se acabava toda! Graças a Deus que agora trabaia pouco, né? A rente pegava inchada com 5 ano. Ele na frente, a rente atrás. Luíza contou que suas filhas, ainda, crianças trabalhavam como se fossem homens: vocês faziam que nem homi, mai do que homi! Não vê, era em carroça, era tudo! As minina se jogava, era bicho, gado pá amarrá! Nera não é? Capinavam, todos os trabalhos da roça? Fazia, tudo. [...]. Tem horas que a gente nem prefere falar. A gente já sofreu tanto!

Para Zacimba Gaba, sua fase infantil, além da dureza de ser pobre, foi criada longe dos pais biológicos, contudo não demonstra ressentimentos por ter vivido com a avó paterna, a mãe de criação, mas somente conheceu a mãe tardiamente. Entretanto matizes descoloridas pintaram seu mosaico nos primeiros anos de vida. Nas narrativas a seguir, explícita quão doloroso foi ter ofuscado seu brilho em querer ingressar na educação formal naquela época em que foi acusada de furtar em sala de aula. Situação posteriormente resolvida, mas não conseguiu apagar a mancha do racismo, da discriminação e preconceito racial a que foi submetida. Sua modéstia em dizer que a fase infantil de sua vida foi pouco complicada não esconde a frustração de não ter continuado seus estudos e, mais, ser acusada por questões de raça e classe. É bem verdade que “[...] o preconceito [...] pode se constituir uma fonte de violência (BANDEIRA; BATISTA, 2002, p. 120).

*Minha infância foi um pouquinho complicada, sofrida. [...] Eu fui criada com minha avó e minha tia. Minha tia casou, outra foi pro emprego e ficou eu minha avó. Aí lá ela chegou no ponto que a bicha do chão mordeu ela, ficou com remasco nas pernas que não podia trabalhar, e a gente era rendeiro, morava de renda. E aí o que tinha de fazer com 10 ano, eu comecei trabaiaando na casa do patrão e pagando renda pra sobreviver com minha avó. Aí depois de 16 ano meu tio comprou a terra, aí daquela terra que ele comprou ele deu um lotim para ela fazer a casa (Zacimba Gaba).
Oh, o estudo... minha avó... tive estudo, só que minha mente, eu não aprendi. Eu levei 6 ano na escola. Eu entrei foi de 4 a 5 ano, não de 6 a 7 ano que naquele tempo as mães só botavam os filho 7 ano na escola. Mai não aprendi nem fazer meu nome, não aprendi porque naquele tempo o rico tinha preconceito aos nego. Entrava os nego na sala, quem tinha valor era quem tinha condição, que entrava com um brinco banhado a ouro no oreia, uma volta no pescoço, mai os fraco que anda com um chinelinho torado, uma roupinha de chita, não tinha valor. Se tivesse um defeito na sala foi aquele fraco que fez.*

Sabidamente, a entrevista distingue punição de humilhação. A punição para ‘corrigir’ o erro, já a humilhação destinada à ‘raça’ inferior e reforçar com tratamentos diferenciados. Barros (2005), ao analisar, em seu trabalho acadêmico para formação cidadã de docentes, o tripé escola, racismo e violência, salienta:

O racismo contribui de forma decisiva para a existência da desigualdade social porque **hierarquiza os indivíduos com base em sua cor/raça**²⁴⁰. Desta forma, quem é identificado/a como branco/a é considerado melhor do que quem é negro/a. A diferença, que nos torna únicos e é comum a todos os seres humanos, numa sociedade racista torna-se justificativa para a desigualdade (p. 1).

A maneira de definir ‘punição’ e ‘humilhação’ traduz, nas palavras da entrevistada, a discriminação sociorracial. Estudantes com condições favoráveis eram punidos para aprenderem a ser sociáveis, já os fracos, pessoas sem condições, deveriam ser humilhados porque não são ‘gente humana’, são subalternos e a humilhação serve para inferiorizá-los mais ainda. Tratamento desigual para desiguais socialmente. São comuns práticas discriminatórias em ambientes escolares, as quais enfraquecem o processo identitário racial ao enaltecerem uma raça sobre a outra. As escolas²⁴¹ precisam fazer seus deveres de casa e serem espaços de diversidade cultural. Sobre essa problemática, Gomes faz a seguinte reflexão:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores (as), sobre a importância da diversidade cultural? (2005, p. 42).

Os colegas, as colegas e as professoras também *punia* as pessoas de condição. Punia o que tinha condição, os *fraco* não, os *fraco* podia *tá* certo do jeito que tivesse não era punido, era sempre humilhado. E aí eu não sei se era meu jeito mesmo, quando ele falava que foi a gente *de fez* as *coisa* e que dizia que não, a professora dizia que foi a gente que fez.

Ainda em relação à necessidade da escola (re) construir sua base de ensino, Barros (2005) aponta para a questão que a comunidade escolar é basicamente formada por pessoas,

²⁴⁰ Grifo meu.

²⁴¹ Embora, na época da situação de violência racial contra a estudante, as legislações nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 objetivassem obrigar a rede de ensino a incluir no seu currículo escolar a História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena, não estavam em vigor, mas precisamos ‘incomodar’ a estrutura educacional brasileira, baiana, a fim de minorar as violências raciais e psicológicas que crianças, adolescentes e até adultos são submetidos pela supremacia branca, elitizada.

neste caso, docentes, são seres sociais que influenciam e são influenciados socialmente. Neste aspecto,

A escola não é um espaço separado do restante da sociedade e, assim sendo, também é afetada pelo racismo que existe no meio social do qual ela faz parte, ajudando a reproduzi-lo e contribuindo para a sua manutenção. A discussão sobre racismo no contexto escolar leva-nos à reflexão sobre um fenômeno a ele diretamente ligado: a violência. Uma maneira de entender como a violência que se manifesta na escola é afetada pelo racismo é observar as diversas formas que ela assume. A violência nem sempre se manifesta através da agressão física, pois muitas vezes observamos situações em que o professor age de forma a violentar o aluno sem agredi-lo fisicamente (BARROS, 2005, p. 4-5).

A discriminação racial sofrida é capaz de ceifar o direito de crianças como Zacimba a acessar a educação formal.

Eu mesmo tenho um trauma de, a menina que tinha mais futuro guardou uma volta na carteira, que antigamente a carteira era aquela que tinha uma gaveta, aí botava as coisa tudo dentro da gaveta e ficava, quando eu sair primeiro da sala ela ficou por último e percurou a volta e não achou, aí juntaram tudo pra dizer que foi eu que panhei. Aí foram correr atrás de mim as pessoa de condição, tem gente daqui mesmo que mora nesse local e que naquele tempo da infância ajudou a correr atrás de mim também dizendo que eu tinha robado a volta da menina, aí correu atrás de mim sem eu saber o que era. Lá vai correndo até que chegou na casa do filho do patrão da gente, minha tia da bunecando fumo aí eu entrei, aí ela saiu fora e perguntou o que era, eu disse que era os menino que tava correndo atrás de mim, quando ele chegou de junto ele disse: não, foi ela que roubou, foi ela que roubou a vorta de fulana de tal. Aí minha tia perguntou: oh T., foi tu mermo? Eu disse: não tia, não foi eu não, tenho nada aqui dentro não. Por de trás dela achou a volta dentro da carteira. Aí vieram, vieram dizer que achou a volta, a minha tia ficou revoltada por isso.

Na condição de acusada de furtar a corrente da colega, Zacimba, ainda criança, descobre que pobreza é sinônimo de desonestidade, cometer infrações, e explica:

Pra falar a verdade a gente era bem fraquinho naquele tempo, não tinha nem o comer, mas mexer com nada do joto a gente não mexia, que minha avó criou a gente, passava fome, mais bulir no que é do joto não. Eu tinha faxa de uns 9 ano, de 8 a 9 ano, eu tinha uns 2 anos que tinha entrado na escola [...]. Aí também não aprendi nada, minha avó me tirou. Era uma vez o desejo de estudar e aprender a ler e escrever. [...]. Aí eu parei de estudar, minha vó tirou de eu estudar, quando eu vim estudar já estava já crescida, aí Mobra de noite, aí depois a gente mudou pra cá, depois de 17 em diante comecei a estudar e pagava uma menina mai nova do que eu pra poder eu estudar. Aí foi que eu conseguir fazer meu nome. Aí depois que eu casei, sempre ia estudando, eu vou vê se eu estudo

pra treinar meu nome e aí fiquei nisso, ou bem trabaiar estudar a mente não pedia pra aprender a ler. Meu nome eu sei fazer, o nome dos meus meninos, não sei ler, mai sei fazer meu nome, o nome dos meus filho, aí não me bato em lugar nenhum. E desse ano ainda dei o nome para estudar o TOPA, tava no EJA no ano trasado, depois eu sair. Sair do EJA, não vou estudar EJA não, não quero estudar mais não, matriculei no ano passado e não fui. Esse ano que minha genra tá aí, dizendo que vai ensinar o TOPA, aí pra eu ajudar ela eu botei meu nome, pra poder estudar com ela.

Enquanto na infância duas entrevistadas se assemelharam, o processo de adolescer não acompanha essa simetria, experienciaram sensações distintas, como seguem nas narrativas:

Para Luíza: “Foi bom a adolescência, foi bom *pá* mim, estudava, brincava, passeava, ia *pá* missa. [...]. É, por aqui mesmo. Nunca mudei daqui não, sempre aqui. Casei e fiquei aqui *mermo*”.

Já Acotirene: “Na minha adolescência, *pra* falar a verdade eu não tive nem assim adolescência, sabe eu não tive nem o que, porque eu comecei a trabalhar com 14 *ano* e *a depois* comecei a arranjar um namoradinho. Com 15 anos mais ou menos”.

Anastácia também não teve o mesmo gostinho de felicidade que sua mãe rememorou. Embora a sua evocação: “A gente não sabia quase nada da vida”, mas concluiu o ensino médio; o não saber de nada, certamente, justifique a lacuna na educação familiar, ensinamentos de seus pais, a mãe sempre submissa ao marido, seu agressor²⁴². Quiçá tenha ficado na memória subterrânea a opressão experienciada pela mãe e o seu silenciamento.

Adolescência: “Mais difícil neh. A gente não sabia quase nada da vida. Porque mainha era fechada, não conversava muita coisa assim com a gente. A gente vinha e aprendia mais as coisas na escola. Porque a professora explicava como *era* as coisas. Silêncio... bom neh, até os 18, porque eu terminei meu estudos, me formei, fiz minha formatura”.

Anastácia, embora tenha ‘aprendido’ tardiamente sobre a vida, conseguiu se formar em Magistério e trabalhar. Casou-se na juventude.

Formou-se: Magistério. Depois que eu casei. Que eu tive um filho. Aí o menino ficava com mainha. Eu trabalhava na firma, na Fame. Aí eu parei de trabalhar em 2012. Porque eu fui para Salvador, aí fiquei 3 anos lá e depois voltei.

Por outro lado, Maria Crioula coloriu seu mosaico com as matizes bem distintas: para sua infância, escolheu cores representativas da pobreza extrema, estudos interrompidos

²⁴² Conforme suas narrativas sobre a violência doméstica.

por falta de política pública de educação na sua comunidade rural, do trabalho infantil precoce na roça para auxiliar os pais e comprar sua sandália e seu vestido; sem casa própria, a maternagem; para colorir a adolescência, suas cores simbolizavam o círculo restrito de amizade: “Não tinha tantos *amigo*, não tinha brincadeira, né?”. Seu mosaico também representou tintas alegres que pintaram a mudança de vida, a casa própria, a roça própria, seus momentos das brincadeiras, das escolhas de namorado [sempre atenta aos conselhos de sua mãe]. Eis suas narrações, a seguir:

De pequena eu comecei foi cedo. Com 7 ano foi que eu comecei a estudar; naquele tempo a gente começa a estudar com 7 anos. Meu pai era pobe pobe pobe, aí andava, ele fazia cavão pá pode tira o sustente. [...] Vender pá compra comida, e ainda gostava de bebe. Eu arrancava toco, toco, quando meu pai facilitava a picaretia eu saía arrancano os toquinho mais fino pá fazer uma cavoroinha pra vende pra mim pra começa compra uma sandália. Aí minha mãe inha mais ele vendia [...] e já segurava o dinheirinho (risos), [...], vendia o cavão e ele dava o dinheiro a ela, ela comprava roupinha pra mim. Meu outo irmão, que era mais encostado, ele, pá (estalou os dedos) levou um tempão pá calça uma sandália... ficava descalço, fica descalço mermo, porque naquela época era fraco, era fraco mermo. Na roça, eu arrancava toco! Trabalhava, com 7 ano, 7 a 8. Trabalhava de enxada, cavava covinha pá prantá mandioca e carregava toco pá meu pai fazer cavão, eu e meu irmão; na cabeça, e ainda tinha que andar rápido pá chegar em casa e 11 horas pá ainda tirar, tomar abanho e ir pá escola. E a escola [...], andano de pé, nó sol quente porque não tinha carro, de tarde, de manhã tinha que trabalhar. [...] Meu pai eu inha carregar toco e na roça mais minha mãe. [...] [...] os mesmos trabalho. Se era capinar, tava capinano, se era pá cavá, todo mundo tava cavano, se era pra prantá, todo mundo tava prantano. Prantava amendoim, prantava milho, o que deva pra prantá.

Em casa os trabalhos domésticos eram designados a ela por sua mãe. Mais uma menina-mulher, aprendendo a maternar:

Minha mãe fazia, mas quando ela saía ela mandava eu fazer. Depois Deus ajudou que minha mãe mudou de lá, nesse tempo ela morava de renda. O patrão não deixava ela prantar roça não viu! Que era pra pagar só pra ele. Depois ela mudou pra casa de minha vó, que tinha uma herança, aí ela fez uma casinha e aí a gente foi plantando uma rocinha para gente, aí o negócio foi melhorando pra gente.

A situação de morar na casa do ‘patrão’ e pagar o ‘aluguel’ com trabalho na roça foi também rememorada por Zacimba Gaba, ela e sua avó passaram anos nessa situação, depois que seu tio comprou terras, então libertaram-se do trabalho escravo.

[...] e a gente era rendeiro, morava de renda. [...] eu comecei trabaiano na casa do patrão e pagando renda pra sobreviver com minha avó. Aí depois de 16 ano meu tio comprou a terra, aí daquela terra que ele comprou ele deu um lotim para ela fazer a casa. [...] A gente morava na casa das pessoa que tinha propriedade e tinha casa, que o fazendeiro tinha casa pequena, pra render pra aquela pessoa que não tinha. Aí a pessoa tinha que pagar um dia de renda, ou pagava um dia de renda por semana ou dava um dia de trabaio o dia todo, sem direito a nada, só pela aquela casa, ou se não ele botava pra fora. Aí depois de 16 ano a gente veio morar em casa propi, que meu tio deu o lotinho. Aí o patrão não deu nada naquele tempo, só deu a casa pra desmanchar, pra fazer no terreno de meu tio.

Famílias residentes em zonas rurais sem terras para o cultivo geralmente aderem a essa modalidade de mão de obra explorada pela via do trabalho precarizado. E, apesar de a avó de Zacimba ter permanecido provisoriamente nessa situação de dependência, a família foi acometida pela violência no campo. A questão latifundiária, e principalmente terras ociosas, contribui para que homens e mulheres que sobrevivem do trabalho rural fiquem sob a tutela de proprietários de extensos territórios e exploradores de mão de obra. Dessa forma,

A violência no campo acontece quando as famílias camponesas, mesmo com sua pequena propriedade, não conseguem produzir o suficiente para manter as despesas básicas da estrutura familiar. Isto se agrava ainda mais quando as famílias camponesas não têm terra, vivem de arrendamento ou de parcerias nas terras de outros. As mulheres são as que mais se agoniam, pois os filhos quando estão com fome é a elas que vão pedir comida. A falta de uma renda mínima, materiais para os filhos estudarem, frustrações de safra, ausência de uma política agrícola adequada, enfim, a decepção com a vida no campo (sem perspectiva de sobrevivência), se tornam sobrecarga cotidiana às mulheres (DARON, 2009, p. 38).

A entrevistada e sua avó, com quem convivia, passaram por percalços devido à condição de pobreza. Elas conseguiram ter casa própria com o apoio de um dos tios. A aposentadoria da avó chegou em seguida e contribuiu para melhorar a vida familiar.

A narrativa sequenciada de Crioula pode ser analisada a partir da analogia entre sua vida conjugal e de sua mãe. A convivência de seus pais, embora no cenário rural, como ela e o marido, permaneceram juntos. Já seu marido, trilhou caminhos diferentes e abandonou a família: “[...] Morava junto, só se largaram depois que morreu. Porque, apesar de passar necessidade, mas os casal era unido, era *pobizinho*, mas vivia era *lutano pá* eles dois e os dois filhos”.

Depois de casada e grávida, com o falecimento da avó e da mãe, Crioula foi trabalhar, formalmente, numa firma fumageira. Apesar do ‘verde das folhas de fumo’, é certo que seu mosaico foi pintado com matizes representativas da cor do trabalho árduo, grávida,

indo de bicicleta ou carro ‘de boi’, trabalho sazonais, enfrentando as adversidades mas, seguiu...

[...] eu tava grávida e grávida não podia ir, não podia trabalhar, aí depois que minha mãe, minha vó, minha mãe morreu; aí que eu fui trabalhar contínuo, nesse trabalho...; lá a rente prantava essa pranta, moitava o fumo, tirava essa folhinhas véa do caminho com mai de não sei quantas distância de, de tamanho de metro. A rente colhi esse fumo e tirava as folhinha toda, acho que é isso, que me, o remédio de minha coluna hoje. A rente trabalhava dia santo, feriado, dia de sábado; pá infíá esse fumo! Dava tarefa, pá tirá, essas, essas folhinha, pegava tarefa. Trabaiava 01 hora, 02 hora da tarde... um bucado de mulé, né? A um grupo deu mulé pá, enfiá esse fumo, a rente botava esse, culhia se fumo, botava lá! Pá infíá esse fumo todo! Só sai quando botava esse fumo todo na teia. Tinha dia que eu saía de lá... e eu inha na fermentação, [...]. Eu inha de bicireta! Eu já trabaiei lá! Quando a gente fichava num lugar eles levava a rente pá outos campos, entendeu? Mai, nesses outos campo que eles levava, a rente inha de carro, de carro de boi (aumentou a voz), todo fechado! [...] Aí, fichei... quando não achava nu lugar, corria pá outro lugar! Aí, uma vez, eu fichei lá na fermentação... no campo. Inha daqui, de lá. [...].

Quando minha mãe morreu [...] eu trabaiei muito tempo, sabe? Eu trabalhei assim, 2 mês, 3 mês, 4 mês, aí já saía porque o fumo, só era o emprego enquanto tivesse o fumo, porque o fumo colhia rápido, porque no verão ele já acaba né? Quando chegava, a rente começava em abril, maio...; abril era pá prantá, maio pá, já tava grande; São João, e em agosto quase em julho..., já tinha, já dava baixa pá todo mundo saí. Ainda eu trabaiei in até 94. (Pausa). Aí em...

Comumente, mulheres e homens que residem nas zonas rurais, quando trabalham com CTPS assinada, há necessidade de cultivarem em suas próprias terras, esta atividade lhes assegura, futuramente, aposentarem-se e receberem o FUNRURAL.

Em 2000..., 2009, trabalhei o último m, último ano, mas como eu trabaiava lá e prantava roça em casa, aí eu tinha prova... tive muita prova, aí... mermo meu benefício [...] de rural, mas, com as prova que eu tinha, [...], levou pá Justiça, o juiz me concedeu, me pusentei como rural.

Com essa nova configuração do contexto familiar, os papéis se inverteram e agora sua filha cuidava da casa e de irmãos e irmã: “E aí, minha *minina* de 10 ano que ficava em casa, *cuidano* dos outos”. A maternagem hierárquica.

Na construção do mosaico de cada vida das MTR as matizes coloriram, distintamente. Tia Ciata, mulher encorajada pela esperança de (re) começos diferentes para sua história de vida, sofreu muito na sua infância. Ouviu da mãe e das tias que o parto de sua mãe, no seu nascimento, foi trabalhoso. Diferente das reflexões anteriores sobre a fase

infantil, Tia Ciata rememora excertos sórdidos a partir da convivência com a figura materna. As cores da tristeza, medo, solidão, pobreza, desamor... Simbolizam o começo de sua trajetória de vida. Ela conta, a seguir:

A minha infância foi uma infância muito difícil pra mim. Primeiro, minha mãe, minhas tias já falavam que eu dei muito problema quando fui nascer. Que eu nasci de joelho, minhas pernas eram coladas na bunda, não chorei, disse que eu quase matava ela, tinha raiva de mim por causa disso, que ela fala e pedi muita esmola quando era pequena. Andava, mas ela; andava comigo, a caçula, eu sempre carrega caçula que era eu, a mais velha [...], mas, quando ela bebia; [...] ela tinha que me levar, [...]. Então muita gente aqui me conhece assim: Maria tu era pequenininha, tu andava com tua mãe, sim e hoje eu tô aqui, e Deus, ninguém fez nada com você é porque Deus não quis, mesmo naquele tempo os homi não tinha malícia que tem hoje, então eu ouvia muitas coisas. [...], mas eu acho que era pequena, acho é 3 ano ou 4 porque, quando me lembro. [...] uns fala que minha mãe bebia muito [...] e sempre ela bebia só que ia comprar as bebidas era eu. Eu era pequenininha, mas eu nunca gostei que ela bebesse. Pedia muita esmola e minha mãe bebia muito, muito, muito mermo e o dia que não ia pedir esmola ela me dava uma surra, todos os dia minha mãe me dava uma surra. Ela que obrigava. [...] porque a gente não tinha o que comer. E ela não vivia com meu pai. Meu pai era um bom homem, mas só que tinha outra mulher. Só que ela não concordava, ele com outra. Aí, quando ela bebia, ela batia muito na gente, me batia, nas outras não, mas eu, batia, eu dormi muito na rua aonde ela ia a gente dormia com ela. [...]. Então eu já vi muito homem pegando minha mãe, estuprando, usando. Só que naquele tempo eu era pequena, naquele tempo eu acho que ninguém, homem nenhum pegava criança, então eu via tudo ali de perto, minha mãe deitada bêbada no meio da estrada e eu olhando aquela cena dali, ela sendo abusada e eu sem poder fazer nada.

Quando eu tava grávida dessa menina daí, oh, eu nunca gostei que ela bebesse que eu escondia e derramava. Ela uma vez tentou me pegar pra cortar de facão, a salvação foi meu avô, que não deixou, porque [...]. Quando ela procurou a cachaça ela falou que foi quem tinha derramado, aí ela correu atrás de mim com o facão, eu subia e descia a ladeira, subia e descia a ladeira correndo, meu eu avô agarrou ela, ela mordeu meu avô, o sangue saiu, a mulher segurou ela, aí tomou o facão da mão dela. [...]. [...] Trabalhava lá pra ganhar um prato de comida pra eu não passar fome e lembrando minha irmã que estava aqui, que eu tinha pena de minhas irmã [...].

Trabalhei na roça, trabalhava, catava baixeira, agora não estudei. Eu vim estudar em Salvador, eu tinha 11 ano e a mulé que eu tomei conta das crianças em Salvador da segunda casa, [...] o homi me abusava com a vassoura e não deixou eu ir pra escola. Eu fui pra escola porque a cunhada me deu um lápis, um pedaço de lápis e um resto de caderno da filha dela e [...] eu fui pra uma creche caindo aos pedaços [...] estudei, fiz a 4ª série lá terminei de fazer a 4ª série todinha, aí terminei meus estudos aqui. Porque minha mãe não botava a gente na escola. [...] só estudou depois de véia. Tinha muita vontade de aprender a ler, que via os pessoal aprendendo a ler. Ah, meu pai ele era assim, aqueles povo de antigamente, que minha mãe e ele, ele não vivia com minha mãe. Ele casou e foi morar com outra, meu [...]

naqueles tempo disse: ah, escola é pra quem tem dinheiro, não sei o quê, naquele tempo quem não tinha condição não estudava.

A roça era difícil, a gente tinha que catar baixeira, acordar 4h, 5h da manhã. O fumo. A gente planta o fumo, [...], aí o baixeiro é um fumo bem ruim que fica embaixo do pé do fumo. A gente acordava 4h da manhã, quem chegasse primeiro catava mais e vendia pra gente comprar biscoito, naquele tempo comprava biscoito, bala. [...] Catava muita castanha pra vender também naquele tempo, muita castanha. Já capinei muito. [...], já plantei manaíba, fumo já plantei, feijão já plantei. Milho, já plantei, já trabalhei na roça dos outro plantando. Hoje em dia que tô nas casa dos outro, e aqui no secador, [...]. O pai da minha menina desde quando nasceu só dá até hoje, hoje não, que já parou. Só dava \$ 100. Agora o pai do meu menino manda direitinho pra ele. Eu recebo [BF] \$ 160; [...]. Doméstica. Tenho 2 meses. [...], eu vou 7h da manhã e chego umas 5h, ganho \$ 400 e faço tudo. É cansativo, lá não assina carteira. Já conversei ela disse que não tem condição.

Em meio à triste narrativa de Tia Ciata, as evocações de Brandina não escondem a felicidade vivida na fase infantil. Ela cresceu em ambiente familiar que, apesar da pobreza, os matizes pintados, harmonicamente, no mosaico da convivência entre seus membros, deram brilho a seus olhos e estamparam um sorriso ao contar sobre esse período de sua vida. Suas narrativas, evidenciam:

Minha infância foi ótima porque sempre eu tive apoio do meu pai, de minha mãe, mais em termo de colégio sofria bullying que era tinha apelido de lubizone, que isso me machucava por demais. Então foi uma fase assim em termo de família foi ótimo.

Como sempre há espinhos em meio às rosas, na escola ela foi discriminada racialmente por colegas, e os apelidos pejorativos vieram no ‘pacote’:

[...] Mas no colégio foi assim difícil mesmo, que tinha dificuldade de pegar os assunto, tudo isso os colegas ficava fazendo hora da cara e tudo. Os penteado que minha mãe fazia tranças, fazia duas trança, uma subia e outra descia e era chamada também de vaca mucha, que era o chifre da vaca. Chorar, chorar, às vez não queria ir pro colégio. Com o tempo foi superando, aí eu parava de chorar, aí eles me deixa queta e ia procurar outra pessoas. Por que eles procurava sempre que ficava chatiada ia pra cima pra brigar sempre procurava vítima assim. Aí quando ficava queto eles deixava queto. Alguns apelidos durou até a adolescência.

Enquanto criança, ainda suportou a discriminação e preconceito racial, já na adolescência enfrentou o colega com pedra.

Na fase de adolescente partia pra cima, na porrada mesmo, que aí eu nunca me esqueço um colega que quebrou a cabeça, não aguentei na mão dei uma pedrada, quando vi o mé descendo, desse dia nunca mais nenhum me perturbou, foi agressão mesmo.

A sala de aula ainda permanece como um espaço reprodutor de estereótipos, há poucas reflexões sobre o preconceito e os professores não atuam de modo a desconstruir os estigmas associados àqueles que desviam das normas socialmente construídas, no tocante à sexualidade, moral, inteligência, raça, credo religioso entre outros (CORDEIRO; BUENDGENS, 2012).

É frequente, e minha pesquisa traz esse resultado, filhas de pais que labutam na roça exercerem, ainda na infância, atividades classificadas como auxílio, ajuda nas atividades laborais. Geralmente, estudam em um turno e trabalham no outro. Há casos de evasão escolar para atender ao ‘chamado’ da roça. Mas, não foi assim com Brandina.

Mais ou menos um 6 a 7 anos por aí, que ia pro colégio quando chegado do colégio, principal época de fumo aí tinha que ir pra roça carregar fumo pra não queimar, aí tinha a tarde pra ajudar, almoçar e ajudar tipo segurar fumo ou bunecar²⁴³ (riso). É quando pega o fumo, primeiro corta, depois esponduras e ele seca, aí quando seca faz as bunecas pra arrumar na cama. Faz umas trouxinhas e enrola com própria folha do fumo. [...]. Geralmente era assim, quando era época de cortar fumo aí sempre tinha trabalhador cortando, aí a gente só fazia todo juntos, fazia carregar pra arrumar na área pra depois empendurar e a tarde, sempre ia parte, amarrando e outra parte, espundurando. Quando era época de capina a mesma coisa, todos ia capinar também. Não, não.

Figura 27: Folhas manocadas e penduradas para secagem, Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2017)

²⁴³ Manocar. *Bunecar* é o nome popular falado nas comunidades rurais.

Seu tempo diário era dividido entre escola, roça e a casa. Ela é mais uma da lista das crianças que aprenderam a maternar. Em sua narrativa, explícita a divisão sexual do trabalho doméstico. Para ela, o sexismo responde por essa desigualdade de gênero na sua família.

Aí geralmente quando chegava em casa as mulheres uma ia varrer a casa, outra ia lavar os pratos, outra ia tirar água. (riso). Não, era sempre a mãe que botava sempre a gente era fazer alguma coisa e os meninos sempre ia jogar bola, ia brincar com outra coisa, ia sentar pra assistir televisão. Não. Não ajudava não.

Brandina, na esperança de contribuir com a melhoria de vida familiar e continuar seus estudos, aceitou trabalhar como doméstica para uma família, que prometeu cuidar de sua educação formal. Contudo a sobrecarga de trabalho e o descaso da ‘patroa’ frustraram, temporariamente, o sonho da adolescente. Porém sua determinação em ampliar seus conhecimentos formais permaneceu na sua vida. Nesse período experimentou a exploração de sua mão de obra, precarização salarial, opressão, discriminação racial e de gênero. Mal dormida, mal paga, mal alimentada, enfim, submetida a condições subumanas. Suas narrativas expressam seus sofrimentos. Ela, à época, tinha uma concepção ingênua do “mundo opressor”: “Não tinha essa consciência. Na época, eu era uma menina grande, não tinha noção que hoje tenho, não vejo as coisas como hoje vejo, via o mundo como tudo fosse natural”.

Minha vida se resume nisso, [...] trabalhei numa casa durante 9 anos onde comecei a trabalhar desde 14 anos. 14 anos que comecei a trabalhar, quando ele veio me pegar aqui na casa de minha mãe disse que eu estudar. Quando chegou lá não me botou pra estudar, aí eu fiquei, posso dizer que acabei 9 anos da minha vida. Não sabia não. Inclusive meu pai uma vez ele foi que até isso eu fazia que é tomar conta de uma granja e criava frango, até isso eu fazia, trabalhava na casa e criando. Que aí ele viu, o trabalho pesado, aí ele não, isso aqui não é trabalho pra tu não. Aí foi, demorou depois disso que ele me viu lá, demorou mais ou menos 2 meses eu sair. Que era um sítio, então era trabalho pesado mesmo. Tinha que ir pra brejo pegar vaca. Isso tudo. Se a vaca atolasse no brejo tinha que ajudar desatolar, cortar capim, varrer quintal, que o quintal era imensio, dá comida a galinha, era 9 mil frango, tinha que dar comida a esse 9 mil frango, carregar ração de carro de mão pra botar. Então a noite você tava sem condição nenhuma. Mas, nem tudo tá perdido pra quem quer alguma coisa. Então agora com 41 anos que vim concluir o ensino fundamental, terminei o fundamental e onde pretendo, com a graça do Senhor, fazer uma faculdade. E a faculdade que eu peço ao Senhor que ele me inspire e me dê sabedoria pra fazer é a de gastronomia, que onde eu amo de paixão cozinhar. Então é isso [...].

Como é que poderia estudar com a sobrecarga? Lá não tinha colégio de noite. Se tivesse colégio de noite não tinha como eu ir, pra chegar na vila era 2 km e meio, mata de uma lado, mata de outro. [...] considerava como trabalho escravo mesmo, porque doméstica tinha direito a uma folga por semana e eu tinha uma por mês, vinha no sábado e ela queria que voltasse no domingo, aí voltava na segunda. Era trabalho escravo, considerava como trabalho escravo. Não tinha essa consciência. Na época eu era uma menina grande, não tinha a noção que hoje tenho, não vejo as coisas como hoje vejo, via o mundo como tudo fosse natural. [...].

Na fala da entrevistada essa prática de ‘convidar’ crianças e adolescentes das áreas rurais para explorar em casa de ‘família’ é recorrente.

[...] Várias vizinha aqui passou por essa situação, principal assim na zona rural os lavradores e lavradoras que tinha muitos filhos, sempre eles vinha procurando menina pra trabalhar na casa e aí pra ser explorada, na verdade, porque ia ser trabalho escravo mesmo.

Sua fase da adolescência traz as marcas dolorosas dessa experiência de vida. Nem estudos. “Mas aí eu acho que foi um direito que ela violentou, tipo assim, tampou dentro de uma panela e deixou sufocado”.

Tampouco recebeu salário para contribuir com as despesas de sua família.

[...] Uma época que minha mãe e meus irmãos tava passando numa fase difícil que a gente chegou até passar fome, então aí eu não poderia sair que pouco que ganhava fazia falta pra trazer algo pra eles [...]. Minha adolescência. Sobre o estudo que eu parei como eu disse à moça que veio me pegar pra trabalhar ela disse que eu ia estudar, então isso. [...] Porque pra mim foi uma decepção tão grande [...]. Eu tinha 15 anos nessa época, então não podia sair, ela não deixava assim, [...], pois ela me enganou e não me botou pra estudar. Porque eu acho assim que foi o direito que ela me tirou de estudar, porque todo o ser humano tem o direito, quando quer estudar, de estudar. Mas aí eu acho que foi um direito que ela violentou, tipo assim, tampou dentro de uma panela e deixou sufocado.

Esse direito vilipendiado não impediu Brandina, na sua certeza de vencer na vida, de continuar a sonhar em cursar gastronomia. Tem ‘paixão’ por preparar alimentos.

Então agora, com 41 anos, que vim concluir o ensino fundamental, terminei o fundamental e onde pretendo, com a graça do Senhor, fazer uma faculdade. E a faculdade que eu peço ao Senhor que ele me inspire e me dê sabedoria pra fazer é a de gastronomia, que onde eu amo de paixão cozinhar.

Estes dois últimos capítulos reservo à análise de conteúdo das vigas temáticas evocadas pelas vozes das mulheres trabalhadoras rurais baianas, sujeitas de minha pesquisa, a serem contextualizadas com inferências pessoais e literárias.

Narrativas femininas, que ora se aproximam, ora se distanciam, contudo as mulheres experienciaram, da infância à fase adulta, a divisão sexual do trabalho, assim como a desvalorização de sua força de trabalho como parte da produção social. Já o sexismo e marcadores sociais, como gênero, raça, etarismo, contribuíram para invisibilizar e objetificar as entrevistadas.

6 CONJUGALIDADE E AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO IDENTIFICADAS

Neste contexto que compõe o universo da pesquisa realizada, a conjugalidade refere-se ao "contrato sexual" com direito a um *continuum* de rupturas matrimoniais, 'novos' laços afetivos. Concebe-se no movimento circular de organizar, desorganizar e reorganizar a relação conjugal. Mulheres que constroem, desconstroem e reconstroem suas famílias, sempre na esperança da tal felicidade.

Adelina Charuteira, como rememora, casou aos 16 anos, aos 18 já havia parido duas vezes. Seu primeiro namorado foi seu marido, ela, também, a primeira namorada dele. No início da vida conjugal ela foi surpreendida com a gravidez de sua cunhada, que se envolveu com o seu marido. A vontade de separar veio, contudo viu-se impedida pelo modelo familiar patriarcal em que é no privado que se resolvem querelas conjugais, ou, então, a mulher foi educada para aceitar o comportamento do marido ou mesmo a ideia de *ruim com ele, pior sem ele*; não ser estatística na solidão da mulher negra. “Eu queria me separar dele, mas minha mãe e meu pai não *deixava* não, ‘tu é nova, vai se separar dele e vai ficar só, não vai arrumar mais homem’”. Suas narrativas seguem:

Com 2 mês 1 ano de casado assim, [...] casou novo também, ele novinho, a primeira namorada dele foi eu, um novo e outro novo, primeiro namorado de um, primeira namorada do outro. Ele começou a curtir, arrumar as namoradas dele e eu, como sendo mulher, fiquei dentro de casa somente para parir. Tive 8 filho: ele dentro de casa mermo engravidou minha cunhada, já vai ela novinha, tava com 18 anos. Aí eu comecei novinha assim mermo já estava com 2 filhos, já ia fazer 18 ano. Casei com 16 já tava grávida e engravidei do outro rapidinho. Eu queria me separar dele, mas minha mãe e meu pai não deixava não, ‘tu é nova, vai se separar dele e vai ficar só, não vai arrumar mais homem’. E eu ficava naquele pensamento. Com essa cunhada minha só foi mermo engravidar, acho que ele se sentiu com vergonha, ela também se saiu, foi pra Salvador. Se separou de meu irmão [...]. Como meu irmão teve problema de tuberculoso aí não podia se mover. Ele dentro de casa, ele aí, enfergando as costas dela, dando banho oh enferge minhas costa. Ela novinha, com aquela barriguinha, não sabia o que é que era, não sabia nem que ela tava grávida do meu marido, desse aí.

Adelina experienciou a violência de gênero sem sangue, concebida, neste contexto, como marcas invisíveis que atingem a alma das mulheres, violências materializadas através das modalidades patrimonial, psicológica, moral. E, no entendimento de Susan Muller, as mulheres acometidas por essas feridas invisíveis produzem desesperança e as impede de continuarem acreditando em seus sonhos: “mais que o corpo, a violência atinge a alma, destrói sonhos e acaba com a dignidade das mulheres. Combatê-la deve ser o primeiro

passo para resgatar a identidade feminina” (1995, p. 20). Vozes (não) silenciadas, evocam violências “sem sangue”²⁴⁴ (BANDEIRA, 2013), agressões masculinas são capazes, tamanha sua atrocidade, de não somente, destruir as identidades dessas mulheres atingidas além de abrirem feridas na alma (SAFFIOTI, 2004).

E na vida de Adelina Charuteira estas feridas invisíveis manifestaram-se pelo desrespeito de seu marido, engravidou a esposa de seu cunhado no ambiente familiar²⁴⁵, e recorrentes relacionamentos extraconjugais; sua filha, Maria Firmina, memorou, além das feridas da alma, as invisíveis, detalhou as vezes em que seu ex-marido abriu-lhe feridas visíveis, manifestadas, por sua vez, pelas violências com sangue. Os espancamentos e violências morais e psicológicas começaram desde o início da relação, quando morava em Salvador com o pai de suas duas filhas. Retornou para a roça e construiu sua casa. Antes, porém, os maus-tratos sobre seu corpo eram sentidos, e continuaram, embora sua casa fosse vizinha de familiares, essa barreira não era motivo para seu marido deixar de agredi-la. As violências doméstica e familiar motivaram a ruptura da relação conjugal.

[...] Depois a gente veio chegando aqui, engravidei, construir aí, depois tive minha primeira filha. Ele disse que não ia sair, mais quando eu sair daqui de casa ele viajou, aí quando ele voltou da viagem: falei com ele que não dava certo não, todo mundo que ligava pra ele, ele acreditava que eu tava saído, que eu tava bebendo com outras pessoas. Ele lá xingano, xingano. Aí ele falou assim: tô indo, vou voltar. Aí eu falei assim: se você voltar eu não quero mais. Aí foi o tempo que ele chegou, quando chegou aqui aí resolvi não querer mais, fui pra Mangabeira, para casa de uma colega, aí levei 2 mês. Ele: não vai não? Vai ficar com a menina em casa, aí eu fui pra delegacia, disse que era pra voltar se não ia perder a guarda da casa. [...] E depois a gente se separou. Eu comecei a vim mim embora, tinha uma casinha perto de meus pais, eu vim pra cá, eu vinha até só, e ele, veio atrás, se ele não viesse já ia me separar dele.

Mulheres como Tereza de Benguela, Mariana Crioula, Luíza Mahín e Adelina Charuteira trouxeram em suas narrativas, além de suas histórias conjugais emaranhadas pelo sexismo, momentos tristes vividos por suas filhas. Tereza lembrou do feminicídio de sua filha, Mariana, sobre a proibição do genro para que sua filha não se relacionasse com seus amigos, no seu discurso machista, esse negócio de beijinho no rosto de sua mulher não existe; o outro genro da entrevistada, no período da gestação da esposa, alegava que a gravidez foi intencional, apressou-se em manter relações extraconjugais. Enquanto Luíza relatou que a

²⁴⁴ Terminologia utilizada pela socióloga Lourdes Bandeira. A autora ressalta o emprego da expressão quando coordenou pesquisa realizada na Delegacia Regional do Trabalho (DRT-DF) entre os anos 2001 e 2002.

²⁴⁵ Refiro-me ao ambiente familiar por ser comum filhos e filhas, neste caso o irmão de Adelina, construírem suas casas no espaço territorial onde moram seus pais.

filha também tem o que contar sobre violência contra a mulher e Adelina sugeriu que uma das filhas, Maria Firmina, fosse entrevistada por mim. A mãe foi vitimizada tanto pela sogra [violência racial] quanto pelo marido. Suas agressões materializadas são classificadas como 'sem sangue'. A filha experienciou agressões físicas, psicológicas, morais e patrimoniais [reflexo de tais atos brutais invadiram as vidas de suas filhas].

Deixar marcas visíveis nos corpos femininos é aqui concebido como violência com sangue. O poder da impotência masculina, decorrente, quiçá, de fatores como, por exemplo, morar em uma casa construída pela mulher no terreno de sua própria família, podem desencadear sentimentos de inferioridade masculina e, para materializar sua superioridade, o homem agride a mulher.

Na vida de casada outra forma de sofrimento rememorado por Adelina adveio das relações extraconjugais do marido, apoiado pela sogra dela.

Toda nega que ele pegasse pela rua, ela pegava amizade pra ela botar dentro de casa? Pra fazer festa com ele. Nunca gostou de mim né? E se eu falasse ainda ela acha ruim, se ela gostasse de eu, ela ia, entenda, pegar toda nega que ele pegasse pela rua, ela pegava amizade pra ela botar dentro de casa? Pra fazer festa com ele. Nunca gostou de mim né? [...] ficava na casa da mãe ou na casa das nega, mais nunca andei na porta pra pedir nada a ele, eu mermo comprava, me virava do meu trabaio, depois a pessoa é guerreira sem depender de ninguém.

Nas palavras da entrevistada: “A pessoa é guerreira sem depender de ninguém” esconde as formas, ou melhor, matizes que mulheres como Adelina encontram para dar o colorido ao seu mosaico e reinventar a vida em meio às tempestades da relação conjugal.

Firmina também relembra que trabalhou enquanto o marido ficava ocioso, sem assumir o papel de provedor ou mesmo coprovedor. Ela é o que podemos chamar de “cabeça de fogo” (DIAS, 1995). Certamente, desocupar o lugar de figura patriarcal dominante na relação conjugal pode justificar atos brutais da força física masculina.

Outro aspecto relevante nos relatos da violência que deixam marcas visíveis é o álcool, não obstante as autoras Azevedo (1985) e Saffioti (1994) contestam essa concepção de que, sob efeito alcoólico, o homem não sabe o que está fazendo e, por isso, bate em sua esposa, namorada, sendo essa droga lícita. Na visão de Azevedo, é um fator precipitante e facilitador da manifestação do poder masculino sobre corpos femininos. Saffioti é veemente na sua premissa de que a sociedade é a inimiga em potencial da mulher e, nesse sentido, tolera as violências com sangue quando o homem está sob efeito do álcool, ressalta também que o álcool é o facilitador de tais episódios violentos e sua censura é irrelevante nas ocorrências

desse fenômeno social, ou seja, há uma permissividade ao considerar que o homem ébrio, neste contexto, é um indivíduo que extrapolou em função de ‘ter se excedido na bebida, mas ele não é totalmente violento’.

Contrária a esse pensamento, Saffioti (p. 449) ressalta que tal comportamento é materializado porque “A violência, todavia, já está contida nos homens em virtude das relações que construíram com as mulheres, graças à assimetria contida na estruturação da sociedade em gênero”. Portanto, as mulheres violentadas física e sexualmente, como evocam ativamente nas suas narrativas a seguir, são vitimizadas duplamente: por um lado, por homens representados como seus ‘donos’, por outro, a estruturação social, patriarcal, androcêntrica, misógina, machista, sexista que, por vezes, nem sempre considera os atos brutais masculinos como problema social de violações de direitos humanos, mas inerente à condição de submissão feminina, legitimada pelo contrato sexual. Conforme revela Maria Firmina:

[...] Comecei a sofrer, por várias vezes fui na delegacia pedindo pra me separar, minha irmã e meu pai enfrentava ele, ele dizia que ia matar todo mundo, e porrada mais porrada, depois eu desistir de ficar aqui, minha filha tava grandinha no meio das meninas. A de Muritiba, mais não chegou a ir na delegacia da mulher não. A delegacia mesmo que encaminhou pra Maria da Penha, na delegacia fez o papel e encaminhou e faz corpo de. [...] aí eu fui pra delegacia, disse que era voltar se não ia perder a guarda da casa.

Mulheres denunciando seus agressores se frustram ao se depararem com a falta de preparo de profissionais das delegacias e são obrigadas a permanecer no ciclo da violência doméstica. Tavares, em sua pesquisa na cidade do Salvador-BA sobre a aplicabilidade da Lei 11.340/2006, traz depoimentos de mulheres, assim como Firmina, que procuraram delegacias especializadas para registrar boletins de ocorrências, não obstante, receberam tratamento desumano, humilhante. No entender da autora,

[...] A intimidação é um recurso comumente utilizado tanto para demarcar como para reforçar a subordinação de gênero, podendo causar diferentes reações nas mulheres em situação de violência, desde inércia e resignação até revolta e indignação. Todavia, prevalece o sentimento de impotência, na medida em que o acesso à justiça deixa de ser direito adquirido e se transforma em concessão, quando a agilidade do procedimento jurídico fica à mercê da disponibilidade e/ou ‘boa vontade’ dos operadores da lei (TAVARES, 2015, p. 555).

A falta de proteção e acesso à Justiça expõe Maria Firmina:

Aí eu voltei de novo e pedir pra ele sair, na última vez me enforcou, me bateu, quase me mata e no outro dia fui de novo dá queixa, aí fiz corpo de delito, aí chamou ele,

não deu nada, chamou de novo, ele foi de novo lá. Aí o advogado pegou e disse que era pra ele sair de dentro de casa. [...].

A morosidade com que a política de proteção à mulher em situação de violência é evidenciada na narrativa acima torna a mulher ainda mais susceptível. Outro fator agravante é que o registro da ocorrência foi feito em delegacia não especializada e, certamente, o despreparo de pessoas que operam nessas instituições contribuiu para a sequência de vezes em que foi agredida.

A menina já tinha ido comigo depor, ela chorava, “não mata minha mãe não, meu pai”, ele vinha pra cima de mim. E era aquilo mermo sempre que bebia. Já, ele já me bateu grávida, tinha nada disso não, ele batia, ele já me bateu grávida, tinha nada disso não, ele batia, quando eu ia pra cima, ele batia! Até as fias, quando ia pra cima, ele empurrava lá: [agressor] sai daqui, que tô falando com sua mãe! Depois ele começou a me bater, a me judiar. Mais ou menos uns 17, 18 anos. Eu levei uns 3 anos [...] comecei a sofrer. Por várias vezes, fui na delegacia pedindo pra me separar, minha irmã e meu pai enfrentava ele, ele dizia que ia matar todo mundo e porrada mais porrada, depois eu desistir de ficar aqui, minha filha tava grandinha no meio das meninas. [...] (delegacia) a de Muritiba, mas não chegou a ir na delegacia da mulher, não. A delegacia mesmo que encaminhou pra Maria da Penha, na delegacia fez o papel e encaminhou e faz corpo de delito. [...]. Eu separei, deixe eu ver, nos primeiros [...] quando eu separei, ela tinha 3 anos. Eu levei uns 11 anos sofrendo ou mais só a minha filha tem 13 anos e a outra tem 15. Sofri, uns 11 ou 12 anos sofri. Mudança, eu achava que ele ia mudar um dia, ah, umbora conversar, sentar pra conversar, aí a gente conversava, ficava de boa segunda, terça, quarta e quinta, ficava de boa todo mundo assistindo, todo mundo aqui brincando. Quando chegava sexta, sábado e domingo era violência e cachaça. Se ele bebia, lá via coisa onde não existe, ele era ciumento, aí me enforcou, me jogou no chão, quebrou meu dedo, entortou pra trás. Aí começou a me bater, a me enforçar do nada, por nada! Tudo assim, por nada. Mas tirou muito sangue de mim, quebrou meu rosto todo, o colchão não prestou mais, joguei lençol e tudo fora. Ele nunca foi preso, mas dessa vez eu dei queixa Maria da Penha e ele ficou afastado. Ele bate não é d'agora. Eu acho assim, que hoje em dia eu não sofro mais, com homem nenhum mais. Eu acho que todo mundo se tiver passano essa situação que eu já passei, que denuncie e corra atrás, porque faltou pouco pra eu morrer. Aí tem que denunciar, procurar seus direito e não ter medo. Eu fiquei por causa de medo, que ele me ameaçava, então eu fiquei por causa de medo. Eu não fico mais com home nenhum ameaçada, nem que eu morra, que mate, mas eu não fico, sofreu, separa.

Eu engravidei logo. Não morei muito tempo, [...] fiquei 1 ano namorando com ele, depois engravidei, aí eu fiquei na casa de minha sogra, levei uns 2 anos ou 3 anos lá. Ah, era ruim já começava a brigar desde lá. Mas sempre a sogra dava apoio a ele e falava a Firmina, né assim não, com homem tem que ter paciência, olha, com homem tem que ter paciência, que homem é assim mermo! Que ela já sofreu no relacionamento com o pai dele bebia também e fazia a merma coisa com ela, mas que ela tinha paciência. Desde lá já andava apanhando, desde lá. [...] É assim, não existia mais amor não entre nós dois, depois de tanto sofrimento não existia mais amor não. Eu acreditaria que eu ficava mais por causa das criança, eu ficava pensano mais nas menina do que ni mim. Eu não quero criar as menina sem pai e eu não queria se separar por a menina era apegada a ele, e eu não queria separar e eu sofri através dela, pensano nelas. Quando eu vim cair na real, não vale a pena não. [...]. Porque eu não queria botar outra pessoa, porque era duas fêmea eu pensava que não achar alguém que respeitasse minhas filhas, que não merecia botar dentro de casa que não tomasse conta de mim e de minha filha. E ele também botava coisa na minha cabeça. Ah você acha o que, eu vou terminar com você e você vai arranjar

alguém? Ninguém te quer mais não. Ninguém vai querer mulher com dois filho, ninguém vai querer mulher com dois filho. Quando quer é pra usar e abusar das crianças, aí botava coisa na minha mente. Também me dizia se eu largasse também ia me matar, que qualquer coisa ele me mata e se matava. E quantas vezes meu pai e minha irmã participou, não podia fazer nada. Uma vez ele trançou as porta e quando mainha: abra que e eu chorando, as menina gritando, mainha abra, e ele: a porta ia pra você ver, que eu ia abri e ele não deixava. Quando foi no outro dia que mainha chegou eu tava de sangue. Que maninha falou: umbora dar queixa, aí eu não conseguir dar queixa com medo da polícia, Maria da Penha, pegar e nunca mais sair. [...].

A violência cometida por cônjuges envolve agressões físicas e psicológicas, mas também omissão, abandono completo ou parcial da família, o homem sai da relação conjugal e refaz sua vida, constitui outra família. Para a mulher a ruptura da relação conjugal é mais difícil, o alcance da Lei e o acesso à Justiça na área rural é algo difuso, distante. A prisão do homem autor de violência é envolta em medo da perda do provedor familiar, de que sua ausência da casa implique mais privações.

A ressignificação da mulher pós-situação de violência doméstica cometida pelo sexismo e também na coragem de Firmina em romper com a opressão masculina, emergiu, como disse:

Não sei, sei lá (risos), eu acho que foi chegando a idade, vi chegando juízo, eu vi que nada aquilo valia a pena, o povo me dava conselho. Depois que ele saiu comecei a ver o mundo lá fora, a sair. Comecei a conhecer novas amizades, amigo e amiga, e fui criando coragem e fui saindo porque não, nada daquilo que ele passava pra mim, que eu não ia ter ninguém e achava vários povo, eu não podia porque ainda tava enrolada com ele. É mentira, eu vou achar alguém que possa me querer. Aí foi quando caiu a ficha e eu cair fora desse relacionamento apulso mas eu cair. [...]. Ele tinha..., eu tinha 15 ano ele tinha 17, 2 ano mais véio que eu, o [...]. Eu achei desde quando eu tava grávida mermo, que eu percebi que era violência. Que ele batia grávida, tive a menina e ele continuou, tive a outra e ele continuou. E aí cada vez mais, se hoje ele me deu um tapa, outro dia já pegava o pau e dava. Outro dia ele tava me empurrando pra cair do outro lado da cama, no outro dia tava me dando porrada pra quebrar nariz, a boca e tudo. Então foi crescendo a violência, mas sempre percebi que era violência, desde primeiro tapa que ele me deu, mas eu não cair na real. Era, não caía na real, querendo mudança, que ele vai mudar um dia, que ele vai ser um homem, que vai parar com isso e cuidar da família.

Apesar do pouco sentimento que existia, ela foi se (re) inventou:

Me vejo outa mulher renovada, outa vida, outa coisa pra minha filha, porque minhas filha sofria muito e eu sofria através dela. Hoje eu separada agradece a ela, eu via sofrimento que minha filha gritava, chorava. Então hoje não tem nada disso aqui, na chegada brinca, não aquela violência, aquele medo, eu não tenho mais medo de botar a cara no portão e sair, antigamente eu tinha. Tinha se fazia escândalo. Você sair e voltar, era um escândalo. Hoje em dia não tem; hoje em dia em saio. [...] (risos). Tinha, tinha ainda um pouquinho, mais tava lá no fim do túnel, mais ainda tinha um restinho. Era me espancando. Eu trabaiava, dava o bom de melhor a ele e a minha filha e não trabaiava, ele só queria beber e me bater.

Diferentemente de Maria Firmina, que junto com suas filhas foram submetidas a situações violentas na convivência familiar, sua irmã, Acotirene, sentiu-se traída pelo homem com quem tivera um filho e uma filha. Sua decepção foi, principalmente, porque a relação extraconjugal que ele manteve foi com a prima dela.

Aí ele foi, arrumou outa, uma prima minha perto e aí quando descobrir tava grávida. E desde quando você perde a confiança naquela pessoa, pra mim acabou, porque eu achei assim, achei não é uma falsidade pra você fazer com uma pessoa, namorando, confiam nele, respeitano e respeitano também aquela prima.

A entrevistada, então, resolve trabalhar para criar sua prole e não depender de pensão alimentícia, sem confiar nos valores esporádicos que ele desembolsa.

Aí com o tempo não deu certo, aí pronto, um foi lá e outra pra cá. E na verdade eu fui trabalhar sozinha pra criar meu filho, que ele sumiu no mundo. [...], a merma responsabilidade do pai é da mãe. [...], por causa de uma besteira assim nós se separou, eu nem lembro. Naquela época eu sofri muito porque pode ser né, eu tinha 16 ano, hoje em dia já vi é diferente, hoje em dia ninguém é obrigado estar com ninguém né. Mas ele obrigação de tá ali perto do filho dele e dando amor, dando carinho, mais nisso aí ele nem pensou, ele sumiu no mundo e eu fiz o que, trabalhar e criar meu filho. Mas o que teve mermo eu fale né, não deu certo. Aí ele foi, arrumou outa, uma prima minha perto e aí quando descobrir tava grávida, que ele tinha 2 ano comigo namorando sério assim e tava 1 ano com ela namorando às escondidas. Por causa que ela é minha prima, amigona, prima carnal minha. Aí eu achei muita traição, por isso mermo que a gente se separou através disso aí, entendeu? E desde quando você perde a confiança naquela pessoa, pra mim acabou, porque eu achei assim, achei não, é uma falsidade pra você fazer com uma pessoa, namorando, confiam nele, respeitano e respeitano também aquela prima, aquela amiga, pra depois você descobrir que aquela pessoa tá com 2 ano com você e 1 ano com aquela pessoa que você gostava como se fosse sua irmã. Então aquilo pra mim acabou, entendeu? Quando quer ele manda, quando quer né.

As violências com e sem sangue também foram marcadas na vida conjugal de Luíza Mahín. Suas narrativas vêm carregadas de violências desencadeadas a partir da relação hierárquica entre homens e mulheres, construída socialmente e, nesse entendimento sobre as manifestações do poder masculino sobre corpos e almas de mulheres, Bandeira (2013, p. 64) reforça que “A violência contra a mulher no espaço doméstico indica uma experiência específica centrada na conversão de diferenças e de assimetrias em uma relação hierárquica de desigualdade, gerando práticas de dominação, exploração e opressão”. Luíza, oprimida, de modo simplório rememorou momentos iniciais e finais de sua relação conjugal por ser “naquele tempo, novinha eu que não sabia de nada”. Ela: “Eu casei com ele, não sabia nada”. E, de repente: “Começou tudo. Tudo, a agressão (risos) assim de brigar, arranjar mulher fora, né”.

Seu agressor foi seu primeiro namorado e, durante 36 anos, conviveu com ele em meio às agressões do homem, simbolicamente, a cumeeira da casa, que mantinha dupla relação conjugal para reafirmar sua condição de macho.

Foi, o primeiro, namorado e marido. Eu comecei a namorá com 14, 18 eu casei. Eu tava grávida já (risos). [...] 36 anos] Foi! (17 anos de falecido). Ele era mais véio do que eu 10 anos. Casei já de barriga. Tinha uns cinco meses. Trabiava, fazia mingau pá neném, dava comida, dava banhi, levava pá roça, botava den da bacia, enchia de tabriceiro, aí o marido, fazia uma cobertura, botava sozinho, pindurava os brinquedo pá puder aí eles ficava oiando, brincano e eu ali, trabaiano, pá ajudá²⁴⁶ ele. Aí mei dia eu vinha pá casa, dava banhi, mei dia não, dez hora, eu vinha pá casa, dava banho, dava comida, depois sol esfriava ei, de novo, trabaiá. Hoje eu tô até melhor, naquele tempo do marido, bebia muito e brigava comigo. Fui namorar logo cedo 14 ano (risos). Aí larguei tudo. Eu não queria e nem meu pai queria e os povos deu conselho aí foi minha vida que estragou tudo. E depois que ele faleceu. Deus é mais! Não quis mais não, 16 anos já de viúva eu não quero saber, Deus é pai. Ele morreu com 46 e agora eu tenho 54 né. Eu quando casei com 18 ano, casei convivi com ele. [...] foi, tive uma menina, casei grávida já. Tinha uns 5 mês. [...] Não era pra acontecer isso, naquele tempo, novinha eu que não sabia de nada. Eu casei com ele não sabia nada, eu botava o feijão no fogo o feijão era aguento (risos), o feijão ficava pinotano na panela, o feijão era água pura. Foi bom o momento, mais depois começou tudo estragar. Até quando ele desfaleceu. Começou tudo. Tudo, a agressão (risos) assim de brigar, arranjar mulher fora né. Nervoso, ele ficava nervoso. Porque no coração ele tinha problemas de chagas, o barbeiro que mordida ele né e ficava nervoso, ele sempre tomou remédio. [...]. É por isso que hoje minhas fias fala: oh mainha, painho morreu, tu não sabe nada, nem pra sair fora pra trabalhar, só pra criar a gente. [...].

Numerosos episódios de violência doméstica e familiar ocorreram na vida de Luíza Mahín e de suas filhas e, em determinados momentos da entrevista, as lacunas denotavam esquecimento involuntário; as lembranças emergiam e eram contadas de forma filtrada, mas a filha, que esteve presente durante suas narrativas, lhe relembrava situações que a memória retinha involuntariamente. Sua saúde emocional certamente foi comprometida, principalmente por evocar ter sido vitimizada de cárcere privado, já que era proibida até mesmo de cuidar de sua saúde. Somente realizou consultas médicas depois da morte de seu agressor. Esqueceu até mesmo dos espancamentos, contudo sua filha lembrou, conforme a sequência das falas.

As contribuições de Daron a respeito de consequências originárias das relações entre homens e mulheres, na assertiva da autora

É possível afirmar que essa forma de violência se constitui num verdadeiro foco de resistência às transformações sociais de gênero e um grave entrave ao desenvolvimento pessoal das mulheres. Além dos agravos para a saúde física e mental, a convivência cotidiana em uma relação violenta vai destruindo a

²⁴⁶ A 'ajuda' é discurso reproduzido pela sociedade machista e somente contribui para invisibilizar a força de trabalho feminina nos contextos rurais (AGUIAR, 2016).

capacidade produtiva da mulher, seu desenvolvimento (em termos de educação e trabalho), sua qualidade de vida e sua autoestima. Esta realidade continua comprometendo também as futuras gerações, compondo um padrão de subjetivação não questionado/estranhado (2009, p. 27-28).

O trabalho infantil e violência moral e psicológica fizeram parte da vida de suas filhas:

Xingava as fias, cada nome! as fias levantava tudo assim, de cima da cama pra ir trabaiair deslumbrada tudo ir pra trabaiair. As fias. Sim. Oh minha fia, trabalhava. Sim, arrastano enxada e era enxada de 7 libra, aquela grandona [...] eu viva na enxada, até hoje tô na roça, nunca sair pra nada, pra trabalhar que ele não deixava. [...] Do marido que arranhou mulé no mundo? Uns 20 anos. Depois, depois que o irmão chegou de SP que estragou a vida dele. Ele não era assim não. Depois que se juntou com o irmão. O irmão arrumou uma e depois, arrumou pá ele. Aí foi assim, uma confusão. [...], só que ele brigava muito comigo, me xingava, ele era muito violento, ele saía aí, quando chegava, chegava bateno nela.

Ao explicitar o sentimento paterno, Anastácia percebe distinção entre os tratamentos de seu pai para com as filhas e o visível desprezo com a esposa:

Ele não era ruim pra agente, só pra ela, só nessa parte, que, quando saía, voltava transtornado. A mãe: pá mim ele era ruim, sim! Não mainha, ele não era ruim, não deixava faltar nada, mas não convivência, ele xingava demais, vinha violento querendo ir pra cima dela. Ele, uma vez que encheram a cabeça dele, diz que a gente tava arrumando namorado em São José, veio com revólver e tudo pra matar a gente dentro de casa, porque, se ele tivesse vivo, essa minina, niua tava casada, tava tudo no canto. A rente veio namorar e casar depois que ele morreu, porque ele era muito violento mermo.

O comportamento violento do pai, certamente, não permitiu às filhas o direito de experienciarem etapas da vida, por exemplo, descobertas na adolescência desde o namoro, experiências erótico-amorosas.

No tocante à violência doméstica, o cotidiano de Luiza era envolto em opressão, até seu momento de dormir, comprometido por promessas de atear fogo no colchão, além de saber que havia o revólver embaixo do travesseiro para tirar-lhe seu bem precioso: a vida.

Aí ele ia tocar fogo no cochão, botou o revólve debaixo do trabiceiro, dizem que era pá me matar! Foi! Sim, pá eu não dormir na cama e, e o revolve de baixo do trabicero, dizem que era pá me matar, pá tirá minha vida! Ficava calada. É... eu fazia o quê? Se o homem era muito valentão! - Mainha começava a chorar. E eu fiquei assim... vuano cinza. As meninas que ficavam... as minina nem podia coitada, entrá no meio tombém, né, do jeito que o pai era. O pai era verdade, muito brabo, ela disse que um dia entrou no meio. - Nesse dia pocou meu nariz na porta, que ele veio pá pegá mainha, mainha se trancou nesse quarto, quando ele... não esperou a rente abri, quando ele meteu o pé... arrombou, aí eu caí, pocou meu nariz, saiu sangue, aí, ficou doído depois que pocou meu nariz. [...]. E a mais velha quele mandou comprar... porque hoje a gente chama carne seca né, e é carne de sertão. Mandou [...], como a minina não trouxe pá nêga dele, rumou a cabo de bassoura na

cabeça da fia, da mais velha. Ai a minina ficou uns dias sem falar com ele e dá a bençá.

Atitudes brutais, de tirania, como proibir a mulher e as filhas de saírem, anulação do outro, cerceamento de liberdade de ir e vir, até mesmo o cuidado com a saúde, pois eram proibidas de buscar assistência médica. O vestuário da mulher e das filhas era condicionado à escolha do agressor, era ele quem comprava as roupas das filhas e da esposa, dada a exacerbada opressão e arbitrariedade masculina:

A rente não vesti blusa assim, era roupa tudo no joelho, de manga. Mãe - arrastano, né? Arrastano nos pé. E eu, tivesse vivo peu tá com esse vestido? Meu vestido era forrado, tinha que tá com um saíote, uma anágua grossa por di baixo da roupa. [...]. É, tinha que botá banca! A rente não comprava, ele que comprava na rua, pá trazer, qualquer roupa trazia. Aquelas caçá, aquelas calcinha do fundão des tamanho! Deus! Oh! Era! Já lascou minha saia. Quando eu passei nessa portai aí (apontou a porta); minha saia era rala, ele: vai trocá essa saia, eu não vou! Ele pegou o facão, oh! Lascou as banda! Aí eu, não visti maji. Cortou mermo com o facão! Ele disse que a saia era fina [...]. Aí, passou as dua banda como facão: xéééé!! (som que fez com a voz).

Eu nun sei de nada até hoje. Até que agora, eu, tô ino na rua. Eu não sabia de nada, eu não sabia ir em Cruz, não sabia ir em Muritiba, ni canto niun não sabia. Dá roça pá dende de casa. Nem na igreja eu ia. Com a mulé mais véia do que eu, de idade, tipo dona [...] depois que ele morreu que mainha fez um bocado de exames, [...] pro médico em Santo Antonio, foi pá tudo...

Em sua narrativa, Luíza rememorou a violação do direito de ir e vir, conhecida como cárcere privado, uma das modalidades da violência simbólica naturalizada nas relações conjugais. E, de acordo com Daron (2009, p.13-14):

[...] as pesquisas realizadas sobre a violência contra as mulheres do campo e da floresta, apesar de estas serem poucas, temos acesso a elementos muito significativos e elucidativos de uma dura realidade, por vezes cruel, e amplamente silenciada. A violência a que as mulheres do campo e da floresta estão submetidas envolve do cárcere privado à desconsideração do direito de posse de objetos e documentos, passando pela agressão física, abuso sexual, constrangimento e humilhações.

Diante de todos os maus-tratos, é bem certo Luíza desencadear sintomas da depressão²⁴⁷, mas, afinal, sua exposição, na condição de mulher, esposa e mãe, por muitos anos sujeita à opressão e dominação masculina, torna inexorável o diagnóstico de saúde, como bem rememorou:

²⁴⁷ Diante do somatório de manifestações das violências, e como reforça Saffioti (2004), a violência emocional se apresenta, sobretudo, nas demais formas desse fenômeno social, mulheres podem desenvolver essa enfermidade psicológica. Síndrome do estresse pós-traumático – SEPT (ver Soares, 1999).

Foi que deu depressão, que deu pressão; [...] foi não, foi! os problemas, vai juntano aí, depois quando fica na idade aí, vai aparecendo, [...]: O médico falou: a sra. tem que sair D. E. - eu fiquei presa, eu fiquei pió de que na cadea. Eu ficava pió de que na cadea, era! Quando ia nua reza, a gente vortava na merma da hora. Ele mermo pegava o carro e ia buscá. Tinha samba, tinha festa, a gente não ficava, botava ua na frente, tudo na frente. Ainda eu levava a da vizinha ali, de D. Amanda, doi subrinho meu da rua que ele trazia pá rente saí, eu, levava, tudo! Botava tudo na frente, levava tudo, tudo pequenininho. Carregava tudo essas minina. Ficava... mai, ia dizer o quê? Pá ele... acabá com ela, batê? Falava muito alto, ele? Ah! Ô meu Deus!

O comportamento agressivo do falecido não se restringia apenas à esposa e filhas, no espaço público ocorrências foram narradas pela entrevistada:

Os povo aqui desse meio tinha medo dele, que ele tinha vez que ele tava nervoso, abria a boca que aqui só tinha corno e puta! Respitano a palavra. Foi não, foi? Era, abria a boca aí nessa estrada! Todo mundo tinha medo dele. Só andava com a lasca de facão! R.- Era, ele andava com o facão, canivete, um negôço [...]. A entrevistada ainda reforçou que: [...]. Só tirava pá durmi, esse facão! [...]. Ele mandou o policial... Anastácia: O policial quando pegava ele na pista pá toma a moto ele: qué a moto? Vão ficá com a moto, agora dinheiro pá car, compra carçola pá mulé de vocês eu não vou dá! Se picava de pé, largava a moto lá! [...], é tudo assim: os irmão tudo! Anastácia. - o irmão ainda era, pior do que ele. [...], É tudo assim, a família de agressivos. [...].

Como cabe em uma mulher tamanha opressão! Tanto desprezo, prazer em destruir sua autoestima, acusava-a de malcheirosa. Ele, na sua mesquinhez, sempre oprimia a mulher ao alegar que a comida comprada a esposa não deveria comer, pois o alimento que colocava em casa era por causa das filhas, não para ela se alimentar. Neste aspecto, percebo contradição e invisibilidade de sua mão de obra, ora, Luíza trabalhava com ele e as filhas no cultivo da terra, não era remunerada e, ainda, não teria o direito à alimentação? Era, exclusivamente, a ajudante do marido (AGUIAR, 2016) e nem mesmo as refeições se configuravam como pagamento pelas horas trabalhadas.

Mas naquele tempo eu vivia oh meu Deus não podia comer, eu botava a comida assim e não descia a comida com raiva, entendeu, dele chegar da casa da mulé me xingano, disse que eu não fazia nada, que minha comida não prestava, que a comida que prestava era da mulé dele, era, que a minha não prestava não, que eu era fedida. Sofri demais, agora, graças a Deus... Chorava, chorava, só vivia pelos cantos, seca igual uma pindoba. Não vê voando cinza? Era eu. Não consertava a casa, casa só vivia caino, a da mulé ele consertou toda e a minha... Ele disse: por mim cai em cima dela, ele disse eu só te deixano minha fia completar 13 ano a mais nova, a caçula, que hoje ela já tem 30 ano. [...], eu só dou um bolo de pirão ainda por causa de minha fia, fálava assim. [...]. É que eu vivo da bolsa família [\$ 87 só]; né, e a menina que trabalha e dá tudo. Minha fia que me ajuda, graças a Deus, se não tivesse essa fia, oh meu Deus.

Quiçá por vergonha ou mesmo esquecimento, Luiza ressaltou que não recebeu agressão física, mas sua filha a contradisse anteriormente a respeito dessa violência masculina, além de patrimonial, além da psicológica e da moral, que vivenciou cotidianamente. “Não. Ele nunca me bateu não, só fazia xingar e assim quando chegava da casa da *mulé*, chegava, pegava meu sofá. Meu sofá e jogava assim *pra cima poô* no chão. Eu não encontrava nada dentro de casa, *pinicava* tudo, [...]”.

Mas a filha evocou que o marido/pai era violento:

Ele era muito violento, ele saía aí, quando chegava, chegava bateno nela. E Luíza nega por esquecimento: Não, ele não me batia não! Então sua filha diz: Não batia o quê mainha! Eu nem me lembro. Anastácia, para ilustrar que seu pai agredia fisicamente a mãe, narrou: as menina tinha medo dele, só que um dia não aguentei mais, entrei no meio, fui tanto que ele arrombou a porta e pocou meu nariz, quando eu caí, aí pronto, cabou as brigas.

Filha e mãe atribuíam as sucessivas violências doméstica e familiar à figura da ‘outra mulher’, denominada a “nêga” dele.

Mas naquele tempo eu vivia oh meu Deus não podia comer, eu botava a comida assim e não descia a comida com raiva, entendeu, dele chegar da casa da mulé me xingano, disse que eu não fazia nada, que minha comida não prestava, que a comida que prestava era da mulé dele, era que a minha não prestava não, que eu era fedida, era falava isso. Era? Sofri demais, agora, graças a Deus. Chorava, chorava, só vivia pelos cantos, seca igual uma pindoba. Não vê voando cinza? Era eu. Não consertava a casa, casa só vivia caino, depois que a menina começou a trabalhar aí consertou a casa, as teias caino tudo, a da mulé ele consertou toda e a minha o irmão chamava João, oh João conserta a casa de mulé.[...] e jogava assim pra cima poô no chão [...] marido que arranjou mulé no mundo. [...] Anastácia: por causa de nêga, não as nêga dele, não é nêga não Anastácia: as mulé, mulé da rua. Anastácia: Ah! sei lá como é que chama! [...] Da mulé que ele arranjou fora, que enchia a cabeça dele com tudo. Anastácia: e ainda tinha que fazer da outa, era obrigada a fazer. [...] e a da outa, da mulé dele. Vinha de tudo: era esmalte, era tudo e as fia dela ainda exigia. Se vinhesse faltano uma coisa no carro dessa mulé! Ave- Maria! Acabava com a minina com a fia Anastácia. Por causa de nêga [...], as nêga dele, e sua mãe rebateu: Não é nêga não, R., as mulé, mulé da rua.

Nesse excerto que Anastácia rememorou vem à tona o racismo presente no tecido social, na medida em que a “nêga” é associada à mulher da rua, sem valor. Conforme coloco em outro momento:

A adjetivação racializada, ‘negra’ tem demarcado lugares de mulheres negras, sem ‘r’: “Que nega linda!”, ‘nêga safada’, ‘nêga gostosa’, e, no aspecto cromático: ‘nêga cor de jambo’. O aprisionamento da imagem da mulher negra a estereótipos ligados ao servilismo, dependência, à inferioridade por pertencer ao grupo étnico- racial do povo negro. O exórdio exposto constitui a base para as falas das mulheres campesinas baianas, ‘traídas’ por seus companheiros, estes, na supremacia do macho

opressor e seu poder fálico, ‘arrumava suas negas na rua’, constituindo, assim, relações extraconjugais (FRANCO, 2017, p. 5).

A sujeição da mulher escravizada naturalizada na Casa Grande, em que esta era oprimida e subalternizada, designada como mucama, a mulher negra era usada para satisfazer a libido e desejo sexual do homem branco. Na atualidade, os homens reatualizam os costumes patriarcais e mantêm relacionamentos extraconjugais, enquanto as mulheres, inconformadas com a infidelidade, atribui à mulher negra a alcunha de amante. Cabe reforçar que as amantes de seus maridos nem sempre são negras. Entretanto a subvalorização de gênero e raça há mais de quatro séculos em território brasileiro/baiano as nomeia com “negas”.

Ao mesmo tempo, tem-se a visibilidade do sexismo, cuja virilidade explicitada é atestada pelo agressor através de relacionamentos extraconjugais:

Eu só largo as duas depois que eu morrer, falava assim, e morreu e deixou mermo eu e ela.

Ele era bem, aí com essa mulé destruiu tudo. Era, destruiu tudo, destruiu tudo. Durante quando ele morreu que ele falou assim: eu só largo as duas depois que eu morrer, falava assim e morreu e deixou mermo eu e ela, foi, ele caiu lá na casa dela, morreu lá na casa dela em cima da moto, de coração, nesse dia se recheou todo. Aí a mãe não queria que botasse lá em casa, né, do funeral, aí botaram lá em casa. Foi.

Além dos maus-tratos, o marido ainda proibia as filhas de auxiliarem a mãe nas tarefas rurais, ele sim, deveria obedecer, a mãe, não:

Aí eu fazia rocinha nesse terreno que era de meu pai, eu fazia roça sozinha, ele não deixava as fias me ajudar não, deixa lá tua mãe morrer lá na roça, não vai ajudar ela. Dizia. Deixa ela morrer lá só, as meninas choravam e ele não deixava, não deixava não. [...] Perfumava todo e ia pá, pá casa da repariga.

Sua impressão sobre o fenômeno social da violência contra a mulher tem por base sua experiência ao longo do sofrimento conjugal em função das manifestações das violências de gênero vivenciadas:

Agredir a mulher, né. É bater, brigar, bater na mulher não pode ser assim. Não. Assim não, ser um bom marido, não? Ser um bom pai pras fias, [...], que tem pai que é ruim pras fias. Seu marido [...], era bom pras filhas, agora pra mim que ele ruim, a mim só andava xingano aqueles nomes, pior nome do grosso de puta, vagabunda, cachorra, pre’eu arranjar um macho na estrada, na frente assim dos amigos, era tudo isso na frente dos amigos.

Mãe e filha concebem a VCM: (pausa) (risos). Então, repeti: O que é a violência para a sra.? A mãe, então, ri (risos) e devolve a pergunta para a filha: fala Anastácia (pausa).

“Sê muito estúpido com a *mulé*. A filha expressa: “Eu acho que é uma covardia” (pausa). E Luíza continua: “*Brigá, matratá a mulé de maji*” (pausa). Nesse momento, sua fala é carregada de sentimentos de pesar, voz vagarosa, quase inaudível. “Tem que *vivê* bem [...] *mai não veve*” (riso). Sua voz vagarosa e triste: “Ele dizia que ia me *rebenotá, peu calá* a boca”.

A filha repetiu a fala anterior da mãe a respeito das relações conjugais de seu pai, e complementou:

Ele só dizia direto que ele só largava as duas... A mãe apressou em rememorar: depois que ele morreu, q'ele não largava as duas. Ele ainda obrigava mainha botá leite no vaso pá leva pra ela – mãe - era, era, inda botava leite pá garrafa, minha minina que mora lá nas pedrinhas, junto dessa daí.

Na sua fala, Anastácia contou sobre o falecimento do pai. Ele alertava sempre de que iria fazer uma viagem e

[...] ele tava designado, mas a rente não sabia. Ele só falava: Ah! Em breve eu vou fazer uma viagem. Mas a gente nunca imaginava que era a morte. [...], e tivesse vivo, quem, quem ia entrá aqui? Anastácia ele dizia direto que queria vê um cachorro entrá aqui! Mãe - E com o facão! A lasca do facão. A rente não fazia trabalho de escola, ele ia na escola, avisava aos professores se passasse trabalho só, bote minina, minino nenhum eu, quero lá! Luíza afirmou: - Tinha que fazer aqui em casa q'era pá eu ficá de junto, pá eu vê. Pense aí? Oh meu Deus! P'essas minina í daqui na estrada! Ia? Oh, Jesus. Ele tinha problema de coração, mãe - de barbeiro, e morreu lá! Foi... caiu lá na casa dela, de cima da moto!

Luíza complementou:

Eu disse: um dia tu vai caí lá na porta dela! Tu vai morrê na porta dela! Acho que Deus ouviu isso; ele caiu lá mermo! Na porta dela! Ele morreu lá! Já levou morto! [...] ele chegou aí pediu o remédio dele e depois tomou café na casa da mãe dele e saiu, disse que ia ver os bichos que tava lá embaixo no terreno, aí foi mas ela, aí quando saiu que voltou foi pá cá. [...] Coração!

Lembranças melancólicas revividas por Luíza Mahín desenham o mosaico da violência de gênero que invadiu não somente sua vida, mas também das filhas.

[...]. Eu disse: eu não sabia agora que vou sair já véia, não acho emprego mais. Aí minha fias foi se virano, uma fazia unha, outa dava banca, a caçula dava banca pra sarrumar uns tustãozinho pra gente comprar as coisas sabia. Não, minha fia não me dava dinheiro não, minha fias não deixava faltá nada pra mim, mas pra mim não me dava não. Tudo pra ele, só dava comida, só dava comida. Seu eu ficasse doente ele não comprava remédio, eu ia lá pedir a meu pai e minha mãe eles que me davam o dinheiro pra comprar, um Anador que eu sentia dor de cabeça era, e agora eu

tenho problema de pressão, a minha fia que compra remédio, que me dá, aí eu pego no posto o remédio da pressão de graça o mais barato né. Eu vivo no remédio direto, eu tomo 7 comprimido ia dá depressão em mim, aí eu fui no médico, graças a Deus que agora eu não sinto mais dor de cabeça, graças Deus eu sou outa mulé, eu sou outa. Eu era assim seca, não vê um palito daquela rosa ali, eu era assim, sofri demais e agora, graças a Deus, eu tô no céu. Tô no céu, graças a Deus, minhas fias que tenho é um bênção, é, minhas fias, graças a Deus. A primeira própria foi a mãe. [...] Ele dizia que botava um bolo de pirão dendê de casa por causa das fias, se fosse por mim não botava, qu'eu tinha que morrer de fome... era (triste). [...], [a favor da mãe] Achava rui, né? R. - Retava porque a gente defendia mainha, se a rente tava veno que ele tava errado! Chegava, acabava com o sofá? Nera R.? Pegava o sofá assim, oh (fez o gesto), suspendia de lá da tea (telha) pá! Pra quebrá tudo! (R. as porta era tudo sorta). Aí ele mostrou: aqui o revolve! Um dia eu falei, atira! Pá tu vê? Um dia eu falei mesmo! Nesse dia eu acho que foi Deus que me ajudou pá fala sair fora pá, eu respondi isso! Oxi, ai, ai! (suspiro).

E, num desabafo, Luiza ecoa: “Todo mundo fala: Luiza, como *tu aguentou!*”. É, como aguentar tudo o que ela aguentou!

Cenas de sofrimento feminino não faltaram nas vidas das entrevistadas e Maria Crioula, com resignação, contou-me minuciosamente parte de seu sofrimento. No seu imaginário de mulher pronta para casar lembrou de bens materiais que possuía, estes a credenciavam para o matrimônio. A pobreza lhe acompanhou na vida conjugal, contudo, além da pobreza material, a pobreza do companheirismo, do seu marido-amigo, adentrou, sem licença, na sua vida. A violência psicológica é presente na sua relação. O encontro em São Paulo com o marido, já que o considera assim, devolveu-lhe a esperança de (re) começo, contudo o triângulo amoroso não aceitou e, por isso, retornou para sua casa. A esperança do reencontro do casal permanece viva. Suas palavras refletem ‘o que Deus uniu, o homem não separa’, ela, na sua fé evoca:

Porque, um dia, eu acho que, um dia, ou eu vai cuidá, ou eu vai cuidá dele ou ele cuida de mim, porque os filhos vai ter as vidas deles pá cuidá, entendeu? Eu ainda tenho essa esperança. Eu acho que é isso que me falta na noite de sono..., essa coisa que eu ainda tenho aqui dende mim, mermo sem eu percebê, mas ela ainda tá na minha mente. Né tipo vingança não, sabe? Não é vingança não! Eu acho que é um sonho que eu tenho que realizar isso. E a rente separou sem briga; não é que não tem amor mais, não sei porque a circunstância. Quando a rente separa com ódio alguma coisa acho que acaba tudo, mas quando separa que não tem ódio, tem nada, né? Ainda tem isso. Pronto! (risadas).

Aí quando eu casei eu já tinha uma roça, eu já tinha um porco, dava 4 arroba e já tinha 4 arroba de fumo meu, aí eu já tinha, no dizer, condição de casar (risadas). Aí meu Deus (risos) e aí a gente casou nessa condição de pobre e até hoje, até hoje, sou firme na conversa que prometi a Deus. Por meu marido me trair, sair de dentro de casa, eu permaneço fiel a Jesus Cristo. Vou morrer assim. Não cometo adultério porque, mesmo assim, eu passei a entender que os homens, eu falo assim, os homens os homens em geral! Dá hora que você casa e seu marido não lhe dar valor, mas ninguém você vai encontrar pra lhe doar esse valor não porque ele lhe achou, tirou da casa de seu pai, mocinha, donzelinha, não te deu esse valor! Você vai consegui outro que vai te dar esse valor? Você vai se valorizar que mais ninguém lhe merece. E até hoje eu fiquei, e digo pá minhas filhas também: “se tiver com rapaz, só

arranje outo quando largar aquele. Pá não morrer e não ser traíra; pá não ser adutera, pá não ser pegada na mentira, viu.

Eu nunca menti pá meu marido! Ele nunca me pegou na mentira porque eu só falava a verdade. O segundo namorado “foi o que eu casei! [...] hoje a rente tá com: 42 anos (pausa) de casado (pronunciou baixo) [...], até hoje não desquitou, eu já olhei com ele: quer disquitar? Não, deixa assim mesmo, deixa como tá. Sempre ele diz que volta pá casa, mas nunca voltou (pausa), né? E aí até um tempo, até um tempo; a gente ainda a... depois eu disse pá ele: oh, se você voltar pá casa a gente pode ser marido e mulher, mas se não voltar pá casa acabou... Ele não voltou. A gente levou... quase uns... porque ele tá já com... A gente levou quase uns 15 anos. Aí levou uns 15 anos. [...] Quer dizer, já tem uns 17 anos, né? [...] Separado assim... não é de, de... a gente não separou no papel. No início foi bom. Quando eu fui pra lá que São Paulo, ele já tava com a outa, mas não me falou. Aí ele chamou: A rente vai ter que conversar, e falou; contou uma poçoca lá que tava deveno um dinheiro a essa mulé que lé, porque começou ele dizer, ele pagava quarta nela depois, acho que lá se introsaram, ele não pagava mais o quarto e ela não cobrava aluguel, mas ele pagava outa coisinha pá ela. Ele saiu de lá da casa dela e ficou numa casa mais eu, só que quando ele saía dizia que tinha largado, ela quando eu descobri ele tava lá na casa dela. [...] Aí eu vi pá casa mai. [...], eu não inha viver em paz! sabeno que ele tava com ela e comigo! Com duas. Mermo assim porque eu ainda tenho esperança de cuidar dele. Ou eu cuidá dele ou ele cuidá de mim (pausa), entendeu? Porque a rente não pode dizé nem desse pão comerei nem dessa água beberei.

Suas narrativas carregadas de melancolia não a fazem recuar, tomou conta e deu conta da carga de responsabilidades, comumente dividida pelo casal. Crioula está entre as mulheres “[...], aquelas que, diante da carga de obrigações, se submetem, chegando até o ponto de aguentar situações desagradáveis e de violência como a traição, a infidelidade etc.” (DARON, 2009, p. 29).

Foi Crioula que, no seu contar-se, trouxe para suas memórias sofrimentos percebidos por ela e que fazem parte do universo feminino familiar. Seu genro é bonzinho, como enfatiza, mas seu sexismo é capaz de demarcar a vida de sua filha como sua propriedade privada.

A minha filha mermo ela tem o marido dela. Ele é bonzinho, mas não quer que ela ria! (pausa) Na frente dos rapaz, quoquer pessoa que ela ri, acha que tá com o dente aberto, não sai, ela sai, ele não, quer elevar ela nua festa! Não que levar ninia..., agora que ela tá se, se tomano um sentido na vida, quela chama: tu não que i, eu vou! E vai! Vai assim, não pá festa de coisa assim... pá igreja, sabe? Aí ela não vai, ele não quer? Ela não vai. Essa coisa de no pudê falar com os amigo, quê..., sabe que os amigo chega bejinho do lado, bejinho de outo, ele disse que não tem esse negócio não! De bejá a mulé dele! Então, aí, eu falei pá ela: Oh minha fia quondo tu, será que tu vai guentá viver isso tudo? Até quondo vai suportá isso? E não pudê falá com ninguém? É alegre! Então, isso impede a pessoa de viver! (pausa) [...] Agora, ela trabalha e tudo! Ele não impede! Agora se, se tem uma vista, se tem uha, uha, um colega, uma coisa ele, acha ruim! Ruim! Mas se ela é assim! Ela...! Como é que a pessoa vive assim? Se tem essa coisa essa, impedimento, você fica, algo sem você pudê crescer! Tem alguma coisa impedino! A pessoa não vive feliz assim! Você tem de viver de acordo como você é! Sorri! Cantar! Chorar quono precisar! Porque tudo faz parte da vida! Você tem que fazer o que eu quero! (falou de forma grosseira, machista - encenou). Isso é uma violência! Eu acho isso seno uma violência! Entendeu?

[Caso outra filha] O minino de minha filha, ficou mais eu. Ela teve o casamento, um namoro que eu não tava aqui, ele teve..., ficou, ficou, ficou quando ela engravidou ele achou que ela engravidou pa segar ele. Aí começou botano mulé na cara da minha filha. As mulé sofre com isso, viu? Sabia? Se botá na separação e perguntá as mulé qual é a doença delas? É a doença, é o sofrimento de marido! Traidor! É de, de acho que de cada 100 mulé duas é traída! 2 que não é traída (risos boca fechada) quero dizer: 2 que não é porque, a nu mai! Os homes apronta viu?

E, nessa força de aguentar pobreza, viuvez de marido vivo, somente na fé católica Crioula ancora-se e encontra respostas para sua trajetória de vida, principalmente momentos providos de abandono na conjugalidade. Destaco ainda que do universo das narrativas desta pesquisa, além de Crioula, Ciata e Zacimba também se apegaram a Deus diante das dificuldades a enfrentar. A foto a seguir, com a permissão da entrevistada, foi do altar da casa de Esperança Garcia.

Figura 28: Santuário da casa de uma das entrevistadas – zona rural Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2018)

Nas zonas rurais em que andei, durante a pesquisa de campo, há predominância da religião católica. Homens e mulheres estão, diariamente, com seus compromissos na igreja de sua comunidade e realizam várias vezes ao ano viagens para, por exemplo, Aparecida, em São Paulo, e Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Imagens de santas e santos e terços são encontradas em suas casas, mulheres como Maria Crioula, Dandara dos Palmares, Na Agontimé, Maria Felipa, Esperança Garcia, Brandina, Zacimba Gaba, Laudelina Campos, Eva Bonsucesso assumem cargos nas igrejas. Neste sentido, e como foi visível nas suas narrativas a presença da fé católica.

Minha história é assim!... Hoje eu tô com Jesus! Na igreja sou ministra de Eucaristia! do Apostolado de oração, oração de Jesus! Sou coordenadora da Pastoral da Criança é tanto... tenho tanto movimento qui... me mé, me ocupa a mente e eu não posso mas ficar preocupada, mas [...].

[...] Minha devoção com Deus, porque se eu não tivesse Deus! Eu tô te contano, nem te contei tudo! Se eu não tivesse Deus por meu Pai, forte na minha mão! Na minha vida! Eu tinha murrido! Na igreja sou ministra de Eucaristia! Do Apostolado de oração, oração de Jesus! Sou coordenadora da Pastoral da Criança é tanto... tenho tanto movimento qui... me mé, me ocupa a mente e eu não posso mais ficar preocupada, mas [...]. Nem tinha minha [...] minha devoção com Deus, porque se eu não tivesse Deus! Eu tô te contano, nem te contei tudo! Se eu não tivesse Deus por meu Pai, forte na minha mão! Na minha vida! Eu tinha morrido, porque eu ficava lá, dendê quato parede em São Paulo, minha fia trabalhava, eu ficava com a criancinha, sofreno! aquela situação! Sabeno que ele tava com aquela outa mulé! E eu sufria sozinha! Pá meu filho... pá meu neto não ver eu chorar, eu inha po banheiro!

A fé em Deus foi, para Crioula, o remédio para aliviar suas dores na alma. Quando enfatiza ‘se não tivesse Deus’ evidencia que o sentir-se humilhada, oprimida, quem sabe, desistiria de viver. Percebi ser sua devoção à Igreja Católica a saída para não enlouquecer. A igreja ensina sobre o matrimônio o contrário de sua realidade na vida conjugal. É a igreja, então, seu refúgio para aguentar suas dores na alma. Também não lhe faltaram ‘conselhos’ para retribuir a infidelidade do marido. Recebeu conselhos para dar ‘o troco’ ao marido traidor, ela, mais uma vez, praticou os ensinamentos católicos alusivos à fidelidade da mulher para com seu marido:

Quando foi uma vez, eu vi a hora de eu morrer, sufocada, qu’eu cai desprezada no chão, gritano: Me ajuda, Deus, me ajuda, Deus! Me ajuda Deus! Eu não posso passar por isso! Foi Jesus que me ré, ressuscitou do chão! E se eu não tivesse Deus nessa hora? Se [...] não tem Deus, fazia loucura; [...] e aí um dizia: se fosse eu, fazia assim! As mulé, né! se fosse eu, fazia assim, se fosse eu, fazia assado! se fosse eu, botava home na cara dele! se fosse outo, fazia isso pá ele! Essa coisa toda! E eu disse: mais eu tenho é Deus, eu tenho é Deus. Deus tá comigo e eu não vou fazer nada (pausa). E foi assim que eu venci! Com a espada de Jesus Cristo na minha mão, que é a Bíblia e a hóstia, e a hóstia, a santa hóstia que me sustentava. Eu inha po lugá, não parava as lágrima. Lá na missa, não parava as lágrima e que tu dá pá pescidi que quano comecei a fala, já quase não sustento as lágrima aqui (lágrimas caíram). E minha vida foi muito sofrida aqui nessa coisa; mas com Jesus, com Jesus! Eu resisti a tudo isso! (Maria Crioula).

Essa fé existente na vida de Maria Crioula pode ser enxergada nos excertos sequenciais narrados por Ciata, que remetem a Daron (2009) quando se refere à trajetória das mulheres que suportam “situações desagradáveis e de violência como a traição, a infidelidade”, foram esses momentos vividos por Tia Ciata. As feridas da alma, as violências sem sangue foram marcas deixadas por homens com quem manteve relações afetivas. Narra, distintamente, a trajetória dos seus sofrimentos e, na sua fé em Deus, permanece na esperança de uma vida melhor: “Hoje tenho que agradecer a Deus pelo o que sou, e se Deus me deixou

aqui porque ele quer alguma coisa pra mim ainda, ele tem algum projeto pra mim na minha vida, que eu tenho que realizar ainda, não sei qual é, um dia Deus vai me mostrar”.

Na sua conta, 21 anos de convivência conjugal com dois homens distintamente. Suas relações afetivas foram rompidas, por cada um deles, sem considerar sentimentos que ela nutria e o compromisso assumido com eles.

Sou solteira. Morei junto 2 vezes. Morei uma vez, 10 anos, e outra, 11 anos; não deu certo. Infelizmente o de 11 anos foi trabalhar pra arrumar a casa, lá arranhou outra e casou e terminou por telefone, isso vai fazer 4 anos agora. [...]. Do 1º relacionamento eu morei 10 anos com ele. Arranhou uma colega minha, aí ficou em São Paulo. [...] e eu vim embora [...]. Minha vida adulta é sofrida também, porque eu não tive sorte, quer dizer morei 10 anos com uma pessoa, que eu fui morar com esse rapaz de 16 ano, tive minha primeira menina, que morreu de pneumonia. [...] Quando fui pra São Paulo fiz um tratamento lá e engravidei dessa menina. Quando eu tava lá o pai dela saía toda, eu cuidava dele, porque ele tava doente também, [...] chegou lá, ele arranhou outra, uma colega minha que dizia que era colega minha e ficou. Eu vim me embora com ela e 5 mês grávida. [...], quando a menina nasceu ele veio e registrou. Aí ele registrou a menina e falou: ah, aqui o registro dela pra dizer que ela não teve pai pra registrar. [...]. Eu levei 2 ano pra conhecer o pai do menino, morei com ele 11 ano, sempre, era assim uma convivência boa que tive com ele, foi tanto que falei; eu não vou me envolver mais, depois foi indo, indo, aí me envolvi com ele. Aí sempre ele falava: quando fizer 15 ano a gente vai casar, eu falei: tá bem, como eu sou louca pra casar, Ave-Maria, o meu sonho é casar, já até perdi esperança que não vou casar mais (risos). [...]

Seu sonho de casar se aproximava, há 5 anos com seu segundo marido, Tia Ciata desconfiava que poderia ser enganada. No entanto ela relembra que não seria capaz de fazê-la sofrer como o pai de sua filha a fez passar. “*Eu falava assim: oh França, que qualquer hora eu vou ter uma surpresa de você que não sei o que é. Aí ele falava assim: não se preocupe, o que você tá pensando não vou fazer com você igual o pai de Paty fez com você. A gente vivia bem, a gente não brigava [...]*”.

Sua fidelidade foi desfeita quando ele manteve relação com outra mulher e, posteriormente, terminou por telefone o relacionamento. A violência psicológica desencadeou um início de depressão, além do mais, essa forma brutal se constituiu em violência familiar, seu filho desenvolveu um sentimento de revolta pelo pai.

Tia Ciata, eu li trair mais foi uma curtição. Aí eu: foi? Foi. [...]. Pronto, chegou aqui ficou numa boa comigo, ele pediu perdão e quando ele veio me dá uns beijo no rosto no dia ele chegou eu virei o rosto, no outro dia eu tava com raiva dele, ele me pediu perdão. A gente foi pra casa da mãe dele, ficou lá numa boa. Com 7 dia certinho que ele tava lá, ele ligou pra terminar. [...] Aí eu falei com ele assim: por que você não ligou ontem? Porque eu não estava a fim. Só que quando ele ligou pra mim parecia que não era ele, parecia que era outra pessoa que está distransformado, gritava no telefone de um jeito, aí falou: oh, tô ligando pra terminar, não quero mais você, já tenho outra aqui. Aí nesse dia foi um desespero, eu quase que entrava em depressão, pedi muitas vezes pra morrer. Meu filho tinha 7

ano. Tinha 8. Aí ele começou a chorar também. Ele falou: meu pai, eu vou pegar, vou mandar minha vó, minha tia dá uma surra no senhor. Aí o pai começou a gritar com ele no telefone, ele começou a chorar. Ele é revoltado com pai dele, não fala, mas conversando comigo é tão carinhoso, comigo ele é outra coisa.

As amarguras vividas por Ciata, ao longo de 21 anos, deram motivos para desencadear a depressão, como ela reforça, contudo laços de amizade com vizinhos e familiares do segundo ex-marido fortaleceram sua vida emocional, como conta:

Aí pra mim eu não entrei em depressão, primeiro lugar por cousa de meus vizinho aqui, tenho uma vizinha aqui. Mas eu chorei tanto, eu chorei tanto que até hoje eu me pergunto, agora a família dele sempre me deu apoio, sempre me dá apoio até hoje. Fala que a mãe dele, a mãe dele pra mim é igual minha mãe, é melhor que minha mãe, vou mentir não. Aí comigo ele falava comigo 15 ano, só casava comigo com 15 ano, com 15 ano nunca casou comigo, então era momento feliz e momento triste e ele era uma pessoa assim, que ele não sai comigo pra canto nenhum, era daqui pra casa da mãe dele, da casa da mãe dele pra aqui. Não saía pra uma festa comigo.

Assim como Ciata, Brandina foi submetida à violência psicológica, todavia suas narrativas guardam proximidade com trajetórias de vida de Maria Felipa. Elas trabalharam na infância, tiveram seus sonhos com a educação formal frustrados, conviveram com sua família, mesmo a pobreza insistindo em permanecer, contudo souberam o que é viver, amor de pai, mãe e amor fraternal. Ao entrarem no ‘mundo da conjugalidade’ souberam que nessa fase os espinhos, simbolizando as violências de gênero e domésticas lhes foram apresentados; as rosas receberam de pais, irmãos e irmãs. É visível na fala da entrevistada, inclusive lembrome de seu comportamento ao contar-se. Seu olhar fixou-se em um ponto ‘imaginário’, sua voz, pausada, saía como se algo a sufocasse e, por isso, suas evocações não fluíram naturalmente. Havia, na sua expressão, indícios de estar ‘mexendo’ na ferida, ainda aberta, mas que precisava ser visibilizada, quiçá, o remédio estava em expulsar aquilo que a incomodava.

A vida adulta foi uma fase assim difícil porque, posso dizer assim, com 18 anos, com 17 anos conheci o pai de meus filhos, aí fiquei um tempo com ele. Depois a gente começou a vida de intimidade, aí foi o que, em poucos tempos eu fiquei grávida da menina. Com 20 anos, aí fiquei grávida, tive ela que foi, desda gravidez que foi só sofrimento, que ele não dava atenção assim de pai, em momento nenhum ele dava atenção de pai, sempre mulherengo, aí sempre me botava apelido, vários apelido botava, que tava feia, que tava gorda, que era pra se cuidar que tava com cabelo duro. Aí era um sofrimento que só, aí tive a, depois a gente se separou. Depois ele veio com uma conversa bonita eu voltei. A gente levou 1 ano e meses. Aí voltou de novo, foi quando eu com 3 anos que a menina tava eu fiquei grávida do menino. Aí tive o menino; era só agressão, que ele chegou pra mim agredir uma vez aí quando ele veio me bater eu segurei na mão dele, até hoje ele morre e leva cicatriz no pescoço que tava com a unha grande, a unha desceu no pescoço, desceu comendo

tudo, até hoje ele morre e ela a cicatriz no pescoço que eu deixei, então aí não terminou.

Brandina, depois de 15 anos, decide dar um basta na relação, entende que não dá mais certo continuar sendo oprimida, desvalorizada, há, na sua atitude, emancipação, libertação da condição de mulher submissa. Ela, a planta não respeitada nas suas necessidades de reconhecimento como mulher e não coisa, objeto. Reagir a qualquer ato masculino brutal e violento é reafirmar o exercício do poder perante o sexismo. Ela rememorou a existência, no começo, de sentimentos, mas o tempo se incumbiu de apagar.

Sempre arrumando mulher até no dia que eu decidir! [...] sempre mulherengo aí sempre me botava apelido, vários apelido botava, que tava feia, que tava gorda, que era pra se cuidar que tava com cabelo duro. Aí era um sofrimento que só, aí tive a primeira, depois a gente se separou. Depois ele veio com uma conversa bonita, eu voltei.

Eu fiquei 15 anos com ele, até eu decidir que não dava mais certo, Existia muito parte assim de carinho a, de amor muita mesmo, mas aí com o tempo foi desgastando. É tipo uma planta, se planta uma planta não rega cada dia ela vai morrendo aos poucos até chegar o estado final. [...].

Relatos de mulheres cujos maridos machistas não se contentavam em se relacionar apenas com sua esposa, era preciso reafirmar sua masculinidade, deixar aflorar seu lado ‘macho’ e ser ‘negueiro’, ‘rapariguento’. Assim, o mosaico da vida conjugal de Brandina foi pintado com matizes representativas da opressão, humilhação, violências. Maria Felipa tem o que contar sobre si. Convém salientar que essas duas mulheres, na infância, conheceram o significado de família feliz, contudo o casamento mostrou-lhes o outro lado da convivência humana regada a desamor e desrespeito

Das narrativas sobre violência doméstica e familiar até aqui analisadas, é na vida de Dandara dos Palmares que encontro o *continuum* de atos brutais iniciados na sua infância quando a avó a surrava constantemente, inclusive Dandara quem, ordenada pela avó, buscava o instrumento no mato para apanhar. As surras da avó, na sua vida adulta, foram substituídas pelas agressões do homem com quem mantinha relação conjugal. Contou-me que por causa de uma surra do marido levou três dias acamada. Outra violência contra ela e seu bebê, ainda na gestação, foi quando recebeu uma facada na barriga e, por consequência, seu parto foi prematuro.

Com treze anos Dandara experienciou a maternidade, o pai da criança não assumiu a responsabilidade. Coube então, para ela, aos 13 anos, ser chefia feminina de família. Sobre esse fenômeno, Franco e Tavares (2010, p. 5) reforçam: “os domicílios chefiados por mulheres enfrentam a precariedade e vulnerabilidade, pois essas mulheres são

as únicas responsáveis pelo sustento econômico do grupo familiar, além de terem que cumprir os afazeres domésticos”, como também ocuparem espaços laborais precários, logo, seus salários acompanham tal precarização.

Separou porque ele não quis assumi o minino, a minina. Aí, depois de 13 ano, com 14 ano me relacionei com outro. Aí, demorei, nós ficou um tempão junto. Teve uma minina, aí depois a gente separou; levou um bonde tempo junto mermo! Mai de 10 ano junto, depoi a gente separou, por cá do ciúme. Ele ciuava e não podia sair de dende de casa, me prendia muito dende de casa e eu não gosto de ficar presa dende de casa; não deixava eu saí pá canto nium. Aí pronto, ai depoi... arrumei esse outro a gente foi viver, ai nós levou 13 ano. Aí, depoi de 13 ano eu vi que não dava certo, que se eu ficasse eu tinha morrido, aí digo é, não vai dá certo, não. Batia e bibia, quando bibia se transformava. Quando não tava bebendo era uma ótima pessoa, ninguém dizia que era aquela pessoa que era, mai quando tava bebendo se transformava. O pai da minina. (Suspirou) Essa eu comi o pão que o diabo amassou! ele casou com ela, mai porque eu disse a ele que não queria casá aí, ela foi, ele foi, casou com ela. Na merma época que eu aparecia prenha, ela também. Aí ele casou com ela, eu fiquei...; [...] Ai poi eu, disse a ele, ele não parava de beber eu disse: se tu pará de bebê, tu continua, mais eu agora, se não pará de bebê..., aí não parava de bebê aí, eu cheguei, não quis mais. Parou nada! Parou quando que morreu! Quando morreu ele parou. Aí pronto, aí eu disse é, não parou de bebê, aí eu não quis mais! Aí fiquei... aí minha casa aí mermo, aí peguei fiquei aí.

Com outro convivi com outro 20 e tanto zano! Era presa dende de casa. Era presa dende de casa, não saía pá canto nenhum! Aí eu fui lutano, fui lutano, [...] ele me deu uma surra por causa desse daí! Ciumento desse daí. Eu levei 3 dia em cima da cama! Por causa dessa surra! [...].

Graças a Deus já tamo com 11 ano junto. A vida... vez, comi farinha seca com ovo ou se, tudo que Deus dá era, dava agradava... E aí, graças a Deus... té aqui tá dano pá nós vivê.

Sou separada! Né? porque nunca casei! Separada, fiquei um bande tempo aí, poi, eu separei, nós brigava muito, separei. Ai fui conviver com o pai do minino. Aí levei 13 ano com o pai do minino, depoi de 13 ano, foi 13 ano, 13 fí, que era todo ano um, era trabaiano na pederia e, todo ano um fí aí, depoi eu larguei que ele bibia muito e aí, quando ele bibia, ele tinha uma coisa que botaram nele que quando ele bibia o que tivesse era pá me arrumá. Pudia ser faca, pudia ser facão, pudia ser o que fosse. Aí eu digo: não dá jeito não, se é de eu morrer, eu saio. Aí peguei, larguei.

Um pá, largue. Aí tornei a vortá fui viver com esse pai da minina; aí, vivi com ele. Tinha 2: a minina que mora em Cabaceira e esse minino que mora em cima, na outa casa. Aí pôs quando vi que não dava. [...], foi eu larguei porque 'le me deu a facada na barriga aí que furou o minino... quase que eu murria; aí quando eu saí do hospital eu larguei; passei o resguardo, eu larguei. Pegou três ponto no braço do minino, dendo da barriga. Esse minino morreu com 1 ano e 6 mês. (Suspirou) Ele não tinha 9 mês completo, tava com 8 mês e 15 dias. Prematuro, aí o médico disse que ele não ia sobreviver. Que se ele fosse com 9 mês fechado ele subrivivia ou 7 mês, subrivivia mais, 8 mês não subrivivia. Que algum tempo ele poderia morrer.

Atualmente, Dandara encontrou os matizes para harmonizar o seu mosaico. Convive com outro marido e é contagiante sua satisfação nessa convivência a dois. “Não tenho o que dizer do daí. Tá, com 11 ano com o daí que nós tá junto; nós não tem briga; hoje eu saio pá tudo quanto é canto ele, saí, não tem ciúme, nem eu ciúmo dele nem, ele ciúma de mim”.

Zeferina, apesar da convivência de 11 anos com o atual companheiro se declara como solteira. Na área rural, é comum usar a categoria “casada” apenas quando se concretiza a formalidade. Não conseguiu concluir seus estudos, a vida de pobreza material a fez passar fome.

“Sou solteira. Com meu esposo aqui, eu tinha 19 anos. Foi, parei de estudar, não concluí meus estudos, *tava* no 3º ano e fazendo um curso técnico. [...] a gente passava fome. Aí quando eu comecei a namorar com ele, ele começou a me ajudar com uma cesta básica todo mês”.

Na sua narrativa, deixa evidente que seu marido carrega conflitos conjugais de sua primeira relação afetiva. A mulher com quem conviveu reagiu violentamente diante das violências de gênero submetidas. O exercício de poder feminino (PASINATO, 2003) diante da situação de violência é materializado em situações como a transcrita a seguir: “Ele já foi casado [...] teve uma briga que a mulher tocou fogo nele, aí ele disse que não dava mais”.

As narrativas seguintes são de Maria Felipa, ela iniciou a vida de namoro no início da adolescência e casou com esse namorado. A experiência da vida conjugal conflituosa a fez desistir de tentar outros relacionamentos afetivos, diante das violências físicas, morais, psicológicas e patrimoniais. Não escapou do mesmo sofrimento rememorado por Luíza Mahín, seu marido também manteve relações extraconjugais.

“Ele foi o primeiro namorado que eu tive que nós *namorava* desde pequeno, com ele mesmo me casei. Ele é o pai de meus filhos, me separei dele e não convivi com mais homem nenhum, *pra* mim acabou aí. Com 12 anos, de 11 a 12 anos, a gente já namorava escondido no caminho de escola (riso). Era vizinho (riso). Já depois de adulto a gente se noivou. Ele foi *pra* São Paulo, trabalhou lá, comprou aliança, mandou, a gente noivou, depois ele veio, marcou o casamento, nos *casou*. O relacionamento de namoro foi super maravilha, mas quando casou aquela vida tão maravilhosa desceu tudo por água abaixo, não sei por que, eu não entendia ele e nem ele me entendia”.

A desigualdade de gênero, o poder masculino, a posse pós-casamento respondem o porquê da “vida maravilhosa” ser levada pelas correntezas das águas do patriarcado. Ele era muito negueiro, gostava de namorar na rua; a ‘liberdade’ de manter relações extraconjugais como demonstração de virilidade e autoridade diante de Felipa é uma situação também recorrente nas narrativas de Luíza, Adelina, Criola, Brandina e tantas outras mulheres. O mundo masculino costuma naturalizar, na relação afetiva, as relações extraconjugais. Nesse entendimento, por ser homem tem direito a ser infiel, trair a mulher é prerrogativa do provedor, enquanto a mulher é silenciada quando na ocorrência de situações análogas a essa

traição masculina (PAIXÃO *et al.*, 2014). Seguem narrativas emaranhadas de violências contra Felipa:

“*Negueiro*. Cheio de *nega* na rua (riso). Cheio de *nega*. Rapariguento (riso), aí eu não aceitava. Aí a gente começa a discutir, começava desentender, depois tudo deu errado, que acabou nós *se* separando mesmo. O amor foi morrendo, morrendo e acabou mesmo. Cheio de *nega* na rua (riso). Cheio de *nega*. Rapariguento (riso), aí eu não aceitava. Aí a gente começa a discutir, começava desentender, depois tudo deu errado, que acabou nós *se* separando mesmo. O amor foi morrendo, morrendo e acabou mesmo. 24 anos, a idade que me casei. [...] minha mãe não queria aquele casamento, mas, eu com a teimosia porque gostava que homem, no mundo só tinha ele, era o mais bonito, não tomava o conselho de minha mãe, continuei. Aí nós levamos 4 anos e depois o casamento. 4 anos de namoro, noivado e depois veio casamento. Se nós *passasse* um semana se entendendo um com outro, o restante do mês era igual a gato e cachorro naquele desentendimento, eu não entendia ele, ele não me entendia. Se eu falasse qualquer coisa *pra* ele era ofensa, se ele falasse qualquer coisa *pra* mim era ofensa. E aí vai até e nós *se* separamos de vez. Quando foi já no final ele voltou *pra* eu aceitar ele, também não aceitei mais, não.

“O que era bom, era o amor e já tinha morrido, não senti mais nada por ele. As mazelas na sua vida de casada mataram o ingrediente capaz de pintar o mosaico com matizes que simbolizam o amor. Aqui na minha casa eu não te aceito mais não. [...] sou viúva [...] *Mais* sou separada há muitos anos, agora vai fazer 2 anos que o marido faleceu. Quando ele faleceu já tinha 16 anos que nós *estava* separados, 16 a 17 anos. Porque nós *era* separados e ele foi embora *pra* São Paulo, aí viveu muitos anos com outra família, depois de certo tempo adoeceu com problemas de AVC.

A minha situação mais difícil financeira que passei foi depois do meu casamento, que eu tive convivência e logo, logo nós separou. Nós passou juntos 17 anos, logo aí se separou. O restante eu convivi sozinha aqui com meus filhos. Acabei de criar meus filhos, casaram tudo no meu poder e o pai pelo mundo não tomou mais conhecimento nisso. Quando ele veio aqui meu neto mais velho fazia 13 anos. Quando ele apareceu, da ida que foi embora, eu passei pelo processo de exame de corpo de delito, aí ele saiu e fugiu completamente corrido. Ele não foi responder o julgamento dele.

Laudelina Campos, cuja relação conjugal completou bodas de ouro, rememora sua trajetória de casada:

Primeiro namorado [...] casei com 18 anos, mais graças a Deus estou feliz (risos), pedindo força a Deus, já estou com 50 e poucos anos de casada,

força a Deus e vamos remando barco. Eu casei em 56, morei 2 anos mais meu sogro e depois vim embora pra cá. A gente já tá com 60 anos de casados, nós nunca se separou. Foi bem graças a Deus (risos), fazer que nem outro: não deixa de ter um henhen, mas é tripa, briga e parceria. As pessoas não via dizer que vai quebrar o porrete nenhum. A tripa briga na barriga. Agora a gente é humano e fala pesado com o outro, mas não pra ter confusão. Nunca traí ela com outra mulher, nem ela nunca me traiu. Estamos vivendo assim até hoje. Mas esse negócio de pau em um, tacá o pau em outro, Deus que nos livre. Assim, quando casei eu disse assim: no dia que você tocar a mão em eu, seu pirão não serve mais pra mim (risos), graças a Deus nunca aconteceu e nem há de acontecer, porque já ta com tantos anos de casados, é descaração bater boca, brigando. Ele sai, fazia as farras dele e eu ficava em casa mais meus filhos, chegava, entrava, comia e dormia.

O uso de bebidas alcoólicas e a falta de disposição do marido para o labor atuaram como precipitantes das desavenças conjugais e, como narra Maria Aranha: “*minha vida só Jesus é quem sabe, assim eu passei um tempo a morar com o pai de meus filhos, a gente se unia mais assim, no caso eu mermo larguei ele por cousa da bebida e porque ele não gostava de trabalhar*”.

Ela assumiu a provisão familiar, já que o marido preferia a vida ociosa, nem para contribuir com as tarefas domésticas, ou mesmo acompanhar e buscar seu filho na creche era motivo de recusa:

Eu que tinha de trabalhar no tempo que eu morei na casa do sogro do pai dele, [...] quando falava assim, arrumar um trabalho, ele não gostava. Quando eu saí pra trabalhar às vezes eu conseguir uma vaga na creche pro meu menino mais velho, aí eu tinha que levar o menino pra creche, voltar de pé para trabalhar na fábrica de limão na cooperativa ali na ladeira. Aí eu trabalhei um bom tempo, quando falava assim vá pegar o menino e ele não ia, ou vai levar o menino na creche ele não levantava cedo se mandava.

Nessas falas de Aranha, seu marido gostava de sombra e água fresca e, então, sua decisão de acabar com tamanha exploração masculina foi decisiva: “Quando dava 12h ele tava em casa tomando banho de pé, arriado, *mais* trabalho que é bom Deus livre, *mais* juntava um grupinho assim de amigo *pra* beber cachaça na frente da porta, aí tava bom, *bebeno, bebeno*. Aí quando eu vi que não dava mais *pra* viver mais com ele, eu resolvi *vim* me embora, aí fui *pra* casa de mainha de novo com os dois *menino*. Aí eu falei não, agora eu vou correr atrás da Justiça, porque eu vou criar meu filho só sem pai, apenas um episódio vcm. Uma vez só, uma única vez”.

Maria Aranha, nas sucessivas uniões afetivas, que sempre ‘não dava certo’, quiçá, buscou ressignificar, a cada tentativa, encontrar uma parceria, construir uma família.

Aí aqui eu me envolvi com um rapaz, tive meu primeiro filho com 19 anos, fiquei 5 anos com ele, não deu certo por causa da cachaça, tive mais outro menino, depois que o menino tava com 1 ano e 6 mês a gente se separou, aí depois eu me envolvi com outra pessoa, passado tempo minha menina tava bem grande, com 7 anos já, me envolvi com outra pessoa e tive outra menina, não deu certo também, me separei. Aí agora passou o tempo me envolvi com outra pessoa, também não deu certo, tô aqui com o filho na barriga e tou aí.

Mulher com sangue no olho, como narrou para mim. Essa é Zacimba Gaba, confiava em Deus e sabia que vencer e se libertar dessa vida de opressão masculina estava com dias contados. Sua fé foi o alicerce para continuar a persistir e conquistar sua liberdade de mulher com a vida sem o poder de macho que o pai de sua cria representava na vida familiar.

Mas quem se apega com Deus né, que já nasce com Deus no coração e na mente, vence com tudo. [...] fé em Deus que eu peço a Deus que eu não vou morrer nesse sofrimento que eu tô não. Eu peço a Deus, vou trabalhar e pedir que Ele vai me dar, nem que saiba um cantinho pra eu morar, nem que eu more hoje e morra amanhã, mai eu vou sair dessa vida que eu tô cansada, sofreno e como sair mermo. [...]. Ai, graças a Deus quando eu me separei dele, pedi tanto a Deus e Nossa Senhora das Graças, Bom Jesus da Lapa e daquela sina não queria mai nunca, em nome de Jesus, que eu preferia morrer, não queria mai ele na minha vida e não quise mermo.

Sua decisão de romper a união, após 17 anos parindo, trabalhando e sofrendo com o ciclo da violência, não a fez desistir, diferente de Felipa, que não mais quis se envolver com outro homem, de (re) viver outro relacionamento afetivo. Porém ela não aceita casar formalmente; sofreu quando se casou e não que experienciar o que viveu no passado e fez sua escolha entre ser uma mulher livre ou ser objeto/propriedade masculina.

Sofri, sofri muito mermo com o casamento, hoje eu moro com esse outro desde 2006 e povos fala: oh Zacimba, porque você não casa? Eu disse: oh fia, eu não quero casar não, não quero casar mai não, que já sei o sofrimento de casada e vi o sufoco que é de novo pra renovar outros papel de solteiro. Se for dizer assim, que vai ter uma lei, mulé que se ajunta não pode ficar com homi só pode ficar se casar, eu disse a primeira a separar sou eu, porque eu não caso mai não.[...]. É divorciada, eu tenho meu nome nos papel de solteira. Hoje sou divorciada, eu fui casada no civil, aí não deu certo, a gente se separou, levei 17 ano casada. [...] Continuava e trabalhava porá me sustentar eu e ela e comprar as coisa pretendendo um dia me casar. Com 22 ano me casei, aí fui ter nova vida, nova família. Minha família que eu tive muito complicada, porque a gente não conviveu muito ainda sofreno, levei 17 ano, tendo filho, trabalhando e sofreno.

A mulher deve ser valorizada, assim como todo ser humano, seja homem ou mulher. Entretanto Zacimba sabia que seu marido não a via como mulher, ser humano, mas uma massa de manobra, sua propriedade. Ela passou dificuldades, mas foi capaz de dizer não ao desprezo do marido. A rede sociofamiliar, nessa época de sua vida, foi relevante para aguentar a transpor as barreiras impostas pela vida de mulher que se separa do marido nessa sociedade machista e desigual.

Separava, se ajuntava, ele não me dava valor, valor era bem pouco, fui só trabaiano pra colhe pra ele. Pra eu sobreviver com meus filhos tinha vez que eu tinha que ir pra casa da minha avó. Aí minha avó me dava as coisa no final de semana pra os menino não morrer de fome. Não tinha bolsa família naquele tempo, aí sobrevivia mesmo naquele dia a dia de ganho, quando acabava aquele de comer que eu tinha dentro de minha casa, eu, pra não ver meus filho com fome, eu tinha que ir na casa da minha avó pra ela me dá alguma coisa até chegar o dia de domingo pra ele fazer a feira. [...] Eu vim me embora, cheguei aqui fiquei uns tempos de novo sofreno, depois vi que não dava pra eu sofrer, sempre pedino a Deus, e a gente se separou de vez. Fui fazer minha casa, que é essa que tá aqui, os povo me ajudou, sabia que eu era uma pessoa muito batalhadora, não era uma pessoa preguiçosa, sempre eu batalhava e aí todo mundo me ajudou, minhas tia, meus tio, os vizinho tudo me ajudou a fazer essa casa, [...].

[...] Eu namorei com uns 2 já 3 aí vinha pra me enganar e não dava certo, aí despachava. Eu comecei a namorar com 18 ano, já véia já, aí quando eu vin namorar certo de porta com os pai desses menino tava com 20 ano, levei 2 ano de namoro, aí com 22 ano eu casei. Foi padre e civil, que naquele tempo minha avó tinha um preconceito que minha fias não casa só ni um, tem que casar nos dois, é padre e civil, se não casar nos dois não adianta nem acertar para casar, que não vai casar, aí teve que casar no padre e civil. E aí depois a complicância pra poder se separar, aí agora no papel. E a gente não conviveu muito bem não, levei 17 ano pedino a Deus que desse pra viver, mai eu vi que não dava pra viver, porque eu queria ter meu filho sem violência, aí a gente se separou.

As sucessivas rupturas, quiçá, anunciassem indícios de rompimento definitivo. Relações extraconjugais fizeram parte de seu mundo de sofrimento nas mãos de seu algoz.

Se separou várias vezes, foi uns 4 a 5 vez, na última vez foi ni 2005 que a gente se separou mesmo e não voltou mais. Ele queria vortar mai eu não quis mai. Eu ia pra casa da minha avó porque era o único lugar que eu tinha de ir era pra casa dela. É que ele sempre é mulherengo, [...]. Minha relação com ele foi muito complicada, é uma coisa que eu nem falo muito, eu falava muito quando eu tava sofreno eu falava mermo, mai hoje graça a Deus não gosto nem de lembrar. Porque aquela vida que eu tive de sofrimento com ele graças a Deus passou. Hoje eu moro com outra pessoa, me trata bem, é fraquinho, bem verdade, mai o que importa é tratar as pessoa direto, eu moro há 10 ano já com essa pessoa, ai ni 2006 ele veio me procurar se eu queria morar com ele. Ele era viúvo, mai também rapariguero (risos). Tinha muita mulé. Aí eu fiquei pensando e disse: oh, se

tu ficar quem nem tu era não te quero não, que você é muito mulherengo e eu quero uma pessoa que me respeite pra poder eu respeitar. Se não me respeitar não adianta vin, pra ter confusão. Porque de confusão já basta o que tive com o pai de meus filho, então quero viver minha vida sossegada. Ele disse que tava naquele jeito porque ele tava querendo arrumar uma pessoa que desse certo pra ele sobreviver, então a gente concordou, levou uns tempo assim afastado, depois se ajuntou, aí foi em 2006 que me ajuntei com ele.

A convivência constante das mulheres com a violência de gênero em suas relações conjugais consiste em uma violação de seus direitos humanos. A dominação masculina perpassa nas falas das entrevistadas, esta é uma realidade secular nas vidas femininas. Neste enfoque, sua materialização atinge as mulheres sem considerar marcadores sociais como idade, raça/etnia, identidade de gênero, crença religiosa, classe social ou mesmo *lôcus* de moradia; acontece, simplesmente, por identificar-se como mulher. Compreender esse fenômeno social urge ir além do olhar igual para as mulheres ‘desiguais’; mulheres que convivem em contextos não urbanos, por exemplo MTR, têm necessidades especiais decorrentes de situações adversas de seus territórios, difícil acesso a políticas públicas do âmbito de proteção social e prevenção à situação de violência.

A partir das minhas inquietações sobre lacunas nas pesquisas científicas a respeito da violência contra mulheres rurais, no âmbito doméstico e familiar, identifiquei que nas histórias de vida de Tia Ciata, Maria Aranha, Mariana Crioula, Tereza de Benguela, Dandara de Palmares a violência se faz presente desde a infância. Continuaram, baseada na síndrome do pequeno poder feminino (SAFFIOTI, 2004a) e também quando é revelado, por situações adversas, o outro lado da moeda do poder: impotência masculina, porque

O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência. Acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos [...] (SAFFIOTI, 1999, p. 87).

A violência de gênero contra mulheres rurais, sujeitas e objeto desta pesquisa, é produzida e reproduzida pela ordem patriarcal de gênero e traz como agressor o cônjuge ou ex-cônjuge. Materializa-se através de atos brutais, embora nem sempre deixem marcas visíveis, ou seja, percebida pelas mulheres como violência, e a organização social de gênero contribui para naturalizar polos antagônicos: homens opressores, mulheres oprimidas. A

ausência de políticas públicas e dificuldade de acesso a direitos nas áreas rurais contribuem para manutenção dessa violência.

Acotirene, irmã de Firmina, se indigna com tamanha agressividade masculina e rememora o sofrimento de sua irmã. Na visão da trabalhadora rural, a violência contra a mulher é:

Eu acho uma tristeza, entendeu, uma tristeza ver esses homi, graças a Deus isso nunca aconteceu comigo, eu nunca peço a Deus de acontecer, porque sou uma pessoa assim, já aconteceu com minha irmã, né. Ela deveria tá aqui conversano mais que eu.

As histórias de vida de Anastácia e de Luiza Mahín revelam o retrato do sexismo presente na mesma casa, já que ela e seu filho e a filha, ultimamente, estão morando com a mãe, o marido, por causa dos conflitos conjugais, encontra-se residindo, provisoriamente, com a irmã. A entrevistada assiste ao mesmo filme patriarcal, dessa vez, ela, a protagonista e não mais, sua mãe, contudo, indiretamente, rebatimentos desses conflitos recaem sobre ela que é agredida moralmente pelo genro. Quiçá os choros que não conseguiu conter ao ser perguntada sobre o fenômeno social da violência responderam a essa dualidade vivida nas gerações infanto-juvenis com seu pai, agressor doméstico e familiar e hoje, na adultez, seu marido agride a ela, seu filho e filha e, ainda, sua mãe.

Anastácia tem como referência para sua resposta, certamente, sua realidade cotidiana, demonstra que a violência contra a mulher é, na verdade, a fonte de seu sofrimento, conforme sua narrativa a seguir:

Eu acho que é ser maltratada, xingada, agredida, levar a culpa do que você não fez. Ele me xinga. [...]. É que quando ele bebe, ele fica transformado, ele xinga, ele diz coisas. [...] é, agora deu para me dar homi. Dizer que tô com homi, que não dou atenção a ele. Aí diz que eu estou com outro homem, que é pr'eu ir ver o outro homem. Que bom pra mim é o que eu tô. Que não ligo para ele, que dou mais atenção aos outros do que a ele. Que quando ver assim, já está com outro. Mas não tem ninguém. Me dar homem. [...]. É que, na verdade, eu que vou para cima dele. Não guento (risos).

No cotidiano ele tem expressado sentimentos de ciúmes mesclados com insegurança. Ela, porém, não sabe se ele tem relacionamento extraconjugal, mas na fala predomina a desconfiança: “[...] quem sabe, quem anda atrás de homem para saber. Quem já teve tantas, que eu já perdi até a conta!”

Destaco ainda na narrativa acima, como ponto de análise, o vilão álcool, droga lícita. É recorrente, na sociedade, conforme já mencionado, considerar o abuso de álcool culpado pelas atrocidades masculinas contra mulheres, contudo é a cultura patriarcal e machista que se esconde atrás da bebida alcóolica. Por que é justamente contra a mulher que o efeito do álcool impera? Por que esta agressão não é dirigida para as amigadas que compartilharam das bebidas com ele? Espera chegar em casa para desencadear a sessão de agressões?

A gente briga mesmo. Agora que parei, mas, antigamente, era pau mesmo. Tinha vez que os meninos viam. Porque ele já chegava... já entrava com moto com tudo, arrombava a porta com moto com tudo, aí os meninos acordam tudo assombrado. É tanto que a menina não aguenta ver ele falar assim comigo, que ela já começa a chorar. [...]. Aí ela começa a chorar e não para. Aí o menino começa a tomar raiva dele.

A violência no âmbito doméstico e familiar provoca sequelas na vida das crianças, conforme já discutido anteriormente²⁴⁸, causa medo, insegurança na criança. A entrevista também potencializa o discurso social de que o álcool²⁴⁹ é o responsável por comportamentos violentos masculinos, conforme rememora abaixo:

Quando ele tá sem beber, ele é um ótimo pai. Mas bebendo ele é muito bruto com os meninos. Os meninos sai com os livros para mostrar a ele os deveres da escola, ele não quer saber, porque geralmente quando a gente quer mostrar as coisas ao pai é para incentivar os filhos, mas ele não, os menino têm a minha incentivação nos estudos e das tias deles, porque, pelo pai, não tava nem na escola; [...], ele é mais de xingar, de esculhambar, ele não é mais de ir para cima não. Eu que vou para cima, porque não guento. Ele é mais de bater boca, ele já fica bem longe de mim, com medo de eu pegar ele.

O álcool, apontado por Anastácia como responsável pelas violências perpetradas contra ela pelo marido, é, na verdade, fator precipitante (AZEVEDO, 1985). No entender da autora, há predisposição para a agressividade, contudo, relembra Saffioti (1999), o vilão álcool é aceitável socialmente para justificar que sob seu efeito o agressor não sabe o que está fazendo. O contrato sexual (PATEMAN, 1993) perante a sociedade valida a dominação masculina, entretanto, quando se está ébrio, o homem fica supostamente ‘inconsciente’ de seus atos e, por isso, é desculpado, até mesmo, em determinados casos, pela agredida. Tais

²⁴⁸ Conforme subtópico 4.3.2.

²⁴⁹ Azevedo (1985). Saffioti (1999).

conflitos, na esfera familiar²⁵⁰, são fatores preocupantes por deixarem sequelas nas vidas das crianças e de adolescentes.

A gente briga mesmo. Agora que parei, mas antigamente era pau mesmo. Tinha vez que os meninos viam. Porque ele já chegava. Já entrava com moto com tudo, arrombava a porta com moto com tudo. Aí os meninos acordam tudo assombrado. É tanto que a menina não aguentar ver ele falar assim comigo.

Essa afirmação de dupla personalidade, descrita por Anastácia, evidencia que ela considera o álcool o culpado pelo comportamento agressivo de seu marido.

As manifestações das violências sem sangue, como descritas abaixo, certamente são acompanhadas pela violência psicológica (SAFFIOTI, 2004). Ser xingada e ter seus móveis destruídos exprime um sentimento de impotência e até injustiça quando xingada, pois sabe que é inverdade.

[...], ele é mais de xingar, de esculhambar, ele não é mais de ir para cima não. Eu que vou para cima, porque não guento. Ele é mais de bater boca, ele já fica bem longe de mim, com medo de eu pegar ele. Ele quebrou, uma vez, a minha estante. Ele me deu um murro, aí quebrou. Um murro na porta de vidro, eu não sei como não furou a mão toda.

Teve um período que morou em Salvador, capital, mas ansiava para estar próxima de sua família, pode ser para livrar-se ou amenizar os inúmeros sofrimentos vividos:

[...] foi, morei lá 3 anos. Mas era doída para vim embora. Me xingava de boca, quando ele saía com os colegas que bebia, me xingava. Hoje eu estou aqui com mainha. Porque a gente está pretendendo fazer uma casa, vai fazer 1 ano agora em maio. 14 de maio. Ele morava aqui também, mas depois que ele começou as brigas dele, esculhambando todo mundo, xingando mainha. Aí mainha botou para correr. Que se ele voltar aqui, que busca a polícia. E com razão, né, porque já sofreu tanta coisa dele. Todo mundo fala, até os parente dele fala. [...]. Compra as coisas brigando. Ontem mesmo a gente brigou, que ele vem até ali naquele pé de mangueira de mainha.

A mãe reforçou, apontando para a mangueira ao lado da casa: dali ele volta. A entrevistada também relatou que seu filho explicita rejeição à figura paterna, embora suas tias reforcem o papel paterno:

²⁵⁰ Será analisado no sub- tópico 4.4.1.

Tem hora que ele tá do lado do pai, aí tem hora que, quando ele vê brigando, ele não quer mais conta com pai. Fala que quando ele tiver grande ele vai ver o dele. [...]; aí as meninas falam: “Oh meu filho, não faz isso não, que é teu pai. Tua mãe pode xingar, pode falar o que ela quiser, mas tu não, você é filho dele. É pai!”.

As agressões advindas de seu marido independem de local ou presença de pessoas para manifestar violência moral contra ela e sua mãe:

[...], ele não escolhe o lugar de falar ou de me xingar. E sua mãe/a sogra? Ainda xinga. [...] já mainha e minha irmã que foi tirar, se não eu matava ele dentro desse quarto. A filha: [...]. Ela acordou gritando. [...]. Ela começa a gritar. [...]. Ele não sai. Ele fica pirraçando e continua xingando. [...]. Ele brigava muito comigo, ele era de arrumar muita nega. Teve uma vez que a nega foi em minha porta. [...] Aí teve um dia que ele falou comigo, ah como teu pai arrumou nega e eu também não posso arrumar, aí eu falei: o que meu pai fez com minha mãe você quer fazer a mesma coisa. Ele também maltratava muito ele. Disse que batia por causa de nega, que ele saiu de casa com 12 anos. Que a nega fazia fuxico dele. Aí o pai pegava para bater.

Acredito que, na tentativa de reconciliação ou por ainda nutrir sentimentos pelo companheiro, Anastácia mantém o relacionamento, mesmo que em casas separadas:

Aí, de vez em quando, eu ia dormir lá em cima com ele, que ele está na casa da irmã. Aí essa semana eu não fui nenhum dia, porque ele saiu no domingo, saiu de manhã, tarde da noite, cheio de cachaça. Aí veio para cá, me dizer desaforo. Tah pensando que é brincadeira! Vai fazer um ano já [...]. Às vezes dar vontade de cada um ir para o seu [...] é, agora deu para me dar homi. Dizer que tô com homi, que não dou atenção a ele. Que não ligo para ele, que dou mais atenção aos outros do que a ele. Que quando ver assim, já está com outro. (Risos).

Assim como Maria Firmina, Anastácia não foi poupada das agressões nem mesmo grávida. A forma brutal com que o companheiro a agrediu no período de sua gestação da menina agravou não somente sua saúde, mas da filha também.

É tanto que a pequena está com dificuldade na leitura. Acho que devido o problema, acho que afetou neh. A gente já conversou com um bucado de médico, o médico pergunta o que aconteceu com a família. Aí a gente conta tudo o que aconteceu. Aí ele disse que devido a isso o problema dela [...]. Da menina, eu desmaiava, né, quase que direto.

E nas multifaces da violência os bens materiais se tornam alvo, constituindo-se na violência patrimonial: “Ele quebrou, uma vez, a minha estante. Ele me deu um murro, aí quebrou. Um murro na porta de vidro, eu não sei como não furou a mão toda”.

Quando morava longe de sua família, o desejo de estar mais perto a acompanhava com frequência. Por lá, as violências se faziam presente no seu contexto sociofamiliar. No seu retorno, foi morar com a mãe, contudo seu marido continuou com as agressões, dessa vez, sua mãe também foi agredida e, como resposta à quantidade de violências, está disposta a registrar ocorrência policial.

[...]. Mas era doída para vim embora. Me xingava de boca, quando ele saía com os colegas que bebia, me xingava. Hoje eu estou aqui, com mainha, porque, a gente está pretendendo fazer uma casa, vai fazer 1 ano agora em maio. [...]. Ele morava aqui também, mas depois que ele começou as brigas dele, esculhambando todo mundo, xingando mainha. Aí mainha botou para correr. Que se ele voltar aqui, que busca a polícia. E com razão, né, porque já sofreu tanta coisa dele. Todo mundo fala, até os parente dele fala. Se mainha deixar ele vim aqui, pra buscar a polícia.

A mãe almejava o seu retorno para próximo dela: “[...] e eu *pedir* tanto a Deus para essa menina *vim* embora. Aí que veio, que vinha embora de vez. Aí vieram tudo. Graças a Deus. Ele estava muito bem aqui, aí depois começou a descarração. Bebia. Queria mandar em tudo, até na gente ele queria mandar!”.

O agressor retruca para não arcar com suas responsabilidades de pai e marido, ainda que, provisoriamente, esteja em casa separada da esposa, filho e filha. Isso não o impede de continuar a agredi-la, seja verbalmente, com provocações, seja recusando-se a prover o sustento dos filhos.

Compra as coisas brigando. Ontem mesmo a gente brigou, [...]. Aí, de vez em quando, eu ia dormir lá em cima com ele, que ele está na casa da irmã. Aí essa semana eu não fui nenhum dia, porque ele saiu no domingo, saiu de manhã, tarde da noite, cheio de cachaça. Aí veio para cá, me dizer desaforo. Aí quando foi ontem estava provocando.

Anastácia convive, compulsoriamente, com o fenômeno social da violência de gênero há “12 anos, porque um ano de casada foi muito bom. Maravilhas. Mas depois, começou a sair com os colegas. Saía, não tinha hora para chegar. [...]”.

Com relação à vivência conflituosa, Anastácia relata que tenta, aos poucos, administrar, todavia a relação vem se desgastando: “Às vezes *dar* vontade de cada um ir para o seu canto”, e confessa que o laço afetivo “*tá* acabando, aos poucos”, devido ao

comportamento instável do marido: “Quem sabe? Uma hora está boa, outra hora já está virado. Ele é assim, de manhã ele está bonzinho, aí sai daqui ali e já volta outra pessoa. Não volta mais o que era de manhã”.

Crioula, na sua vida de casada, rememorou apenas uma discussão que culminou com agressão física, levou um tapa e, na ocasião, pensou em abandonar ‘o barco’, mas o afeto materno a fez desistir, ele, por sua vez, chegou ao estágio da ‘lua de mel’, a última etapa do ciclo da violência (SOARES, 2005). A entrevistada também sentiu-se grata por seu marido ter-lhe proporcionado viagens e ‘respirou outros ares’, como rememora abaixo. Seu afeto por ele encobre as ingratidões sentidas na sua alma, principalmente por ele ter constituído novo vínculo conjugal e evidenciar sua ida sem ‘volta’, tão logo o filho caçula completasse 10 anos. Na visão dela, essa criança, para o pai, já poderia, com essa idade, trabalhar para se manter.

E eu mai meu marido não brigava não. A gente teve uma briga, uma briga, não eu brigar com ele, ele brigou comigo porque eu saí sexta-feira, quinta-feira Santa, fui pá igreja, ele chegou, eu não tava em casa, ele chegou revoltado e jogou os peixes lá por cima da mesa lá, quando eu fui falar ele achou ruim. Quando eu mandei ele a.... merda, ele me deu tapa, me deu um tapa! Eu tava grávida do segundo menino de 4 mês, do segundo não, do terceiro, aí eu inha embora. Ainda saí de noite e fui embora, mas como eu alembrei que eu tinha que vortar por causa do neném, eu não saí não, mas no outo dia..., tudo eu falei com a mãe dele, falei com o povo meu, falei com tudo e aí disse que só ia tirar o menino. Aí no outo dia ele me pediu desculpa, disse que nunca mais faria isso e nunca mais fez. [...] e a gente não brigou mais, por isso que até hoje ainda gosto dele, também não tenho raiva dele não. Não desejo nem um pingo e maldade pá ele porque atrave dele eu ia pá Salvador, aprendi a i pá São Paulo, ele que me levou, banqueei de hotel (risada). Teve muita coisa boa..., então, no casamento, existe então coisa ruim e coisa boa. Então pra gente viver em paz a gente não vai ficar lembrano as coisas ruinha, a gente tem que lembrar também da coisa boa. Mas aquelas pessoa da minha vida de casado, não foi ruinha, agora, depois que meu menino caçula fez 10 anos, meu marido achou que o menino já pode trabaiá pra comer, e lá se foi! Não voltou mais! pá São Paulo! Vive lá! Com a mulé.

Crioula, durante a entrevista, se autodeclarou negra e elencou momentos cotidianos marcados por gênero, raça e classe, eixos de subordinação (CRENSHAW, 2002) que se sobrepuseram e se cruzaram em distintos espaços sociais. Como reforça Audre Lorde (2009), não há hierarquização de opressão. Nas palavras da autora: “Dentro da comunidade lésbica, eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. [...]”. O que não se considera, segundo a autora, que há Negras lésbicas, assim como há lésbicas Negras. Nesse entendimento, acentuar determinado marcador e negligenciar outro não o faz menor ou maior, por isso, não há hierarquia de opressão.

As considerações acima reforçam a fala da entrevistada ao se deparar com o racismo no meio social e no trabalho. Neste último, era trabalhadora e negra, enquanto na segunda e terceira narrativas Crioula declara-se negra, a sociedade racista, contudo, enxerga como anormal ser mulher, pobre e negra.

Né, negra! [...] acho que já, porque assim, até nas firmas a gente é mê, ... eu achava assim, a gente, por ser negra... eles escolhia assim... as mininas crara, mais bunita pá botá lá no escritório, fazer as fichas... e a rente.... até na colheita do fumo mesmo, aquelas brancas, eles botava na cabiceira pá tomá folha na mão da rente! E as... as neg... as outas, ficava lá... culheno dendo da lama, dendo das bosta, viu? E aí, elas..., mas aquelas mais branquinha, que tinha... os cabelo bunitinho, toda e, ficava na cabeceira pá tomano as folha e arrumano nas caixa; botava pá fiscalizar, as mão de fumo... Tinha, tinha..., mais leve... não pegava muito sol, muito peso... tinha essa também! [...]

Agora só foi uma vez que eu passei num lugar, que a menina... eu tava eu inda tava moça, ainda, aí eu tava com tamanco, aqueles tamanco que a rente usava de premeiro, de curtiça, e, aí quando eu passei, aí cantaram assim: o que parece uma mulé de minissaia, uma neg, comé? o que parece uma mulé de minissaia uma rua rima rua abaixo, vistida de minissaia? parece dois palito infiado num palito (risos). Aí eu oiei pá ela e disse, por quê? Aí, disseram que era...; ah! a nega do cabelo duro. Aí cantaram tombém: A nega do cabelo duro, que não gosta de pintiá, quando passa na praça do muro, o negão começa gritar: pega ela aí, pega ela aí! que eu vortei pá traz... e dei-lhe uma boa! disse duas! Aquetaram! Eu disse muita coisa! Eu disse: Oh, tá falano assim, esse sapato aqui? É meu! Custou foi meu dinheiro! E meu cabelo é duro! Mas é porque Deus me deu assim! E que é que tem? Sou nega com muito orgulho! Aí: Rá, mai a rente não tá falano com a senhora não! Não tá falano contigo não! E começaram ri! Mai foi um bucado! A começaram a gaiofada e eu fui embora! Ficou rino ainda! Só foi... E, dessa coisa assim, eu, percebi.

Nas festas de largo... que a pessoa chegue e o povo é, mas aquele lugar mais, mais especial para quem é mas, decente, né? Que tá mais vestido! E os outos... eu percebi isso. Mas tem... já percebi sim! Em festa de casamento tem alguas que é tão conhecido, quando vê a gente finge que não conheceu! É isso sim!

Mesmo no século XXI as mulheres negras ainda ocupam posições que exigem pouca qualificação, com baixos salários, sem proteção, e que oferecem pouca mobilidade. Este quadro se agrava no âmbito rural, quando, por vezes, não são sequer remuneradas. Não é à toa, portanto, que sejam as principais beneficiárias do Programa Bolsa Família (XAVIER; WERNECK, 2013), que, embora contribua para a subsistência do grupo familiar, não isenta as mulheres de realizarem pluriatividades. Além disso, a discriminação se esconde por trás de eufemismos, tais como a exigência de ‘currículo com foto’ no lugar de ‘boa aparência’, isto é, ‘cor branca’, entre outros (ANDRADE, 2016).

[...] Tanta coisa a violência contra a mulé! xingamento, né? Disfazer no mei de gente, né, a pessoa tá, assim... bi quelé tudo [aumentou tom voz], é isso, tu é aquilo! Isso é uma violência, viu, violência é essa, violência é... querer pissui a mulé sem ela querer, isso é uma violência total! Sem falá na pancada, né, mas, nem só a pancada é violência, não! Essa coisa de desfazer, que o marido impunha à mulé! Chega dende de casa só ele tem vez! A mulé não tem vez pá nada! Tudo que ela fala, tá errado! Viu? A auturia só é dele! A mulé fica isolada lá dento! A mulé...; eu conheço mulé que mora na roça, mas ela não pranta nada pá ela! Não cria uma galinha, não cria um porco, tudo porque, quem cria é, ele, porque se criá..., o dinheiro tem que ser dele. Riu? E a bichinha fica lá..., esperano quando, ele dá um dinheiro pá i na feira fazer, compra uas roupas, comprar uas coisas, fica pidino e só dá com sobra. Eu conheço muitas assim! Não é isso... comé? A violência não é só bater! Esses tipo de coisa de, impedir a pessoa de crescer.

Essa violência que ele me bateu uma vez. [...], nunca me xingou! De impedi, impedia, impedia também de fazer as coisa. Impedia de eu passear! Eu gostava de rezar nas casa! Ele não queria que eu fosse. Se eu gostava de rezar? Não queria qu'eu fosse. Impidia, impedia de eu sair, também! Só não continuou porque eu dei a volta por cima. Quando ele não queria i, eu ia. Tinha zanga, mai ele deixava passar. Porque se eu ficasse... só queria i onde ele fosse, eu não saía porque assim: quando eu dizia tinha uma missa domingo, ele: "eu vou tombém! Nói vai pá missa? Vamo! Ele saía, eu dize: a missa é tal hora, ele: não eu chego cedo! Quando ele vinha chegar era hora da missa já tá começano i agora eu in pá missa, fazer o quê? Aí, uma, duas, três, quatro foi assim! Quando ele via que eu inha ele dizia que ia, quando o tempo passado era que ele vinha chegar! Aí eu arriei de esperar ele. Dizia assim: quando você chegar eu já fui!

Da esperança de melhorar de vida emerge, abruptamente, a desesperança de viver sem violências na sua vida. Embora as violências sexuais tenham ocorrido na capital baiana, a história de vida da entrevistada Ciata traz momentos sofridos da violência de gênero ocorridas quando morava com a mãe.

Certa senhora, mostrando-se compadecida com a vida de pobreza e violência que Ciata estava levando, chamou-a para morar e trabalhar, embora em idade inadequada, e a pequena, na esperança de melhorar suas condições de vida, foi-se com a mulher para conviver com ela e sua família na cidade de Salvador. Na bagagem levava sonhos de uma criança em ter suas necessidades básicas, como alimentação e educação, supridas. Contudo Ciata conheceu a dor de uma das violências mais brutais, a violência sexual contra a criança. O marido dessa mulher a violentou várias vezes. Essa modalidade de violência não escolhe a quem atingir, contudo corpos femininos estão mais susceptíveis a tal atrocidade. Segundo Oliveira *et al.* (2005, p. 377):

Os dados sobre violência sexual mostram que não há distinção entre classes, segmentos sociais e cor/etnia. Os crimes sexuais, em particular os de estupro, são socialmente tratados numa perspectiva que oscila entre

considerá-los crimes hediondos, principalmente quando praticado contra crianças, ou como fatos banais, comuns. Pode-se afirmar que a visão sobre esses crimes ainda está intimamente vinculada à imagem que se faz da vítima, de seu comportamento e moralidade.

Ciata, menina da roça, desprotegida de sua família, da sociedade e de políticas públicas, nas condições em que foi encontrada pela esposa de seu agressor, certamente, para ele, é objeto, uma ninguém que ele poderia ter como propriedade privada e violentar o seu corpo e sua dignidade a qualquer hora, pois sua mulher não iria acreditar nessa menina do ‘mato’, como realmente aconteceu, segundo a entrevistada, não acreditou até flagrá-lo em mais um ato de abuso. Então, mandou a criança para as mãos de outro algoz, antes disso, porém, ameaçou-a para que não revelasse a ninguém o ocorrido com ela. E Ciata silenciou-se na sua dor, ferida aberta e não cicatrizada. Sua narrativa é dolorosa:

Aí, a parti de 8 ano [...], um pessoal me levou pra Salvador pra trabalhar, fui, cheguei lá apanhei muito na casa da mulé. Aí, infelizmente, quando tinha na base de 10 ano, o homem me pegô, me estuprou; um senhor, hoje eu tenho pavor de senhor por causa disso, ele me batia, quando falei pra mulé ela achava que era mentira minha. Só que o que foi que acontece, aí eu conversei com um policial na época. O policial falou assim: quando ele fizer isso de novo, você pega alguma coisa e mete na cabeça dele, assim mesma fiz, quando ele tentou me pegar de novo eu meti um machucador e corri pra casa do vizinho. Quando ela chegou foi me buscar lá, aí que ela veio acreditar que ele tinha me pegado, aí, mesmo assim, eu continuei lá, [...] quando eu cheguei de noite mais ela fui botar o lixo na rua, ele me deu um murro que eu cair no meio do terreiro, desmaiei e quando acordei já estava em cima da cama. Aí foi que ela veio vê que tudo que eu tava falando era verdade, mandou eu ficar na casa do vizinho um bocado de tempo, quando falei assim vou me embora pra minha casa ela falava: você vai fazer o quê na roça, vai passar fome? Aí eu falei assim: eu vou ficar na casa de minha mãe, assim mesmo com minhas tia. Ela falou: você vai passar fome lá. Eu disse: não, vou pedir esmola quando fazia de novo. Só que ela falou: vou arrumar uma casa pra você ficar. E não fala com ninguém o que aconteceu com você, se não homem nenhum vai querer você. Aí eu falei: tá bem, aí fiquei com aquela coisa na mente.

Mais uma vez, a esperança virou desesperança; na casa de outra família com quem Ciata foi morar na certeza de estar protegida, novamente foi violentada sexualmente.

Ela arrumou outra casa de outra pessoa, [...]. Aí fui pra outra casa trabalhar, quando cheguei em outra pra trabalhar também, eu tinha na base 11 ano, eu dormia numa área de serviço que quando chovia que era aberto em Salvador, eu passei a acordar toda molhada, aí eu tinha que ir pro banheiro encharcada, só tinha um coberta e amanhecia no vaso sanitário, pra eu ir levantar 5h da manhã pra fazer o café do homi e botar pra ir trabalhar, mesmo assim à noite ele me futucava com vassoura. [...] Ela me

botou pra dormir na sala, ele foi e mexeu em mim, no outro dia de manhã chamei ela e falei: oh, seu marido tava mexendo comigo. Aí ela falou assim: você aprova na frente dele? Eu aprovo na frente dele! Ela chamou: vem cá, ele te mexeu? Foi, mexeu. Ele falou pra mim: isso é mentira! Eu não tô mentido, tô falando a verdade pra você! Eu tinha 11 ano nessa época. Aí ele falou assim: eu vou lhe dá um tiro, aí eu falei: se você quiser me matar pode me matar, mas eu tô falando a verdade, você tava me mexendo de noite. Aí nisso fui dormi, ela me botou pra dormir na cozinha, a cabeça na geladeira e os pés no frizer, dormi muito tempo, até os 16 ano eu dormi lá dentro.

Comumente, as entrevistadas, ao narrarem sua concepção de violência contra a mulher, reportam-se a situações próximas ao seu contexto sociofamiliar, assim como evocam a partir de sua experiência com esse fenômeno social. Ciata rememora violações ocorridas na vida de uma das tias, embora sofrida pela labuta para sobreviver, não foi poupada de agressões masculinas. Violência para além da doméstica, era, também, familiar. Os filhos eram vitimizados pelo pai agressor.

Muito ruim, eu acho muito ruim. Eu não gosto de violência não. Não gosto que, minha irmã mermo ela já até morreu, ela brigando com marido dela o marido deu um murro nela que quebrou isso aqui, cheio de sangue, não gosto não. Não gosto porque minha tia, eu tinha uma tia também, ela já faleceu, eu via muito meu tio batendo nela. [...] Que eu fico assim, minha tia sofreu tanto com ele, batia quando ele chegava bêbado da venda espancava ela, tirava sangue dela, os meninos dela dormia no mato porque com medo do pai bater. E esse mermo tio meu que é casado com minha tia, que ela morava, pegava minha mãe também e eu sem poder fazer nada. É, e eu via, e aí uma vez eu briguei até com ele, que eu via ele pegando minha mãe sem poder fazer, ele falou comigo: mentira! Mentira não, eu via você pegando minha mãe e eu sem poder fazer nada ali. Eu sinto muita revolta nisso aí, eu todo dia eu falo: Deus mandou eu mulé porque seu fosse um homi ou eu tava presa ou eu tava morta ou andava com os bandidos dos policiais, porque tinha feito miséria nos homi que pegava minha mãe, porque eu via fazendo coisa com minha mãe que eu não gostava. [...] Eram vários, minha mãe pegava vários [...].

O amor da filha para com a mãe é expresso nessa revolta diante do estupro, violência sexual cometida por homens, inclusive o tio, que violentava o corpo de sua mãe, que tem sua condição de sujeito anulada e, para o autor da violência, não passa de objeto, seja para satisfação sexual, seja para descarregar frustrações.

Por sua vez, Zeferina, ao contrário da mãe de Ciata, está disposta a enfrentar as intempéries da vida por amor às suas duas filhas gêmeas.

É tanto quando a gente brigou da última vez aí que a gente saiu no pau mermo, foi uma briga feia, É tanto que falei com ele e falo até hoje, hoje tou disposta a passar tudo pelas minhas filhas. [...] Mais também graças a Deus

que ninguém vai ficar o tempo todo sofrendo, né. Mas, graças a Deus, também desses meses pra cá no último mês que a gente brigou lá no mês de novembro por aí a minha vida mudou, não sabe se ele tomou medo ou não sabe o que foi. E eu ainda fui na delegacia, tudo ainda, mas quando cheguei lá não tive coragem de dar queixa. [...], porque eu lá quero deixar um registro lá, mas que não viesse intimação nem nada, só que o delegado ficou sabendo o que tá se passando que foi a segunda ou terceira vez de novo, mais que ali não podia, que era tudo ou nada, ou eu dava queixa ou não dava, que isso não poderia acontecer, aí eu falei deixa quieto. Aí eu peguei vim me embora que eu não tinha coragem de fazer isso não, o delegado falou que não pode, não sei o quê. Você quer prestar a queixa, mas vai ser assim a intimação daqui pra amanhã chega.

E, talvez por ter sido uma decisão impensada quanto às consequências, pouco planejada, o fato é que as mulheres relutam em denunciar o autor de violência, argumentam a preocupação com os filhos, relativizam o conflito ocorrido e, finalmente, enfatizam a necessidade de preservação da moradia da família (BRANDÃO, 2006).

Negou-se a registrar as ocorrências da agressão masculina; a atitude de não denunciar, foi à delegacia e não finalizou a queixa de sua dor, mulher violentada pela dominação masculina. Embora Barros (1997, p. 199) chame atenção a respeito de estratos da sociedade feminina que denunciam seus agressores, na visão da autora fatores como pertencer à classe social com nível econômico e intelectual elevado tendem a não denunciar tais violações, não obstante,

A mulher pobre geralmente reage à violência física masculina de forma explícita, deixando pública a agressão, enquanto que é comum nas mulheres das classes superiores manterem-se em sigilo, pois as normas ditadas pelo seu meio social não permitem a exposição da vida íntima do casal.

Zeferina, por medo de enfrentar a vida sem trabalho, sem casa, sem apoio familiar, e, principalmente, com duas filhas pequenas, recuou diante do que obsta sua coragem de visibilizar a violência doméstica, escondida no espaço privado, para o espaço público institucional.

Aí eu falei que, toda marcada, que eu tomei um remédio pra dor de dente, [...] faça também, foi não foi, foi uma briga feia do oie. Me encarcou na geladeira e me deu um bocado de murro, com esse bocado de murro, que eu me levantei e também fui em cima. Fui correno atrás dele e ele foi correno na frente indo pra casa da mãe e eu atrás com a tisuira na mão.

Mulheres em situação de violência atuam como sujeitas e, estrategicamente, exercem seu poder feminino, materializado em suas reações aos atos brutais machistas (SOARES, 2002; IZUMINO, 2003; SAFFIOTI, 2004).

Para justificar momentos de agressão masculina, Maria Felipa vê na bebida alcóolica o responsável pelo comportamento do seu violador de direitos humanos. Contrariando essa crença do imaginário social, Azevedo (1985) e Saffioti (1994) compreendem ser o álcool ingrediente permissível socialmente que auxilia na motivação do homem, impregnado pelo poder do macho sobre a fêmea, a desencadear as sessões de quebra-quebra, violência patrimonial, como fez o ex-marido de Felipa, conforme sua narrativa a seguir:

[...] Bebida. Ele bebia, se tivesse dentro de casa de boa comigo, tava tudo bem, chegava na rua bebia, quando voltava com outro pensamento e a bebida dele era agressivo, quebrava prato, quebrava copo. Se chegasse da rua a porta tivesse fechada não era homem de chamar eu ou filho pra abrir a porta, era de pontapé; ele era açougueiro, ele cortava carne. Aí quando ia chegando meio-dia, 2h ou 3h da tarde, a hora que ele vinha da feira com o rosto da cor de um tomate, bebendo desde cedo, quando chegava em casa estressado era dando chute na porta. Se chegasse na casa perguntando cadê os meninos? tá lá na casa de minha mãe, foi ali dá um recado. Pra quê? O que esses meninos tá fazendo lá? E começava a brigar e eu tinha que estar dentro de casa, pra quando ele chegar me encontrar. Aí agora o pau quebrava, [...]. Provavelmente qualquer hora ele podia chegar e não me encontrar, eu tinha que está em casa. Então foi o caso que nos se separou, quando já fazia 14 anos de separado ele tinha sumido pra São Paulo e voltou pra conviver comigo, eu não quis mais. Por que eu sabia que não iria ter melhora.

Não, não! Não porque eu fiquei com trauma, pra mim todos ia fazer o mesmo (riso). Não, pra mim hoje em dia eu relato aquilo assim, que foi coisa do passado. Tô falando porque foi acontecido, tô falando, mas pra mim já morreu, já acabou, assim como ele já se foi, já morreu, esse problema que aconteceu na minha vida entre eu e ele morreu também.

Tamanho era o sofrimento que, mesmo o homem em São Paulo, a entrevistada ainda exprimia sentimento de medo de seu agressor: “Porque mesmo ele vivo ainda tinha algum medo de algum dia ele aparecer, com aquela expressão de me assustar, ainda sentia aquela emoção. Mas depois que ele morreu me tranquilizou. Eu sei que morreu acabou”.

O espaço doméstico reproduz todas as faces da violência nas relações de gênero: física, sexual, psicológica, moral, que vem desde a humilhação, ameaças de morte e assassinatos, bem como na tensão de causar danos físicos ou emocionais, **criando um ambiente permanente de pânico e**

terror²⁵¹. O homem controla a mulher pela força da intimidação (DARON, 2009, p. 78).

Essa memória da submissão diante do ex-marido converge com a análise de Saffioti (2004). No seu entender, a mulher, por possuir pequeno poder, não consente a violência de gênero, contudo cede seu corpo e sua alma às atrocidades perpetradas por homens biologicamente mais fortes do que elas.

Eu me calava, não tinha voz pra gritar diante dele não. Se eu falasse ele caía pra dentro. Pra querer me bater (riso). Eu tinha medo, não tinha força, que toda vida fui franzina e ele era mais forte. E quando bebia ficava mais forçado ainda. Então o que ele falava eu baixava a cabeça e ia chorar, só ia chorar, quantas vezes eu descia por dentro dessa roça e para lá em baixo de bege, no pé do cajueiro. Ficava lá escondida, numa tarde de domingo, chorava pedindo a Deus porque eu tive aquela vida tão sofrida. Ficava lá e depois ele saía me procurando, quando eu via ele, eu tava aqui, quando via ele, eu corria, parava na casa de minha irmã, ali no fundo, uma irmã que mora ali. Com medo de entrar dentro de casa²⁵², só esperava ele acalmar, ele acalmava eu ia para dentro de casa. [...] antes disso ainda teve uma agressão física, ele tinha uma arma, um revólver. Aí ele pegou esse revólver pra querer me matar, eu morava nessa época na casa de minha mãe. Morei 7 anos. Dessa vez do revólver mesmo que ele pegou disse que era pra estourá as balas toda na minha cabeça, eu morava na casa de minha mãe. Como ele não conseguiu atirar, ele tinha uma venda próxima na casa de minha mãe, tinha um pé de árvore próximo da venda dele, ele detonou os tiros todo no pé de sucupira, porque não poderia ser na minha cabeça.

Os anos se passaram e, na memória de Felipa, estava, sim, a cena planejada para sua morte.

Aí passou, depois de 2 dias ele me chamou e disse: vai lá em baixo, pegue a vassoura, que nós não morava aqui não, a casa já tava feita, não tinha porta, só tinha os telhados e somente faltava as portas e o piso e nós plantava muito fumo, colhia safra de fumo, uma cama de fumo nesse quarto aí olhe altura. Aí ele disse: vá lá em baixo, limpe a casa que daqui a pouco eu vou lá pra nós amaciar um pouco de fumo, vou precisar de 2 arrobas de fumo pra eu vender. Eu trouxe água da casa de minha mãe num caldeirão, vim varrer a casa, ele foi pro brejo, e eu aguardando ele chegar pra puxar a quantidade de fumo pra amaciar. Amaciar é jogar água pro fumo ficar macio e nós enfardar ele pra vender. Nesse período aí eu fiquei esperando, esperando, quando vi ele chegou. Quando ele chegou: já varreu aqui? Eu disse: o quarto já, e nós tava meio zangado, não tava se batendo legal não, mais eu obedecia a ordem dele, vim fazer o que ele mandou. Por sinal, tinha uma tia dele na casa de minha mãe nessa hora que olhou pra mim e falou: o que a senhora vai fazer lá em baixo nessa casa? Eu disse, ele tá mandando

²⁵¹ Grifo da autora.

²⁵² Os espaços domésticos, segundo pesquisa brasileira (DARON, 2009), não se configuram locais seguros para as mulheres.

eu ir varrer que vai enfardar um fardo de fumo mais eu. Ela disse: a senhora viu como é que [...] ontem detonou o revólver todo no pé de sucupira porque não conseguiu dar a sua cabeça e a senhora hoje vai acompanhar esse homem pra lá pra baixo pra enfardar fumo? Eu respondi: tá nas mãos de Deus, seja feito o que Deus quiser. Porque se ele quiser me matar, se eu for ele me mata, eu não for me mata sempre, aí eu vim só e Deus, e os meninos ficou em casa, tinha 3 filhos nessa época, era. Que quando eu terminei de limpar a casa eu fiquei esperando ele, daqui a pouco ele chegou. Já varreu aqui? Eu disse: já. Mas aqui não tá bem varrido não, tem um bagaço aqui, e foi puxar uma boneca de fumo e caiu uns bagaços no chão e sujou. Eu fui e assim: mais sujou não foi com o mesmo fumo, nós não vai trabalhar com o fumo, o lixo já tirei, o que caiu aí foi o bagaço do fumo. Ele disse: venha varrer, rapaz, não tô mandando você passar a vassoura? e aí já falou pesado. Eu baixei a cabeça, fui lá no fundo, peguei a vassoura e vim pra varrer novamente e tirar os bagacinhos. E ele aqui na porta. E me dando grito, eu fui lá peguei a vassoura e passei ali. Quando chego o chão limpo, só umas folhinhas do pedacinho de fumo.

No ato dessa narrativa a entrevistada encenou o episódio, tentativa de feminicídio, levantou-se do sofá que estava comigo, sentada, e chegou até a porta do quarto e colocou o braço estendido, de modo que a pessoa no interior do cômodo não pudesse passar, e repetiu as palavras do agressor:

Quando eu puxei com a vassoura ele aí botou o braço na porta, botou o braço na porta e me abocanhou com a outra mão e puxou o facão pra mim dá de facãozada. Nessa hora eu gritei assim: valei-me minha Nossa Senhora, o que foi que eu fiz pra você querer me matar? Se você quer matar, mata, mas você fica sabendo que você vai matar uma mulher, não é uma bandida nem uma safada, não! Que quando fui falar assim meus filhos chegou tudo de vez [...]. Ele me soltou eu ganhei a porta, daqui do fundo da casa. Os meninos perguntando: Cadê mãe, pai? Cadê mãe? Ele todo nervoso, sua mãe tá aí no fundo. Mentira, ganhei a porta do fundo e fui parar na casa de minha mãe. Minha mãe disse assim: tu já chegou? Eu disse: já, mãe. Enfardou o fumo? Não, nós só fez amaciar o fumo e deixar lá. Mentira, eu tapeando pra minha mãe não ficar sabendo, aí ela pra mim: o que aconteceu pra ficar com teus lábios todo branco assim, Felipa? Eu disse: nada não, mãe. Não o quê, minha filha, você tá tão diferente, tua cor cortado, o que aconteceu? Ela perguntou: compadre [...] quis te bater lá em baixo, foi? Eu disse não, ele não quis me bater, apenas ele queria me matar ou cortar com o facão. Quando falei assim, Nossa Senhora, minha mãe se sentiu mal, foi parar no hospital, meus irmãos foi tomar a providência, foi dar queixa dele, veio a intimação pra ele, entendeu? Veio a intimação pra ele comparecer e levar o revólver, ele foi, mas não levou o revólver. O revólver ficou em casa, era até um 22. Eu, no dia da audiência, fui, conversei, depois o delegado chamou ele e conversou e antes dele se aproximar eu já tinha me aproximado, eu fui e perguntei pra o delegado: se ele aceitava eu anular aquela queixa que estava registrada? Porque meu marido prometeu se ele fosse preso, quando ele chegasse em casa que tirava a vida de qualquer um da família, a minha ou de alguém da minha família, eu não queria que acontecesse isso. Aí o delgado disse: porque a senhora anular a queixa é? Eu disse: era, doutor. Eu preferia isso porque eu quero a

paz, não quero guerra. Ele disse: tudo bem, seu marido lhe praticou um crime de morte e hoje a senhora vem pra anular a queixa na delegacia, tudo bem, nós anulamos e depois, se ele quiser praticar algum crime na senhora, e aí? Pra se vê que a senhora é uma mulher tão miserável como ele diz, que ele quer lhe matar porque a senhora não presta e a senhora veio pedir pra anular.: [...] então vai preso, aí, leve lá pra dentro, eu me desabei a chorar (riso), é uma cena que eu nunca tinha passado por mim. [...] enquanto seu irmão vai com senhora, deixa a senhora em casa e pega esse revólver e traz aqui que eu quero. [...] o dia que vocês trouxerem o revólver ele é solto. [...] pegou o revólver, chegou lá entregou ao delegado. O delegado liberou ele pra ir embora. Passar do tempo, tempo, aí esse homem endoidou, se deitou nos meus pés, encarnou, eu aí voltei. E foi daí que nós mudou da casa de minha mãe e passou pra aqui.

Assim como esse agressor, várias mulheres, a exemplo da filha de Tereza, têm suas vidas ceifadas, mas também numerosas mulheres experienciam tentativas de reconciliação, depois de pedidos de perdão do autor de violência, juras de que nunca mais agirão com agressividade, enfim, esse momento pós-sessões de violência contra a mulher é reconhecido no ciclo de violência²⁵³ como a

3ª FASE: A LUA-DE-MEL – ARREPENDIMENTO DO(A) AGRESSOR(A)

Terminado o período da violência física, o agressor demonstra remorso e medo de perder a companheira. Ele pode prometer qualquer coisa, implorar por perdão, comprar presentes para a parceira e demonstrar efusivamente sua culpa e sua paixão. Jura que jamais voltará a agir de forma violenta. Ele será novamente o homem por quem um dia ela se apaixonou (SOARES, 2005, p. 25).

Mas esse homem, ao sentir-se poderoso, controlador e com opção de escolher entre parar de agredir a mulher ou ser reincidente, é ele, no seu mundo machista,

[...] dotado de vontade, intencionalidade, consciência e livre-arbítrio, mesmo que sua responsabilidade seja relativizada pela lógica ambígua [...] de discursos psicologizantes ou de determinismo sociológico. Ao contrário da mulher que apanha e permanece na relação por falta de alternativa [...] (SOARES, 1999, p. 174).

²⁵³ Baseada nas leituras de Soares (1999), explico, metodologicamente, que as fases cíclicas da violência contra as mulheres divide-se em três: a primeira é materializada através de manifestações de ciúmes, violências morais, xingamentos, ofensas verbais, violência patrimonial, destruição de pertences da agredida. A mulher, nessa fase, na busca de conciliar a relação, ameniza a situação, pede calma, se autculpa, autoacusa na certeza de que seus mecanismos evitarão o alastramento do conflito conjugal; o que não se remediou na primeira fase, na segunda, certamente, a tensão ficará mais acentuada. O não encontrar as pontas da linha para dar o nó e encerrar as contendas, a falta de matizes para colorir o mosaico da paz conjugal, a qualquer momento a explosão acontecerá, é a fase instantânea, passageira. Ela sequencia a terceira fase, denominada de, lua-de-mel. Momento em que o homem agressor mostra-se arrependido pelos atos brutais e demonstra ser impotente, pede desculpas, presenteia a mulher agredida por ele e promete amá-la e respeitá-la.

Quando foi no final ele me espancou que fui parar no pronto-socorro, aí que nós se separou de vez, duas vezes nós se separou [...] e deixou ordem para eu e meus filhos tirar três mil laranjas. [...] aí eu avisei aos meninos, nós vamos acordar amanhã 5h da manhã pra nós tirar laranja que seu pai viajou e disse que era pra gente tirar três mil laranjas que o rapaz vai vim pegar de tarde. Quando foi no dia cedinho nós levantou, foi pra roça, aí começou, tirando laranja, quando foi meio-dia nós parou, veio em casa, almoçou e nem descansou a comida voltou de novo para tirar três mil laranjas, eu e meus filhos, que eram tudo novo. Não tinha força, rojão ainda de trabalho. Nós voltamos, quando foi 3h da tarde terminamos de tirar laranja, aí contou três mil, quando terminou de contar a laranja o caminhão chegou, pegou a laranja jogou em cima e foi embora. Quando ele chegou olhou no galpão, no varandado, não viu laranja e disse: é agora que vou arrebentar tudo, eu dei ordem pra fazer o serviço e ninguém fez, vou quebrar tudo no pau. Aí eu tava na cozinha fazendo comida só ouvi um ponta pé pooô, eu tomei aquele susto. [...] Quando vi foi ele, já tinha botado porta adentro e já ia entrando. Cadê isso assim, assim da laranja que vocês não tirou cambada disso e aquilo, era cada nome que ele xingava a mim e a meus filhos. [...] Calma, porque você não chega com calma [...]. A laranja nós já tirou, veio o caminhão, pegou e levou. Aí minha filha fez, tá vendo aí, pai, o que lhe falei, que o senhor chega em casa não procura saber, só tem que nós é o errado. O senhor já chegou, pegou o faqueiro jogou no chão, quebrou prato, arrombou a porta pensando que nós não fez seu trabalho. O trabalho já tá feito. Ele achou ruim [...] começou discutindo com a menina, discutindo comigo. Aí ele deu de no pau e caiu por dentro de mim, eu também peguei outro pau e disse: não venha não, se você vier eu lhe derrubo, que força eu tinha. [...] O quanto falei assim pra ele, que ele tocasse a mão em mim eu dava uma paulada nele, eu foi que recebi. Ele acertou logo em mim, e eu cair no chão, apaguei. Cair de buço, bati boca no chão, a cabeça e a testa, quebrou meus dentes, minha boca começou a sangrar e eu desmaiada, apagada. Quando a menina viu aquilo, aí quando eu cair ele pegou o pau, o mesmo porrete pra vim e dar de paulada de novo, minha filha foi lutar com ele pra tomar o porrete na mão dele. Pai, o senhor vai matar mãe, é? O senhor deu uma cacetada, mãe ta desmaiada no chão, ainda o senhor quer matar. Ele: não venha não, sua desgraça, e aí começou a esculhambar a menina, não venha não que eu mato você e sua mãe. Aí começaram a lutar, ela disse: se o senhor matar minha mãe, tem que me matar primeiro. Aí ela começou a lutar com ele pra tomar aquele porrete da mão dele. Tava com 13 anos, aí ela lutou, lutou, não conseguiu tomar o pau da mão dele, os dois naquela luta caiu por cima de mim. Quando caiu aí eu acordei. Quando eu acordei e olhei vi minha filha com o cabelo todo solto e agarrado na garganta dela tentando enforçar, aí comecei a gritar: socorro, socorro, quando eu falava socorro o sangue saía de minha boca. Meu cunhado que mora aqui no fundo veio pra me socorrer. Ele e minha irmã escutaram, veio pra me socorrer, quando ele chegou próximo o meu marido gritou: não chega não, porque se vier eu acabo com todo mundo, não se aproxima não. Aí ele fez a curva e voltou pra trás, ficou de fora apreciando e mandou a mulher dele que é minha irmã cair pra dentro, arrastar eu e minha filha pra casa dele, pra ele dá o socorro lá. Deu água açucarada a minha menina, que minha menina começou desmaiando por segundo, toda hora desmaiando, a boca enchendo de espuma, porque ele tentou enforçar ela. Ela ia gritar e não conseguia, só saía aquela espuma da boca e esse pessoal prestaram socorro, mandou chamar meu filho mais [...] Meu filho chegou. [...]. Lá, o médico me disse que não iria buscar a polícia naquela hora pra poder prender ele porque o município meu era Muritiba, mas para

eu tomar minha providências e procurar a delegacia da minha comunidade. Aí no outro dia eu fui, prestei o depoimento, veio a intimação pra ele. Ele viu que iria complicar a situação dele, foi embora pra São Paulo, lá ficou, não procurou saber se deixou filho nem nada. Não entrava em contato mais com nós, não mandava despesas dos filhos ficou.

As narrativas de Maria Aranha estão relacionadas com seu primeiro relacionamento conjugal, sua primeira experiência com a violência doméstica.

[...] quando a gente saía que ele chegasse e desconfiasse ele batia na a gente, batia mermo, não era pra dizer que era uma palmada ou sandalhada não, batia mermo de ficar toda marcada, teve uma vez que ele me bateu tanto de palmatória que meu 5 dedo soltou a luva certinha das mãos do dedo, ficou assim aquela pele parecido a pele de cobra certinha assim na mão, nas duas mão, que ele batia na gente. Mas era mais eu e meu outro irmã, porque minha irmã ele batia, mais não batia igual como batia em mim e no outro. A pele saiu dos 5 dedos assim certinho, como se fosse a pele de uma luva, a luva que a gente coloca na mão.

Eu acho que mulé não foi feita pra tá apanhano de marido. Assim, a minha criação mermo o meu pai me batia muito, [...], porque 5 ano não é 5 dia. Eu já briguei com ele já, mas assim no dia que ele partiu pra cima de mim bater, ele não me bateu porque eu reagir, então me sentir bem com aquilo ali, eu não nasci pra apanhar de homi, como sempre falei com ele, eu não nasci pra apanhar de homi. Ele veio me bater. Ele se ousou, mais foi a única vez, aí eu acabei dizem: ah, eu ainda cheguei tirar sangue dele porque eu tava com sandália no pé, quando ele veio dar um tapa no meu rosto eu tirei a sandália e joguei no rosto dele. Aí casa encheu de gente, aí também desse dia a gente se separou.[...] Mais não acho certo que passa aí na televisão marido pega a mulé bate, quebra cara, tira sangue, quebra dente, dar corte no rosto, eu não acho certo, que ninguém nasceu pra ta apanhano daquele jeito, quando não dê certo larga, mais tem muitas que gosta de apanhar.

Zacimba Gaba tem marcas da violência doméstica e familiar, casada no civil e na igreja, das vezes que chamava a atenção do ex-marido a respeito de vestuário para ela e as crianças: “*Oxente*, e o de comer que tu come, o de comer que eu boto toda a semana dentro de casa, quer mais é?”. Então o ‘de comer’, para ele, significava o pagamento para todas as despesas domésticas e, inclusive, o salário da mulher e das crianças por trabalharem na roça, mas era ajuda [...], então, é válido não ser remunerado. A ela e sua prole eram negados direitos a vestuário.

Sofrimento, era um sofrimento de maltrato, sofrimento de maltrato; esses menino que tá ai meu é que não deixa eu mentir. Eu trabaiava que só se vendo, plantava lanço, mai lanço de fumo, mandioca mais ele. Quando chegava o fim do ano ele não dava nem uma calcinha a eu e nem os menino. Quando eu pidia ele me dizia: oxente e o de comer que tu come, o de comer que eu boto toda a semana dentro de casa, quer mais é? E botava o dinheiro dele no bolso, ou trocava de bicicreta, depois quando as coisa foi

melhorano, trocava de moto e eu ficava sem nada, eu tinha que render na roça do joto pra poder eu vestir uma roupa e dar a meus filho, quando não tinha o ganho, meus parente era que dava. E aí foi assim, eu discutia eu não era, dizer que não era essa santa, nem fui santa, também não sou, pra que dizer, ah eu era boba não, eu reagia. E eu só reagia, na verdade, e ele não queria que eu reagisse, nem ele e nem a família dele. Era pra eu ficar quieta, sofreno e quieta, chegou até um ponto dele me bater e eu fui na Justiça dar queixa dele, mai só que naquele não tava resolvendo nada, eu vortei e os povo começou a me conselhando que era pra deixar pra lá. Aí é meu filho também. Aí o povo mandava pra lá, eu deixava, deixava passar aquela fase e vortava pra casa, mai era na causa do sofrimento e aí tentei, tentei, levei 17 ano. Tive 4 filho com ele, [...] Oh, ele não era muito de bater, mai quando ele batia, ele queria, judiava muito, ele batia de qualquer jeito. Porque quando ele fazia, o menino via qualquer coisa dele que me falava ele não queria que os menino não me falasse. Era isso, até dentro de casa mermo, que ele tomava umas duas, nem tão mermo era tanto para bebida não, era ruindade mermo, aí começava a mim xingar, falar quando ia na casa da minha mãe, e sempre eu vivia lá na casa da minha mãe, que era o único mai lugar que eu tinha apoio era na casa de minha mãe. [...]. Aí quando eu chegava que os menino falava e que depois eu ia conversar, ele sabia que foi os menino que me falou, oxente, batia mermo. Essa menina minha aí mermo eu operei de rutura, com 12 dia de operada ele bateu nessa menina, eu tive que ir e tomar, com 12 dia operada eu tive que tomar, se não ele iria matar minha menina, só modo de uma saca de adubo que ele vendeu e a menina me descobriu que ele vendeu o adubo, foi. E aí eu fui tomar mermo na tora, nem me alembrei que eu estava operada, eu só sei que eu fui tirar minha filha da mão dele.

Relatos sobre a filha e sua vida de casada. O marido convive com ela e a toma como propriedade privada dele.

[...] Vou lhe dizer a verdade, a violência contra a mulé é porque tem unas que tem a violência em casa os marido gride, as vez tem unas até que apanha, toma empurrão e ali ela fica com medo, ela não descobri, ela não descobri. [...] Maria da Penha que tá hoje os homi parou até de bater ni mulé sabia? Porque no meu tempo que eu casei, eu via muitas coisa, porque não tinha a lei Maria da Penha, mai hoje que a lei Maria da Penha foi uma coisa que eu gostei, [...] minha filha não é, também que ela vevi bem, que ela mai nova e ele é mai véio, então ele casou com minha filha e queria fazer dela gato e sapato e já foi casado. [...] que os mai véio dize: sangue no olho, quem tem sangue no olho vence com tudo. Que eu tenho sangue no olho minha filha aí, era apanhada e machucada, mai eu que tô aqui, não precisa ir pra Justiça pra reagir não, quem reagi primeiramente sou eu, na língua. Eu não xingo pra dizer tu é isso, tu é aquilo não, eu vou chamano e vou aconselhano e depois se arterar aí eu falo, oh a Justiça. Porque se não dá viver separa e se quiser viver, vevi e só for pra agressão tem Justiça. [...]. Muitas mulé padece pela mãos do marido porque quer. Eu levei 17 ano casada, sofreno um pouquinho, mai sempre eu dizia assim: tenho fé em Deus que nesse sofrimento eu não morro, junto com tu eu não vivo, porque se viver eu vou morrer logo cedo sempre dizia assim. Eu apanhei, eu tomei empurrão, eu tomei um murro que quando acabou de me dar um murro eu cair lá no meio da casa. Mai também quando eu levantei o que tinha na

minha frente eu joguei tudo nele, não vou menti, eu joguei tudo nele. A gente quebrou televisão, a gente quebrou rádio, ele jogou cadeira em cima de mim, ele fei perdedeira, que foi nessa época que eu desci pra dar queixa dele, chegou lá a justiça não tava e acho que foi até bom, se eu tivesse achado a Justiça eu tinha falado tudo mermo. E nesse dia as polícia tinha vindo buscar ele. [...]

Ele queria vender meu rádio e que eu não tava deixano e queria vender apulso ele pegou o rádio e pocou no chão, o rádio esbagaçou que transformou mai de num se quantos a rádio. Aí eu tomem, por ser muito atrevida tomem, pra não ficar por debaixo dele, eu peguei dei um chute na televisão dele que transformou em duas televisão. Eu não nego não, o que eu fazia na agressão que ele tinha comigo, eu não escondo não. [...] porque era pra ele me bater eu ir pro canto chorar, por canto chorar, eu não choro, quem podei me bater era minha mãe, minha avó que me criou depois de eu adulta, ela não me bateu mai. Como é que vou deixar um homem que já me achou com 22 ano me bater e eu ir pro canto chorar? Não choro não. Chorava mai de raiva que não podia me vingar e até depois dessa casa feita aqui, ele tornou a vortar de novo e ele queria ser a merma coisa. Chegou a morar comigo de novo aqui, dizem que ia viver bem, não sei o quê, era pai de meus filho, e eu acreditei, vortou a gente conviveu nessa casa durante 3 ano. Aí também nessa saída que saiu e não vortou mai, porque ele queria uma coisa e eu queria outra, ele queria o errado e eu queria o certo. [...] atrás de rapariga lá fora, [...] ele deu de brabo, ele suspendeu uma cadeira pra mim bater, eu suspendi uma faca, eu digo: a baixa a mão, porque aqui agora a casa é minha, quem manda aqui sou eu, tu manda na tua e eu mando na minha. Ele baixou a cadeira e saiu pra fora e disse que ia embora, eu disse pode ir que agora com fé em Deus aqui tu não entra mai. Não nego não, [...] eu botei a faca porque eu sabia que ele ia me bater mermo e eu pura, eu não ia vencer com ele. Eu tive que, mermo que não era pra fazer nada só mermo pra fazer medo a gente tem que se livrar de alguma coisa. Porque, falar a verdade, não vou mentir não (risos), eu nessa idade, 51 ano que eu tô, mai na juventude de 30 ano eu tinha força e que nem todo homi tinha porque quando ele me batia visse que via que dava pra atracar nele até a roupa do corpo no coro dele eu cansei de rasgar. É, lasquei mermo, a gente mermo trançava mermo, só se veno, [...]

Dia de domingo eu fazia comida, aí ele pegava ia comer, tomava unas dua bebidinha e chegava em casa aquela comidinha, um frango ou carne, aí eu botava o prato dele em cima da mesa, eu já tinha dado comida aos menino, já tinha comido minha comidinha ele olhava pra comida e dizia: é essa comida queimou, queimou que chegar tustou. A comida não tava queimada. [...] E ele não comia. Ele jogava comida fora, mai não comia a comida [...] Ele chegava ele queria que eu levantasse de cima da cama pra vinquentar a comida dele, pra dar a ele na mesa. Aí eu dizia a ele, essa vontade tua eu não faço, [...] Mai era por vida, Não tive sorte de marido ir, [...] A violência contra a mulé fez parte da minha vida porque eu casei, tive muito sofrimento, então fez parte da minha vida. Porque eu casei não fiquei assim naquela vida feliz, só ficar triste quando visse meu filho doente. Eu vivia triste tanto tá com o filho doente, como sem tá com o filho doente. Porque o marido que eu tinha dentro de casa fazia eu sofrer, eu só tinha alegria dentro de casa, quando eu arrumava meus filho e que eu ia pra casa de minha avó [...], era minha tristeza. Porque eu não vivia uma vida feliz, eu vivi 17 ano numa vida sofrida. Então o sofrimento fez parte da minha vida. E não era pra falar porque o negócio do sofrimento da família dele não era para descobrir não, era pra ficar no queto a pessoa, aquela mulé sofreno e dizem que tava bem, não era pra dizer que tava sofreno. Não era pra

quando ter uma confusão, o vizin saber e nem a gente falar, e nem eu falar alto pra o vizin ver, era para ficar quieto. E eu Deus me deu força na minha língua, me deu coragem nos meus braço eu não tinha que Deus dar força na minha língua, tinha. Então, eu falava mermo que era pros povo saber que eu não vivia bem e aí os parentes dele não gostava, não gostava não. Tinha vez que chegava me discutia comigo, dizia até que eu não prestava e por minha cara tava vendo que minha raça não prestava, porque eu falava a verdade e não era pra falar nada que acontecesse, não era para falar. Nem eu nem as outa, aí eu falo de minha parte, o sofrimento que eu tive aí eu falo. Falava com todo mundo e não escondia, falava mermo, botava a boca mermo e falava mermo. Aí ele dizia que não prestava, que eu tinha a língua grande, o que passava dentro de casa eu tinha que falar era pra ficar queta, todo mundo ali sofreno calada, mai eu não.

Adelina Charuteira

[Marido] [...] ele ficou uns 3 ano só, ficou bonzinho dentro de casa, arranjou outra [...] durou 7 ano com eu sem saber, sumia essa hora assim, sumia e chegada no outro dia [...] tem uma mulher na rua. Levou foi 7 ano com ela, [...], dia de sexta-feira e voltava na segunda-feira. Só com o menino pequenininho só dentro de casa, aí eu sofria. [...] ele só não fazia me bater né, que a mãe dele já avisava. [...], Ele tem essa sina, mas não larga não. Agora, só não fazia me bater que a mãe dela [...] agora se batisse, caísse no esquecimento pra mim eu penso assim, e assim, eu sofreno dentro de casa os povo não ia saber. E quando ele chegava da casa da nega que eu começava a xingar. [...] ele também quis embora pra casa da mãe dele, ficava 4, 5, 2 mês por lá. Ia embora, quer dizer que eu tava xingando demais ele ia embora pra casa da mãe dele e a mãe aceitava ele dentro de casa. Nunca gostou de mim não, essa minha sogra, eu só sofri.

A violência contra mulé vamos supor é um homi disfazer da mulé, sair e não ligar se vai aparecer e não levar a mulé. Tá conversano tá disfazeno da mulher sendo a esposa dele, eu não acho. Vamos supor, eu tô assim eu já sofri e ele nunca me deu um tapa, porque eu sofria tanto levava noites sem dormir né sofrimento, né violência também. Eu ficava chorano na cama com aqueles menino pequenin e ele pelo mundo, e qual é a festa que ele não tava? ele nunca me levou em festa, eu só em casa parino, em 2 em 2 ano vinha menino, naquele tempo não existia remédio não, só era pra parir. Se demorasse mais fora na casa da mãe, na casa da nega me engravidava mais rápido, ficava sozinha e eu nova quando ele voltava me engravidava logo [...]. Mais hoje dia eu não ligo não, já fiquei véia mermo e ele já acabou, a mameta dele a última morreu já faz 10 ano, ele quietou dento de casa. Tem 4. [...] Foi, eu não gosto nem de lembrar. Agora não, que ele tá véio, eu não gosto nem de lembrar..., deixa pra lá o que eu já sofri, e quantas vezes eu chegava pra ele e falava, ele ficava me xingano e ia embora pra casa da nega dele, pra casa da mãe dele me xingano, pegava a roupinha dele e saía me xingano, eu já sofri pouco rapaz. [...]

As numerosas violências de gênero na vida de Ciata foram manifestadas em espaços sociais distintos, primeiro, por sua mãe, na família, segue, estuprada na casa de uma senhora que lhe prometera proteção, agredida por uma das sogras, e as violências com marcas

invisíveis quando desprezada e oprimida pelos dois homens com quem tivera a filha e o filho e:

Ela sempre me chamava de vagabunda, [...]. Teve também uma pessoa, uma mulher do meu padrinho, eu era pequena, nunca me esqueço, fui pedi um prato de comida de domingo aí a mulé dele falou assim: ah, essa ia vai ser igual à mãe ou pior de que a mãe, só que eu entreguei nas mãos de Deus. Deus sabe de todas as coisas.

Brandina, em sua evocação, traz a dureza do trabalho doméstico regado a humilhação e sofrimentos:

Era o que esse trabalho, foi uma das fase pior da minha vida, porque onde ali sofria praticamente violência porque só comia depois que eles almoçassem é o resto que ficava. Porque se fosse tipo frango ficava só os ossos, aí ou comia ou ficava com fome. De manhã pra tomar café a mesma coisa, tinha que trabalhar que nem burro de carga pra depois comer alguma coisa, se quisesse comer só o resto, se não quisesse comer ficava com fome. Então é uma fase assim difícil que doméstica nenhuma merece passar por essa fase, assim que eu passei!

Com 20 anos, aí fiquei grávida, tive ela, que foi, desde gravidez, que foi só sofrimento, que ele não dava atenção assim de pai, em momento nenhum ele dava atenção de pai, sempre mulherego, sempre me botava apelido, vários apelido botava, que tava feia, que tava gorda, que era pra se cuidar que tava com cabelo duro. [...] Aí era um sofrimento que só, aí tive a primeira, depois a gente se separou.

Essa situação de arrependimento, como Brandina narra a seguir, por parte do agressor, além de Brandina, Esperança Garcia e Maria Felipa também, experienciaram essa fase da violência “a lua-de-mel” (SOARES, 2005), para novamente vivenciarem momentos de medo e dor nas mãos dos companheiros. Isso não significa que as mulheres sejam meras vítimas passivas:

Depois ele veio com uma conversa bonita, eu voltei. [...] Acho que violência contra a mulher é de vários jeito, que o homem chegar e dizer assim: você tá feia, oh pai como tá gorda, o tamanho dessa barriga, isso não tem violência pior do que a mulher se arrumar, se achar que tá linda e maravilhosa e o homem chegar, mesmo ele sabendo que ela tá bonita e só pra botar ela pra baixo diz assim: tu tá feia, vai tirar essa roupa, vai vestir outra, não tá vendo que tu tá feia. Isso aí é uma violência que acho que não tem tamanho, ou então o homem chegar e dá uma bofetada na cara da mulher e ela virar e não ter ação pra se defender.

A gente levou 1 ano e meses. Aí voltou de novo, foi quando eu, com 3 anos que a menina tava, eu fiquei grávida do menino. Aí tive o menino, era só agressão, que ele chegou pra mim agredir uma vez, aí quando ele veio me bater eu segurei na mão dele, até hoje ele morre e leva cicatriz no pescoço que tava com a unha grande, a unha desceu no pescoço, desceu comendo

tudo até hoje ele morre e ela a cicatriz no pescoço que eu deixei, então aí não terminou, sempre arrumando mulher até no dia que eu decidir. Que eu fiquei 15 anos com ele, até eu decidir que não dava mais certo, aí ele arrumou outra mulher. Onde foi viver com essa mulher e ficou poucos tempos separou, arrumou outra, já se separou, já tá com terceira pessoa depois de mim.

Oh, se eu baixasse a guarda, agredia. Mas eu nunca deixei assim ele falar mais alto do que eu dele mesmo, porque ele sabia se vince ia apanhar também, então por isso que ele não chegava a mim agredir, por isso. É. Não. Só foi uma vez que ele tentou, mas quando ele veio pra mim dá um tapa foi quando cavei a unha no pescoço dele. Fazia. Não, porque tanto fazia ele tá como não.

Concepção de violência contra a mulher:

Acho que violência contra a mulher é de vários jeito, que o homem chegar e dizer assim você tá feia, oh pai como tá gorda, o tamanho dessa barriga, isso não tem violência pior do que a mulher se arrumar, se achar que tá linda e maravilhosa e o homem chegar, mesmo ele sabendo que ela tá bonita e só pra botar ela pra baixo diz: assim: tu tá feia, vai tirar essa roupa, vai vestir outra não tá vendo que tu tá feia. Isso aí é uma violência que acho que não tem tamanho, ou então o homem chegar e dá uma bofetada na cara da mulher e ela virar e não ter ação pra se defender. Que eu acho que isso é uma violência assim gravíssima. Violência do homem em menosprezar a mulher, humilhar a mulher. Você conhece alguma mulher que passou por essa situação constrangedora. [...] Eu já passei por essa situação várias vezes [...].

Os espaços femininos são demarcados socialmente, ela, porém, contesta e afirma:

“A mulher está qualificada pra exercer uma profissão e dizer não, você não pode exercer essa profissão porque é mulher”.

Que onde estou presidente da associação que logo no começo eu não queria aceitar. Quando recebi o convite eu não queria aceitar, não porque é um serviço sem remuneração, mas porque é um serviço que é voluntario e assim, na comunidade, nem sempre é reconhecido pelo trabalho que é feito voluntariamente. Mas hoje eu sou bem reconhecida através da associação, bem reconhecida mesmo, que eu passo várias pessoas, já tinha muito amizade, hoje multiplicou, posso dizer assim, através da associação de reuniões, porque o que não é visto, não é desejado. Então sempre quando tô o presidente ou a presidente ou entidade que sempre está indo nas reuniões, sempre é reconhecida e valorizada, aquela associação ou aquela entidade, então a gente tem que fazer o possível pra tá neste local pra ser reconhecido e valorizado.

Ser negra, no imaginário de pessoas racistas, a mulher negra não é capaz de realizar sonhos, nem qualificada para exercer cargos e funções de liderança, ela geralmente é associada a atividades braçais, o que Brandina contesta com sua luta no sindicato.

Foi o que uma pessoa que é da comunidade que ela nem faz parte assim da associação, aí quando ela viu começando uma reforma assim na fábrica aí ela falou: Sim. Olha coisa que queria fazer tanto não consegui, uma negrinha vem e tá fazendo, aí eu é. Que isso assim foi um constrangimento, porque não entendi assim o jeito que ela falou, porque que ela falou que era uma coisa que ia ser bem pra comunidade.

Sua visão sobre o sexismo é que é universal na vida dos homens:

Eu acho que, é que, acho que todos os homem é igual. É, porque, às vezes é, não pode assim vim com violência física, mas vim com violência em palavras aí isso tudo me deixa assim constrangida, que pensa que vai mudar, mais na verdade eu acho que é todos igual.

Brandina, embora narrasse situações de discriminação racial por parte do ex-marido, ao falar que não se enquadra no padrão eurocêntrico, não reconhece nas atitudes dele tal discriminação. E nega ter passado por essa opressão masculina. Já no emprego, percebeu o racismo.

Não. No trabalho também no primeiro emprego tinha. Tinha racismo. Foi o que eu trabalhei de 14 anos, que não tinha 15 ainda. Era expresso que o patrão dizia assim: essa gente não sabe fazer nada, não sabe fazer nada essa gentinha. Então aquilo era uma humilhação e tanta dele chamar assim, saber que ele tava falando com a pessoa e não falar o nome, falar gentinha. Tais pessoas que lhe tratava dessa maneira eram brancas: É. Era claro. Não percebia esse comportamento advindo do rapaz, mas de seus pais, sim: É. Não. Ele não tinha assim tipo de atitude racista não. O pai e a mãe. Que ele apesar de ser era neto na verdade, apesar dele ter 4 anos na época que eu trabalhei com ele, ia levar ele pro colégio não apresentava, assim, racismo não.

Na esperança de sair da situação de exploração laboral a entrevistada viu, na relação com seu ex-marido, a porta para uma vida feliz, contudo, como já evocou: “só decepção!”. Ao invés de contribuir para sua ascensão, desapontava-a com discursos pessimistas, desencorajando-a para novas perspectivas. Para ela, dessa relação conflituosa o nascimento do filho e da filha ressignifica esse passo de sua vida conjugal.

Eu achei que ia me ajudar a sair daquela situação que eu tava vivendo. Depois não foi nada do que eu imaginava, nada imaginava mesmo. Olha no trabalho eu acho que ainda era pior, eu acho que eles me tirou assim, uma coisa o que queria por demais era estudar e ter concluído assim bem mais jovem, tá com a mente mais fresca, a facilidade de ter, que eu poderia conseguir um outro trabalho e ele me ameaçava por demais, dizendo que eu nunca iria conseguir um trabalho pra conseguir estudar. Então isso tudo foi uma situação assim. E com o pai de meus filhos foi uma situação difícil, mas

tinha como eu sair mais fácil, eu tinha como eu sair mais fácil, que, apesar dos pesares, ele me deu dois presentes que é duas joias rara de minha vida, que é meus filhos e o trabalho, só foi só, hoje me lembro assim, só foi sofrimento.

Brandina se arrepende de não ter buscado ajuda para conquistar seus espaços como mulher, dona de seu próprio nariz. Depois de separada, ela está sempre em busca de oportunidade para seu crescimento como mulher negra. Conforme reflete: “Sentimento que fica é que eu poderia, assim, me acordado mais cedo dessa situação que eu tava *passano* e se eu não conseguisse, assim, sair, ter procurado ajuda pra sair.

E Zeferina, das mazelas que passou antes de constituir família, sua vida de casada foi rememorada tendo a violência doméstica apresentada, enquanto na violência familiar seu pai agredia: “*Me xingava de vagabunda, de puta vai se embora daqui*”. Casada, o marido mantinha relações extraconjugais:

[...] Porque teve um tempo que ele começou a me trair. E só era nos finais de semana, dia de domingo, chegava no outro dia você perguntava a ele, ele não se lembrava mais, ele não se lembrava mais. [...] A gente brigava de tapa mermo eu não podia nem fazer uma unha que ele ficava dizeno pra quê que eu fiz essa unha, no dia que ele chegou mermo, antes ele sabia que eu tava na casa da vizinha fazeno a unha aí ele me empurrou, aí eu empurrei ele também. Fico o dia todo me acabano dento de casa e você vem pra cá com seu chilikie, aí começou, ele veio em cima de mim eu em cima, que eu não presto também e não vou ficar apanhada, que a gente mulé não vai aguentá com homi né fia. (risos) [...] Ele não é forte não, mas um homi sempre, sei lá. (risos) [...]. Enquanto eu tava com força, tava em cima também (risos). Existiu e mais física que fala né, pra mim machucar mais ainda. Física, psicológica. Principalmente a física, minha filha, ele me falava cada coisa. É a psicológica que fala que você é. Chegar a gente senta pra chorar, que senta pra querer sair, essa de sair, de se jogar e se matar eu já tive. Eu já de mim sumir, de mim matar, eu já peguei faca, já sair pelas essas estradas aí. Já peguei minhas duas filhas, botei uma no lado e no outro e sentei lá em cima na esquina [...] quando eu esfriei minha cabeça vim pra casa, a vontade que deu foi de me sumir no mundo sem destino. E eu só não sair porque tinha duas filhas e hoje vontade de fazer coisas na minha vida eu já tive, só não fiz por causa das minhas filhas e muitas das vezes é porque é duas, porque se fosse uma. De me sumir assim, de entrar no mundo, sei lá, sem destino, sem pensar em voltar. Por conta de agressão psicológica.

Diferente de outras entrevistadas, que concebem a violência apenas no plano físico, Zeferina demonstra conhecimento sobre a tipologia da violência contra as mulheres e compreende a extensão e efeitos nocivos da violência psicológica.

Maria Felipa

[...]depois ele adoeceu, o irmão apelou pra eu tomar conta. Eu digo: eu tomar conta dentro de casa, aqui não. Eu sofri muito dele, principalmente agora que ele deu AVC. O AVC dele foi na cabeça, ficou meio agressivo mesmo. Eu vou botar esse homem dentro de casa pra me matar? Aí mandaram me pedir se eu dava um pedaço de terra, se eu doava um espaço no meu terreno pra fazer uma casa pra botar ele. Eu prontamente dei o lugar, fizeram uma casa pra e meus filhos tomou conta. E eu mesma ainda ajudava, eu cozinhava, mandava o prato, agora não chegava diante dele pra entregar, eu chamava meu filho e entrega, toma aqui, leva a comida de seu pai.

Tia Simoa

A violência contra a mulé se o homi bater espancar a mulé dentro de casa. Pega a mulé, ela lava, cozinha pra que aquele homi, o homi chega destrói de casa vamos espancar, vamos bater, vamos judiar, não pode ser não. Mulé não se bate nem com uma flor, mulé precisa de amor e carinho, tá entendeno? Largou o marido por causa de mulé, porque mulé não guenta, ela disse que vê e solta os pés. Mas eu falo com ela, se você quiser um marido só pra você faça de barro. Porque homi, sabe como é homi, homi é assim minha filha, ele come uma nega por fora, isso aí é normal, isso aí é normal, eu acho que é normal pra mim. Agora sim, pra ela não saber tem que pegar escondido, vai pegar na vista pra ela ver? não tem essa que goste. Não porque ele arrumou outra nega ela pegou e saiu de lá.

A virilidade masculina, ter ‘nega’ reafirma a posição de hierarquia na relação conjugal. Esse poder masculino é, no caso desta pesquisa, estabelecer a relação patriarcal entre homem e mulher, e podemos encontrar, nas narrativas da Tia Simoa, o consentimento da sociedade em dar o direito ao homem à constituição de relação extraconjugal, no dizer social é do homem ‘trair’ e, da mulher, ‘aceitar’. E as história se repetiram nas narrativas das entrevistadas, inclusive essa permissividade ao homem resultou, em determinados casos aqui explicitados, em conflitos conjugais.

ÚLTIMAS PALAVRAS

Há 5 anos tenho me dedicado a estudar teórica e empiricamente a questão da violência de gênero contra mulheres trabalhadoras rurais das cidades de Governador Mangabeira e Muritiba. Encontrei nos sindicatos rurais a possibilidade de me aproximar das mulheres que compõem esta pesquisa e, nas zonas rurais, famílias que me acolheram e construímos laços afetivos de amizade. Da Matta (1978) refere-se a 3 fases da pesquisa, e que eu experienciei: teórico – intelectual – desconhecido; segue com a fase da praticidade, como me comportar no cotidiano; e a fase existencial/pessoal, em que dou conta de dois mundos: o meu e do outro, costumes, por exemplo crenças religiosas, hábitos alimentares das mulheres com quem convivo nesta pesquisa de campo.

Será o homem a cumeeira da casa? Ou sou dona do meu próprio nariz? Frases advindas de falas femininas, contudo, trazem, na sua interpretação, o marco patriarcal combatido pelo feminismo. Ser o homem a estrutura principal da casa e a mulher responsável por suas escolhas na vida evidencia debate antagônico e, neste sentido, a pesquisa possibilita identificar, nas histórias de vida, mulheres no *continuum* patriarcal - homem a cumeeira da casa e, de modo ainda minoritário, mulheres que emergiram desse mundo androcêntrico. Embora as tensões a este cenário de dominação masculina, mostram atitudes de mulheres, a exemplo de Maria Felipa, quando não permitiu o retorno do ex-marido com saúde debilitada e, mesmo acamado, ela, até consentiu cozinhar para ele, contudo com a condição de que não retornasse a conviver no mesmo ambiente doméstico.

E a violência contra mulheres? Tão familiar e tão estranha? Familiar, pois é secular e estranha, já que há mulheres que se encontram em situação de violência e são silenciadas e invisibilizadas. Conforme Velho (1997), o objeto sobre o qual me debruço para análise, aparenta familiaridade, mas há estranheza.

A pesquisa acadêmica a que me dediquei durante minha passagem neste Programa de Pós-Graduação tem como sequência linear a crítica de autoras como Perrot, Soheit, Del Priore e Dias a respeito do silenciamento das mulheres e invisibilidade de suas histórias de vida, e sua escrita por mãos masculinas. Em seguida, dedico-me a dialogar com pesquisadoras como Safiotti, Pasinato e Costa sobre a publicização do fenômeno social da violência contra a mulher confinada ao espaço doméstico. Utilizo Tavares, Sardenberg, Bandeira e Blay, pesquisadoras preocupadas com a materialização do marco legal, sancionado em 2006 (Lei 11.340), para fazer valer as lutas feministas que ganharam musculatura nos anos 1970 e somente há quase 4 décadas, obtiveram esta conquista.

Mulheres ainda envoltas nas tensões de suas conjugalidades representam o questionamento HOMENS, CUMEEIRA? Luíza Mahín experienciou, até a morte de seu marido, sofrimentos e sobreviveu a tensões no drama da violência contra a mulher; Zeferina, apegada ao sentimento marital e preocupação com o futuro das filhas, invisibiliza a possibilidade de viver sem os maus-tratos de seu marido; Maria Crioula, embora tendo assumido a provisão familiar, aguarda o retorno do marido, que há mais de 40 (quarenta anos) afastou-se do convívio familiar. Tia Simoa reproduz a hierarquia entre homens e mulheres quando concorda ser os homens donos do poder sobre as mulheres e, por isso, têm o direito a relações extraconjugais, têm que arrumar *negas* ou, então, que as mulheres construam um homem de barro somente para elas.

Romper com a ideologia de ser o homem, hierarquicamente superior à mulher, reafirma a ruptura com a opressão e invisibilidade feminina. Ser a MULHER DONA DE SEU PRÓPRIO NARIZ ressignifica o lugar social de mulheres, a exemplo de Brandina quando alargou seus horizontes e cansou de conviver com seu agressor; Tia Ciata traz na bagagem que guarda seus sonhos, o casamento e, por isso, concordou com a vida ao ser traída pelos dois companheiros com que teve sua prole; Tereza de Benguela assumiu a provisão da casa sozinha e não permitiu qualquer tipo de maus-tratos masculinos, preferiu continuar sozinha, embora quando frequentou a religião evangélica evidenciou que já conhecia homem, por isso o fato de estar, até aquele momento, sozinha; Zacimba Gaba, depois de experienciar a opressão do ex-marido, manifestada pelas violências de gênero, refez sua conjugalidade, contudo evidenciou à sociedade que ‘casar formalmente’ era dispensável à sua vida.

A pesquisa me possibilitou entender que o fenômeno da violência de gênero contra as mulheres pode atingir a todas nós, contudo há mulheres cuja violação as atinge de forma mais contundente e atroz. E, no universo dessas mulheres que são ou foram submetidas a atos brutais de seus maridos, são, sim, a cumeeira de suas casas, embora não visibilizem sua desenvoltura ao suportarem a “casa nas costas”, já que o homem é, socialmente, a figura principal. Há mulheres donas de seus próprios narizes e perceptíveis da materialização do sexismo e, por isso, rompem com o ciclo da violência contra seus corpos e suas almas.

Neste entendimento, tensões e medos de quem sabe reconhecer, ou até sentir vergonha de narrar a violência de gênero materializada em si, podem ser entendidas a partir de atitudes capazes de invisibilizar quão atroz é o sofrimento de mulheres que convivem ou conviveram nesta situação. Nesta reflexão, recordo que D. Dalva, dona da casa que me acolheu nas vezes de minha ida à comunidade, me falou sobre o sofrimento de sua irmã, as violências, principalmente com sangue, perpetradas pelo ex-marido. Embora também tenha

construído laços de amizade com essa irmã dela, sem êxito a procurei para a entrevista e sua resposta foi negativa, disse-me que sua vida é tranquila.

A sensação pessoal ao escrever as derradeiras letras desta pesquisa teórico-empírica é que ela está inacabada! Vejo a inconclusão da tese, apesar de alcançar meu objetivo principal proposto, que foi analisar e interpretar as percepções sobre violência de gênero em contextos rurais das cidades de Governador Mangabeira-BA e Muritiba-BA a partir das histórias de vida contadas por MTR²⁵⁴ que foram ou são submetidas à violência nas suas multifaces.

As análises contidas no sexto capítulo sobre conjugalidade e as violências de gênero identificadas trazem os excertos das narrativas transcritas, as quais, nas vozes femininas, deixaram à mostra situações de violência de gênero contra as mulheres trabalhadoras rurais que soltaram suas vozes. Feridas visíveis como agressões físicas, comumente percebidas como violência contra a mulher, e, sendo a violência de gênero a manifestação do sexismo contra corpos femininos, a partir da dissimetria construída pela sociedade androcêntrica, somos nós, mulheres, trabalhadoras rurais baianas ou que vivem em outros espaços geográficos, que, cotidianamente, somos submetidas a tais atrocidades.

Quanto à violência de gênero contra mulheres trabalhadoras rurais – e, junto a isto, o marcador raça, que intensifica ainda mais o sofrimento da mulher negra neste contexto, embora a negação do racismo, subjetivamente, não dê ‘asas’ à discussão mais política a respeito da discriminação racial na região –, percebo nas narrativas das entrevistadas a evidência de episódios vividos na relação conjugal em que o racismo se faz presente. Contudo essas mulheres permitem que suas práticas de resistência e as tensões – que, de alguma maneira, estão postas por elas – sejam (re) descobertas nesta pesquisa.

Soma-se também a percepção de direitos violados, como, por exemplo, o papel ou mesmo a importância familiar, quer para sobrevivência, quer para meio de produção, do trabalho braçal na roças, principalmente na etapa da menor idade de suas vidas, cuja vivência foi muito precoce, desde os 5 a 8 anos – não obstante consequências drásticas, entre elas o abandono escolar e a maternagem, que invisibilizaram esse período infantil na trajetória de vida de mulheres como Tereza de Benguela, que, aos 5 anos, já cavava as covas para plantar

²⁵⁴ A categoria mulher trabalhadora rural emerge do anonimato e da invisibilidade para conquistar espaço político e seu reconhecimento como sujeita produtora inserida no mundo do trabalho rural; conquista essa que se inicia, pela via das mobilizações coletivas de mulheres rurais, a partir da Promulgação da CF/1988. São, então, reconhecidas como trabalhadoras e possuidoras de direitos previdenciários. Antes, porém, a denominação doméstica, por ocuparem, majoritariamente, também o espaço privado do cuidado, as descredenciava do direito à aposentadoria (DARON, 2009).

maneira, e Dandara dos Palmares, que evocou em suas narrativas que a infância na sua vida não existiu.

A explicação mais contundente para essa violação de corpo e alma é, basicamente, uma questão de gênero, por ser mulher, é ‘escolhida’, por portar “um par de seios [...] e não ter pênis, [...] possuir uma autêntica vagina” (SOARES, 1999, p. 127). Eis por que é vitimizada²⁵⁵ pela dominação masculina. A autora entende a categoria vítima a partir de sua não participação na produção da violência e seu comportamento diante da situação de violência assume o lugar de impotente e incapaz para alçar voos e ser subjugada. Motivos que as fazem vítimas podem estar associados a patologias, como depressão, ou, então, mecanismos de limitações e obstáculos inerentes ao movimento da violência contra ela. E, para realçar minha análise, Soares (1999, p. 125), na perspectiva feminista, assim concebe a violência que afeta a mulher:

[...] uma violência de gênero como sendo, isso é, uma violência masculina que se exerce contra as mulheres pela necessidade dos homens de controlá-las e de exercer sobre elas seu poder. Trata de um padrão de comportamento apreendido e, de várias formas, endossado pela sociedade. Não é, de forma alguma, uma patologia individual, mas uma licença social [...].

O fenômeno social da violência contra a mulher é, cotidianamente, publicizado nos inúmeros veículos midiáticos. São situações violentas materializadas, que vão desde o cárcere privado ao feminicídio, crime hediondo cometido contra a mulher por causa do seu sexo feminino (BRASIL, 2015). A sociedade, costumeiramente, tolera tais manifestações das violências de gênero contra a mulher, por serem praticadas por homens. A bem da verdade, a organização social de gênero (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995), formada por homens, mas, também, por mulheres, é quem responde pelo *continuum* dos estupros femininos, feminicídios e demais violências que, por serem de natureza transversal, invadem todos os espaços sociais, privados, públicos, territórios geográficos, religiosidades, etarismos, todas as raças e etnias, por fim, não tem fronteiras, ser mulher é a condição para sua materialização por mãos masculinas.

Quero dizer que, ao longo do processo de construção desta tese, procurei, na análise e interpretação das violências de gênero nos corpos e almas ‘encontradas’ nas histórias de vida das mulheres entrevistadas, desmistificar o silenciamento existente, as lacunas

²⁵⁵ Faço, nas minhas discussões, o uso da categoria vitimizada, ao invés de vítimas. Entendo ser a mulher vitimizada pela razão de que é submetida à violência, e não é vítima por não permitir ser violentada e, de numerosas formas, há mulheres que revidam, de maneiras diferenciadas, à violência masculina. Seja denunciando, seja revidando, agredindo-o, atirando algum objeto, mas não ficam inertes nessa situação.

teóricas e empíricas sobre a situação deste fenômeno social nos contextos rurais. Não obstante, a partir da antítese violência, fenômeno social ‘estranho’ versus violência, fenômeno social ‘familiar’. A primeira representa meu objeto de estudos, resumidamente é a manifestação da VCMTR. Embora seu estranhamento e silenciamento não seja universal, o MMC tem gritado para visibilizar as violências no campo e na floresta e para que se livre das mãos opressivas masculinas. Encontrei, também, durante a revisão de literatura, relevantes trabalhos acadêmicos e advindos de movimentos sociais de mulheres feministas, ativistas e militantes, produzidos nos estados de Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, contudo a bibliografia sobre o tema ainda é escassa e precisamos ampliar o debate e acervo sobre o fenômeno da violência de gênero contra as trabalhadoras rurais.

Meus estudos se limitaram a dois municípios do Recôncavo Baiano, Governador Mangabeira e Muritiba, incluídas seis comunidades rurais. No entanto, ao explorar o acervo bibliográfico na perspectiva de contextualizar as bases empíricas, nessas andanças em busca de materiais teóricos, deparei-me com poucas pesquisas a partir de uma perspectiva de gênero e feminista voltadas para a violência contra as mulheres e trabalhadores rurais.

Quando afirmo ser a violência situação corriqueira, velha conhecida, ‘familiar’, embaso-me na historiografia da mulher e me lanço ao século XVI, pois, desde aquela época, ser mulher, para os homens, era sinônimo de propriedade privada, objeto de seu pertencimento. No período colonial e escravista brasileiro o tripé gênero, raça e etnia formava o perfil de mulheres [índias e negras escravas] violentadas psicológica, racial e sexualmente por homens da supremacia branca [colonizadores e representantes do clero]. Essa prática²⁵⁶ hedionda de subordinação das mulheres é justificativa para explicar a miscigenação e, conseqüentemente, sustentáculo da democracia racial brasileira (CARNEIRO, 2002).

Ainda no contexto da pesquisa percebo a reafirmação do racismo nas narrativas das entrevistadas e, conseqüentemente, a sua negação. É visível, também, nas pessoas das comunidades *lócus* do trabalho de campo, a preocupação com a estética de seus cabelos, é comum as mulheres usarem produtos químicos para alisá-los. Entre as entrevistadas, Zeferina: *Violência psicológica onde aquela onde alguém chega por exemplo diz: ah você tá muito gorda, ah você tá muito feia você é negra. [...] Eu me declaro negra, [...]. Sou negra com maior orgulho.* Brandina: *Negra.[...] é um orgulho e tanto quando eu chego no lugar quando alguém pergunta: qual a sua cor? Eu, negra, ou quando eu passo na rua e alguém diz: oi morena, eu simplesmente digo morena não, eu sou negona (riso).* Maria Felipa: *Claro sou*

²⁵⁶ Mesmo com a chegada de mulheres brancas, legítimas senhoras da Casa Grande, mulheres escravizadas e índias continuaram sofrendo violências sexuais.

preta. Mariana Crioula: Negra! [...] nas firmas, a gente é mê, ... eu achava assim, a gente por ser negra... eles escolhia assim.... as mininas crara, mais bunita pá botá lá no escritório, fazer as fichas... e a rente.... até na colheita do fumo mesmo. Tia Ciata: Negra.[...], que eu entrei na loja[...]. Eu tava com chinelinho simples mermo, [...]. Ai a mulé tava me atendendo, quando chegou uma toda arrumadona de bolsa de lado, de óculos escuros, a mulé simplesmente me largou e foi atender a outra. Acotirene: Gente que tem preconceito né por cor da gente. Eu sou negra com muito orgulho. E Zacimba Gaba: Oxen, eu sou negra e tenho orgulho da minha cor. Se autodeclaram negras, enquanto Luíza Mahín, Anastácia, mãe e filha têm o cabelo não crespo se autodeclaram morenas claras; Maria Firmina é irmã de Acotirene, mas diz ser morena.

A religiosidade na vida das pesquisadas é baseada na crença colonial. As religiões de matrizes africanas e indígenas são invisibilizadas nas falas das mulheres, sempre afirmam participarem ativamente da Igreja Católica e, embora haja autodeclarações da negritude, a discussão sobre a ancestralidade inexistente.

Seguem os séculos e mulheres são educadas, formalmente, para prendas do lar, cuidado com o espaço privado e quem este abriga [maridos, filhos e filhas]. As mulheres, para publicizarem suas ideias baseadas na emancipação e autonomia feminina, tiveram que recorrer a pseudônimos; nas três primeiras décadas do século XX as mulheres conquistam o direito à participação política. Apesar das lutas, mulheres permaneceram violentadas sob o jugo patriarcal e machista na contemporaneidade (SOIHET, 1997, 2008).

Retorno ao ‘estranho’. Agora, ajusto as lentes para os contextos rurais para enxergar na vida de MTR além de suas funções como produtoras de bens, reconhecimento contemporâneo e responsáveis pela reprodução da mão de obra e manutenção da força de trabalho. Ocupação esta que invisibilizou por muito tempo sua condição de trabalhadora rural restringindo-lhe o papel de ajudante do marido ou então mulher de agricultor. Não obstante, essas mulheres são violentadas física, patrimonial, psicológica, moral e sexualmente, normalmente por homens com quem têm ou tiveram vínculo afetivo. Conforme as narrativas das entrevistadas, além das violências visíveis, suas faces invisíveis, sombreadas, sutis e naturalizadas, entendidas como violências simbólicas, são experienciadas, dia a dia por essas mulheres.

Aos olhos de pesquisadores e pesquisadoras da temática sobre violência contra a mulher são ‘estranhas’ essas violações, uma vez que suas pesquisas, frequentemente, exploram manifestações da VCM ocorridas em contextos urbanos, as sebes rurais obstruem o acesso de mulheres à rede socioassistencial e, principalmente, a delegacias comuns e/ou

especializadas para o registro de ocorrências policiais. São as sebes, também, que delimitam a representação social do fenômeno em destaque, visibilizado no geral na sua materialização física.

A cultura patriarcal é capaz de fazer mulheres acreditarem que o contrato sexual, simbolizado pelo matrimônio, perpetua a relação conjugal e, embora dores na alma e nos corpos sejam sentidas, o casamento prevalece, enquanto as mulheres se alheiam dos sofrimentos para sobreviver. Também em nome da cultura patriarcal mulheres permaneceram e permanecem sob opressões masculinas por longos períodos.

Minhas palavras finais se voltam ao título desta tese, será o homem a cumeeira da casa? Mulheres nas suas histórias de vida, a saber: Laudelina, quando dependia do marido para falar durante nossa entrevista; Mariana Crioula, apesar de, sozinha dar conta das obrigações domésticas, espera o retorno do marido, que há mais de 40 anos não a procura e já constituiu outro vínculo afetivo, mas permanece casada formalmente; Tia Simoa, capaz de impor às filhas que continuem com seus maridos, embora esses mantenham relações extraconjugais e ela afirma que faça um homem de barro para você, isto é, um homem que não existe. Reproduz um discurso machista ao dizer que o homem tem que ter *nega* na rua mesmo.

No outro extremo, ser dona do próprio nariz é representado por Brandina, que conseguiu adquirir dois imóveis para seu filho e filha, não suportou continuar sofrendo opressões do ex-marido; trabalha e busca aprimorar-se profissionalmente, já aprendeu o ofício de carpintaria, sonha em desenvolver atividades de eletricista, funções eminentemente masculinas. Tereza de Benguela, na sua coragem, buscou sair do seu contexto doméstico e aventurou-se em busca de novas oportunidades de trabalho, deixou seu passado e seguiu, contudo retornou e continuou a cuidar da prole, sempre sozinha. Já Acotirene, depois da primeira relação conjugal conflituosa que culminou em ruptura, criou seu filho e, sozinha, responde até hoje pelas responsabilidades domésticas. Tia Ciata, essa mulher que experienciou ainda criança situações da violência sexual, driblou as intempéries de sua vida e, em meio às desilusões afetivas, apesar de conviver com os ‘monstros’ da violência, contudo educa seu filho e sua filha sem culpabilizá-los pelas suas marcas de sofrimentos.

As MTR não percebem que a exploração de sua mão de obra e a dominação masculina se traduzem em violência de gênero contra as mulheres. Afinal, são elas que ‘ajudam’ seus maridos nos afazeres com o cultivo da terra e, como é socialmente imaginado e legitimado, são responsáveis pelas atividades laborais da casa/família, lavam, passam, cozinham, dentre afazeres peculiares ao espaço doméstico. A alegação do alimento como

pagamento pelos serviços prestados foi vivenciado por Luíza Mahín e também por Zacimba Gaba, embora nessa situação se materialize a violência de gênero, essas mulheres tiveram a percepção de ser, apenas, avareza de seus maridos ao invés de ressignificar o gesto de mesquinhez como postura que valida o papel do homem como a “cumeira da casa”. É nele que se concentra o poder de ‘pagar’ a remuneração de suas esposas com comida.

As histórias de vidas de minhas entrevistadas eu ouvi, transcrevi, li, reli, reescrevi e pude perceber que suas histórias orais têm conteúdo para serem histórias oficiais e podem contribuir para dar visibilidade da sujeita mulher trabalhadora rural baiana conhecedora de si, de suas trajetórias cotidianas. Minha percepção é também o desejo de Tia Simoa, Dandara dos Palmares e Mariana Crioula, mulheres que, ao rememorarem suas histórias de vida, concluíram que suas passagens cotidianas podem ser contadas e registradas em livros, saindo da invisibilidade e silenciamento a que foram relegadas por tanto tempo. A história das mulheres entrevistadas, coautoras desta tese, está longe de terminar. Por ora, como coloca Zacimba Gaba: “Só tenho que agradecer a *Deuso* pela oportunidade que você chegou aqui agora e eu disse essas *coisa*, essas *pouca* palavras.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **ESTUDOS AVANÇADOS** 13 (36), 1999, p. 7-59.

AGIER, Michel. O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa "avenida" em Salvador da Bahia. **Rev. Tempo soch.** USP, São Paulo [online]. 1990, vol.2, n.2, pp.35-60

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. **Somos todas margaridas**: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada à Universidade de Campinas). Campinas-SP [s.n], 2015.

_____. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial – 2016, p. 161-195.

ALMEIDA, Alessandra Vieira, *et al.* A feminização da velhice: em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e o risco social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 14, n. 1, p. 115 - 131, jan./jun, 2015.

AMORIM, Marina Alves. “Combates pela história”: a “guerra dos sexos” na historiografia. **Revistas Cadernos Pagu.** São Paulo, n. 20, 2003. p. 217-224.

ANDRADE, Tânia. **Mulheres no mercado de trabalho**: onde nasce a desigualdade? Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade>. Acesso em: 22 ago. 2018.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas**: a violência denunciada. São Paulo, SP: Cortez, 1985.

BANDEIRA, Lourdes. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. *In*: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gêneros nos espaços públicos e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Sesc SP, 2013, p. 63-78.

_____. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, maio/ago. 2009, p. 401-438.

_____. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, maio/ago. 2014.

_____. Femicídio: a última etapa do ciclo da violência contra a mulher, por Lourdes Bandeira. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/femicidio-a-ultima-etapa-do-ciclo-da-violencia-contra-a-mulher-por-lourdes-bandeira/>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

_____ & ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **A violência contra as mulheres**: um problema coletivo e persistente. Disponível em:

<<https://encontroprogramadeprotecao.files.wordpress.com/2012/02/a-violencia-contra-as-mulheres.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

_____. & BATISTA. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Rev. Estud. Fem.**[online]. 2002, vol.10, n.1, pp.119-141. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100007>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**: tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 3ª reimp. Da 1ª edição de 2016.

BARROS, Zelinda. Em briga de marido e mulher, a DPM mete a colher: aspecto do cotidiano da Delegacia de Proteção à Mulher de Salvador – Bahia. **Análise & Dados**, Salvador, v.7, n. 2, 1997. p. 198- 207.

_____. “Escola, racismo e violência”. In: **Projeto Gênero, Raça e Cidadania no Combate à Violência nas Escolas – Caderno para Professores**, NEIM/UFBA, 2005, p. 35-39.

BLAY, Eva Alterman. O tardio reconhecimento de que a mulher tem direitos humanos. In. TORNQUIST, Carmen Susana [et al.]. **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. – Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009, p. 39- 49.

_____. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estud. av.** [online]. 2003, vol.17, n.49, pp. 87-98. ISSN 1806-9592.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XXI**. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2004 (Texto para Discussão, 1.034).

BOAS VILAS, Iêda. **Consciência negra: meia dúzia de mulheres negras que valem por mil**. Disponível em: <<https://www.xapuri.info/etniagero/consciencianegra/para-alem-do-genero-meia-duzia-de-mulheres-negras-que-valem-por-mil>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivido da memória. Ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A construção do objeto. In: BOURDIEU, P. et al. **A profissão do sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 45-97.

_____. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 17-58.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coordenadoras). **Usos & abusos da história oral** - 8ª ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRANDÃO, Elaine Reis. **Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher**: o caso da delegacia da mulher. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2015/05/22/16_55_44_528_A_problema%20da_violencia_contra_a_mulher.PDF>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. **LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015**. Altera o art. 121 Do Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Lei 11.340/2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 11 jan. 2015.

_____. **Constituição Federal do Brasil/1988**.

_____. **Consolidação das Leis do Trabalho/1943**.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Mulheres do campo e da floresta**: diretrizes e ações nacionais. Brasília: Ideal, 2011. (Coleção Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres).

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/comite-de-monitoramento-do-ii-pnpm/Livro_II_PNPM_completo08.10.08.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/pnpm/livreto-mulher.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

_____. **Portaria Nº 85/2010**. Institui as Diretrizes de enfrentamento à violência contra a mulher do campo e da floresta. Brasília, 2011. Disponível em:

<<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/campo-e-floresta>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. Senado Federal. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito: Relatório Final**. Brasília, jul. 2013. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 08 set. 2017.

_____. **Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher (CPMI) do Congresso Nacional**. Brasília, Jun. 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/CPMI_RelatorioFinal_julho2013.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher**, Brasília, 2011.

_____. **Lei Nº11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para formulação da Política de Agricultura familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 02 jul. 2018.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As velhas também. **Revista ex aequo**, Porto - PT, n. 23, 2011, p.13-21.

_____. Vivendo a longevidade: centenários em Salvador, Bahia. *In*: SANTOS, Sueli Souza dos; CARLOS, Sergio Antônio (Orgs.). **Envelhecendo com apetite pela vida: interlocuções psicossociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a, p. 53-81.

_____. Visão antropológica do envelhecimento. *In*: PY, Lígia; FREITAS, E. V. *et al.* (Orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2006, p. 78-82.

_____. **Violências específicas aos idosos: sinais sociais** | Rio de Janeiro | v.8 n. 22 | p.1-152 | maio-ago. 2013b

_____. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Soc. estado**. vol. 25 no. 2 Brasília May/Aug. 2010b, p. 225-250.

_____. Sociabilidades possíveis: sociabilidades de gênero e gerações. *In*: PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. Mulheres velhas: elas começam a aparecer. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.) **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 84-103.

_____. Aproximações teóricas em análises de relações de gênero e entre gerações: o caso das violências contra a mulher idosa. *In*: BURITY, Joanildo; RODRIGUES, Cibele Maria; SECUNDINO, Marcondes (Orgs.). **Desigualdades e justiça social: diferenças culturais e políticas de identidade**. Vol. 2 Belo Horizonte, Argvmentvm Editoras, 2010, p. 85-102.

_____. As velhas também. *Revista Ex Aequo*. Porto - PT, n. 23, 2011, p.13-21.

Visão antropológica do envelhecimento. *In:* PY, Lígia; FREITAS, E. V. *et al.* (Orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2006, p. 78-82.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. **O gênero, a história das mulheres e a memória**: um referencial de análise. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/issue/view/187>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

BRUYNE, P.; HERMAN J.; SCHOUTHEETE, M. O polo epistemológico. *In:* _____. **Dinâmica da pesquisa social em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 39-61; 99-130; 157-171; 199-219.

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, set./dez. 2003.

CAPPELLIN, Paola. Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise do emprego: territórios e fronteiras entre o público e o privado. *In:* ARAÚJO, Clara & SCALON, Celi (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 214-268.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras, violência e pobreza. *In:* Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Brasil). **Programa de Prevenção, Assistência e Combate À Violência Contra a Mulher** – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. – Brasília: A Secretaria, 2003, p. 10-19.

_____. Raça e gênero. *In:* CRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira. Fundação Carlos Chagas, 2002. p. 69-193.

CARVALHO, M do C. B. de (Org.). O lugar da família na política social. *In:* _____. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC-Cortez, 2003.

CERQUEIRA, Daniel, (Coord.) [Et all]. **Atlas da violência 2018**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso 13 um. 2018.

COSTA, José Rodrigues da. **Candomblé de Angola**: nação kassange; história, etnia, inkises, dialeto litúrgico dos kassanges. - 3. ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 1996.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *In:* **Cadernos Pagu**, v. 4, 1995, p. 37-47.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola; v.16).

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais. **Marcha das Margaridas**. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CORRÊA, Mariza. Entrevista. São Paulo, 2003. PPGAS –USP. In: **Revista Cadernos de Campo**, ano 12, n.11, p. 103-122 (entrevista concedida a Carolina Abreu *et al.*, 2003).

CORDEIRO Aliciene Fusca Machado; BUENDGENS Jully Fortunato. **Preconceitos na escola**: sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes no ensino médio. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/05.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

COSTA, Ana Alice. **O movimento feminista no Brasil**: dinâmica de uma intervenção política. Niterói, v. 5, n. 2, 1º sem. 2005, p. 9-35.

COSTA Sérgio. Paradoxos do anti-racismo: Estudos raciais e seus críticos. In: _____. **Dois atlânticos**: teoria social anti-racismo, cosmopolitano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, cap. VII.

DAMASCENO, Chirlei Correia. **Da prevenção ao combate**: um estudo da rede de atendimento à mulher em situação de violência no Recôncavo Baiano, Cachoeira-BA, TCC-Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. UFRB- BA, 2013.

DARON, Vanderleia L. P. **Um grito lilás**: Cartografia da violência às mulheres do campo e da Floresta. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009. Mimeografado.

_____. O reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais. Entrevista de Vanderléia Laodete Pulga Daron. **Revista do Instituto Humanistas Unisinos - Online**. EDIÇÃO 387 | 26 março, 2012. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4319>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter Antropological Blues. In: NUNES, E. de O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 23-35.

DEBERT, G. Guita. Problemas relativos à utilização de história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **Aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 141-156.

DELGADO. Josimara. Universidade Católica de Salvador – Brasil. Velhice, corpo e narrativa. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 189-212, jul./dez. 2010.

_____. Contemporaneidade e costume: reflexões sobre gerações, famílias e trabalho. **XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA: CONSENSOS E CONTROVÉRSIAS**. UFRJ, 28 A 31 DE JULHO DE 2009 GT 10: GERAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE/SUJEITOS DE DIREITO, POLÍTICA E CONFLITOS.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena *et al.* (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 173-183.

DEL PRIORE, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. *In: FREITAS, M. C. de. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 217-235.*

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

DESLAURIERS, J.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. *In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 127-153. (Coleção Sociologia).*

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Resistir e sobreviver. **Nova história das mulheres**. PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2012, p. 360-381.

_____. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba: UFPR, n. 24, 2004, p. 213-225.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O cotidiano sexuado de meninos e meninas e situação de pobreza. *In: MADEIRA, Felícia. Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. p. 343-402.*

ELICKER, Eliane. Uso de álcool, tabaco e outras drogas por adolescentes escolares de Porto Velho-RO, Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília**, 24(3):399-410, jul-set 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ress/v24n3/2237-9622-ress-24-03-00399.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

EVARISTO, Conceição. Introdução. *In:_____.* **Histórias de leves enganos e pareências**. Rio de Janeiro: Malê, 2016, p.15.

_____. “Poemas da recordação e outros movimentos”. Belo Horizonte: Nandyala, 2008. **Do velho ao jovem**. Disponível em: <<http://www.revistaprosaversoarte.com/conceicao-evaristo-poemas/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Introdução. *In_____.* **Olhos d’água**. 1ª. ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016, p. 14-15.

_____. Olhos D’água. *In:_____.* **Olhos d’água**. 1ª. ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016, p. 15-19.

_____. A gente combinamos de não morrer. *In_____.* **Olhos d’água**. 1ª. ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016, p. 99-109.

FERNANDES, Andrea da Paixão; GERMANO, Olga Guimarães; GUEDES, Ivana de Oliveira. Narrativas de mulheres guerreiras: histórias de vida, leitura e escrita na EJA. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP- UERJ)**. Ano 1- V. 1 – N.1- junho 2012.

_____. A noite não adormece nos olhos das mulheres. *In*: Quilombhoje (Org.). **Cadernos negros: os melhores poemas**. São Paulo: Quilomboje, 2008, p. 42-43.

FEYERABEND, P. A ciência em uma sociedade livre. *In*: _____. **A ciência em uma sociedade livre**. São Paulo: Unesp, 2011. (Parte II).

FLICK, Ewe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 50ª edição. Global, São Paulo, 2005.

GILL, Scherto; GOODSON, Ivor. Métodos de história de vida e narrativa. *In*. SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (Orgs.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 215-224.

FRANCO, Maria Asenate Conceição; TAVARES, Márcia Santana: **Políticas públicas e violência de gênero: a (não) materialização da Lei 11.30/2006 em contextos rurais baianos**. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/view/404>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

_____. **Driblar e aprender a jogar: as estratégias de sobrevivência de mulheres chefes de família de classes populares**. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. – Salvador, 2011.

_____. **As “negas” dele: violência racial intragênero e marcas do Brasil Colônia em contextos rurais baianos no século**. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA2_ID391_17062017211557.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____; TAVARES, Márcia Santana. **O lugar da monoparentalidade feminina na política de assistência social**. III Seminário Políticas Sociais e Cidadania (Mestrado em Ciências Sociais e Cidadania da UCSal) – 24 a 26 novembro de 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59ª. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GELEDÉS. **Quem foi Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/quem-foi-maria-firmina-dos-reis-considerada-primeira-romancista-brasileira/>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

GIFFIN, Karen Mary. **Produção do conhecimento em um mundo “problemático”**: contribuições de um feminismo dialético e relacional. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000300004/7253>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisa: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GOMES, Nilma, Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-64. (Coleção Educação para Todos).

GOMES, Rita de Cássia Maciazeki; NOGUEIRA, Conceição; TONELLI, Maria Juracy Filgueiras (2016). Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero... um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, 28(1), 115-124.

GONDIM, M. P.; LIMA, J. C. **A pesquisa como artesanato intelectual**: considerações sobre método e bom senso. São Carlos: UFSCar, 2006.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. *In*. DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). **História das mulheres**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 640-668.

GONZALÉZ, Lélia. Por un feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis International**, v. IX, junio 1988, Santiago-Chile: MUDAR/DAWN, p. 133-141.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo, Paz e Terra/ANPOCS, 1992, 218 páginas.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, N.E./94, p. 473- 483.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HALL, Stuart _____. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 103-133.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, 1994, 1995, p. 7-41.

HARDING, S. Uma filosofia de la ciencia socialmente relevante? Argumentos em torno a la controversia sobre el Punto de vista Feminista. *In*: BLANQUEZ GRAF, N. *et al.* (Orgs.). **Investigación feminista**. México: UNAM, 2012, p.39-66.

_____. Existe um método feminista? *In*: BARTRA, Eli (Org.). **Debates em torno a uma metodologia feminista**. México: UNAM, 1998, p. 09-34.

_____. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. I, n. 1, 1993, p.7-32.

HEILBORN, Maria Luiza. Violência e mulher. *In*. VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Cidadania e violência**, 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ, Editora FGV, 2000, p. 90- 99.

IBGE. **Brasil em síntese/Bahia/Santa Inês/Panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santa-ines/panorama>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/muritiba/panorama>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas. **IPEA revela dados inéditos sobre a violência contra a mulher**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19873>. Acesso em: 11 nov. 2013.

_____. **Atlas da Violência 2018**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

JAIVEN, Ana Lau. Cuando hablan las mujeres. *In*: BARTRA, Eli (Org.). **Debates en torno a una metodología feminista**. México: UNAM, 1998. p. 185-198.

JOMALINIS, Emília. **Mural memórias das mulheres negras**. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/files/2014/11/Mural-Mem%C3%B3ria-das-Mulheres-Negras.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 90-113.

LANGEVIN, Annette. A construção social das idades: mulheres adultas de hoje e velhas de amanhã. **Caderno CRH**, Salvador, n. 29, 1998. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=225>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LANGNESS, L. L. **A história de vida na ciência antropológica**. São Paulo: EPU, 1973. (Antropologia e sociologia).

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. *In*: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LISBOA, Tereza Kleba. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social. **Temporais - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, v. 14, n. 27, jan. jun. 2014, p. 33-56.

LORDE, Audre. Não há hierarquias de opressão. *In*: Textos escolhidos de Audré Lorde. **Difusão Herética**. 2009. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras_digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

LUNAS, Alessandra da Costa. **CADERNO DE TEXTOS PARA ESTUDOS E DEBATES** Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f2308caderno-de-textos-para-estudos-e-debates---marcha-das-margaridas-2015_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2018.

MIES, Maria. Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? El debate em torno a la ciencia y la metodología feministas. *In*: BARTRA, Eli (Org.). **Debates em torno a uma metodologia feminista**. México: UNAM, 1998, p. 63-102.

MILLER, Mary Susan. **Feridas invisíveis**: abuso não-físico contra mulheres. Tradução Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

_____; ASSIS, S. G; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos**. Abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. 244p.

MORIÉRE, Laisy. As condições nossas de cada dia. *In*. RIBEIRO, Matilde (Org.). **Direitos humanos como direitos de todos, sem exceção**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 5-20.

MOREIRA, H; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Curitiba: Lamparina: 2008, p. 39-228.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Movimento de mulheres camponesas. Quem somos. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/43>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

MOVIMENTO DA MULHER TRABALHADORA RURAL DO NORDESTE (MMTR-NE). **A coragem de ser**, 1998. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eCwuPNMabDo&t=668s>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MULHERES QUILOMBOLAS: liderança e resistência para combater a invisibilidade. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-quilombolas-lideranca-e-resistencia-para-combater-a-invisibilidade/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

NARDI, Jean Baptiste. Recôncavo Baiano: entre teorias e práticas do desenvolvimento Territorial. **Olhares Sociais**, v. 2, nº 1, mai. 2013, p. 167-192. Disponível em: <<http://www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/Rec%C3%B4ncavo-baiano-entre-teorias-e-pr%C3%A1ticas-do-desenvolvimento-territorial.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

NASCIMENTO, Keyla Cristiane do *et al.* A arte de partejar: experiência de cuidado das parteiras tradicionais de Envira/AM. Esc Anna Nery, **Rev Enferm** 2009 abr-jun; 13 (2): 319-27. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n2/v13n2a12.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

NICODEMO, D.; GODOI, M. P. Juventude dos anos 60-70 e envelhecimento: estudo de caso sobre feminização e direitos de mulheres idosas. **Ciênc. Ex.** v.6,n.1, p.51, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, dez.1993, p. 7-28.

- NOVELLINO, Maria Salete F. **Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos populacionais, ABEP, Realizado em Caxambu -MG – Brasil, de 20/24 de setembro de 2004. 12p. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2010.
- OLIVEIRA, E. M. de *et al.* Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 376-382, jun. 2005.
- OLIVEIRA, V. C. de. A construção dos direitos humanos e as mulheres como sujeitos. *In*: LIMA, R. de L. de; GURGEL, T.; QUEIROZ, F. M. de (Orgs.). **Gênero e serviço social: múltiplos enfoques**. Natal: EDUFRN, 2012, p. 161-185.
- O reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais. Entrevista de Vanderléia Laodete Pulga Daron. **Revista do Instituto Humanistas Unisinos - Online**. EDIÇÃO 387 | 26 março, 2012. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4319>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- PACHECO, Ana Cláudia Lemos “**Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar**”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. / Ana Cláudia Lemos Pacheco. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada à Universidade Estadual de Campinas- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP. [s. n.], 2008.
- PAIXÃO, Hamilton; TAVARES, Márcia. MEMÓRIAS MUSICAIS: RELEITURA DA TRAJETÓRIA D. DALVA DAMIANA AO COMPASSO DO SAMBA DE RODA SUERDIECK NO RECÔNCAVO BAIANO. **Revista Africanias.com UNEB**, N°08 (2017) p. 1640-1647. Disponível em: <http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_8_2017/hamiltom_artigo_348-1329-1-PB.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.
- PALMARES. **Luiza Mahin**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/archives/26662>>. Acesso em: abr. 2018.
- PARENTE, Temis Gomes. Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 99-111, jan.-jun. 2007.
- PARENTE Eriza de Oliveira; NASCIMENTO, Rosana Oliveira do; VIEIRA Luiza Jane Eyre de Souza. **Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v17n2/08>>. Acesso em: 24 ago. 2018.
- PASINATO, W. Questões atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil. Políticas Sociais & Segurança Pública. **Estudos de Política e Teoria Social**, Praia Vermelha: PPGESS/UFRJ, v. 14, n. 15, 2006, p. 130-154.
- PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta. História oral e memória. *In*: _____. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: UFSC, 2016, p. 229-248.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Revista Cadernos Pagu**, n. 4, 1995. p. 9-28.

PISCITELLI, Adriana. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. **Cad. Pagu**, n. 1, Campinas, 1993, p 149 –171. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1683>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2015/06/pdi-diagramado.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *In*: VON SIMSON, Olga de Moraes. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988, p. 14-41.

RIAL, Carmen; LAGO, Mara; GOSSO, Mirian. Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michéle Ferrand. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, set. dez. 2005, p. 677-690.

RODRIGUES, Luciana Santos; CHALHUB. Anderson Almeida. **Contextos familiares violentos**: da vivência de filho à experiência de pai. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v18n2/v18n2a07.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

ROJAS, Juana Eugenia Arias. O indizível e o dizível na história oral. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999, p. 87-88.

ROMANELLI, G. A entrevista antropológica: troca e alteridade. *In*: Geraldo Romanelli; Zélia Maria Mendes Biasoli Alves. (Orgs.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. 1. ed. Ribeirão Preto-SP: Editora Legis Summa Ltda., 1998, p. 119-133.

ROSA, Larissa Wolf da; HAACK, Karla Rafaela; FALCKE, Denise. Rompendo o ciclo de violência na família: concepções de mães que não reproduzem o abuso sofrido na infância com seus filhos. **Revista de Psicologia da IMED**, 7(2): 26-36, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004a. (Coleção Brasil Urgente).

SAFFIOTI, Heleieth. B.: Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres. *In*: VENTURI, G. RECÁMAN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.): **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed.- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004b, p. 43-59.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Labrys, Estudos Feministas**, n. 1-2, jul. dez. 2002.

_____. “Violência de gênero no Brasil atual”. **Estudos Feministas**, vol. 2 (Número Especial), 1994, p. 443-461.

_____. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. *In*: KUPSTAS, Márcia (Org.). **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, 1997. p. 39-57.

_____. ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

_____. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, jan. jun. 2005, p. 29-42.

SANTOS, Júlio César dos; FREITAS, Patrícia Martins de. Planejamento familiar na perspectiva do desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n3/17.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

SANT’ANNA, Tatiana Camargo; PENSO, Maria Aparecida. A transmissão geracional da violência na relação conjugal. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, Vol. 33, p. 1-11. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v33/0102-3772-ptp-33-e33427.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia. “**Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil**”. *In*: E.I.A.L. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, vol. 16, nº 1, 2005: 147-164.

SARDENBERG, Cecília Cecília Maria Bacellar; TAVARES, Márcia Santana; GOMES, Márcia Queiroz de C. Feminismo e políticas públicas: monitorando a implementação da Lei Maria da Penha. *In*: **XXX Congresso da Lasa - Latin American Studies Association**, 2012, San Francisco, CA.

_____.; GOMES, M. Q. de C.; TAVARES, M. S. A aplicação da Lei Maria da Penha em foco. **Cadernos do Observe**, NEIM/UFBA, v. 1, 2010.

_____. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? *In*: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Cecília Maria Bacellar. **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA; REDOR, 2002.

_____.; COSTA, Ana Alice. Feminismos, feministas e movimentos sociais. *In*: BRANDÃO, Luiza R.; BINGEMER, Maria Clara L. (Orgs.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994, p. 81- 114.

SANTOS Cristiane dos. **A arte de partejar: o legado das parteiras tradicionais como herança ancestral e os impactos para a saúde das mulheres**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/arte-de-partejar-o-legado-das-parteir-tradicionais-como-heranca-ancestral-e-os-impactos-para-saude-das-mulheres/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970**: revisitando uma trajetória. 2004, p. 40.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. *In*. BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95. (Biblioteca Básica).

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide Meira. Mulheres no campo: polarização de gênero e sinais de ascensão”. *In*: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gêneros nos espaços público e privado**: uma década de mudança na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Sesc, SP, 2013. p. 129-139.

_____.; RODRIGUES, A. C.; SARAIVA J. das C. Onde mal se ouve os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais”. *In*: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 63- 93.

SCHAAF, Alie Van Der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 412-442

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA - SEPLAN. **Territórios de Identidade**. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa no serviço social**: utopia e realidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (Série Estudos Rurais).

SILVA, Carlos Borges da. A vila e o coronel: memória e poder local na Vila de Cabeças-Bahia (1920-1962). **Textura**. Cruz das Almas: Faculdade Maria Milza, v. 1, n. 1, Ed. Especial, 2012, p. 29-54.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Sílvia. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2013.

_____.; PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. *In*. SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. (Orgs.). **A agricultura familiar**: práticas, movimentos e políticas públicas. Prefácio Andrea Butto. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p.127- 144.

_____. Os sentidos da ação educativa no feminismo. *In*: _____ (Org.). **Experiências em pedagogia feminista**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010, p. 08-27.

SILVA, Carolina Braz de Castilho *et al.* **Perfil socioeconômico dos beneficiários rurais do Programa Bolsa Família na Região Sul do Brasil**. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/viewFile/70320/42798>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

SILVA, Marcelo Saturnino da; MENEZES, Marilda Aparecida de. **Homens que migram, mulheres que ficam**: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do Município de Tavares – PB. *In*. SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 279- 310.

SILVA, Ornato José da. **Iniciação de Muzenza nos cultos bantos**. Rio de Janeiro: Pallas, 1998.

SILVA, Valdir Pierote; BARROS, Denise Dias. **Método história oral de vida**: as contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010.

SOARES, Barbara Musumeci. **Mulheres invisíveis**: violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In*. DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 362-400.

_____. A historiografia das mulheres. **Cultura e poder das mulheres**: ensaio de historiografia. Niterói, v. 2, n.1, 2º Sem. 2001 p. 7-30.

_____. Violência simbólica, saberes masculinos e representações femininas. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 5, n. 1, 1997, p. 7-29.

_____. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, v. 11, 1998, p.77-87.

SOMEKH, Bridget; JONES, Liz. Observação. *In*: SOMEKH, Bridget; JONES, Liz; LEWIN, Cathy (Orgs.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis, 2015, p. 183-191.

SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. **História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição**. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=310>>. Acesso em: 12 set. 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TAVARES, Márcia Santana. **Nosso amor de ontem**: até que a morte nos separe?! **Oralidades** (USP), v. 3, 2008, p. 29-45.

_____. **“Pelos lentes do amor”**: um estudo sobre o cotidiano amoroso de camadas médias urbanas em Aracaju. Aracaju: Remar, 2002.

_____. **Com açúcar e sem afeto**: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 121-145, jan./mar. 2010.

_____.; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar GOMES, Márcia Queiroz de C. **Feminismo, Estado e políticas de enfrentamento à violência contra mulheres**: monitorando a Lei Maria da Penha. **Labrys, études féministes/estudos feministas**, jul. dez. 2011 – jan. jun. 2012.

_____. **Para o monitoramento da Lei Maria da Penha**. Observe! **Anais do XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. CFESS: Brasília, 2010. (CD Rom).

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher?** São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos, 314).

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Os lugares da história oral e da memória nos estudos de gênero**. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33931/20055#.WirmTIWnHIU>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

TEREZA DE BENGUELA, UMA HEROÍNA NEGRA. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/tereza-de-benguela-uma-heroina-negra/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VELÁZQUEZ, Susana. **Violências cotidianas, violência de gênero**: escutar, compreender, ajudar. Buenos Aires: Paidós, 2006.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In*: **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. cap. 9, p. 123-132.

XAVIER, Lúcia; WERNECK, Jurema. Mulheres e trabalho: o que mudou para as mulheres negras no mercado de trabalho? *In*. VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gêneros nos espaços públicos e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Sesc SP, 2013, p.257-278.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. *In*: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 125-141.

APÊNDICE

Figura 29: Folder do evento coordenado pela autora no IFBAIANO – *Campus Governador Mangabeira*

Realização
Campus Governador Mangabeira
Coordenação de Assuntos Estudantis | Serviço Social

Comissão Organizadora
Maria Asenate Conceição Franco
Livia Tosta dos Santos
Elisio José da Silva Filho
Rosane Cardoso Dias
Marília Dantas e Silva
Jeferson Conceição dos Santos

Apoio
Secretaria de Agricultura de Governador Mangabeira-BA
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Muritiba-BA
Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) - IFBAIANO

Parceiros
Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira-BA
Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Muritiba-BA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO - IFBAIANO
CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA

DIREÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO - CE
COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS - CAE
SERVIÇO SOCIAL

8 de MARÇO
DIA INTERNACIONAL DA MULHER
I FÓRUM SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO



**INSTITUTO
FEDERAL
Baiano**

Campus
Governador
Mangabeira



CAE
COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA
SERVIÇO SOCIAL

PROADA
Programa de Apoio à Diversidade e Ações Afirmativas



I Fórum sobre Questões de Gênero

**A MULHER DO CAMPO
E A DIVISÃO SEXUAL
DO TRABALHO:
QUEM FAZ O QUÊ?**

8 DE MARÇO DE 2016
DIA INTERNACIONAL DA MULHER



INSTITUTO FEDERAL
Baiano
Campus Governador Mangabeira

I Fórum sobre Questões de Gênero

A MULHER DO CAMPO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: QUEM FAZ O QUÊ?

"(...) as mulheres rurais são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos em todo o mundo e desempenham um papel importante na preservação da biodiversidade através da conservação de sementes, na recuperação de práticas agroecológicas e garantem a soberania e a segurança alimentar a partir da produção de alimentos saudáveis (...)"

Declaração de Brasília emitida pelas mais de cem representantes de 125 países durante a Conferência de Mulheres Rurais no Ano Internacional da Agricultura Familiar, Brasília-DF.

OBJETIVO

Propor a ampliação de debates sobre assimetria de gênero baseada no pensamento que existe um demarcador de papéis socialmente construídos para homens e para mulheres.

PARA QUEM?

População do meio rural, especialmente as mulheres trabalhadoras rurais, representantes de Sindicatos Rurais, gestores municipais do executivo e das áreas de Agricultura e Políticas para as Mulheres, comunidade acadêmica do Campus que sedia o Fórum, representantes do legislativo municipal.



Nossa capa traz a imagem de Margarida Maria Alves, ela foi uma sindicalista brasileira, defensora dos direitos humanos. Durante o período em que esteve à frente do sindicato local de sua cidade, foi responsável por mais de cem ações trabalhistas na justiça do trabalho regional, tendo sido a primeira mulher a lutar pelos direitos trabalhistas no estado da Paraíba durante a ditadura militar.

Postumamente, recebeu o Prêmio Pax Christi Internacional em 1988. Todos os anos, na semana que antecede o dia 12 de agosto, na cidade de Alagoa Grande, a população traz à tona a memória da sindicalista, que foi a precursora feminina na Paraíba na defesa dos direitos dos trabalhadores do campo.

*Nascimento 5 de agosto de 1933
Falecimento 12 de agosto de 1983*



PROGRAMAÇÃO

- 8h**
Café da manhã e apresentação cultural.
- 8h30**
Boas vindas e fala da Diretora Geral do campus, Prof. Dr.ª Manoela Falcon e fala dos representantes das Secretarias de Agricultura e representantes dos Sindicatos Rurais.
- 9h**
Exposição de fotos de Mulheres que lutaram e lutam pela igualdade de gênero e consolidação dos direitos das Mulheres.
- 9h10**
Apresentação vídeo sobre Margarida Alves.
- 9h30**
Apresentação cultural
- 9h40**
A mulher na história (dados estatísticos).
- 9h50**
Intervalo
- 10h**
Roda de Conversa: EXPERIÊNCIAS COM PROJETOS DE EXTENSÃO EM CONTEXTOS RURAIS BAIANO. Prof. Dr.ª Rita Garcia e Prof. Dr. João Andrade
- 10h30**
Momento para questões, indagações, contribuições, críticas e relatos.
- 11h**
Momento cultural
- 11h30**
Encerramento

FONTE: Arquivo da autora (2016)

ROTEIRO PARA TRABALHO DE CAMPO

- Nome, idade, identidade de gênero, estado civil, filhas/os
- Fale de sua infância, adolescência, juventude
- Sobre sua família (pais, irmã/ãos)
- Estudos e vida laboral
- Sua vida adulta
- Relacionamentos amorosos, quando iniciou
- Vida conjugal, a relação com o (a) companheiro (a)
- Ser mulher para você
- O que você define como violência? E contra a mulher?
- Percebe na sua vida alguma forma de violência?

ANEXOS

Figura 30: Paisagem rural da cidade de Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2018)

Figura 31: Pés de andu na roça de D. Maria José. - Tabuleiro do Beija-Flor - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2018)

Figura 32: Pé de caju - Pau Ferro – Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2017)

Figura 33: Feijão para o bata. Processo de retirada dos grãos de sua vagem - Pau Ferro - Muritiba-BA



FONTE: Arquivo da autora (2017)

Figura 34: Femicídio em Pau Ferro - Muritiba-BA

05/08/2018

Muritiba: Mulher é morta na localidade de Pau Ferro | Notícias do Recôncavo

Muritiba: Mulher é morta na localidade de Pau Ferro

23 de janeiro de 2017



Uma mulher identificada como Francisca Santos de Jesus da Cruz, 39 anos, foi morta segundo as primeiras informações, a golpes de faca na localidade de Pau Ferro zona rural do município de Muritiba na Bahia. O crime aconteceu por volta das 21h30 deste domingo (22/01). Uma viatura da Polícia Militar esteve no local, mas não há informações sobre suspeitos da autoria do crime.

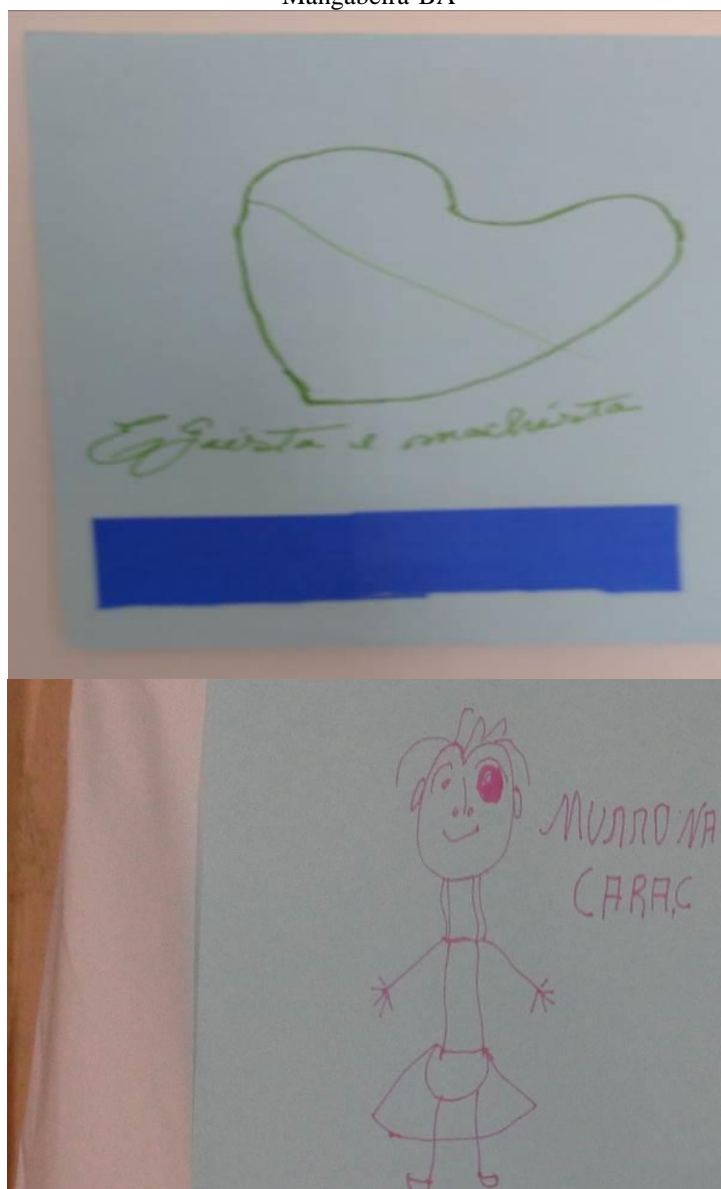
Uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência foi chamada até o local e constatou o óbito

O corpo de Francisca que era moradora da localidade foi encaminhado para o Instituto Medico Legal (IML) de Santo Antônio de Jesus.

Fonte:CruzasAlmasNews

FONTE: Notícias do Recôncavo (2017)

Figura 35: Representações da violência contra mulheres trabalhadoras rurais de Governador Mangabeira-BA



FONTE: Arquivo da autora (2013)